



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

ELIAS DINIZ SACRAMENTO

**“É MUITO TRISTE NÃO CONHECER O PAI”
A HERANÇA DA VIOLÊNCIA E OS FAMILIARES DE GRINGO, BENEZINHO E
PAULO FONTELES**

**BELÉM/PARÁ
2020**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

ELIAS DINIZ SACRAMENTO

**“É MUITO TRISTE NÃO CONHECER O PAI”
A HERANÇA DA VIOLÊNCIA E OS FAMILIARES DE GRINGO, BENEZINHO E
PAULO FONTELES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edilza Fontes

**BELÉM/PARÁ
2020**

ELIAS DINIZ SACRAMENTO

**“É MUITO TRISTE NÃO CONHECER O PAI”
A HERANÇA DA VIOLÊNCIA E OS FAMILIARES DE GRINGO, BENEZINHO E
PAULO FONTELES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Edilza Fontes (Orientadora)
Orientadora – PPHIST-UFPA

Prof^o. Dr^o. Airton dos Reis Pereira
Examinador Externo – UEPA/ PPGHISTÓRIA-UNIFESSPA

Prof^o. Dr^o Raimundo Amilson de Sousa Pinheiro
Examinador Externo – UEPA

Prof^o. Dr^o. Carlos Leandro da Silva Esteves
Examinador Externo – Profi-História – UFPA

Prof^o. Dr^o Francivaldo Alves Nunes
Examinador Interno – PPHIST-UFPA

DEDICATÓRIA

A todos os homens e todas as mulheres que perderam sua vida em defesa dos trabalhadores rurais, colonos, camponeses, indígenas e quilombolas da Amazônia.

As viúvas das lideranças assassinadas no campo paraense.

Aos filhos, órfãos do latifúndio.

Em memória de meus irmãos que perdi no decorrer desta tese, Dinalva e Virgílinho.

Em memória do amigo e irmão Paulinho Fonteles, grande incentivador deste trabalho.

À Danielly, esposa e companheira pelo apoio incondicional.

Às filhas Máira Eliane, Daniel Tupã, Tainá Cristina e Miguel Raoni, na esperança de que vivam uma Amazônia de paz.

Para minha mãe Maria do Livramento, Doutora nos estudos da vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha orientadora, professora Dr^a. Edilza Fontes, sem ela esse trabalho não seria possível. Agradeço imensamente pela aceitação e confiança na proposta que apresentei ao Programa. Durante esses quatro anos e meio de curso, sempre procurou nortear o trabalho, sempre mostrando os caminhos que deveriam ser seguidos. Foram vários encontros, lendo os escritos, rabiscando e apontando novos rumos. Suas leituras sempre foram muito valiosas para que se pudesse chegar nesse resultado. A você Edilza, meu muito obrigado.

Aos professores do programa, Dr^o. Karl Heinz Arenz, Dr^o. Agenor Sarraf e a querida Dr^a. Nazaré Sarges pelas disciplinas ministradas e sugestões para melhoria do trabalho. À professora Dr^a. Magda Ricci pelo incentivo na publicação de um artigo, resultado de sua atividade final.

À professora Dr^a. Leila Mourão, por ter permitido que entrasse em sua casa para ver documentos, principalmente do caso Paulo Fonteles, aqui meu muito obrigado pela confiança. Aos professores que participaram da minha banca de qualificação, Dr^o. Pere Petit, Dr^o. Dr^o. Girolamo Treccani, Dr^o. Carlos Leandro e Dr^o. Airton dos Reis Pereira, meu muito obrigado pelas sugestões que muito ajudaram a enriquecer a escrita final.

Ao compadre e amigo Dr^o. Francivaldo Alves Nunes, pelo incentivo e apoio para que eu ingressasse no doutorado e também por suas leituras e valiosas sugestões.

À Faculdade de História de Cameté pela minha liberação.

A Secretária do programa Lilia Lopes, ao Arthur, sempre atenciosos nas informações solicitadas. À querida Cintia Moraes, sempre gentil no PPHIST.

Ao amigo Antonio Jeferson Paiva, por ter me acompanhado em várias entrevistas, bem como das transcrições de várias que fez, pelas conversas de apoio, meu muito obrigado.

Aos colegas de turma pela convivência e aprendizado e pelos momentos de descontração regados aos drinques de cerveja. Aqui agradeço ao querido Amilson Pinheiro pela partilha de algumas fontes.

Aos queridos amigos historiadores Paulo Jordano, Davison Nunes e Adriane dos Prazeres, pelas nossas conversas descontraídas.

Ao amigo mojuense Vandilson Ferreira pela revisão do texto deste trabalho, obrigado.

Aos queridos jornalistas Lúcio Flavio Pinto, Paulo Roberto Ferreira, bem como dos caríssimos Padres Paulinho Joanil e Ricardo Rezende, pelas entrevistas que me concederam para ajudar no enriquecimento do Trabalho.

A equipe da Comissão Pastoral da Terra Regional Norte II, Padre Paulinho Joanil, advogada e irmã Maria José, Lilia Teixeira pela disposição em me atender todas as vezes que precisei ver as fontes documentais no excelente arquivo.

A equipe da Comissão Pastoral da Terra da Região Guajarina, irmã Rosa Paes Figueiredo e Adelaide da Silva Alves pelas informações prestadas.

Ao instituto Paulo Fonteles, pela documentação concedida para dar melhor embasamento ao trabalho.

Aos familiares de Raimundo Ferreira Lima, Silvio, Raimundo Júnior, Helder, Alex e Nedyma. A Maria Oneide, por ter me dado hospedagem no dia que fui fazer as entrevistas e me tratado como um filho.

Aos familiares de Benedito Alves Bandeira, os filhos, Elizabeth, Maria José, Leidiane, Benedita e Giovani. Os irmãos, João Bandeira e Maria Elvira e a esposa Maria de Fátima, pela forma atenciosa como me receberam.

Aos familiares de Paulo Fonteles, a esposa Raquel, os filhos Ronaldo, Pedro, Juliana e ao queridíssimo Paulinho Fonteles (In memória). Agradeço também toda atenção da querida Angelina, pelas conversas nos momentos das reuniões da Comissão da Verdade do Pará.

Aos meus irmãos Dorival, Edna, Sandra, João, Lourdes, Marlene, Ilene e Noemi por acreditarem que eu conseguiria finalizar esse trabalho.

A minha mãe Maria do Livramento Diniz Sacramento, a quem devo todo os ensinamentos de minha vida.

À minha sogra Maria Célia, por todo apoio que deu em casa nesses anos de convivência, meu muito obrigado por me ‘aguentar’.

Aos filhos Maíra Eliane, Daniel Tupã, Tainá Cristina e ao caçulinha Miguel Raoni, pelos momentos de ausência, de stress, pela ‘briga’ pelo computador, noot book. Esse trabalho é para vocês, que amo a todos.

A Danielly Cristina Balieiro Sacramento, não tenho palavras para agradecer esses mais de quatro anos que foram de curso. Agradeço por todo o apoio que me deu, principalmente nos momentos mais difíceis quando perdi meus irmãos e fiquei muito abalado, acreditando que não iria mais terminar essa tese. Obrigado por ter ficado do meu lado quando acreditei que estava sendo perseguido por algumas coisas estranhas. Foi um momento difícil que superamos juntos e esse trabalho dividido com você.

“Eu digo que é importante o trabalho que tu fazes, acho que recuperar essa memória é importante, é uma coisa que é preciso, que as universidades façam mais isso, que tenham mais teses de mestrado, de doutorado, que possam jogar luz sobre esse processo todo e até porque a universidade é a melhor dimensão da sociedade brasileira. Então eu desejo que tu tenhas muito sucesso nesse trabalho, pode sempre contar conosco, com nossa amizade, com nosso apoio, o que tu precisares companheiro, estamos juntos.”

Paulinho Fonteles

“Nunca tinha visto um companheiro maravilhoso como esse...e pensar que tinha tanta gente importante no enterro dele... É só o Bráulio mesmo...viu Chiquinho, um dia o teu filho vai estudar o Bráulio na História do Brasil...”

Eles não usam Black-tie

RESUMO

Esta tese analisa três casos de três lideranças que foram assassinadas na década de 1980 por conta dos conflitos que se estabeleceram nessa parte da Amazonia e do modelo de desenvolvimento que se constituiu nos anos que seguiram a frente com os militares a partir de 1964. A primeira parte do trabalho procura mostrar uma Amazônia que foi ocupada por migrantes e nesse período mais recente sendo apresentado um debate de estudos já produzidos academicamente sobre o tema, além de uma produção cinematográfica que retratou denúncias sobre a situação de diversos conflitos já estabelecidos, principalmente nas décadas de 1970-1980. A segunda parte da tese, destina-se a falar sobre a história e memória das lutas de cada uma dessas três lideranças que marcaram de forma atuante com suas ações, os espaços onde viveram e conviveram. Procuo mostrar que Raimundo Ferreira Lima, conhecido por ‘Gringo’, assassinado no ano de 1980 deixou um legado na região do município de Conceição do Araguaia, bem como Benedito Alves Bandeira, conhecido por ‘Benezinho’, morto em 1984 e que teve sua atuação no município de Tomé-Açú e Acará, além de Paulo César Fonteles de Lima, que teve sua vida ceifada em 1987, foi um marco na luta pelos direitos humanos na capital paraense, região nordeste paraense e principalmente teve atuação marcante no sul do Pará. A terceira parte deste trabalho procura mostrar a herança que ficou da memória dos familiares, como lidaram com a perda, como ficaram depois das mortes, se houve ajuda do Estado, de movimentos sociais, da igreja católica, se houve algum tipo de reparação, se são revoltados, se há traumas ainda nos dias de hoje? São alguns dos questionamentos que esta tese se propõe em trazer à tona nesses tempos tão sombrios que se vive a sociedade brasileira e a própria região amazônica.

Palavras chaves: Amazônia, Benedito Alves Bandeira, Raimundo Ferreira Lima, Paulo Fonteles, trauma e memória.

RESUME

This thesis analyzes three cases of three leaders who were murdered in the 1980s due to the conflicts that were established in that part of the Amazon and the development model that was constituted in the years that followed the military from 1964. The first part of the work seeks to show an Amazon that was occupied by migrants and, in this more recent period, a debate of studies already produced academically on the subject was presented, in addition to a cinematographic production that portrayed complaints about the situation of several conflicts already established, mainly in the decades 1970-1980. The second part of the thesis, destined to talk about the history and memory of the struggles of each one of these three leaders who actively marked with their actions, the spaces where they lived and lived. I try to show that Raimundo Ferreira Lima, known as 'Gringo', murdered in 1980 left a legacy in the region of the municipality of Conceição do Araguaia, as well as Benedito Alves Bandeira, known as 'Benezinho', who died in 1984 and that had his performance in the municipality of Tomé-Açú and Acará, in addition to Paulo César Fonteles de Lima, who had his life cut short in 1987, was a milestone in the struggle for human rights in the capital of Pará, northeast region of Pará and mainly had a marked performance in the south of Pará. The third part of this work seeks to show the legacy left by family members, how they dealt with the loss, how they stayed after the deaths, if there was help from the State, from social movements, from the Catholic Church, if there was any kind of reparation, if are they revolted, if there are still traumas today? These are some of the questions that this thesis proposes to bring to light in these dark times that Brazilian society and the Amazon region itself are experiencing.

Keywords: Amazon, Benedito Alves Bandeira, Raimundo Ferreira Lima, Paulo Fonteles, trauma and memory.

SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
ARENA – Aliança da Renovação Nacional
BASA – Banco da Amazônia
CEBS – Comunidades Eclesiais de Base
CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CNA - Confederação Nacional da Agricultura
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos no Brasil
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DECA – Delegacia Especial de Conflitos Agrários
DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FETAGRI - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará
FUNRURAL – Fundo de Assistência do Trabalhador Rural
GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS – Instituto Nacional de Serviço Social
ITERPA – Instituto de Terras do Pará
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB – Movimento de Educação de Base
MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MEAF – Ministério Extraordinário dos Assuntos Fundiários
MST – Movimento Nacional dos Sem Terra
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONU – Organização das Nações Unidas
PA – Projeto de Assentamento
PC do B – Partido Comunista do Brasil

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Socialista

PF – Polícia Federal

PM – Polícia Militar

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

SDDH – Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

SIPRA – Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária

SNI – Serviço Nacional de Informações

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TJE – Tribunal de Justiça do Estado

UDR – União Democrática Ruralista

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – I Congresso dos trabalhadores-----	56
Imagem 2 – Eliana Fonseca em 1984 em Tomé-Açú-----	64
Imagem 3 – Eliana Fonseca em Belém em 2019-----	64
Imagem 4 – Dom Ângelo Frosi-----	66
Imagem 5 – Ademir Andrade me Tomé-Açú-----	66
Imagem 6 – Raimundo Ferreira Lima, Gringo -----	105
Imagem 7 – Mapa de Conceição do Araguaia -----	109
Imagem 8 – Raimundo Ferreira Lima-----	116
Imagem 9 – Capa Tribuna Operária-----	119
Imagem 10 – Matéria Tribuna Operária -----	120
Imagem 11 - Matéria Tribuna Operária -----	120
Imagem 12 – Panfleto jogado de helicóptero -----	121
Imagem 13 – Ato em 1982 de Raimundo Ferreira Lima-----	122
Imagem 14 – Maria Oneide discursando pela libertação dos padres do Araguaia -----	122
Imagem 15 – Capa Jornal Terra Livre -----	123
Imagem 16 – Maria Oneide saindo do cemitério-----	130
Imagem 17 – Maria Oneide sendo homenageada pelo MST-----	130
Imagem 18 – Maria Oneide com os filhos na igreja-----	131
Imagem 19 – Helder e Nedyma em ofertório na missa -----	131
Imagem 20 – Helder, Nedyma e Alex em 1987-----	131
Imagem 21 – Soldado Sílvio em 1994-----	131
Imagem 22 – Túmulo de Raimundo Ferreira Lima-----	131
Imagem 23 – Celebração dos 36 de Raimundo Ferreira Lima -----	132
Imagem 24 – Celebração dos 36 de Raimundo Ferreira Lima -----	132
Imagem 25 – Alex discursando como candidato do PCdoB-----	132
Imagem 26 – Raimundo Costa Lima na sede da Fetagri em Belém -----	132
Imagem 27 – Nedyma em manifestação do Sintep em São Geraldo do Araguaia -----	132
Imagem 28 – Maria Oneide com os filhos em São Gerraldo do Araguaia -----	132
Imagem 29 – Raimundo Costa Lima na sede da Fetagri em Belém -----	133
Imagem 30 – Entrevista com Alex Costa Lima -----	133
Imagem 31 – Entrevista com Nedyma Costa Lima-----	133
Imagem 32 – Entrevista com Helder Costa Lima -----	133
Imagem 33 – Entrevista com Maria Oneide Costa Lima -----	133
Imagem 34 – Fachada da escola com o nome de Gringo-----	134
Imagem 35 – Quadro bordado na casa de D.Oneide-----	134
Imagem 36 – Foto do Congresso Pré-CUT em 1983-----	137
Imagem 37 – Informativo do SNI-----	149
Imagem 38 – Informativo do SNI-----	150
Imagem 39 – Matéria do jornal A Providência do Pará-----	154
Imagem 40 – Matéria do jornal Tribuna Operária-----	156
Imagem 41 – Cartaz de Benezinho-----	163
Imagem 42– Matéria do jornal A Província do Pará -----	167
Imagem 43 – Matéria do jornal A Província do Pará -----	167
Imagem 44 – Matéria do jornal A Província do Pará -----	168
Imagem 45 – Matéria do jornal dos Trabalhadores Pará Sem Terra-----	168
Imagem 46 –Documento SNI -----	168
Imagem 47 – Matéria do jornal O Liberal-----	170

Imagem 48 – Cartaz da IV Romaria da Terra-----	172
Imagem 49 – Faixa de Benedito Alves Bandeira-----	173
Imagem 50 – Romeiros chegando -----	173
Imagem 51 – Cartaz anunciando a romaria-----	173
Imagem 52 – Jovens na romaria-----	173
Imagem 53 – Diversas faixas na romaria-----	173
Imagem 54 –Cartaz do Lavrador Crucificado-----	173
Imagem 55 – Saída da romaria-----	174
Imagem 56 – Romeiros na estrada-----	174
Imagem 57 – Apresentação teatral-----	174
Imagem 58 – Bispo D. Angelo e Padres na celebração-----	174
Imagem 59 – Maria de Fátima -Viúva-----	181
Imagem 60 – Maria Leidiane - Filha-----	181
Imagem 61 – Giovani-Filho-----	181
Imagem 62 – Maria Elizabeth- Filha-----	181
Imagem 63 – Maria Benedita-Filha -----	181
Imagem 64 – Maria José-Filha -----	181
Imagem 65 – Maria Elvira- Irmã -----	182
Imagem 66 – João Bandeira-Irmão-----	182
Imagem 67 – Lugar onde Benedito Alves Bandeira foi morto-----	182
Imagem 68 – Placa com o nome do Benezinho-----	182
Imagem 69 – Sede do STR de Tomé-Açú -----	182
Imagem 70 – Sede da delegacia -----	182
Imagem 71 – Caritas com o nome do Benezinho-----	183
Imagem 72 – Pe. Zezinho em celebração-----	183
Imagem 73 –Comunidade em celebração-----	183
Imagem 74 – Homenagem no cemitério-----	183
Imagem 75 –Elizabeth próximo a sepultura do pai-----	183
Imagem 76 – Lula em Belém-----	204
Imagem 77 –Informativo do SNI-----	204
Imagem 78 – Panfleto-----	207
Imagem 79 – Cartaz de Paulo Fonteles-----	210
Imagem 80 – Trecho de pronunciamento-----	213
Imagem 81 – Carta -----	217
Imagem 82 – Cartas de mulheres de Xinguara-----	218
Imagem 83 – Telegrama -----	220
Imagem 84 – Telegrama-----	220
Imagem 85 – Telegrama encaminhado a Paulo Fontelles-----	220
Imagem 86 – Cartaz de Paulo Fontelles-----	231
Imagem 87 – Paulo Fontelles com Ulisses e Jader-----	231
Imagem 88 – Carta pedindo ajuda ao advogado Paulo Fontelles-----	236
Imagem 89 – Carta pedindo ajuda ao advogado Paulo Fontelles-----	236
Imagem 90 – Matéria do jornal Diário do Pará -----	240
Imagem 91 – Matéria do jornal Diário do Pará-----	240
Imagem 92 – Matéria do jornal Diário do Pará-----	240
Imagem 93 – Matéria do jornal Diário do Pará-----	240
Imagem 94 – Velório na Alepa-----	244
Imagem 95 – Velório na Alepa-----	244
Imagem 96 – Velório na Alepa-----	245
Imagem 97 – Velório na Alepa-----	245

Imagem 98 – Velório na Alepa-----	245
Imagem 99 – Velório na Alepa-----	245
Imagem 100–Velório na Alepa-----	245
Imagem 101–Velório na Alepa-----	245
Imagem 102 – Velório na Alepa-----	245
Imagem 103 – Velório na Alepa-----	245
Imagem 104 – Velório na Alepa-----	246
Imagem 105 – Hélio Gueiros no velório-----	246
Imagem 106 – Deputado João Batista Discursando -----	246
Imagem 107 – Deputada Federal Jandira Fegali-----	246
Imagem 108 – Deputado Federal Ademir Andrade-----	246
Imagem 109 – Cortejo Fúnebre -----	246
Imagem 110 - Cortejo Fúnebre-----	247
Imagem 111 – Cortejo Fúnebre-----	247
Imagem 112 – Cortejo Fúnebre-----	247
Imagem 113 – Cortejo Fúnebre-----	247
Imagem 114 – Cortejo Fúnebre-----	247
Imagem 115 – Cortejo Fúnebre-----	247
Imagem 116 – Cortejo Fúnebre-----	248
Imagem 117 – Cortejo Fúnebre-----	248
Imagem 118 – Cortejo Fúnebre-----	248
Imagem 119 – Cortejo Fúnebre-----	248
Imagem 120 – Cortejo Fúnebre-----	248
Imagem 121 – Chegada ao cemitério-----	248
Imagem 122 – Início do sepultamento -----	248
Imagem 123 – Cortejo Fúnebre-----	249
Imagem 124 – Chegada no cemitério-----	249
Imagem 125 – Sepultamento-----	249
Imagem 126 – Sepultamento-----	249
Imagem 127 – Sepultamento....-----	249
Imagem 128 – Sepultamento.....-----	249
Imagem 129 – Sepultamento.....-----	249
Imagem 130 – Dona Cordolina-----	249
Imagem 131 – José Antonio o motorista.....-----	252
Imagem 132 – Fusca queimado..... -----	253
Imagem 133 – James Vita Lopes.-----	256
Imagem 134 – Os dois pistoleiros.....-----	256
Imagem 135 – Capa do jornal Pessoal.....-----	257
Imagem 136 – Vita Lopes preso.....-----	261
Imagem 137 – Vita Lopes saindo do avião..-----	262
Imagem 138 – Mauro Bona entrevista Vita Lopes-----	264
Imagem 139 – Vita Lopes retorna pra cela-----	264
Imagem 140 – Entrevista de Paulo Fontelles a TV-----	266
Imagem 141 - Paulo montado no cavalo-----	277
Imagem 142 – Paulo Fontelles datilografando-----	277
Imagem 143 – Paulo Fontelles com amigos-----	277
Imagem 144 – Paulo em atividade-----	277
Imagem 145 – Juliana Fontelles com João Amazonas-----	277
Imagem 146 – Ronaldo Fontelles no Araguaia-----	277
Imagem 147 – Pedro Fontelles no enterro de João Canuto-----	278

Imagem 148 – Juliana Fontelles-----	278
Imagem 149 – Ronaldo Fontelles-----	278
Imagem 150 – Pedro Fontelles-----	278
Imagem 151 – Paulinho Fontelles-----	278
Imagem 152 – Homenagem a Paulo Fonteles na Alepa-----	279
Imagem 153 – Paulinho fala na Alepa-----	279
Imagem 154 – Deputado Bordalo-----	279
Imagem 155 – Marcelo Celic-----	279
Imagem 156 – Hecilda Veiga com os filhos-----	279
Imagem 157 – Filhos de Paulo Fontelles-----	279
Imagem 158 – Edmilson Rodrigues-----	280

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	17
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO I – A AMAZÔNIA E O CONTEXTO DOS ANOS DE DITADURA	38
1.1 - A Amazônia e o cinema de protesto no período militar	52
1.2 - A igreja católica na Amazônia: da colonização ao fim do século XX	75
1.3 - A história e a memória da violência nos conflitos pela terra no Pará	83
1.4 - A luta pela Reforma Agrária	87
CAPÍTULO II – RAIMUNDO FERREIRA LIMA – DE AGENTE PASTORAL AO LÍDER SINDICAL	104
2.1 - A história e a memória dos familiares de Gringo	124
CAPÍTULO III – BENEDITO ALVES BANDEIRA – “O HOMEM QUE MORREU NA LUTA DO POVO”	135
3.1 - A história e memória dos familiares de Benezinho	175
CAPÍTULO IV – PAULO CESAR DE LIMA FONTELES – O ADVOGADO DO MATO	184
4.1 - A morte na metrópole	231
4.2 - A investigação sobre a morte de Paulo Fontelles	251
4.3 - Lucio Flavio Pinto e o Jornal Pessoal	256
4.4 - A história e a memória dos familiares de Paulo Fontelles	267
4.5 - Imagens de Paulo Fontelles e seus familiares e amigos	277
CAPÍTULO 5 - DITADURAS, COMISSÕES DA VERDADE E REPARAÇÕES: UMA ABORDAGEM.....	281
CONCLUINDO.....	306
FONTES	312
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	314

APRESENTAÇÃO

O título desta tese, “É muito triste não conhecer o pai”, é parte de uma frase que foi expressa por Maria Benedita Lima Bandeira, filha caçula de Benedito Alves Bandeira, o Benezinho, assassinado no dia 04 de julho de 1984. Nascida no dia 17 de abril desse mesmo ano, quando da morte de seu pai, Maria Benedita, iria completar quatro meses de vida. Ela, assim, como os irmãos menores, então não conheceram o pai.

Além dos filhos de Benedito Alves Bandeira, quando da sua morte, que eram pequenos, filhos de Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, e de Paulo César Fonteles de Lima, também crianças, não tiveram a oportunidade de viver a experiência do convívio paterno, do abraço, da comemoração do dia dos pais, dos passeios, das brincadeiras.

A adaptação para o título da tese resumiu muito a leitura das entrevistas da maioria dos filhos que fiz nesse percurso da escrita da tese. Embora pareça ‘romantizada’, ela é muito mais um lamento, uma fala, onde praticamente todos deixaram subtendido a dor pela ausência do pai, ao mesmo tempo que todos demonstraram orgulho e carinho por esses ‘heróis’, mesmo não existindo a figura física presente, mas pelo fato, de que não terem conhecido, o vazio, em grande medida foi substituído pelo ‘ouvir’ falar deles.

As histórias dos familiares aqui retratado nessa tese é também de muitas outras famílias que perderam alguém que se propôs a lutar em defesa de trabalhadores rurais, sem terras, quilombolas, indígenas. Dezenas de lideranças sindicais foram mortas nas últimas décadas do século XX e nessas primeiras décadas do século XXI. Grande parte delas deixaram centenas de órfãos, que também devem ter usado a expressão que dá o nome a essa tese.

Quando iniciei o curso no programa de pós-graduação em história social da Amazônia em 2015, com a proposta da temática, não tinha ideia exata de como seria o resultado. Sabia que o tema levaria pra esse campo, da pesquisa com parte desses sujeitos, os filhos de algumas lideranças mortas na década de 1980. Eu digo que fiquei um pouco preocupado, pois como seria encontrar familiares de alguém que havia sido assassinado sem ter tido chances de alguma de defesa. Como reagiriam, como estariam, nos três casos, mais de trinta anos depois.

Acontece, que acabei por lembrar que eu e meus irmãos, em 2015, éramos onze, já tínhamos passado por isso, pela perda do pai, que havia sido assassinado nas circunstâncias semelhantes. Meu pai era liderança sindical, representante de vários outros movimentos sociais, como a Central Única dos Trabalhadores no Pará, tinha sido um intransigente na construção dessa central sindical, quando exigia que a questão dos trabalhadores rurais fosse

colocada na pauta da entidade. Era membro da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará, (Fetagri-PA), tinha acabado de ser eleito dirigente dela em 1987 quando foi morto. Tinha ajudado a fundar em Moju o sindicato dos professores, que lá inicialmente se chamou Associação Mojuense dos Professores (AMOP), que depois viria a se juntar ao SINTEPP. Meu pai era animador de comunidade e Agente da Pastoral da Terra. Era um homem envolvido com as questões políticas, tinha sido fundador do Partido dos Trabalhadores no Estado do Pará, era muita coisa, e foi morto sob circunstâncias nunca explicadas.

Então, eu me coloquei no lugar dos meus entrevistados, principalmente dos filhos. Grande parte das entrevistas foi muito dolorosa pra mim, em diversos momentos precisei conter de forma resistente as lágrimas nas horas das entrevistas. Diria que não foi uma tarefa fácil, mas como pesquisador, é preciso manter uma separação do objeto de estudo, mesmo, no meu caso, o objeto sendo totalmente ligado a minha história. Confesso, que ao mesmo tempo que ‘sofrer’ em alguns momentos com os depoimentos, mas ouvir expressões de alegria pelas histórias dos pais, também foi um grande alento.

No período da escrita da tese, também sofri baixas, a morte de dois irmãos meus, como disse, quando entrei no programa, éramos onze, agora saindo, somos nove. Essas duas mortes, de minha irmã mais velha, Maria Dinalva, em 2016 de um infarto, no momento em que estava em Moju, ela trabalhava em Macapá como professora de geografia há mais de vinte anos e de meu irmão caçula, Virgílio, em 2017, de forma absurda, quando um rapaz desferiu uma facada na região do tórax, levando a óbito depois de uma cirurgia, fizeram com que eu sentisse muito as duas perdas, tanto que o ano de 2018, para mim, foi praticamente um ano perdido.

Não bastassem as duas mortes desses meus irmãos, também em 2017, a morte de Paulo Fonteles Filho, o Paulinho Fonteles, foi outro momento de ‘abatimento’. O que vejo hoje, é que de certa forma, me permiti viver essas perdas de forma muito intensa. Paulinho era grande incentivador dessa tese, e tinha muita fonte para repassar, muitas histórias para contar. De modo que ainda consegui gravar sua entrevista alguns meses antes de seu falecimento. Sua morte foi por problemas de saúde, uma broncopneumonia ceifou sua vida.

No entanto, para ir superando os problemas das perdas, terapias foram necessárias. Uma delas posso dizer, a escrita foi muito importante. Além de continuarmos a luta para irmos dando um fim a esse trabalho, procuramos também contribuir com alguns outros escritos, como foi o caso da publicação do livro chamado “Romeiros de Moju: devotos de Nossa Senhora de Nazaré”, onde procurei mostrar os passos de centenas de pessoas que fazem

uma peregrinação de três dias e três noites para chegarem a Belém no período do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, como foi noticiado pelos jornais O Liberal¹ e Beira do Rio², o segundo, um informativo da Universidade Federal do Pará. A convivência nos dias que fiquei com os ‘romeiros’ me ajudou a refletir sobre a vida daquelas centenas de pessoas que estavam na ‘romaria’ e por algum motivo, elas tinham o objetivo de chegar ao final dessa ‘epopeia’. Assim, depois fiquei imaginando que eu também precisaria chegar ao fim do meu trabalho, tinha que finalizar essa tese.

Também consegui publicar cinco artigos em revistas científicas, como os intitulados “Processos de resistência na Amazônia nos tempos da Ditadura Civil-Militar: entre a memória e a história”, pela revista Moara em 2015. “História e memória de um município da Amazônia: A chegada do ‘desenvolvimento’ em Moju/PA (década de 1980)”, pela revista Observatório no ano de 2016, em parceria com Fabiano Bringel. “A luta pela terra na Amazônia: o assentamento Quintino Lira em Santa Luzia do Pará (2007-2015)”, pela revista Outras Fronteiras, 2016, em parceria com Antônio Jeferson Paiva.

Outros seis artigos como capítulos de livros também foram publicados nesse período em que estive no curso do doutorado, como apresento a seguir: “Historiografia dos Conflitos pela Terra na Amazônia”, 2015; “Chacinas, pistolagens e atuação sindical: história e memória do assassinato de Benezinho em Tomé-Açú/PA, década de 1980”, 2016; “Da agricultura diversificada a produção da monocultura do dendê: a expansão do agronegócio em comunidade de Moju/PA”, 2017; “A história e memória de um sindicalista na Amazônia: Virgílio Serrão Sacramento”, 2017, “A chegada de um padre ‘progressista’ em Moju/Pa e a luta pela terra na Amazônia”, 2018 e “Parfor/História e a formação de professores: experiências de caso em Nova Esperança do Piriá (2012-2016)”, 2019 esse último em parceria com Edilson Mateus.

Esses escritos, ou trabalhos publicados, também refletem minha posição acadêmica, principalmente os artigos, sejam das revistas ou capítulos dos livros. Tenho procurado dessa forma levar adiante a proposta que me fez ingressar nos programas de pós-graduação desde o ano de 2007 até os dias atuais, bem como de minha condição de professor da universidade Federal do Pará, onde atuo na Faculdade de História do Campus Universitário do Tocantins em Cametá.

Por isso, digo que seja verdade a frase da filha de Benedito Alves Bandeira, Maria Benedita, de que é ‘triste realmente não conhecer o pai’, mas como ela, que apesar de não o

¹ <https://www.oliberal.com/cultura/historiador-lanca-livro-com-historias-dos-romeiros-de-moju-1.200525>

² <https://www.iemci.ufpa.br/index.php/2019/114-151-outubro-e-novembro/exclusivo-online/376-opinioao>

ter conhecido em vida, sente orgulho do seu legado, sei que a maioria dos outros filhos também tem o mesmo sentimento, como eu também tenho do meu pai, e aqui, em minha vida, uso esse sentimento como forma de instrumentalizar a tristeza e a saudade na escrita e produção de trabalhos que levem em consideração a memória desses homens e mulheres que deram sua vida por uma causa, que acreditaram ser mais importante que a própria família, esposas, filhos, e que deve ser papel desses que ficaram, compreender e entender isso, fazendo alguma coisa também, para quem sabe, marcar a história como eles já fizeram.

INTRODUÇÃO

“É melhor morrer na luta do que morrer de fome”. Essa foi uma frase comum que se ouviu no Estado do Pará e na Amazônia nas décadas de 80 e 90 do século XX. Muitos homens e mulheres que se tornaram lideranças de movimentos sociais a partir dos anos de 1970 tiveram um fim trágico sendo assassinados e assassinadas. Só para lembrar alguns casos, tivemos Irmã Adelaide Molinari³, Irmã Dorothy Stang⁴, Maria do Espírito Santo e seu esposo José Cláudio Dias⁵, ativistas do meio ambiente, além de João Canuto⁶, Expedito Ribeiro⁷, estes, sindicalistas e João Batista⁸, advogado e deputado estadual na época de sua morte, entre centenas de outras vítimas. Nesse cenário da violência contra essas lideranças e trabalhadores, de modo geral do campo, como colonos, indígenas, quilombolas e comunidades ribeirinhas fez com que o Pará se tornasse referência nas estatísticas e liderasse o ranking de mortes por conta dos conflitos agrários.

Na dissertação de mestrado em história, que defendi em 2007 no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, com o título “As almas da terra: a violência no campo mojuense”⁹ discuti um desses casos, a violência no campo em Moju, município paraense no qual meu pai foi uma dessas lideranças e foi morto. Ele também mencionava a frase que ‘era melhor morrer na luta do que morrer de fome’. Resultado, também entrou para a triste lista das estatísticas de assassinatos.

³ Irmã Adelaide Molinari, foi morta no dia 14 de abril de 1985, por volta das 15 horas, quando se encontrava na Rodoviária de Eldorado dos Carajás o delegado Sindical Arnaldo Dolcídio Ferreira do STR de Marabá levou um tiro que atravessou o tórax e foi se alojar no pescoço da freira que morreu ali. Disponível em <http://irmandadedosmartires.blogspot.com>

⁴ Irmã Dorothy Stang foi executada com seis, no lote 55 do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) – Esperança, no dia 12 de fevereiro de 2005. O assassinato foi encomendado, em decorrência da disputa por terras que pertencem à União, por dois fazendeiros, Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, e Regivaldo Pereira Galvão, conhecido como Taradão. Disponível em www.cptnacional.org.br

⁵ José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva, em 24 de maio de 2011, em Nova Ipixuna (PA). Eram ambientalistas e agricultores extrativistas, e denunciavam grilagem de terras, desmatamento ilegal e madeireiros dentro do projeto de assentamento agroextrativista aonde vivam. Disponível em www.cartacapital.com.br

⁶ João Canuto foi morto no dia 18 de dezembro de 1985 com tiros por um pistoleiro a mando de fazendeiros e políticos de Rio Maria. Além de presidente do sindicato dos trabalhadores rurais era ligado ao Partido Comunista do Brasil. Disponível em <http://www.vermelho.org.br>

⁷ Expedito Ribeiro de Souza, sucessor de João Canuto na presidência do Sindicato dos trabalhadores rurais de Rio Maria, foi morto em 2 de fevereiro de 1991.

⁸ João Batista foi morto em 6 de dezembro de 1988, quando chegava em sua casa depois de ter sofrido três atentados a bala (1985, 86 e 87). No momento do crime, sua mulher Sandra Batista estava no carro junto com sua filha que foi atingida também por tiros. Disponível em www.brasildefato.com.br

⁹ SACRAMENTO, Elias Diniz. As almas da terra: a violência no campo mojuense (1980). Belém. – PPHIST-UFGA, 2007.

No mesmo ano de minha defesa, outro trabalho foi apresentado no mesmo programa retratando os problemas no campo do estado do Pará. Trata-se da autora Edileusa dos Santos (2007)¹⁰ intitulado “Vila Arraias: espaço de sobrevivência, morte e núcleo de colonização na luta pela terra, PA-150 (1970-1985)”, onde a autora procurou mostrar o processo de colonização nesse espaço que se formou no entorno da PA-150 no município de Jacundá. Ali, nos mostra a autora que a irmã Dorothy Stang, então missionária ajudou os lavradores no processo de organização para conquistarem seus direitos. Mostra também o assassinato do lavrador Lourival Marques¹¹ em 1980 por pistoleiros, causando grande comoção nesse lugar.

O outro trabalho, de um ano antes, defendido por Luzia Canuto (2006)¹² intitulado “Terra e natureza: assentamentos rurais em Rio Maria (1974-2004)”, procurou mostrar como se formou o município onde se criaram vários assentamentos rurais de forma desiguais a partir da chegada dos primeiros migrantes às margens do rio que leva o mesmo nome. Ali, nos diz a autora, dentro de todo esse processo foram se dando aos poucos as relações conflituosas que transformaram esse espaço em um dos mais “polvorosos” do Pará, culminando inclusive com a morte de muitos colonos, trabalhadores rurais e lideranças sindicais, entre eles, seu pai e dois irmãos.

No dia 18 de dezembro, uma quarta feira de 1985 foi morto no município de Rio Maria, no sul do Pará, João Canuto, uma das lideranças mais expressivas daquela região. João Canuto era nesse momento presidente do sindicato dos Trabalhadores rurais desse município e já havia inclusive se candidatado a prefeito junto com Expedito Ribeiro, que era da diretoria do mesmo sindicato. Ambos eram defensores incondicionais dos trabalhadores da região. João Canuto foi morto por conta dessas defesas, mais também pelo ódio que despertou nos fazendeiros da região, principalmente de Vantuir de Paula, filho do fazendeiro que havia levado o líder sindical para trabalhar em suas terras nos meados da década de 1970 e que ali teve grandes avanços na produção da área do senhor fazendeiro, deixando o filho, muito revoltado, achando que iriam perder parte das terras para o então colono e meeiro na época¹³.

Na ocasião do assassinato, em 1985, João Canuto já estava estabilizado, apesar de ter sofrido grandes perseguições, além das ameaças constantes. Pai de seis filhos, na época, a

¹⁰ SANTOS, Edileusa dos. Vila Arraias: espaço de sobrevivência, morte e núcleo de colonização na luta pela terra, PA-150 (1970-1980). Belém. – PPHIST-UFPA, 2007.

¹¹ Lourival Marques da Silva era casado, posseiro e morador da PA – 150 localizado no km 51. Foi morto por questões de terra pelo pistoleiro José Piaui a mando do grileiro Osanir Silva em 08 de março de 1980. Disponível em <http://docvirt.com>

¹² PEREIRA, Luzia Canuto de Oliveira. Terra e natureza: assentamentos rurais de Rio Maria (1974-2004). Belém. – PPHIST-UFPA, 2006.

¹³ A prática configurava a liberação de uma determinada área de um proprietário, dono de uma terra para que o inquilino pudesse fazer uso desta, com alguma atividade e no final parte da produção fosse dividida ao meio.

jovem Luzia Canuto, com então quinze anos de idade, namorava com Carlos Cabral, que também trabalhava no STR de Rio Maria e que no dia do ocorrido, como estava na sede do sindicato, correu para o local do crime, a rua do cemitério. Lá chegando, já havia outras pessoas observando o corpo já sem vida, pois tinha levado nada menos que quatorze tiros dos dois pistoleiros. A seguir, transcrevo dois trechos do livro de Carlos Cartaxo (1999), uma espécie de romance trágico sobre a história da família Canuto, cujo título é “A família Canuto e a luta camponesa na Amazônia”¹⁴. Vejamos o primeiro trecho onde Carlos Cabral indaga o sindicalista sobre os perigos que este corria.

- Sr. João, eu estou preocupado com o risco que o senhor corre. O número de mortes aqui no sul do Pará aumentou consideravelmente e ninguém foi punido até hoje. O que tem acontecido com os posseiros pode acontecer com o senhor: um fazendeiro desses daqui paga um pistoleiro doido desses que vivem exclusivamente de matar e vem aqui tirar a sua vida. - Mas Carlos, quem vive lutando por um palmo de terra para trabalhar corre esse risco, seja um posseiro ou um líder sindical. - Eu entendo, mas me entenda! Em ordem de importância o senhor está numa escala muito mais importante porque o senhor tem a responsabilidade de organizar aqueles que trabalham na terra. Foi o senhor que construiu tudo o que está aqui a nível da luta sindical. - É certo que não fui só eu que construiu esse trabalho aqui no Sul do Pará, muitos outros companheiros já tomaram na luta. Por isso, eu não só compreendo, como respeito a sua preocupação comigo, agora vejamos: numa região como a do Sul do Pará onde a maioria das terras é latifúndio improdutivo, onde o governo estimulou muitos trabalhadores do todo o Brasil para vir construir um novo país na Amazônia, mas não deu condição nenhuma, onde a maioria das fazendas pertencem grandes grupos empresariais nacionais e internacionais, onde a maioria dos fazendeiros não plantam um pé de arroz ou de feijão, apenas derrubam a mata para vender madeira e criar gado, numa situação dessa a gente que tem o mínimo de consciência, que verdadeiramente ama o país e sabe que se tivermos milhares de pequenas fazendas produzindo seremos o maior produtor de grãos do mundo, eliminaremos a fome e daremos empregos para milhares de famílias, não podemos nos acovardar e fugirmos com medo dos fazendeiros que financiam as campanhas, e o governo para se manter no poder encobre essa podridão e não faz nada para a matança de pais de famílias trabalhadores. (CARTAXO, 1999, p. 181-182).

Esse trecho que destaquei da conversa daquele que seria o futuro esposo de Luzia Canuto, e seu pai, ocorreu dias antes de sua morte, onde se via a preocupação com a segurança do líder sindical por conta das diversas mortes já existentes na região, onde estavam os municípios de Conceição do Araguaia, Xinguara e Rio Maria. No que vemos claramente a sabedoria de João Canuto, como de uma liderança semianalfabeta, mas que tinha um conhecimento muito grande sobre as questões sociais. Para ele, era preciso eliminar a fome com a geração de empregos nas pequenas fazendas no campo. Para os fazendeiros, o mais importante era eliminar quem atravessasse seus caminhos, como acabou o correndo com

¹⁴ CARTAXO, Carlos. A família Canuto e a luta camponesa na Amazônia. – Belém, PA: EDUFPA/Livroarte, 1999.

o então sindicalista. Já no momento de sua morte, quando Carlos Cabral chegou próximo e viu o que seria seu futuro sogro estendido no chão, correu em direção para onde tinham fugido só pistoleiros, como narra Carlos Cartaxo,

A notícia se espalhou por todas as casas em questão de poucos minutos. Algumas testemunhas foram à casa dos Canutos avisar, outros foram ao sindicato. Carlos, quando soube da notícia, se levantou desnordeado, pegou um revólver 22 e saiu sem camisa, descalço e vestindo bermuda, correu para o local do crime. Quando chegou lá se deparou com João Canuto morto, no chão, com o corpo todo ensanguentado perfurado por balas. O choque não deixou Carlos paralisado; ao contrário, como já havia pessoas para cuidarem do corpo, saiu correndo à procura dos assassinos. As pessoas orientaram a pista dos bandidos e este saiu a procura destes por dois quilômetros. Como não conseguiu pegá-los, voltou à cidade e procurou a polícia e dar queixa e comunicar o ocorrido. (CARTAXO, 1999:192).

Como era esperado, João Canuto foi morto a mando de fazendeiros da região e as autoridades locais nada fizeram pra prender os pistoleiros, pelo contrário, deram cobertura para a fuga. João Canuto foi mais uma liderança assassinada. Mas a lista não parou. Expedito Ribeiro que no dia do velório fez discursos inflamados contra os latifundiários da região, foi outro morto. Paulo Fonteles que era advogado e amigo também entrou para a lista e estatísticas dos assassinados no campo. Três filhos de João Canuto, já nos inícios dos anos de 1990 foram tocados em Rio Maria, sendo dois deles mortos, Paulo e José. Orlando que estava junto, sobreviveu ao atentado com diversas sequelas resultado dos tiros pelo corpo. Sobreviveu porque se fingiu de morto.

Carlos Cabral, que então namorava com Luzia, filha de João Canuto, constituíram família e tiveram duas filhas. Nos anos seguintes, se separaram. Carlos continuou no município de Rio Maria atuando em defesa dos trabalhadores rurais. No dia 11 de maio de 2019, estando na condição de presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Rio Maria, do qual seu ex-sogra também havia sido presidente, foi morto por dois pistoleiros na sede do município. Vejamos um trecho da matéria do jornal Diário do Pará dando a notícia sobre esse caso,

Cabral, como era mais conhecido em Rio Maria, era ex-genro do também sindicalista João Canuto, assassinado na década de 80. Na ocasião, Cabral havia sobrevivido a um atentado. Na mesma época, foram assassinados os filhos de João, Paulo e José Canuto, ambos cunhados de Carlos Cabral. Cabral teve a vida inteira marcada pela luta em defesa dos trabalhadores rurais. A polícia Civil de Rio Maria deverá iniciar as investigações para elucidar o corrido. (DIÁRIO DO PARÁ, 11/06/2019)

Ainda sobre o sul do Pará, Fábio Pessoa (2013)¹⁵ apresentou também no Programa de Pós-graduação de História Social da Amazônia a dissertação intitulada “O pensamento radical no movimento camponês: história e memória da luta camponesa em Conceição do Araguaia (1975-1985)”, onde procurou analisar as relações que se estabeleceram nesse município no período estudado, quando ali se deram grandes embates pela tomada do sindicato dos trabalhadores rurais que por mais de uma década esteve sob a intervenção do pelego¹⁶ Bertoldo Lira que tinha o apoio de nada mais nada menos que do responsável pelo massacre contra os guerrilheiros do Araguaia, Sebastião de Moura¹⁷, mais conhecido Curió. Nesta dissertação, Fábio Pessoa nos mostra o trabalho da oposição sindical, liderado por Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, que foi morto no dia 30 de maio, um mês antes das eleições que ocorreriam para o STR. Gringo, era o candidato opositorista, ou da Chapa 2.

Seguindo o percurso de alguns trabalhos ainda do PPHIST-UFPA com pesquisas sobre as transformações no campo amazônico em tempos recentes, temos a dissertação de mestrado de Adriane dos Prazeres (2016)¹⁸ com o título “O vale do Tocantins e a Lei Anilzinho: a lei dos posseiros (1961-1981)”, onde numa exaustiva pesquisa a autora aborda a criação da Lei Anilzinho, nome de uma localidade onde se reuniram posseiros que viviam da extração dos frutos da castanha no município de Baião e que em meados da década de 1960 e 1970 correram o sério risco de perder as terras na qual viviam e de lá retiravam seus sustentos. A iniciativa contou com apoio da igreja católica de Cametá e posterior de movimentos sociais como o sindicato dos trabalhadores rurais ajudando na famosa lei que tinha um regimento com dez pontos, entre eles, o último que destacava a necessidade destes permanecerem nessa terra, nem que para isso ‘tivessem que pegar nas armas’ para se defenderem. Tal movimento deu resultado e os colonos permaneceram na área.

Em todos esses trabalhos defendidos no PPHIST-UFPA, procurou-se fazer análises das situações conflituosas em que vivenciaram esses espaços da Amazônia, mais

¹⁵ PESSOA, Fábio. O pensamento radical no movimento camponês: história e memória da luta camponesa em Conceição do Araguaia (1975-1985). Belém. – PPHIST-UFPA, 2016.

¹⁶ Aqui pelego é usado como aquele que faz apenas o que as autoridades ordenam e não aquilo que é de interesse do grupo coletivo. Então um sindicalista pelego, não fazia a defesa dos seus sindicalizados e portanto, não os defendia.

¹⁷ Sebastião Curió Rodrigues de Moura nasceu em São Sebastião do Paraíso (MG) no dia 15 de dezembro de 1934, filho de Heitor Rodrigues Pimenta e Antônia Pimenta. Ingressou na carreira militar, tendo feito o curso de Formação de Oficiais do Exército na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende (RJ). Chegou ao Pará no início da década de 1970, participando como agente do Serviço Nacional de Informação (SNI) na repressão da guerrilha do Araguaia, promovida por militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). De 1980 a 1981, Disponível em <http://www.fgv.br>

¹⁸ PRAZERES, Adriane dos. O vale do Tocantins e a Lei Anilzinho: a lei dos posseiros (1961-1981). Belém. – PPHIST-UFPA, 2016.

precisamente do estado paraense. Por isso, uma afirmação posso fazer aqui logo de imediato, os conflitos pela terra foram uma realidade desde os anos de 1960, mais precisamente a partir de 1964 quando se deu o golpe militar no Brasil e aos poucos o campo foi se transformando até chegar nos episódios que conhecemos de violência desmedida.

Violência desmedida que manchou em proporções inimagináveis como ocorreu na famosa curva do ‘S’ em 1996, mais precisamente no dia 17 de abril, quando 19 trabalhadores sem-terra foram mortos pela polícia do estado do Pará numa operação desastrosa de desobstrução da rodovia PA-150 que estava interditada pelos manifestantes que cobravam do então governador Almir Gabriel uma ajuda com alimentos e ônibus para que levasse os manifestantes até a capital, Belém para que sentassem e negociassem a desapropriação de áreas consideradas improdutivas na região do sul e sudeste paraense.

Em um dos trabalhos mais recentes sobre esse caso, José Batista Gonçalves Afonso (2016)¹⁹ com a dissertação intitulada “O massacre de Eldorado de Carajás e a luta do movimento camponês pela terra no sul e sudeste do Pará”, coloca toda sua experiência de agente e defensor dos posseiros da região de Marabá e vai mais além nas pesquisas nos apresentando com densidade seu estudo sobre a formação do movimento sem-terra nessa região desde a chegada dos primeiros migrantes até a origem do movimento camponês para desembocar nos grandes conflitos pela terra e posterior ao massacre que aconteceu de forma cruel e covarde. Mas foi além, para mostrar os desdobramentos de todo esse processo.

Episódio semelhante aos acontecimentos da curva do ‘S’, também se sucedeu nove anos antes, em 1987, na região do sul do Pará. O jornalista, escritor, Paulo Roberto Ferreira, autor do mais recente livro “Encurralado na ponte: o massacre dos garimpeiros de Serra Pelada” (2019)²⁰, que na época era repórter do jornal O Liberal, mais de trinta anos depois, decidiu retornar às fontes documentais para reconstruir o episódio que ficou conhecido como chacina da ponte de Marabá, quando então as tropas militares do estado do Pará, do então governador Hélio da Mota Gueiros, “encurralaram” os garimpeiros que obstruíam a ponte que dava acesso a Marabá tanto ferroviária quanto rodoviária para que os governantes liberassem recursos para reabertura do garimpo de Serra Pelada que já estava fechado e que seria repassado para a Vale do Rio Doce.

Paulo Roberto mostra no seu livro, mostra que o protesto deu início no dia 28 de dezembro de 1987 e que durante esse dia e o seguinte, foram feitas várias reuniões em Marabá

¹⁹ AFONSO, José Batista Gonçalves. O massacre de Eldorado dos Carajás e a luta do movimento camponês pela terra no sul e sudeste do Pará. Marabá. – PPGDTSA-UNIFESSPA, 2016.

²⁰ FERREIRA, Paulo Roberto. Encurralados na ponte: o massacre dos garimpeiros de Serra Pelada. – 1. ed. – Belém: Paka-Tatu, 2019.

para que os mais de 300 garimpeiros pudessem ter uma resposta favorável às suas reivindicações. Enquanto não chegavam a nenhum acordo, as filas de carros, caminhões, ônibus se acumulavam nos dois sentidos da pista. Foi então no final do dia 29, que depois de terem acertado um plano de acordo para acabar com o impasse, que as lideranças dos manifestantes saíram da reunião e se dirigiam para dar a notícia, quando foram impedidos de continuar o percurso, pois uma ordem de Belém havia acabado de chegar aos comandos da polícia militar, a de desobstruir a ponte pela força, como podemos ver no relato do autor,

Quando as lideranças deixavam a sede da Prefeitura, foram surpreendidas pelo comunicado do comandante do 14º Batalhão da Polícia Militar, em Marabá, tenente-coronel Reinaldo Pessoa Chaves, que recebera ordem para desobstruir a ponte e já estava deslocando 340 homens para lá, sendo 40 por um extremo e 300 por outro. Os manifestantes receberam os soldados cantando o Hino Nacional. Quando as primeiras bombas e tiros foram disparados pelo lado da cidade de Marabá, os garimpeiros correram em direção oposta, mas foram recebidos por tropas da PM, que foram deslocadas de Belém por avião e se posicionaram na cabeceira da ponte, pelo lado do distrito de São Félix, que faz parte do município de Marabá. (FERREIRA: 2019, 29).

Como podemos ver no relato acima, o terror foi uma realidade nesse dia, pois como diz o autor, os manifestantes foram cercados onde mais uma vez a solução encontrada para resolver um problema social era a violência policial. Paulo afirma que os soldados que estavam na ponte bateram nos manifestantes, e que grande número caiu, se jogaram ou foram jogados da ponte pela polícia e que pelo período que era, o mês de dezembro, o rio estava seco, com as pedras submersas, a possibilidade de muitos terem sido mortos com a queda. De acordo com o jornalista, a polícia contabilizou apenas três mortos, mas os garimpeiros acreditavam serem mais de cinquenta, uma vez que o caso fatídico se deu no final da tarde e que a polícia provavelmente ocultou muitos corpos, levando em bagageiros dos ônibus da Transbrasiliana e teriam dado um fim.

O caso da curva do 'S' em 1996 quando os 19 trabalhadores sem-terra foram massacrados não foi diferente do episódio da ponte de Marabá em 1987. Lembrando que esses fatos tiveram a marca das ações policiais do Estado. Embora não tenha sido uma chacina, o que aconteceu em 04 de janeiro 1985 em Viseu, quando Armando Alves Lira, o Quintino, gatilheiro, defensor dos posseiros da região foi morto também por uma tropa da polícia militar, naquela época sob o governo de Jader Barbalho, quando mais uma vez, o governante não encontrou saída pacífica para resolver o problema da terra da região nordeste paraense,

mais especificamente da famosa Gleba Cidapar. Esse episódio foi narrado por Violeta Loureiro no livro “Estado, bandido e heróis: utopia e luta na Amazônia” (1997)²¹.

Voltando ao sul do Pará, trago ainda o livro de Airton dos Reis Pereira (2015)²², “Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará”. Obra resultado de seu doutorado com exaustiva pesquisa sobre as regiões mencionadas, do qual o autor é um profundo conhecedor, principalmente por atuação que teve, junto a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em anos anteriores.

Sua pesquisa envereda por um sul e sudeste do Pará mostrando as transformações ali ocorridas desde a chegada de migrantes de várias partes do país para ocuparem projetos de colonização promovida pelos governos militares na região, mais que sofreram profundos impactos por conta de se pensar um projeto sem levar em consideração vários fatores como a localização desses espaços e a apropriação dessas áreas por grupos econômicos. Procurou mostrar ainda a ação da igreja católica com setores de movimentos sociais até o nascimento do MST e o enfrentamento aos grupos econômicos de grande poder de capital que usaram vários aparatos para defender seus interesses, principalmente do método da pistolagem, que se tornou um grande ‘negócio’, surgindo nomes quase ‘lendários’ como do famoso pistoleiro Sebastião da Teresona, mas também de uma parte fascinante de sua pesquisa, as estratégias de resistência dos posseiros frente a esse clima mostrado pelo pesquisador.

Em um trabalho recente, Thiago Broni de Mesquita (2018)²³ intitulado “Uma estrada revela o mundo: O SNI e os conflitos pela posse da terra no Pará” as questões envolvendo os conflitos agrários ganham novo contorno. Pesquisa de Broni de Mesquita nos apresenta sobre os conflitos pela terra no Pará pós 1960, principalmente em torno da rodovia Belém-Brasília, a chamada rodovia da ‘integração nacional’ em que processos de compra e venda de áreas de forma fraudulentas beneficiando aqueles que eram favorecidos por esses governantes.

Há ainda trabalhos mais conhecidos sobre a questão agrária na Amazônia, como os de Pere Petit, “Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no Pará pós-1964” (2003)²⁴ e “Esperança equilibrada: a trajetória do PT no Pará” (1996)²⁵ ou mais

²¹ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky . Estado, Bandidos E Herois: Utopia E Luta Na Amazônia. Belém: Editora Cejup, 1997.

²² PEREIRA, Airton dos Reis. Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará. 1. Ed. Recife (PE): Editora UFPE, 2015.

²³ MESQUITA, Thiago Broni de. Uma estrada revela o mundo: o SNI e os conflitos pela posse da terra no Pará. Rio de Janeiro. – PPHS-UFF, 2018.

²⁴ PERE, Petit. Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

²⁵ PERE, Petit. Esperança equilibrada: a trajetória do PT no Pará. São Paulo: Boitempo/UFPA, 1996.

recente do pesquisador William Santos de Assis “A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense” (2015)²⁶ em que tratam da questão do campesinato e das organizações dos movimentos sociais.

O que me proponho nesta tese é uma outra perspectiva, como fiz no caso do estudo sobre Moju, quando pesquisei os conflitos pela posse da terra nesse município, resultado da chegada de diversos projetos agroindustriais e consequente tentativa de expropriação das terras de inúmeras famílias que viviam ali há décadas. Ou seja, aqui, procuro ver mais de perto o trauma familiar deixado pelos conflitos de terra e consequentemente o assassinato de alguns homens, que no meu caso de estudo, aqui são três e nesse sentido, as famílias são a base da pesquisa para entender suas memórias pós-morte dos esposos/pais.

Como nos demais trabalhos sobre a questão social do campo amazônico, procurei ver como os trabalhadores se organizaram e quais frentes de defesa fizeram para não serem expulsos de suas áreas. Assim, como nos demais trabalhos, houve mortes de ambos os lados e fui tentar ver o resultado dessas perdas. Verifiquei a morte de Edmilson Soares, considerado defensor dos projetos agroindustriais, mas não encontrando muitas respostas.

No entanto, meu foco maior foi ver o caso da família do sindicalista Virgílio Serrão Sacramento, liderança que havia surgido frente à chegada dos empreendimentos para o município nos fins da década de 1970. Essa liderança junto com outros trabalhadores rurais também acompanha o processo do ‘outro lado’. Em 1987 o sindicalista foi assassinado num crime misterioso que nunca conseguiu se provar exatamente o que motivou sua morte, ficando caracterizado duas versões, uma das autoridades que havia sido um acidente, uma vez que este foi morto próximo de chegar em sua casa na zona rural, há um quilômetro de onde morava e vinha na sua motocicleta e foi apanhado por trás, tendo o motorista passado por cima depois que o atropelou. A outra versão, da família e dos movimentos sociais foi uma morte proposital, uma vez que o líder sindical era muito atuante na defesa dos trabalhadores do campo.

Em artigo intitulado “A história e memória de um sindicalista na Amazônia: Virgílio Serrão Sacramento” (2017)²⁷, eu procurei mostrar que o líder sindical nasceu em Limoeiro do Ajuru, município paraense da região do baixo-Tocantins e muito cedo se tornou um migrante buscando uma vida melhor no seu próprio estado. Andou por Tomé-Açú, Almeirim, voltou

²⁶ ASSIS, William Santos de. A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense. 1. ed. Curitiba: CRV, 2015.

²⁷ SACRAMENTO, Elias Diniz. A história e memória de um sindicalista na Amazônia: Virgílio Serrão Sacramento. In: PEEREIRA, Airtton dos Reis. Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental Brasileira. 1 ed. – Belém, Paka-Tatu, 2017.

pra Tomé-Açu e na metade dos anos de 1970 seguiu para Moju, onde junto com sua esposa adquiriu uma terra e plantou mandioca, pimenta do reino, juta e ali completaram a família com seus onze filhos. Em Moju, Virgílio enveredou pelo sindicato dos trabalhadores rurais, quando foi eleito presidente em 1983 e posterior ingressou em outros movimentos sociais como a CUT, Fetagri/PA, CPT-Guajarina, PT. Era muito atuante e defensor dos trabalhadores rurais, até que foi assassinado em 1987.

Mas, deixando a questão da morte, que ficou sem os devidos esclarecimentos, eu procurei no trabalho de mestrado, além de fazer a análise como já mencionei sobre os conflitos pela terra em Moju, ir saber como ficaram os familiares do líder assassinado, a viúva e seus onze filhos.

Em 2007, ano da defesa da dissertação, havia se passado então vinte anos da morte e os filhos haviam tomados seus rumos. Num breve resumo, o que vi ali foi que os filhos continuaram suas vidas, alguns mantendo os ideais do pai. Dos onze filhos, todos terminaram o ensino médio, ou o segundo grau e destes todos também tinham sido aprovados no ensino superior, sendo que dez tinham conseguido concluir. Dez tinham sido aprovados em algum concurso público e um ficou morando nas terras onde haviam se criado.

Como já disse, também fui tentar investigar o que tinha acontecido com a família do representante do agronegócio, uma vez que este quando chegou a Moju vindo de São Paulo, no início dos anos de 1980 pra administrar uma empresa de dendê, a Marborges, que travou uma luta com quilombolas do Jambuaçú e trabalhadores rurais das comunidades de Ipitinga e Curuperé, no dia 07 de setembro de 1984 pela madrugada, quando se enfrentaram nas matas dessa localidade, e após o confronto com tiros disparados pelo grupo de Edmilson e dos '44' trabalhadores, Edmilson Soares, o então gerente da empresa e já vereador Pelo PDS, morreu no combate²⁸.

Quando chegou a Moju, no início de 1980, Edmilson Soares tinha levado esposa e filhos, e nesse pequeno tempo, este manteve um relacionamento extraconjugal com outra mulher de onde veio uma filha, que acabou não conhecendo o pai, pois este morreu antes de seu nascimento. Em 2010, mais precisamente no mês de maio, vinte e seis anos depois da morte de Edmilson Soares e depois que ocorreu o julgamento de Regivaldo Galvão em Belém, acusado de matar a missionária Dorothy Stang em Anapu, fui convidado a escrever um texto para o site que levava o seu nome, e assim o fiz. No entanto, para minha surpresa, um dos filhos do então vereador, que eu não conhecia, escreveu um comentário.

²⁸ SACRAMENTO, Elias Diniz. A luta pela terra numa parte da Amazônia: o trágico 07 de setembro em Moju e seus desdobramentos. Belém. – Editora Açai, 2009.

Sua fala dizia que eu havia escrito um livro sobre seu pai. O livro no qual mencionava, era “A luta pela terra numa parte da Amazônia: o trágico 07 de setembro em Moju e seus desdobramentos”²⁹, no qual seu pai, o então vereador Edmilson Soares, havia sido um dos personagens centrais para o desenrolar do conflito que ali existiu. Prosseguiu afirmando, que eu ‘desconhecia’ a história, informando que ele não era ‘mineiro’ e sim ‘baiano’, que sua esposa se chamava Anete de Oliveira Figueredo Soares. Dizia ainda que ‘lamentava’ muito por seu pai terem lhes tirado de uma vida ‘boa’ que tinham em São Paulo e terem se mudado para o ‘inferno que era a Reasa’³⁰. Por fim, finalizava, afirmando que sua mãe não teve uma reparação prometida pela empresa e que tiveram que voltar pra Bahia, como podemos ver a seguir,

Prometeram a ela uma pensão especial a qual ela nunca recebeu. Hoje ela só recebe um salário mínimo como pensionista. Passamos por muitos maus bocados quando morávamos no Pará, coisas das quais não quero nem lembrar. (Elimar Figueredo Soares)³¹.

Só esclareço aqui muito rápido para o leitor, que não escrevi o livro sobre a tragédia da morte de Edmilson, mas do que foram aqueles dias difíceis no campo mojuense quando acabou culminando na morte do então vereador Edmilson. Infelizmente, não tive como obter informações mais precisa sobre sua vida, uma vez que não havia familiares deste em Moju e alguns dos ‘amigos’ da época se recusaram a falar sobre ele. Mas, independentemente da questão paterna, também lamento pela situação na qual ficaram os filhos.

Ainda sobre o sindicalista de Moju, no artigo intitulado “A história e memória de um sindicalista na Amazônia: Virgílio Serrão Sacramento”³², nele procurei mostrar a história de Virgílio, desde sua origem no município de Limoeiro de Ajuru como extrativista, passando por Tomé-Açú como trabalhador assalariado nas terras dos ‘japoneses’, cultivadores de pimenta do reino até chegar em Moju quando se deparou com os projetos agroindustriais e viu a situação difícil que começava a se formar naquele município. Falo sobre o relacionamento com sua esposa Maria do Livramento Diniz Sacramento e seus onze filhos, incluindo eu, o quinto. Finalizo o trabalho com seu assassinato e os acontecimentos posteriores.

²⁹ SACRAMENTO, Elias Diniz. A luta pela terra numa parte da Amazônia: o trágico 07 de setembro de 1984 em Moju e seus desdobramentos. Belém. - Editora Açai, 2009.

³⁰ Reasa Reflorestadora da Amazônia foi uma firma que se instalou na região da PA 252 em Moju no ano de 1976 com o intuito de plantar dendê. Nos anos de 1980 a área onde estava, era formada por comunidades remanescente de quilombos, entraram em atritos que culminou na morte de Edmilson Soares, então gerente da empresa e vereador em Moju. Posterior mudou o nome para Marborges.

³¹ Disponível em: www.comitedorothy.blogspot.com/2010/05/um-julgamento-histórico

³² SACRAMENTO, Elias Diniz. A história e memória de um sindicalista na Amazônia: Virgílio Serrão Sacramento. In: PEREIRA, Airton dos Reis...[et.al]. – 1. ed. – Belém, PA: Paka-Tatu, 2017.

É nesse sentido que depois de um longo hiato do meu trabalho de mestrado, quando defendi em 2007 e retornei para o doutorado em 2015, trouxe de volta a tona meu interesse em procurar saber como estavam então alguns familiares de outras lideranças assassinadas no campo paraense. E assim propus o projeto que foi aprovado no PPHIST-UFPA em 2015.

A princípio minha vontade era de se fazer um estudo de famílias que haviam perdido a o marido-pai em vários municípios paraense. Depois se verificou que era um número consideravelmente grande, diminuí para cinco e no decorrer da pesquisa, acabou se concentrando em três casos, sendo dos familiares de Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, Benedito Alves Bandeira, Benezinho e Paulo Fonteles de Lima.

No trabalho acadêmico de conclusão de curso (TCC), Luana Nunes Bandeira Alves (2014)³³ apresentou a monografia “Conflitos no campo e violações de direitos humanos: uma análise de líderes camponeses em razão da questão fundiária no estado do Pará no período de 1964 a 1988”. No seu trabalho, Luana procurou mostrar os desdobramentos das políticas que se deram no estado do Pará depois de 1964 até os anos de 1988. Também, procurou mostrar três casos de lideranças assassinadas nesse período, sendo Raimundo Ferreira Lima, Gabriel Sales Pinta e Paulo Fonteles de Lima, o primeiro sindicalista e os dois, advogados.

Luana Bandeira, trabalhou em sua pesquisa com o caso do advogado Gabriel Sales Pimenta, que foi morto em Marabá em 18 de novembro de 1984. Apesar de ser interessante, e por ser um trabalho inicial, a autora não aprofunda a pesquisa, principalmente no tocante aos familiares. Mesmo assim, não deixa de ser uma significativa contribuição para os estudos sobre os casos envolvendo familiares e as próprias lideranças, e no meu caso, procuro seguir os rastros como pesquisador, avançando mais no contexto da investigação sobre cada caso pretendido por mim.

Para este trabalho, a história oral foi imprescindível uma vez que a parte mais interessada aqui são os familiares de Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, Benedito Alves Bandeira, o Benezinho e Paulo Fonteles de Lima. Precisei escutá-los e como sempre, em alguns momentos, a desconfiança foi inevitável como no caso de um grupo de pesquisadores quando do Núcleo Universitário de Abaetetuba em 2004 foram atrás dos então chamados “batalhadores”, homens que trabalhavam nas ruas desse município carregando as pessoas nas suas bicicletas como forma de ganhar o dinheiro para suas necessidades básicas. Na ocasião das entrevistas, um ‘batalhador’ assim respondeu,

³³ ALVES, Luana Nunes Bandeira. Conflitos no campo e violações de direitos humanos: uma análise de líderes camponeses em razão da questão fundiária no estado do Pará no período de 1964 a 1988. Belém. – Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará, 2014.

Há muitos anos que trabalho aqui, deixando...seja aluno, seja professor, doutor eu carrego, e num veio ninguém daí saber da gente. O que interessa pra universidade saber da minha história?³⁴

Ao destacar essa memória do artigo onde o ‘batalhador’ é citado, como um sujeito que vive todos os dias uma vida e aparentemente é relegado à história, como se fosse apenas um personagem a cumprir suas funções, de levar e trazer passageiros de um lugar para outro, em algum momento quando este foi procurado, sua desconfiança é inevitável. Assim, muitos sujeitos ao serem procurados para trabalhos acadêmicos onde possam dar algum depoimento a fim de contribuir com estudos históricos, se sentem desconfiados também. Geralmente uma das perguntas que fazem é, porque estão sendo procurados e pra quê servirá seus depoimentos, em uma dinâmica em que o pesquisador precisa ter tato para lidar com a história oral e sua metodologia, como nos diz Lucília de Almeida Neves (2000)³⁵,

Portanto, as potencialidades da metodologia da História Oral são inúmeras, mas seus limites também são efetivos. Permeadas por interlocuções diversas, supõe um trabalho prolongado que passa por inúmeras etapas, desde a pesquisa para a preparação dos roteiros das entrevistas, passando por sua realização, por seu processamento e por sua análise. Enfim, através deste procedimento rigoroso de diálogo entre o historiador e o depoente, é possível produzir-se documentos que registram o que foi, como foi, o que deixou de ser e o que potencialmente pode vir a ser, tanto do ponto de vista individual como na perspectiva social e política. (NEVES, 2000, p, 115).

Como podemos observar, trabalhar com história oral não é tarefa fácil ou simplista, uma vez que ao abordarmos nossos sujeitos é preciso ter em mente as mais diversas possibilidades de reações que estes podem sentir. Como do caso por exemplo, do ‘batalhador’ de Abaetetuba, trabalhando tantos anos pela cidade e nunca ninguém havia lhe dado alguma ‘importância’ e de repente um grupo de pesquisadores fez uma abordagem para indagá-los sobre sua história, sua memória.

É nesse sentido que a autora Lucilina nos mostra que entre o entrevistador e o depoente é possível produzir os documentos depois do encontro, da entrevista, e ali sim, tirar as conclusões que se pretende o pesquisador, o que quer afinal de contas com essa busca, porque revisitar o passado através da memória, o que esta pode e deve contribuir com os estudos do presente.

³⁴ALMEIDA, Kézia Sueli Ferreira de; CHAGAS, Lindalva Soares das ; CORDEIRO, Roni Macedo; SILVA, Hiléia Lúcia Gama da & RODRIGUES, João Rosemildo S. da. Memória de Ofício: O Batalho em Abaetetuba. In: Margens/Revista Interdisciplinar do Núcleo de Pesquisa – CUBT – UFPA. V. 1, (jan. 2004) – Abaetetuba, PA: CUBT/UFPA, 2004.

³⁵ Neves, Lucilina de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. In: HISTÓRIA ORAL: Revista da Associação Brasileira de História Oral, n.3, jun. – São Paulo, 2000.

A metodologia pensada para este trabalho foi no sentido de fazer a de campo em arquivos, localizando documentos e posteriormente, agendar as visitas para as entrevistas que ocorreram ao longo dos quatro anos que se seguiram ao ingresso no programa. Vale aqui ressaltar a dificuldade encontrada em vários momentos em se ter acesso à documentação e também se chegar aos entrevistados. Mas no final, o resultado foi o esperado. Cada documento, matérias de jornais, informativos, fotos, cartas, trouxeram cargas de emoção. As entrevistas foram uma parte interessante, muitas delas, difíceis dos entrevistados não segurarem a emoção.

Por isso, dividi o trabalho em quatro capítulos, sendo o primeiro capítulo uma ‘visita’ aos acontecimentos que se deram no Pará depois da chegada dos militares ao poder, revendo alguns debates sobre a Amazônia, a produção cinematográfica e suas contribuições, além de análises de alguns filmes-documentários que foram produzidos inclusive nesse período. Trago ainda outras abordagens que ajudam a entender toda essa dinâmica que tem levado aos conflitos pela terra e a morte de muitos defensores de trabalhadores do campo.

No segundo capítulo, trabalho a memória de Raimundo Ferreira Lima, o Gringo procurando mostrar sua história de vida com a constituição de sua família, seu casamento com Maria Oneide e o nascimento dos seus seis filhos, o momento de sua inserção junto a igreja católica como agente de pastoral que passou a exercer e a participação nos movimentos sociais, principalmente sócio do sindicato dos trabalhadores rurais de Conceição do Araguaia até se tronar candidato à oposição sindical nos anos de 1980.

Nesse capítulo, procuro também rememorar os fatos históricos sobre sua atuação junto às comunidades eclesiais de base, até o momento de seu assassinato no dia 30 de maio de 1980, sendo um dos mortos pelas questões de terra que mais chamou atenção até aquele momento, quando posteriormente se reuniram em atos por sua memória no município de Conceição do Araguaia mais de quatro mil pessoas nos dias seguintes.

Para ajudar, a saber, o que ocorreu com a família de Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, foi necessário ir a busca dos familiares, esposa e filhos. Assim, tive que ir ao encontro destes. Primeiro falei com o filho mais velho em Belém, Raimundo Ferreira Lima Júnior, que me concedeu uma entrevista na sede da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri/PA-AP). Fiz a entrevista em uma tarde. Por ser o mais velho, me contou muitos detalhes da história do pai o que foi muito gratificante.

Depois marquei de ir até São Geraldo do Araguaia e fui lá em 2018 para entrevistar Maria Oneide Costa Lima, a viúva de Gringo e os filhos que lá moram, Helder, Nedyma e Alex. Sílvio mora em Xinguara e Omalizan no norte da França. Fui recebido na casa de dona

Oneide que muito simpática me acolheu. Fiquei dois dias lá no município e fiz as entrevistas com todos em uma tarde. Foi muito interessante e rico ouvir todos ali, praticamente em um único momento.

Além de falarem da história Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, também puderam me relatar como viveram depois da morte do esposo/pai e como estão atualmente, que caminhos tomaram nas vidas, se continuaram alguma militância social, política, se permaneceram na vida religiosa, tudo isso pode ser observado ainda nessa parte do trabalho. Além das falas, também mostro algumas imagens com fotos pessoais e outras que encontrei nos arquivos pesquisados. Uso também algumas letras de músicas/cantos da igreja católica que foram criados, uns para homenagear Gringo e outros como símbolo da luta pela terra.

No terceiro capítulo discuto o caso de Benedito Alves Bandeira, o Benezinho. Procuro ver a história de vida como migrante até chegar em Tomé-Açú nos meados da década de 1970 e ali se tornar a referência que foi como animador de comunidade, agente da Comissão Pastoral da Terra, organizador da oposição sindical até ser eleito presidente do STR em 1983.

Da história de Benedito Alves Bandeira, o Benezinho, foi possível ver junto a seus irmãos, esposa e filhos a memória que ficou desse homem depois da sua morte em julho de 1984. Os depoimentos foram concedidos no município tomeaçuense quando lá fui em março de 2018. Fomos um amigo e eu para as entrevistas e catalogação de alguns documentos que pudessem auxiliar o trabalho.

A recepção em Tomé-Açú foi muito boa. Embora tenha ido para fazer as entrevistas e voltar no mesmo dia. Então sai de Belém, ainda de madrugada e chegamos por volta das oito horas da manhã. Nesse dia entrevistei Maria de Fátima, a esposa, os filhos Giovane, Maria Leidiane que moram na mesma casa. Depois fui entrevistar a filha caçula Maria Benedita, que mora com a avó e de lá fui entrevistar Maria Elvira, irmã de Benezinho. Por último nesse mesmo dia, já pela parte da tarde, entrevistei João Bandeira, irmão de Benedito Alves Bandeira. Já havia entrevistado as filhas mais velhas, Elizabeth Bandeira em 2016 e Maria José em 2017.

As últimas entrevistas que ocorreram em Tomé-Açú foram cheias de emoção. Em diversos momentos os depoentes se emocionaram ao lembrar da figura de Benedito Alves Bandeira, principalmente os mais novos, pelo fato de basicamente não terem conhecido pai. Também a emoção se deu muito por conta da lembrança de como se deu sua morte, sem direito a defesa.

Em outra parte do segundo capítulo, procuro mostrar como se deu o processo do assassinato de Benedito Alves Bandeira, o Benezinho e a comoção popular que tomou o

município tomeaçuense levando os populares a fazerem justiça com as próprias mãos e chacinando os três pistoleiros um a um numa cena de filme, que inclusive foi documentada por uma equipe cinematográfica que estava presente nesse momento e que posterior ao ocorrido virou o filme “Quem matou Benezinho”. Também uso parte dessa produção neste capítulo.

Por conseguinte, também procuro mostrar o que aconteceu com os familiares de Benedito Alves Bandeira, o Benezinho, que caminhos tomaram, o que fizeram de suas vidas, se seguiram os caminhos do pai como ativistas, se permaneceram na igreja católica também, se vivem a memória do pai no dia da sua morte, se acontece alguma celebração e se participam, enfim, faço uma abordagem para entender o pós-morte.

No quarto e último capítulo trabalho a memória de Paulo Fonteles, sua história de vida, início da militância sua prisão em Brasília junto a Hercilda Veiga, sua esposa em 1972 e o nascimento do primeiro filho Paulo Fonteles Filho, na prisão, seu retorno para Belém ainda na condição de preso, quando mais uma vez, estes têm o segundo filho, gerado no presídio São José.

Depois de cumprirem as penas, Paulo e Hecilda então retomam a vida em liberdade e no final de 1970, Paulo então tem início a carreira de advogado da Comissão Pastoral da Terra no Sul e Sudeste do Pará. É essa continuidade que dou neste capítulo, um pouco da trajetória do ‘advogado do mato’, como este passou a ser chamado.

Ainda sobre o quarto e último capítulo, analiso os fatos que marcaram a morte de Paulo Fonteles desde o dia do assassinato, o velório com o comparecimento de muitas pessoas e autoridades como o governador do Pará Hélio da Mota Gueiros, o senador Jader Barbalho, deputado federal Ademir Andrade, deputado estadual João Batista e muitos populares.

Na sequência procuro falar sobre o pós-morte do advogado e ex-deputado, das investigações que se iniciam pela polícia civil de Belém e as buscas através de pistas deixadas pelos assassinos. Também procuro mostrar que o jornalista Lúcio Flávio Pinto também cria um jornal chamado “Pessoal” com o objetivo de esclarecer a morte dos acusados.

Por fim, na parte final do capítulo, falo sobre os familiares, a viúva Raquel, as ex-companheiras/esposas, Hecilda Veiga e Sandra Zaire, da qual Paulo viveu relacionamentos anteriores. Procuro também ver os filhos, quatro que me concederam entrevista. Paulo Fonteles Filho, que faleceu em 2017, alguns meses depois de nossa conversa para este trabalho. Também consegui entrevistar Ronaldo, Juliana e Pedro. Só não consegui entrevistar João Hass, uma vez que não foi possível encontrar espaço em sua agenda. João é Mestre cervejeiro e viaja muito pelo Brasil.

O trabalho tem essa composição ou formato uma vez que a ideia era exatamente falar dos familiares dessas lideranças assassinadas no campo paraense na década de 1980. Ver a memória e os traumas herdados depois desses crimes nos órfãos que ficaram, esposas e filhos principalmente. Porém, não seria possível comentar sobre essas pessoas sem antes mencionar a história dos pais e também dar destaque sobre os antecedentes de uma Amazônia que passou a viver outra realidade depois de 1964 quando aconteceu o golpe militar no Brasil.

Nesse sentido, a tese apresentada tem por grande objetivo dar sua contribuição à história social do tempo presente, assim como foi produzir as “Almas da Terra: a violência no campo mojuense”, onde falei sobre a história social de Moju na década de 1980, mas também falei sobre a história do líder sindical Virgílio Serrão Sacramento, aqui tenho a consciência de que mostrar o que aconteceu com os familiares de Gringo, Benezinho e Paulo Fonteles tem um significado muito importante para a historiografia do Pará e da Amazônia, e porque não dizer, do Brasil.

Registro também que minha intenção foi de contribuir com o Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, onde abriu as portas para que eu cursasse o doutorado e apresentasse este trabalho, que procuro agora devolver, sabendo que muito ainda há para ser pesquisado sobre o tema dos conflitos pela posse da terra, violência no campo, desestruturas familiares por conta dessas violências que continuam ocorrendo nos dias atuais. Mas, como disse o poeta, ‘tudo vale a pena, quando a alma não é pequena’.

CAPÍTULO I – A AMAZÔNIA E O CONTEXTO NOS ANOS DA DITADURA

Na metade do século XX, trabalhadores do campo que eram a maioria da população do Brasil, procuraram buscar formas de se organizar para cobrar melhorias e direitos. Entre esses direitos questionados estavam a reforma agrária, com a distribuição de terras e a igualdade do salário mínimo para que fosse estendido aos camponeses também, uma vez que esse direito já era garantido aos trabalhadores das cidades.

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), entidade criada em 1954, tinha por finalidade dar o suporte que a classe camponesa necessitava, uma vez que faltava uma entidade representativa. A ULTAB foi fundada pelos trabalhadores agrícolas e tinha como o objetivo a luta pela melhoria da condição de vida do trabalho nas áreas rurais. Era ligada ao Partido Comunista brasileiro. Depois do golpe militar de 1964, acabou desaparecendo. De acordo como Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil e a Fundação Getúlio Vargas,

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) foi fundada em 1954, tendo à frente Lindolfo Silva, militante do PCB. Ele foi responsável pela criação de associações de lavradores que buscavam organizar os camponeses em suas lutas. A partir do início dos de 1960, as associações foram sendo transformadas em sindicatos. A ULTAB não só desempenhou papel fundamental nesse processo de sindicalização que culminou na criação, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), como também se constituiu na principal força em ação da nova entidade. (CPDOC/FGV)³⁶

Gutemberg Armando Diniz Guerra (2009)³⁷ nos fala que da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), surgiu a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará (ULTAP), que para sua efetivação contou com as associações de lavradores já existentes desde os anos de 1950 e que estavam muito mais concentradas na zona bragantina, na região nordeste paraense. No estado do Pará, o PCB também mantinha influência na organização social junto aos camponeses. Nesse período da metade do século XX a questão agrária era tema de grandes debates, como veremos a seguir,

No momento em que surgiu a ULTAP, a reforma agrária ocupava espaço importante no debate nacional. A I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Pará foi realizada por convocação da Comissão Paraense pela Reforma Agrária, em 13 de maio de 1955. Ocorreu em clima de ampla mobilização, dentro da legalidade e com o apoio oficial. A prefeitura de Belém forneceu transporte no trem que percorria o trecho de Bragança até a capital e alimentação no Serviço de Assistência a Previdência Social (SAPS). Nessa Conferência, realizada no centro de

³⁶ www.CPDOC/FGV.br/produção/dossiê - acessado em 12/11/2019.

³⁷ GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Organizações rurais e camponesas no estado do Pará.. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvo de & PAULILO, Maria Ignez Silveira (orgs). Lutas camponesas contemporâneas: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

Belém, na sede do Sindicato dos Estivadores, estruturou-se a Comissão para a Fundação da ULTAP, composta de delegados de Castanhal, Santa Isabel, Igarapé-Açú, Bujaru, Bragança, Capanema e Soure. Ali se podia identificar a representação de sindicatos localizados no nordeste paraense, com exceção daquele de Soure, localizado na ilha de Marajó. Alguns desses representantes cumpriram papel importante nos rumos das organizações e na memória do movimento. Benedito Pereira Serra, representante de Castanhal, foi o primeiro presidente da entidade e morreu em decorrência dos maus-tratos recebidos na prisão após o golpe de 64. (GUERRA, 2009: p. 120-121).

Como podemos ver, a organização social dos trabalhadores do campo no estado já vinha desde a primeira metade do século XX, como bem nos mostra Gutemberg Guerra, tanto que a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará foi fundada em consonância com a fundação da união Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, tendo, como mencionado, nesse momento a região Bragantina como centro desses espaços de discussões e debates. É nesse contexto que surge a figura de Benedito Pereira Serra, que como nos diz o autor, uma década depois de estar à frente da ULTAP, vai ser morto no hospital militar em Castanhal, acusado de ser subversivo, uma vez que era liderança dos camponeses dessa região e pesava acusação de fazer parte do Partido Comunista do Brasil.

Como liderança camponesa que se firmou, Benedito Pereira Serra, era natural de Castanhal, onde desde o fim do século XIX haviam chegado levas de migrantes, principalmente do estado do Ceará e no seu entorno havia sido construído a estrada de ferro que ligava Belém a Bragança onde também haviam se criado vários núcleos de colonização como Santa Maria, Capanema, Santa Isabel, Benevides. No decorrer do século XX esses espaços foram se tornando espaços de disputas, principalmente depois da construção da BR-316, a Belém-Brasília em meados na década de 1950.

Com a tomada do poder em 31 de março de 1964, os militares colocaram a Amazônia no plano de segurança nacional e nesse sentido, aqueles que eram considerados subversivos e possuíam alguma ligação com PCB eram presos, torturados e muitos deles desapareciam. O caso ocorrido com Benedito Pereira Serra foi um desses em que os militares tomaram de prisão contra ele e o levaram para ser interrogado, como podemos ver no livro “Dossiê – Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)”³⁸, existe uma descrição o que o líder da ULTAP nasceu em Bragança (PA) no dia 8 de maio de 1913 e seus pais se chamavam Benvindo Moraes Serra e Teresa Joana Pereira de Moraes e foi morto em 16 de maio de 1964. Era líder sindical rural e presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrários do Pará, trabalhava como ambulante e sua acusação era de subversão e comunismo,

³⁸ Dossiê – Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)/ Comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos – IEVE – Instituto de Estudos sobre Violência do Estado. – São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

tendo sido preso no dia 9 de abril de 1964. Apresentando o dossiê duas matérias de jornais da época, sendo o primeiro da Folha Vespertina do dia 9 de abril, que trazia como manchete “Capturado Benedito Serra em Castanhal quando seguia rumo à Bragança”, informava o seguinte,

[...] Procurado pelas autoridades de nossa capital, que de fato deram conhecimento às demais autoridades de todo interior do Estado, foi preso em Castanhal e posteriormente enviado para Belém, onde já se encontra, o agente subversivo Benedito Pereira Serra, presidente da ULTAP. Sua prisão foi possível graças à constante vigilância do delegado de polícia daquele município, cel. Jurandir Lima. Benedito viajava em uma “Kombi” que faz linha regular com aquele município e pretendia chegar à Bragança. [...] Hoje pela manhã, foi Benedito novamente fichado (seu antigo prontuário tem número 195), devendo posteriormente ser entregue às autoridades militares [...] (Dossiê, 2009. P, 82)

Já no jornal A Província do Pará, mostrado também pelo Dossiê, temos a seguinte notícia, com o título “Polícia efetua mais prisões de comunistas e prossegue à procura dos que escaparam”, vejamos a informação,

[...] Escoltado por elementos do Exército e da Delegacia de Segurança Política e Social, foi transferido da Delegacia de Castanhal para Central, na madrugada de ontem, o Sr. Benedito Pereira Serra, presidente da ULTAP, preso naquela cidade da zona bragantina, quando preparava-se para fugir. O conhecido agitador comunista foi recolhido a uma das celas da Central de Polícia, onde aguarda ordens de transferência para o Quartel da 8ª Região Militar. (Dossiê, 2009. P, 82).

Como podemos ver nas matérias dos jornais paraenses utilizadas pelo Dossiê, da prisão do líder da União dos Lavradores ocorrida no dia 09 de abril, bem no início do golpe efetuado pelos militares até sua morte no dia 16 de maio, haviam se passado pouco mais de um mês e dez dias aproximadamente. Sendo taxado de comunista e subversivo, sofreu espancamentos desde o início de sua prisão, tendo inclusive sido omitido seu paradeiro a seus familiares. Como relatou sua esposa Miracy Machado Serra, que só conseguiu localizar o endereço de sua prisão no dia 03 de maio, quando foi informada que este estava no 2º Batalhão de Polícia Militar. Segundo seu testemunho, de uma de suas últimas visitas a ele no dia 09 de maio, seu marido havia sido espancado muito, davam-lhe banho de água gelada e a água que lhe davam para beber era de péssima qualidade bem como a comida e a cela era úmida cheia de insetos. Não permitiam que ela levasse comida e roupas para este trocar na cadeia. Já nesse período ele se sentia com febre e tremia muito e não tinha assistência médica onde estava preso e já estava com o corpo cheio de hematomas.

No dia 19 de maio, o jornal A Província do Pará deu a seguinte informação: “Faleceu o comunista que estava preso, vítima de forte hepatite aguda”. De fato, Benedito Pereira Serra havia sido morto pela que apontava o laudo da necropsia feito pela Faculdade de Medicina da

Universidade Federal do Pará, assinado pelo patologista José Monteiro Leite onde informava que este havia falecido no hospital Militar em Belém em 16 de maio de 1964, às 19 horas.

Benedito Pereira Serra é considerado o primeiro morto pelos militares no Pará. Sua morte, como observado, se deveu ao fato de ser considerado um subversivo e manter elo com os comunistas, entre outras palavras, fazer parte do Partido Comunista do Brasil. Sua morte está relacionada ao início de extrema vigilância aos contrários ao modelo que se iniciava no Brasil, o das forças armadas no controle da nação.

A morte do líder da ULTAP é considerada mais política do que por questões envolvendo disputa por terra como ocorreu no município de Moju no ano de 1965, quando se deu o assassinato de Pedro Gomes da Silva, um lavrador da comunidade de Junirateua. A história desse lavrador está no relatório da “Comissão Camponesa da Verdade” (2014)³⁹. Um homem conhecido por “Miguel” tentou se apossar das terras do senhor Pedro Gomes. O lavrador compareceu a um local onde estava um agrimensor conhecido por Hoyos Bentes, a polícia e o próprio Miguel, quando na posse de documentos, mostrou para o agrimensor. Este fez um sinal com as mãos para os que estavam a sua proximidade, de onde se ouviu um disparo e o pobre lavrador foi atingido a altura das costas no lado esquerdo.

Já no relatório “Assassinatos no campo: 1964-1985” há o seguinte relato,

Pedro procurou ajuda, mesmo ferido, junto ao delegado de Moju, quando foi jogado ao solo e morto por um fuzil empunhado pelo soldado Antônio Francisco de Oliveira. Após a morte do lavrador, travou-se combate entre os filhos deste (Abílio, Clemente e Sebastião) ajudados por Oscar, Sandoval, Roberto e outros com os assassinos de Pedro. No final, o delegado José Francisco dos Santos foi morto. (Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1987: p. 31).

Essa morte, a do lavrador mojuense, seria uma das primeiras relacionadas a questão de terras no período da ditadura militar. Nos anos seguintes, o campo paraense viveria dias terríveis de conflitos no campo, envolvendo então outros agentes que começariam a se fazer presentes, principalmente a categoria dos pistoleiros, homens que praticavam seus serviços para fazendeiros com a missão de “limpar as áreas”, como de certa forma aconteceu em Moju, embora ali, tenha sido a força estatal ainda servindo aos ditames de pessoas interessadas em se apropriar das terras de simples colonos.

No entanto, duas mortes chamaram a atenção já no período governado pelos militares. Embora não tivessem relação com as questões da terra propriamente ditas, não deixaram de passar em branco, principalmente a primeira, do jovem e estudante Edson Luís de Lima

³⁹ VERDADE, Comissão Camponesa da. Relatório Final: Violações de Direitos No Campo 1946 a 1988 Brasília, dezembro de 2014. Brasília, dezembro de 2014.

Souto. Nascido em Belém, no dia 24 de fevereiro de 1950, era filho de João dos Santos e Maria de Belém Lima Souto. Sua família era de origem pobre e em busca de uma vida melhor, foi para o Rio de Janeiro onde ao chegar, se matriculou no Instituto Cooperativo de Ensino que ficava no lugar conhecido como Calabouço.

A morte de Edson Luís se deu no ano de 1968 quando a situação era tida como caótica, onde os militares endureciam cada vez mais o regime. A situação do espaço como um todo onde funcionava o instituto, e onde estava o restaurante Calabouço, funcionando em precárias condições, fez com que nos dias que antecederam sua morte, existissem ali diversos protestos. No dia 28 de março desse ano, mais um protesto estava programado para acontecer com uma passeata que iria percorrer várias ruas da capital carioca. No entanto, os policiais militares invadiram o local e começaram a atirar nos estudantes que apenas estavam armados de paus e pedras. Edson, que nem militante era, estava ali apenas segurando uma bandeja quando se iniciou uma correria e o paraense foi atingido então por um tiro no peito. A bala varou o coração e alojou-se na espinha, provocando morte imediata. O nome do policial era Aloisio Raposo, um aspirante da polícia militar.

Ainda de acordo com o “Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985), depois dos tiros e da morte do estudante, seus colegas não permitiram que o corpo fosse levado ao instituto Médico Legal. Preferiram conduzir seu corpo para Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, onde ali foi necropsiado. Também ali se iniciou seu velório, tendo a presença de muitos artistas e se criado filas para a população se despedir do nortista. No dia seguinte, já na parte da tarde, o cortejo saiu as ruas ao som Valsa do Adeus, como podemos ver no trecho a baixo,

No dia seguinte à tarde, o corpo de Edson Luís foi acompanhado por 50 mil pessoas em passeata até o Cemitério São João Batista. Durante mais de duas horas, o cortejo percorreu as ruas do centro da cidade até o cemitério. Foi sepultado à luz de velas e de archotes improvisado ao som do Hino Nacional. A emoção tomou conta das pessoas que, na saída, entoaram a “Valsa do Adeus”. As manifestações estudantis alastraram-se por quase todo o país e foram violentamente reprimidas. Assim mesmo, realizou-se a missa de sétimo dia, em 04 de abril de 1968, na igreja da Candelária, mandada celebrar pela Assembleia Legislativa. Na saída, os presentes foram reprimidos pela PM, pelo Corpo de Fuzileiros Navais e pelo DOPS. À tarde, após a celebração de outra missa em sua homenagem, muitos foram poupados com a ajuda dos padres, mas novamente houve violência. (DOSSIÊ DITADURA: MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS NO BRASIL/1964-1985, 2009: p. 114).

Como podemos ver, a morte do jovem estudante paraense, ao ser interrompida de forma trágica por um tiro disparado no momento da invasão do restaurante Calabouço causou grande comoção, principalmente no Rio de Janeiro, como está no relato, com as diversas manifestações ocorridas ali e ao mesmo tempo com as retaliações do Estado, principalmente

pelo DOPS. A morte, como bem mostrada, não tinha nada a ver com as questões relacionadas a disputas por terra, mas sim pelo fato de os militares estarem naquele ano de 1968 endurecendo o regime.

Pedro Ventura Felipe de Araújo foi outro de origem nortista que teve a vida ceifada no período em que os militares estavam no poder. Nascido em 23 de setembro de 1913 em Óbidos, região Oeste do estado do Pará era filho de Felipe Costa Pomar e Rosa de Araújo Pomar e foi morto em 16 de dezembro de 1976. Embora tenha saído de Óbidos aos 13 anos de idade para estudar em Belém onde iniciou sua introdução no movimento estudantil, não retornou para sua cidade, pois na década de 1930 houve a revolta tenentista que chegou a cidade natal, mas sendo sufocado o levante, Pedro foi para o Rio de Janeiro e ali entrou no PCB.

De acordo com o Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985), já com 19 anos de idade, este retornou para a cidade das ‘mangueiras’ Belém, e começou a cursar medicina. Se dedicou ao esporte, sendo jogador do profissional do Clube do Remo, se casou em 1935 com Catharina Patrocínia Torres tendo com ela quatro filhos. Foi preso pela primeira vez em janeiro de 1936 quando cursava o terceiro ano da faculdade. Sua saída da prisão se deu quase um ano e meio depois, em junho de 1937, quando decidiu largar medicina e optou por se tornar um militante do PCB. Dois anos depois foi novamente preso, em 1939 junto com alguns companheiros líderes do partido como Maurício Grabóis e Amarildo de Vasconcelos, quando conseguiu fugir da prisão em 5 de agosto de 1941. Sua trajetória foi muito intensa nos anos que seguiram, tornando-se eleito em 1947 para a Câmara Federal, onde estava no partido da sigla Partido Social Progressista (PSP). Quando terminou o mandato, os comunistas não podiam se candidatar novamente.

Com o golpe de 1964, Pedro Pomar, já era um dirigente de grande expressão e por isso teve sua prisão preventiva decretada, tendo este que buscar um esconderijo porque sua casa em São Paulo foi invadida e depredada. Nesse início do governo ditatorial, na clandestinidade, fez várias viagens pelo Brasil para ajudar na organização de militantes nas áreas rurais, como Goiás, Maranhão e o sul do Pará. Nessas viagens, se passava por vendedor de medicamentos. A morte de Pedro Pomar ocorreu na famosa Chacina da Lapa, no dia 16 de dezembro de 1976 quando os militares invadiram a casa e mataram os que estavam ali, já dirigentes do PCdoB, entre eles, os dois principais dirigentes, Pedro Ângelo Arroyo, além de outros homens que faziam parte da direção. Segundo o “Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985),” temos a seguinte informação,

Pomar não deveria estar presente à reunião no bairro da Lapa, em São Paulo naquele dezembro de 1976. Mas sua mulher estava doente e desenganada pelos médicos, o que o levou a desistir de uma viagem à Albânia. E, por uma dessas ironias da vida, vários membros da família se reuniram para despedir-se de Pedro. Pomar foi enterrado com nome falso no Cemitério de Perus e, em 1980, sua família fez o traslado de seus restos mortais para Belém do Pará. (DOSSIÊ DITADURA: MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS NO BRASIL/1964-1985, 2009: p. 673).

Como podemos observar, as mortes dos três personagens acima tinham em comum suas origens. Todos eram paraenses. O primeiro líder de trabalhadores rurais, militando na região bragantina. O segundo, um jovem com perspectiva de melhorar de vida e que ao sair de Belém, acreditava que conseguiria essa condição na cidade do Rio de Janeiro, quando ali encontrou a morte, numa infelicidade de estar no local que era alvo dos militares por conta dos protestos da maioria dos estudantes. O terceiro caso, então do grande líder comunista, numa ação planejada, que não deu a mínima chance de se defenderem, apesar da polícia ter informado posteriormente que ali teria ocorrido uma troca de tiros, onde na verdade ocorreu uma execução dos líderes do Partido Comunista do Brasil. É verdade, que das três mortes, apenas a primeira, do dirigente da ULTAP, havia uma ligação com a questão agrária, uma vez que seu representante buscava de alguma forma, organizar os camponeses da região para a luta por mais direitos e benefícios para a categoria. Mas mesmo assim, as mortes faziam parte do papel do estado e das forças militares para conterem qualquer forma de contestação de seus governos, entre esses casos, estava obviamente, o controle do campo, como foi o caso do aniquilamento da Guerrilha do Araguaia.

Os autores Charles Wood e Marianne Schmink no livro “Conflitos sociais e a formação da Amazônia (2012)⁴⁰, um trabalho resultado de uma pesquisa na região amazônica desde 1976 quando adentraram a região do sul do Pará, nos municípios de Marabá, Conceição do Araguaia, São Félix do Xingu, Xinguara no momento que esse espaço experimentava grandes transformações advindas principalmente pela abertura de várias estradas e onde se iniciavam grandes conflitos pela posse da terra, ocasionada sobretudo pela implantação dos projetos dos militares. O primeiro lançamento do livro se deu em 1992 e foi publicado em inglês. Uma das abordagens que fizeram pelo sul do Pará foi sobre a guerrilha do Araguaia.

Para os autores, a chegada de 69 membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) se deu com a chegada de outros migrantes que também haviam partido para esse espaço. A maioria dos jovens que foram chamados de guerrilheiros eram em sua maioria profissionais

⁴⁰ SCHMINK, Marianne & WOOD, Charles. Conflitos sociais e a formação da Amazônia; [Tradução de Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura] Belém: ed. Ufpa, 2012.

urbanos que estavam naquele momento fugindo da repressão urbana que ocorria principalmente no sul e sudeste do Brasil. Tornaram-se bem quistos, pois ajudavam nas então comunidades de São Geraldo do Araguaia, Itaipavas, São João do Araguaia, Palestina, Xambioá entre outras com os serviços de médicos e aulas de alfabetização.

Para os autores, em sua análise, a operação da guerrilha não era uma ameaça para o estado brasileiro. Porém, a reação dos militares foi rápida e já em 1972 o governo editou um decreto que permitia ao Conselho de Segurança Nacional que se envolvesse sobre as atividades industriais e de colonização na Amazônia, onde mobilizou milhares de recrutas de bases mais próximas. Logo no início da primeira operação, o exército usou táticas militares comuns e foram obviamente derrotados. Só lograriam êxito com a chegada na região com a presença do então comandante Sebastião Rodrigues de Moura. O major Curió, que na metade de 1974, com técnicas e táticas de guerra, como as usadas no Vietnã pelos norte-americanos, e ainda com ajuda dos chamados “bate-paus” derrotaram os guerrilheiros.

Diversos pesquisadores se dedicaram aos estudos sobre o que aconteceu na região do Araguaia. Trabalhos acadêmicos dos mais diversos graus como monografias, dissertações, teses e romances já foram produzidos no campo da investigação por parte de pesquisadores. Um desses trabalhos, uma monografia apresentada na Faculdade de História da Universidade Federal do Pará em 2003, de Marylia Lima Nina de Azevedo⁴¹, intitulado “Discursos acerca da guerrilha do Araguaia”, procurou mostrar algumas heranças sobre o movimento. Para esta pesquisadora em seu trabalho inicial, a guerrilha foi resultado do PCdoB, que havia rompido com o PCB, porque acreditavam que este partido era de pacificação e os membros do novo partido acreditavam que por essa via, o regime não chegaria ao fim, então a proposta de organização de um movimento revolucionário prevaleceu, vindo a dar no projeto de tomada da democracia pelo ‘foquismo’.

Os irmãos Pedro Fontelles e Paulo Fontelles Filho, filhos do deputado Paulo Fontelles, que muito andou por essa região, também se aventuraram em escrever trabalhos que se tonaram publicações acerca do tema. Pedro Fontelles junto com Laércio Braga no trabalho de conclusão, que depois virou um livro chamado “Guerrilha do Araguaia: luta e apropriação da massa campesina (1972-1975)”⁴² mostram que a população da região do Araguaia viveu e apoiou em grande medida o movimento guerrilheiro, tanto, que pelos dados anotados por eles, mais de “300 colonos da região foram torturados e muitos outros foram mortos”.

⁴¹ AZEVEDO, Marylia Lima Nina de. Discursos acerca da guerrilha do Araguaia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal do Pará: Belém, 2003.

⁴² BRAGA, Laércio & FONTELES, Pedro. Guerrilha do Araguaia: luta e apropriação da massa campesina (1972-1975). Belém, Cromos: 2011.

Já Paulo Fonteles Filho⁴³ nos mostra em seu livro intitulado “Araguaianas: as histórias que não podem ser esquecidas” (2013), relatos memoriais sobre alguns dos acontecimentos da região do Araguaia onde se deu a guerrilha. Dentre diversos fatos, nos traz a memória da luta camponesa nesse espaço, decorrente do período em que os ‘paulistas’ viveram nas matas e fizeram ‘amizades’ com os colonos. Falando sobre ‘A primeira caravana do Araguaia’ ocorrida em 1980, onde estava a frente o advogado Paulo Fontelles, que foi um dos que ajudou na organização da comitiva para que fosse até os camponeses que tinham vivido, participado, torturados e desaparecidos pelos militares.

A missão da caravana era de ouvir as vítimas que haviam ficado ali depois do fim da guerrilha. Paulo Fontelles, o advogado que já conhecia a região desde 1978 por conta do trabalho junto à Comissão Pastoral da Terra vivendo na cidade de Conceição de Araguaia, mas atuando em toda a região como São Geraldo do Araguaia pois nesse tempo, essas localidades como Xinguara, Rio Maria e o próprio São Geraldo do Araguaia não eram município, mais pertenciam ao município de Conceição do Araguaia. Então Paulo Fontelles já tinha um bom conhecimento sobre os acontecimentos que ali ocorreram. Chamado de ‘advogado do mato’, por alcinha de percorrer os sertões da Amazônia, Paulo Fontelles Filho assim o descreve,

Advogado maduro com atuação no âmbito da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e já com certa experiência entre os moradores do sul do Pará, Paulo Fontelles é designado em 24 de outubro pelo Conselho Seccional da OAB-PA, para acompanhar os caravaneiros que chegavam de diversos pontos do país. Aquele ano de 1980 foi particularmente duro para o ‘advogado-do-mato’, como era conhecido Fontelles entre as massas camponesas dos sertões do Araguaia (FONTELLES, 2013: p.29).

A questão posta era de que os anos em que os militares estiveram na região e fizeram as campanhas de ataques contra os guerrilheiros, os camponeses também sofreram diversas perseguições. Com isso havia ficado então um saldo de profunda dor e sofrimento com sequelas físicas e emocionais em muitos moradores da região, sem contar os processos de tentativas de expulsão que vieram em seguida por conta da abertura para o capital econômico nacional e internacional se instalar nessas localidades. Embora a Caravana tivesse um papel de ir ver a situação dos familiares do Araguaia, também se tinha a oportunidade para mostrar como já estava o quadro do sul do Pará nesse momento de transição da década de 1970 e início da década de 1980. Vejamos mais uma vez a observação de Paulo Fontelles Filho,

Em 1980, ano da Primeira Caravana do Araguaia, foram registrados 56 conflitos pela posse da terra apenas na região do Araguaia e adjacências onde ocorreu a Guerrilha. Tais conflitos produziram 30 mortos entre camponeses, pistoleiros e grandes

⁴³ FILHO, Paulo Fontelles. Araguaianas: as histórias que não podem ser esquecidas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2013.

latifundiários com amplo apoio da ditadura militar, como Fernando Leitão Diniz e Elias Uliana . vale ressaltar que a grande maioria dos mortos era de pistoleiros que atuavam a soldo dos grandes empreendimentos agropecuários que ensinavam retirar os lavradores de suas posses, o que representava uma ofensiva do movimento social camponês naquela imensa região. (FONTELES, 2013: p.31).

Como podemos perceber, o limiar da década de 1980, trazia a herança da década anterior, marcada pela memória de uma guerra que teve um vencedor, a força brutal do Estado. Mas deixou, além de sequelas, lições para os camponeses e camponesas. Vejamos ainda mais uma descrição que nos traz Paulo Fontelles Filho,

E com a derrota militar das Forças da Guerrilha do Araguaia, as terras, antes largas e prenhes de fartura, são inseridas nas relações capitalistas de produção controladas pela grande empresa privada, e o poder dos generais vai favorecer e acelerar o malsinado modelo. E essa mudança radical vai alimentar uma profunda revolta na imensa massa camponesa pelos sertões do Araguaia. A geração de “Gringo” foi de lavradores que conheceram os insurgentes do Araguaia e por conta da luta pela posse da terra promoveram a “Guerra dos Perdidos” em 1976. Tal geração de camponeses resistiu à instalação de diversos grupos financeiros que ocupavam vastas áreas, tais como Sul América, Atlântica, Boa Vista, Peixoto de Castro, Bradesco e Bamerindus; os alemães Atlas e Volkswagen; os norte-americanos King’s Ranch, United Steel Corp, e John Davis. No caso de John Davis, coronel aposentado do Exército dos Estados Unidos, dezenas de posseiros realizaram ação coletiva armada, na PA-70, próximo à região do Araguaia, depois das provocações do militar ianque que, pela força, tentava desalojar os lavradores de suas posses. Do choque resultou a morte do norte americano bem como de seus dois filhos. (FONTELES, 2013: p.32).

Como podemos ver no relato de Paulo Fontelles Filho, do resultado da Caravana do Araguaia, que tinha como objetivo fazer uma verificação das sequelas deixadas na região, sobretudo das ações do Exército, o autor nos mostra que nesse primeiro momento, já se anotou em um relatório, mais de cinquenta casos de mortes envolvendo conflitos só na região do Araguaia, e como pontuou na citação acima, os camponeses do Araguaia, também tiveram lições de aprendizado com os guerrilheiros, principalmente que o movimento foi aniquilado, quando eles mesmo, tiveram que construir processos de organização para suas defesas.

Paulo Fontelles Filho recorda da entrada de diversos grupos que adentraram na Amazônia, principalmente na região do Araguaia, como dos bancos Bradesco e Bamerindus, a indústria de produção de automóveis alemã Volkswagen, entre outros empreendimentos. Nos mostra que frente a tudo isso houve resistência, principalmente pelo modo de organização apreendido junto aos ‘paulistas’, como eram chamados os guerrilheiros do Araguaia.

Assim, podemos ter uma ideia do que foram os impactos do regime militar e suas ações para a Amazônia, principalmente para o estado do Pará, com consequências que deixaram rastros de dor e destruição desde o início do golpe em 1964 com prisões, torturas e mortes de trabalhadores tanto no campo quanto na cidade.

Pere Petit no artigo “O golpe civil-militar, a ditadura e as disputas políticas no Estado do Pará: 1964-1985” (2016)⁴⁴, nos mostra como ocorreram as mudanças junto aos golpistas aqui no estado paraense, principalmente na capital. Para o autor, o golpe foi considerado ‘civil-militar’ porque forças da sociedade civil como governadores, parlamentares, empresários, fazendeiros, além de alas conservadoras da igreja católica apoiaram diretamente o regime. Nesse sentido, o autor é enfático nessa afirmação, mesmo não desprezando os debates já travados sobre o tema, em que outros autores afirmam que o golpe foi militar.

Para Petit, em Belém, o movimento contou com a grande articulação do então tenente-coronel Jarbas Passarinho, eu durante os anos seguintes viria a ser um dos maiores mentores intelectuais do regime militar, como da instituição do AI-5 quando do debate entre a cúpula se deveriam usar ou não a força máxima para tomarem o controle definitivo dos poderes com o fechamento do Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal, entre outros, usou a expressão “as favas com os escrúpulos da nação!” numa fala que permitia tudo.

Assim, continua Petit, para que o golpe se consumasse nas terras da parte norte do Brasil, era necessário que houvesse uma ligação, e essa se fez com a figura de Jarbas Passarinho, que no momento de tirarem o presidente João Goulart, daqui se alinhava as posições tomadas com os militares de Minas Gerais, onde o ‘levante’ se iniciava. O autor nos fala ainda que ocorreria o “I Seminário Latino Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior (Slardes) que iria acontecer na Faculdade de Odontologia em Belém e os responsáveis por esta organização era a União Internacional dos Estudantes, a União Nacional do Estudantes (UNE) e a União Acadêmica de Estudantes do Pará (UEAP). Para dar ênfase ao golpe, o evento deveria ser invadido pelas forças militares e pela polícia militar que deveriam espancar e prender jovens que não estivessem um lenço branco amarrado no pescoço, como nos mostra a seguir,

A invasão do local deveria ter acontecido em sincronia com a ação da Polícia Militar (PM), cuja incumbência seria agredir e prender aqueles que não tivessem lenços brancos amarrados no pescoço. Por alguma feliz razão, as pessoas com lenços brancos invadiram o auditório antes do combinado com oficiais da PM. Para participar do Slardes chegaram a Belém, além de estudantes paraenses e de outros estados do país, estudantes argentinos, bolivianos, colombianos, guianenses, venezuelanos e peruanos. (PETIT, 2016:27)

Como se pode observar, o clima era de consolidação com golpe dado pelos militares e apoiados pelos civis. Não restando alternativa as autoridades locais senão a adesão por parte dos governantes como do governador Aurélio do Carmo e seu vice Newton Miranda, além do

⁴⁴ PETIT, Pere. O golpe civil-militar, a ditadura e as disputas políticas no estado do Pará: 1964-1985. Revista de Estudios Brasileños, I Primer Semestre 2016, I Volumen 3 - Número 4.

prefeito de Belém Moura Carvalho que ficaram nas gestões até a metade de junho de 1964, quando foram destituídos totalmente de seus respectivos cargos. Ainda no processo da consolidação do golpe, a caçada aos contrários ao movimento foi grandiosa, como nos mostra mais uma vez Petit,

Cerca de 300 pessoas foram presas no Pará nos meses de abril a junho de 1964. A maioria eram lideranças sindicais, militantes do PCB e da Ação Popular (AP) e estudantes universitários. No dia 14 de abril foi detido Henrique Felipe Santiago, ex-deputado estadual do PCB que teve seu mandato cassado em 1948. (...) O deputado estadual Benedicto Monteiro foi detido, no município de Alenquer, no dia 15 de abril. Um dia antes, o seu mandato foi cassado pela Assembleia Legislativa “por unanimidade de trinta e quatro votos, em uma reunião especialmente convocada para esse fim”. Raimundo Jinkings, presidente do Sindicato dos Bancários do Pará e Amapá e presidente regional do CGT, foi preso, em Belém, no dia 29 de abril. (PETIT, 2016, 28-29)

Assim, temos então um olhar sobre os acontecimentos daqueles dias difíceis que foram o cenário brasileiro, com as tropas militares nas ruas e os resistentes a esse movimento, resistindo ou buscando de alguma forma fugir das prisões impostas pelas autoridades, acima de tudo militares. O Pará, e sua capital, Belém não ficaram de fora desse momento de grandes tensões sociais, pois como bem nos mostrou Pere Petit, as autoridades civis, não tiveram forças suficiente para manter a ordem, na tentativa de frustrar os golpistas, pelo contrário, foram obrigado aderir a ‘nova ordem’ que se estabelecia, mesmo que a força fosse sendo usada de forma desproporcional.

Ainda sobre o golpe militar em 1964, Edilza Fontes nos mostra através do artigo “A Ufpa e os anos de chumbo: a administração do reitor Silveira Neto em tempos de ditadura (1964-1969)”⁴⁵. No artigo, a autora nos mostra que José Silveira Neto assumiu a reitoria da Universidade Federal do Pará em 1960 tendo permanecido no cargo até 1969, ou seja, assumiu ainda no período democrático e no momento do golpe continuou como reitor, tendo principalmente aí, com o apoio dos militares implantado uma série de reformas estruturais, mas também com o apoio declarado, se tornou também um dos principais apoiadores e ‘perseguidores’ dos contrários ao regime. As lembranças de alunos da época, ex-professores e funcionários coletados pela autora nos mostram exatamente um pouco o perfil do então reitor.

Segundo Edilza Fontes, o ano de 1968, quando se instaurou o AI – 5 (Ato Institucional número 5) foi o mais turbulento dentro da Ufpa, com a ocupação de várias faculdades como Medicina, Economia, Química, Filosofia, Ciências Humanas e Letras principalmente por

⁴⁵ FONTES, Edilza Joana Oliveira ; ALVES, Davison Rocha. A UFPA e os anos de chumbo: A administração do reitor Silveira Neto em tempo de ditadura (1960-1969). Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n. 10, jul./dez. 2013.

alunos e que foram vigiados pela polícia mantendo um clima tenso no ar. Foi o momento de endurecimento da reitoria para com professores considerados subversivos como dos casos de ‘Aurélio Leal Alves, Inocêncio Mártires Coelho, Pedro Galvão, Isidoro Alves Raimundo Heraldo Maués, João de Paes Loureiro, entre outros’ (Fontes, 2103: p. 290).

Em 2014 Edilza Fontes também organizou a série chamada “Anos de chumbo e a UFPA”⁴⁶ que foi produzido através de mais de 87 depoimentos concedidos por professores, técnicos administrativos e ex-alunos da Universidade Federal do Pará. Esses depoimentos foram resultados do projeto denominado “A UFPA e os anos de chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)”, onde a partir dos depoimentos a autora organizou diversos eixos temáticos onde foram produzidos cinco programas em que os sentimentos, as lembranças, os traumas, as experiências do período ditatorial no Pará e no Brasil são relatados e registrados. Resultado desse trabalho, foram criados ‘curtas’ com pequenos trechos dessas memórias, como podemos ver a seguir,

Em 64 eu estava em Boa Vista quando teve o golpe... e a gente era tão distante de tudo que só quase dois meses depois é que os militares chegaram lá e não tinham muitas coisas pra fazer. Aí eles resolveram prender todas as bicicletas...(Margaret Moura Refkalefsky).

Na universidade como Belém a gente encontrava de tudo, desde apoio, desde solidariedade até traição, a covardia...(Pedro Cruz Galvão de Lima).

Eu encontrei uma universidade em alvoroço, uma universidade que falava de tudo, que movimentava. O diretório era muito representativo na congregação apesar de termos só três professores que na verdade tinham consciência da situação, os outros fingiam que não tinham... (Layse Duarte de Salles)

Houve inclusive defecções, inclusive houve gente que no mesmo dia ou no dia seguinte mudou de lado, se passou debaixo das asas verde-oliva das asas militares, foi pra Brasília (Aloizio Lins Leal)

Existia muita gente revoltada com o golpe, o fato de os militares estarem no país, um silêncio, uma inversão da ordem. Havia uma tradição de uma participação estudantil na política, não apenas nas agremiações clandestinas, mas através da participação do movimento que tinha como ideia redemocratizar o país...(Humberto Cunha)

Nós estávamos reunidos na CAJU no dia do golpe. Haveria na UAP, que ficava em frente da CAJU ali na São Jerônimo e ia haver uma palestra do Benedito Monteiro sobre Reforma Agrária. Nós estávamos em peso, cheia a UAP. Nós estávamos lá na frente, aí chegou o caminhão do exército e fechou as duas ruas, uma era na Benjamim e a Ruy Barbosa e descarregou os militares lá com todo aquele aparato lá. Aí foi gente correndo pra trás, pulando muro, cerca por lá... (Alberto Ferreira Puty).

Como podemos observar nos trechos acima dos depoimentos concedidos à historiadora, são várias as memórias sobre o golpe militar de professores, servidores e ex-alunos nos dando um entendimento hoje que a situação vivenciada por essas pessoas foi muito difícil, mas também enraçadas como no caso do militares quando chegaram em Boa Vista e sem terem muito o que fazer, prenderam as bicicletas. Outras nos instigam mais a pensarmos o momento de tensão vivenciado pelos jovens que iriam ouvir a palestra de Benedito

⁴⁶ FONTES, Joana Edilza Oliveira. A UFPA e os anos de chumbo. Disponível em www.multimedia.ufpa.br

Monteiro, grande defensor da reforma agrária e que no dia programado, o 31 de março de 1964, foram surpreendidos pelos soldados do exército.

No livro intitulado Dom Alberto Ramos mandou prender seus padres (2003)⁴⁷, Osvaldo Coimbra nos mostra o papel da igreja Católica no momento do golpe. Segundo o autor, a instituição religiosa não ficou de fora no apoio junto ao seu maior líder do período, o arcebispo Dom Alberto Ramos, a quem era visto desde nos anos de 1960 como alguém que gostava muito de estar ligado à elite local, participando de programas televisivos e falando nos palanques.

Foi essa ligação, segundo Osvaldo Coimbra que fez com que o então arcebispo ficasse do lado dos militares no momento que ocorreu o golpe ‘delatando’ padres considerados subversivos e comunistas além de membros da então Juventude Católica Cristã (JUC) que procuravam trabalhar uma consciência cristã-social e não foram aceitos pela igreja conservadora.

Assim, podemos ver e ter uma compreensão de que o golpe militar ou civil-militar que se instalou no Brasil a partir de primeiro de abril de 1964, não só causou mudanças bruscas em outras regiões do país, principalmente no sudeste, mas também alcanço espaços mais distantes, principalmente na caça aos comunistas, como foi o caso do Pará, com vigilância no campo e na cidade e não diferente, dentro do próprio seio da igreja católica. Nesse sentido, o estado paraense com sua capital Belém, sentiram de perto os dias e os anos que se seguiram com temor e preocupação, mais também com lutas dos contrários ao regime instalado, que como já vimos, só viria finalizar com o mandato do último presidente militar, João Batista Figueiredo em 1985, mas que heranças ficaram e permanecem ainda hoje, não só na memória, mas práticas cometidas, muito no campo quando são observadas uma série de violações dos direitos humanos, principalmente pelas forças do estado como das polícias civil, militar e em alguns casos da polícia federal.

⁴⁷ COIMBRA, Osvaldo. Dom Alberto Ramos mandou prender seus padres: a denúncia de Frei Betto contra o arcebispo do Pará, em 1964.- Belém: Paka-Tatu, 2003.

1.1 – A AMAZÔNIA E O CINEMA DE PROTESTO NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR

Você tem tudo e eu não tenho nada, só a terra que você quer, não me apareça com documento, que essa terra tem quem quer, faz trinta anos que aqui moro e não sou de guerrear, mas não me tente tomar a terra que eu também sei me mexer.

Padre Zezinho Sechi

A letra da música do padre Zezinho procura retratar bem a situação vivenciada no campo já nos fins da década de 1970 e início dos anos de 1980, principalmente na Amazônia, quando os chamados grileiros, fazendeiros e latifundiários estavam num processo de expansão de suas propriedades e a todo custo tentavam se apossar das terras alheias.

Márcia Mota no livro *Dicionário da terra* (2005)⁴⁸ descreve alguns desses conceitos como, grileiros onde nos diz que, essa era uma prática antiga de pessoas colocarem um papel numa gaveta com grilos para que este ficasse envelhecido. Fazendeiro, vem de fazenda, grande extensão de área muitas vezes vazias. Latifundiários, donos de uma propriedade grande, sem investimentos.

Nesse contexto, alguns artistas criaram canções que retratavam essa situação, denunciando esse cenário de violência e violações no campo. A letra acima foi extraída do documentário “Terra e Liberdade”⁴⁹ produzido pelo Centro de Comunicação e Educação Popular (CEPEPO)⁵⁰ ligado a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) no início dos anos de 1980. O CEPEPO, tinha como objetivo dar suporte nos cursos de formação sindical, comunitária de diversos movimentos sociais existentes. A ideia era formar lideranças para atuarem em defesa dos direitos a moradias dignas, saneamento, escolas, transportes para escoamento da produção, créditos para a agricultura, entre outros. Destaco a seguir um trecho da letra de uma outra música presente no filme,

Trabalho a terra pra jogar uma semente
 Espera a chuva e a chuva não cai
 A terra é seca não tem água o sol é quente
 Espera açude, açude não sai
 O gado morre, não tem nada pra comer
 A gente fica de teimoso pra morrer
 E se a fome não mata, machuca demais
 Quando não chove a gente muda pra cidade
 Procura emprego, emprego não tem
 A filharada passa fome de verdade
 Na tem dinheiro, dinheiro não tem
 A gente vive de saber sobreviver

⁴⁸ MOTTA, Márcia. *Dicionário da terra*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

⁴⁹ Terra e liberdade. Disponível em: www.youtube.com.br. Acesso em: 15/07/2019.

⁵⁰ Centro de Comunicação e Educação Popular.

A gente vive de teimoso pra morrer
E se a fome não mata, machuca demais.⁵¹

O filme/documentário dirigido pela equipe da FASE, composta por Rosa Palmeira, Mateus Otterloo, Eliana Pereira, Madalena Westerveld e Aldalice da Cruz Otterloo foi produzido com a finalidade de mostrar um histórico da disputa pela terra no Brasil desde a chegada do colonizador português e sua relação com os povos indígenas. Com a duração de aproximadamente 44 minutos e com uma excelente trilha sonora, a produção se baseou em imagens iconográficas de revistas com imagens fotográficas excepcionais dando uma qualidade muito boa à produção que contou também com diversas imagens de vídeos.

Como foi mencionada, a ideia da produção era contextualizar naqueles anos de 1980 a situação conflituosa que vivia o campo brasileiro, mais especificamente a Amazônia, mas que a origem dos conflitos remontava o processo de colonização iniciado pelos portugueses quando nessas terras aportaram. Parecendo didático, o filme/documentário trazia uma ‘aula de história’, principalmente nos seus trinta minutos iniciais, falando sobre o ‘encontro’ entre europeus e povos indígenas e suas consequências para as populações nativas, perpassando na sequência para a questão dos negros e todo o processo de exploração relacionado a escravidão. Segundo os roteiristas, tudo isso estava relacionado ao dinheiro, ao capital, que fez com que gerasse duas classes sociais, dos ricos e dos pobres, sendo que os ricos sempre passaram uma ideia de que também eram pobres, mas com muito trabalho e sacrifício, ficaram ricos e isso deveria acontecer com esses também.

Em outra parte, o documentário fala sobre a mudança dos domínios da Europa pelos Estados Unidos da América, que após a Segunda Guerra passam a ter a hegemonia mundial e tem novos planos para o Brasil com a introdução de uma agricultura modernizada com a vinda de máquinas, equipamentos e produtos químicos levando a uma grande expulsão do homem do campo, criando um êxodo sem precedentes, naquilo que Edward Paul Thompson⁵² chamou de ‘cercamentos’ quando camponeses foram expulsos das florestas comunais na Inglaterra a partir do século XVIII, como nos mostra no livro *Senhores e Caçadores*, principalmente no que diz respeito à Lei Negra, uma lei que tinha como princípio e fundamento proibir o uso das terras, antes de uso coletivo e comum entre os coletores e caçadores dessas regiões. Assim, aqui no Brasil, segundo os documentaristas, é o que passou a ser uma realidade, a expropriação das terras por multinacionais, como a Volkswagen,

⁵¹ Música: Oração dos pobres sem voz nem vez. Composição: Padre Zezinho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=90tiAXDXM7o>. Acesso em: 10/06/2019

⁵² THOMPSON, Edward Paul. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro. – Paz e Terra, 2008.

Bancos como Bradesco entre outros, passando a gerar uma grande desigualdade, ficando ricos de um lado e uma camada de pobres do outro, sendo estes a maioria. Mais uma música foi entoada, retratando a resistência do homem do campo, como veremos a seguir,

Não tire a minha terra, não tome o chão que é meu
 Não quero a tua guerra, só quero a minha paz
 Não quero o teu dinheiro, não quero ter demais
 Eu quero ter o bastante, o suficiente pra viver decentemente
 Não tenho as armas que você usa, nem a força que você tem
 Não tenho cheque, nem documento
 Mas não devo pra ninguém
 Não quero sangue, não quero guerra,
 porque não gosto de mandar
 Mas não me tente me tomar a terra
 porque eu não vou me calar
 Você tem tudo e eu não tenho nada
 Só a terra que você quer,
 Não trapaceie nos documentos
 Que essa terra tem quem quer
 Faz trinta anos que aqui moro, e não sou de guerrear
 Mas não me tente tomar a terra porque eu não vou me calar,
 Você tem carro, eu só tenho enxada
 Tem diploma, eu não sei nem ler
 Não apareça com documento,
 Que eu também sei me mexer
 Não quero briga, não quero guerra,
 Porque eu sou um homem de paz,
 Mas não me tente tomar a terra
 Que vai ver do que eu sou capaz.⁵³

Na parte final da película, os produtores retrataram o cenário da Amazônia dos anos da chegada dos militares ao poder e a comercialização das terras com expulsão e assassinatos de vários trabalhadores, entre eles o de Benedito Alves Bandeira, o Benezinho como era conhecido. Uma das partes da filmagem é mostrado o Primeiro Congresso dos Lavradores realizado em Belém com algumas falas de lideranças, entre outros, como a fala de uma viúva que cobrava pela punição pela morte do marido. Junto dessa mulher falando, estavam os filhos pequenos. Esta cobrava a punição do senhor conhecido por Alípio Martins. Numa outra parte do vídeo aparece o então governador do Pará, recém-eleito e que trazia uma esperança para os lavradores a fim de resolver o problema da terra. Com um discurso enfático, este prometia que a situação no campo se resolveria. Próximo de Jader Barbalho estavam várias pessoas, entre elas, Paulo Fontelles e João Batista, dois advogados que seriam mortos no estado paraense nos anos seguintes. A seguir, os discursos do então governador Jader Barbalho e de um trabalhador participante do Congresso,

⁵³ Música: Não tire a minha terra. Composição: Padre Zezinho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7JEkxj8SPV0>. Acesso em: 05/07/2019.

“Nós temos hoje um compromisso da mudança neste país, este que é o nosso compromisso e não poderemos frustrar o povo brasileiro, porque a frustração disso poderá redundar num tremendo retrocesso, inclusive um retrocesso político. Se diz que aqui que Ditadura acabou, que o regime de arbítrio e autoritarismo acabou. Mas também deve acabar da nossa parte a preocupação só com o discurso. Devemos continuar discursando para lembrar os nossos compromissos. Mas se hoje nós somos governo a nível do Estado e a nível da República, mas do que nunca, devemos colocar em prática o nosso discurso. Muita coisa há que se fazer neste país. Não foi só a eleição do doutor Tancredo Neves que hoje curte a sua agonia com todo o povo brasileiro com a agonia no coração. Não! Não foi com a eleição do doutor Tancredo que como num passe de mágica tudo tivesse acabado. Não! Existe toda uma estrutura ali implantada que terá que ser removida. A necessidade de tudo isso que o Congresso Nacional possa ter a consciência da sua responsabilidade histórica nesse momento, a estrutura política com relação a propriedade”. (Jader Barbalho)⁵⁴

“E depois desse elemento eleito, depois do seu Jader Barbalho eleito, vamos lá com ele... é por isso que hoje se forma um congresso, o Primeiro Congresso dos Trabalhadores do Estado do Pará. É porque na campanha de 82, não se reunia era só cinco mil pessoas, se reunia vinte mil pessoas, se reunia trinta mil pessoas e assim por diante no nosso Estado para elegermos ele como governo do Estado. Quando viemos uma delegação de Viseu, mil e quinhentas pessoas no dia quinze de setembro, ele chegou com a comissão que entrou e disse: “pessoal, eu não posso resolver o problema, é porque o pessoal, o presidente da República é do PDS. Eu não posso resolver o problema porque o Ministro dos Assuntos Fundiários é um General. Mas se eu me eleger, ou nós elegermos o presidente da República, se nós elegermos ou nomearmos o Ministro dos Assuntos Fundiários, eu vou resolver o problema de vocês”. Quando ele falou pessoal, quando ele falou para o povo, ele disse, “se o doutor Tancredo Neves for eleito presidente da República no dia 15 de janeiro, no dia 16 eu viajo para Brasília, tratar do problema Cidapar. E hoje nós estamos aqui e infelizmente, o presidente está doente, mas tem gente no poder e nós queremos exigir, reforma agrária já! Queremos exigir que o Estado do Pará, o país brasileiro, que pertence a nós, seja resolvido esse grande latifúndio e essa terra seja entregue aos trabalhadores rurais do Estado do Pará e de todo o país brasileiro”. (Trabalhador Rural)⁵⁵

Os discursos acima foram proferidos na ocasião do Primeiro Congresso dos Trabalhadores do Estado do Pará em 1985. Naquela ocasião, havia uma vitória da famosa Oposição sindical, mais conhecida como Chapa 2, fenômeno que se iniciara com as lutas e as greves do ABC Paulista, de onde surgiu a liderança expressiva de Luís Inácio Lula da Silva, o Lula. A tal oposição sindical com chapa 2, eram as chapas onde estavam os contrários ou insatisfeitos com as direções dos sindicatos espalhados pelo Brasil. Os sindicatos existentes contavam com diretorias que passaram a ser chamadas de pelegos, uma alusão a dominação de pessoas por outras, ou seja, que faziam aquilo que lhes era mandado, e não aquilo que deveria ser de interesse do grupo. Nesse sentido, os pelegos dos sindicatos, passaram a ser

⁵⁴ Jader Barbalho. Pronunciamento no I Congresso dos Trabalhadores do Estado do Pará. [www.youtube.com.br/terra e liberdade](http://www.youtube.com.br/terra_e_liberdade)

⁵⁵ Trabalhador rural. Discurso no I Congresso dos Trabalhadores do Estado do Pará. Disponível em: [www.youtube.com.br/terra e liberdade](http://www.youtube.com.br/terra_e_liberdade). Acesso em 05/03/2019

vistos como traidores, uma vez que eram eleitos e quando os trabalhadores precisavam deles, viravam as costas.

Imagem 1 -- Jader Barbalho no I Congresso dos Trabalhadores do Estado do Pará. Do lado esquerdo João Batista, lado direito, Benedito Monteiro, Ademir Andrade, Paulo Fonteles e Newton Miranda



Fonte: Documentário Terra e Liberdade – acesso em 20/03/2018

No início da década de 1980, grande número de Sindicato de Trabalhadores Rurais estavam nas mãos dos pelegos e o que era pior, com os conflitos no campo se acirrando. O Primeiro Congresso dos Trabalhadores do Estado do Pará ocorreu em virtude de se buscar alternativas e formas de organização mais efetiva por parte dos trabalhadores rurais. Nesse período, a federação que os representava, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará (Fetagri-PA), continuava com o pelego Alberone Lobato. A entidade representativa só seria conquistada em 1987.

Nos diz Pere Petit (1996)⁵⁶ no livro “A esperança equilibrista: a trajetória do PT no Pará o quanto foi a luta dos sindicato dos trabalhadores rurais no estado do Pará com a chamada chapa de oposição sindical, ou a famosa Chapa 2 para que se tirassem os ‘pelegos’ dessas entidades que representavam os trabalhadores rurais, até a concretização da vitória da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará (Fetagri-PA) em março de 1987, como podemos ver a seguir,

Em meados da década de 80, a maioria dos STRs da Amazônia Legal, entre eles os dois terços dos STRs existentes no Pará, eram dirigidos por “Pelegos”. Após a conquista do STR de Santarém (1980), as Oposições Sindicais ganharam os municípios de Baião, Monte Alegre, Prainha, Itaituba, Macapá, Marabá, Moju e Tomé-Açú, enquanto em outros 18 STRs, atuavam de modo organizado. Durante 1986 e 1987, as Oposições Sindicais assumiram a direção de outros 29 STRs. No Congresso da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará e Amapá, realizado em 1981, a chapa da esquerda sindical à direção da Fetagri teve 7 votos, e no de 1984, 15. Em fevereiro de 1987, por três votos de diferença, a chapa apresentada pelos líderes dos STRs vinculados a CUT conquistou a direção da

⁵⁶ PETIT, Pere. A esperança equilibrista: a trajetória do PT no Pará. São Paulo: Bomtempo/Ufpa, 1996.

Fetagri, convertendo-se na primeira Federação de Trabalhadores Rurais do país a ser dirigida por cutistas. (PETIT, 1996, p. 149-150).

Por isso, os dois discursos acima procuravam dar uma esperança a classe trabalhadora do campo. No primeiro, o então governador eleito Jader Barbalho,⁵⁷ do então PMDB, sigla que ocuparia o lugar do antigo MDB e que tinha no PDS, a maior oposição naquele momento, uma vez que este partido era o que agregava maior parte dos políticos ligados à antiga ARENA, Jader Barbalho foi eleito governador do estado do Pará. No seu discurso, era visível que este deixava uma promessa de ir buscar soluções para o problema fundiário no campo.

Embora houvesse desconfiança de muitos trabalhadores rurais sobre a figura de Jader Barbalho, esses lavradores não tiveram opção, senão lhe dar um voto de confiança. Por isso, a fala do trabalhador rural, expressando o contato que haviam feito com ele no início de 1982 pra resolver o problema da Gleba Cidapar,⁵⁸ conhecida por ter existido ali uma disputa de terras muito grande entre a Cidapar e os colonos de uma vasta área de terras que posterior ao conflito deu origem a vários municípios como Cachoeira do Piriá, Nova Esperança do Piriá, Pau d'Arco e Garrafão do Norte. Nesse conflito surgiu o mito pra muitas pessoas da região, Armando Alves Lira, mais conhecido como Quintino, ou o 'Gatilheiro', o Robin Hood amazônico, aquele considerado fora da lei, que defendia os pequenos, como retratou Violeta Loureiro no livro *Estado, Bandidos e Heróis: utopia e lutas amazônicas*.⁵⁹

Como podemos ver no artigo intitulado "A luta pela terra na Amazônia: o assentamento Quintino Lira em Santa Luzia do Pará (2007-2005)"⁶⁰, a área da Gleba Cidapar era bem grande, que uma das localidades conhecida como Pau de Remo, ficava no município de Santa Luzia do Pará, quase na divisa com o Estado do Maranhão e só ali, uma área de

⁵⁷ Biografia disponível em: <http://www.jaderbarbalho.com/v3/index.php/biografia/> Acesso em: 18/12/2018.

⁵⁸ A empresa CIDAPAR (Companhia Paraense de Desenvolvimento Agropecuário, Industrial e Mineral do Estado do Pará) compra terras que foram griladas abrangendo áreas que absorvem comunidades rurais que são anexadas ao município de Viseu-PA, onde colonos produziam em pequenas plantações agrícolas e extrativas; na área também havia garimpos que era de maior interesse desses grupos econômicos, a CIDAPAR também ocupou áreas que abrangia demarcações do INCRA e parte das terras dos Índios Tembés que se situavam no Alto Rio Guamá.

Na década de 70 a região ficou conhecida como Gleba Cidapar localizada às margens da BR – 316 ou Pará – Maranhão que liga os Estados com intuito de escoar especiarias para o crescimento das regiões em consequência da abertura da estrada e com as notícias de extração do ouro nos garimpos o processo de imigração de nordestinos e outras regiões, surgiram vilas à beira da estrada e uma delas conhecida como Cachoeira que na década de 90 será desmembrada da gleba e será um município nomeado como Cachoeira do Piriá lugar onde o processo da garimpagem foi um dos mais intensos. A empresa Cidapar passou a dominar um território aproximado de 400 mil hectares perseguindo pequenos agricultores e despejando das terras.

⁵⁹ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia* / Violeta Refkalefsky Loureiro. – 2. Ed. – Belém; Cejup, 2001.

quinhentos mil hectares entrou em disputa com o então líder da igreja Quadrangular, Josué Bengston, ex-deputado federal e seus dois filhos, Paulo e Marcos e um grupo de aproximadamente duzentas pessoas consideradas do movimento Sem Terra, quando nesse conflito culminou na morte do líder do assentamento José Valmeristo Soares, mais conhecido por Caribé já no dia 03 de setembro de 2010, quando numa emboscada com apoio da polícia militar de Santa Luzia do Pará. Na fala de João Batista Galdino, mais conhecido por Clone. Este diz o que aconteceu,

Em setembro de 2010 fomos convidados a fazer uma entrevista com a Polícia Militar. Aí, nós fomos viajar pra Santa Luzia, e quando chegamos na vila do Bela Vista fomos abordados, foram tomadas nossas motos, capacetes e documentos. Fomos levados para uma vila conhecida como Cacoal, e lá mataram meu companheiro e eu escapei. (GALDINO:IN: SACRAMENTO & OLIVEIRA, 2017, p. 136).

Nesse cenário de uma Amazônia e um Pará em estado de conflitos a todo vapor na primeira metade da década de 1980, os dois discursos do documentário “Terra e liberdade” apresentavam as possibilidades de se buscar soluções pra resolver o problema. No momento da fala de Jader Barbalho, governador do Estado do Pará, estavam ao seu lado Ademir Andrade, Newton Miranda, Benedito Monteiro e Paulo Fontelles. Os dois últimos haviam sido afetados diretamente pela Ditadura Militar. Tanto Benedito Monteiro como Paulo Fontelles foram presos pelos militares, Benedito em Alenquer e Paulo em Brasília, junto com sua companheira na época, Hecilda Veiga.

Nas eleições de 1982, quando Jader Barbalho se elegeu governador do Estado do Pará com 501.969 votos, Ademir Andrade se elegeu deputado federal com 39.311 votos e Paulo Fontelles foi eleito deputado estadual com 13.039 votos. Benedito Monteiro então ficou na suplência de deputado federal com 22.804 votos. Havia nos parlamentares eleitos uma relação de proximidade muito grande com os trabalhadores rurais, principalmente com Benedito Monteiro e Paulo Fontelles. O primeiro, conhecido por sua luta em defesa da Reforma Agrária no Pará antes mesmo do golpe de 1964 acontecer e Paulo Fontelles por ter já iniciado em fins dos anos de 1970 uma defesa sistemática dos camponeses principalmente do Sul do Pará. Nestas eleições de 1982, também se elegeram como deputado federal, dois personagens já bem conhecidos, Gerson dos Santos Peres apoiador direto do golpe e Sebastião Curió de Moura, militar que pôs fim a Guerrilha do Araguaia massacrando os guerrilheiros numa história mal explicada até os dias de hoje.

De certa forma, o Primeiro Congresso dos Trabalhadores do Estado do Pará em 1985 serviu para buscar uma unidade e formas de enfrentamento aos problemas no campo, principalmente relacionados à expulsão do homem do campo e dos assassinatos que já eram

uma realidade. É muito provável que outros trabalhadores ali presentes tiveram suas vidas ceifadas por conta da presença do latifúndio que não media esforços em concentrar a propriedade para alguns poucos. Nesse campo de disputas com muitas mortes, Paulo Fontelles, ali presente no momento do discurso de Jader Barbalho, foi umas das vítimas, assassinado em junho de 1987 na região metropolitana de Belém, em plena manhã, mal tendo o dia raiado, por volta das 08 horas.

Da mesma produção do CEPEPO, a equipe produziu também o documentário intitulado *Quem matou Benezinho?*⁶¹ O filme foi organizado a partir da ida dos documentaristas até a cidade de Tomé-Açú no estado do Pará nos dias 04 e 05 de julho de 1984, ocasião do assassinato de Benedito Alves Bandeira, o Benezinho como era chamado. Com aproximadamente 34 minutos de duração o filme teve como objetivo de sua produção mostrar os acontecimentos que marcaram a morte do líder sindical e dos três pistoleiros que foram presos pela polícia e levados para a delegacia local. Embora não tenha sido aquilo que talvez o delegado tenha imaginado, a população revoltada e em estado de comoção tomou os três homicidas e os trucidou em via pública. Acho que uma análise importante sobre os documentários produzidos pelos autores do Centro de Comunicação e Educação popular (CEPEPO)⁶² traz de inovador é a presença, como no caso do assassinato de Benedito Alves Bandeira, o Benezinho, no sentido de registrar o momento da tensão ali vivida pela ação dos populares frente ao crime brutal do líder sindical, não deixando de ser testemunha viva para a história. Estar presente ali significou ver de perto a comoção e a revolta, diferente de outros casos de morte de lideranças políticas, sindicais e religiosas.

Sobre isso, nos fala Eliana Pereira, uma das fundadoras do CEPEPO, que foi para Tomé-Açú no dia da morte de Benezinho. Eliana me concedeu uma entrevista no início de junho de 2019, quase trinta e cinco anos depois do assassinato do então líder sindical, do qual ela comenta sobre o conhecimento que tinha com várias lideranças da região, como veremos a seguir,

Conhecia o Benezinho, muito, era um companheiro de lutas, de grandes momentos de formação, de estudo, o Bené, o Virgílio, todos éramos um grupo. Eram poucas mulheres, e eu era uma das poucas mulheres que participava ativamente desse período aí. Então por isso acho que a equipe que estava constituindo o CEPEPO entendeu que eu tinha possibilidade de dar uma contribuição nesse período. (Eliana Pereira, 2019).

⁶¹ Documentário *Quem matou Benezinho?* Disponível em: www.youtube.com.br

⁶² CEPEPO - Centro de Comunicação e Educação Popular foi criado em 1984 com a finalidade de ajudar os movimentos sociais como sindicatos da região.

Nesse dia da morte de Benezinho, Eliana nos informou que foram pegos de surpresa e que estavam almoçando quando receberam o telefonema no escritório da FASE em Abaetetuba e que não tiveram dúvidas em se organizarem e viajarem para o município de Tomé-Açu ainda com uma preocupação que seria a de salvar a vida do líder sindical, mas quando houve a confirmação da morte, a estratégia pensada foi então organizar o documentário, como podemos observar mais uma vez no trecho a seguir,

Então fomos nós que registramos um fato dessa natureza que viveria ser instrumento de estudo, de ação com o que agem aqueles que tiram dos trabalhadores o seu bem-estar, sua terra, inclusive sua vida pra tentar destruir, desmontar sua articulação dos trabalhadores, sua organização dos trabalhadores. E aí a gente viajou na mesma hora, saímos naquela hora e fomos chegar de madrugada pro dia seguinte em Tomé-Açu. Não havia, estrada, havia um caminho por onde tivemos que passar pelo meio da mata, um perigo muito forte, mas a nossa fé pela esperança de contribuir nessa história era muito forte. (Eliana Pereira, 2019).

Como podemos observar na fala da então repórter daquele momento, que com muita coragem, juntamente com a equipe da Fase que se dirigiram pra Tomé-Açu em 1984, enfrentando uma estrada de chão batido em um carro pequeno, foi de uma grande sacada literalmente, pois foram à única equipe chegar antes de todo o acontecido brutal, principalmente das duas últimas mortes que ocorreram depois que esta conseguiu adentrar a delegacia com o apoio da polícia militar e entrevistar os acusados. Só depois, já no dia seguinte, depois que já estavam mortos os pistoleiros é que a imprensa de Belém composta por O Liberal e A Província do Pará chegou para fazer a cobertura.

Nesse sentido, o documentário procurou mostrar através das filmagens e dos recortes de jornais acontecimentos que se tornavam marcantes no campo, como já mencionado, a morte de líderes de movimentos sociais, mas muitos casos, sem a presença de equipes cinematográficas para fazer os registros memorialísticos desse momento. É essa importância que tem o filme como esse, pois através dele consegue-se perceber pessoas que vivenciaram aquele momento, testemunhos vivos que sob a ótica do olhar dos produtores foram sujeitos importantes para aquele momento, e sem as câmeras ficariam esquecidos.

Foi aquilo que a historiadora Magda Ricci (2006)⁶³, em um artigo intitulado “Um morto, muitos mortos: a imolação de Lobo de Souza e as narrativas da eclosão cabana”, quando descreveu o contexto da tomada da cidade de Belém pelos cabanos, homens desprovidos de bens liderados por alguns intelectuais, fazendeiros, padres para destituir o governo da província do Grão-Pará, que pouco ou nada faziam para melhorar as condições

⁶³ RICCI, Magda. Um morto, muitos mortos: a imolação ode Lobo de Souza e as narrativas da eclosão cabana. In: Face da História da Amazônia. Org. NEVES, Fernando Arthur de & LIMA, Maria Roseane Pinto. Face da História da Amazônia. Belém – Paka-Tatu, 2006.

sociais de parte da parcela da população. A autora destaca que, após tomarem a cidade de Belém, na madrugada do dia 07 de janeiro de 1835, um grupo de cabanos, ao se dividir de outro, rumou para a sede do governo a fim de encontrar a autoridade maior, o presidente da Província, que quando este apareceu, levou um tiro certo no peito, vindo a falecer nas escadas do palácio. A morte dessa autoridade foi festejada, sendo seguida de outras mortes, na própria sede da Província, bem como por várias partes do interior, onde os cabanos iam conseguindo adeptos para sua causa.

Outras duas mortes descritas pela autora são dignas de filmes. A primeira trata-se de Nicolau da Gama Lobo que era Capitão-mor da vila de Monte Alegre já nos anos de 1836. Um grupo de cabanos liderados então por Hilário Antônio Rodrigues que tinha vários homens a seu comando fizeram uma incursão contra a família do Capitão-mor, matando os seus filhos e por último, capturando o pai, sendo este morto aos poucos, com estocadas, pancadas, afogamentos até seu desfalecimento total. Os ‘homens de Hilário’ como eram conhecidos deliravam de alegria.

A outra morte narrada por Magda Ricci diz respeito a uma senhora de quase setenta anos, conhecida por Mariana de Almeida, moradora da área mais nobre de Belém, a Cidade Velha, quando em agosto de 1835 os cabanos a procura dos seus ‘inimigos’, os portugueses, os procuravam para dar seu fim. Dona Mariana então ajudava alguns desses portugueses a se esconder e lhes ajudar na s fugas. Foi então que os cabanos desconfiaram em uma dessa ocasião e espreitaram na tentativa de pegar-lhes de surpresa. No entanto, a senhora foi mais esperta e o português que estava escondido em sua casa por nome João Pessoa, que era um negociante, recebeu uma batina de um padre que era próximo da velha senhora e na calada noite este conseguiu fugir. Quando então os cabanos adentraram seus aposentos, deram apenas com a roupa do fugitivo, sobrando às consequências trágicas para a senhora, que sem perdão, recebeu o castigo, como podemos ver no trecho abaixo,

Sem poder apanhar o procurado, os cabanos tinham em mãos a velha senhora, sua alcoviteira. Deram-lhe uma lição pública que se transformou em uma festividade aberta a todos. A velha senhora foi levada a rua, arrastada pelos cabelos. De tempos em tempos, foi esbofeteada e, finalmente, recebeu mais de um tiro de espingarda. A cena marcou a memória coletiva da cidade de Belém, pois o bispo do Pará D. Romualdo Coelho, de sua janela, presenciou tudo. Ele ainda gritou de lá de cima, exortando aos cabanos, pedindo que parassem, mas eles em nada obedeceram. O corpo de D. Mariana ficou exposto por horas a execração pública. Ela foi acusada pelos cabanos de ser “protetora de bichudos” ou dos portugueses. Mesmo sua irmã, que tentou dar sepultura ao corpo, foi insultada e ameaçada de morte pelos cabanos que festejavam o castigo, transformando a cena pública da morte da velha senhora em um motivo de comemoração da segunda vitória cabana na cidade. A morte de D. Mariana foi um dos marcos da segunda tomada de Belém pelos cabanos, em agosto de 1836. (RICCI, 2006, p. 524-525)

O que o texto da historiadora Magda Ricci tem a ver com o documentário “Quem matou Benezinho?”⁶⁴. O fato de aquelas mortes em 1385 e 1836 possuírem semelhança com algumas mortes ocorridas em 1984, descritas no filme, principalmente da morte dos pistoleiros onde um destes foram mortos sem dó nem piedade pelos amigos e simpatizantes do líder sindical. De acordo o vídeo do Centro de Educação Popular (CEPEPO, ao fim do dia em que o sindicalista havia sido assassinado, 04 de julho, da prisão dos três suspeitos, os policiais chegaram com dois presos e por último o delegado chegou com o último acusado, não tendo tempo de adentrar o recinto da prisão, pois ali a massa tomou de suas mãos e o trucidou a base de bofetadas, pauladas, facadas e todos os objetos que tivessem em suas mãos. Por último o deixaram na frente da delegacia, sem que ninguém pudesse retirá-lo de lá. Velando o sindicalista que estava na igreja da matriz da cidade de Tomé-Açú a uma boa distância, sem ‘arredar os pés’, a multidão passou em noite em vigília em frente à delegacia, na espreita para pegar os outros acusados que estavam lá dentro. É nesse contexto que a equipe do CEPEPO adentra o espaço e conversa com os dois assassinos.

A então repórter do documentário interroga os homens para falarem quem havia encomendado a morte de Benedito Alves Bandeira. Aos poucos ela consegue extrair informações importantes como o nome do fazendeiro, que se chamava Acrino Breda que era natural do município de Colatina no Espírito Santo e quanto este teria pago para que o crime fosse consumado, no que eles vão respondendo que este valor seria a quantia de dois milhões de cruzeiros na época, como podemos ver a seguir num pequeno trecho do dialogo da entrevistadora com o pistoleiro,

Eliana: O nome do fazendeiro? Pistoleiro 1: Acrino...Eliana: Aquino? Pistoleiro 1: É, Acrino, já falei pra você...Eliana: Quanto ele pagou pra vocês? Pistoleiro 1: Dois mil(inaudível) cruzeiro...Eliana: Dois milhões de cruzeiros? Pistoleiro 1: É, dois mil(inaudível) cruzeiro... (Quem matou Benezinho, 1984)

Como podemos ver na entrevista acima, Eliana Pereira, enquanto repórter ali do CEPEPO, estava convivia de que precisava ouvir dos acusados do homicídio a versão destes sobre o crime, uma vez que as características não eram de um crime encomendado e que na grande maioria os mandantes ficavam impunes sem ao menos ter seus nomes divulgados, e assim Eliana também é incisiva com o segundo preso que na ocasião estava em uma cela separada do outro pistoleiro acusado. Com o mesmo tom ela questiona este por sua participação fazendo falar, até que conseguiu seu objetivo, como mais uma vez veremos a seguir,

⁶⁴ Quem matou Benezinho? www.youtube.com.br

Eliana: Quantos vocês receberam pra praticar esse ato, esse crime aí? Pistoleiro 2: Eu não recebi nada por que eu não participei, eu não empreguei nada e acho que ninguém recebeu nada. Policial: E esse colega aqui do lado do xadrez (pistoleiro 1) acusa que o assassino é esse elemento aqui (Pistoleiro 2) e diversas pessoas aí fora acusa também que foi ele que matou o homem...Eliana: Ele (Pistoleiro 1) acusa que vocês receberam dois milhões de cruzeiros para cometer o crime...Pistoleiro 2: Nós não recebemos nenhum tostão, porque o serviço não foi feito por nós, certo? Teve um intermediário e nós não chegamos a receber dinheiro nenhum. Eliana: Ele tá confirmando que foi preparado uma armadilha pro sindicalista...Pistoleiro 2: É o que nos informou o rapaz que se encontra morto, mas nós não participamos disso pensando nesses dois milhões de cruzeiros, por que pra nós, dois milhões de cruzeiros não seria a quantia que nos iríamos praticar um crime por isso talvez, eu talvez não praticar por crime nenhum (Quem matou Benezinho, 1984).

Após esse trecho do documentário filmado ao vivo no dia seguinte a morte do sindicalista, mostra trechos inéditos da fala dos dois pistoleiros acusados de fazerem parte do crime do então líder sindical Benedito Alves Bandeira, o Benezinho. A repórter Eliana Pereira foi incisiva nos seus questionamentos. Podemos perceber em suas perguntas a tentativa de descobrir principalmente o nome do mandante do crime, onde foi informado que havia um intermediário chamado de 'Ailton' e o mandante de nome Acrino Breda, então natural do Espírito Santo. Ao final desse 'interrogatório' feito pela representante do CEPEPO, ela teve que sair às pressas, pois a população invadiu a delegacia e trucido os dois homens, sendo que em seguida os dois foram colocados ao lado do morto do dia anterior, como podemos ver na fala a seguir de um 'anônimo' que estava no dia do ocorrido,

Aí quando amanheceu o dia, aí sabe como é, que aqui acolá chegava um caminhão de trabalhador da roça, aliás, das delegacias sindicais. Quando deu dez horas, teve a invasão na delegacia e aí aconteceu o fato, os caras foram mortos, um cara foi morto a cacete que era o que tinha matado o Benezinho. Ele tava preso numa cela, meio que o satanáas. Jogaram um pedaço de pernamanca na cabeça dele por cima do forro e ele ficou com esse pedaço de pernamanca. Até espingarda a gente tentava enfiar pela brecha e ele plantava-lhe o pau escangalhava tudo. Aí o pessoal disseram, só gasolina. Era só o que pediam, chegava na hora. Era serra, era marreta, era tudo o que pessoal dizia, precisa disso, era na hora. Chegou uma marreta, quebraram a parede e jogaram a gasolina pra dentro e tocaram fogo e arrastemos o camarada de lá e quem acabou de matar foram as mulheres, as mulheres ficaram em cima e cada cacetada espirrava miolo mas ele passava a mão assim... só morreu quando um caboco lá do Capim pegou uma peixerona e enfiou em cima do coração, ficou enfiado na terra do outro lado. Aí ele abriu o golpe e foi pra baixo dela (Anônimo, 2018).

Apesar das imagens serem fortes, a equipe não mostrou essas partes no vídeo, o documentário tem o cunho de mostrar a questão conflituosa que o campo paraense se encontrava já naqueles idos dos anos de 1980, principalmente do caso de Tomé-Açú. O assassinato do líder sindical, seguido da morte dos três pistoleiros demonstrou como os ânimos estavam aflorados em regiões onde a presença do Estado era praticamente nenhuma. A filmagem ali permitiu ver de perto um cenário que já era constante no Pará como um todo.

Imagem 2 - Eliana Fonseca fazendo entrevistas no dia do velório de Benezinho em Tomé-Açú.



Fonte: Documentário Quem matou Benezinho? – Acesso em 10/07/2018

Imagem 3 -Eliana Fonseca em entrevista para o autor desta tese na sede da SDDH em Belém.



Foto: Maíra Eliane Sacramento - 09 de maio de 2019

Os conflitos pela posse da terra já caminhavam para extermínio e massacres cometidos por pistoleiros, policiais militares a mando de latifundiários, grileiros, fazendeiros contra posseiros, trabalhadores rurais, sem-terra e suas lideranças. O sul do Pará já contabilizava uma série de mortos, como do sindicalista Raimundo Ferreira Lima, o Gringo e vários outros casos.

O que aconteceu em Tomé-Açú, era o que já ocorria em outras regiões do Brasil, da Amazônia e do Pará, uma vez que o fazendeiro do Espírito Santo pleiteava uma terra onde estavam mais de setenta famílias. Com a vitória na justiça tendo sido dada ganho de causa aos

colonos estando à frente o sindicato dos trabalhadores rurais de Tomé-Açú, Benedito Alves Bandeira, o Benezinho, o capixaba não se contentou e então contratou os pistoleiros para cometerem o crime. Foi um dos raríssimos casos em que a população fez ‘justiça’ com as próprias mãos e uma equipe com equipamentos cinematográficos estivesse presente para registrar o ocorrido. Vejamos os depoimentos do então bispo de Abaetetuba e do então deputado federal Ademir Andrade que naquela ocasião estiveram no local do assassinato do líder sindical Benezinho,

O nosso caríssimo irmão Bené nos deu um testemunho de como se deve amar os irmãos. Ele viveu defendendo a justiça procurando a fraternidade e o recado que ele dá a todos nós é, de agora em diante, todos nós nos empenharmos de verdade para um mundo fraterno e justo. (Dom Angelo Frosi).

O Bené realmente foi um grande companheiro, um presidente do sindicato defensor do povo desse país, do povo dessa terra. E ele é mais uma das vítimas que a disputa entre o latifúndio e a justiça da distribuição da terra tem feito neste país. O Bené, infelizmente não foi o primeiro, ele vem de uma série de assassinatos que vem ocorrendo neste país, principalmente na Amazônia, onde o grande capital, selvagem, destruidor, ganancioso só quer o lucro. E buscando esse lucro ele não vê amor, não vê vidas humanas, não vê absolutamente nada, só vê a destruição e passa por cima de quem ele quer passar para conseguir os seus objetivos. De forma que nós temos que lamentar a morte de Bené e dizer que embora o povo tenha feito justiça com as próprias mãos, embora esse não fosse o caminho correto, mas que lamentavelmente não existe justiça nesse país para os grandes para os poderosos, é preciso que o povo ensine para esses pistoleiros, ensine a esses grileiros, que ele também sabe reagir, que ele também sabe lutar. De forma que eu compreendo, não vou condenar, mas compreendo a atitude tomada pelo povo e diante das circunstâncias que nós estamos, nós vivemos, onde só o grande tem a proteção da justiça, eu acho que de certa forma, eles fizeram o que deveriam fazer (Deputado Federal Ademir Andrade, in: Quem matou Benezinho?).

Como podemos observar nos depoimentos acima, a fala do líder religioso caminha no campo de um Bené ‘irmão’, exemplo do amor de Cristo, que morreu defendendo a justiça praticando a fraternidade de um mundo mais justo e igualitário. Na fala do político, temos um tom mais acentuado, onde a mensagem torna-se praticamente um discurso contra a presença do capital na Amazônia, “selvagem”, ‘ganancioso’, ‘destruidor’, só visando o ‘lucro’ nos dá uma ideia daquilo que de fato era parte da realidade. Mas o que chama atenção mesmo, é a presença de ambos no meio da multidão que foi dar seu último adeus ao presidente do sindicato dos trabalhadores rurais do município tomeaçuense.

Imagem 4 – Dom Ângelo Frosi no velório de Benezinho em Tomé-Açú



Fonte: Documentário Quem matou Benezinho?
- Acesso em 10/07/2018

Imagem 5 – Deputado Federal Ademir Andrade no velório de Benezinho em Tomé-Açú



Fonte: Documentário Quem matou Benezinho?
- Acesso em 10/07/2018

Outro filme sobre os problemas no campo se deu com “Cabra marcado para morrer”⁶⁵, dirigido por Eduardo Coutinho. No mês de abril de 1962, a então União Nacional dos Estudantes (UNE) realizava uma atividade denominada ‘volante’ por algumas cidades do nordeste brasileiro. Entre estes estados estava a Paraíba. A intenção da ‘volante’ era ver de perto a realidade da população brasileira, principalmente a mais pobre do país, onde este passava por um momento do chamado ‘progresso econômico’, contrastando com a situação real das pessoas. O Centro Popular de Cultura (CPC) da então UNE era o idealizador do projeto.

Entre os membros da pesquisa estava o então cineasta Eduardo Coutinho, que no estado paraibano soube da história das Ligas de Sapé, e que dois meses antes de estar na região, seu líder, João Pedro havia sido assassinado. Dois meses depois, a equipe do cineasta retornou a região para produzir então um ‘filme’ sobre a história das Ligas Camponesas e João Pedro, seu líder, assassinado e seus familiares, a viúva Elizabeth Teixeira e seus doze filhos órfãos, além de alguns companheiros. O filme se chamaria “Cabra marcado para morrer.”

O interesse do autor era traçar um histórico daquele homem que naqueles tempos em uma região cheia de regras dominada por fazendeiros, coronéis, pensou diferente. Os colonos, retirantes, chamados de meeiros quando trabalhavam nas terras desses senhores, padeciam. João Pedro havia a equipe conhecido sua história, de que tinha se tornado uma das lideranças mais expressivas desse movimento que começava a despertar uma certa ‘consciência’ dos

⁶⁵ Cabra marcado para morrer – disponível em www.youtube.com.br

trabalhadores da terra, e que no geral viviam ‘perambulando’ de uma fazenda para outra, ou de terras que acreditavam serem devolutas ou governo, mas que de repente, do nada, surgia um dono e o expulsava. Joao Pedro passou a ser a referência em Sapé.

A história que intrigou a equipe de filmagem foi também muito devido à esposa de João Pedro, Elizabeth Teixeira ter ficado com os doze filhos, e ter mantido a coragem de continuar a luta do marido. Nesse sentido, em tempos difíceis como aquele, a postura da viúva foi um grande alento para a produção querer saber e entender melhor a história da família. Assim, então organizaram os personagens, dando voz a própria Elizabeth no papel da esposa tendo encontrado um colono para fazer o papel do falecido e os doze filhos fazendo o papel deles mesmos. Outros moradores também participaram como personagens. A produção não teria então, nenhum ator convidado de fora para atuar no filme.

Acontece que depois de dois meses de filmagens, o Exército invadiu a região atrás dos documentaristas acusando-os de subversão e estarem a serviço dos comunistas, treinando os colonos dessa região para uma suposta guerrilha contra as autoridades. Vários colonos foram presos junto com membros da filmagem, sendo levados alguns materiais e equipamentos como películas e câmeras apreendidas. Elizabeth Teixeira e seus filhos conseguiram fugir. O cineasta Eduardo Coutinho também conseguiu escapar e junto com ele e outros que não foram pegos pelos soldados levaram alguns registros importantes, como fotos, por exemplo. Uma parte do que já havia sido filmada, havia sido encaminhada antes para o escritório o estúdio onde seria elaborado melhor a produção.

Durante vários anos, o projeto ficou sob silêncio por conta do regime militar que se instalou no Brasil. Elizabeth Teixeira, também desapareceu, bem como seus filhos que tomaram rumos diferentes, sem muitas notícias. No entanto, na reabertura da democratização no Brasil e o regime prestes a chegar ao fim, Eduardo Coutinho retomou o projeto e voltou a Sapé para procurar aqueles que haviam participado das filmagens naquele início dos anos de 1960. O produtor queria saber o que havia acontecido com aquelas pessoas, mais especificamente com Elizabeth Teixeira e seus doze filhos.

Em Sapé encontrou poucos moradores daqueles tempos. Exibiu o que tinha conseguido salvar das filmagens, sem cortes. No entanto, este queria ir ao encontro da viúva de João Pedro. Localizou o filho mais velho em Recife trabalhando como jornalista. Abrão, mesmo revoltado com a morte do pai e dos acontecimentos que se deram, levou a equipe até sua mãe. Elizabeth, que já estava com o nome de Marta Maria da Costa, morando na cidade de São Rafael no estado do Rio Grande do Sul viu também a filmagem.

A partir daí, Eduardo Coutinho iniciou novas buscas para reencontrar os outros filhos de João Pedro e Elizabeth Teixeira. Encontrou alguns na cidade onde o pai desta tinha uma fazenda. Um morando com ele e outra em um sítio próximo. Encontrou outros no Rio de Janeiro, morando em baixadas, outro em Cuba estudando medicina. Uma das filhas se suicidou ainda pequena, por conta da morte do pai.

Quando da morte de João Pedro, assassinado por dois policiais, o mandante, que na época era um grande fazendeiro, ao ser acusado pela promotoria, era quinto suplente de deputado estadual. Para não ser preso e ter foro privilegiado, quatro suplentes tomaram posse em um dia e ao mesmo tempo renunciaram para dar a vaga ao acusado. Quando do julgamento dos policiais, estes foram absolvidos por unanimidade. João Pedro, quando foi morto, na beira da estrada levava alimento e caderno para o estudo dos filhos. Morreu abraçado com o material escolar.

A história apresentada no documentário “Cabra marcado para morrer” do cineasta Eduardo Coutinho, tem como enredo a formação das Ligas Camponesas e seus idealizadores, sendo que João Pedro foi um dos mais destacados nesse processo de organização social de um grupo de trabalhadores ligados ao campo. Em tempos em que os grandes fazendeiros dominavam a economia e seu modelo de produção, principalmente na região Nordeste do Brasil, pensar diferente contra esse sistema era afrontar não só os donos do poder, mas o Estado.

Eduardo Coutinho, assim como a equipe dos produtores do Centro de Documentação e Educação Popular (CEPEPO), traz a memória viva através das lentes de câmeras pessoas que vivenciaram o momento, principalmente nesse caso, aqueles que viveram o período turbulento do regime militar. Então o filme é um documento, não só no sentido de distração ou de ver a paisagem, a fotografia presente ali, mas o enredo com personagens reais que estiveram durante aquela dura realidade, aquele momento difícil e o diretor de perseguições que havia começado inclusive com a morte de João Pedro, líder das Ligas Camponesas.

Regimes assim eram marcos na história do Brasil, desde sua Colonização, passando pelo Império e continuando na República. Era inadmissível pensar de outra forma, muitos que ousaram pensar diferente, e lutar contra esse sistema tiveram suas cabeças postos a prêmio, sendo na maior parte, suas vidas ceifadas. A questão da terra sempre foi um tema que transcorreu sem profundas mudanças. As oligarquias consideradas dominantes no país do século XX, estiveram presentes nos séculos anteriores ou nos períodos citados. O caso do nordeste, por exemplo, nunca deixou de ser famoso por ser terra de coronéis.

O que João Pedro fez, junto com outros homens que desafiaram esse modelo, apoiados principalmente pela figura do advogado defensor das Ligas Camponesas, Francisco Julião, foi exatamente tentar mudar esse sistema, de fazer com o esses colonos que trabalhassem uma terra, tivessem direito a essa propriedade, ou aquilo que produzissem como meeiros, na hora da produção, pudesse ser justo a partilha, ou o pagamento.

A luta iniciada pelos homens das Ligas Camponesas tinha um princípio que era de uma vida mais justa para todos os que trabalhavam na terra, pra deixarem de ser explorados e viverem com mais dignidade, sem perderem seus direitos ou serem expulsos da terra por não terem um documento delas, sabendo que quem os expulsava também não tinha o documento. João Pedro se torna a referência para outros homens, mas também para Eduardo Coutinho, que ao ir, em busca da história do personagem, estava interessado em desvendar a realidade vivida pelos homens do campo e sua capacidade de buscarem uma organização para lutarem por seus direitos.

A história passada no filme do cineasta é baseada nos fatos reais, contada pelos personagens, com seus sofrimentos e suas dores, mas também com suas memórias carregadas de emoção, ao lembrarem de todo um padecimento que destruiu sonhos de famílias em terem um pedaço de terra, mas também de causar desestruturação familiar, como foi o caso da família de João Pedro Teixeira, que além de ter sido morto, sua esposa, viúva e os filhos tiveram que viver de forma clandestina e separada sem ao menos terem notícias uns dos outros.

Por outro lado, suas resistências frente a um regime que se instalou, retirando direitos de muitas pessoas, principalmente dos mais desfavorecidos, entre eles, os homens campo. A história narrada no documentário é a história de muitas outras famílias no decorrer dos anos que se seguem no período em que os militares estiveram no poder e em várias partes do Brasil atravessando as fronteiras, chegando até a região norte ou mais especificamente a região amazônica.

Jorge Bodanzky (2006) ⁶⁶ no artigo intitulado “Transamazônica: a face triste do progresso”, relata a experiência de ter feito as filmagens para o filme que ganhou muitos prêmios na Europa, principalmente na Alemanha e na França, mas que no Brasil teve muitas dificuldades em fazer a exibição nos cinemas abertos, ficando relegado a projeções em espaços clandestinos.

⁶⁶MATOS, Carlos Alberto e BODANZKY, Jorge. O homem com a câmera na mão. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2006.

O livro no qual estão às descrições sobre esse momento do cineasta na Amazônia chama-se “O homem com a câmera na mão”, do autor Carlos Alberto Matos. A obra é um resultado das experiências dos trabalhos de Bodanzky e também sobre sua trajetória de vida e tem como grande objetivo mostrar um cineasta que com poucos recursos, conseguiu fazer vários filmes, entre eles, Iracema, no coração da Transamazônica ainda na década de 1970 sob intenso olhar vigilante dos militares, na então área considerada já de Segurança Nacional.

A primeira semente de Iracema germinou num posto de gasolina à margem da rodovia Belém-Brasília em 1968. Enquanto esperava que o repórter da revista Realidade apurasse alguma coisa, fiquei dois dias observando a movimentação de caminhoneiros e prostitutas em torno do posto. A estrada ainda era de terra e as “Iracemas” e “Tiões” estavam todos ali: meninas caboclas de 12 ou 13 anos divertindo homenzarrões de todo o Brasil por alguns trocados. Saí do lugar com a decisão de levar aquela história inédita para o cinema⁶⁷.

E é assim que nasce a ideia de fazer o filme, como descrito pelo próprio autor. Embora soubesse dos desafios de encarar não só os militares, mas a própria região com suas imensas dificuldades, Jorge Bodanzky iniciou o projeto chamando outro cineasta, Orlando Senna, a missão seria conseguir o recurso financeiro, que foi empenhado por uma empresa alemã. Depois disso a outra parte seria ver um pequeno número de atores para encenarem os principais papéis, o que coube a Paulo Cesar Pereio, um ator já maduro e a Edna Cerejo, que depois transformou no pseudônimo de Edna Cassio, uma adolescente estudante de um bairro pobre de Belém. Estavam prontos para viverem, ela e Pereio, Iracema e Tião.

José do Espirito Santo Dias Júnior (2013)⁶⁸, em artigo intitulado “Iracema uma Transamazônica: o filme como História” nos mostra o olhar de como a produção pode ser compreendida como um aporte pelo historiador, pois sendo este um filme, como pode ser auxiliado no contexto histórico. Assim, vemos sua descrição do filme,

O drama documental de 91 minutos, conta a história de uma garota amazônica, “Iracema”, interpretada por Edna de Cássia, ribeirinha pobre, que morava nas proximidades de Belém e vai à cidade pra participar das festividades do Círio de Nazaré, lá chegando se depara com o universo de bares e cabarés, sendo seduzida por outras mulheres a entrar na prostituição “Iracema” começa a fazer “programas” para sobreviver, conhecendo paulatinamente as estratégias de sobrevivência na prostituição, aprende a fumar e a beber, sai com as meretrizes mais velhas para a cidade para comprar roupas chamativas para os seus encontros. Em um desses “michês” em um cabaré da cidade encontra “Tião Brasil Grande”, interpretado por Paulo Cesar Pereio, um caminhoneiro gaúcho, que em suas viagens pelo Brasil afora, propala o discurso do progresso para o país, e a importância das estradas para o desenvolvimento econômico nacional. Na companhia de “Tião”, “Iracema” sai em

⁶⁷ MATOS, Carlos Alberto. BODANZKY, Jorge. O homem com a câmera na mão. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2006.

⁶⁸ DIAS JÚNIOR, José do Espirito Santo. Iracema uma Transamazônica: o filme como História. In: XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e dialogo social, 2013. Natal / RN. Anais. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal / RN: ANPUH, 2013.

busca de aventuras e vai parar na rodovia Transamazônica onde é abandonada pelo caminhoneiro” (DIAS JÚNIOR, 2013, p. 10)

Como podemos ver nas descrições de José Dias Júnior, a ficção tinha exatamente esse propósito, mostrar uma Amazônia carregada de problemas através do enredo de dois personagens, Iracema e Tião, antagônicos em todos os sentidos. Ele, enquanto personagem procurava encarnar o forasteiro, aquele que estava a desbravar um imenso verde, ver as riquezas e delas tirar as vantagens.

Iracema, encarnava como personagem, menina inocente, ribeirinha, fácil de ser enganada ou iludida que ao chegar à cidade se deslumbrava com sua imensidão de prédios, objetos a serem vendidos, comercializados, as festas, religiosas como do Círio de Nazaré, as profanas como do arraial do Círio e as dos prostíbulos nas baixadas da cidade de Belém.

Para o autor, Jorge Bodanzky, a trama fictícia, na verdade era uma compilação do que este havia percebido no tal posto de gasolina na margem da rodovia Transamazônica, um grande número de meninas se prostituindo com caminhoneiros. Isso era o que representava Paulo Cezar Pereio com seu personagem “Tião” e a moça pobre a se prostituir, Edna Castro, no papel de “Iracema”.

É evidente que o filme traz uma série de complementos como os problemas relacionados diretamente a região da Transamazônica, como mais do que visto e debatido, as queimadas, a exploração desordenada de madeiras, o trabalho escravo em grande evidencia. Obviamente, que a ficção tinha tudo isso como uma realidade constante nesse momento.

E é claro que como proposto pelos autores, o filme cumpriu seu papel de mostrar uma Amazônia que na metade da década de 1970 passava por uma grande transformação em seu espaço geográfico, principalmente na parte econômica e social. Embora tenha sido uma ficção, o realismo ali presente, só pode ser explicado obviamente pela fala dos produtores, como está no livro já citado.

Porém, em 2017, Jorge Bodanzky esteve em Belém para uma roda de conversa no Instituto Paulo Fontelles e fui convidado pelo então saudoso Paulinho Fontelles a estar presente para participar da atividade. Foi muito produtivo o momento, fiz inclusive algumas perguntas para o cineasta, mas acabei marcando com ele uma conversa no dia seguinte, quando fui no hotel em que estavam hospedados ele e Felipe Milanez que também participou do Roda de Conversa.

Da pequena entrevista que fiz com o diretor ainda em 2017, este me relatou que além do filme ter ficado sob censura prévia, a equipe trabalhava com recursos muito reduzidos,

bem na base da improvisação e que para encontrarem a moça pra interpretar Iracema, tiveram que procurar fazer uma procura na cidade de Belém, encontrando a candidata num programa de auditório de rádio e que grande parte das filmagens foram feitas nas ilhas do Combú, outra numa pequena fazenda no bairro do Benguí e outras em trechos de estradas da Transamazônica mesmo. Destaco o trecho a seguir um trecho onde o diretor mostra no final do filme, onde o personagem Tião Brasil Grande deixa de transportar madeira e passa então a transportar gado, no dialogo final que este tem com Iracema, já então na prostituição, vejamos,

Isso era o que tava acontecendo, a gente via isso. Alugou um caminhão, primeiro o de madeira né? Mas o caminhão de gado da cena final, a gente parou na estrada. O caminhão passou e agente pediu pra ele ficar uma hora lá pra gente poder fazer a cena, e tivemos um grande problema que não conhecíamos, quando eles estão transportando gado, e o gado é pesado então ele tem que levar rapidamente o gado pro destino, porque o gado perde peso. Então foi difícil achar um caminhão pra parar, porque ele tinha prejuízo com o gado que ia ficar perdendo peso no caminhão, até que na cena o cara aparece gritando, ‘vamo embora, vamo embora’, porque o cara tinha que ir embora, não quis esperar terminar a cena, apesar da gente tá pagando ele, ele tava sendo prejudicado, ele esperou o suficiente. A cena foi muito rápida, então quando ele foi embora, ele foi embora mesmo (Jorge Bodanzky, 2017).

Como se pode ver, o diretor nos falou que a cena inicial do filme é de Iracema surgindo em um barquinho na Amazônia e foi produzida bem na frente de Belém, na ilha do Combú, quando dali vem inúmeros barcos trazer seus produtos para serem comercializados nas feiras da capital.

Outra cena que o autor explicou foi da seleção de trabalhadores contratados por um “gato”⁶⁹. A feição dos homens ali confunde muito com a realidade vivida em muitas fazendas no sul do Pará, nos dando a ideia de que parecia aquele cenário ser de uma grande fazenda em qualquer parte do interior paraense, menos de uma fazendinha na cidade de Belém ainda, no bairro do Benguí, como nos afirmou o autor.

Segundo Jorge Bodanzky, houve uma decepção por conta dos trabalhadores, ou figurantes, acreditarem que a ‘seleção’ entre os trabalhadores que ‘serviriam’ para ficarem na fazenda, seriam contratados de fato, e não que aquilo tudo era uma pequena encenação. Segundo o produtor, isso se deu devido ao fato destes terem sido recrutados na própria feira do bairro aonde foi feita a filmagem, quer dizer, estavam desempregados.

No entanto, o produtor nos explica que sobre os caminhões, conseguiram alugar o primeiro que ficou uns vinte dias com eles e o segundo conseguiram através de um

⁶⁹ O gato aqui é a figura do homem que arregimenta outros para trabalharem em determinado serviço. Assim, o ‘gato’, ou empreiteiro sai em busca de mão de obra e os repassa a certo empregador. Depois desse processo, o ‘gato’, procura se eximir de responsabilidades com aqueles que levou para determinado lugar.

caminhoneiro que ‘cedesse’ para eles por um tempo de aproximadamente uma hora, quando o então personagem “Tião Brasil Grande” chega em um prostíbulo de beira de estrada e reencontra a personagem “Iracema”, que este havia abandonado quando ainda estava com o caminhão de transportar madeira. Iracema, é a intenção dos diretores, está decadente numa Amazônia bastante modificada pelas queimadas, poeiras e assim como a região, Iracema e as outras prostitutas estão cheias de sequelas, Iracema está inclusive sem um dente.

Mas a opulência do caminhão, segundo Bodanzky, significa o progresso, que não pode parar. E assim como essa metáfora, em que mostra um Brasil que é sobrenome do personagem Pereio, “Tião Brasil Grande”, ele precisa avançar, mesmo passando por cima das mazelas que vão ficando no caminho, ou como o motorista do caminhão emprestado, que grita para o personagem seguir viagem, porque senão os bois podem morrer ali, não importando o que fica para trás, as moças, o importante é seguir a estrada do progresso.

Em 1985, o filme *Bye Bye Brasil*, uma produção nacional foi lançada nos cinemas. Tratava-se de uma comédia crítica da situação de algumas áreas do território brasileiro, como do nordeste em que era mostrado algumas em que a realidade era muito difícil, principalmente no campo e a vontade desse homem ir em busca de uma vida melhor, representado pelos personagens que sonhavam em ter um vida melhor. A outra parte do filme procurou mostrar a situação da transamazônica, como um lugar permeava o imaginário de homens de outras regiões do país, onde davam conta de que um ‘abacaxi’ era do tamanho de uma ‘jaca’.

O filme *Bye Bye Brasil*, produzido dez anos depois de *Iracema: uma transamazônica*, ainda retratava dilemas sociais, não só em relação a estrada com seus problemas, mas a nova rota de brasileiros que iam em busca de um ‘El dourado’ imaginário, terra de minérios, de acumulo de riquezas, de sujeitos como ‘índios’ sendo usados nos discursos como atraso e sendo evidenciado, aí como denúncia do filme, o descarte, como nas cenas em que os aviões levavam esses que perdiam suas terras para áreas de garimpos, ou como frases diretas em que aeronaves sobrevoavam suas comunidades e despejavam dinamites.

Quer dizer, depois de dez anos de uma produção para outra, onde bem verdade, *Iracema: uma transamazônica* teve mais característica de documentário, *Bye Bye Brasil*, como filme de entretenimento não deixou passar em ‘branco’ as mazelas sociais da região amazônica e mostrar como era olhado o lugar, a floresta por visões que estavam muito interessados nos ganhos e lucros desse espaço.

Sobre as produções dos filmes apresentadas, a maior parte como documentário, temos no artigo “O documentário como testemunha/ o documentarista observador e o documentário

ativista em um mundo em transformação/ a quem serve o documentário? A sociedade? Ao público? Ao autor?” (1993)⁷⁰. Nos diz um dos depoentes, Ernesto Bravo,

No documentário como testemunho, vemos o papel do documentarista que é testemunha de seu tempo, como aquele que brinda o testemunho da época e da sociedade em que lhe tocou viver, promovendo sua filmagem e melhoramento. Para cumprir esse papel deve começar por conceber o público como um aliado na busca da realidade, já que o princípio de tudo é o seu compromisso com a verdade. Para que o documentário cumpra o seu papel como testemunho, o documentarista deve ser um comunicador. Há para ele uma série de conceitos sobre os quais deve refletir, a fim de poder chegar a mente e ao coração do público. Por exemplo, a objetividade: o documentarista não pode ser neutro porquê de uma maneira ou de outra, contrário ao seu ponto de vista que está presente em seu trabalho, a “objetividade” é uma exigência aos documentaristas, entendido como enfoque binário, ou seja, a favor ou contrário a uma dada proposição, como se na vida houvesse apenas uma dicotomia, não um arco-íris de opiniões. (BRAVO: 2012, p.93).

Nesse sentido, como podemos observar o trecho citado acima, os documentários apresentados sobre suas propostas de filmes, levando em consideração as questões sociais e principalmente os problemas relacionados aos conflitos, e as desagregações familiares reafirmam o compromisso dos seus diretores de apresentarem a realidade, muitas vezes fortes do ponto de vista sentimental, mais necessária para o entendimento e compreensão mais clara do ouvintes e telespectador.

Assim, acredito que as produções citadas tem contribuição significativa, não só para aqueles que gostam de filmes, mas sobretudo, que elas não deixam de fazer com que o telespectador não perceba o caráter violento das áreas rurais na Amazônia, nem tão pouco tenha deixado de registrar os agentes atingidos por essa violência e criminalidade. Mais que um registro, este material fílmico é um instrumento de denúncia e busca por justiça.

⁷⁰ BRAVO, Ernesto. O documentário como testemunha/ o documentarista observador e o documentário ativista em um mundo em transformação/ a quem serve o documentário? A sociedade? Ao público? In: PONJUÁN, Maykel & MÚLLER, Marcelo. Organizadores. Documentário: o cinema como testemunha. Registro do I encontro de Documentaristas EICTV-2009. – São Paulo: Irtermeios: Santo Antonio de Los Baños: EICTV, 2012.

1.2 – A IGREJA CATÓLICA NA AMAZÔNIA: DA COLONIZAÇÃO AO FIM DO SÉCULO XX

Ricardo Rezende Figueira (1985)⁷¹ no livro “A justiça do lobo” descreve com profundo saber de quem vivia na região do sul do Pará há mais de uma década a realidade que ali se encontravam as questões sociais relacionadas aos conflitos pela terra que envolviam posseiros, grileiros, fazendeiros, jagunços, o estado e também a igreja Católica. A situação havia se acentuado muito na década anterior, 1970.

Segundo o autor, a questão do sul do Pará com a presença da igreja teria início em Conceição do Araguaia em fins do século XIX onde frades dominicanos franceses da Província de Toulouse, liderados por Frei Gil de Vilanova, tinham como propósito catequizar e batizar os índios das tribos dos Karajá e Caiapó. A ideia era de levar a cristianização e civilização para lugares ainda distantes do Brasil. Para ajudar no projeto dos missionários, contavam-se com o apoio dos governos de Goiás e do Pará que enviavam recursos.

No entanto, o “Boom” da borracha no final do século XIX, fez com que o projeto dos missionários tivesse oscilação, pois a região foi tomada por homens em busca do caucho que tinha grande valor transformando a área em grandes conflitos e uma terra sem lei. Assim descreve o autor,

A população cresceu a olhos vistos. Em 1908 já moravam 1.000 pessoas no patrimônio. A partir de 1904, quando se descobriu “uma riquíssima zona de borracha”, começaram a chegar levas e levas de homens em busca do caucho. A demanda do mercado externo era favorável e o preço pelo produto alcançou níveis compensadores. De tal forma intensificou-se o fluxo migratório que em 1911 a população chegou a onze mil. Em vista desse crescimento, Conceição do Araguaia, no dia 3 de novembro de 1908, foi elevada a Vila e no dia 10 de junho de 1911, por um decreto assinado por PIO X, foi transformada em sede de uma nova Prelazia – a Santíssima Conceição do Araguaia. (FIGUEIRA, 1985, p. 16)

Conceição do Araguaia começou com uma ideia de colonização e ocupação do seu espaço pelos frades franceses, como mostrado pelo autor e logo no seu início já sofreu com o modelo implementado, pois segundo Ricardo Rezende, a igreja teria culpa nesse processo, principalmente pela metodologia adotada, de tirar os povos indígenas de suas áreas e tentarem concentrá-los em um lugar. Frente a tudo isso, e principalmente a queda dos preços da borracha nos anos seguintes, a região passou a viver outros ciclos como da pecuária, que mais uma vez acarretou problemas com abusos de poder e violência, tendo a igreja o papel da

⁷¹ FIGUEIRA, Ricardo Rezende. A justiça do lobo. Petrópolis. – Petrópolis: Vozes, 1986.

denúncia dos abusos ali cometidos. Mas, foi nos anos de 1960 que se intensificou a presença de grupos de fora, como podemos ver a seguir,

De 1960 para cá começaram a aparecer às dificuldades e os perigos para os posseiros. O Estado vendeu grandes glebas nos dois municípios (Conceição e Sant'na sem o cuidado de verificar se nelas havia ou não posseiros. Um belo dia o sr. José, o sr. Manoel, o sr. Francisco, moradores há, 20, 30, 40 anos são visitados por um indivíduo ou por vários que lhes disseram – ‘essa terra e nossa, olha aqui o título’. Nasceu o problema dos posseiros. Agravou-se o problema com a entrada das Companhias, isto e, os grupos poderosos, sobretudo de São Paulo, que compraram milhares e milhares de alqueires para implantação das fazendas com o auxílio dos incentivos fiscais mediante um plano aprovado e incentivado pela SUDAM. (FIGUEIRA, 1985, p. 22).

A partir daí a situação de divergências e conflitos na região sul do Pará tornou-se uma realidade constante, principalmente com a presença do Instituto de Colonização e Reforma Agraria, do Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins, além da construção da Transamazônica.

No dia 07 de agosto de 1968, o jornal Estadão publicou uma matéria informando sobre a presença do presidente da República, o militar Costa e Silva na Amazônia. Recebido em Belém pelas diversas autoridades, o jornal tinha como título principal de sua matéria a seguinte chamada ‘Apressasse integração da Amazônia’, podendo ver-se logo que esse era um discurso não só da idealização dos governantes militares, como também encapados pela imprensa do eixo sul-sudeste. Para apresentar as ideias do então presidente, o seu ministro respondeu aos repórteres a ‘verdadeira intenção’ do governante,

O ministro Hélio Beltrão, que chegou a Belém na madrugada de ontem, afirmou em entrevista coletiva que “embora muito se tenha falado no passado sobre a necessidade de integração da Amazônia, em discursos políticos, o governo Costa e Silva, será o primeiro em toda a História a tomar medidas efetivas para o desenvolvimento planejado desta região e para sua rápida ocupação pelos brasileiros. (ESTADÃO: 1968, p.5).

Esses discursos foram à marca dos anos iniciais da ‘ocupação da Amazônia, principalmente no que tangia ao prolongamento de outras rodovias que intercalassem a Belém-Brasília e seguissem outros rumos, principalmente para as áreas ‘pouco povoadas’, no dizer dessas autoridades. A Transamazônica foi o sinal mais claro sobre isso como aponta Otávio Guilherme Velho (1972)⁷² na obra intitulada “Frentes de Expansão e estrutura agrária”, nos fala sobre essa grande área da Transamazônica. Pegando uma matéria do Jornal do Brasil do dia 17 de março de 1970, o autor assim descreve o processo de construção da longa estrada,

⁷² VELHO, Otávio Guilherme. Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

No dia 16 de março de 1970 a Presidência da República distribuiu um comunicado em que anunciava várias obras rodoviárias na Amazônia e no Brasil Central para o período 1970-74, tendo como peça básica a Rodovia Belém – Brasília. Entre elas o prosseguimento do asfaltamento do trecho Anápolis-Porangatu da dita estrada, o prolongamento até o Rio Branco e a fronteira com o Peru da estrada Cuiabá-Porto Velho, o término da estrada Porto-Velho-Manaus, a implantação de uma estrada Cuiabá-Cachimbo-Santarém, e a construção de estrada pioneira ligando o Nordeste à Amazônia.

Quanto a esta última, segundo o comunicado, partindo de conexões com a Rede Rodoviária do Nordeste, essa rodovia atravessará a Belém-Brasília, na altura de Marabá, às margens do Tocantins, para em seguida, cruzar as bacias do Xingu e do Tapajós e alcançar Humaitá, onde se encontrará com a estrada Porto Velho-Manaus. Com seus 1.750 km, a estrada, que se poderá chamar de Transamazônica conectará os pontos terminais dos trechos navegáveis dos afluentes meridionais do rio Amazonas e será uma vereda aberta aos nordestinos para a colonização de enorme vazão demográfico e o início da exploração de potenciais até então inacessíveis. (VELHO: 1972, p. 145).

O que os governos militares fizeram com a construção da Transamazônica ou os prolongamentos da rodovia Belém-Brasília foi à intenção de um discurso ‘ocupar’ a Amazônia a qualquer custo, a qualquer preço. Como podemos ver no trecho acima a ideia da grande estrada era ‘cortar’ a floresta em várias partes possibilitando a vinda de muita gente pra região, o que de fato aconteceu e nos anos seguintes os conflitos se acentuaram cada vez mais. A presença da igreja Católica foi de fundamental importância no início desses anos de ‘colonização’ de forma desordenada, hora ajudando com assistencialismo, hora ajudando na organização dos colonos, hora denunciando, como mostra a matéria do Estadão de junho de 1973. Com o título “CNBB denuncia a miséria e o abandono da Amazônia”, o jornal nos mostra,

Um abandono quase total”. Foi assim que dom Aloisio Lorscheider, presidente da Conferência dos Bispos do Brasil – CNBB – resumiu ontem, em Manaus, as impressões da viagem que ele e dom Ivo Lorscheider, secretário geral do mesmo órgão, estão fazendo à Amazônia. “O que vimos de miséria, descaso administrativo e irresponsabilidade funcional é gritante, criminoso e de uma insensatez imperdoável”. O que teria visto dom Aloisio para ficar assim tão impressionado? “Os colonos no mais horripilante abandono”. A exploração inadequada da terra: “quando são propícias a pecuária, são utilizadas para a agricultura e vice-versa, o que revela a ausência total de planejamento”. O nomadismo: “os nordestinos chegam e saem como autênticos nômades, sem rumo e sem fé.” Precárias condições de saúde: “em Rondônia há uma incidência muito grande de leprosos. Não médicos nem remédios. (ESTADÃO, 1973, p. 14).

O que podemos ver nessa pequena nota extraída do jornal Estadão? Sem sombra de dúvida um sentimento de dor e tristeza compartilhada pelos membros representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), principalmente do seu então presidente, o bispo dom Aloisio Lorscheider. Uma situação em que se percebe que a igreja Católica estava tomando um lado para si, o da defesa dos colonos, posseiros, trabalhadores rurais e

principalmente os que não possuíam a terra para trabalhar, os que esta classificou como nômades, aquelas pessoas que ficam vagando de um lugar para outro.

Em maio de 1977, o jornal Estadão publicou uma matéria especial à violência no campo na Amazônia. Intitulado “Conflitos pela terra, um desafio na Amazônia”, a matéria especificava que havia aproximadamente vinte e uma áreas de tensão social neste espaço que envolvia posseiros novos proprietários que se intitulavam donos das terras que estavam às margens das recém-construídas rodovias. Para o jornal, os anos eram de grandes desafios, pois as frentes de imigrações eram intensas, com muitos vindos da região nordeste, principalmente do Maranhão. Ali ficavam numa situação de difíceis conflitos sociais vários sujeitos ou personagens, governo federal, o empresário que tinha vindo de fora do lugar, o posseiro, o invasor, o grileiro.

De acordo ainda com o jornal, o governo sabia que tinha culpa no processo de ocupação da região, mas procurava se eximir dela. A culpa era sempre do ‘invasor’, dos novos colonos que não paravam de chegar, ou como dizia a matéria, bastava que a chuva desse uma trégua no inverno amazônico para que vasta quantidade de homens descesse nessas terras. Podiam ser de caminhão, de ônibus, enfatizava o jornal. Uma das supostas ideias pensadas pelos órgãos dos governantes para coibir a entrada desses imigrantes, seria ‘bloquear entradas’, como podemos ver no trecho abaixo,

Para alguns setores construir porteirolas em todos os pontos de ingresso na Amazônia Legal talvez fosse a solução para impedir o aceleradíssimo crescimento dos fluxos migratórios em direção à região (pelo menos 15 mil famílias nesta década entram na Amazônia), que provavelmente assusta mais os proprietários de vastas áreas em geral pouco ocupadas do que propriamente o governo. Ele tem sido pressionado para bloquear o ingresso de colonos na Amazônia, mas não está convencido de que esta é uma boa solução: até o ano passado a Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) alimentava planos para construir centros de triagem de migrantes nas principais rodovias que levam à região (Cuiabá-Porto Velho, Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém e Transamazônica) numa posição totalmente contrária à que prevaleceu até 1973, quando o governo realizava esforços, - muitos deles patéticos ou absurdos - para trazer colonos de outras regiões até mesmo em Boeings fretados pelo Incra. Como o próprio Incra não tinha condições, num primeiro momento de assentar todas as famílias que chegavam à procura de um lote de terras, e depois foi-se desinteressando pela colonização oficial dirigida, passando a apoiar projetos particulares, os lavradores rapidamente se transformavam em posseiros, ocupando as terras mais próximas e aparentemente disponíveis. Em alguns casos, a situação não era esta: as terras tinham efetivamente proprietários. Mas na maioria das vezes sobre elas incidiam requerimentos de compra apresentados por particulares aos governos estaduais, ainda sem nenhum direito criado, ou títulos falsos e anulados ainda não regularizados. (ESTADÃO, 1977, p. 136).

Como é possível perceber, a tentativa do governo dos militares em dado momento foi de estabelecer um ‘apartheid’ no processo de colonização da Amazônia. Isso mostra com clareza a disposição em mudar o foco dos governantes. Ao invés de priorizarem os pequenos

colonos a quem foram utilizados como discursos de ocupação do território amazônico, estes optaram pelos empresários das regiões sul e sudeste. Nesse sentido, o que tivemos num certo tempo foi de que o migrante que vinha em busca de terras. Em vez de ser a solução para os governantes, passa a ser tratado como problema. Este se torna um empecilho para algo que precisava ser controlado. Nesse sentido, por exemplo, a menção em criar áreas de ‘triagem’, para embargar a entrada nessas áreas. Assim, temos através do jornal, a dimensão dos acontecimentos relacionados à violência no campo nesse período já, ou seja, nos fins dos anos de 1970, a situação já era agravante.

De acordo com a reportagem, o campo, principalmente da região do sul e sudeste do Pará estava tomado pelos índices de violência que já assustava. A presença de pistoleiros já era uma realidade. Os assassinatos de trabalhadores, colonos, posseiros era constante. Havia inclusive, segundo o próprio jornal, tabelas de valores, pois haviam os que valiam de acordo com as posições, como religiosos, advogados e as próprias pessoas ‘comuns’. Era fato, também que já se tinha um mapeamento de alguns conflitos mais graves que circundavam a Amazônia como um todo, como o mostrado ainda pela matéria especial, como veremos a seguir,

TABELA 01
PRINCIPAIS ÁREAS DE TENSÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA LEGAL

LOCAL	ÁREA (há)	FAMÍLIAS	MOTIVOS	CONSEQUÊNCIAS
Colônia Floresta, Conceição do Araguaia, no Pará	69.000	3.645 (ou 17.225 pessoas)	- Criada pela igreja a colônia, nunca foi precisamente demarcada, surgindo problemas de limites e inversão por fazendeiros que expulsaram colonos.	- O governo estadual tem procurado resolver a questão, mas com excessiva lentidão. É uma das áreas mais tensas e perigosas do Pará.
Água Branca, Paragominas, no Pará	1.500	260 (ou 600 pessoas)	Com títulos de propriedade anulados, um grupo de fazendeiros incendiou as casas dos lavradores, destruiu suas lavouras e começou a despejá-los.	A contagem propôs a desapropriação da área e o reassentamento dos colonos.
Fazenda Capaz, São Domingos do Capim, no Pará.	103.000	260 (ou 1.300 pessoas)	Ocupando reduzida parte da propriedade, o norte americano não pôde evitar que ela fosse ocupada e tentou expulsar os posseiros	Após o choque entre posseiros e proprietários, a situação foi contornada, mas não solucionada. Novos conflitos podem

LOCAL	ÁREA (há)	FAMÍLIAS	MOTIVOS	CONSEQUÊNCIAS
			através de violência.	ocorrer.
Fazenda Paráporã, São Domingos do Capim, no Pará.	18.000	200 (ou 1.000 pessoas)	Expulsos violentamente das terras que ocupavam, os posseiros reagiram, matando um sargento da PM.	O Estado desapropriou a área, mas a empresa recorreu. A questão ainda não foi definida judicialmente.
Perdidos, Conceição do Araguaia, no Pará.	152.000	815 (ou 5.675 pessoas)	A Fundação Brasil Central distribuiu 35 lotes de terras, mas os beneficiados não ocuparam a área. Quando foram tomar posse nela, surgiram os problemas: uma empresa recebera títulos na mesma área e ela tinha ainda muitos posseiros.	Os posseiros atacaram soldados da PM que protegiam topógrafos do Incra, matando dois deles. A igreja foi acusada de incitar os posseiros. Após os atritos, o Incra distribuiu licenças de ocupação. Mas a propriedade da área ainda não foi definida.

Fonte: Jornal O Estado de São Paulo, 29/05/1977 – Acesso em 03/03/2017

Como é possível ver na tabela acima, as áreas de conflitos estavam espalhadas por vários cantos da Amazônia, especialmente no estado do Pará no final da década de 1970. Havia os casos do sul e sudeste paraense como de Conceição do Araguaia, mas também havia os da região nordeste paraense como São Domingos do Capim e também do município de Paragominas, Vizeu, e começavam a ‘estourar’ em Moju, Tailândia, Acará.

Podemos perceber nos relatórios registrados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no ano de 1987, que enfatizou que só no estado do Pará, foram seis mortos em decorrência da disputa pela terra. Um desses trabalhadores rurais foi Wilson Ribeiro Magalhães, como podemos ver na descrição abaixo,

Agricultor de 33 anos, casado, foi morto em vila de Redenção, Conceição do Araguaia, no dia 31 de maio. O agricultor encontrava-se numa mercearia, tomando uma cerveja com três companheiros, quando o pistoleiro chegou e descarregou o seu revólver 38 duplo em cima de Wilson, atingindo-lhe o rosto. Segundo os companheiros de Wilson, sua morte teria sido encomendada por algum fazendeiro, inimigo da vítima. O agricultor possuía uma área de terra em Redenção e teria atritos com um fazendeiro que prometera dar fim a sua vida. Existe ainda outra versão: a de que Wilson seria inimigo de João, o pistoleiro por questões de terra. (MST, 1987, p. 148).

A morte deste agricultor retrata bem os casos descritos pela publicação do MST que fez um apanhado de vários crimes relacionados a morte de trabalhadores rurais no campo a

partir de 1964, ano em que o Golpe Militar foi instaurado no Brasil. Desde desse período até o ano de 1977 foram mais de 60 assassinatos só no campo paraense, um número significativo de mortes se comparado aos anos anteriores a chegada dos militares no poder. O jornal *Estadão do dia* 31 de maio publicou uma matéria sobre esse assunto. O título era o seguinte “Impunidade incentiva grilagem na Amazônia”, vejamos um trecho da reportagem,

Pouco mais de oito milhões de hectares de terras na Amazônia foram “grilados” nesta década, mas é provável que muito mais que isso esteja sendo apossado ilegalmente. Esses processos são conhecidos muito depois de terem sido praticados e nem sempre chegam à justiça para serem desfeitos. Os recursos são variados, desde a simples alteração de numerosos títulos, ou sua completa falsificação, até complicadas manobras articuladas por advogados inescrupulosos. A impunidade estimula as ousadias. No início deste ano o ex-coordenador do Incra no Estado do Acre, Assis Canuto denunciou um “respeitável grupo econômico do Sul, que havia esticado sua propriedade de 98 mil hectares, formados com 32 títulos adquiridos separadamente, para 604 mil”. O chefe da ajudância da Funai havia denunciado também um conhecido “grileiro”, João Sorbille, por ter ampliado sua propriedade para 341 mil hectares com a conivência dos cartórios de Boca do Acre e Rio Branco. Nas discriminatórias que realizou no Acre. O Incra não conseguiu encontrar nenhum título definitivo ou a carta de expedição do documento, apenas certidões de traslado fornecidas por cópia pelos cartórios. Após examinar, durante, pelo menos quatro anos as documentações de terra, o Incra chegou à conclusão de que “uma terra só poderia deixar de ser pública para em consequência passar para o domínio particular, quando oficialmente fosse desmembrada do patrimônio público”, revelou Canuto, acrescentando não ter encontrado nenhum desmembramento. Logo, as terras continuavam sendo devolutas. Isso não impediu, entretanto, que nesse período 4,5 milhões de hectares (quase 30% de toda a área do Estado) fossem transacionados por diversos interessados. O senador arenista Altevir Leal, tido como proprietário de um rio inteiro, o Tarauacá, diz ter vendido 1,2 milhão de hectares de terras e garante ainda possuir 800 mil hectares para vender. “Sou o maior latifundiário do mundo”, proclama ele frequentemente nas reuniões com amigos no Hotel Chuí, o melhor de Rio Branco, como se estivesse recitando um título honorífico. (*Jornal Estado de São Paulo*, 31/05/1977: p. 50).

Na Amazônia, a impunidade tornou-se um ‘prêmio’ para os criminosos. Como mostrado na matéria acima. A grilagem de terras era comum por que as autoridades faziam vistas grossas ou compactuavam com o tipo de ação ilegal. Esse tipo de ação favorecia obviamente aquele que detinha um capital maior, principalmente os oriundos das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Mas o certo é que a impunidade dominava o cenário dos conflitos de terra na Amazônia, fosse nos crimes relacionados a falsificação ou mesmo nos crimes de mortes, aqueles em que os trabalhadores eram assassinados, como do caso registrado anteriormente, do lavrador Wilson.

Não há dúvidas de que essas transformações ocorridas na metade da década de 1960, e que depois com os militares no poder os tempos foram os mais terríveis para o campo amazônico. As mudanças que ali se estabeleceram seriam para serem esquecidas, caso não seguissem adiante, que infelizmente foi o que aconteceu. Não há dúvida também que frente a toda essa situação caótica, a presença da igreja Católica teve uma importância muito grande

também na defesa dos colonos, posseiros, lavradores, trabalhadores rurais, peões, enfim aqueles a quem eram negados os direitos e muitas vezes alguns direitos que estes tinham.

Mas acima de tudo a situação era muito mais difícil para aqueles que chegavam em busca de um pedaço de chão e não encontravam a realização dos sonhos. Nesses casos, muitas vezes, estes só recorriam à instituição religiosa, apesar de todo um temor existente, como a preocupação de serem considerados seus líderes religiosos subversivos ou possuírem algum tipo de ligação com os comunistas.

Thiago Broni de Mesquita em “Uma estrada revela o mundo: o SNI e os conflitos pela posse da terra no Pará”⁷³ sua tese de doutorado, a construção da estrada Belém-Brasília, onde procurou nos mostrar os processos de ocupação e conflitos no estado do Pará na década de 1960 até 1975, principalmente na região ligada a construção da rodovia BR 316, mais conhecida como Belém-Brasília. Para Broni, é nesse momento que se acentua os conflitos pela posse da terra no estado paraense, principalmente nas regiões do nordeste e o sul do Pará.

Ao analisar o caso de Paragominas, município criado em 1965, que ficavam as margens da Belém-Brasília, Thiago nos apresenta um pouco do que significou a construção da imensa estrada que serviria para ligar o centro-sul ao norte do Brasil. Ali, desde sua fundação, os conflitos se tornaram iminentes, sobretudo pela vinda de migrantes de todas as partes do Brasil e que vários deles caminhariam para o ramo da pecuária, instalando ali grandes exposições e fazendeiros. Utilizando uma matéria do jornal A Província do Pará, onde mostrava o seguinte título “Paragominas: uma terra onde o boi é rei”⁷⁴ (MESQUITA, 2018: 196). Mesquita, nos mostra o quanto este município procurou investir neste modelo de ‘desenvolvimento’ para aquela região, priorizando muito mais homens que vieram com essa ‘vocação’, ficando inevitável nos anos seguintes a violência desenfreada, como o mesmo autor chama a atenção para o apelido que ganharia o município, “Paragobala”, uma mistura de Paragominas somada à bala.

⁷³ MESQUITA, Thiago Boni. Uma estrada revela o mundo: o SNI e os conflitos pela posse da terra no Pará. Tese de Doutorado. – PPHS/UFRJ: Rio de Janeiro, 2018.

⁷⁴ MESQUITA, Thiago Broni de. Uma estrada revela o mundo": O SNI e os conflitos pela posse da terra no Pará. Tese de Doutorado . – Rio de Janeiro, 2018

1.3 – A HISTÓRIA E A MEMÓRIA DA VIOLÊNCIA NOS CONFLITOS PELA TERRA NO PARÁ

Ricardo Rezende Figueira, nascido no ano de 1952 em Carangola no Estado de Minas Gerais e vindo de uma família humilde de pai e mãe além de mais cinco irmãos teve uma atuação marcante no Sul do Pará quando da sua chegada em maio de 1977 para trabalhar como educador popular. Primeiro trabalhou em Conceição do Araguaia ajudando monitores que trabalhavam em pequenas escolas que possuíam um sistema radiofônico para a comunicação com o centro onde recebiam informações para desenvolverem os trabalhos. O método utilizado era de Paulo Freire, que tinha sido aplicado pelo grande educador nos anos anteriores e partia do princípio de que o conhecimento dos jovens e adultos deveria ser levado em consideração e sempre a partir de uma palavra que era chamada de tema gerador os estudos fluíam. Em 1980 foi ordenado padre e foi coordenador da CPT Araguaia-Tocantins.

É nesse contexto que Ricardo Rezende chega e se instala na região do Sul do Pará. A princípio como mencionado, educador. No entanto, como este havia vivido a experiência a do seminário no seu Estado de origem, este viu a necessidade de buscar a ordenação do sacerdócio para ajudar mais as famílias que necessitavam, não só do apoio do serviço social como as escolas, mas também de apoio ligados as questões dos conflitos pela posse da terra. Sua chegada, por exemplo, constatou com a memória muito forte da Guerrilha do Araguaia, onde essa região viu e viveu seus dias mais tensos e a igreja Católica era vigiada, sendo várias vezes acusada de elo com os comunistas, sendo ‘taxada’ de subversiva por ficar do lado dos posseiros. Enfim, toda uma situação muito tensa, que com o advento do meio de comunicação chamado de radiofônico, dava mais desconfiança aos militares. Ordenado padre, Ricardo Rezende Figueira foi trabalhar em Rio Maria. Desse momento da sua ordenação sacerdotal, tem uma lembrança descrita no livro *Rio Maria: canto da terra* (1993)⁷⁵, se referindo a alguns amigos que este fez no seu percurso nesta região, vejamos o que ele descreve um fragmento como “amigos”,

A procissão do ofertório começa com os representantes das comunidades que vivem um compromisso religioso e social. João Canuto traz um mamão, Manoel Gago, de São Geraldo, a enxada, Belchior, o machado, Sinhozinho, uma chave de fenda. Instrumentos de trabalho e frutos da terra. Outros trazem Bíblia, telha, esquadro, remo de pescador, livro, giz, candeia, pão e vinho. O índio Cantídio, tapirapé, que veio em nome da Prelazia de São Félix do Araguaia, carregava uma maraca e um pequeno banco de madeira, com valor ritual. Enquanto isto, Expedito, poeta mineiro, negro, magro, declama um longo poema feito para a ocasião. *“Deus, Senhor Onipotente,/ Pai dos pais e Deus do amor, Olh’ ai as nossas ofertas./ Onipotente Senhor, Nós aqui te ofertamos/ trabalho de lavrador”... “Também nós te ofertamos/*

⁷⁵ FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Rio Maria: canto da terra*. 1ª Edição. – Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

com toda sinceridade, o trabalho deste jovem/ que hoje se torna padre, para que seja feliz/ fazendo a vossa vontade.” Do lado esquerdo do altar vejo Paulo Fontelles, advogado, bigode e cavanhaque, precocemente calvo, camisa branca de manga comprida. Ri para mim. No meio da igreja, Gabriel Pimenta, amigo de Juiz de Fora, formado recentemente em Direito, magro alto, cabelos castanhos encaracolados, cara de menino. Gringo parece nos olhar firme nos seus óculos de aro grosso. A foto impõe-se como um grito dentro da igreja. Um brado que nos interpela e convoca. Oneide, sua viúva, canta no meio dos fiéis. (FIGUEIRA, 1993, p.8-9)

Dos tantos migrantes e outras pessoas que chegaram na região do Sul do Pará, alguns foram se estabelecendo, conseguindo a tantas dificuldades um ‘pedaço de terra’ para morarem e plantarem suas roças. Como é o caos descrito no livro de sua memória, alguns desses nomes citados por ele no dia de ordenação como, João Canuto, Expedito, Sinhozinho, Belchior era alguns desses homens que ele teve uma vivência junto a várias questões. Os citados Gabriel Pimenta e Paulo Fontelles, por exemplo, eram advogados. Paulo Fontelles era ligado ao Partido Comunista do Brasil, onde a igreja Conservadora⁷⁶ tinha muitas restrições. Mas nesse caso, um compreendia o outro. A memória sobre Raimundo Gringo é de sua morte. Gringo estava presente na celebração através da imagem de um quadro com sua fotografia. Em memória desses, o padre faz uma referência a sua esposa que está ali, Oneide, que continuou a luta do marido que foi assassinado no dia 29 de maio de 1980.

Porém, a lembrança do padre vai mais além, no depoimento que me concedeu para este estudo, como nos casos em que junto à própria igreja Católica, passou a ver e viver o drama de muita gente que não tinham para quem recorrer. É nesse sentido que a igreja toma para si essa responsabilidade, a partir de homens como religiosos que usaram a instituição para defender esses pobres que estavam à mercê da sociedade nesse período, como veremos abaixo,

Mas eu percebia, e nós percebíamos que estávamos dentro de um barril de pólvora e era a ditadura, então qualquer coisa que falássemos não gozaria de fé, diriam que nós era comunistas, subversivos como a rádio falava por aí, como a propaganda falava da igreja. Os bispos recebiam processos policiais. O Dom Estevão, Eraldo, Carlano respondiam processo, padre Roberto. Havia uma série de pessoas respondendo processos. Então começamos a pegar depoimento de trabalhadores na primeira pessoa, “Eu Raimundo José, 45 anos filho de fulano e cicrano”. Então eles relataram os relatórios e assinavam, ou se não sabiam assinar colocavam o dedo, e a testemunha, se a notícia era muito gravíssima, as vezes a gente levava no cartório, pra reconhecimento de firma, então a gente começou a organizar tais informações e registrá-las. (Ricardo Rezende Figueira. Entrevista realizada em 2016).

A seguir, alguns desses depoimentos mencionados por Ricardo Rezende quando a igreja Católica se prontificou ajudar essas pessoas recém-chegadas na região ou então que já

⁷⁶ A igreja conservadora era oposta as ideias da igreja com viés progressista. Para os conservadores, a igreja católica não deveria se envolver nas questões políticas e econômicas dirigidos pelas autoridades competentes que governavam as sociedades.

estavam há alguns anos a espera de um pedaço de terra para trabalharem. A orientação era para que estas escrevessem uma espécie de ‘carta’ que deveria posteriormente ser encaminhada ao presidente da república. Vejamos,

Francisco Lopes de Oliveira, veio do estado do Piauí porque sabemos aqui a gente arranjava terra e outras facilidades e estamos com 3 anos e meio aqui no Pará e não conseguimos arranjar vivemos trabalhando de empregado ganhando 800 00 por meis com muita aflição e tenho 9 filhos e tenho todos os meus documentos eu e a mulher espero pela a voz da V. E. que é o presidente da república que eu abite terra para trabalhar. (CPT Nacional, Volume 543, 1976).

Eu João Rodrigues dos Santos Brasileiro cazado bem documentado pobre e prezizano de terra para trabalhar mais ainda não foi pocive porque o rico tem tomano conta da terra. filho du Estado da Bahia. (CPT Nacional, Voilume 543, 1976, p. 42).

Aurindo Gilo de Souza. Vivo no Pará há 2 anos e vim do Estado da Bahia e vim muito fraco. Vivo trabalhando na diária, sou pai de seis filhos e estou desabitado de terras no Pará porque quando eu vim da Bahia para o Pará exixtia vozes que a gente habitava a terra no Pará já estou por 2 anos e nunca pude encontrar com as vozes da vossa excelência e espero que vou habitar, porque eu preciso de vossa excelência e do auxilio porque sou fraco preciso de habitar, Reg nº2 045. (CPT Nacional, Voilume 543, 1976, p. 57).

Raimundo Carneiro da Silva – sertidão nº 1232. A 3 anos no Pará pai de 9 filhos. Pretendo arranjar uma área de terra para trabalhar para manutenção da família sendo que não tenho condição financeira para comprar terreno para trabalhar peço lhes que tenha uma conciencia própriae ver se poça facilitar alguma coiza para que agente poça viver mais tranquilo sendo um pobre esperançoso espero chegue este dia. (CPT Nacional, Volume 543, 1976, p. 62)

Clemencia Leal da Silva. Sou uma viúva, vivo de lavar roupa, sou uma mae de 2 filhos. Nº 69.565. Nº 18451 Nº 4.233. Vim do Estado do E.S. pelas vozes que todo mundo obtia terras no Estado do Pará. Já vivo aqui a 6 anos. E nunca pude obter. Espero pelas vozes da Vossa esselencia Chefe da Nação que vou obter uma terrinha para trabalhar para acabar de criar os meus filhinhos. . (CPT NACIONAL, VOLUME 543, 1976, p. 62).

Esses fragmentos fazem parte de um documento que contém mais de setenta páginas com mais de cem depoimentos onde a maioria segue esse modelo padrão apresentado acima. São relatos angustiantes de pessoas que como mencionou Ricardo Rezende, recorreram à igreja Católica para um ‘socorro’. Os documentos na sua totalidade descrevem um anseio por algo que todos ouviram longe do Pará, nos outros Estados. A fartura de terras, por isso vieram em busca de um sonho, ter um lote, um pedaço de chão para trabalharem e sustentarem suas famílias, seus filhos. O caso de Clemência é tão interessante quanto todos os outros obviamente. Mas a diferença maior é pelo fato de ser mulher, viúva e com filhos para criar. O que assemelha todos os casos aqui apresentados é o fato destes manterem uma esperança na “Vossa Excelência”, o presidente da República, pra onde deveriam ser remetidas as cartas.

No entanto, ao chegarem já nos anos de 1970, o que encontram? Terras com donos, aliás, grandes quantidades de terras não de poucos. Esse é o grande lamento dessas pessoas. Vejamos o caso, por exemplo, de Francisco Lopes, natural do Piauí, com 9 filhos para criar. Lá ouviu a notícia que havia muitas terras no Pará e por isso veio. Tanto o João quanto

Aurindo, moradores da Bahia, mostram que também rumaram para as terras do Pará pelos mesmos motivos, mas na fala de João fica evidente a situação que se encontrava o Sul do Pará, a terra nas mãos dos ricos, uma dura realidade.

A igreja teve um papel importantíssimo nesse período fazendo esse tipo de ação e outras também relacionadas as defesas dos pobres colonos, sem terras. De forma que sua atuação rendeu perseguições por conta dos órgãos repressivos como as polícias Civil, Militar, Federal e o próprio Exército. Já foi mencionado por Ricardo Rezende isso, dos processos que sofreram vários líderes religiosos como bispos, padres e leigos que estavam à frente.

1.4 – A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

As questões relacionadas aos conflitos no campo são inconfundivelmente ligadas ao plano dos militares para a Amazônia. Não há como não deixar de levar em consideração que o caos fundiário instalado nesta região tenha a culpa desses governantes dos anos mais temerosos que o Brasil viveu. Não há como não associar os assassinatos de várias lideranças sindicais, políticas, religiosas, indígenas, quilombolas, entre outros aos desmandos criados no coração da floresta. O sangue que se derramou nestas por conta do medo desenvolvimentista. A violência no campo brasileiro ainda é uma realidade constante nos dias atuais. Temos visto ainda que de forma alarmante índios, colonos, quilombolas, ativistas, lideranças sindicais ainda sofrerem todos os tipos de perseguições, que vão desde espancamentos, expulsões de áreas, ameaças de morte até assassinatos. Crianças, adolescentes, jovens e mulheres fazem parte desse contexto.

Os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgados anualmente e intitulados Conflitos no Campo Brasil, nos apresentam um relatório onde temos a dimensão dos diversos conflitos ocorridos no Brasil, seja pela questão da água, da terra envolvendo comunidades quilombolas, indígenas, sem-terra, ribeirinhos e outros. Para a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o ano de 1985 marca o período em que a entidade começa a divulgar os dados sistematizados, embora ali não se tivesse início as informações sobre os conflitos no campo. Sabe-se muito bem, que muito antes dessa data as tensões no campo já eram muito fortes, pois segundo a edição comemorativa de trinta anos dos “Conflitos no Campo Brasil” pode perceber que,

Eram então já recorrentes fatos como destruição de casas e cercas, e mortes de animais, presença de jagunços intimidando trabalhadores, assassinatos e ameaças. O Golpe de 1964, que agregou militares e interesses empresariais, criou uma situação particular: ao mesmo tempo em que se intensificavam as ações de violência, pairava sobre elas um profundo silêncio. Com efeito, com a prisão de lideranças, censura aos meios de comunicação, dificuldades de livre manifestação de opinião, os muitos conflitos preexistentes e as novas frentes de conflitualidade se tornaram invisíveis para a sociedade. Nas áreas de maior tensão, iniciou-se um processo que sob a justificativa de localizar “agentes da subversão”, não poupou mulheres, crianças, adolescentes que viram suas casas invadidas e reviradas em busca de pessoas, armas e documentos. Os registros sobre esses fatos são precários, mas os relatos da violência que os marcaram e que começaram a ser obtidos em pesquisas que tentam decifrar o período são eloquentes. Afinal, os conflitos, em especial os que ocorrem no campo, precisam de mediações para vir a público. Assim, não se pode separar as possibilidades de denúncias de conflito das condições de emergência de mediações e espaços públicos, que permitem que os fatos venham à tona e sejam efetivamente

reconhecidos como casos de supressão de direitos. (Conflitos no Campo Brasil, 2014: p. 28-29)⁷⁷

Nesse sentido, a Comissão Pastoral da Terra tem emprestado um grande serviço ao longo de sua história de criação. Desde ano de 1975, esta tem se preocupado em acompanhar a situação do campo, principalmente no que se refere aos ‘marginalizados’, aqueles que vivem a margem da sociedade, principalmente os sem-terra, quilombolas, indígenas, posseiros entre outros. Outro instrumento utilizado pela CPT é o jornal Pastoral da Terra, publicado duas e até quatro vezes por ano. Esses documentos ajudam a entender a geografia dos conflitos relacionados a questão da terra no Brasil todo.

Na Amazônia e no Pará, essa realidade mostrada pelos relatórios da Comissão Pastoral da Terra tem sido uma tônica desde os anos de 1980, embora os problemas relacionados a questão fundiária tenham se iniciado bem antes. Mas desde a penúltima década do século XX, o Pará sempre figurou entre um dos mais violentos em relação à problemática agrária. Um dos momentos de pico, por exemplo foi observado no ano de 1987, principalmente no número de assassinatos no campo. Naquele ano, por exemplo, foi assassinado o advogado, primeiro presidente da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos do Pará e ex-deputado estadual Paulo Fontelles a luz dia no município de Ananindeua, região metropolitana de Belém.

No entanto, a grande pergunta que fica sempre, por que esses conflitos pela posse da terra, principalmente ainda ocorrem nos dias de hoje? A grande questão que se tem debatido e discutido em diversos meios, entre eles, político, econômico e acadêmico é que tudo isso é motivado pela forma como se deu o modelo de implantação do regime militar no Brasil, principalmente pela metodologia pensada para o campo agrário brasileiro. Na região amazônica a situação foi mais trágica, uma vez que se viu uma área pouco ou quase despovoada quando pra esse espaço foi pensado o modelo de ocupação das terras pelos tais ‘homens sem-terra do nordeste’, obviamente que isso não passou de um discurso, pois o que se viu depois do golpe de 1964 foi a presença maciça de homens de todas as regiões do país, principalmente do sudeste e sul do Brasil.

No entanto, o que mais tem pautado o debate acerca dessa questão é o fato de até hoje não ter ocorrido uma ‘reforma agrária’ no campo brasileiro. Essa era uma das pautas das Ligas Camponesas, principalmente de Sapé na Paraíba, onde surgiu o movimento mais vigoroso que cobrava essa ação dos governantes. Preste a ceder essa concessão, o então

⁷⁷MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Conflitos fundiários e violência no campo. In: BRASIL 2014, Conflitos no Campo. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2014.

Presidente da República Joao Goulart, foi deposto pelos militares. As alas conservadoras da sociedade brasileira não permitiriam tal reforma, considerada de base. As lideranças das Ligas Camponesas foram perseguidas. Caso mais clássico foi da família do principal líder do movimento João Pedro Teixeira, que ao ser assassinado, deixou sua esposa Elizabeth Teixeira, viúva com onze filhos. Essa história pode ser observada no documentário do cineasta Eduardo Coutinho, intitulado “Cabra marcado para morrer”⁷⁸.

No Pará, o debate da reforma agrária foi pensado por Benedito Monteiro. Natural de um município do interior paraense, Alenquer, ajudou a organizar sindicatos dos trabalhadores rurais. Em um momento em que a rodovia Belém-Brasília estava praticamente consolidada, uma leva muito grande de imigrantes começava a vir pra essas terras, principalmente com a divulgação da propaganda sobre a grande quantidade de terras existentes por essas bandas. Eleito deputado estadual e reeleito em 1962, este criou um projeto de reforma agraria. A historiadora Edilza Fontes⁷⁹ assim menciona o fato,

Benedito Monteiro foi reeleito em 1962, como em que o PTB praticamente dobrou seus deputados federais passando de 66 para 116 cadeiras, tornando-se a segunda bancada na câmara federal. Este contexto histórico deve ter incentivado o deputado estadual a propor o projeto de reforma agraria na Alepa. (FONTES: 2015, p.377-378).

O projeto de Benedicto Monteiro não foi obviamente aprovado frente ao conservadorismo da época. Inclusive, como deputado estadual teve seu mandato cassado em 1964, quando do golpe militar no Brasil, pois apesar de servir a sigla do PTB, era ligado ao PCB. No entanto suas ideias foram de fundamental importância para o debate sobre o tema continuasse nos anos que se seguiram. Pode-se talvez afirmar, que a não promulgação da implantação do projeto sobre a reforma agraria tenha tido sérias consequências no campo paraense, uma vez que os casos de violência começaram a surgir já no ano de 1964, como podemos observar no dossiê “Assassinatos no campo: crime e impunidade (1964-1985)” um relatório do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, aliás, uma das poucas entidades que catalogou os registros sobre a violência no campo, principalmente relacionados aos assassinatos de trabalhadores rurais.

Em 1964 foram quatro casos de mortes no campo, sendo os seguintes: Benedito Serra. Este era Presidente da União dos Lavradores da Zona Bragantina, município de Castanhal. Foi

⁷⁸COUTINHO, Eduardo Jorge. *Cabra marcado para morrer*. (Brasil, 1984) DIREÇÃO: Eduardo Coutinho ELENCO: Elisabeth Teixeira e família, João Virgínio da Silva e os habitantes de Galileia (Pernambuco). Narração de Ferreira Gullar, Tite Lemos e Eduardo Coutinho. 120 min., Globo Vídeo.

⁷⁹ FONTES, Edilza. *A reforma agrária em projeto: o uso do espaço legal para garantir o acesso a terra (1960 - 1962)*. Antíteses (Londrina), v. 8, 2015.

preso neste município e recolhido pelas forças armadas em Belém, por ocasião do golpe, sob acusação de pertencer ao PC do B. O lavrador apareceu morto no hospital Militar a 18 de maio, tendo como justificativa de sua morte, hepatite aguda. Os outros três foram Pedro Alves Monteiro, morto em Viseu, Antônio da Silva morto em São Miguel do Guamá e um lavrador que não foi identificado que foi assassinado em São Geraldo do Araguaia.

Em 1965 ainda no Pará, foram registradas as seguintes mortes: Manoel Lopes Luís, morto em Paragominas. Pedro Gomes da Silva, morto em Moju. Já no ano de 1967 foram mortos José Nogueira de Farias no município de Santo Antônio de Tauá e Reinaldo Costa em Santarém. Em 1968 foi registrado uma morte de José Alves da Silva em Irituia. Em 1969, mais uma morte foi registrada, sendo do lavrador Enoque Manoel Dias no município de São João do Araguaia. No ano de 1970, outra morte, sendo do lavrador Felipe Ferreira Duarte no município de Alenquer. Em 1971, dois assassinatos, o primeiro de Orvanito Ferreira no município de Alenquer e um colono não identificado em São Domingos do Capim. No ano de 1972, três mortes, sendo as seguintes: Olavo da Cruz do município de São Domingos do Capim, Severino de Souza da vila de Rondon.

Em 1973, treze assassinatos, sendo os seguintes: Raimundo Ferreira do Vale, trabalhador rural morto em São Domingos do Capim. Thomaz Pereira Fernandes, morto no município de Viseu, Floriano de Souza Oliveira, morto em Marabá, Manoel Silva Morais morto em Tomé-Açú, Ramiro Teodoro da Silva morto na localidade de Rio Branco. Silvino Ferreira Mascarenhas, morto em São José do Araguaia, Francisco Moura Leite, morto em Conceição do Araguaia. Evaristo Caldeira e José Caldeira (pai e filho) mortos em Portel, Carlos Augusto Dantas Mameços, morto em Castanhal, José Alves da Costa, morto em Conceição do Araguaia, Dernevaldo Nunes dos Santos, morto em Paragominas, Valdir Ribeiro morto em Santana do Capim e Maria, dez meses de idade, morta em Xinguara. Em 1974, número de mortes foi de nove, sendo os seguintes: Carlos do Espírito Santo, morto em vila de Rondon, Luiz de Souza, morto em Santo Antônio do Tauá, José Sinval dos Santos Maia, morto em Barcarena, Antônio José da Silva, morto em vila do Rondon, Manoel Andrade Ribeiro, morto em Marabá, Wilmar Oliveira da Silva, morto em Tucuruí e Quatro pessoas (sem identificação), mortos em Conceição do Araguaia.

Em 1975, o número de mortos diminuiu, sendo os seguintes: Antônio de Souza, em Altamira, Antônio dos Reis e Silva e Honório Vieira Ramos, mortos em São Domingos do Capim, Pedro Martinho de Oliveira, em Moju e duas crianças em Xinguara. Em 1976 foram oito mortos: Alfredo Silva na vila de Rondon, Francisco Adalberto Gomes, em Capanema, José Gomes da Silva em São Domingos do Capim, Pedro Morais da Silva, em Marabá, Dois

posseiros não identificados em Paragominas, Gumercindo Gomes Monteiro em São Geraldo do Araguaia, Antônio Cardoso Silva em Paragominas e um posseiro não identificado morto em Água Branca. Em 1977 foram registrados seis mortes no campo, sendo os seguintes: Sebastiao Martins Coelho em Santa Luzia, Wilson Ribeiro Magalhaes em Conceição do Araguaia, Vicente do Nascimento Marinho, em Conceição do Araguaia, Porcelino Francisco dos Santos Francisco José da Silva mortos em Conceição do Araguaia, Antônio Soares Rosa em Tomé-Açú e Antônio Soares da rocha em Tomé-Açú. Em 1978 foram mortos os seguintes: Alberico Lopes, de Irituia, Eldo Cavalcante Correa, de Bujaru, Manoel Feitosa, morto em Marabá, Benedito Rodrigues da Conceição, morto em Bagre, José Oliveira, em Santarém, José messias dos Santos morto em São Francisco do Pará e José Clemente da Silva, morto em Capitão Poço. Em 1979 foram doze homicídios relacionados a questão da terra. Valdeci José Machado, morto em Conceição do Araguaia, Uma criança, morta em Soure, Três posseiros não identificados, mortos em Jacundá, Antônio de Souza morto em Moju, Raimundo Dias Correa, morto em São Domingos do Capim, Paulo, morto em Moju, Vilson Coelho Leal, morto em Bujaru, Geraldo Norato de Paula, morto em Marabá, João Mesquita Moreira, morto em Xinguara, Miguel Soares da Costa, morto em São Caetano de Odivelas, Francisco das Chagas da Cruz, morto em Tucuruí e Ananias, morto em São João do Capim.⁸⁰

Como se pode observar na citação acima, o número de pessoas assassinadas no campo paraense no percurso dos anos de 1964 até 1980 é alarmante, uma vez que estas foram mortes provocadas pelo ‘desentendimento’ ligado aos conflitos fundiários. Os dados apresentados mostram que o estado do Pará foi um dos campeões neste quesito. É possível observar que desde o ano de 1964, em todos os anos seguinte, houve algum tipo de morte no estado paraense. O relatório do MST apresenta um diagnóstico dos conflitos no Brasil como um, no entanto os outros não possuem a mesma frequência com o número de mortes.

Como já foi mencionado, provavelmente aí está um dos componentes do grau de violência cometido neste estado, à ausência de uma reforma agrária consistente, principalmente nos anos em que o regime militar se fez presente no Brasil. As ideias de Benedito Monteiro, na década de 1960 poderiam ter diminuído significativamente esse problema, talvez não se tivesse o mesmo número de mortes no campo em decorrência dos conflitos pela posse da terra.

A seguir, mostro na tabela abaixo, que só no ano de 1988, no estado do Pará, os dados estatísticos divulgados pela Comissão Pastoral da Terra em seu caderno chamado “Conflitos

⁸⁰DOSSIÊ: assassinatos no campo – crime e impunidade (1964-1985). Movimentos dos Trabalhadores Rurais.

no Campo”, houve oitenta e oito conflitos de terra com quatorze mil, cento e oitenta e cinco pessoas envolvidas, um milhão, trezentos e setenta e oito hectares de terra com três agentes pastorais, lideranças sindicais, política, como foi o caso do deputado João Batista e mais quatorze trabalhadores rurais mortos. Além de dezessete pessoas ameaçadas de morte, duas tentativas de assassinatos, vinte e cinco presos ilegalmente, três vítimas de lesões corporais, uma vítima de tortura, vinte e nove agredidos fisicamente e quatro sequestrados. Aí podemos ter uma dimensão da violência desmedida no campo brasileiro e paraense.

Tabela sobre os dados dos conflitos pela terra no ano de 1988

CONFLITOS DE TERRA 88 (DADOS GERAIS E VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA)

Regiões	Estados	Nº dos Conflitos	Pessoas Envolvidas	Ha. Conflitivos	Assassinados			Ameaçados de Morte	Vítimas Tentativas de Assas.	Presos Ilegalmente	Vítimas Lesões Corporais	Vítimas Torturas e/ou Maus Tratos	Agredidos Fisicamente	Desaparecidos	Sequestrados	Impedidos Ir e Vir
					Agentes Pastoral Sincistas e Outros	Trabalhador	Índio									
NORTE	RO	07	1.500	2.033,600	—	02	—	03	—	—	—	—	01	—	—	—
	AC	19	51.067	2.390,066	02	03	—	08	03	—	07	—	06	—	—	—
	AM	22	5.000	3.710,046	—	—	14	03	01	15	01	01	04	—	01	—
	RR	05	9.100	6.000,000	—	—	10	15	03	73	07	—	18	04	—	—
	PA	88	14.185	1.378,519	—	—	—	17	02	25	03	01	29	—	03	—
	AP	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sub-Total	—	141	80.852	15.512,231	05	19	24	46	09	113	18	02	52	10	04	—
NORDESTE	MA	43	23.803	469,514	—	07	—	12	03	14	05	01	62	—	01	1.000
	PI	08	691	21,000	—	—	—	13	—	—	01	—	02	—	—	—
	CE	19	3.075	56,863	—	02	—	04	—	19	01	02	31	—	—	—
	RN	01	—	1,087	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	PB	14	4.148	32,586	—	02	—	02	—	—	06	—	40	—	—	—
	PE	15	7.230	9,111	—	02	—	—	04	01	01	—	01	—	—	—
	AL	03	350	190	—	—	—	—	—	20	—	—	—	—	—	—
	SE	09	5.410	29,573	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	BA	87	60.541	638,062	01	10	03	28	33	26	02	01	04	05	02	03
Sub-total	—	199	105.248	1.258,076	01	23	03	59	40	80	16	04	140	05	03	1003
SUDESTE	MG	38	15.192	101,701	01	04	—	14	03	01	08	—	04	—	—	—
	ES	13	5.512	8,949	01	01	—	08	01	11	01	—	—	—	—	500
	RJ	09	16.002	10,374	01	—	—	01	01	03	—	—	28	—	—	—
	SP	18	46.955	145,400	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	Sub-total	—	78	83.661	266,424	03	05	—	23	05	15	09	32	—	—	500
SUL	PR	50	34.776	79,596	—	—	—	02	—	22	100	—	05	05	—	41
	SC	18	25.025	27,682	01	—	—	—	05	—	—	—	03	—	—	—
	RS	20	16.450	51,078	—	—	—	02	—	02	06	—	—	—	10	50
	Sub-total	—	88	76.251	158,356	01	—	—	04	—	29	106	08	05	10	91
CENTRO OESTE	DF	03	110	—	—	—	—	—	—	01	—	—	—	—	—	—
	MT	41	16.776	2.107,361	—	03	01	06	10	07	02	—	43	02	07	—
	GO	23	5.716	103,372	—	01	—	10	01	01	—	—	01	—	—	—
	MS	26	27.195	346,181	—	—	—	—	02	—	—	—	10	—	—	753
	TO	22	7.924	221,896	—	04	—	05	01	01	02	—	02	—	—	2.000
Sub-total	—	115	57.721	2.778,810	—	08	01	21	14	10	04	—	56	02	07	2.753
TOTAL	—	621	403.733	19.973.897	10	55	28	153	68	247	153	06	288	22	24	4.347

Fonte: Conflitos no Campo – Comissão Pastoral da Terra

Airton dos Reis Pereira (2015)⁸¹ no livro intitulado “Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará”. Resultado de sua tese de doutorado defendido em 2013 com o título “A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo” é um trabalho muito interessante para se compreender a dinâmica social dos conflitos pela terra nessas duas regiões citadas pelo autor. No seu trabalho, como observado, este não debate a violência no campo na Amazônia ou no Pará como um todo, mas especificam as duas regiões. Airton privilegia esses espaços em função de sua experiência de vida aí. Nesse

⁸¹ PEREIRA, Airton dos Reis. Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará. 1. ed. Recife (PE): Editora UFPE, 2015

trabalho, o autor dá destaque para os acontecimentos referentes aos períodos das décadas de 1970 e 1980, quando segundo ele, os conflitos se intensificaram de forma aguda.

É uma excelente análise para quem quer realmente compreender esse processo de grandes transformações nas regiões sul e sudeste do estado do Pará em tempos contemporâneos. No entanto vale ressaltar aqui, que seu trabalho tem como objetivo verificar de que forma se deram esses conflitos, principalmente na região de ocupação e colonização ligados a rodovia Transamazônica e que foram implementados pelos governos militares na Amazônia e de que forma foram surgindo os conflitos pela posse da terra envolvendo uma diversidade de sujeitos e personagens como os posseiros, o Estado através de seus órgãos como o Getat, o Incra, os latifundiários, fazendeiros, bancos, multinacionais, pistoleiros, a igreja católica entre outros.

Questões complexas foram vivenciadas em grande intensidade nas regiões sul e sudeste do Pará. Grandes projetos de mineradoras, hidrelétricas, criação de gado se estabeleceram nessas regiões com o aval dos governos militares e sem nenhum pudor transformaram a região num verdadeiro campo de batalha. Expropriação de terras devolutas, terras comunidades tradicionais como quilombolas, indígenas e de moradores que habitavam a área há muito tempo foram tomadas. Tudo isso na ‘cara’ dos governantes, principalmente dos militares.

Deusa Maria de Sousa (2011)⁸² em sua tese de doutorado intitulada “Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia” apresenta através de uma vasta pesquisa a memória dos pais de vários jovens que foram para a região do sul do Pará na década de 1960 e ali participaram ativamente da Guerrilha do Araguaia e conseqüentemente quando das incursões do Exército, muito foram mortos e seus corpos desapareceram. O trabalho da autora procurou mostrar a dor dos familiares desses ‘mortos e desaparecidos’, principalmente dos pais que depois de ter chegado ao fim a ‘guerrilha’, muito cobraram das autoridades governamentais para que os restos mortais lhes fossem entregues, sem sucesso. O sofrimento, segundo Deusa Maria de Sousa, ali não se deve somente ao fato desses jovens terem sido mortos, mas sobretudo pelo fato de seus corpos nunca terem sido encontrados e devolvidos aos familiares para um sepultamento digno.

O trabalho de Deusa, tese aqui analisada mostra que a pesquisadora procura tratar da memória dos pais dos jovens desaparecidos, mostrando suas angústias por terem se passados tantos anos e não terem notícias mais consistentes sobre seus filhos. Neste trabalho aqui,

⁸² SOUSA, Deusa Maria de. Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia. Tese de Doutorado. Florianópolis, SC, 2011.

procura dar voz aos familiares, principalmente aos filhos sobre o caso da morte de seus pais e mesmo sabendo onde estão sepultados, existe um sofrimento também, uma angústia, principalmente pela falta de convívio que não tiveram com estes. De qualquer forma a dor é presente em ambos os trabalhos.

Assim, é que procuro dedicar os capítulos a seguir à memória dos familiares dos líderes Gringo, Benezinho e Paulo Fontelles, assassinados na década de 1980. Aqui apresentarei as falas, principalmente dos filhos sobre os pais, procurando mostrar os diversos sentimentos retratados por esses ao longo dos anos após a perda desses homens, levando em consideração as situações que vivenciaram logo depois, e com o passar dos anos, como foram entendendo o processo de partida precoce que ocorreu.

Os capítulos irão falar de três pessoas que tiveram esse fim na década de 1980. Três homens e um destino: as vidas ceifadas a ‘bala’ a mando do latifúndio. Foram eles: Raimundo Ferreira Lima, mais conhecido por Gringo que morava em Itaipavas, localidade pertencente Conceição do Araguaia. Foi morto em 29 de maio de 1980 em Araguaína, município de Tocantins quando voltava de Brasília. Na ocasião de sua morte, Gringo, era membro da Chapa 2, oposição sindical e concorria as eleições com Bertoldo, apoiado por Sebastião Curió.

A segunda pessoa a ser discutida nesta tese é Benedito Alves Bandeira, o ‘Benezinho’, então presidente do STR de Tomé-Açú, que havia vencido as eleições sindicais depois de inúmeras tentativas. Já com dois anos de mandato, Benezinho enfrentou diversos casos no município Tomeaçense. Mas o principal deles foi uma disputa de terras com um grileiro que não morava nem no Pará, mas no Espírito Santo, mais precisamente na cidade de Colatina, nome que deu a uma fazenda localizada no município de Acará, já no estado paraense. O município de Acará estava aproximadamente a uns cem quilômetros de distância da cidade de Benezinho. Sem apoio das lideranças sindicais acarense, os colonos foram buscar ajuda em Tomé-açú, onde conseguiram, não só a ajuda, mais a vitória junto aos órgãos judiciais em Belém. A festa próxima da fazenda ‘Colatina’ foi bonita, mas para Benezinho, não houve comemoração, mais dor e tristeza, esse foi morto por pistoleiros no dia 04 de julho de 1984 às 13:00hs por um tiro em sua cabeça, desferido por três pistoleiros a mando do capixaba Acrino Breda.

Por terceiro e último, será apresentado à história de luta de Paulo Fontelles até seu assassinato em junho de 1987, quando levou três tiros dentro do carro que havia parado para abastecer em um posto de gasolina em Ananindeua, município fronteiro com Belém. Paulo Fontelles, em 1987, retornava a carreira de advogado, depois de ter perdido a eleição para deputado federal pelo então PCdoB, que já havia sido liberado pelo Supremo Tribunal Federal

para concorrer aos cargos eletivos na política. A morte de Paulo Fontelles gerou uma comoção muito grande na capital paraense.

Quero frisar, que não se trata de uma biografia de três personagens, mas mostrar que estas mortes foram resultados das políticas implantadas no campo paraense pelos militares e que tiveram sequência com o processo de redemocratização do país. Cabe lembrar que cada um dos personagens aqui possui uma história com particularidades diferenciadas mais também com algumas semelhanças. Em primeiro lugar, cada um ocupou um espaço diferenciado com contextos multifacetados. Gringo era da região do Sul do Pará. Benezinho era da região nordeste paraense e Paulo Fontelles da região metropolitana de Belém. O primeiro era candidato a presidente dos STR de Conceição do Araguaia, o segundo já era presidente do STR de Tomé-Açú e o terceiro era ex-deputado e advogado. Mas todos tinham algo em comum, eram defensores da reforma agrária imediata e radical. Tinham esse sonho, de que os trabalhadores rurais pudessem ter suas terras e aqueles que não tivessem, conseguissem. Foram mortos por esses sonhos e lutas. Também vale frisar que os três personagens tinham famílias, esposas, filhos e estes ficaram órfãos com as mães viúvas.

Por fim, vale ressaltar que muitos outros trabalhadores e lideranças sindicais e religiosos foram assassinados no campo nessa década de 1980 e o critério para escolha desses três não foi aleatória, mas por conta das particularidades que serão apresentadas no decorrer do capítulo, mas principalmente pelo grau de repercussão e dos atos que ocorreram após suas mortes. É evidente também que outros casos aconteceram seguindo o mesmo roteiro nos anos seguintes.

Pedro César Batista (2008)⁸³, escreveu o livro “João Batista: mártir da luta pela reforma agrária, violência e impunidade no Pará”, onde nos mostra a trajetória de vida daquele que viria ser conhecido como ‘radical’ na luta e defesa dos direitos sociais dos homens do campo e da cidade. O autor revela que desde a saída dos pais do estado de São Paulo para o Pará, chegando em Paragominas na década de 1960 e vivendo com seus pais uma vida difícil, quando já na década de 1970 rumaram para o município de Tomé-Açú, quando João Batista então decidiu cursar direito em Belém, onde iniciou sua vida de ativista e política.

Já em 1982, depois de ter grande atuação no campo e na cidade, nos processos de ocupação de áreas, este se candidatou a deputado estadual, ficando como suplente do então PMDB. Sua luta continuou e em 1986 se elegeu então deputado para uma vaga na Assembleia

⁸³ BATISTA, Pedro César. João Batista: mártir da luta pela reforma agrária, violência e impunidade no Pará. Belém. 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Legislativa do estado do Pará. Tornou-se mais radical e intransigente na luta e defesa dos direitos sociais dos trabalhadores. Viu em 1987, seu amigo e camarada Paulo Fontelles ser morto pelo latifúndio que tanto combatiam. A morte do ex-deputado não o desanimou, pelo contrário, o encorajou mais. No ano seguinte, casado com Sandra, e pai de três filhos, Renata, Dino e João Carlos, no dia 06 de dezembro de 1988, a noite ao chegar em sua casa, que ficava no conjunto Urca, na avenida Gentil Bitencourt, ao entrar na garagem, sofreu atentado, que o matou na hora, acertando ainda um tiro de raspão na perna de sua filha Dina. No velório, muita comoção, como descreve Pedro César Batista,

O corpo de Batista foi velado durante dois dias no saguão da Assembleia legislativa. Milhares de operários, camponeses, donas de casa, jovens e pessoas desconhecidas passaram pelo saguão para dar um último adeus ou ver pela primeira vez aquele advogado que assustava os poderosos. Poucas autoridades estiveram presentes. Somente alguns deputados e o secretário estadual de Promoção Social, Romero Ximenes, e o superintendente do MIRAD no Pará, Ronaldo Barata. Alguns parlamentares de outros estados apareceram. Um deles, o deputado federal José Carlos Sabóia, do Maranhão, chegou a afirmar que a principal liderança camponesa do Brasil havia sido assassinada. (BATISTA: 2008, p. 2008).

Como podemos ver no trecho acima extraído da obra de Pedro Cesar Batista, João Batista foi morto no dia 06 de dezembro de 1988 ao chegar em sua casa. A diferença dessa morte para a de Paulo Fontelles é que o primeiro, morto em 1987 não era mais parlamentar, enquanto o segundo estava no exercício pleno de seu mandato, mas mesmo assim, os latifundiários e grileiros, os mandantes e muito menos o pistoleiro tiveram receio em praticar o crime. A morte se deu no mesmo mês em alguns dias a mais, no dia 23 também seria assassinado líder sindical e extrativista Chico Mendes, que teve grande repercussão no Brasil e no mundo. A Amazônia e o cinema de protesto no período da Ditadura Militar.

Neste estudo, uma das questões mais difíceis será lidar com os traumas dos sujeitos, principalmente os familiares das três vítimas assassinadas na década de 1980. Das entrevistas que já realizei até agora, pude sentir isso de perto. A memória quando acionada para relatar os acontecimentos acerca do ocorrido em tempos passados leva, em certas ocasiões a um ‘desmoronamento’ da pessoa.

Márcio Selligman-Silva (2012)⁸⁴ no artigo “Direito pós-fáustico: por um novo tribunal como espaço de rememoração e elaboração dos traumas sociais⁸⁵”, que faz parte da coletânea de trabalhos da obra “Violência na história: memória, trauma e reparação”, organizados pelos

⁸⁴SELLIGMAN-SILVA, Márcio. Direito pós-fáustico: por um novo tribunal como espaço de rememoração e elaboração dos traumas sociais. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos & GRIN, Monica. Violência na história: Memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

⁸⁵LEWGOY, Bernardo. Holocausto, trauma e memória. Revista do instituto cultural judaico.v.2 n.1 (jan-jun) 2010.

autores Carlos Fico, Maria Paula Araújo e Monica Grin. No artigo, o autor procura mostrar a memória de sobreviventes de campo de concentração, por exemplo, o que estes guardam como podemos observar no relato a seguir,

“Os sobreviventes de situações-limite, como campos de concentração e de torturas, têm predisposição a desenvolver uma relação ambígua com a memória destas experiências. Justamente pelo fato de não terem podido experienciar essas vivências, as imagens desse passado tendem a marcar de modo patológico a vida dessas pessoas. Elas se repetem, voltam sempre a mente, como Freud o notou em relação as memórias dos traumatizados de guerra. Este fato também pode ser descrito em termos de psicologia social, uma vez que ele pode ser detectado em sociedades pós-totalitárias ou que passaram por regimes autoritários. Para além das querelas entre os grupos dos antigos detentores do poder (e responsáveis pelas barbáries cometidas) com o grupo das vítimas e dos que lhes são solidários, para além destes conflitos existe um dilema interno aos sobreviventes, que sofrem dessa memória. A Anistia, que via de regra é decretada visando a um pacto social para a reconstrução da normalidade, acaba por perpetuar a memória da dor na medida em que não permite sequer que os processos jurídicos reparem, ao menos em parte, as injustiças perpetradas e permitam um trabalho de memória. Não por acaso, são nos países onde ocorrem os processos contra os perpetradores, que vemos também surgir uma cultura da memória – e vice-versa. Mas o sobrevivente, independentemente da existência ou não de um espaço de esfera pública que acolha a sua expressão oscila entre a necessidade de narrar e a impossibilidade de esgotar com palavras suas vivências. Além disso, ele deseja, com seu relato, não apenas gerar memória (e, se possível) justiça, mas também gerar o seu esquecimento: como Temístocles, o general ateniense exilado na África, que gostaria de aprender de Simônides de Céos, não a arte da memória, mas sim a arte do esquecimento (SELLIGMAN-SILVA, 2012, p.111).

O que podemos ver na descrição de Márcio Seligman-Silva acima é o conflito que vive o memorialista que tenha passado por situações de grande dor, principalmente a que abala o psicológico, como nos coloca na introdução do enunciado, principalmente aqueles que viveram as experiências dos campos de concentração na II Segunda Guerra Mundial, os judeus acima de tudo e que ali sofreram todo tipo de tortura e privações. Nesse sentido, nos explica o autor, que a memória desses sobreviventes, tem uma lembrança muito dolorosa, muito forte, mas também em outras vezes, pensam que seria melhor esquecer esse passado, que não traz lembranças agradáveis.

Em um artigo intitulado “Holocausto, trauma e memória” o autor Bernardo Lewgoy, nos fala um pouco sobre o tema discutido, reforçando a ideia de Seligman-Silva, quando aponta para a questão da memória traumática, mostrando o que talvez pode acontecer com aqueles que vivem a constante lembrança do passado. Aqui, Bernardo Lewgoy nos exemplifica com o caso do famoso escritor Primo Levi, um italiano de origem judaica que foi prisioneiro no campo de concentração de Auschwitz.

Versões correntes sobre a morte do escritor judeu italiano Primo Levi, sobrevivente de Auschwitz, apontam para o suicídio. A razão seria um trauma adormecido e aparentemente “resolvido” em sua obra literária sobre o Holocausto, aliás obra que passa a abordar, com o tempo, temas diversos do Holocausto. Este trauma teria sido

reativado com a eclosão do revisionismo nos anos 80, que fez o autor quebrar o relativo silêncio sobre o assunto, mas ao mesmo tempo determinou seu fim prematuro. (LEWGOY, 2010, p. 52).

O que podemos perceber é que os traumas são muito fortes nos sujeitos que viveram a algum tipo de experiência que lhe causa muito desconforto toda vez que é lembrado. Como citam os dois autores acima, a memória de situações extremas, como o próprio holocausto, governos totalitários, ditaduras militares, deixaram marcas profundas em muitas pessoas que foram vítimas diretas nessas situações. O caso apresentado pelo autor Bernardo Lewgoy, exemplifica o caso, não necessariamente que este tenha razão no caso da morte do escrito Primo Levi, mas de que este comunga com a hipótese de que sua morte não tenha sido simplesmente um caso acidental, mas sim que este tenha cometido suicídio. Não quero dizer aqui que concordo com este autor, até por que não existe uma afirmação, mas também pode ser que tenha ocorrido esse fato, em um momento em que se procurou fazer uma revisão dos fatos ocorridos naqueles anos, e isso traz sempre à tona uma memória muito dolorida.

No caso dos meus sujeitos, principalmente os familiares das vítimas assassinadas no campo paraense na década de 1980, suas lembranças comungam de uma dor, principalmente pela ausência dos seus pais, esposos, companheiros, amigos. Como bem já frisei, no exemplo da entrevista do filho caçula de João Canuto, Marçal Canuto, seu depoimento foi de uma grande emoção e comoção pelas lembranças que teve de seu pai, e principalmente da ausência. Considero que há uma sobrecarga de emoção ali presente com um foco muito grande na dor e um trauma presente que provavelmente sempre levará com ele para toda sua vida.

Nesse sentido, o uso da memória através das entrevistas que realizei com familiares é a base desta parte da tese. Aqui irei mostrar os sentimentos relatados nos depoimentos. São os mais diversos. Os sentimentos se misturam em grande parte. Saudade, dor, tristeza, alegria, revolta são alguns dos sentidos apresentados nas falas desses ‘órfãos’.

Para ver de perto, sentir e ouvir cada um, cada uma, esposa, irmãos e principalmente os filhos, como já mencionei, tive que ir até eles. Como são três casos de estudo aqui, a família Gringo, família Benezinho e a família Paulo Fontelles, tive que procurá-los, ir aos encontros. A família Gringo em São João do Araguaia, a família Benezinho em Tomé-Açú e a família Paulo Fontelles em Belém.

A realização da entrevista com a família Gringo aconteceu no município de São Geraldo do Araguaia, região conhecida como sul do Pará. Na verdade, havia conseguido entrevistar o filho mais velho em Belém, Raimundo Ferreira Lima Júnior, em 2017, quando

fiz contato com este e fui até a sede da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri-PA), órgão de defesa dos trabalhadores rurais, do qual Raimundo Júnior era Diretor-Presidente na época. A entrevista foi muito proveitosa, por ser o mais velho, na época do assassinato do seu pai, este tinha quatorze anos, então suas lembranças eram mais nítidas.

Depois da entrevista com o filho mais velho de Gringo, de posse dos contatos dos irmãos e de sua mãe, foi que consegui marcar pra ir até o município de São Geraldo do Araguaia e fui até lá. Fiquei hospedado na casa de Dona Oneide a viúva de Gringo. Muito simpática, junto com sua filha Nedyma me trataram bem. Como cheguei à tarde, marcamos de fazer as entrevistas no dia seguinte quando estariam lá na casa da matriarca os outros dois filhos que também moram em São João do Araguaia, Helder e Alex. Como combinado, no outro dia, todos estavam lá reunidos e pude então conversar com os filhos e a mãe.

A entrevista ocorreu na área externa da casa, bem ventilada e sem barulhos. Conversei com todos. Falar com dona Oneide foi de uma grande emoção. Sua memória, muito viva dos tempos de convivência com seu esposo Gringo foi muito forte. A dor da perda parece que sempre foi superada pela atuação e militância que teve assumindo o lugar do companheiro nas lutas dos movimentos sociais e na atuação como agente pastoral. Os filhos, três que moram em São João do Araguaia, também buscaram na educação a estratégia de resistência para viver a memória do pai. Nedyma é formada em Pedagogia, Helder em Matemática e Alex em Ciências Sociais, todos com pós-graduação em áreas afins.

No ato da entrevista com os familiares de Gringo, houve momentos de descontração com fatos inusitados relatados por estes, como de dona Maria Oneide ter comprado um revólver e andar com ele na cintura pra matar o assassino do esposo, mas também de silêncios traduzidos na dor dos filhos. Não houve lágrimas derramadas pelos entrevistados. O tempo se encarrega às vezes de ‘curar as feridas’ que embora cicatrizadas, elas não desaparecem.

Da família de Gringo, três filhos moram fora do município. Além de Raimundo Júnior que já havia entrevistado, também tinha o segundo, Sílvio que reside em Xinguara, ainda no sul do Pará e Omalizan, a caçula, que vive no país Basco Espanhol, fronteira com o sul da França. Com esses fiz a entrevista por telefone, embora o ideal fosse fazer presencialmente, as dificuldades de locomoção deixaram essa opção, principalmente a da última. Dessa entrevista, estava muito curioso pra perguntar ao Sílvio, sobre a opção de ter enveredado pelo caminho da área militar, uma vez que este passou no concurso para Polícia Militar depois da morte do pai. A resposta que obtive, citarei mais a frente, quando apresentar o caso mais direto da família de seu pai.

Da família de Benezinho, entrevistei cinco filhos, Elizabeth, Maria José, Benedita, Maria Leidiane e Giovane, além da esposa Maria de Fátima e dois irmãos, dona Maria Elvira e João Bandeira. A primeira a me falar foi Elizabeth, em 2016, quando estava ministrando uma disciplina no município tomeaçuense pela Faculdade de História de Cametá para uma turma que tínhamos lá. Elizabeth me recebeu no seu local de trabalho e tivemos uma conversa muito proveitosa.

Passados dois anos depois, em 2018 retornei no município depois de fazer contato com Elizabeth para então conversar com os demais familiares, mãe, tios e irmãos. Isso foi necessário devido à resistência de alguns deles não quererem falar, principalmente a mãe. Elizabeth foi muito importante para que eu pudesse registrar as conversas. Da mesma forma, o irmão de Benezinho, João, também estava um pouco irredutível. Mas me concedeu o depoimento por ‘conhecer a minha história’. No fim deu tudo certo.

Para ir pra Tomé-Açú, viajei de madrugada de Belém. Depois de quase três horas, junto com um amigo, Antônio Jefferson, chegamos à cidade, por volta das sete e meia da manhã. Ainda na parte matinal iniciamos as entrevistas. Elizabeth nos levou até a casa de sua mãe onde também estavam dois filhos, Leidiane e Giovane. Ao conversar com dona Maria de Fátima, depois de trinta e quatro anos da perda de seu marido, o sentimento visível era de dor. A entrevista foi carregada de forte emoção. Em vários momentos, suas lembranças levaram-na e os presente, seus filhos, e nós também a ficarmos em silêncio. Com a filha Leidiane também não foi diferente, muita emoção. Apenas o filho Giovane foi mais resistente, também menos ‘falante’.

Mais dona Maria de Fátima, a viúva de Benezinho foi muito receptiva e hospitaleira, apesar do pouco tempo que ficamos lá. Mostrou-nos uma foto, basicamente a única que possuía do esposo em vida. A foto era de uma viagem que este tinha feito para São Paulo, quando tinha ido participar de um Congresso dos Trabalhadores, indo representar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açú.

Depois fomos para a casa da mãe de dona Maria de Fátima entrevistar a caçula. Benedita, chamada carinhosamente de ‘Baby’, morou com sua avó depois da morte do seu pai em 1984. Foi pra casa dos avós então bebê ainda, e tem na avó materna, a segunda mãe. Assim como os demais, também falou sobre a memória do pai, muito mais do que ouviu, pois não o conheceu em vida. A fala também não foi diferente dos demais, a emoção mais uma vez esteve presente, com a fala carregada de dor e tristeza. Devido à idade de sua avó, preferi não lhe fazer perguntas.

Depois de entrevistar os filhos e a esposa, fomos pra casa de dona Elvira, a irmã de Benezinho, onde também nos recebeu em sua humilde casa. Também me falou sobre a convivência com Benezinho relatando as experiências de luta que este teve até a morte. Esse foi um dos depoimentos mais difíceis de fazer devido a forte emoção de sua irmã que não se conteve em vários momentos.

Por último, já a tarde, depois das 15:00 horas fomos até a casa de João Bandeira, o irmão de Benezinho. Este me disse que só falaria ‘porque me conhecia e conhecia a história do meu pai’ porque ‘pra ninguém mais ele iria falar essa história’. Fiquei muito feliz e agradei de antemão a confiança. Também morador de uma casa muito humilde, João Bandeira deu prosseguimento a luta do irmão na cidade de Tomé-Açu depois da morte deste. Foi liderança do sindicato dos trabalhadores rurais chegando a ser presidente por dois mandatos. Depois foi eleito vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Segundo ele, devido às pressões políticas e dos movimentos sociais, foi acometido de uma depressão vindo a ficar dias internado em Belém até retornar ao seu município. Depois de um período de recuperação, sentiu que os ‘companheiros’ não lhe ampararam e assim abandonou as lutas e as causas sociais. Seu depoimento foi muito rico, cheio de detalhes sobre a luta de seu irmão e as suas lutas também. Em alguns momentos, não conseguiu segurar a emoção. Retornamos para Belém, no final da tarde também, chegando à noite na capital paraense.

Por último, faltava a família de Paulo Fontelles. Apesar de estar acompanhando o trabalho da Comissão da Verdade, com Paulo Fontelles Filho, o Paulinho desde 2016, fiz a entrevista com este no início de 2017, em março desse ano. Foi uma felicidade poder conversar o filho mais velho em uma tarde sem a tradicional chuva da capital da Amazônia. Paulinho me recebeu no Instituto Paulo Fontelles que fica localizado no centro de Belém, na avenida Nazaré, próximo da Ruy Barbosa. Sentamos em um banco e lá conversamos por quase uma hora. Já tínhamos em outros momentos tido conversas informais que também foram muito importantes.

Como uma peça pregada na vida, Paulinho Fontelles veio falecer sete meses depois, em outubro desse ano. Uma perda irreparável para alguém tão jovem. A entrevista realizada foi muito importante, mas sua partida precoce foi de uma dor muito grande para a família, amigos e para mim também. Paulinho era uma base sólida na construção deste trabalho. Finalizar sem ter sua presença para ver como ficou é lamentável. Mas é vida que segue. Tenho certeza que onde ele estiver, vai estar torcendo para sair o melhor trabalho possível.

Depois da entrevista com Paulinho, consegui conversar com a única irmã dos cinco filhos deixados por Paulo Fontelles, o pai. Como já frisei neste trabalho, Paulo Fontelles, o

patriarca, teve três relacionamentos. Destes vieram os cinco filhos. Com Hercilda vieram primeiro Paulo e Ronaldo, depois com o segundo relacionamento veio Juliana. Depois de não ter dado certo, houve um retorno com Hercilda e nasceu João. Não tendo progresso o relacionamento de Paulo já casado com Raquel, veio o caçula, Pedro.

Assim, a conversa com Juliana também ocorreu no Instituto Paulo Fontelles, em um dia do mês de abril de 2017, quando Paulinho me convidou para um debate com dois cineastas que estavam de passagem por Belém. Um deles era o autor do filme ‘Iracema: uma transamazônica’ Jorge Bodansky. A conversa foi transmitida ao vivo pela rede social do facebook e gravada. No final desta roda de conversa, pude então entrevistar Juliana. Muito serena me falou um pouco sobre sua memória o que sabia sobre seu pai.

Já em 2018, depois da partida de Paulinho, entrevistei Ronaldo e Pedro, ambos também me receberam no Instituto Paulo Fontelles, em dias diferentes. Tanto Ronaldo quanto Pedro, foram muito receptivos. Ronaldo por ser o segundo filho, teve uma maior convivência com o pai e obviamente possui uma lembrança mais real sobre o pai, diferente de Pedro que quando seu pai foi morto, tinha alguns meses apenas. Apenas o terceiro filho com Hercilda, João, não consegui gravar. Fiz contatos com ele e quase chegamos a nos encontrar para ouvir seu relato, mas acho que desistiu. Soube por seus irmãos que este tem uma resistência muito grande em falar sobre o pai. A única coisa que pude fazer foi respeitar sua decisão. Assim como de sua mãe Hercilda e a mãe de Juliana, Sandra Zaire, que também não se sentiram confortáveis para me contarem suas memórias.

No geral, as conversas com todos os entrevistados, principalmente os familiares foi muito importante, para saber como estão, como ficaram depois da morte dos pais, companheiros, irmãos. Cada relato teve suas peculiaridades que irei descrever aqui mais frente. Minha opção aqui foi a de mostrar cada família. Optei também pela ordem perda desses homens e seus respectivos assassinatos, tendo a da família Gringo, em 1980, depois Benezinho em 1984 e Paulo Fontelles em 1987.

Em todos os casos das mortes, ficaram vários filhos órfãos, além das viúvas. Gringo deixou Maria Oneide com seus seis filhos. Benezinho deixou Maria de Fátima com sete filhos e por último, Paulo, que estava casado com Raquel, deixou esta viúva, com seu filho Pedro e os outros quatro frutos dos relacionamentos anteriores. São essas memórias que me foram passadas que irei apresentar aqui, uma memória dolorida, mas uma memória de orgulho também, uma memória que não pode ser silenciada, precisa ser divulgada, mostrando os sentimentos mais diversos, como já mencionei aqui e agora vou apresentar em partes.

Em cada capítulo, além da memória dos familiares, também irei mostrar o culto a imagem dos três assassinados. O que as famílias fizeram para preservar a imagem perante suas áreas de atuação. Assim, o que ficou de Gringo na cidade São João do Araguaia, que homenagens recebera depois de sua morte, o mesmo caso de Benezinho em Tomé-Açú, e consequentemente de Paulo Fontelles em Belém ou outros lugares por onde atuou.

CAPÍTULO II - RAIMUNDO FERREIRA LIMA – DE AGENTE PASTORAL A LÍDER SINDICAL

“Lavradores, Raimundo, José, Margarida, Nativo. Assumir sua luta e seu sonho por nós é preciso. Haveremos de honrar todo aquele caiu lutando. Contra os muros e as cercas da morte jamais recuando”.

Zé Vicente – Canto dos Mártires da Terra

O trecho acima é de uma música popular do cantor Zé Vicente. Muito entoada nas celebrações das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nos anos de 1980. Foi uma homenagem as lideranças sindicais, religiosos e outros defensores dos trabalhadores rurais que iam perdendo a vida em virtude das disputas no campo. O primeiro nome citado por Zé Vicente é em referência a Gringo, é Raimundo, como está lá. Raimundo Ferreira Lima, mais precisamente não foi o primeiro defensor dos camponeses assassinado no início da década de 1980.

Na sequência de sua morte, o sul do Pará viu-se envolto com manifestações de apoio e um grande protesto que se formou em Conceição do Araguaia tendo aproximadamente dez mil pessoas que se juntaram e protestaram cobrando justiça e punição aos assassinos e mandantes. A igreja católica com a ala Progressista se fez presente com vários bispos e padres de vários estados e municípios do Brasil, principalmente.

A história de Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, apelido que ganhara no decorrer de sua vida, também era a história de muitos homens que viveram experiência de sonhar com um pedaço de terra e depois lutar para que outros homens e mulheres também tivessem esse direito. A própria história inicial de sua vida até a constituição familiar, quando casou e teve seis filhos se assemelhou com tantos outros que viveram e foram mortos pelo latifúndio que se originou na Amazônia, especificamente no Estado do Pará e mais precisamente nas décadas de 1970 e 1980.

O Sul do Pará, com o regime militar em 1964 ganhou ares de um espaço em ebulição. Foram diversos os motivos que fizeram com que a região onde residia Gringo passasse por essa transformação. O primeiro foi o discurso dos militares de que ali era uma área desabitada e que precisavam ocupá-la criando assim o mito da “terra sem homens, para homens sem-terra”, numa referência aos homens do nordeste que padeciam, não por falta de terra, mas principalmente por falta de água. A solução encontrada então foi remanejar um contingente populacional para a região amazônica, principalmente para o Sul do Pará, construindo uma série de estradas, vicinais e a mais famosa rodovia, a Transamazônica, pra onde foram enviados centenas de famílias.

Imagem 6 - Raimundo Ferreira Lima, Gringo.



Fonte: Revista Veja, 11 de junho de 1980, autoria de Marisa Uchyyana⁸⁶

Outro motivo que fez com que a região fosse ocupada, desta vez pelas tropas militares do Exército, foi a Guerrilha do Araguaia, quando por volta de 1972, um grupo de homens e mulheres vindo de várias partes do Brasil adentraram o território com o intuito de iniciar uma guerrilha e a partir daí tomar o poder dos militares. A ideia era muito interessante, muitos jovens treinados em operações de combate tinham como meta arregimentar outros camponeses da região para somarem e a partir daí iniciarem os combates. O resultado não foi o previsto e logo descoberto o plano, foram enviadas tropas do exército quando levaram dois anos para pôr fim ao sonho dos jovens chamados de comunistas. Em grande parte do Sul do Pará, então foram construídas bases militares que serviram muito mais pra ‘vigiar e punir’ os trabalhadores rurais.

Junto a tudo isso, a vinda dos ‘homens sem-terra’ do Nordeste para essa região, mais a presença dos militares, somou-se a abertura para os interessados em investir em pecuária, agricultura, e outras produções ligadas ao grande negócio. Essa abertura se deu especialmente para os homens que apresentassem propostas de desenvolvimento para o lugar, homens com vocação de trabalho em propriedade em larga escala. Esse modelo de projeto contrastou com o modelo pensado inicialmente para os pequenos produtores, os trabalhadores rurais ou colonos como eram chamados.

É nesse contexto, desta imensa região do Pará, que vai surgir a figura emblemática de Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, homem franzino, com uma história de vida singular desde sua origem em Marabá até chegar a Itaipavas e conhecer Maria Oneide, com quem casou e

⁸⁶Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG V. 5, n. 3 (set./dez. 2013) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2013.

teve seis filhos e ali trabalharam, eram felizes até a questão da terra se tornar um problema e despertar neste a consciência social-cristã, quando este passou a ser um sujeito da história local e fazer parte dela com seu envolvimento.

Raimundo Ferreira Lima nasceu em Marabá, município considerado da região sul do Pará. Filho de Manoel Ferreira Lima e Raimunda Ferreira Lima, que tiveram mais um filho por nome de Josias. Raimundo Ferreira Lima nasceu no dia 22 de julho de 1937. Seus pais eram de origem nordestina, seu pai era do Ceará e sua mãe do Maranhão. Em Marabá, quando de seu nascimento a situação era difícil, por isso bem cedo, aos nove anos de idade teve que começar a trabalhar carregando água do rio Itacaiúnas para um bairro pobre, considerado de meretrizes, carregava água para os bordéis. A partir dos 14 anos foi atrás de garimpos subindo o rio Tocantins até chegar ao rio Araguaia onde existia um garimpo de cristais. Esse trabalho com essa idade era pra sustentar sua mãe uma vez que seu irmão tinha ido pro Rio de Janeiro estudar na Marinha. Não bastassem as dificuldades básicas, ele perdeu o pai com dez anos de idade.

Depois de um tempo no garimpo, Raimundo Ferreira Lima foi trabalhar com um técnico veterinário e aprendeu as técnicas veterinárias. A partir de então ele se tornou Fiscal de Empréstimo do Banco do Brasil e seu trabalho era ir de fazenda em fazenda na região, subindo o Araguaia pra fiscalizar se os investimentos e os empréstimos estavam sendo aplicados corretamente. Seu apelido na infância era Grilo, por ser franzino, depois é que passaram a chamá-lo de Gringo, como mostra Maria Oneide Costa Lima, que foi casada com ele,

Gringo nasceu em Marabá Pará dia 22/07/1937 seus pais vieram do Maranhão teve uma infância pobre carregava água para as mulheres de prostíbulo, foi sapateiro, técnico veterinário e fiscal do Banco do Brasil, teve infância e sua juventude com muitas dificuldades, seu apelido devido a sua estatura que era chamado de grilo mais tarde passaram a chamá-lo de Gringo...tinha mais um irmão chamado Josias, uma outra chamada Rosa, que na verdade era tia dele, mais era registrada como irmã e mais uma, que ele falava pouco.(Maria Oneide, 2018)

Essas descrições são reforçadas pelo filho mais velho, que também leva o nome do pai, Raimundo Costa Lima Júnior, segundo sua memória, o pai. Ou seu avô, morreu quando este tinha 10 meses de idade e aí ele teve que ser então o provedor da casa. Adentrou o Araguaia, trabalhou por um bom tempo no garimpo e depois foi trabalhar com um veterinário que era chamado de doutor Sílvio. Foi onde ele aprendeu o ofício de técnicas veterinárias e a partir daí começou a trabalhar nessa área ainda jovem. Ainda segundo a memória de Raimundo Júnior, seu pai também foi fiscal de empréstimo do banco do Brasil por um tempo e por conta disso também subiu o rio Araguaia fiscalizando as fazendas em relação aos

financiamentos que eram feitos, se havia aplicação ou não dos recursos destinados nessa região. Assim, mais detalhadamente, seu filho mais velho nos fala no trecho a seguir,

A história dele, pra ele poder nascer em Marabá, foi que eles vieram fugindo da seca do nordeste ele filho de pai cearense e mãe maranhense. De Marabá pra Conceição é 483 km. E em 1968 Conceição do Araguaia já era um município. (...). Então a história de pai é, ele é o filho mais novo de dois irmãos. Seus pais eram Manoel Ferreira Lima e Raimunda Ferreira Lima. Nasceu em Marabá e teve que trabalhar muito cedo, a partir dos 9 anos de idade começou a trabalhar. Naquela época como não tinha água encanada na cidade o primeiro trabalho dele foi carregar água do rio Itacaiúnas do Tocantins pra um bairro que era considerado um bairro de meretrizes. Ou seja, carregava água para as prostitutas. Aos 13 ou 14 anos teve que sair de Marabá, foi a procura de garimpo de cristais e subiu o rio Tocantins e adentrou no rio Araguaia a procura de cristais naquela região que é hoje Tocantins na beira do rio Araguaia tinha muito garimpo de cristais. Então ele deslocou, menor com 14 anos, deslocou pra poder ser garimpeiro e sustentar a mãe. Tendo em vista que uma irmã já tinha saído do grupo familiar e o irmão dele tinha ido estudar no rio de janeiro na escola marinha.. (Raimundo Ferreira Lima Júnior, 2017).

O trabalho como Fiscal de Empréstimos do Banco do Brasil fez com que Raimundo Ferreira Lima chegasse até a vila de Itaipavas e ali encontrasse Maria Oneide com quem mais a frente iria se casar e construir uma família com seis filhos. Ela, nascida em 1951 na própria vila e filha de Pedro Ferreira Costa e Mercês da Trindade.

Maria Oneide era de uma família que tinham quatro irmãos, ela a caçula estudava em escola de freiras em Conceição do Araguaia. Seus pais eram pessoas de posse em Itaipavas, seu pai trabalhava com a borracha, tinha muitos homens que extraíam o látex e depois transformado em caucho era enviado pra Marabá e de lá pra Belém, o que lhes permitia um conforto naquela região, era um período áureo pra família. Sobre as condições econômicas da família, temos a seguinte fala,

Meu pai tinha fazenda, meu pai era um dos ‘manda chuva’ de lá de onde a gente morava, e eu fui criada assim, com todo mimo, com tudo o que tinha, não precisava trabalhar, eu estudava em colégio particular, internada lá com as freiras, eu ia lá, voltava. E assim, eu tive uma vida confortável. Meus pais quando eles se mudaram pra Itaipavas, eles comercializavam a borracha, o caucho pra Belém, eles iam de batelão, que eles chamavam na época, desciam pra Marabá, pra vender, compravam mantimentos e voltavam pra Itaipavas, que na época o meio de transporte era esse. Mas depois ele vivia da fazenda, de vender milho, feijão, arroz e gado e meu pai era construtor naval, ele construía barco e aí o sustento dele era esse (Maria Oneide, 2018).

Quando estava no sétimo ano do ginásio no ano de 1967 estudando no colégio de freiras em Conceição do Araguaia, teve uma discussão com a madre superior e por conta disso foi enviada para sua casa para que seus pais comparecessem a escola para ver como ficaria sua situação. Quando chegou em Itaipavas, encontrou na fazenda de seus pais Raimundo Ferreira Lima. O namoro durou pouco, alguns dias do mês de maio e em outubro desse ano casaram, na igreja e no civil, ele com trinta e um anos e ela com dezesseis.

Depois do casamento Raimundo Ferreira Lima continuou por um tempo exercendo a atividade que desenvolvia quando conheceu Maria Oneide, mas depois decidiu parar, pra ficar mais tempo com a família, uma vez que em 1968 nasceu o primeiro filho, Raimundo Costa Lima. Seu novo emprego foi como gerente de uma fazenda de um senhor chamado Luso Solino. Com um ano e meio no trabalho, a fazenda foi invadida por um grupo de homens. O então dono pediu que Raimundo Ferreira Lima fosse retirar os ocupantes de lá, o que este se negou a fazer. Resultado, foi demitido.

Sem emprego na fazenda, este foi trabalhar com o sogro na construção naval de barco. Foi nesse momento que este passou a se engajar na comunidade local tornando-se um agente pastoral uma vez que este tinha um pouco de instrução, um conhecimento. Lia bastante. Nesse momento ele foi se tornando uma referência na região que já contava com o início da intervenção na área por conta dos focos da Guerrilha do Araguaia, como observamos na fala de Maria Oneide,

Ai depois ele engajou na igreja como agente pastoral e ai ficamos lá em Itaipavas e foi na época da Guerrilha aqui em São Geraldo e por duas vezes lá em Itaipavas foi invadido pelos militares e dizia que andava atrás de uma pessoa e depois descobriu que essa pessoa era o Gringo, porque ele lia muito, ele gostava de ler, e naquela época quem falava mal do governo assim, era tido como subversivo, então eles já olhavam pro Gringo assim, eles diziam que o Gringo era subversivo, diziam que ele fazia parte do pessoal que tava aqui na mata, dos Paulistas que eles chamavam, dos terroristas, que por duas vezes nos tivemos nossa casa invadida. Nesse dia teve um mutirão que o Gringo organizou pra cobrir a casa de um lá, e nossa casa era na beira e a outra casa era mais lá pra dentro, e eles fora lá em casa e não encontraram o Gringo e reviraram colchão, livro, tudo o que tinha lá eles olharam. E depois nos soubemos que eles disseram que tiveram com o passarinho na mão e deixaram ele voar, porque eles chegaram perguntando pelo Gringo e ninguém disse, ele estava em cima de uma casa lá e ninguém disse, ninguém falou, é esse aqui. (Maria Oneide, 2018).

Já bastante envolvido com a igreja católica nas comunidades próximas a Itaipava e vivendo a experiência cristã relacionada com a ação política e social, Raimundo Ferreira Lima já estava longe de querer apenas ser um pai de família. Suas preocupações iam muito além das preocupações familiares, mas começavam a perpassar pelos outros, por famílias que passavam por dificuldades.

É nessa condição de homem simples e comum da região, mas com espírito solidário, que ele conhece pessoas que figuraram com uma importância na região, como Osvaldão, tido pelos militares como um dos líderes da chamada Guerrilha do Araguaia e Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia no estado de Mato Grosso quando viveram por quase um ano nesse município. A fala a seguir ilustra bem isso,

Então, o pai, além da técnica de veterinária, ele tinha também... ele era autodidata na realidade. Então ele começou a trabalhar com o meu avô seu sogro, começou a

trabalhar em carpintaria naval bem na época que começou o movimento da guerrilha do Araguaia chegaram a construir barcos pro Osvaldão e etc. de guerrilheiro que tava lá. Inclusive tem citações em livros dizendo que o Osvaldão era amigo íntimo de meu pai porque conversavam, mas no primeiro momento não tinha nenhum envolvimento com a guerrilha do Araguaia era meramente comercial, ele encomendava barcos e ele fazia e pronto. E em 1978, que eu me lembro eu me recordo. Eu vim de fato me recordar a partir de 1978 que eu tinha 10 anos de idade, o meu pai era gerente de uma fazenda próximo da vila de onde a gente mora. E não lembro exatamente o fato, o que ocorreu foi que alguns posseiros adentraram nessa fazenda, e ficou certo que, as partes dessas terras eram griladas eram terras do estado, quando o fazendeiro chegou ali, ele pediu pra ele reunir os trabalhadores os vaqueiros fossem armados expulsar os posseiros que tavam ocupando a fazenda nos fundos, então esse episódio foi o fato que levou ele a sair da fazenda, e ele foi viver por conta própria na vila, a minha mãe tinha um terreno e começou a trabalhar com a agricultura, além da atividade naval, ele também fazia móveis e trabalhava também na agricultura. E isso foi 1968, foi quando eu fiquei doente de asma, foi recomendado que ele mudasse de lugar, então ele foi morar em São Félix do Araguaia, por incrível que pareça ele foi vizinho de dom Pedro Casaldaliga, e o meu pai foi ser um assalariado numa fazenda, Suriaçú que naquela época era considerada a maior fazenda do mundo e tal. Então ele exercia ali a função de tratorista, e começou a ter contato com dom Pedro Casaldaliga que era seu vizinho e tal. Nós passamos mais ou menos 1 ano em Mato Grosso, inclusive meu irmão nasceu lá e retornamos ao baixo Araguaia ali em Itaipavas, foi justamente com o convívio com a vizinhança e com dom Pedro Casaldaliga, ele foi ser agente, já era o animador da comunidade, e passou a ser o coordenador da comunidade e ser o agente pastoral (Raimundo Ferreira Lima Júnior, 2017)

A convivência com Dom Pedro Casaldaliga foi decisiva para que o então animador de comunidade ou agente pastoral se transformasse no agente da comissão pastoral da terra e tomasse a decisão definitiva de viver uma vida em luta e defesa dos mais oprimidos da região. Para Raimundo Costa Lima, filho mais velho, a decisão do pai de não seguir as ordens do fazendeiro em Itaipavas foi o que fez com o patriarca decidisse enveredar definitivamente pelo campo progressista, abraçando a causa social das pessoas mais pobres da região.

Imagem 7 - Mapa do Estado do Pará com destaque para a localização atual do município de Conceição do Araguaia



Fonte: www.wikipedia – Acesso em 20/06/2018

Porém, um dos problemas para os camponeses dessa região imensa que era o município de Conceição do Araguaia estava relacionado à questão de que o presidente era um conhecido pelego chamado de Bertoldo, um ex-militar que nada fazia pelos homens do campo que precisavam da entidade. Tudo o que o então presidente fazia ou quando fazia era apenas encaminhar algumas pessoas para o Funrural. Vejamos o trecho a seguir do depoimento,

O sindicato de Conceição naquela época era considerado o maior sindicato camponês da América latina e tinha na sua direção alguém chamado Bertoldo Siqueira que era apoiado pelos militares inclusive pelo major Curió. Naquela época já começava a discutir a oposição sindical, eu me lembro de alguns fatos, assim que meu pai começou a ser agente pastoral se eu não engano, lá pro final de 1978 eu tenho uma recordação que um dia entrou uns cinco soldados da PM no Pará atrás de prender meu pai e meu pai teve que fugir e isso permaneceu de 78-79, ate 79 diversas vezes nossa casa foram invadidas por PM e tal. Alguns diziam que era pra prender e outros que era pra assassinar, meu pai sempre dava um jeito de fugir. Teve inclusive um episódio em que ele voltava da CPT de Conceição pra Itaipavas de barco, e tivemos que resgatar ele de voadeira porque tínhamos a informação em que a PM ia abordar no barco em que vinha. Me lembro muito bem o nome do barco que era chamado de São Miguel e nós tivemos que resgatar ele no meio da viagem por conta disso, então meu pai passou a ser perseguido desde que entrou na CPT, eu acho o episódio divisor de água entre a vida comum dele e a atividade sindical, foi aquele momento em que o fazendeiro pediu pra ele tirar o posseiros da fazenda dele, acho isso despertou nele um senso de justiça e tal. (Raimundo Lima Ferreira Júnior, 2017)

Envolvido no ano de 1978, Raimundo Ferreira Lima já era muito conhecido na região e junto com outros trabalhadores rurais já haviam fundado uma série de delegacias sindicais e escolhido diversos delegados como representantes destas. Ele próprio era um desses. Preparando o terreno para eleição que seria realizado em 1980 o grupo encabeçado por Gringo se prontificou a fazer campanha nas mais diversas localidades como Rio Maria, Cajueiro, Perdidos entre outros receberam a visita daquela que foi se consolidando como a chapa de oposição. Vejamos o que diz Maria Oneide sobre isso,

Lá em Conceição era o Bertoldo, um oficial do exército, que ele era um oficial reformado lá e ele que era o presidente do sindicato e então ele não fazia nada pros lavradores, só fazia contra né e aí os lavradores escolheram o Gringo pra encabeçar a chapa. Aí o Gringo começou né, foi preso, foi corrido. Um dia Dom Estevão estava celebrando a missa e chegou os policiais pra prender ele e o bispo disse, corre, e ele saiu correndo (risos) e lá em Itaipavas o pessoal escondeu as espingardas atrás da bananeira e o Gringo ia passando e ele viu e pegou e disse, agora se eles vier, eu mato todos eles, e assim. Um dia ele foi preso, passou uns dias presos lá em Marabá, e sempre assim. E aqui essa região era chamado de baixo Araguaia e ele foi escolhido pra ser representante dos lavradores com o vice que era o Expedito. E as delegacias sindicais eram longe, era Itaipavas São Geraldo, Conceição, foi quando mataram ele, que ele nem chegou a concorrer a eleição. (Maria Oneide, 2017).

O principal objetivo da chapa de oposição era vencer as eleições de 1980. De 1974 quando Bertoldo havia assumido o sindicato dos trabalhadores rurais, parecia ser o momento mais propício para uma vitória de um outro campo que não o do peleguismo. De acordo com

Fábio Pessoa⁸⁷ no trabalho intitulado “O pensamento radical no movimento camponês: história e memória da luta camponesa em Conceição do Araguaia – 1975-1985”, destaca que a chapa de oposição tinha diversos pontos entre eles, aumento de salário para os peões das fazendas, entrega gratuita de terras pelo GETAT, melhoria da infraestrutura da produção como criação de armazéns e estradas além de um significativo apoio no social da região como construção de hospitais e escolas além do fim da violência policial, violência dos jagunços e ainda a participação ativa das mulheres no sindicato.

Embora existisse todo um apoio de segmentos como a igreja católica progressista da região e uma ampla força das delegacias sindicais contando inclusive com lideranças expressivas como João Canuto e Expedito Ribeiro fazendo com que a oposição assustasse o pelego Bertoldo, o grupo sabia que precisava de mais apoio e recursos e nesse sentido Raimundo Ferreira Lima decide ir até São Paulo para participar de um encontro de operários e angariar mais recursos para ser injetado na campanha.

Vale lembrar que, as lutas do famoso ABC de São Paulo faziam com que outros sindicatos do Brasil buscassem inspiração nas lutas deflagradas pelos operários metalúrgicos nos idos de 1970 onde Luís Inácio Lula da Silva era a grande figura proeminente. Lula era a figura que transmitia coragem, energia positiva no sentido de seguirem-se as lutas. Lula era o sinônimo da luta de oposição e conseqüentemente da vitória da chapa 2 no ABC Paulista.

As manifestações que haviam ocorrido na década de 1970 em Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema e que tiveram os operários favoráveis às greves e construção de uma nova direção do sindicato deram encorajamento para que uma serie de trabalhadores no campo e na cidade se reorganizassem e buscassem fortalecimento. Daí vieram a ‘febre da oposição sindical’ Brasil afora.

Eder Sader (2001) no livro “Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas de trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)”⁸⁸ nos mostra em neste trabalho como se deu uma série de lutas na grande São Paulo nas décadas mencionadas no seu trabalho, principalmente no complexo do ABC, D Paulista, onde estavam concentradas as montadoras de carros e agregavam o maior número de trabalhadores dessas fábricas, os chamados metalúrgicos.

Ali, nos fala o autor, foi o palco das lutas pelas reivindicações de melhoria de trabalho e das discussões sobre os salários desses trabalhadores e nesse contexto, então surge a figura

⁸⁷ PESSOA, Fábio. O pensamento radical no movimento camponês: História e Memória da Luta Camponesa em Conceição do Araguaia – 1975/1985. Dissertação de Mestrado, Belém – PPHIST, 2013

⁸⁸ SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

de Luís Inácio Lula da Silva, tornando-se uma referência, principalmente nos fins da década de 1970 e início da década de 1980. Não é só Lula, o grande ‘personagem’ desse momento, mas o sindicato como um todo a oposição sindical dos metalúrgicos que parte para o embate até a consumação da vitória na metade de 1970 que faz com outros sindicatos Brasil afora sigam esse exemplo. Vejamos o que nos diz o autor,

No curso da década de 70, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo tornou-se um efetivo centro de elaboração das experiências dos operários nas indústrias metalúrgicas da região, moldando uma linha de resistência coletiva que terminou por alterar profundamente as relações de trabalho nessas empresas e influenciar o conjunto do país. De uma entidade vazia – expressão da perda de funções do sindicato no início da década -, ele se transformará numa agência de organização e mobilização dos trabalhadores na defesa de seus direitos. E essa passagem tem por fio condutor exatamente a luta pelos direitos dos trabalhadores, tomando o quadro legal dado como premissa para as ações coletivas (SADER, 1988, p.277).

Assim, Raimundo Ferreira Lima rumou para São Paulo. Participou do encontro, fez a campanha de arrecadação de recursos. Angariou a quantia de Cr\$ 17.000,00 (Dezessete mil cruzeiros). Chegando a Araguaína no Estado de Tocantins, este pernitoou. Saiu à noite ao chamado de um conhecido que foi identificado como José Antônio que também estava hospedado na mesma cidade em um hotel próximo. Este homem era capataz da Fazenda Vale Formoso de um grileiro conhecido na região chamado Geraldo Debs e filho adotivo de Fernando Leitão Diniz, um fazendeiro que havia sido morto por conflitos de terra com posseiros de Xinguara. E mesmo Gringo estando em São Paulo quando desse caso, José Antônio prometeu vingar a morte de seu pai adotivo, sendo este juramento ouvido por trabalhadores de Itaipavas⁸⁹. Maria Oneide relata esse momento de profunda angustia e sofrimento que foi ter a notícia da morte,

Ele foi pra São Paulo participar de um encontro de lavradores e operários e na volta ele ia passar em Conceição pro encontro diocesano dos agentes pastoral. E aí tinha mais ou menos um mês que ele tava viajando. E aí quando ele veio, dormiu em Araguaína, os cara tiraram ele do hotel, um rapaz conhecido nosso que ia até ser cumpadre nosso, ele tirou ele do hotel, porque ele não confiava em ninguém, só se ele conhecesse mesmo a voz da pessoa ele saia. Ai ele saiu do hotel, os pistoleiros pegaram ele e mataram. Ai eutava lecionando, que foi o acordo que o Gringo fez com o pessoal de Itaipavas. Ai eu fui pra escola e chegou uma cumadre perguntando, cumadre como é o nome do Gringo? Aí eu falei, Raimundo Ferreira Lima. Como é o nome da mãe dele? Eu disse, Rosa. Pois cumadremataram ele. Eu tava na sala de aula, ai eu já sai doida de casa e já falei pro papai e ele foi. Nesse tempo, ele vinha pro Pontão, fretava a voadeira pra vim pra Itaipavas que nesse tempo não tinha carro nem estrada. Ai eu falei pro meu pai, frete a voadeira meu pai foi pro Pontão, do Pontão foi pra Araguaína, fretou um carro e quando chegou lá ele ia ser sepultado como indigente porque não achou parente, tinha documento, tinha tudo, mas não tinha parente. Ai meu pai passou mal logo, chorou, levaram ele lá pra dentro da delegacia, deram remédio pra ele e ele trouxe o corpo, chegou mais ou

⁸⁹ Comissão Camponesa da Verdade. Relatório final: violações de direitos no campo 1946 a 1988, Brasília, dezembro de 2014.

menos uma hora da manhã, mas ele trouxe o corpo. Ele estava morto desde a madrugada e um carroceiro encontrou ele lá na estrada do frigorífico, encontraram ele lá num areal, onde eles pegavam areia e ele ainda tava vivo e levaram ele pro hospital e no hospital ele morreu e aí levamos ele lá pra Itaipavas e ligamos logo pra Belém. E é incrível porque ele não tinha mau cheiro nem nada, não inchou nem nada e o sangue escorrendo, um tiro na cabeça e um nas costas. E eu passei um ano e dois meses pra pegar a certidão de óbito dele e todos os pertences dele ficaram, só o relógio que eu peguei porque um policial falou e o delegado reclamou ele. (Maria Oneide, 2018).

A morte de Raimundo Ferreira Lima se concretizou pelos mesmos motivos que outras mortes já teriam ocorrido no campo na região do sul e sudeste do Pará, a questão da terra mal resolvida, a falta de organização do Estado com sua ausência, o favorecimento aos grandes proprietários e acima de tudo a tomada de decisão do ser humano em favor dos mais fracos e oprimidos. Essa última é a grande e decisiva opção que faz com a morte ela vá espreitar e em algum momento acontecer, como foi o caso. A decisão de manter um grupo coeso com um objetivo coletivo de buscar alternativas de solucionar o problema da terra e outros ligados a ela faz com que essa possibilidade se tornasse realidade. Raimundo Costa Lima dá mais detalhe sobre o acontecido,

Olha! Começou com a PM por conta da oposição sindical e da CPT em 1978 – 79. A pessoa escolhida pra ser o presidente do sindicato foi ele que a eleição seria em 29 de junho de 1980. Então a oposição se movimentou que tava a frente desse sindicato era esse interventor que eu lhe falei, Bertoldo Siqueira apoiado pelo exército. Então eles começaram a bater de frente, começaram a sofrer perseguições, primeiro veio a PM no intuito de prender e na realidade agente sabia que era pra assassinar. Depois de passar o período da guerrilha, começou o exército em 1979, começou a intimá-lo pra ir pro 8 lá em Marabá a prestar depoimento, vinham buscar de helicóptero ele e o meu avô, passavam 10,15 20 horas de depoimento. Aí devolviam. Ele ia de novo pra ver se ele mudava o depoimento então começou essa perseguição antes de 1980 né. E ele já organizando. Tem o companheiro quero destacar o Donza, o Filipe que ainda vive em Conceição do Araguaia, o João Canuto que na chapa era secretário junto com meu pai. O Expedito Ribeiro que era o tesoureiro nessa mesma chapa. Eles tavam na organização da oposição sindical pra disputar o sindicato e começou a perseguição né. Então por diversas vezes, umas três vezes eu vi, testemunhei a invasão da nossa casa pela PM e meu pai tinha que fugir ou era preso ou assassinado (Raimundo Costa Lima Júnior, 2017).

Bastante envolvido na campanha das eleições sindicais que iria acontecer em 29 de junho de 1980, com movimentações em várias localidades, sendo que nessa época Conceição do Araguaia compreendia os municípios que hoje existem como, como, Redenção, Floresta, Pau Darco, Rio Maria, Xinguara, Banaque e Sapucaia, além de São Geraldo do Araguaia e Piçarra. Por isso, Conceição do Araguaia era em extensão territorial muito grande. Como a eleição ia ocorrer no dia 29 e Raimundo Ferreira Lima, saiu em abril para andar pelas comunidades e na sequência, já em maio foi para São Paulo participar de uma atividade, um encontro da chamada construção do Pré-CUT .

Quando do seu retorno de São Paulo pela rodovia Belém-Brasília, já próximo de chegar em casa, mas precisava pernoitar em Araguaína no estado do Tocantins. Gringo chegou ali no dia 28 e como era de costume só se hospedava em um hotel porque já estava ameaçado de morte e confiava no proprietário, que entendia ser uma pessoa. Porém, quando foi já no dia 29 de maio tiraram ele a força do hotel e assassinaram e o assassinaram na beira da estrada, próximo de um entroncamento onde que direcionava para Belém, Brasília e também era 'porta' de entrada de Araguaína.

Raimundo Ferreira Lima foi morto com dois tiros, um na nuca e outro no umbigo, além de ter sido torturado, tendo seu braço quebrado. Por conta das dificuldades de comunicação, este iria ser enterrado como indigente. Foi a notícia que circulou em uma rádio informando de sua morte, que uma moradora vizinha da família ouviu em Itaipavas e contou para os familiares, cabendo ao sogro ir até Araguaína reconhecer o corpo e leva-lo para sua localidade de origem. Para surpresa geral, a polícia do local da morte, sequer havia feito alguma ocorrência e muito menos abriu inquérito, tendo a certidão de óbito saindo depois de muito tempo. Gringo foi morto um mês antes da realização das eleições do sindicato dos trabalhadores rurais que iria ocorrer em Conceição do Araguaia. Raimundo Costa Lima Júnior relembra o caso,

Estranhamente até hoje não se abriu inquérito, a minha mãe tentou retornar a esse hotel com Paulo Fontelles. Inclusive era vivo, ele como advogado da CPT e quando foi pra conversar com a dona do hotel, o hotel tava cercado de policiais não deixou que nossos familiares não entrassem em contato com a proprietária do hotel e a polícia além de não abrir inquérito, não investigou né, e ficou por isso mesmo...(Raimundo Costa Lima Júnior, 2017).

Para Maria Oneide, a viúva de Gringo e Raimundo Costa Lima Júnior, seu filho é claro que a morte do líder dos trabalhadores e candidato da oposição sindical no pleito que se realizaria em junho de 1980 para enfrentar tinha bastante a ver com sua luta na região. Tanto que deixam claro que este já sofria ameaças do todo o tipo, desde os militares querendo enquadrá-lo nos crimes relacionados ao fato de ser considerado subversivo e pelos fazendeiros que o acusavam de ser incitador de invasão de terras.

Quando esteve em São Paulo antes de sua morte, Raimundo Ferreira Lima participou de uma entrevista para o jornal Tribuna Operária, informativo ligado ao Partido Comunista do Brasil, do qual Gringo era ligado. A edição que saiu depois do dia 31 desse mês, não foi possível ser lido pelo entrevistado, pois já tinha sido morto. Com uma foto estampado na página quatro do jornal, mostrava um homem simples, preocupado com os problemas da

região, porém sorridente. Com o título “O campo sofre e luta”, foram mostradas diversas mazelas dessa parte da Amazônia. A seguir, transcrevo alguns trechos de seu depoimento,

Reforma Agrária é o 1º ponto – Aquela é uma região palco de conflitos, de luta pela terra, de expulsão de lavradores. Eu gostaria de falar sobre algo que ocorreu ainda agora, no dia 30 de abril. A fazenda Aldeia contratou uns capangas e levou muitos homens para tomar as terras dos posseiros, que moram lá há seis anos. Duas mulheres e quatro homens conseguiram desarmar esses pistoleiros e foram até Conceição entregar as armas para a polícia. Sempre ocorre esse tipo de coisa por lá. Resistência armada não ocorre todo dia. Mas despejo, sim. A polícia bate, maltrata, trata o pessoal como se não fosse gente. E os posseiros reagem. O fato é que eles estão encurralados, não tem mais saída. Já perderam a fé no governo. E aí os posseiros tem que brigar mesmo. Muitas vezes entramos em terra demarcada. E aí dizem que estamos “invadindo” terra dos outros. Agora eu pergunto: se um cara quer vinte alqueires para dar de comer à família e vender algum produto está “invadindo”, quem toma 20 mil alqueires, o que está fazendo? (Raimundo Ferreira Lima, In: Tribuna Operária: Maio de 1980)⁹⁰.

Como se pode observar no trecho acima, Raimundo Ferreira Lima conhecia bem a região do sul do Pará, e mais ainda, os seus problemas, principalmente os relacionados à questão dos conflitos pela posse da terra onde as disputas acirradas provocavam expulsões de várias famílias. Entendia bem o papel da polícia que muitas vezes ficava contra os colonos, como bem mencionado por ele, ‘batendo e maltratando’. Sabia muito bem que o governo pouco ou quase nada fazia nestas áreas e tinha a plena consciência do que era ser chamado de ‘invasor’ por muitas vezes se apossarem de pequenos hectares de terra, enquanto grandes grileiros se apossavam de milhares e nada era feito contra esses. A entrevista de Gringo, apesar de ser curta, teve, uma última parte, onde falou sobre as pretensões que tinha para se retornar presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Conceição do Araguaia. Vejamos a seguir suas últimas palavras registradas por uma equipe de jornalistas da Tribuna Operária,

Pelego no sindicato – Para enfrentar esses problemas, nós temos um órgão, que é o sindicato dos trabalhadores rurais, com 10.300 associados. Mas o órgão não defende os posseiros, os lavradores. Está sempre do lado do patrão. Recentemente o presidente foi arrolado num processo como testemunha de acusação de posseiros, a favor dos irmãos Badossi, da fazenda Marajoara II. Depois de estudar essa situação, resolvemos fundar a oposição sindical para concorrer no pleito de 29 de junho próximo. Ela foi muito bem aceita na região. Se não houver bandalheira, acreditamos que temos condições de vencer com 90% dos votos. O primeiro ponto do nosso programa seria uma reforma agrária imediata, sem a transferência dos lavradores. Porque o governo quer fazer uma concessão aos grupos Bamerindus, Bradesco, Almeida Prado, etc., tirando os lavradores do local e levando para os “Pronto-socorros”, como nós chamamos que são as regiões de Tailândia e São Félix do Xingu. Além disso, reivindicamos a melhoria das estradas e melhores condições de atendimento sanitário nos povoados. A chapa de oposição é formada por 14 pessoas. Não saiu dois gabinetes, saiu do povo, numa assembleia com 70 pessoas. Pela primeira vez na história do sindicato (fundado há dez anos) tem uma mulher na

⁹⁰ Disponível em <http://www.grabois.org.br/cdm/tribuna-da-luta-operaria/44565/1980-05-17/14/tribuna-da-luta-operaria> -- Acesso em 17/09/2019.

chapa, a Corina. Com a participação dela, a gente nota que as mulheres ficaram mais entusiasmadas, com vontade de lutar. Nesse encontro sindical em que estou participando, adquiri muita experiência sobre a bandalheira dos pelegos. E agora vamos tomar medidas de precaução para não sermos comidos. A máquina dos pelegos é a mesma, aqui e lá. Só que lá, os operadores são um pouco mais fracos... (Raimundo Ferreira Lima, In: Tribuna Operária: Maio de 1980)⁹¹.

Sereno em suas palavras, Raimundo Ferreira Lima procurou mostrar a Tribuna Operária a importância do sindicato dos trabalhadores rurais, no entanto, mencionando aquilo que era comum nesse tempo, a pelegagem dentro da instituição, principalmente daqueles dirigentes que ficavam contra os lavradores e a favor do patrões, como foi o caso mostrado por este em que no caso de Conceição do Araguaia, o pelego foi defender os irmãos Badossi, proprietários da fazenda Marajoara II. E assim, Gringo foi mostrando a importância de se ter feito a inscrição de sua chapa, de oposição e que pela primeira vez contava com uma mulher. Gringo, como vimo, voltava de São Paulo depois de ter participado do encontro de lideranças sindicais muito otimista, levando boas novas e uma vontade de construir uma nova história na região. Porém, não deu tempo.

Imagem 8 – Raimundo Ferreira Lima em entrevista para o jornal Tribuna da Luta Operária



Fonte: Jornal Tribuna da Luta Operária, Maio de 1980

No entanto, a morte de Raimundo Ferreira Lima provocou grande comoção já no dia do enterro e continuou nos dias seguintes. No dia do velório muitos moradores das vilas próximas foram pra Itaipavas prestar as últimas homenagens. Não era um simples enterro, mas a despedida de uma pessoa com expressão no meio popular. Vários atos posteriores

⁹¹ Disponível em <http://www.grabois.org.br/cdm/tribuna-da-luta-operaria/44565/1980-05-17/14/tribuna-da-luta-operaria> -- Acesso em 17/09/2019.

aconteceram uns com quatro mil pessoas e outros com dez mil pessoas. E isso porque ele ainda era só o candidato a presidência do sindicato dos trabalhadores rurais de Conceição do Araguaia. Vejamos o que diz seu filho Raimundo Costa Lima sobre o dia em que o corpo chegou em Itaipavas para o sepultamento,

Então, como ti falei desde o início é muito doloroso falar essa questão, mas eu vou falar. E a minha mãe no dia 29 de maio, a minha mãe era professora municipal aí na vila e essa senhora como te falei que ouviu a mensagem e veio falar que achava que era o nosso pai né? E meu avô foi atrás e realmente, isso foi umas 10hs do dia 29 e meu avô foi em Araguaína e trouxe o corpo do meu pai até Itaipavas onde ele é enterrado até hoje e houve uma comoção generalizada e isso era dia 29 de maio tanto é que no dia do enterro, o meu pai foi assassinado as 5hs da manhã aproximadamente foi o cálculo que foi feito e meu pai foi enterrado dia 30 de maio as 10 ou 11hs da manhã e o sangue jorrava vivo incrível essa observação e , ele tinha um sorriso nos lábios um sorriso intrigante né? Praquele fato né? Então foi uma comoção generalizada veio muita gente de fora, Dom Estevão Cardoso de Avelar, Dom Tomaz Balduino... Então teve uma repercussão nacional e internacional (Raimundo Costa Lima Júnior, 2017).

O mesmo jornal que Raimundo reira Lima concedeu a entrevista antes de sua volta para Itaipavas em Conceição do Araguaia, noticiou sua morte na edição seguinte que sairia no mês de junho daquele ano. Com o título na capa principal contendo uma foto de Gringo e uma multidão, este dizia o seguinte, “Resposta ao crime é protesto de quatro mil: Araguaia de luto pelo líder camponês que os grileiros mataram”, informando que a matéria completa estaria na página 4 do jornal. A referência então destacada mencionava o ato em sua memória ocorrido no dia 08 de junho. No trecho inicial do jornal da página 4, o texto começava assim,

A multidão fez silencio quando a viúva de Raimundo, dona Maria Oneide Costa Lima, subiu a carroceria do caminhão para falar. Ela estava muito firme e serena. “Como vocês já sabem - -disse – meu marido desde há tempos estava empenhado nesta luta em favor dos oprimidos. Por isso era perseguido pelos grileiros, para que calasse a boca. Mans nunca calou. Foi morto em Araguainas. mas quero que vocês não desanimem. Sempre ajudei Gringo nessa luta. Mas agora é que vou lutar mais ainda”. Nesse momento, um velho posseiro gritou bem alto: Muito bem minha filha! Você não lutará sozinha!’ E o povo explodiu em aplausos. (Tribuna Operária, 14 de junho de 1980)⁹²

Como podemos ver nesta parte inicial da matéria, mesmo sentindo a dor da perda do marido, Maria Oneide falou para a multidão que acompanhava o ato em memória do assassinato do seu marido. Com voz firme, sem demonstrar fraqueza, ela falou o que o povo da região queria ouvir, que a luta iria continuar, que não seria com a morte de Gringo que o movimento ficaria enfraquecido, uma vez que era isso que os latifundiários da região sonhavam.

⁹² Disponível em <http://www.grabois.org.br/cdm/tribuna-da-luta-operaria/44564/1980-06-14/16/tribuna-da-luta-operaria> - Acesso em 17/09/2019

A matéria informava ainda que pessoas de mais diversas localidades haviam caminhado mais de três dias a pé para o ato público que ocorreu no dia 8 de junho, em protesto pela morte de Raimundo Ferreira. Outros foram de barco, como senhor conhecido Dima, que junto com ele levou mais 62 pessoas, mas que por problemas no motor de seu barco, chegou atrasado. O jornal apurou ainda, que aproximadamente quatro mil pessoas participaram do ato público com cerca de 30 entidades civis e religiosas, se fazendo presentes, e entre as quais Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), União Nacional dos Estudantes (UNE), Sociedade Paraense dos Direitos Humanos (SDDH) Associações dos Bairros de Belém (COB), além de políticos como deputados e vereadores.

Sobre a morte, o jornal noticiou que Raimundo Ferreira, o Gringo, que era da oposição sindical de Conceição do Araguaia havia sido assassinado. A notícia havia causado consternação e revolta no meio do grupo da Tribuna Operária, pois mencionava que, “quinze dias antes, este havia concedido uma entrevista”. Continuava o jornal, informando que Raimundo tinha deixado a mulher, Maria Oneide e seis filhos, o maior com onze anos e o menor com nove meses de idade. Este havia nascido em Marabá e tinha 43 anos e morava em Itaipavas desde 1970. Estava na lista negra dos camponeses e agentes pastorais condenados à morte pela Impar, empresa florestal associada à “Óleos Pacaembu” de São Paulo.

Ainda sobre a morte, continuou o jornal Tribuna Operária, informando que na véspera de sua morte, este pernitoitou em Araguaína, onde saiu de casa às 6 horas da manhã. As 6:05 foi visto pela última vez em vida, por um chofer de táxi que lhe ofereceu carona, as 6:30 foi encontrado agonizante, com uma forte pancada na cabeça, um braço quebrado e dois tiros de calibre 32 desferido pelas costas. Morreu em seguida.

O assassino de Raimundo Ferreira Lima havia hospedado naquela noite no mesmo hotel, era conhecido por José Antonio, mineiro, filho de criação do grileiro Fernando Diniz e conhecido pistoleiros em Itaipava. Este havia feito ameaças a Raimundo pelas denúncias que Gringo fazia das grilagem nessa região. José Antônio havia deixado para trás rastros do seu carro, que era um Corcel. Porém, os policiais insistiam em conduzir os interrogatórios, tirando os pistoleiros e grileiros da linha de frente da investigação.

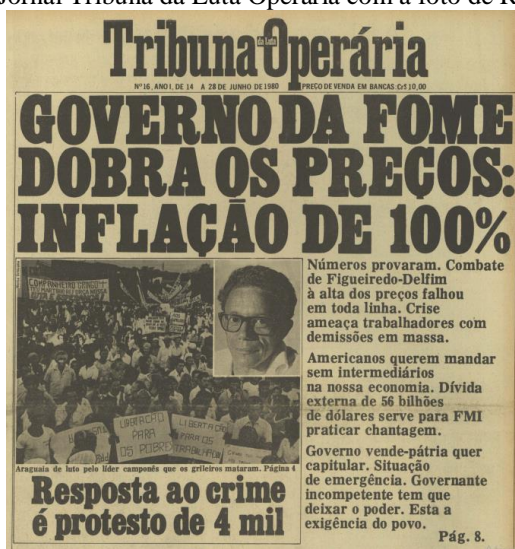
Sobre a morte Raimundo Ferreira Lima, a Tribuna da Luta Operária, ainda deu destaque no mesmo periódico para os protestos que ocorreram em todo o país, como narrou na página 5, informando que em São Paulo também havia ocorrido no dia 07 de maio um ato público, organizado pelo Movimento Contra a Carestia, na sede do Sindicato dos Jornalistas.

O ato era contra o assassinato e também em solidariedade aos posseiros e trabalhadores do Araguaia. Ali, diz a matéria, havia tido a participação de mais de 200 pessoas, grande maioria, operários, donas de casa, além de representantes de sindicatos, associações profissionais, oposições sindicais, Sociedades Amigos do Bairro, Movimento de Favelas, Movimento de Defesa da Amazonia, Associação Brasileira de Imprensa, Comitê Brasileiro de Anistia de São Paulo, União Estadual de Estudantes, PMDB, PT e outras entidades. O ato, segundo o jornal, foi de muitas falas e protestos, como podemos ver em um trecho final,

Mas a tônica do ato do protesto foi dada por Maria Saraiva, da Coordenação do Movimento Contra a Carestia de SP: “cada um que morre, é cem que se levantam. Essa ditadura fique sabendo que nós nunca vamos esquecer os nossos companheiros. Na hora em que todas as oposições se unirem,, nós vamos derrubar os generais. A gente é pequena, mas tem força para puxar o gatilho. Um dia, esse governo vai ser do povo, viu Figueredo, Golbery, Maluf...Companheiro Raimundo, você será vingado! (Tribuna Operária, 06/1980)⁹³

Como podemos ver, a morte do líder de oposição sindical, que iria disputar as eleições no sindicato dos trabalhadores rurais de Conceição do Araguaia, e teria chances de se tornar presidente da entidade representante dos lavradores, teve uma grande repercussão além das fronteiras da região do sul do Pará, atravessando o país, chegando aos protestos no lugar onde este havia estado alguns dias antes de sua morte. Podemos ver ainda, na matéria acima e na fala, o quanto o país caminhava a passos lentos para sair do regime da ditadura militar e quantos movimentos sociais existiam e buscavam seus direitos, movimentos da cidade e do campo.

Imagem 9 – Capa do Jornal Tribuna da Luta Operária com a foto de Raimundo Ferreira Lima



Fonte: Tribuna da Luta Operária – 14 a 28/06/1980

⁹³ Disponível em <http://www.grabois.org.br/cdm/tribuna-da-luta-operaria/44564/1980-06-14/16/tribuna-da-luta-operaria>. Acesso em 18/09/2019.

Imagem 10 – Matéria do jornal Tribuna da Luta Operária com a manifestação do ato pela morte de Raimundo Ferreira Lima em São Geraldo do Araguaia – nas Fotos dona Maria Oneide a viúva, a multidão e a foto de Gringo



Fonte: Tribuna da Luta Operária – 14 a 28/06/1980

Imagem 11 – Matéria do jornal Tribuna Operária com a notícia da morte de Raimundo Ferreira Lima



Fonte: Tribuna da Luta Operária – 14 a 28/06/1980

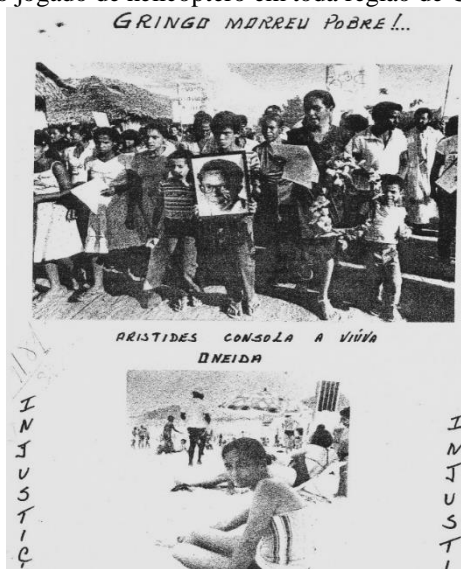
De acordo Com Raimundo Costa Lima Júnior, depois da morte do pai a vila de Itaipavas teve um abandono de moradores, como mostra a seguir,

E um dos fatos que mais me intriga até hoje, é que a vila de Itaipavas depois de ter passado por essas etapas, lá era uma aldeia indígena dos Carajás em 1930, como eles eram nômades meu avô teve que esperar que eles sássem para poder fundar a vila com seus soldados da borracha, e o que mais que era uma vila mito prospera cada vez mais aumentando o número de gente, pessoal cultivando pequenas roças e alguns empregados em fazendas. Com uma semana depois da morte de meu pai, todos os comerciantes da vila se reuniram e resolveram ir embora de lá. Hoje a vila que tinha 200 ou 300 famílias, hoje tem mais ou menos 30 mesmo com a estrada e a energia. Isso também fez com que fossemos ir embora de lá, para Xambioá, isso em dezembro de 1980. Então houve muita comoção das vilas próximas, e além dessa comoção houve um despertar pra essa questão da luta agrária, foi a partir daí que teve muitas mortes de trabalhadores. Chegou a ter baixa também do lado dos fazendeiros. Leitão Diniz, o filho e a filha foram assassinados por questões agraria lá

próximo. Os pistoleiros que foram contratados pra matar meu pai um já morreu também quatro anos depois. Esse fazendeiro chamado Neif Murad que foi um dos mentores participantes do consórcio pra matar meu pai, ele foi assassinado em 1985 também num conflito em um desses lotes citados. Foi no lote 8. A família queria jogar a culpa em cima da nossa família né? Aí quando foi assassinado o Neif Murad foi aberto um inquérito, inclusive pela Polícia Federal e a minha mãe veio várias vezes aqui em Belém pra poder esclarecer como se fosse sido a gente que tivesse assassinado o Neif. Na realidade, foi num conflito lá no lote que ele acabou sendo assassinado (Raimundo Costa Lima Júnior, 2017).

A morte de Raimundo Ferreira Lima despertou, como disse seu filho, uma maior conscientização para a luta por uma reforma agrária cobrada naqueles anos difíceis ainda da ditadura militar. As eleições que ocorreram em junho do mesmo ano permitiram ao pelego Bertoldo mais um mandato, este saiu vitorioso, principalmente pelo desaparecimento físico do candidato da oposição e que tinha chances reais de ganhar aquela eleição, mas também porque contava com homens fortes e importantes do lado dos militares, de figuras como o Major Sebastião Curió, que usando o aparato do Estado sobrevoou de helicóptero a região e suas delegacias sindicais prometendo distribuir terras e também difamando a oposição sindical, os padres de Conceição do Araguaia que davam apoio e subsídios para os lavradores. Em 1981 quando Maria Oneide já atuava como agente de Pastoral junto à igreja um panfleto difamatório foi jogado na região, como podemos ver na imagem abaixo,

Imagem 12 - Panfleto jogado de helicóptero em toda região de Conceição do Araguaia



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CNBB – Norte 2)

Os documentos nas imagens a seguir mostram um pouco da história de Raimundo Ferreira Lima Gringo, principalmente após sua morte, como foi dado destaque por vários canais de imprensa e também pelo próprio monitoramento dos militares que vigiavam a região do Sul do Pará naqueles tempos difíceis.

Imagem 13 Ato pelo aniversário da morte de Gringo em 1982 – Maria Oneide segura à foto do marido. João Canuto de óculos, Expedito Ribeiro falando e o padre Ricardo Rezende no canto a esquerda completam a imagem.



Fonte: CPT – CNBB – Norte 2

Imagem 14 - Maria Oneide discursando pela libertação dos padres do Araguaia



Fonte: CPT – CNBB – Norte 2

Em junho de 1980 as eleições no sindicato dos trabalhadores rurais de Conceição do Araguaia iriam ocorrer, como de fato aconteceram. O jornal ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCB), Terra Livre, deu total apoio a Chapa 2, a que seria encabeçada por Raimundo Ferreira Lima, mas que foi brutalmente assassinado quando voltava pra sua casa com novas ideias e alguns recursos que seriam empregadas nas caminhadas pelas comunidades. Contendo cinco páginas, o informativo se dedicou plenamente a apresentar as propostas e fazer uma memória de Gringo, como dizia na matéria de capa, “O sangue de Gringo exige vitória da Chapa 2”, onde constava nove imagens, entre elas, uma foto do líder da oposição sindical, da viúva Maria Oneide, de pessoas nos protestos que se seguiram depois de sua morte e de lideranças políticas e religiosas discursando. Nas páginas seguintes, diversos títulos e trechos empenhados em apoiar a Chapa 2, como na seguinte, que dizia,

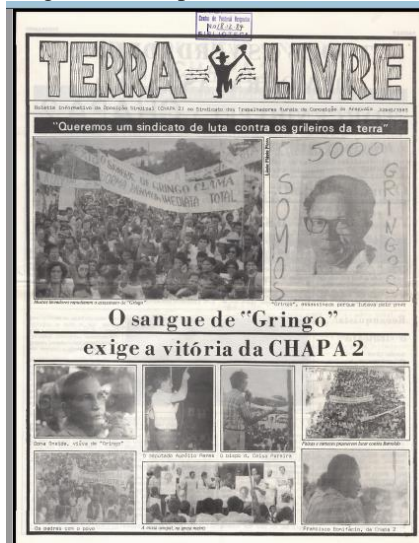
“todos os verdadeiros democratas estão torcendo pela Chapa 2”. “Estudantes, trabalhadores, entidades democráticas e religiosas do Pará e de outros Estados do Brasil, todas estão apoiando firmemente a Chapa 2, a Oposição Sindical. Esse apoio cresceu ainda mais, depois do assassinato do companheiro “Gringo”. Dezenas de entidades e pessoas de todo o país enviaram telegrama de solidariedade e de protesto. (Terra Livre, 1980: p.2)⁹⁴.

As eleições ocorreram como previamente agendadas estavam. Na verdade, por conta da morte de Raimundo Ferreira Lima, foram transferidas de maio para junho e mesmo com todo apoio de diversos movimentos, entidades, políticos, religiosos que manifestaram apoio nos atos públicos ou nas mensagens enviadas para os colonos e membros da chapa de oposição, esta não logrou êxito. Foram derrotados pela chapa de Bertoldo Lira, que

⁹⁴ Disponível em <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PTERLPA061980001.pdf>. Acesso em 18/09/2019.

permaneceu no cargo até o ano de 1985, quando definitivamente saíram do sindicato dos trabalhadores rurais, dando lugar a quem devidamente deveria ocupar, os trabalhadores rurais.

Imagem 15 – Capa da Jornal Terra Livre



Fonte: Jornal Terra Livre, julho de 1980.

A letra da canção a seguir foi feita em 1981 em homenagem a Raimundo Ferreira Lima, que mesmo não aparecendo seu nome, destaca as características de seus sonhos em vida e de como foi sua morte.⁹⁵

Peregrino nas estradas

23/10/1981

Peregrino nas estradas de um mundo desigual,
 espoliado pelo lucro e ambição do capital,
 do poder do latifúndio enxotado e sem lugar,
 já não sei p'ra onde andar.
 Da esperança eu me apego ao mutirão.

*Quero entoar um canto novo de alegria
 ao raiar aquele dia de chegada em nosso chão!
 Com meu povo celebrar a alvorada,
 minha gente libertada, lutar não foi em vão! (Refrão)*

Sei que Deus nunca esqueceu dos oprimidos o clamor
 e Jesus se fez humilde, solidário e servidor.
 Os profetas não se calam, denunciando a opressão,
 pois a terra é dos irmãos!
 E na mesa igual partilha tem que haver.

Pela força do amor o universo tem carinho
 e o clarão de suas estrelas ilumina o meu caminho.
 Nas torrentes da justiça, meu trabalho é comunhão,
 arrozais florescerão...

E em seus frutos liberdade colherei!

Autor: Frei Domingos Santos

⁹⁵ Disponível em www.youtube.com/peregrino nas estradas. Acesso em: 03/12/2018

2.1 – A MEMÓRIA DOS FAMILIARES DE GRINGO

A família de Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, assassinado no dia 29 de maio de 1980 carregaram na bagagem a memória do lutador que foi o marido, o pai. Alguns filhos, os mais velhos possuem a lembrança da convivência que tiveram. Desde aqueles tempos, fins da década de 1970, já viam a vida que este tinha se dedicado a viver, a luta nos movimentos sociais e na igreja junto às comunidades eclesiais de base. Gringo havia se tornado um agente de pastoral. A perda tão precoce, de início, causou muita dor para os familiares, sua esposa Maria Oneide e alguns filhos só pensavam em ‘vingança’ nos primeiros anos após a morte. A vida não foi fácil, tiveram muitas dificuldades, tanto econômica quanto psicológica.

Quando fiz a entrevista com dona Maria Oneide e os filhos Helder, Alex e Nedyma em São Geraldo do Araguaia em 2018, quase quarenta anos depois da morte do patriarca da família, ali na casa rodeada por um pequeno jardim, parecia que na feição, a família não tinha vivido uma experiência como essa. Todos calmos, serenos, responderam às perguntas feitas por mim. No decorrer dos depoimentos é que foram relatando serenamente as ‘emoções’ que viveram logo depois do brutal assassinato, bem como as intenções que tiveram, como de ‘vingar’ a morte, matar o assassino. Esse sentimento foi compartilhado, inclusive pelo segundo filho, Sílvio, que aos vinte e um anos ingressou na polícia militar, ‘só pensando naquilo’, achar o pistoleiro e dar cabo a vida dele também.

Assim os testemunhos que iremos ver agora da família de Gringo, parte da memória com a profunda dor pós-morte de uma pessoa querida que aconteceu de forma ‘covarde’ e extremamente prematura, vejamos os que pensaram da morte desse modo, começando por Maria Oneide,

Ai eu usava uma arma, passei três anos da minha vida usando arma, mas era pra matar quem tinha matado o Gringo. Eu fiquei numa revolta, eu não acreditava nem em Deus. Eu fiquei revoltada de ver tanta pessoa que não presta tá vivo aí e meu marido que era um pai, não era nem marido pra mim, era um pai, um amigo, um companheiro, um bom pai, ser morto...eu passei três anos usando revolver. Por isso que eu não uso saia, eu só uso calça ou short, porque eu passei três anos usando revólver, eu comprei, eu não sabia nem atira, mas na hora que eu visse ele eu matava. O rio daqui de casa dá um mil e setecentos metros. Eu sai um dia aqui de casa uma hora da tarde porque eu soube que quem matou ele, tava lá em Xambioá e eu sai daqui caminhando no sol quente e a minha vontade era assim, eu vou ver ele e eu mato ele, se ele me atirar, eu atiro nele, meno que seja pro rumo eu atiro...e ao invés de ir pra casa da minha mãe eu fui rodando por Xambioá, procurei seu Edson, ele tava aqui agorinha, aí eu sai. Ele tava bem aqui num fusca branco, andei. Ai a mamãe soube que eu tinha ido pra lá e foi chorando atrás de mim e eu apareci lá. Porque ela já tinha mandado um recado que era pra mim não ir lá em Xambioá, aí eu já liguei as antenas, que o Zé Antônio tá lá. Eu fui duas vezes lá, eu matava ele. (Maria Oneide....)

Essa fala de Maria Oneide, a esposa de Gringo, que ficou viúva com seis filhos pequenos pra criar, mostra apenas o ‘desespero’ de uma mãe que a todo custo só pensava naquele momento em vingar a morte do marido. A situação era de um grande drama familiar pela perda repentina do amado, mesmo sabendo que isso pudesse vir acontecer, não era isso que se acreditava estar vivendo depois de sua partida. Então a compra do revólver era apenas um ato de coragem por acreditar que de alguma forma esta iria conseguir êxito no seu objetivo.

O filho mais velho também teve o sentimento de raiva, vamos ver,

Naquele primeiro momento claro que é raiva né, uma criança de nove ou dez anos não teria como ter outro sentimento se não a raiva ou desejo de vingança. Mas o grande problema é que como o meu pai é um sujeito dentro do lar, era muito amoroso e era um cara diferenciado, eu talvez não teria um termo mais correto de dizer o que sinto, mais um mistério de sentimento de raiva e sentimento....(Raimundo Costa Lima Júnior, 2016)

Pensamento semelhante teve o segundo filho de Maria Oneide e Raimundo Ferreira Lima. Sílvio projetou entrar na polícia militar muito mais com a intenção de achar o assassino e fazer pagar com a mesma ‘moeda’ a morte do seu pai, a fala a seguir retrata esse pensamento. Vejamos,

Na época que eu entrei na polícia militar, eu era menino novo, eu tinha vinte e um anos, eu entrei na polícia militar pra vingar a morte do meu pai, mas depois eu vi que a polícia era outra coisa, outra realidade, aí depois eu não vinguei a morte do meu pai. Mas na verdade eu entrei na polícia militar pra vingar a morte do meu pai...(Sílvio Costa Lima, 2018).

Do pensamento que teve na época Sílvio, também foi compartilhado por Helder, outro irmão, que praticamente não conheceu o pai direito. O sentimento de raiva imperou em sua fase de vida inicial, adolescência e juventude. Assim, este foi consumido nessa etapa da vida por essa emoção, que nos retrata abaixo, como podemos observar,

(...) E a minha infância aqui, eu tive muita revolta, muita raiva do sistema, odiava todo mundo, tinha vontade de matar os que mataram. Era aquela revolta vermelha, sangue, até um pouco de raciocínio de adolescente da gente achar que só iria pagar quando a gente matasse o que mandou e os que executaram e depois a gente vai chegando numa fase adulta onde a gente vai tendo uma visão diferente do sistema. Sabe que tem a culpa do sistema, que não é assim, que não é com morte que você paga a morte, mas com a justiça, a gente vinha tendo um entendimento de ser humano hoje. (...). Então o meu ponto mais assim... foi de não chamar de pai, essa pessoa na minha vida não existiu, existiu nas minhas lembranças no que eu tenho hoje e até meus 17, 18 anos eu deitava no meu quarto pra dormir e chorava. O meu choro era com raiva dele não tá aqui e com raiva do sistema. Até meus 17, 18 eu tinha muito aquele rancor, aquela vingança. E com relação a minha mãe foi minha rainha. Tocou nela tinha briga. Então aconteceram várias situações, pessoas que discutiam com minha mãe eu já ia e brigava. Então ficou aquela defesa assim, se tocava dava briga até chegar um ponto de raciocínio de que a vida não é como a gente pensa por que adolescente é uma coisa e adulto é outra coisa. Às vezes você pedir desculpas pra quem te ofende é mais homem do que você pensa. Então hoje eu

tenho visão diferente de como é a vida, de como é o sistema. Hoje eu tenho uma vida, eu tenho filhos eu tenho um neto, eu quero viver a vida. Eu sinto muito a falta do meu pai, eu tenho muita raiva do sistema ainda, da polícia. Após a morte do meu pai teve muita perseguição a minha mãe ainda. Teve uma invasão onde a gente morava, onde levaram todos os registros do meu pai, levaram fotos, e a gente nunca conseguiu recuperar de volta (Helder Costa Lima, 2018).

Alex Costa Lima, o caçula dos homens é outro dos filhos que vivenciou o sentimento de raiva, revolta pelo desaparecimento físico do pai. Em sua fala é possível perceber essa reação dos anos posterior da morte, como veremos a seguir,

Na primeira fase da adolescência foi um pouco de revolta, de querer mudar a história da vida de querer vingança. Uma revolta mermo de dentro do coração. Independentemente se a gente vai querer ou não a gente vai ter esse sentimento. Na segunda parte da adolescência pra quase adulto, nem tanto, já um momento que a gente escolhe pra superar mermo, tinha a perda mais eu vou conseguir superar, vou conseguir estudar, vou conseguir ter família, vou conseguir mostrar também que as pessoas perdem o pai e a mãe também conseguem. Mas na infância e primeira juventude o sentimento que resume pra mim seria a revolta, indignação né, saudade daquilo que tu não viveu, mais daquilo que te contaram também tem essa parte. Querer que os responsáveis sejam punidos por isso e nunca foram. Querer ser reconhecido, querer que as pessoas contam nossa historia de maneira bem contada né, é todas essas variáveis aí. Mas querer resumir tudo aquilo que a gente sente, seria a revolta sim. (Alex Costa Lima, 2018)

Como podemos ver nas falas acima, tanto a mãe, Maria Oneide, quanto os filhos Sílvio, Helder e Alex tiveram o pensamento de profunda raiva das pessoas que cometeram o crime contra Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, esposo e pai respectivamente. Não se pode negar que pelo histórico de violência construído sobre a região, mais especificamente o sul e o sudeste do Pará, as pessoas pensassem diferente, não que fosse normal, alguém matar o outro e depois ocorrer a vingança.

Nedyma é a filha caçula de Gringo e Oneide, nascida em abril de 1977, tinha três anos quando da morte do seu pai, então não o conheceu direito. Mas assim mesmo seguiu os passos dos pais, quando criança, adolescente e jovem. Foi da igreja, fez comunhão, crisma, participou de grupos de jovens com a Pastoral da Juventude e depois buscou o caminho da educação se formando em Pedagogia, onde passou a militar no sindicato dos trabalhadores em educação pública do estado do Pará, o Sintep. Da lembrança do que aconteceu com o pai, não demonstrou querer vingança, mas sim um sentimento de tristeza por não o ter conhecido, vejamos sua fala,

Até hoje sempre foi muito difícil pra mim compreender a ausência dele. Quando eu era criança, ai a gente participava de movimentos. Eu lembro que o padre Aristides e o Chico foram presos, um policial federal falou, vem cá no colo do titio, eu lembro que eu falei, não, tu não é meu tio. Então vendo o sofrimento da minha mãe pra criar a gente, seis filhos, vinte e oito anos. Hoje em dia não é fácil, imagina trinta e oito anos atrás, com vinte e oito anos ter seis filhos e não ter nenhuma profissão. Então já fui crescendo naquele meio, olha seu pai morreu por defender a causa do pobre, a reforma agraria. Mas sempre tive a dor da perda, nunca pude escrever uma carta pro meu pai, nunca tive alguém pra chamar de pai, apesar dos meus avós paternos terem

nos ajudado muito. Nunca tive uma oportunidade de fazer uma homenagem na escola pro pai então até hoje lido com muita dor ainda. Às vezes preferia que ele fosse um anônimo, mas tivesse no nosso meio (Nedyma Costa Lima,2018)

A fala de Nedyma, embora não invoque a raiva, o querer a vingança, mas mostra o sofrimento pela ausência do pai e de tudo que passaram, das atrocidades cometidas contra sua família, sua mãe, seus irmãos por terem a casa invadida pela polícia federal. A fase da infância e adolescência são as mais difíceis pelo fato do crescimento e desenvolvimento psicossocial, onde os pais são muito importantes para a ajuda nesse processo de autoafirmação. É onde os desejos e ansiedades precisam ser controlados. Na ausência de um desses, se não houver outros tipos de apoio, a possibilidade de se tornar um adulto revoltado é muito grande. Não é a toa, que com todo o paio por parte dos avós maternos, ainda assim, ficaram os resquícios do sentimento de revolta.

Embora o estado todo paraense já estivesse figurando como um dos mais violentos em mortes no campo na década de 1980, o sul e o sudeste do Pará eram disparados nos assassinatos de trabalhadores rurais e suas lideranças. Assim, alguém querer se vingar, não soaria diferente. A grande questão era se fazer vingança de uma pessoa que era contra a violência, seus discursos eram cristãos, de amor ao próximo. Mas a perda repentina teria provocado todos esses desejos dos familiares citados acima, o que se poderia dizer, que não era normal, embora compreensível.

O próprio filho, Sílvio, que ingressou na carreira da polícia militar aos poucos foi abandonando a ideia de se praticar o desejo que o tinha levado a ser um ‘policia militar’. Como ele próprio frisou a polícia era outra coisa. Também o irmão Helder, foi se desfazendo desse propósito à medida que foi deixando de ser o adolescente, o jovem e entrando na vida adulta, seus pensamentos foram aos poucos se modificando, vendo que isso não seria o certo.

Como o próprio Alex frisou o fato de irem buscando nos estudos uma formação, um conhecimento, essa vontade de fazer justiça com as próprias mãos foi se deixando de lado. A revolta da fase inicial da vida aos poucos foi dando lugar às lutas e aos sonhos que herdaram do pai, a busca por justiça social não desapareceu com a perda deste e fazer da memória de Gringo um instrumento importante na luta contra as injustiças da região.

No entanto, há outras memórias sobre Raimundo Ferreira Lima, a memória de um Gringo que deixou heranças positivas para a esposa e para os filhos, o orgulho de terem tido o pai que foi, mesmo com pouca convivência em vida, como veremos a seguir, começando por Alex,

(...) Não é só revolta mais também é orgulho é reafirmação, é claro que a gente percebe também que nada vale a pena pela vida né, nem a luta, uma luta com mais

lisura do mundo ela não vale uma vida se quer, não tem como comparar isso aí. A gente sabe que não era vontade dele morrer, mais a gente sabe que ele enfrentava né. Sabe de ser jurado de morte e decidiu continuar né. E que talvez o posicionamento de outras pessoas seriam diferente né. Nem uma luta por classe social, porque seja, ela não vale uma vida não, a perda é muito grande a desestruturação da família é muito grande, não existe reparação, pode repara economicamente, socialmente, juridicamente mais ninguém nunca trás ninguém de volta. Não existe uma reparação. É como a gente disse, haaaaa a Ditadura militar fez mais de 200 vítimas no Brasil. e se fosse a tua mãe? O sentimento é de orgulho claro tem seus ideais mais também de perda né (Raimundo Costa Lima Júnior, 2017)

Como podemos ver na fala do filho caçula Alex Costa Lima, além de ter tido o sentimento de revolta, este também sentiu o orgulho do pai, pela pessoa que foi, pelo exemplo que deixou, quer dizer, passou a ter outra compreensão, como podemos ver ainda em sua fala,

Claro, com certeza. Exemplo de honra de inteligência de alegria de companheirismo tudo isso reflete a nós apesar de que eu não convivi com ele, quando ele morreu eu tinha nove meses de idade, mais pelas histórias, pelas bibliografias, pela fala da mãe e de todos aqueles que o conheceram né. A gente sabe que ele tinha uma personalidade muito parecida com a nossa né, de luta de quere as coisas corretas, de lutar por aqueles que mais precisam né. Resumindo é que a gente se espelha sim, espelha na coragem dele né. Hoje a Nedyma tá no sindicato, eu sou professor meus irmãos também são professor, acho que a maioria é influenciada nisso, é a partir dele mermo. Claro que não é um trampolim pra nenhum de nós a mãe nunca ensinou a ser assim. Ah sou filho do gringo ...não eu sou Alex, primeiro tu me conhece e depois eu falo que sou filho do gringo com muito orgulho, ele não um carta de visita meu, ele guardado mais no meu coração . Pra mim agir, ele não é uma vitrine pra mim passar na frente dos outros pra mim ter privilégios. Eu não consigo compreender dessa forma, eu sempre vejo de uma forma que acima de tudo ele é apenas o meu pai vem em primeiro lugar. Depois vem o sindicalista o mártir pela reforma agrária a pessoa que lutou pelo acesso a terra. Mais no particular do particular no geral ele é só o meu pai (Alex Costa Lima, 2018)

Helder busca no pai falecido recuperar a memória de orgulho, mesmo não tendo convivido com este, como temos aí embaixo,

Eu tou aqui e acho que é o meu espelho porque as pessoas falam que quando ele queria uma coisa ele era objetivo ele conseguia. Então é assim, uma outra questão que eu tenho do meu pai, a minha esposa me pergunta assim, como é que você gosta tanto do seu pai se você nem conheceu ele? Pra mim ele é a pessoa mais amada do mundo, por que eu sem nem conhecer ele, tive muita inveja dos meus amigos que podia chamar alguém de pai e eu não pude chamar, eu não tinha, meus irmãos também não tinham. A questão do dia dos pais, a questão do natal, de trazer o presente pra gente. (Helder Costa Lima, 2018).

Assim como os dois irmãos, Nedyma é outra que além da dor presente o tempo todo, também vive o sentimento de orgulho do pai, pelo que ele foi, como está na sua fala em seguida,

Sim meu pai é meu orgulho, é ele que sempre está comigo nas minhas decisões e qualquer coisa que eu vou fazer, seja de greve, seja de outra coisa eu sempre converso com ele em meus pensamentos. Sei que ele vai tá me ouvindo, sou católica e acredito nisso e sei que ele tá me orientando da melhor forma possível. Queria que ele tivesse aqui, sendo o seu Raimundo, que tem uma rocinha ou o Gringo, que é o

lavrador. Queria que ele tivesse aqui pra comemorar conosco, cada conquista nossa ser comemorada com ele, cada choro, cada magoada de coração. Eu tenho o maior orgulho de ser filha do Gringo. (Nedyma Costa Lima, 2018).

Sílvio, o filho mais revoltado, superou esse pensamento e hoje também é um dos que mais se sente orgulhoso pelo pai que teve, embora tenha críticas ao novo modelo de reforma agrária atual, como está presente na sua fala,

Meu amigo, meu pai pra mim, vou falar assim, vou falar de coração aberto pra você, eu não gosto de dar entrevista, eu sou a par de tudo, eu sou separadinho. Meu pai foi uma pessoa íntegra e hoje ele não faz parte disso aqui, essa reforma agrária não. Da reforma agrária passada meu pai faria parte. Eu me orgulho do meu pai no passado. Meu pai foi militante do PC do B, foi perseguido a minha mãe teve a casa invadida pela polícia federal, nós ficamos em casa preso, domiciliar naquela época, então eu tenho orgulho do meu pai demais naquela época, naquela época meu pai foi um cara...que eu amo meu pai, que eu lembro do meu pai muito bem que foi um cara excepcional apesar de ter a estatura pequenina, mas meu pai era um cara especial, gostava de conversar, era família. Eu fico emocionado de falar, que eu sou policial, mas não sou de ferro...(Sílvio Costa Lima, 2018).

Raimundo Júnior, o filho que herdou o nome do pai, recorda a figura de Gringo como muito lembrado na região e o peso que tem sua história e seu legado, assim, vejamos no trecho abaixo,

Sim, ainda é muito forte. Ele é muito lembrado pelos mais antigos. A história dele é muito forte na região, tem ruas na região e escolas com o nome dele, o sindicato lembra muito dele. (Raimundo Costa Lima Júnior, 2017)

Por último, gostaria de destacar a fala da esposa, Maria Oneide, que a tudo suportou na vida depois da morte de Gringo, tendo que cuidar dos seis filhos, ter a casa invadida pela polícia federal, ser acusada em vários momentos de ser amante de padre, de ser subversiva, ter de enfrentar os fazendeiros da região, os pistoleiros e latifundiários. Com todas essas perseguições, Maria Oneide não saiu da terra escolhida pra viver e trabalhar, não abandonou os filhos e muito menos o legado do marido, por isso suas palavras sobre o companheiro são de profunda admiração e emoção, como ela descreve abaixo,

Eu me orgulho assim, do trabalho que desenvolveu, assim dele ser honesto. E hoje a gente vê muitas coisas ainda se repetir (Maria Oneide, 2018)

Como podemos observar em todas essas falas, o orgulho da pessoa que foi Raimundo Ferreira Lima é presente principalmente nos familiares. Saber que a história do pai, esposo foi muito marcante na região na luta em defesa dos colonos e posseiros é o que dignifica sua história. Não basta se falar da pessoa, tem que se falar daquilo que ela fez, daquilo que ela construiu, do legado que deixou para uma geração toda. Terá memória viva mais por atos que signifiquem muito o simbolismo, não por uma criação, construção. Raimundo Ferreira Lima

não foi só um ‘mártir’ da terra porque morreu, mas pela forma como foi morto, perseguido, quando pensavam que tirariam tudo dele, mas não tiraram o principal, sua dignidade, que ficou com a esposa e os filhos, carregando sempre o nome com mais emoção e resistência.

A memória de Raimundo Costa Lima Júnior que ficou depois de sua morte foi de uma família que permaneceu na luta, com dona Maria Oneide seguindo nos movimentos sociais, principalmente como agente da comissão pastoral da terra, mantendo a unidade da família com a vivência desses na igreja católica onde Gringo era atuante. É possível ver a memória que ficou através dos vários momentos de homenagens que ocorreram no decorrer dos anos para celebrar o dia da sua morte. É possível ver ainda nas imagens a seguir o legado dos filhos, onde na maioria tomaram o caminho da militância política, onde o filho mais velho enveredou pelo mesmo trajeto do pai, outros pela estrada da educação, além de se tornarem educadores, também se tornaram defensores dos direitos dos trabalhadores na educação.

Assim, fica claro, nas imagens a seguir, que mesmo depois de sua morte, Raimundo Ferreira Lima, sua história não se acabou com sua partida. Além dos movimentos sociais, o sindicato dos trabalhadores rurais de Conceição do Araguaia, sua família muito contribuiu para que a permanência de seus ideais resistisse. Um exemplo é a escola municipal, onde trabalham alguns dos seus filhos, que leva seu nome, conseguido através do empenho familiar. Vejamos a seguir, as imagens,

Imagem 16 - Maria Oneide saindo do cemitério Itaipavas em 1981.



Fonte: Nedyma Costa Lima

Imagem 17 - Maria Oneide recebendo uma placa de homenagem a Gringo no encontro do MST.



Fonte: Nedyma Costa Lima

Imagem 18 - Maria Oneide com filhos e amigos em
Uma celebração de Crisma da igreja Católica
religiosa



Fonte: Nedyma Costa Lima

Imagem 19 - Helder e Nedyma participando do
momento do ofertório em uma celebração
uma celebração



Fonte: Nedyma Costa Lima

Imagem 20 - Helder – Alex e Nedyma – Abril de 1987.



Fonte: Nedyma Costa Lima

Imagem 21 - Soldado Sílvio logo que
entrou na polícia militar em 1994



Fonte: Nedyma Costa Lima

Imagem 22 – Túmulo de Gringo no cemitério em Itaipavas



Fonte: Nedyma Costa Lima

Imagem 23 - Celebração dos 36 da memória. em São Geraldo do Araguaia



Fonte: Nedyma Costa Lima

Imagem 24 - Celebração dos 36 anos da memória Gringo de Gringo em São Geraldo do Araguaia.



Fonte: Nedyma Costa Lima

Imagem 25 - Alex candidato a prefeito nas eleições de 2016



Fonte: Nedyma Costa Lima

Imagem 26 – Raimundo Ferreira Lima pelo PC do Lima Júnior na sede da Fetagri em Belém



Fonte: Autor

Imagem 27 - Nedyma em uma manifestação. em São Geraldo do Araguaia



Fonte: Nedyma Costa Lima

Imagem 28 – Maria Oneide com os filhos Raimundo, Silvio, Helder, Alex, Nedyma e Omalizan



Fonte: Nedyma Costa Lima

Imagem 29 - Raimundo Costa Lima na sede da Fetagri em Belem



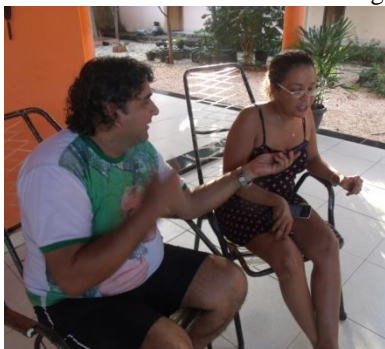
Fonte: Autor

Imagem 30 - Entrevista com Alex Costa Lima na casa de sua mãe em São Geraldo



Fonte: Nedyma

Imagem 31 - Entrevista com Nedyma Costa Lima na casa de sua mãe em São Geraldo do Araguaia



Fonte: Alex Costa Lima

Imagem 32 1 - Entrevista com Helder Costa Lima na casa de sua mãe em São Geraldo do Araguaia



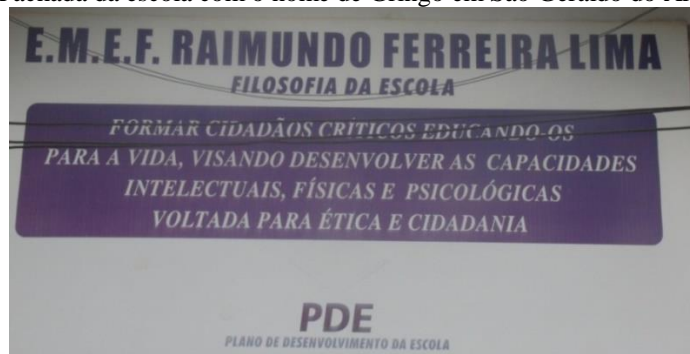
Fonte: Nedyma Costa Lima.

Imagem 33 - Entrevista com Maria Oneide Costa Lima em sua casa na cidade de São Geraldo do Araguaia



Fonte: Nedyma Costa Lima.

Imagem 34 - Fachada da escola com o nome de Gringo em São Geraldo do Araguaia



Fonte: Autor

Imagem 35 - Quadro bordado na casa de dona Oneide.



Fonte: Autor.

CAPÍTULO III -- BENEDITO ALVES BANDEIRA – O HOMEM QUE MORREU NA LUTA DO POVO

Vim aqui só pra dizer, ninguém há de me calar. Se alguém tem que morrer, que seja pra melhorar. Tanta vida pra viver, tanta vida a se acabar, com tanto pra se fazer, com tanto pra se salvar, você que não me entendeu, não perde por esperar...

Geraldo Vandré – Réquiem para Matraga

A letra da música acima, do cantor Geraldo Vandré, escrita nos fins dos anos de 1970, baseada no personagem ‘Nhô-Augusto’, do romance de Guimarães Rosa (1946)⁹⁶, onde o autor procurou retratar a história de vida de um sujeito temido no sertão de Minas Gerais nos meados do século XX que depois de tanto fazer maldades, sofre as consequências de seus atos perversos, buscando com isso se redimir do eu tanta já tinha feito, até que por discordar do assassinato de um ‘fugitivo’ que seria morto por um bando, este retoma seu passado, levantando novamente a ‘bandeira’ da ação em defesa deste homem.

Réquiem para Matraga, com letra e música utilizada no filme “A hora e a vez de Augusto Matraga” do diretor Vinicius Coimbra, lançado em 2015, também empresta a canção para o documentário “Quem matou Benezinho?”, produzido pela equipe do Centro de Comunicação e Educação Popular (CEEPEPO). O documentário, como mostrado no início deste trabalho, quando faço uma abordagem sobre a história do assassinato de ‘Benezinho’, como era chamado Benedito Alves Bandeira, retrata a figura do homem bem diferente do personagem apresentado por Guimaraes Rosa no seu livro. Benezinho, vive, sonha e luta por um mundo melhor, mesmo, como diz o trecho final da letra da música “se alguém tem que morrer, que seja para melhorar”.

Paul Ricoeur (2007)⁹⁷ no livro “A memória, a história, o esquecimento” nos apresenta uma série de questões relacionadas à memória traumática. Essas questões são pertinentes para quem se predispõe a estudar relações que envolvem casos em que vá se observar a memória de sujeitos. No meu caso, por exemplo, ao lidar com memorialistas, eles me falarão sobre determinados acontecimentos que marcaram suas vidas, principalmente nos casos da perda dos pais. Porém, como trabalhar essas memórias, ou como nos fala Paul Ricoeur, o ‘testemunho’, como poderemos observar na citação,

O testemunho nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo das “coisas do passado” (*praeterita*), das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação historiográfica. Com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental (RICCEUR, 2007, p. 170)

⁹⁶ ROSA, João Guimaraes. Sagarama. Rio de Janeiro: Olympio, 1976.

⁹⁷ RICCEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

Podemos compreender que o testemunho é de fundamental importância enquanto parte da memória e do processo de construção de história. Contudo, é necessário levar em consideração que nesse processo precisa-se verificar também os arquivos existentes, bem como uma diversificada documentação que remonta a história dos fatos. É como nos fala o autor, para se chegar na prova documental é necessário todo esse exercício. Isso quer dizer que, o testemunho, dado através da memória tem grande significado para o pesquisador, mas essa memória precisa ser confrontada e colocada em diálogo com outros documentos, como poderemos ver em mais um trecho abaixo,

A possibilidade de suspeitar cria por sua vez um espaço de controvérsia no qual vários testemunhos e várias testemunhas se veem confrontados. Sob certas condições gerais de comunicação, esse espaço pode ser chamado espaço público; é nesse contexto que uma crítica do testemunho se enxerta em sua prática. A testemunha de alguma forma antecipa essas circunstâncias acrescentando uma terceira cláusula a sua declaração. “Eu estava lá”, diz ela; “Acreditem em mim”, acrescenta, e: “Se não acreditam em mim, perguntem a outra pessoa”, profere ela, às vezes com uma ponta de desafio. A testemunha é então a pessoa que aceita ser convocada e responder a um chamado eventualmente contraditório (RICCEUR, 2007, p. 173-174).

Nesse sentido é que temos que procurar perceber quanto à memória de nosso entrevistado está nos falando aquilo que pode exatamente aconteceu. Por isso chama atenção Ricoeur, na preocupação de levantarmos aquilo que é importante, e mais ainda, da questão da credibilidade e da confiança que precisamos ter e repassar. É óbvio que uma ‘memória traumática’ é carregada de dor e sentimentos de um determinado passado, que as vezes parece que não passa. Assim, nos ajuda a reflexão de Jacques Le Goff⁹⁸ quando nos diz que “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão do homem (LE GOFF, 2003, p. 471)

Este capítulo procura mostrar a história de vida de Benedito Alves Bandeira, o Benezinho, de sua família até seu assassinato e a chacina dos três pistoleiros acusados de terem cometido o crime. Tal acontecimento se deu em um município do Estado do Pará em julho de 1984. O município em que ocorreu o fato, Tomé-Açú, viveu dias de grande turbulência em razão da perda de *Benezinho*, que era líder sindical daquele município, e que após a prisão dos envolvidos na trama de sua morte, a população fez justiça com as próprias mãos. É objeto deste capítulo procurar entender como e por que esses fatos ocorreram neste município e o que levou a população a cometer este ato tão marcante que foi noticiado em vários jornais da capital paraense. Para isso faço uso de documentos e da memória de sua filha

⁹⁸ LE GOFF, Jacques. História e memória. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

mais velha, Elizabeth Lima Bandeira, sendo que mais adiante ampliarei o capítulo incluindo novas documentações e outras entrevistas dos filhos e esposa.

Imagem 36 - Foto do Congresso Pré-CUT realizado em São Paulo em 1983 com Benezinho, o primeiro da esquerda e o mais 'franzino'.



Fonte: Maria de Fátima Bandeira

Nesse sentido, a figura de Benedito Alves Bandeira, mais conhecido como Benezinho, do município de Tomé-Açú e que foi assassinado neste município no dia 04 de julho de 1984, por volta das 13:00hs. Na ocasião da morte, Benezinho era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais deste município, e estava a frente de várias lutas em defesa dos colonos. Uma das questões mais conflituosas estava relacionada à chamada fazenda Colatina, localizada próximo do município de Acará, onde haviam aproximadamente 70 famílias ocupando essa área. No entanto, um senhor conhecido pelo nome de Acrino Breda, natural do estado do Espírito Santo se dizia dono da área, o que fez com que este entrasse em litígio, culminando com uma briga na justiça. Eminente a perda da terra, para as famílias através do fazendeiro com ações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e com apoio de advogados, o então capixaba, resolveu contratar três pistoleiros para matar o presidente do STR, o que acabou ocorrendo.

Em uma das poucas ações já vista em tempos contemporâneos na Amazônia, e mais precisamente no Estado do Pará, seguido a morte do sindicalista, a polícia conseguiu prender os suspeitos no fim do mesmo dia, levando-os para a cidade onde estava ocorrendo o velório, tendo em volta da igreja, pela praça e nas proximidades uma grande massa de pessoas que estavam em comoção. Tal ação da polícia, não esperavam que esta população fosse fazer justiça com as próprias mãos, matando os três pistoleiros que foram chacinados pelos

revoltosos, um no mesmo dia em que chegou a noite, e os outros dois arrancados de dentro da delegacia no dia seguinte.

Benedito Alves Bandeira aparece no Relatório da Comissão da Verdade Camponesa apresentado em dezembro de 2014. Neste relatório, estão alguns nomes de lideranças de trabalhadores rurais, advogados, padres, freiras que lutaram em defesa da Reforma Agrária em favor dos colonos, camponeses, ribeirinhos, quilombolas e que foram mortos no período da Ditadura Militar no campo brasileiro. Sobre Benezinho, o relatório destaca o seguinte,

Benezinho foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR de Tomé-Açú, sendo morto no dia 4 de julho de 1984, por três pistoleiros. O período em que administrou o STR foi marcado pela defesa de agricultores e posseiros que buscavam garantir acesso à terra. Conjuntamente com seus companheiros de direção, denunciou todos os abusos cometidos por latifundiários que expulsavam posseiros ocupantes de algumas áreas por mais de trinta anos, no município de Tomé-Açú⁹⁹.

A ação da morte dos pistoleiros foi noticiada em vários meios de comunicação do Brasil, principalmente pelos dois maiores do Pará que existiam na época, O Liberal e A Província do Pará, neste segundo com um caderno completo, noticiando vários fatos que marcaram aquela data.

Quando de seu assassinato, Benezinho, que era casado, deixou a viúva e sete filhos, todos menores de idade, sendo que a mais velha tinha apenas 12 anos de idade. Mais de trinta anos depois de sua morte, a maioria permanece em Tomé-Açú. Vejamos a seguir, o depoimento de Maria Elizabeth, no dia da morte de seu pai, quando questionada por Eliana Fonseca, sobre o que esta tinha pra dizer sobre aquele momento,

Um momento de tristeza, porque ele trabalhou tanto pra ele morrer assim...é um momento de tristeza pra todos de casa, também pros conhecidos, sempre gostaram dele em vida, só isso...(Maria Elizabeth, 1984)¹⁰⁰

Como memória, será mostrado o relato dos familiares de Benezinho. A primeira entrevista foi realizada com sua filha mais velhas, Elizabeth Bandeira. A entrevista foi carregada de emoção, embora procurasse transparecer uma força e serenidade, foi visível sua dor e sentimento de um grande vazio ao falar de seu pai. Sua fala foi muito importante para mostrar informações que os meios de comunicação da época não conseguiram registra. Meyhi (2007) nos chama atenção para esse importante detalhe,

Ainda que muitas vezes a produção de entrevistas seja usada como alternativa para preencher vazios de documentos convencionais ou de lacunas de informações e até

⁹⁹ ALVES, Luana Nunes Bandeira & TRECCANI, Girolamo Domenico. Assassinato de Benedito Alves Bandeira. In: VERDADE, Comissão da Verdade Camponesa.

¹⁰⁰ Maria Elizabeth Bandeira. In: Documentário: Quem matou Benezinho.

para complementar outros documentos, é importante ressaltar que se pode, de maneira positiva, assumi-la isoladamente e propor análise e narrativas para verificação de aspectos não revelados, subjetivos, alternativos aos documentos escritos (24).

A lembrança dolorosa de Elizabeth Bandeira e tantos outros órfãos de lideranças sindicais assassinados no Brasil, mais precisamente na Amazônia e no Estado do Pará tem uma coisa em comum, o trauma. Isso fica visível na hora da entrevista com a angústia e a dor do sofrimento. Embora o século XX tenha sido marcado por eventos catastróficos como as duas Guerras Mundiais, o holocausto dos Judeus, o próprio fim do século XX também completou esses fatos. O caso de Elizabeth com o assassinato de seu pai reforça esses tristes acontecimentos. Seligmann-Silva (2008), fala sobre o trauma e história em que o testemunho traumático é um híbrido entre singularidade e imaginação. Ele é um religamento da testemunha com mundo. Narrar, é, portanto, renascer. Sendo tarefa individual, possui uma componente coletiva, estando sempre em busca de um compromisso entre estas esferas. No decorrer desta tese, remontaremos um pouco este ‘teatro’, composto de várias cenas, embora não tenha sido o único, seu caso é muito emblemático, mas que será importante fazer uma análise de cada uma dessas partes.

No ano de 2007, mais precisamente no mês de março, o então padre Sérgio Tonetto¹⁰¹, coordenador da Comissão Pastoral da Terra da chamada região Guajarina¹⁰² defendeu sua monografia de graduação para o curso de Antropologia da Universidade de Quito com o título “Poderão matar as flores, mas não a primavera: a construção de Benezinho e Virgílio como símbolos de luta pela terra no imaginário social do campesinato da região Guajarina”. Padre Sérgio faleceu um ano depois na Itália, sua terra de origem, onde voltou para lá a fim de se tratar de problemas de saúde em virtude dos seus trinta anos de serviço religioso nesta microrregião citada. Trabalhou em Moju quando chegou em 1977, depois em Bujaru e por último estava em Ananindeua acompanhando as comunidades e sindicatos que pedissem auxílios para resolverem problemas relacionados a questões de terra.

Padre Sérgio Tonetto conheceu Benezinho no início dos anos de 1980. Esteve no dia do enterro. O trabalho apresentado, segundo ele mesmo dizia, era uma forma de prestar uma homenagem a pessoas como ele, que deram a vida por uma causa, mas também pela falta de estudos, pesquisas e produções que levassem em consideração os dois personagens citados.

¹⁰¹ Sérgio Tonetto era padre ligado a Teologia da Libertação e atuou durante trinta anos na região Guajarina, nos municípios de Moju, Bujaru e Ananindeua. Faleceu em 2008 na Itália. Recebeu em 2007 o prêmio de Direitos humanos da OAB/PA por sua luta em defesa dos pobres e oprimidos da região onde trabalhou.

¹⁰² Atualmente a região Guajarina é formada pelos municípios de Abaetetuba, Moju, Acará, Tailândia, Tomé-Açú, Barcarena, Bujaru e Concórdia.

De acordo com seu trabalho, os nomes de Benezinho e Virgílio foram dois marcos nesta região, e como já mencionado, conheceu o primeiro e o segundo, além de teve uma atuação maior ao seu lado, quando enfrentaram juntos diversos problemas relacionados a questões de terra em Moju na década de 1980, culminando com a morte do líder sindical Virgílio.

Sobre Virgílio, Sacramento (2012)¹⁰³, faço uma abordagem da luta pela terra no município de Moju enfatizando a importância que teve o personagem Virgílio Serrão Sacramento. Para Tonetto (2007), tanto Benezinho quanto Virgílio na chamada região Guajarina tornaram-se símbolos da luta pela terra, e que permearam o imaginário social dos camponeses, uma vez que ainda lhes é reservada uma significativa memória dos moradores dessa região.

Acácio de Melo, (2013) ao analisar a luta pela terra no assentamento Benedito Alves Bandeira, antiga fazenda Colatina, nome dado a cidade natural do dito proprietário, Acrino Breda, o autor nos mostra a lembrança dos moradores deste espaço sobre a figura do sindicalista, mostrando que Benezinho tomou partido da luta em favor dos colonos que residiam neste local, uma vez que esta pertencia ao município de Acará, e que o presidente do Sindicato deste município não quis se envolver neste conflito, tendo então o envolvimento do líder de Tomé-Açú.

Tanto Acácio (2013) quanto Tonetto (2007) são incisivos em informar que a morte de Benezinho foi causada pela sua forma de envolvimento pela defesa dos trabalhadores rurais de Tomé-Açú, principalmente no caso da fazenda Colatina, pois Acrino Breda não abria mão das terras. Informa Acácio, que este senhor do estado do Espírito Santo, havia adquirido terras nas proximidades do assentamento onde estavam os colonos, mas o capixaba queria adquirir todos os lotes, hora comprando, hora expulsando aqueles que resistiam. Já para Tonetto, temos a seguinte descrição,

Benedito Alves Bandeira era seu nome. Benezinho, nome com o qual o povo o chamava, ou Bené. Ele era desde criança, um lavrador. Casado com Maria de Fátima Lima Bandeira, teve sete filhos. Chegou em Tomé-Açú em 1974, vindo de Nova Timboteua, sua terra natal, onde nasceu em 1946, passou a morar e trabalhar no km 21 da rodovia PA – 140. Sensível como era, percebeu a ausência de qualquer organização de trabalhadores, e como lutador do povo que era, teve a impressão de estar em um deserto. Por isso, preocupado com a situação de desprezo em que vivia a classe trabalhadores, deu início à Comunidade Eclesial de Base – CEB em seu lugar como espaço de fé e luta. E logo desencadeou uma série de ações pela conquista de estradas, ramais, educação, terra legalizada, saúde, melhoria nos preços dos produtos dos lavradores (Tonetto, 2007)

¹⁰³ O autor é o quinto de onze filhos do líder sindical Virgílio Serrão Sacramento que foi líder sindical em Moju próximo de Tomé-Açú e que no dia 05 de abril de 1987, três anos depois da morte de Benezinho, Virgílio também foi morto por pistoleiros.

Eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açú em 1982, Benezinho, enfrentou Acrino Breda na justiça na disputa pela então fazenda Colatina, sendo este derrotado nas duas ocasiões. Foi então, na última derrota, no ano de 1984, que o fazendeiro contratou por dois milhões de cruzeiros na época, os pistoleiros identificados como Juracy Pedro de Souza, José Machado do Nascimento e o último apenas de prenome Nathan e por volta das 13 horas do dia 04 de julho deste ano, na sede do município, os três pistoleiros estacionaram o carro em que estavam, um Fiat de cor bege, ficaram esperando o presidente sair, e no momento que este fato aconteceu, eles dispararam três tiros, sendo um atingido sua nunca, quando veio morrer em poucos minutos. “Os seus companheiros sindicalistas, diante do corpo velado na matriz da Igreja Católica de Tomé-Açú, juraram de não descansar enquanto a fazenda Colatina se transformasse em ‘Colônia Benedito Alves Bandeira’”. Foi o que aconteceu três anos depois (TONETTO, 2007: p. 7).

No Brasil em meados do século XX ocorreu no estado de Goiás a história da luta pela terra com a criação das Ligas Camponesas, onde o historiador Carlos Leandro da Silva Esteves estudou o caso de Formoso e Trombas¹⁰⁴, um caso de luta pela terra nestas duas regiões no período de 1950 a 1964. Segundo o historiador, o que se viu nesta região foi um grande conflito entre colonos e fazendeiros interessados em grilar terras. Em um dos casos mais absurdos, a intenção era a demarcação de uma área de aproximadamente “75.000 ha, extensão que abarcaria os municípios de Formoso, Bonito e Santa Teresa, através de requerimento de concessões de sesmaria do ano de 1975” (p. 162). Tal conflito teve um desfecho em 1963, onde os posseiros de Formoso e Trombas conseguiram lograr as escrituras em que haviam lutado basicamente durante todo o ano de 1950 com muitas dificuldades e resistências, mas não desistiram, e apesar de muito sofrimento, e medo, conseguiram o objetivo de terem os títulos definitivos de suas propriedades. No entanto, o Golpe Militar de 1964, pôs fim a essa conquista, levando a prisão de várias lideranças e colocando fim as associações de lavradores da região.

No caso do Estado do Pará, como já mencionado no início deste artigo, os casos mais noticiados sempre estiveram ligados à região sul e sudeste do Pará. A prática da pistolagem, por exemplo, passou a fazer parte do cotidiano da luta pela terra. Centenas de trabalhadores rurais e diversas lideranças sindicais foram assassinadas no campo. Em um estudo de Airton Pereira, intitulado “A prática da pistolagem nos conflitos de terra no sul e sudeste do Pará

¹⁰⁴ ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. Estado e Agricultura em Goiás: Escritórios privados de consultoria e políticas públicas no Governo Mauro Borges (1961-1964). Tese de Doutorado. – Universidade Federal Fluminense, 2011.

(1980-1995), o autor nos mostra um dos casos de mais famosos do estado paraense, o do Sebastião Pereira Dias, mais conhecido por 'Sebastião da Teresona', uma alusão ao nome de esposa que se chamava Teresa. Este pistoleiro, também conhecido na região do sul do Pará como 'administrador de fazendas', nada mais era do aquele que executava os trabalhadores, tendo sempre uma facilidade pra se evadir das áreas em conflito.

O que se viu em Tomé-Açú com o episódio aqui apresentado é essa realidade, a presença de trabalhadores rurais de um lado, com uma Igreja Católica atuando junto com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), além do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e por outro lado, a presença de fazendeiros, latifundiários, grileiros de terras com seus pistoleiros implantando o terror na tentativa de expulsão de famílias de suas terras, principalmente do caso emblemático, a fazenda Colatina. Ali o desfecho foi a brutal morte do sindicalista Benedito Alves Bandeira, o Benezinho no dia 04 de julho de 1984 e que culminou na morte ou chacinados três pistoleiros.

Benedito Alves Bandeira, mais conhecido por Benezinho foi um homem que teve uma vida curta, mas, muito intensa. Nascido em Timboteua, no Estado do Pará foi um daqueles migrantes dentro do próprio território. Percorreu vários caminhos até chegar por último em Tomé-Açú. Quando jovem ainda, morando na sua cidade natal, por falta de uma terra própria de seus pais, foram para Paragominas que vivia um momento especial por conta da abertura da rodovia Belém - Brasília e que despertava a ida de muitas pessoas para o entorno desta nova área com terras. Mais uma vez não deu certo o projeto familiar e depois seguiram então para Tomé-Açú a terra que abrigava há muito os japoneses.

Mas vamos mais devagar relatar um pouco da história de Benedito Alves Bandeira, o Benezinho, o apelido que ganhou na infância e carregou por toda sua vida pela pequena estatura, era considerado um homem franzino, mas de um grande caráter, acentuando mais ainda a partir do momento que chegou em Tomé-Açú e aos poucos foi se envolvendo na sua localidade com a igreja católica, tornando-se um animador cristão.

Como já mencionado, Benedito Alves Bandeira nasceu em Timboteua mais depois se mudou pra Paragominas onde ficou por mais uns anos. Já casado com Maria de Fátima e vivendo nas terras do sogro estes resolveram 'aventurar' mais uma vez chegando em Tomé-Açú por volta dos anos de 1973 aproximadamente. Ele veio junto com os pais de sua esposa, uma vez que não tinha uma terra própria lá. No município tomeaçuense ficaram primeiro na localidade chamada km 23 e depois passaram pro km 21. Essas localidades ficavam a margem da estrada que na época ligava a vila de Concórdia a cidade de Tomé-Açú. Depois da cidade tinha o distrito de Quatro Bocas, o grande reduto dos japoneses, onde se encontrava a área de

maior movimentação econômica. Na cidade de Tomé-Açú, além, de ter uma movimentação econômica, ficavam as sedes administrativas, prefeitura, câmara e fórum da cidade, bem como delegacia de polícia.

Para Bruno de Souza Silva¹⁰⁵, na sua dissertação de mestrado intitulado “Viveres de maranhense no Pará: migração, terra, trabalho e conflito no vale do Acará (décadas de 1960-90)” nos fala que os japoneses tiveram significativa importância no município tomeaçense desde a chegada, por volta de 1920 e que contaram com grande apoio do estado na concessão de terras para cultivarem lavoura nessa região, sobretudo a pimenta do reino. Mas seu trabalho é importante por descaracterizar que os japoneses foram os únicos protagonistas nesse processo de formação e organização da economia do município. Diz-nos o autor, que a partir da década de 1950, migrantes nordestinos, especificamente, maranhenses rumaram para essas terras e ali ajudaram a desenvolver o município criado a partir da década de 50. Na sequência, nos diz ainda Bruno, que a partir da década de 1960, outros migrantes, agora oriundos da região do Baixo-Tocantins, principalmente do município de Cametá, atraídos pela pimenta do reino, chegaram em Tomé-Açú, e ali deixaram sua parcela de contribuição. Então o município não deve tudo apenas aos japoneses, mas a outros sujeitos que para ali foram, como o próprio Benezinho, que chegou junto com seus pais, esposa e filhos e fizeram parte da história local.

A divisão dessas partes, entre Tomé-Açú e Quatro Bocas se dava pela criação do município, uma vez que a cidade em si estava localizada nas margens do rio Acará, ponto de chegada no município nos tempos da ocupação por volta do final do século XVIII e ali tem se instalado os primeiros moradores e sendo o porto o ponto de referência. Quatro Bocas foi criado a partir da chegada dos japoneses quando estes no início do século XX vieram em grande número para o Brasil, o governo do Estado do Pará acolheu um grande número de imigrantes e indicou essa área para ficarem e trabalharem, criando quatro saídas a partir de um ponto de referência. Essas quatro saídas levariam para a criação de núcleos de colonização japonesa no município. Então, Quatro Bocas possui quatro estradas que na primeira metade do século XX transformou o município num grande potencial econômico

Essa história no Pará rendeu muito, houve propaganda de imprensa que acusava os japoneses, alemães e italianos de serem ‘inimigos’ dos brasileiros, mesmo estes estando nas terras brasileiras. Os japoneses de Tomé-Açú ficaram sob forte vigilância, tendo inclusive

¹⁰⁵ SILVA, Bruno de Souza. Viveres de maranhense no Pará: migração. Terra, trabalho e conflito no vale do Acará (décadas de 1960-1990). Dissertação (Mestrado de Pós-graduação em História (PPGH), Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Federal do Pará, Belém. – 2018.

sido construído um espaço já no município de Acará pra permanecerem lá nos fins da Segunda Guerra Mundial. Passado a guerra, as coisas voltaram á normalidade no município tomeaçense, inclusive tendo o motor principal da economia, a pimenta-do-reino se destacando no cenário internacional, levando muitas pessoas dos municípios da região paraense chamada Baixo-Tocantins, como Cametá, Oeiras do Pará, Mocajuba, Limoeiro do Ajurú a trabalharem nas lavouras dos pimentais. Frente a isso, Quatro Bocas desenvolveu-se mais ainda, sendo levada para lá diversos bancos na segunda metade do século XX.

Assim, Benedito Alves Bandeira junto com sua esposa e alguns filhos chegaram em Tomé-Açú. Este ficou do lado contrário dos japoneses, como mencionei, ficou entre a sede urbana e a vila de Concórdia do Pará, pra esse lado não havia grande número de japoneses, as terras encontradas pelo sogro eram mais propicia pra agricultura de subsistência como as roças de mandioca. Da saída de Paragominas até a chegada a nova terra, sua irmã Maria Elvira, sessenta e três anos descreve num relato muito interessante,

Nós éramos dez irmãos, cinco homens e cinco mulheres e a gente morava em Nova Timboteua, Timboteua Velha. Quando a gente fomos embora pra Paragominas, nós não viemos pra Tomé-Açú, nós fomos primeiro pra Paragominas em 1969, nessa faixa por aí, quando eu vim pra lá, eu tinha uns 11 anos de idade. Aí passamos uns anos lá e vinemos pra Tomé-Açú lá pelos finais de 73 que o papai gostava de estrada nova. Quando teve a Belém-Brasília ele quis ir pra lá, era bom pra terra, era bom pra trabalhar, ele tinha muito filho. Quando foi pra vir pra cá, primeiro foi o sogro do finado Bené que veio na frente e de preferência o Bené veio junto e o papai não quis ficar pra trás porque a família tinha que ficar juntos aí viemos embora lá nesse 73, 74 por aí assim. (Maria Elvira, 2018).

Para a irmã de Benedito Alves Bandeira, a memória sobre essa breve trajetória lembra parte da sua infância, saindo de um lugar para o outro. Os pais, os que têm experiência indicam o caminho que aos poucos vão descobrindo. A busca por uma ‘terra prometida’, uma terra boa pra se fixarem é o que faz se tornarem ‘nômades’ no meio de tanta terra. O sonho só termina quando encontram.

Quando chegam em Tomé-Açu Benedito Alves Bandeira se anima em participar da comunidade. Não existia a Comunidade Eclesial de Base ainda. Então nesse primeiro momento participa com um vizinho que conhecem. Mas na sua localidade, o 21 não existe nada, capela, barracão comunitário. Então sua decisão é de participar e se envolver e faz isso. Vejamos o que diz sua irmã Maria Elvira,

Chegamos aí nessa região e não tinha ninguém que lutasse pelos trabalhadores, ninguém assim. Aí o finado Bené, a primeira comunidade que ele frequentou foi de lá do Espírito Santo que entra lá no 20 pra dentro do outro lado. Aí ele muito se animou e começou a ficar com o seu Pedro Amaral que era um senhor antigo aqui de Tomé-Açú, natural. Aí ele começou a frequentar, que tinha um vigário que era o padre Francisco. Aí era bom arrumar um lugar que era pra fazer pra igreja pra pessoa lá da beira da estrada ir. Aí falaram pra um monte de gente lá se dava, uns

dava, outros não dava e o papai se prontificou pra doar um pedaço do terreno pra fazer uma igreja, um cemitério e umas coisas lá (Maria Elvira, 2018).

Quem mostra mais esse momento da chegada e da animação de Benedito Alves Bandeira é o seu irmão, João Alves Bandeira, como podemos ver a seguir em sua fala,

Foi que nesse tempo tava começando a criar as comunidades de base. Então a igreja Católica que tava chamando esse pessoal pra formar lideranças que até então não tinha quem soubesse fazer culto, saber mexer com organização de trabalhadores. Então ele foi um que foi escolhido pra participar de uma semana social lá em Belém. O Benezinho, o Milton Ramos e o seu Geraldo, que era um negão lá de Cameté e o Nezin, foi eles três. Eles passaram quinze dias lá nesse seminário, que a gente chamava, fazendo esse curso de capacitação de dirigente sindical e quando ele chegou aqui em Tome-Açú, ele chegou com a ideia de criar a oposição sindical, que era pra tomar o sindicato desse pelego. Ai foi criado um trabalho de base junto com o pessoal da igreja, porque ele era católico, dirigente da comunidade e expôs a ideia dele pros padres e os padres aceitaram e convocaram as lideranças das comunidades e foi feita a primeira reunião foi colocar pros trabalhador a necessidade que tinha da gente ter um instrumento de luta na mão dos trabalhadores que era o sindicato que até então era dirigido pelos pelegos e todo mundo abraçou...(João Bandeira, 2018).

Nesse contexto a localidade do 21 passa a ser comunidade do 21 com Benedito Alves Bandeira a frente, como animador da sua e de outras próximas. Com o apoio da igreja católica que teve pra ir ao seminário participar do curso de formação, na volta, procurou difundir o trabalho. No entanto, outras necessidades surgiram, principalmente relacionado à terra, uma vez que começavam os problemas de grilagem e tentativas de expulsão de famílias de várias localidades.

É nesse sentido que além de ser o animador de comunidade, o catequista, o celebrante dos cultos dominicais, Benedito Alves Bandeira vai sentir a necessidade de se sindicalizar junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açú. O primeiro passo tinha sido dado, a organização e fundação da comunidade em si, a criação mais articulada de um núcleo social formado pra se encontrarem, rezarem e discutirem os problemas sociais do grupo. O outro passo seguinte seria a criação de uma delegacia sindical. Isso só seria possível se tivesse mais de uma pessoa sócia do sindicalizada, mais de um sócio. E Benezinho se esforçou ao máximo para que isso pudesse ocorrer, como nos fala sua irmã Maria Elvira,

Aí tá, nessa arrumação inventaram esse tal de sindicato, esse abençoado sindicato. Aí haja reunião e esse Bené ia do 21 pra uma tal de Mariquita, São Paulo, pra um monte de Mariquita, pra curva da Jamica, pra onde tivesse comunidade né? Aí nessas alturas já tinha outro padre, que era o padre Vasco lá, de pessoal de trabalhador mesmo. Aí inventaram de botar o finado Bené pra ser delegado sindical. Foi pra lá, botou a delegacia do 23, as reunião que tinha a gente ia pro 23, tinha um advogado, um tal de Paulo de Tarso. Era exclusivamente pra ensinar os trabalhadores rurais como era pra eles se defenderem. A reunião dele, até mesmo dentro da igreja ele só falava sobre isso, ele era fascinado por causa da defesa dos trabalhadores (Maria Elvira, 2018).

Nesse momento, o envolvimento de Benedito Alves Bandeira, é muito grande. Está apaixonado pelo que faz. As visitas nas comunidades e demais localidades são o sinal de sua capacidade buscar o diálogo e ver os problemas que afligem os moradores desses lugares. Uma vez a pessoa envolvida com esse trabalho, ela não consegue se desvencilhar. Assim, ele vai se tornando a referência dos trabalhadores do campo, principalmente os lavradores, que além de temerem pela perda de suas terras.

E assim, ele vai ocupando o espaço de destaque no município. De animador de comunidade, catequista, celebrante do culto nos domingos passa a ser o delegado sindical e a partir daí vai buscando conscientizar outros homens e mulheres a se sindicalizarem e a criarem novas delegacias sindicais. Essa visão era por conta de, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, criado desde o início dos anos de 1970, estar a figura do presidente considerado pelego, assistencialista, preocupado apenas com o processo de aposentadoria de alguns sindicalizados e no apoio de alguns médicos que iam pra lá atender em alguns dias.

Esse modelo de sindicato fazia parte, obviamente, do projeto dos militares. No geral, o representante sindical era alguém da confiança dos governantes, que não faziam nada que pudesse contrariar esses governantes. Assim, o clima ia ficando tenso no campo agrário e as famílias de trabalhadores rurais não tinham a quem recorrer, pois o seu sindicato não lhes dava atenção. Isso força um grupo com outros ideais a buscarem alternativas de mudarem o cenário. Então depois de estar muito envolvido, Benedito Alves Bandeira avança mais em direção aquilo que já havia proposto, a tomada do sindicato junto com outros ‘companheiros’, como passam a se chamar. Vejamos o depoimento do seu irmão sobre a tomada do sindicato,

Nós fizemos juntos lá no 21. Quando nós criamos a comunidade, foi do meu pai e do sogro dele. Criamos a primeira comunidade lá no quilômetro 21, comunidade São José. Lá a gente criou Cemitério, criou um time de futebol. Ai quando ele foi pra lá, ele não era nem delegado sindical, não era nem sócio do sindicato quando ele participou desse seminário. Ai quando ele veio, como tinha necessidade dele se associar foi que ele se associou. Quando ele se associou ele levou logo a ideia de criar uma delegacia sindical lá no quilômetro 21. Aí ele criou essa delegacia e foi contra a delegacia que não aceitava. Mas como ele já tinha um monte de gente organizado pra criar movimento sindical, ele criou essa delegacia e ele foi o primeiro delegado sindical de Tomé-Açú e inclusive no dia da eleição pra ser delegado ele não pode ser delegado porque tava com seis meses de sócio. Ai ficou um cidadão lá chamado Pascoal. Então seu Pascoal assumiu por um período de seis meses. Aí quando completou um ano de sócio, aí que ele passou a ser o delegado. Aí ele começou a trabalhar no município todo. Tinha a CPT, a Comissão Pastoral da Terra e começou a dar apoio pra ele de seis em seis meses tinha um seminário em Belém, tinha em Abaetetuba e ele foi se capacitando e foi crescendo e começou a fazer movimento junto com a Jiroca, que se eu for citar nome aqui, eu vou passar a tarde falando com um bocado de gente. Aí começou a fazer assembleia que a gente vinha pra briga contra velha diretoria. Aí quando chegou a eleição do sindicato ele já tava com condição aí lançou a chapa dele. Foi uma chapa de oposição e teve um tumulto logo pra começar na primeira eleição. Foi aquela confusão, não deu córum. Teve a segunda, não deu córum. O pessoal sofreram o dia todo no Sol, passando

fome. Tudo por causa da pelegagem, da pelegada. Aí na terceira eleição, foi que deu córum, que ele se elegeu presidente do sindicato (João Bandeira, 2018).

As eleições sindicais nesse período foram muito difíceis, com fortes emoções ou acaloradas. A ‘velha’ diretoria querendo se manter no poder e os novos grupos querendo entrar. As ‘Chapas 2’, consideradas de oposição tiveram longos embates com os famosos ‘pelegos’. A ‘pelegada’, diretorias completas que viviam um certo conforto, de tudo faziam pra não perderem as eleições e continuarem nos respectivos cargos. A estratégia mais comum era esvaziar o dia eleição, ou seja, fazer com que não comparecesse um número suficiente de sindicalizados para votarem e claro, não ter eleições.

No entanto, o trabalho se dava por parte da oposição em conscientizar os lavradores sócios do sindicato a comparecerem no dia marcado pra ter a eleição. É isso, que o irmão de Benezinho fala, a falta de quórum. Não dar quórum, era na lógica não acontecer às eleições e a velha diretoria ficar no mandato. No caso de Tomé-Açú, a insistência deu resultado, depois de três tentativas, a oposição conseguiu a vitória tão esperada. Mas mesmo antes da vitória no sindicato, Benezinho já despertava ira, não só na direção do sindicato com medo de perder as eleições, mas em outras pessoas do município, como veremos a seguir na fala de sua irmã,

Aí foi o dia que ele já ia ser o candidato a tal de presidente...aí antes dele ser candidato de presidente do sindicato teve uns atentados. Tinha aqueles grandes arraial no interior que emendava cachaça com reza com tudo, virava aquele negócio lá. Aí um dia a gente tava lá nesse arraial lá e escutou um homem dizer que era pra ele falar muito bem que era a última vez que ele ia falar. Deu um rolo lá e eles não mataram ele, os colonos tudo ficaram logo armado por lá. Aí veio o negócio do sindicato que era pra tirar das mãos dos pelegos, que segundo os outros delegados ele tinha a capacidade de tirar os pelegos que era o cabo Vavá. Eu sei que o candidato do outro lado dele era o senhor Jonas, foi fazer uma reunião no 40, eu morava lá, o homem detonou o finado Bené, e eu lá e quando acabou eu fui lá, eu disse, olha seu menino, eu não falei nada pra não lhe prejudicar, mas eu sou irmã do homem que vai ser candidato e meu irmão vai ganhar porque os trabalhadores estão do lado dele e o senhor pode se preparar que o senhor vai sair fora. Aí já não deu mais certo com ele e foi outro candidato, aí era Benezinho e Isac. Associemos um monte de gente. Naquele tempo tinha um tal de Dop (Dops) e como eu era mais chegado a ele, ele me explicava as coisas como era. Eu sabia o que era um advogado, o eu eles faziam, quando tinha reunião eu ia junto, que eu tava solteira pra dar uma água, uma sementizinha lá e escutar também. Aí quando teve a eleição desse abençoado desse sindicato, tinha o tal do Dop. Aí esse pessoal do Dop chegaram lá e ele chegou perto de mim e falou, comadre, a senhora não tá vendo aquele carro ali? Eu disse, eu tou. Eles vieram me prender, mas se eles me prender, a senhora grita e entra no carro junto comigo. Eu disse, agora eu tou bonita na foto, mas eu entro mesmo que ele é meu irmão. E eu entrava mesmo, que era meu irmão. É essa polícia que leva e que bate que eles não gostam de comunista. E assim foi, que ele ganhou, três vez consecutivas, porque não dava o córum, era pouco associado. Aí ele ganhou e começou aquela arrumação de querer matar ele, primeiro foi uma fazenda antes da Colatina, um tal de Mário Sérgio, que entrava no 27, lá pra dentro. (Maria Elvira, 2018).

Como bem citou sua irmã, a vitória de Benezinho foi acompanhada provavelmente por pessoas que repassavam informações aos militares que tinham como finalidade descobrir o

histórico daqueles que eram considerados subversivos, comunistas e principalmente que eram contrários ao modelo de governo que estes tinham para o país. Com Benezinho não foi diferente, este foi vigiado e muito vigiado sendo suas informações repassadas em vários momentos de sua atuação para o alto escalão do Exército, como foi apresentado no documento do SNI de 1981, quando participou do Conclat em São Paulo.

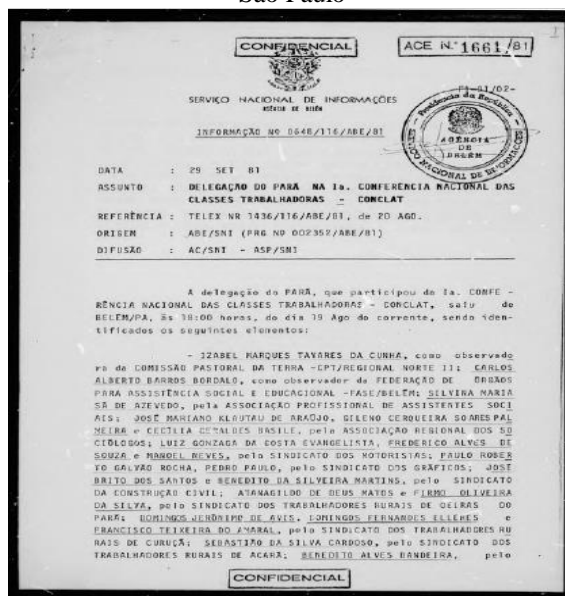
Dizia o documento que a delegação do Pará que tinha participado da 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras - Conclat, havia saído de Belém as 18:00 hr do dia 19 de agosto do corrente ano, sendo que haviam sido identificados os seguintes elementos, descritos no informativo, que eram os seguintes,

Izabel Marques Tavares da Cunha pela CPT – Regional Norte 2; Carlos Alberto Barros Bordalo, pela Fase – Belém; Silvina Maria Sã de Azevedo, pela Associação Profissional de Assistentes Sociais; José Mariaano Klautau de Araújo, Gileno Cerqueira Soares Palmeira e Cecília Geraldine Basile, pela Associação Regional dos Sociólogos; Luiz Gonzaga da Costa Evangelista, Frederico Alves de Souza e Manoel Neves, pelo Sindicato dos Motoristas; Paulo Roberto Galvão Rocha, Pedro Paulo, pelo Sindicato dos Gráficos; José Brito dos Santos e Benedito da Silveira Martins, pelo Sindicato da Construção Civil; Atanagildo de Deus Matos e Firmo Oliveira da Silva, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oeiras do Pará; Domingos Jerônimo de Avis, Domingos Fernandes Elleres e Francisco Teixeira do Amaral, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curuçá; Sebastião da Silva Cardoso, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Acará; Benedito Alves Bandeira, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açú; Francisco da Silva Cruz, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio do Tauá; Raimundo Antônio da Costa Jinkings, Carlos Augusto da Silva Sampaio; Carlos Sá Pereira; Ranullfo Peloso da Silva; Durbiratan de Almeida Barbosa; Romualdo Rodrigues da Silva Filho; Miguel Chikaokka; Anita Fontelles de Lima; Ermelinda Melo Garcia; Venize Nazaré Ramos Rodrigues; Romero Ximenes Ponte; José Maria Quadros de Alencar; Heloísa Maria Rocha da Costa; Antônio Freitas; Jorge Mauricio da Silva; Roberto Ribeiro Correa e outros não identificados. (ACE Nº 1661/81)¹⁰⁶.

Como podemos observar, os militares através de seus informantes tinham acesso a rotina daqueles que eram considerados subversivos ou “elementos” perigosos como são chamados os participantes do Primeiro Conclat, notadamente que entre os participantes havia grande número de mulheres, e que obviamente também eram consideradas parte desses elementos. Como desta eu também, estava a figura de Benedito Alves Bandeira, mesmo que ali ainda fizesse apenas parte da oposição sindical de Tomé-Açú.

¹⁰⁶ Serviço Nacional de Informações – Informação Nº 0648/116/Abe/81 – Data: 29 Set 81 – Assunto: Delegação Do Pará Na 1ª Conferencia Nacional Das Classes Trabalhadoras – Conclat. Fonte: Arquivo Nacional.

Imagem 37 - Informativo do SNI sobre a caravana do Pará que foi ao primeiro Conclat ocorrido em São Paulo



Fonte: Arquivo Nacional – acesso em 20/04/2018

Outro documento encaminhado aos militares pelo DOPS foi sobre o resultado das eleições sindicais em que Benezinho sagrou-se vitorioso depois de intensas batalhas. Isso mostra exatamente a capacidade que os militares tinham em fazer a vigilância deles que eram considerados ‘elementos ‘perigosos’ para o Estado brasileiro. Mais uma vez, Tomé-Açú teve seu líder popular descrito pelo alto escalão das forças armadas, como podemos ver abaixo, no que se refere às descrições das eleições ocorridas naquele município. Datado de 01 de janeiro de 1983,

O documento dizia que a ‘oposição sindical’ que estavam concorrendo as eleições nos ‘sindicatos urbanos e rurais’ e que estavam contando com o apoio do PCdoB, da FASE e do chamado Clero Progressista estavam obtendo vitórias. Esses fatos foram descritos logo após as eleições terem ocorrido no município de Tomé-Açú e contado com apoio e assessoria de técnicos da FASE além de orientação política do PCdoB, bem como da igreja católica com padres considerados ‘subversivos’, como era o caso dos padres que estavam no município tomeaçuense.

Acusava ainda que o Procurador Regional do Trabalho Nelson Cunha de ter facilitado a realização da eleição. Isabel Cunha, então esposa de Humberto Cunha é acusada de ter dado apoio a chapa eleita. Isa Cunha junto com seu marido, Humberto Cunha eram então ligados o PCdoB. O documento informava ainda que outras medidas começavam a ser adotadas pela nova direção do sindicato como, ‘só querer sócios que não fossem filiados ao PDS, partido que havia ficado no lugar da ARENA, e acima de tudo que este passasse a ser um sindicato

livre com autonomia, sem intromissão do governo e com a participação das mulheres. No final do documento havia a descrição das chapas concorrentes ao pleito, sendo a ‘Chapa 2’ sendo a vitoriosa, encabeçada por Benedito Alves Bandeira. O documento finalizava com as seguintes informações,

Após a posse da nova diretoria do mencionado sindicato, Benedito Alves Bandeira adotou as seguintes providências: 1. Não admitir que sócios do sindicato tenham ligações com políticos do PDS/PA; 2. Tentar transformar a entidade em órgão livre, sem atrelamento ao governo; e 3. Criar uma associação de mulheres de agricultores, visando a facilitar sua atuação. (ACE Nº 34054/83)¹⁰⁷

Mais uma vez podemos perceber o controle da vigilância sobre as ações de pessoas ligadas a atividades contrárias aos interesses dos militares. Embora enfraquecidos, ainda conseguiam monitorar cada um daqueles que consideravam ‘agitadores’, ou ‘elementos’ que infringiam as leis, como a organização de entidades sindicais voltadas para a categoria, bem como a organização como do movimento de mulheres, até então, sem permissão. Vimos então que Benedito Alves Bandeira, agora consolidava-se como uma liderança do município tomeçuense, mas também ainda estava sob vigilância do serviço secreto do governo federal.

Imagem 38 - Informativo do SNI sobre a eleição para o STR de Tomé-Açu

034054 83

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA NACIONAL

INFORMAÇÃO Nº 118 /19/AC/83

DATA : 01 Jun 83

ASSUNTO : SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TOMÉ-AÇU, PA.

ORIGEM : PRC 10506/83, ANEXO 2743/83

DIFUSÃO : DST/MTB.

1. A Oposição Sindical do Estado do Pará (OS/PA), que conta com o apoio do Partido Comunista do Brasil (PC do B - Ala PCMAR), Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e classe "progressista", vem concorrendo às eleições de vários sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, naquele Estado.

2. Em 27 Fev 83, em 3º escrutínio, a chapa liderada por BENEDITO ALVES BANDEIRA (BENÊ) sagrou-se vencedora na eleição para a renovação da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açu, contando com o apoio da OS/PA. Na ocasião, NELSON CUNHA, Procurador Regional do Trabalho, deixou-se envolver pelo advogado JOSÉ MARIA OLIVEIRA DE ALENCAR, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), permitindo que, na 1ª convocação do pleito, fosse substituído o presidente da junta apuradora.

3. O ato do Procurador Regional do Trabalho contrariou a Portaria nº 3.437, de 20 Dez 74, do Ministério do Trabalho (MTB) - disciplina a efetivação de eleições em entidades sindicais -, que, em seu Art. 13 § 4º, estabelece: "Funcionário na segunda e terceira convocação as mesas coladoras e apuradoras organizadas para a primeira".

4. Tal procedimento ensejou que JONAS BORGES DA COSTA, associado do Sindicato e componente da chapa derrotada, re-corresse sobre a validade da eleição, configurando como irregular a decisão tomada por NELSON CUNHA.

CONFIDENCIAL

Fonte: Arquivo Nacional – 20/04/2018

¹⁰⁷ Serviço Nacional de Informações – Informação Nº 118/19/AC/83 – Data: 01 Jun 83 – Assunto: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açu. Fonte: Arquivo Nacional.

Como frisou sua irmã Maria Elvira, o agora líder sindical Benedito Alves Bandeira era vigiado por fazendeiros da região e por órgãos do governo, como o próprio Departamento de Ordem Política e Social, mais conhecido como DOPS. É muito provável que os homens que o vigiavam no dia mencionado por Elvira podiam fazer parte do órgão. É certo que os agentes também se disfarçavam ou tinham pessoas infiltradas nos meios sociais dos grupos organizados como os sindicatos para coletarem todas as informações necessárias para suas atuações quando lhes fossem convenientes, sendo com acusações, prisões, torturas e até assassinatos em nome da ‘ordem pública’.

As eleições sindicais em Tomé-Açu ocorreram no ano de 1983, mas Benedito Alves Bandeira já encontrava situações conflituosas desde antes de assumir como dirigente. Nas reuniões que fazia em várias comunidades a tônica muitas vezes era essa, uma pauta comum aos municípios da região, como dos vizinhos, Acará e Moju que já enfrentavam o problema dos conflitos pela terra.

Em 1984, Benedito Alves Bandeira já está morando na zona urbana de Tomé-Açu. A transferência se deu devido a necessidade de estar mais próximo da sede do sindicato dos trabalhadores rurais e também de colocar seus filhos para estudarem. Alugou primeiro uma casa no bairro chamado Maranhense e ficou lá por seis meses indo depois pra outro bairro chamado Pedreira, uma casa muito humilde. Conciliando a administração no sindicato e ‘socorrendo’ os trabalhadores rurais, Benezinho foi adquirindo pessoas que já lhe queriam ver fora do caminho. A fala de sua irmã nos ajuda a vermos esse cenário,

Aí ele ganhou e começou aquela arrumação de querer matar ele, primeiro foi uma fazenda antes da Colatina, uma tal de Mário Sérgio, que entrava no 27, lá pra dentro. O gerente da fazenda era meu amigo. Sempre que você é jovem, você faz umas amizades, e eu conheci esse homem lá. Eu conheci o Acrino Breda, pra começar. Eu vi, eu andei no carro do Acrino Breda duas vezes. Na primeira vez que eu andei com ele, não tinha esse negócio de sindicato. Aí um dia teve esse negócio lá com o Mário Sérgio que deu essa confusão com ele e ele ganhou também, que tinha um montão de trabalhador zangado com ele. Aí ele dizia, tudo o que ele celebrava lá na comunidade, ele dizia, se um dia, eu tiver de morrer, for pros meus irmãos ficar com uma terra e um salário mais justo... isso aí eu tenho declarado que ele dizia direto, eu morro satisfeito, porque eu vou morrer, mas meus irmãos vão ficar com terra pra trabalhar e tudo. (Maria Elvira, depoimento. (Maria Elvira, 2018).

Como bem frisou sua irmã Maria Elvira, a situação ia ganhando ares de preocupação. No entanto, assim como outras lideranças sindicais já assassinadas no campo no Pará e no Brasil afora, esse ideal também estava presente em Benezinho. O envolvimento com a questão, com os seus pares não permitia que dali ele recuasse, apenas continuasse. Como cristão da teologia da libertação e tendo bebido nos ideais de uma igreja católica progressista, não dava mais para recuar.

Após a vitória com a fazenda de Mário Sérgio veio o embate maior. Seu maior desafio até aquele momento frente ao sindicato que tanto lutou para conquistar e que contou com ajuda de todos os seus companheiros. No entanto, o problema da fazenda Colatina, de propriedade de Acrino Breda, um Capixaba, pois era morador do Espírito Santo, era de que esta fazenda não estava em terras tomeaçuense, mas em terras acaraienses, ou seja, pertencia ao município de Acará, a jurisdição era do sindicato dos trabalhadores rurais deste município.

Acontece que as famílias que entraram em conflito com o fazendeiro não obtiveram apoio do presidente do STR de lá e recorreram então ao STR de Tomé-Açú, na figura de Benezinho que não se negou em ajudá-los. O caso ali envolvia mais de setenta famílias que viviam há mais de um século em uma parte dessas terras e que o Capixaba queria por força lhes tomar essas áreas também para anexar a sua fazenda. João Alves Bandeira fala sobre esse caso,

Aí foi que veio o problema lá da fazenda Colatina. Tinha uma comunidade lá com 228 trabalhadores e aí teve esse conflito lá. Ele mandou esse pessoal entrar lá e um grupo de família vendeu a terra pra esse seu Acrino Breda, esse fazendeiro. Ele comprou uma gleba de terra que era só seis quilômetros quadrados porque era de direito dele. Só que quando ele mandou demarcar, foi dezoito quilômetros quadrados e nessa outra área que ele mandou demarcar por conta dele, porque ele tinha muito dinheiro, tinha gente lá, que o tataravô dele tinha morrido dentro daquela terra lá. Eu inclusive visitei lá e tinha cada uma mangueirona, jaqueira enorme. A gente via que era lugar habitado há mais de duzentos anos, beiradeiro do rio aí. Aí esse Acrino botou os pistoleiros pra lá e começou a expulsar família de lá. Aí o Benezinho, que não era nem do nosso município, como todos sabiam, não ficava no município de Tomé-Açú, fica no Acará. Aí o pessoal de lá se apadrinharam com ele, ele prometeu pros trabalhadores que ele ia tá do lado deles. Aí começou a reunir lá, fundou uma delegacia sindical, o delegado sindical era o Antônio Juvêncio, era de luta e os trabalhadores começaram a permanecer firmes lá, muita luta lá o pessoal se armaram lá pra brigar com o fazendeiro lá. Aí veio cair na justiça aqui e o Bené conseguiu um advogado, era esse Antônio Carlos, não tô bem lembrado, ou foi o Antônio Pereira. O Antônio Pereira entrou na causa e ganhou, o sindicato de Tomé-Açú ganhou. Aí esse Acrino agradeceu ele, parabenizou ele por ter ganhado, que ele podia tá tranquilo que ele não ia perseguir ele, como na verdade que a justiça deu a causa, não teve nem um motim assim...nada de ameaça (João Bandeira, 2018).

Como é descrito por João Alves Bandeira, o irmão de Benezinho, a batalha que se envolveu como defensor dos colonos da área da chamada fazenda Colatina foi vencida, inclusive com ganho de causa pela justiça. Naquele momento não foi necessário o embate entre moradores antigos e o dito proprietário com seus capangas e pistoleiros. A felicidade parecia ser reinante para os que ficaram com as terras e para o líder sindical, pois mais uma batalha havia sido vencida.

Como descrito por sua irmã anteriormente, que o DOPS queria lhe prender, como em outras ocasiões também Benezinho já ter sido procurado provavelmente para ser morto, como descreve sua filha mais velha, Elizabeth Bandeira,

Uma vez eles foram matar ele lá no 21 num arraial. Então meu avô, ele era muito guerreiro, devido que ele vivia muito ameaçado de morte, meu avô ficava muito atento. Quando foi na hora da celebração, o pessoal falou que era pra ele falar que era o último dia e alguém escutou e avisou ele. Nós tivemos que fazer uma coisa pra tirar ele de lá. Viemo 23, busquemo um carro, anunciemos que eles precisavam vir pra Tomé-Açú pra nós tirar ele de lá e eles disseram que iam matar ele lá, e dessa vez não mataram. Meu avô um dia pegou esse rapaz, que, descobriram que o rapaz tava lá exclusivamente pra matar ele. Então na igreja, tinha a igreja e uma cantina né, a cantina que vendia pra aquele pessoal que era associado. Meu avô pegou uma espingarda, meu avô era cearense, meu avô já faleceu, mas ele era muito corajoso e fez ele descer do cavalo. Desça e venha cá. É verdade que você quer matar o meu filho? Aí o homem ficou assim, 'é'. Você vai subir no seu cavalo e vai sumir daqui, por que se você voltar aqui, eu não me responsabilizo pelo que eu vou fazer. Aí o homem sumiu, desistiu, não matou mais. Então muito das vezes a gente viveu momentos ruins. Uma vez meu pai tava numa casa de farinha fazendo farinha, a polícia foi lá buscá-lo pra mandar matar de novo, só que meu pai não foi. Só que, que nós fizemos, nós sabia que ele vivia ameaçado, ele tinha muitos amigos, o que nós fazia, nós corria, chegava lá, 'olha vizinho, chegou um povo', quando a polícia deu fé, a casa tava arrodada de gente. Aí eles não conseguiram trazer, ligaram pra cá, aí no outro dia ele foi se apresentar na delegacia, aí disseram que foi um engano. Mas a gente sabia que não era engano, por que a gente já sabia há muito tempo que ele tava marcado pra morrer por que devido os conflitos, que aqui em Tomé-Açú, os conflitos era muito grande naquele período. (Elizabeth Bandeira, 2018).

As tentativas frustradas anteriores de tirarem sua vida, fez com que Benedito Alves Bandeira continuasse firme na luta e defesa dos trabalhadores. Sabendo que outros líderes sindicais já tinham sido mortos, não o desanimou, pelo contrário, manteve firme no seu propósito de lutar pelos seus sindicalizados. Da luta não arredava o pé, mesmo com a insistência de seus familiares como é descrito a seguir por sua esposa Maria de Fátima,

Ele fundou a igreja do 21, ele era da comunidade, ele fez um cemitério que até hoje tá lá a igreja. Ele dirigia culto. Nesse tempo a gente andava junto na igreja, tinha culto que ele tomava de conta. Depois que já passou pra esse negócio de sindicato. Aí depois do sindicato que já aconteceu isso dele ir lá pra Colatina, que eu nem sabia e aí disque ele tava mandando invadir essa terra desse Acrino aí já mandaram matar ele e eu nem sabia. Eu dizia assim pra ele, deixa isso de mão. Aí ele falava assim, ah não, eu morro mais eu não deixo. Mas nesse tempo eu era pateta, parada, só quieta, tudo que ele falava eu aceitava... (Maria de Fátima, 2018),

Maria Elvira, também comenta a situação que estava ficando apavorante. Todos já estavam com receios de vir acontecer o pior com ele, mas este não se dobrava aos conselhos dos familiares. Vejamos o depoimento emocionado da sua irmã,

Aí, daí esses negócios de dinheiro...de ganância...até um dia antes de matarem ele eu encontrei com ele e perguntei, como tu tá, ele disse, eu tou aí, numa grande confusão, mas Deus está na gente, se Deus quiser nós vamos ganhar porque o pessoal precisa da terra e tu sabe senhora que ele me chamava de senhora, que eu não vou abeirar de jeito nenhum, eu não vou decepcionar meus companheiros, que seja o que Deus quiser. Eu entrei nessa luta aqui e eu vou até o fim. Me chamou pra

almoçar na casa dele e eu disse que não dava porque já tava era hora do ônibus passar (emoção). (Maria Elvira, 2018).

Então chegou o dia 04 de julho de 1984, o dia da tragédia anunciada. Benedito Alves Bandeira como de costume foi para o sindicato pela manhã. A sede do STR ficava na cidade de Tomé-Açú, próximo dos demais prédios públicos como a prefeitura, câmara e vereadores, da igreja católica, do fórum e da delegacia. O presidente do STR então ficou atendendo pela manhã toda. Por volta do meio dia, já no fim do expediente, ele pegou então sua bicicleta e ofereceu para a secretária que fosse nela e ele iria andando pra sua casa. E assim a moça fez, foi na frente e quando este saiu, a praça da cidade que ficava no centro desses logradouros estava praticamente sem movimento, visto o horário que era. Ao sair então da sede do sindicato, três homens que estavam em um carro da Fiat bege, foram até sua direção e fizeram três disparos muito próximos da vítima. Um dos tiros acertou sua cabeça por trás, acertando sua nuca. Benedito Alves Bandeira, Benezinho, caiu morto no sol escaldante das 13:00 horas de um mês de julho.

Imagem 39 – Matéria do jornal A Província do Pará com a foto Benezinho morto



Fonte: Documentário “Quem matou Benezinho?” – Acesso em 22/04/2018

A vingança de Acrino Breda estava consumada. Por não ter aceitado perder as terras que eram por direito dos colonos e com o líder sindical à frente, este tomou a decisão de eliminar a vida prematura do defensor dos trabalhadores rurais. Sua morte se deu num momento em que as ameaças eram constantes e as autoridades nada faziam, pelo contrário, por ainda estar no período considerado militar, a eles eram responsabilizados por suas próprias mortes, por insuflarem colonos a ‘invadirem as terras alheias. Vejamos o que diz seu irmão,

Aí parece que com seis meses depois, o Acrino pagou esses dois pistoleiros pra vim matar ele aqui em Tomé-Açú. Inclusive esse dia, ele tinha uma bicicleta, que ele não tinha moto. Aí ele tava fazendo um negócio lá no sindicato, conta de trabalhador e a funcionária dele disse que ia vim, e ele mandou ela na bicicleta dele. Ele disse vai. Logo em seguida que ela saiu, ele veio de pé e não tinha ninguém, a cidade, meio

dia...Aí, antes desse negócio, esses camaradas já tinham ido na casa dele, conversar com ele, convidavam ele pra almoçar. Ele não ia já orientado pelo pessoal do movimento. Sindicalista não podia pegar carona com desconhecido. Chegaram aqui, procuraram ele porque eles eram comprador de terras. Eles queriam que o presidente do sindicato indicasse terras pra eles comprarem. E aí ele não embarcou, disse que não ia almoçar com eles. Vieram na casa dele, conversaram com e ele e ninguém cismava de nada. E nesse dia a menina veio de bicicleta e ele veio, os cara tava jogando porrinha lá na praça, eles acompanharam e atiraram nele. (João Alves Bandeira, 2018)

Maria de Fátima, sua esposa, também relembra emocionada o dia triste que foi 04 de julho de 1984, dia que deram fim a vida de seu marido e líder sindical, vejamos o que ela nos fala,

Sim, que nesse dia ele veio trabalhar que disque esses pistoleiros estavam lá. Andaram a noite todinha que nessa época não tinha energia, era tudo no escuro, que disque eles iam matar ele dentro da casa, que ele era assim, que quando chegava algum amigo dele do sindicato ele logo abria as portas. Eu dizia assim, não abre as portas que a gente não sabe quem é, mas ele não tinha dessa, ele ia logo atender. Mas como no escuro, eles caçaram e não acharam e quando foi de manhã quando ele foi pro serviço, eles chamaram ele pra merendar e quando eu soube já foi a notícia das nove pras dez horas tinha dado um tiro nele, mas não tinha morrido, que não queriam me dizer. Mas depois me disseram, que ele já estava de bruço lá naquela rua lá que tá até o nome dele, ali na rua da paróquia. (Maria de Fátima, 2018).

Maria Elvira sua irmã estava no interior do município de Tomé-Açú na casa de seus pais nesse dia e havia ido até a roça pegar umas espigas de milho. Estava no meio do roçado quando foi chamada por seu marido para lhe dar a notícia do acontecido na cidade com seu irmão, emocionada ela nos conta,

Eu não sou muito chegada à roça e aí eu tava deitada lá numa redinha lá no sítio e fui buscar um milho pra mãe, umas dúzias e meia, disque pras galinhas e fui lá na rocinha que meu marido tomava conta de um pimental de japonês. Aí fui lá buscar e me acendeu uma coisa tão ruim assim, meu corpo arropiou todinho assim, aí eu sentei e me deu um frio e meu pensamento certinho nele, parece que eu vi ele na minha frente. Ai demorou, demorou, tirei o milho e fiquei sentada lá na sombra da roça, porque só dava dez quilômetro daqui pra onde eu morava. Aí eu escutei um carro indo lá pra casa que eu morava, aí entrou lá pra casa que eu morava e eu fiquei só escutando. Aí chamou, chamou, aí eu falei, eu não vou. Eu fui pro pimental atrás do meu marido. Aí quando foi, eu escutei alguém vim correndo. Quando chegou perto de onde eu tava, parou e disse assim, Elvira, eu disse, oi, ele, sabe o que foi que aconteceu? Eu falei, não sei não, o que foi que aconteceu? Eu tou com uma coisa tão ruim. Ele falou, mas não te assusta não, é que os pistoleiros atiraram no Benezinho, mas ele não morreu não, os tiro acertou só no braço. O Jacinto veio te buscar porque não tem ninguém que vá com ele, porque as meninas é muito nova, a Beth só tinha quatorze anos e pra ti ir que já levaram ele de avião e tem um carro que vai te levar. Eu sei que ele inventou uma conversa lá. Eu corri pra casa, tomei um banho, quando eu tava tomando banho e tava enrolada com uma toalha eu corri até a estrada, parou um ônibus e aí eu falei, meu Deus, é alguém que vai dizer alguma coisa e eu corri pra beira da estrada eu enrolada só de toalha, aí eu cheguei lá era uma pessoa que tinha descido, mas nem sabia do que tava acontecendo. Tá bom, eu fiquei lá esperando o carro. Quando eu vareei na estrada, Elias de Deus, vinha o seu Alcino que era dono da fazenda lá no 42. Ele vinha devagar no carro e quando ele foi chegando eu fiz o sinal pra ele parar. Ai eu falei pra ele, seu Alcir, aquele homem do sindicato que atiraram, o senhor sabe se ele tá melhor, se já levaram ele

pra Belém? Ele disse, já, não levaram ele pra Belém, ele tá melhor do que nós porque ele já tá morto. Menino, mas eu gritei tanto, gritei, mas gritei nessa beira de estrada. Aí apareceu mais gente e aí começou a tortura, que aquilo era uma tortura pra gente. É 33 anos, mas eu não esqueço...tá certo, os outros meu irmão morreu, mas a gente se acostuma ,é morte natural. Mas ele não dá amigo, não dá. Não tem como esquecer...(Maria Elvira, 2018).

A morte de Benezinho passou a ter uma grande comoção. Primeiro nos familiares que foram os primeiros impactados. Sua esposa, filhos, irmãos foram recebendo a notícia tão dolorida para estes. É o tipo de notícia que naqueles idos se esperava, mas não se queria aceitar, admitir. As pessoas que viviam com um ‘ameaçado de morte’ sabiam que isso podia acontecer a qualquer momento. Por isso as frases repetidas por vários, ‘eu prefiro morrer na luta, do que morrer de fome’, ‘eu morro lutando, mas, não deixo a luta’. Com Benezinho não é diferente, uma vez relatada várias dessas memórias. ‘Eu morro, mas, não vou abeirar’. É a convicção no ideal de lutador, de defensor que se transformou.

Imagem 40 - Matéria do jornal Tribuna Operária informando sobre a morte de Benezinho.



Fonte: Tribuna da Luta Operária: Ano V. Nº 175 de 9 a 15 de julho de 1984.

Quando se ‘bebia’ da teologia da libertação, dela não mais saía. Viver uma sociedade tão difícil, desde a infância, passando em vários lugares, procurando uma ‘terra prometida’ tão cara ao pequeno camponês, ao lavrador que vivia lavrando a terra, a esse trabalhador rural, espoliado de quase tudo. Quando se consegue o sonho de ter sua própria terra, olha pro lado e o que vê, ainda injustiças, daquelas que sofreu em boa parte de sua vida. Não basta estar bem, ter o necessário pra si e sua família se o entorno está vivendo o que este viveu até poucos anos atrás.

A teologia da libertação fazia parte da ala da igreja católica progressista que destacava a importância da luta por uma justiça social que ia do que a igreja tradicional conservadora fazia, que era rezar, cantar, batizar, casar, crismar, dar a extrema unção na passagem da morte. A teologia da libertação que procurava despertar nas pessoas o Jesus sofrido, cansado das injustiças, que havia enfrentado os poderosos do seu tempo, que criticava os doutores da lei.

Benedito Alves Bandeira torna-se esse cristão que vive a teologia da libertação, se espelha nesse cristo que tem os seguidores. A teologia da libertação diz, ‘assim como Jesus sofreu as perseguições e muitos dos seus discípulos, apóstolos sofreram, outros aqui também sofrerão’. Prova disso eram perseguições dos militares na América Latina contra a igreja que havia tomado partido dessa corrente, como por exemplo, o bispo de El Salvador, Dom Oscar Romero morto em 1980.

É nesse contexto que se dá o assassinato de Benedito Alves Bandeira. Ele não sai da luta, não abandona os seus, não sai da linha de frente. Não desiste de lutar pelo seu povo, lutar pelos injustiçados, por aqueles que ninguém queria defender. Ele é esse cristão, o cristão que sofre uma transformação em Tomé-Açú, primeiro vira animador de comunidade, faz o curso pra conhecer mais a liturgia, a Bíblia e passa a desempenhar esse papel nas comunidades tomeaçense. Aos poucos vai vendo a necessidade de se engajar nos outros movimentos sociais, como o sindicato, vira delegado e por último concorre a eleição, sempre pautado nesse amor cristão primitivo, um cristianismo da simplicidade, das poucas coisas para si. Não tem uma moto, tem uma bicicleta, sua casa é um abrigo que recebe todo mundo a hora que chegam. A simplicidade de um homem que precisava de pouco para viver junto com sua família. O que passa a importa são os outros.

No entanto, no momento de sua morte, Benezinho criou com sua simplicidade um carisma muito grande e por isso os assassinos pensando que iriam matar o líder sindical e fugir sem ninguém lhes prestar atenção, não foi bem isso que aconteceu. Na hora da execução na praça, havia um taxista que vendo tudo, seguiu os matadores até o lugar onde foram ter, provavelmente com seu patrão, os acertos finais, a fazenda Colatina. Vejamos o que diz seu irmão,

Só tava lá na praça um motorista, um tal de Militão, não sei nem se tá vivo, tinha um táxi. Aí tinha um tal de Evaristo e pegou ele e correu atrás dos pistoleiros. Ai quando deu lá no 12 eles entraram num ramal que ia pra Colatina í lá o Evaristo ficou mais esse Militão aí a polícia chegou e tomou conta do caso. Aí que eles foram lá e quando eles desceram do carro que eles foram lá pra deixar a pasta que ele andava, como prova do negócio que eles tinham cumprido. E entregaram a pasta pro fazendeiro e voltaram e quando eles voltaram a polícia seguiu eles e quando chegou na beira do rio Capim, prendeu os camaradas. Estavam se disfarçando lá de madeireiro, atrás de comprar madeira, sem camisa. Só um que tava armado, aí a

polícia deu voz de prisão e prendeu eles e trouxe pra Tomé-Açú (João Bandeira, 2018).

A filha mais velha também dá o mesmo testemunho, como veremos a seguir,

Então naquele período eles foram matar o meu pai dentro da nossa casa, eles passaram oito dias aqui. Então como as pessoas que protegiam, eles perguntavam, onde o Bené mora? Nós não conhece. Ai ligara pra esse administrador que ia no nosso sitio, agora tu imagina, nos era criança e ele levava bombons pra nos esse administrador que veio mostrar. Então eles ligaram pra esse administrador e falou, olha Amilton, nós não achamos o Bené. O Amilton veio de manhã neste sindicato aí, e entrou e o outro ficou olhando, e o meu pai chamava ele de mestre. ‘E aí mestre Amilton tudo bem?’, ele falou ‘tudo bem’ e bateu no ombro pra identificar que ele era o Bené pra quem tava olhando na porta. Quando ele saiu o rapaz se aproximou por que tinha uma moça que trabalhava aí e contou pra nós, o rapaz se aproximou e falou ‘o senhor que é o Benezinho?’, ele falou ‘sou’, ‘eu sou o morador do conflito lá, eu quero saber se onde eu tou pertence a confusão ou não’, por que o fazendeiro tava brigando por uma terra eu não era dele, ele tinha perdido na justiça, ele não tinha perdido pro meu pai, ele tinha perdido na justiça. Aí o papai disse, ‘você me acompanha e nós vamos no Incra que eu vou tirar o mapa lá pra ver se onde você tá é do conflito’. E eles foram. E essa pessoa foi, foram no cartório, eles tinham plano de levar ele pra matar em outro lugar, mas ele já tinha medo, então pra se manter vivo, ele não entrava de carro de nenhum desconhecido. Então andando eles mandaram ir no fórum, ele disse não, ele tinha mandado um peixe, ele gostava muito de peixe, ele tinha mandado um peixe e disse que ia almoçar com a família e foi que eles rodara por aí e atiraram ele aqui, por que na verdade eles iam levar pra matar fora (Elizabeth Bandeira, 2016).

E prossegue Elizabeth Bandeira,

Aí nos tem um amigo que ele é comerciante, o Evaristo, ele é um comerciante, ele viu, então como eles viu que eles atiraram ele, eles correram atrás, ele correu atrás. Meu avô ele morava no 23 da PA, aí, eles passaram. Aí, o Amilton ainda buzinou pro meu avô, olha só a covardia, aí passou os pistoleiros e o Evaristo, e o meu avô falou assim ‘olha, aconteceu alguma coisa em Tomé-Açú Mocinha que é minha avó. Passou os três carros um atrás do outro e tudo avoadado. Ai a vovó falou, ‘não, acho que nada Chico’. Aí de repente, o que eles fizeram, o Evaristo foi uma das pessoas principal que nós tivemos pra prender eles, por que eles seguiu eles, por que quando eles entrou pra fazenda, ele voltou pra Concórdia, ligou pra Tomé-Açú, que naquele tempo era só orelhão, e disse, ‘olha, a gente sabe onde está as pessoas’, então quando eles chegaram lá pra prender essas pessoas, eu digo que foi justiça de Deus, eu costume dizer que foi justiça de Deus. A polícia daqui só tinha um carro velho. Nos tinha um taxista, só um que ficava aqui na praça, e quando foi na hora do aperto, a gente contou com ajuda de vários amigos. Ninguém ficou só lá no defunto, eles mataram ele era uma hora da tarde. Então o rapaz falou, ‘se vocês quiser eu levo’, e o que foi que a polícia fez, ele levou dois policiais dentro do taxi e um ‘bate pau’, que naquele tempo era o que assumia a delegacia, e eles foram embora. Quando eles chegaram lá naquele lugar que eles tavam com a característica que tinham dado, e o Evaristo tava esperando lá em Concórdia, que eles chegaram no Rio Capim, eles tavam lá, aí eu digo, eu fiquei assim que eu tomei um calmante que eles me deram, eu fiquei a noite inteira na delegacia e o caboele era meu amigo, a gente conversava, o cabo Ronan. Esse que fez a prisão, ele disse, nós só somos dois, eles são três ‘nos joga o carro em cima quando a poeira cobrir, primeiro nos pega o que tá sem a camisa, por que é esse que matou. E assim eles fizeram, quando chegou lá o rapaz jogou, eles tavam comendo, comendo e bebendo né, na maior tranquilidade, aí eles, ‘o que é o que é’, aí disque o cabo Emanuel logo jogou o revólver nele e puxou a arma dele e disse ‘se tu te mexer, eu atiro em todo mundo’, com duas armas, aí tinha um rapaz com um caminhão e disse ‘vocês querem as cordas?’, cortou uns três pedaços de corda pra que a polícia amarrasse. A polícia se

esqueceu de levar as algemas. Aí ligara aqui pra Tomé-Açú por que não poderia trazer três presos e mais dois que eles tinham levado dentro do fusca. Aí foi que a viatura foi buscar o pessoal. Quando chegou aqui, chegou logo os dois primeiros. Chegou umas cinco e meia pras seis horas e a nossa casa não era boa, com tanta gente a casa quebrou. Aí nos trouxemos o corpo pro salão paroquial, e quando foi pras cinco e meia eles chegaram com os dois no fusca presos. Aí o pessoal foram no salão e disseram olha, prenderam as pessoas que mataram o Bené. Olha, eu vou falar uma coisa pra vocês, não ficou uma pessoa, veio todo mundo pra delegacia, eu vim mesmo correndo, por que eu era amiga do Gedeão, que era dono desse hospital, então na hora que eu soube, ele me deu um remédio, que eu não me lembro foi de nada, eu não chorava, eu não...eu fiquei fora de mim. Aí corremos pra delegacia, ai quando chegamos, o carro vinha chegando que vinha trazendo o outro, que era o Natan, ele tinha uma boca cheia de ouro. O pessoal já tava na frente, o meu avô, eu sempre digo que o meu avô ele era cangaceiro, o meu avô na porta da delegacia, foi o primeiro que começou a briga. Ai não deixaram eles entrar, então mataram ele naquele mesmo momento. Ai quando eles mataram, o pessoal disseram, 'olha gente, não mate mais, nós precisamos colher o depoimento dos mandantes'. Ai o povo se recuou (Elizabeth Bandeira, 2016).

Essa memória de Elisabeth Bandeira é carregada de detalhes em relação ao ocorrido no dia da morte de seu pai a fuga dos assassinos, da prisão destes no porto da balsa que iam atravessar o rio Capim e de lá provavelmente pegar fuga na BR 316. A partir dali não seriam mais importunados. No entanto, os detalhes de sua fala evidenciam todo um dia de angustia e dor sofrido pela família, por seu avô que morava nas margens da rodovia entre Tomé-Açú e Concórdia do Pará, por onde estes passaram.

A fazenda Colatina ficava entre o trecho de Concórdia do Pará e Acará, então quando eles mataram o líder sindical tiveram que percorrer todo esse trecho. O que é mais fascinante em sua memória, mesmo Elisabeth estando com quatorze anos, é da chegada da polícia no final da tarde com os pistoleiros presos, principalmente o último, chamado de Natan, que como ela mesma caracterizou, possuía a boca cheia de dentes de ouro. Esse último, que chegou sendo trazido já pelo delegado de polícia local, o 'bate pau' como eram conhecidos também, foi arrancado pelos populares que quando souberam das prisões dos dois primeiros, foram fazer vigília na delegacia.

Quando chegaram os dois primeiros acusados, não havia ninguém em frente à cadeia municipal, só depois que já estavam lá dentro é que correu o boato e imediatamente o corre-corre começou e as imediações ficaram tomadas, fato que quando chegou o último, sem força policial suficiente, o delegado não conseguiu concluir a prisão. Ali mesmo, na tardezinha, um dos assassinos foi morto, trucidado.

Naquele momento começava a segunda parte de uma tragédia iniciada por volta das 12:00 horas desse dia 04 de julho com a morte do líder sindical Benedito Alves Bandeira. Essa segunda parte, começada com busca, localização e prisão dos assassinos e a morte do primeiro ainda no mesmo dia da morte de Benezinho, se estenderia pela vigília a noite toda e

culminaria somente com a morte dos outros dois no dia seguinte. Foram cenas de cinema desde o meio dia até o final da manhã do seguinte dia. Os dias 04 e 05 de julho de 1984 entraram pra história do município tomeçuense.

De vários municípios próximos foram chegando pessoas pra velar o corpo do líder sindical e ao mesmo tempo ficarem de prontidão na delegacia. Como tudo era próximo velavam o corpo e ao mesmo tempo vigiavam os dois presos para que não fossem transferidos ou soltos pela polícia, um medo que cercava as lideranças dos movimentos sociais, uma vez que os crimes no campo já estavam a todo vapor e a impunidade dominava o cenário.

Assim, então, a cidade transformou-se num faroeste, uma terra quente naquele momento, os nervos à flor da pele, mas segundo sua irmã Maria Elvira, a violência não era seu forte, como podemos ver nas suas palavras abaixo,

Mas aquele dia assim, Elias, eu tenho tudo gravado na minha cabeça. Aquele dia Tomé-Açú virou praticamente um inferno. É porque não podia, porque se ele tivesse vivo, ele não tinha deixado matar os homens, tinha não, de jeito nenhum. Ele não ia deixar, porque ele era contra negócio de violência. O negócio dele era só saber lutar pelos direitos. Matar nunca, ele não falava esse negócio de matar. (...) Ele era muito cristão porque ele respeitava muito a vida. Ele dizia que um homem se destrói por si próprio. Aí começou toda aquela arrumação, quando é de noite, o martírio daqueles homens, que Deus perdoe os pecados dele né, a ganância do dinheiro. Depois que o rapaz, chegou à mamãe chegou, quase morre, depois o papai chegou, que o papai era brabo, jurou em cima do caixão. Ele não derramou um pingo de lágrima. Ele tava, como diz assim, acho que ele tava possuído da força do mal porque não podia ser de Deus uma coisa daquela. Ele jurou em cima do caixão, ele andou sete quilômetros de pé pra chamar meu outro irmão. E voltou e jurou em cima do caixão e disse, eu só descanso a minha alma quando eu matar esse amaldiçoado que mataram você meu filho. Pensa que ele chorou? Chorou muito? Pra nós tirar o pai da delegacia meu filho de Deus, o primeiro homem que chegou, ele foi o primeiro que pegou ele pela goela, não matou ele porque o pessoal tomaram, mas aí o povo matou, o pessoal fala, mas eu tenho certeza que ninguém da minha família matou, porque aquilo ali foi a parte errada porque era pra eles ficarem preso ali para sempre que era pra eles pagarem. Eles morreram e não pagaram nada...(Maria Elvira, 2018)

A fala de Maria Elvira em relação ao seu irmão ser cristão está ligada a metodologia ligada à teologia da libertação, do ser cristão ser contra a violência, ser contra tirar a vida do outro. Benedito Alves Bandeira transformou-se num ser político, defensor de uma classe trabalhadora, mas não deixou de ser o animador de comunidade, o cristão fervoroso, o seguidor de cristo. Cristo não pregava a violência, pregava o amor, o bem ao outro. Mas no calor daqueles acontecimentos, os populares não pensaram como Benezinho e fizeram justiça com as próprias mãos.

O depoimento a seguir é um dos mais fortes, descrito por um anônimo que participou da ação naquele momento e que também estava sob o efeito da dor pela perda da pessoa querida por todos que era o líder sindical,

Chegou um primeiro. Aliás veio dois na frente com a polícia de Tome-Açú. A polícia de Tomé-Açú já tinha pedido cobertura pra polícia do Acará e vinha trazendo o último e esse último o pessoal pegou ele antes de entrar na delegacia, mataram logo. Foi que o pessoal passaram a noite se divertindo da cara dele, colocando vela na boca dele, inclusive o delegado teve proposta pro pessoal correr, que eles davam dinheiro, chegaram a atirar no pessoal, na gente que tava lá na frente da delegacia. A gente recuava e vinha de novo. Aí quando amanheceu o dia, aí sabe como é, que aqui acolá chegava um caminhão de trabalhador da roça, alias, das delegacias sindicais. Quando deu dez horas, teve a invasão na delegacia e aí aconteceu o fato, os caras foram mortos, um cara foi morto a cacete que era o que tinha matado o Benezinho. Ele tava preso numa cela, meio que o satanás. Jogaram um pedaço de pernamanca na cabeça dele por cima do forro e ele ficou com esse pedaço de pernamanca. Até espingarda a gente tentava enfiar pela brecha e ele plantava-lhe o pau escangalhava tudo. Aí o pessoal disseram, só gasolina. Era só o que pediam, chegava na hora. Era serra, era marreta, era tudo o que pessoal dizia, ‘precisa disso’, era na hora. Chegou uma marreta, quebraram a parede e jogaram a gasolina pra dentro e tocaram fogo e arrastemos o camarada de lá e quem acabou de matar foram as mulheres, as mulheres ficaram em cima e cada cacetada espirrava miolo mas ele passava a mão assim. Só morreu quando um caboco lá do Capim pegou uma peixerona e enfiou em cima do coração, ficou enfiado na terra do outro lado. Aí ele abriu o golpe e foi pra baixo dela. (Anônimo, 2018)

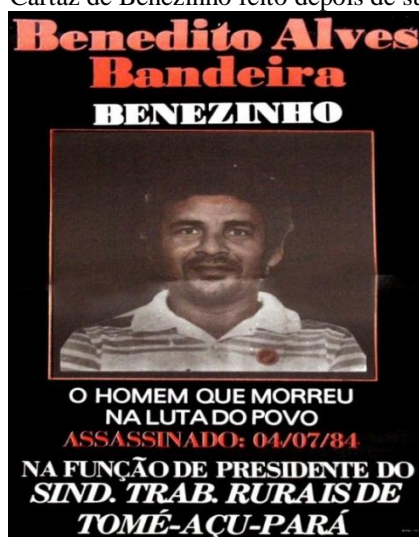
Dor e revolta foram às marcas desse dia, como frisou bem o anônimo. A morte do sindicalista foi o estopim para a chacina dos três pistoleiros que foram massacrados. E se tivessem pegado o mandante, Acrino Breda, provavelmente também teria tido o mesmo fim. Ainda sobre a morte dos acusados, a esposa de Benezinho velando o corpo ficava sabendo da notícia, mas não ia até a delegacia. Na sua fala podemos perceber sua sensação a respeito do que acontecia próximo dali,

Não tive coragem, que eles levaram ele lá pra casa que minha casa era velha e foi até o Ademir Andrade que deu o dinheiro pra comprar essa casa que o Ademir Andrade era envolvido com ele. Aí ele deu 300 cruzeiros, tá até aí o papel velho que ia vencer o contrato que nós viemos pra cá que era seis meses. Aí ele comprou essa casa. Aí a casa era podre e deu muita gente, quebrou o assoalho e levaram lá pra paróquia e ele ficou lá na paróquia e aí quando matavam um iam me dizer que eu dizia chorando, gritando, ‘eu quero que matem esses três pistoleiros que vieram matar meu marido’. Aí quando matavam vinham me dizer, aí quando matavam eles vinham me dizer lá na paróquia e eu ficava satisfeita porque eu queria vingança, porque eu não tava sabendo porque a morte. Agora eu já sei por quê. Aí mataram os três e foi uma revolução muito grande nessa época, botaram fogo na delegacia, queimaram, eu não fui ver eu não tive coragem de ver nada, só vinham me dizer, entendeu? Só isso aí que eu posso falar. Aí enterraram ele lá no mesmo cemitério que ele fez, tá enterrado lá. (Maria de Fátima, 2018).

Elizabeth, a filha mais velha, recorda que na noite do dia 05 de julho, quando ainda estavam os dois presos na cela da delegacia, um grupo da Federação de Órgãos Para Assistência Social e Educacional para Assistência Social (FASE), organização não governamental, entrou e fez uma gravação de vídeos com os pistoleiros, pois a ameaça de invasão era eminente. A polícia permitiu e ainda instigou os acusados a falarem o que parecia já terem falado para os ‘homens da lei’. Vejamos a memória de Elizabeth,

Eles iam invadir, por que era gente demais, aí lincharam aquele e deixaram lá e nós ficamos vigiando a delegacia, por que o povo dizia assim, ‘eles tem muito dinheiro e vão comprar a polícia’ e verdadeiramente o dinheiro, o delegado foi embora e nunca mais voltou, foi, ficou só os policiais. Nós ficamos a noite toda e quando foi de manhã, nós tinha o Ademir Andrade, que era o deputado que nós tinha apoiado, aí ele disse, não se preocupe com a urna do Bené que eu vou levar e tinha a Vera que era uma moça da CPT que era advogada que naquele período o Guilherme que era o advogado que representava o sindicato, e o Ademir veio trazendo essas pessoas. E quando foi de manhã, às nove horas nós entramos pra delegacia, e eu, ente junto. Na verdade, eu não fiquei no meu juízo, por que naquele tempo não tinha essas coisas de proteger os menores. Ai nos entremos, justo pra pegar o depoimento desse povo. Nós chegamos lá, entramos, eles abriram, o padre foi lá, o povo abriu pra nós entrar, nós entramos, quando a Vera pegou o depoimento deles, ela perguntou pra um uma coisa que a gente nunca esquece, ‘você tem família?’, ele falou ‘tenho’, ela falou, ‘você tem filhos?’ Ele falou ‘tenho’, ela falou ‘e quando você vai matar’, se você visse um filho de quem você matou ontem, o que você sentia? Ele disse assim, ‘talvez eu sentiria pena por que esta é a minha profissão’. Aí ela pegou no meu braço e disse, ‘olha, você acaba de ver a filha mais velha da pessoa que você matou ontem’. Ele disse, ‘é eu poderia sentir pena, mas essa é a minha profissão’. Então essa é uma coisa que a gente não consegue esquecer, por que como é que as pessoas vão dizer que essa é a profissão? Então, o depoimento deles, nós tava todo mundo lá, disse que trabalhava pra esse homem a quinze anos e que tinha matado sessenta e nove pessoas, foi, eu tinha quatorze anos, por que naquele tempo tinha uns tubos na delegacia, por que hoje não tem mais, era feito de gradeado e nos cantos tinha uns tubos, por que hoje não tem mais, então ele ficou ali por trás daquele tubo dizendo pra ela essas coisas, e ele disse pra ela essas coisas. Então quando saiu o Ademir, sai o Guilherme, saiu a pobre da Vera que era uma pequenininha, jogaram ela por uma janela, o povo começou apedrejar, jogar pedra e nós corremos pra fora. O meu tio já veio pulando o muro do correio, que era perto da delegacia que era tudo junto pensando que era os homens que tinham fugido. Esse cabo julho, ele jogou a farda dele e entrou no Santa Júlia que é um circular que nós ainda temos hoje e foi se escapar pra Quatro Bocas. O Inca era nesse prédio que é a prefeitura hoje, eles apedrejaram o Inca por que alguém saiu de lá correndo eles pensaram que eram os pistoleiros. Então foi horrível, sabe o que é horrível, eles quebraram, jogaram fogo, e esse logo se entregou, por que ele não era tão ruim, por que eles contrataram, deram o carro. Esse daí morreu logo. Agora o que matou o meu pai, o bicho era endemonhado, eles tocaram fogo, segundo o povo, um caiu com um pedaço de pau do telhado na cabeça dele, ele caiu lá mesmo, eles mataram lá mesmo e quando ele saiu lá de dentro, ele saiu horrível, horrível, mas horrível mesmo. Eu não tenho as fotos, por que no período o pessoal me deu as fotos, mas no período era muito doloroso pra mim e eu não quis ficar, mas nos tava lá, as peles toda queimada. Então teve uma das mulheres que veio com uma faca, agora tu imagina, depois de tá lá no chão, quebrado, machucado, por que eles abriram uma brecha, uns buracos, ela veio com uma faca e deu-lhe, sabe o que é cravar, aí ele fechou os braços, abriu e fechou, aí ele morreu. Aí eles iam tocar fogo, aí não toca fogo. Aí a prefeitura ia mandar uma caçamba, por que naquele tempo, eles jogaram em cima da caçamba e levaram pro cemitério Santa Clara que é a doze quilômetros daqui, enterraram só em um buraco. Aí quando eles saíram, o meu pai saiu pro 21 por que enquanto isso ninguém saiu. Então eu sempre digo que isso foi justiça de Deus, por que tinha tudo pra eles ir embora, por eles tava com tudo, com dinheiro, com carro e com tudo, mas só que quando Deus quer é diferente por que eles tiraram uma vida de quem não merecia. (Elizabeth Bandeira, 2018)

Imagem 41 - Cartaz de Benezinho feito depois de sua morte



Fonte: Comissão Pastoral da Terra – CNBB/Norte 2

A imprensa paraense deu significativa cobertura para o caso de Tomé-Açú, tanto para falar da morte do líder sindical como para dar relatos sobre chacina dos três pistoleiros feitos pela população local. A Província do Pará registrou no dia 06 de julho do ano de 1984 ampla matéria, destinando o todo o caderno de polícia para o caso. Na página principal, o título veio estampado “Povo chacinou três pistoleiros”. Além da chamada, uma foto retratava o cenário em frente à delegacia de polícia com os três corpos dos mortos pela população tendo ao redor, dezenas de curiosos. Era obviamente, uma imagem provavelmente do final do enredo já do dia 05 de julho, quando se havia finalizado os atos de ‘justiça’ em Tomé-Açú.

A matéria de capa dizia que os três pistoleiros de aluguel que haviam assassinado o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Tomé-Açú, Benedito Alves bandeira, o Benezinho, tinham sido chacinados por populares revoltados, que haviam invadido e incendiado a delegacia de polícia. Relatava que um dos pistoleiros tinha sido morto a pauladas, na hora que havia chegado em Tomé-Açu na noite do dia quatro ainda e que estava acompanhado pelo delegado do Acará, um escrivão e dois policiais militares, que nada puderam fazer para salvar a vida do assassino. Continuava informando que, os outros dois pistoleiros, presos mais cedo e que estavam já na delegacia, foram trucidados no dia seguinte, por volta das 10:45 minutos da manhã já do dia 05 de julho, uma vez que os populares haviam jogado gasolina em todo o prédio, inclusive sobre os pistoleiros que foram retirados a força, recebendo pauladas, facadas e marretadas a frente da delegacia tendo seus corpos ficando ali, expostos numa vala. A parte dessa matéria de forma lamentosa, finalizava assim,

O reforço enviado pelo Comando Geral da Polícia Militar chegou a Tomé-Açú, as 13:30 horas de ontem quando a chacina já havia sido consumada. Os pistoleiros confessaram o assassinato de Benezinho, apontando o fazendeiro de nome Aquino ou “Acrino” segundo sindicalistas de Tomé-Açú, como mandante do crime, pagando a importância de um milhão de cruzeiros como “entrada” e mais um milhão após o assassinato. O líder sindical foi sepultado, ainda ontem com grande acompanhamento, inclusive o bispo de Abaetetuba, dom Ângelo Frosi, que criticou a ação da justiça e fez um apelo para que o governo promova uma reforma agrária verdadeira já. (A Província do Pará: 06/07/1984).

Como podemos ver na matéria de capa, o jornal trazia a informação de que realmente tinha ocorrido o assassinato da liderança sindical e que na sequência os três pistoleiros tinham sido vítimas da revolta popular, por conta acima de tudo do carisma de Benezinho e também pela forma que sua morte havia ocorrido, de forma covarde, com o tiro desferido em sua nuca, sendo morto sem legítima defesa. É visível no final da matéria, que está no trecho acima, como é mencionado que a ‘demora’ do reforço policial para se chegar até Tomé-Açú, tenha ocasionado na destruição da delegacia e na consequente morte dos três acusados pela homicídio.

Em outra página, outro título dava a ideia da dimensão da revolta da população. Com a chamada “Populares queriam matar também o fazendeiro”, dizia que a chacina dos três pistoleiros responsáveis pelo assassinato de Benedito Alves Bandeira não parecia ter aplacado a ira de centenas de populares em Tomé-Açú. Muitos queriam era mesmo era mais represália, mais justiça com as próprias mãos e havia proposta para que uma diligência fosse formada, por sindicalistas e populares para se dirigir a fazenda Colatina, cujo proprietário, Acrino, havia sido o mentor o assassinato e mandante do crime. Informava ainda, que no dia 05 de julho, na parte da tarde, havia chegado um reforço de cinco policiais destacados para reforçar o policiamento da cidade enviados pelo Comando Geral da Polícia Militar e os ânimos pareciam estar mais serenados, embora muitas pessoas ainda não conseguissem esconder sua revolta. Segundo o jornal, no final desta matéria,

Todos afirmavam que a justiça seria amena para um fazendeiro com muitos recursos e que acabaria se safando com pouca coisa. Houve vozes destoantes, procurando a conciliação. O comissário de polícia de Tomé-Açú, Vicente de Souza garantiu, ontem que não foi tomada uma diligência policial para tentar prender o fazendeiro mandante do crime por um motivo que, sem dúvida, mostra muito bem as razões da fragilidade da polícia de Tomé-Açú não possui um veículo sequer para suas diligências. (A Província do Pará, 06/07/1984: Caderno 2 – p. 4).

Essa parte da matéria do jornal A Província do Pará é muito interessante porque mostra a preocupação da população o mentor do crime, o mandante, aquele que geralmente ficava impune, e ainda fica. Mesmo que houvesse a tentativa de ir até a fazenda Colatina, no município de Acará, fato que ajudou a inviabilizar o ato, pois a distância era um fator

determinante, e ali fazer alguma ação, não se encontraria o proprietário nela, pois este morava no estado do Espírito Santo, milhares de quilômetros do estado paraens. Mesmo o Comissário de polícia de Tomé-Açú, com seus poucos agentes policiais não recebeu nenhuma autorização para fazer a tal diligência, para termos uma ideia do nível de estruturação da polícia civil e militar.

Na última página do caderno de polícia do jornal A Província do Pará, o título “pistoleiros chacinados: revolta em Tomé-Açú pela morte do líder sindical”. A página foi destinada ao acontecimento eu marcaria o município tomeaçense. Contando com oito fotos, havia no canto esquerdo superior a imagem dos três pistoleiros mortos jogados na vala sendo observados por populares. Já como imagem central, o fotografo havia chegado bem próximo dos corpos e ali feito o registro de cima para baixo mostrando uma cena muito forte, dos três homens expostos, sendo o primeiro seminu com um boné colocado em sua cabeça com um cigarro em sua boca, o segundo apenas de calça sem poder observar direito seu rosto e o terceiro e último também seminu, com um cigarro colocado em sua boca. Ao lado, alguns objetos que pareciam ser os instrumentos utilizados para a finalização de suas mortes, como pedaços de paus.

As outras imagens abaixo da centralizada era provavelmente dos corpos, mas sem a população por perto, uma vez que pareciam estar os mortos sendo observados apenas por dois policiais e mais quatro pessoas. Ao lado direito desta, outra imagem do pistoleiro conhecido por Natan, conseguida, provavelmente através de algum documento seu, que a polícia tenha localizado com a este antes de sua morte. Abaixo, mais quatro imagens,, uma mostrando parte da delegacia destruída , ao lado direito, o velório de Benezinho com a viúva próximo do caixão com muitas pessoas ao redor e as últimas duas últimas da população observando provavelmente os mortos e finalizando os corpos mais uma vez, sendo olhados pelo povo bem em cima destes. A seguir, trecho da matéria dessa página,

“Olho por olho, dente por dente”. A máxima de Hamurabi, um dos primeiros legisladores da história, foi cumprida à risca. Três pistoleiros de aluguel, que assassinaram antontem o líder sindical Benedito Alves Bandeira, o Benezinho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açú, foram chacinados pela população do município que, revoltada – e não confiando na ação da justiça – resolveu justicar os assassinos por conta própria. A delegacia de polícia de Tomé-Açú foi incendiada com gasolina. (A Província do Pará, 07/07/1984).

Como se pode ver no trecho da matéria acima, parte da matéria demonstrou a total desconfiança dos populares na justiça para terem cometido o ato que vitimou os três pistoleiros, uma vez que já se tinha notícia de outros casos de violência contra trabalhadores rurais e suas lideranças em que nada tinha sido feito para punir os responsáveis pelos crimes.

O caso do mandante da morte de Benedito Alves Bandeira não seria diferente, pois ele morando tão distante, não seria incomodado, como veremos na matéria do “Jornal dos Trabalhadores Sem Terra”.

Com o título “O assassinato de Benezinho: uma trama para inocentar latifundiário mandante do crime”, a matéria destacava que Acrino Breda havia contado com a ajuda de dois governadores, secretários e políticos para ser inocentado do processo que tinha se criado sobre o assassinato do lavrado Benedito Alves Bandeira, que era presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Tomé-Açú. Benezinho que era sindicalista, tinha sido morto pelas costas pelos pistoleiros Natan, Juraci de Souza e José Machado do Nascimento, no dia quatro de julho. Os pistoleiros posteriormente foram mortos pela população revoltada com o crime.

No entanto, continua o jornal, antes do linchamento, um dos pistoleiros denunciou Acrino Breda como mandante. A cena foi filmada por duas moças antes que estes fossem mortos. Breda, que possuía oito fazendas no Espírito Santo e no Pará, e uma empresa exportadora de café, fugiu da cidade no dia seguinte. Havia uma briga entre ele e o sindicato, presidido por Benezinho. O latifundiário queria se apossar da área ocupada por 60 famílias.

A história, de acordo com o informativo, era mais macabra ainda, fato que incriminava mais ainda Acrino, pois os pistoleiros haviam sido contratados no Espírito Santo, para matar, além do sindicalista, um padre e um bispo, não sendo dito quais nomes seriam desses religiosos. Porém, o nome de Acrino Breda nem chegou a aparecer no processo que se encerrou na justiça do Pará, uma vez que os pistoleiros, principais acusados pelo assassinato, já haviam sido mortos.

Continuou o folhetim, mostrando a figura de Acrino Breda no meio político do Espírito Santo, do qual era figura chegada aos altos escalões do então governador Gerson Camata, que era do PMDB, mesmo partido do então governador na época do Pará, Jader Barbalho, e ambos tiveram a missão de livrá-lo de todo processo, como de fato, ocorreu. No final da matéria, temos o resumo da estratégia para que Acrino Breda se livrasse dos importunos da justiça, como veremos a seguir,

Para completar, Camata, pediu a Jader Barbalho proteção para que o latifundiário pudesse depor no processo sem ser incomodado. Com o mesmo objetivo o senador José Ignácio Ferreira do PMDB do Espírito Santo entrou em contato com o senador Hélio Gueiros, muito amigo do secretário da Segurança. Com tantos padrinhos influentes, Breda conseguiu o que queria, depois tranquilamente e em sigilo. As provas contra ele foram completamente ignoradas pela delegada Maria Raimunda Pimentel Ribeiro, encarregada pelo governo do Pará para presidir o inquérito. Sobre o filme, em que um dos pistoleiros acusa Acrino Breda como mandante e revela a quantia em dinheiro que teria recebido para assassinar o líder sindical – dois milhões -, a delegada disse que “a cena estava muito confusa e pode ter sido preparada pelo verdadeiro mandante para despistar a polícia. Enquanto isso, Acrino Breda circula tranquilo nas suas fazendas no Espírito Santo, pelo luxuoso palácio do Café, na

capital capixaba, sempre acompanhado de conhecidos jagunços, surge uma nova versão para o crime de Tomé-Açú. Segundo esta nova versão, após matar Benezinho, os pistoleiros seriam eliminados pela própria polícia local, que havia sido subornada por Acrino Breda. Para comprovar essa acusação basta lembrar como os acusados foram mortos. Mesmo depois que o primeiro pistoleiro detido foi morto pela população, o delegado fez questão de levar os dois ao mesmo xadrez, e mandou retirar a guarda, facilitando investida da população. O delegado só não contava com a gravação, que revela toda a trama, feita pouco antes do linchamento. E assim foi arquivado mais um caso de violência contra trabalhadores rurais, repetindo uma triste rotina: os mandantes, geralmente poderosos, acabam impunes. Resta saber até quando! (Jornal dos Trabalhadores Sem Terra: Outubro de 1984)¹⁰⁸.

Como podemos ver na matéria do pequeno informativo, Acrino Breda se livrou do processo do qual era acusado de ser o mandante do assassinato de Benedito Alves Bandeira, o Benezinho. Claro que tudo levava a crer que o capixaba era o grande responsável por aquela morte, não se precisava de nenhum ‘Sherlok Holmes’, famoso personagem fictício britânico que elucidava os crimes mais diversos numa Inglaterra do final do século XIX. O conflito com os colonos da então fazenda Colatina onde este perdeu a disputa judicial e o deixaram furioso, já era motivo deste ser o grande suspeito. No entanto, o depoimento dos presos envolvidos acusando Breda de ser o mandante, praticamente elucidou a trama. Mas como, mencionado, as forças políticas e judiciárias, mais uma vez protegeram alguém responsável pela morte de uma liderança no campo paraense.

Imagem 42 – Matéria do jornal A província do Pará noticiando a chacina em Tomé-Açú



Fonte: CPT A Província do Pará – CNBB Norte 2

Imagem 43 – Matéria do jornal A Província do Pará mostrando o velório de Benezinho



Fonte: A Província do Pará – CPT – CNBB Norte 2

¹⁰⁸ Jornal dos Trabalhadores Sem Terra: Outubro de 1984

Imagem 44 – Matéria do jornal A Província do Com a imagem dos Pistoleiros chacinados



Fonte: A Província do Pará – CPT Norte 2

Imagem 45 - Matéria do jornal dos Trabalhadores Pará Sem Terra falando sobre sobre Acrino Breda

O ASSASSINATO DE BENEZINHO

Uma trama para inocentar latifundiário mandante do crime

Com a ajuda de dois go-vernadores, acionistas e políticos, o latifundiário e ex-pes-queiro de São Jerônimo Breda foi inocentado do processo an-tes e assassinado do herdeiro Benedito Alves Bandeira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açu, Pará. Benedito, como era conhecido e sindicalista, foi morto pelos contatos políticos Natas, Marinho de Sousa e José Machado de Nascimento, no dia quatro de julho. Poucos ho-ras depois, os pistoleiros fi-zeram vistoria de polícia e moun-tes a população pela popula-ção revelada com o crime.

Ator latifundiário, um dos pistoleiros denunciou Acrino Breda como mandan-te. A cena foi filmada por duas câmeras antes que os jagunços fossem mortos. Breda, que possuía três fazendas no Espírito Santo e no Pará, e que sempre se ostentava de-vidor de suas terras em sua residência. Antes disso, havia uma longa relação de violência, caso, precedido por Benezinho. O latifundiário queria tomar conta de uma área ocupada por familiares de posseiros.

Outro fato que incrimina o latifundiário é os qum-tilhões foram contrabandeados em Espírito Santo para montar um empreendimento, um pedo e um longo Acabar del todo, em 1980, disse do poderoso latifundiário, não chegou a ser acusado, mas a denúncia foi encaminhada para Justiça do Pará.

ATEAMA

Tudo isso por razões polí-ticas e econômicas. Anos depois, Acrino Breda é figura muito chamada em São Jerô-nimo. O governador Derom Cunha, do PMDB, assumiu o cargo em 1988, juntamente com o governador do Pará, Jader Barbalho, então em contato com o ac-tual Benedito Bandeira, e o deputado Dylon Lúcio, e ge-neral de Benedito Bandeira, Wilson Haeme, muito ligado a Acrino Breda, e do Se-cretaria Pública, Dirceu Cardoso, que um tempo de polícia honrada, mas sempre política a companhia dos beneditinos rurais.

OS PAISENHO

Para completar, Cunha pediu a Jader Barbalho pro-cesso para que o latifundiá-rio pudesse depois no processo de um documento. Com a ajuda de alguns, e a ajuda de João José Pereira, do PMDB do Espírito Santo, entrou em contato com o ac-tual Benedito Bandeira, e o deputado Dylon Lúcio, e ge-neral de Benedito Bandeira, Wilson Haeme, muito ligado a Acrino Breda, e do Se-cretaria Pública, Dirceu Cardoso, que um tempo de polícia honrada, mas sempre política a companhia dos beneditinos rurais.

OS PAISENHO

Para completar, Cunha pediu a Jader Barbalho pro-cesso para que o latifundiá-rio pudesse depois no processo de um documento. Com a ajuda de alguns, e a ajuda de João José Pereira, do PMDB do Espírito Santo, entrou em contato com o ac-tual Benedito Bandeira, e o deputado Dylon Lúcio, e ge-neral de Benedito Bandeira, Wilson Haeme, muito ligado a Acrino Breda, e do Se-cretaria Pública, Dirceu Cardoso, que um tempo de polícia honrada, mas sempre política a companhia dos beneditinos rurais.

NOVA VERSÃO

Enquanto Acrino Breda circulava tranquilamente em suas fazendas no Espírito Santo, pelo latifundiário Paulo do Ca-elo, um canal, o ex-pesqueiro acompanhado de outros dois jagunços, surgiu uma nova versão para o crime de Tomé-Açu. Segundo esta nova versão, após matar Benezinho, os pistoleiros foram eliminados pela própria polícia local, que havia sido autorizada para entrar em Breda. Para corroborar esta acusa-ção, havia também outros os jagunços foram mortos. Mesmo depois que o primeiro pistoleiro deido foi morto pela população, o delegado de polícia foi levado, mais tarde, os outros dois foram mata-dos e mandado retirar a guarnição, facilitando a retirada da população sobre o delegado. O delegado se não contava com a população, que recuou a toda a terra. Isso pouco antes do lançamento, pela imprensa.

E, assim, foi arquivado mais um caso de violência contra trabalhadores rurais, restando uma triste rotina de massacres, gerando um processo latifundiário, muitas vítimas. Breda sa-beria ou não?

Fonte: Jornal dos Trabalhadores Sem Terra

Ainda sobre a morte de Benedito Alves Bandeira, o Serviço Secreto do Governo Federal, ou da parte dos militares emitiram um relatório sobre o ocorrido no município de Tomé-Açu mencionando os desdobramentos da questão. O documento mencionava o assassinato do presidente do STR de Tomé-Açu, Benedito Alves Bandeira, ocorrido em naquela cidade. Mostrava o histórico do crime feito por três pistoleiros a mando do fazendeiro Acrino Breda e que no dia do velório foram insuflados por ‘elementos estranhos’ e tocaram fogo na delegacia. O documento informava ainda que por conta de ‘poucas’ informações o processo estava sem andamento. Isso se devia principalmente por conta de Acrino Breda ser um fazendeiro muito rico e estar muito distante do Estado paraense, encontrando-se no Espírito Santo na cidade de Colatina.

Imagem 46 - Documento SNI sobre o caso da morte de Benezinho.



Fonte: Arquivo Nacional – Acesso em 28/04/2018

A fazenda Colatina localizada no município de Acará, que havia sido defendida por Benedito Alves Bandeira, depois de sua morte, ainda teve outros episódios de conflitos, como

do Sargento Barata da Polícia Militar do estado do Pará, que a mando de Acrino Breda tentou expulsar os posseiros da área, mas foi morto por estes no final de 1984. Já em maio de 1985, aproximadamente cento e trinta e cinco famílias ocuparam a área em litígio.

Sem dar por vencido, Acrino Breda, lá do Espírito Santo mandou um vaqueiro para retirar os posseiros mais uma vez, tendo este sido alvejado por vários tiros dos lavradores da área, o que deixou numa cadeira de rodas. Ainda sem perder as esperanças em se apossar das terras, Acrino Breda, já em 1986, encarregou o senhor Ailton para tentar mais uma vez se apossar dessas terras. Ailton então contratou um pistoleiro para matar a principal liderança ali do assentamento, Genésio, que era delegado sindical de Tomé-Açú. Genésio foi assassinado, mas os posseiros resistiram mais uma vez.

Acácio Melo ((2010)¹⁰⁹ em sua dissertação de mestrado, relata esse desfecho, até que as terras cobiçadas pelo capixaba ficassem definitivamente com os posseiros da área litigiosa, como veremos no trecho a seguir,

Neste mesmo ano (1986), o então Ministro da Reforma Agrária, Sr. Marcos Freire, esteve no estado do Pará para o levantamento de informações sobre a área e as famílias, no intuito de iniciar o processo de desapropriação. O decreto de desapropriação foi assinado em 1987, ano em que o Ministro do Desenvolvimento e Reforma Agrária era o Sr. Jader Barbalho. Somente em 1988, o INCRA desapropriou efetivamente a área de 11.000 há da fazenda Colatina e iniciou a demarcação dos lotes para “assentar” aproximadamente duzentos e cinco famílias. Foi nesse contexto histórico que os assentados fundaram em dezembro de 1989 a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Benedito Alves Bandeira (APRABAB), que atualmente é constituída por cento e setenta associados. (MELO, 2010: p. 54).

Como podemos ver o desfecho que teve a área disputada desde os inícios dos anos de 1980 pelos colonos da região do município de Acará e Acrino Breda natural do Espírito Santo, que a força queria essa terra para seus projetos, teve muitos embates e resistência por parte dos colonos e de suas lideranças, começando por Benedito Alves Bandeira que culminou com seu assassinato, mas também com perdas para o lado do latifundiário como da morte do sargento Barata e o ‘chega pra lá’ no pistoleiro que ficou numa cadeira de rodas, além ainda da morte do delegado sindical Genésio. Breda, o principal interessado na usurpação da área, ficou impune, mas também não conseguiu tomar para si as terras.

¹⁰⁹ MELO, Acácio Tarciso Moreira de. Ação coletiva entre assentados da reforma agrária: o grupo de mutirão no Assentamento Benedito Alves Bandeira, município de Acará/Pará. Dissertação (Mestrado). – Universidade Federal do Pará/ Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Belém, 2010.

Imagem 47 – Matéria do jornal O Liberal sobre a morte do sargento Barata na localidade da fazenda Colatina



Fonte: O Liberal – CPT – Norte 2

No relatório da Comissão Camponesa da Verdade, assim foi dado destaque ao Assassinato de Benedito Alves Bandeira (“Benezinho”). Vamos ver,

Benedito Alves Bandeira ou “Benezinho”, como era conhecido, durante anos tinha sido catequista e agente de pastoral de Igreja Católica, e lutava por uma política social mais justa e igualitária. Sempre foi conhecido por sua compatibilidade e fidelidade à luta pelos direitos de sua categoria. Benezinho foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR de Tomé-Açú, sendo morto no dia 4 de julho de 1984, por três pistoleiros. O período em que administrou o STR foi marcado pela defesa de agricultores e posseiros e buscavam garantir acesso à terra. Conjuntamente com seus companheiros de direção, denunciou todos os abusos cometidos pelos latifundiários que expulsavam posseiros ocupantes de algumas áreas por mais de trinta anos, no município de Tomé-Açú. Em virtude de sua atuação como líder sindical, logo que sua morte tornou-se pública, a população da cidade, revoltada, clamava pela prisão dos três pistoleiros. De acordo com as informações que circulavam pela cidade, o motivo do assassinato seria o envolvimento da vítima em favor de sessenta famílias de posseiros que se encontravam em conflito com o fazendeiro Acrino, eu teria pago 2 milhões de cruzeiros a cada pistoleiro e mais um carro para a fuga após o crime. Acrino, originário do Estado do Espírito Santo se dizia dono da Fazenda Colatina e era conhecido na região como latifundiário que cometia diversas arbitrariedades, tais como violência e usurpação de terras ocupadas pelos posseiros.(...).

E continua o relatório da Comissão da Verdade,

(...) identificação da vítima: Benedito Alves Bandeira, sexo masculino, 35 anos, trabalhador rural, líder sindical. Conflitos na região com relevância para a violação: o assassinato teria sua origem na disputa pela Fazenda Colatina.¹¹⁰ A história de Benedito Alves Bandeira atravessou os tempos. Em 1994, dez anos após sua morte foi realizada uma celebração em Tomé-Açú, denominada de II Romaria da Terra da Diocese de Abaetetuba. Muitas pessoas foram até o município tomeaçense prestar

¹¹⁰ VERDADE, Comissão Camponesa da Verdade. Relatório Final: Violações de Direitos no Campo 1946 a 1988, Brasília, Dezembro de 2014.

uma homenagem a memória do sindicalista que deu sua vida pelos trabalhadores rurais de sua terra. A Romaria percorreu aproximadamente 10 km de distância a pé. Os ‘romeiros’ saíram da localidade de Quatro Bocas a tarde por volta das 15 horas e chegaram na praça onde foi Benezinho morto e ali foi celebrado uma missa por volta das 18:30 horas da noite já.

Rosa Paes Figueiredo¹¹¹, coordenadora da Comissão Pastoral da Terra da região Guajarina, de onde Tomé-Açú e outros municípios como Moju, Acará, Abaetetuba, Barcarena, Bujaru, Concórdia do Pará e Tailândia faziam parte, nos apresenta a importância das chamadas Romarias da Terra nessa região, quando aconteceram quatro no total, a primeira em Moju, a segunda em Barcarena, a terceira em Marabá e a quarta e última em Tomé-Açú,

Rosa Paes Figueiredo explica que as romarias são manifestações religiosas, que seus significados vem de peregrinações por lugares sagrados, mas também de lutas por liberdade, como exemplo, em que o povo de Deus procurou sair da escravidão do Egito, e caminhando pelo deserto foram em busca de liberdade para viver na terra prometida. Rosa diz que na Bíblia não se encontra a palavra “Romaria”, uma vez que Roma não existia como centro da Igreja Católica, e que essa denominação chegou ao Brasil com os portugueses que eu já realizavam ‘romarias’ de conotação puramente religiosa.

Agora para a Comissão Pastoral da Terra, as Romarias estão ligadas à luta pela terra e a memória dos Mártires e surgiram por sugestão de Dom Pedro Casaldáliga em 1978 e assim, de uma devoção católica, passou a ganhar outro significado de luta e libertação, transformando-se numa mistura de manifestação de espiritualidade libertadora e ecumênica recebendo o nome de “Romaria da Terra” por ter surgido a partir das lutas em defesa da terra e daqueles que foram ‘tombando’ e assim foram sendo chamados de “Mártires da Terra”. Recentemente essas romarias tem se chamado “Romarias da Terra e da Água” por conta dos problemas vivenciados por conta das lutas em defesa deste bem precioso.

Continua Rosa Figueiredo nos falando que nessas Romarias da Terra e da Água, os pobres da terra, da floresta e da água, enquanto caminham, rezam, fazem memória dos homens e mulheres martirizados na luta pela terra. Também protestam contra o latifúndio, o agronegócio, a destruição da natureza, a privatização da água, as injustiças contra o povo do campo. Procuram alertar a sociedade contra tantos males são atingidos e deixam claro que o objetivo das lutas e caminhadas é a transformação da Sociedade, a construção do Reino de Deus, e nesse sentido a Romaria da Terra e da Água é também um momento político e

¹¹¹ FIGUEREDO, Rosa Paes. CPT – Guajarina / Santuário da Terra e da Água, Ananindeua/PA, 01/06/2019.

animador que deve dar esperança a cada homem e mulher. Sobre as Romarias da região Guajarina, ela nos diz,

Na Diocese de Abaetetuba, a CPT Diocesana, hoje, C.P.T. Região Guajarina, junto com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Movimentos Populares, realizou quatro Romarias da Terra, sendo a primeira em 1987 em Moju, em memória do mártir Virgílio Serrão Sacramento e a quarta Romaria em Tomé-Açu, no dia 03/07/1994, décimo ano do martírio de Benezinho, como era chamado o mártir da terra Benedito Alves Bandeira. “Sem Trabalho, Terra e Pão Não sou Cidadão”. Esta frase do mártir Benezinho serviu como lema da IV Romaria da Terra, cujo tema foi “Memória e Cidadania”. Para o sucesso da romaria, realizamos durante cinco meses, do mesmo ano, uma boa preparação das Bases: envio de informes Periódicos aos jornaizinhos paroquiais a partir de fevereiro. Em abril foram distribuídos para todas as Paróquias e organizações populares, os cartazes grandes e pequenos de Benezinho. Em maio, foi lançada uma cartilha sobre Cidadania para grupos e escolas. E dois Seminários, também sobre Cidadania foram realizados. Em junho, foi organizado um roteiro com quatro encontros para os grupos de Evangelização rezarem e refletirem sobre Memória e Cidadania. Não sei dizer exatamente quantas pessoas participaram da Quarta Romaria que envolveu pessoas de todas as Paróquias da Diocese de Abaetetuba, mas sei que foi, aproximadamente, mais de 3.000 romeiros. Vários momentos fortes vivemos naquele dia como a Celebração Eucarística rica na espiritualidade e na criatividade, inclusive com a apresentação do drama bíblico “o Servo Sofredor”, os símbolos muito significativos sobre Cidadania, apresentados por representantes de cada Paróquia envolvida, a leitura da vida de Benezinho e os depoimentos feitos por Fátima, filha de Benezinho e, pelo companheiro sindical, José Albino. Comovente também foi o momento em que fizemos memória das Chacinas no Brasil onde a cada nome chamado (Candelária, Vigário Geral, Carandiru, indígenas Yanomami, favela Acari etc.) ouvia-se um toque de tambor e uma delegação caía ao chão. O canto ‘Funeral de um Lavrador’ entoado suavemente em duas vozes por Ir. Rosa e Ir. Adelaide fechou esse momento, pois logo a seguir, ao som do canto Axé entoado por todos, os jovens entraram reerguendo os caídos num gesto magnífico de Esperança e Fé na Ressurreição. Outro ponto significativo desta Romaria foi o que aconteceu através da Câmara Municipal e Prefeitura: a troca do nome da rua onde Bené tombou para “Rua Benedito Alves Bandeira”. A Quarta Romaria da Terra em Tomé Açu reacendeu nossas chamas da luta, aqueceu nossos corações com o fogo da resistência, animou nossos espíritos com os ramos da Esperança e deixou saudades... Pe. Sérgio Tonetto, o grande animador desse evento sempre nos dizia, com um olhar distante e sonhador: “um dia nós da CPT e Movimentos Populares, ainda haveremos de realizar, aqui na Região Guajarina, a QUINTA ROMARIA DA TERRA E DAS ÁGUAS!” (Rosa Paes Figueiredo, 2018)

Imagem 48 - Cartaz da IV Romaria da Terra realizada em 04 de julho de 1994 em Tomé-Açu



Fonte: CPT – Norte 2

Canto – Romaria da terra (Tião e Bié)
 Refrão: Romaria da terra/faz o povo reunir/
 Numa luta sem guerra/nós lutaremos por ti!

- 1 – A terra é de todos, feita por nosso Senhor. Ele fez e deu ao homem e também nos ensinou, que é nela que vivemos, e a ela abençoou. É tão linda a Natureza, é obra do Criador. Deus deu a inspiração, o homem fez a plantação, e foi assim que começou.
- 2 – Mas ao passar do tempo, que o povo aumentou, começou a ambição, e a terra negociou, uns compravam, outros não, e a força ele “tomou”. Fazendeiros e jagunços, matando o trabalhador, as famílias que eram donas, hoje vivem no abandono, sem suas terras “ficou”.
- 3 – Amigo trabalhador, veja nossa situação, nós queremos trabalhar e não temos condição. E a terra que era nossa, hoje é tudo do patrão. Desemprego na cidade, virou uma maldição, precisamos resistir, e nós vamos conseguir, pôr a terra em nossas mãos”!

Imagem 49 – Faixa de Benezinho na igreja



Fonte: CPT – Guajarina

Imagem 50 - Romeiros chegando



Fonte: CPT – Guajarina

Imagem 51 - Cartaz anunciando a Romaria



Fonte: CPT – Guajarina

Imagem 52 - Jovens na Romaria



Fonte: CPT – Guajarina

Imagem 53 – Diversas faixas na romaria



Fonte: CPT – Guajarina

Imagem 54 – Cartaz do Lavrador Crucificado



Fonte: CPT – Guajarina

Imagem 55 – saída da romaria



Fonte: CPT – Guajarina

Imagem 56 – romeiros na estrada



Fonte: CPT – Guajarina

Imagem 57 - Apresentação teatral



Fonte: CPT – Guajarina

Imagem 58- Bispo D. Angerlo e padres na celebração



Fonte: CPT – Guajarina

Canto da saudade e da esperança (CPT – Guajarina) Em homenagem a Benezinho

Benedito era seu nome/Bandeira que o povo seguia/
Alves era sua assinatura/ Força que brotou um dia/

Bandeira da Reforma Agraria/ Anseio que os pobres pediam/
Chamando-te Benezinho, nome que todos sabiam.

Refrão - *Benezinho hoje vai cantar/ pois teu povo vai se organizar
E teus filhos vão se alegrar/ Que tuas lutas vão continuar.*

Bandeira da paz que um dia/ o povo há de conquistar/
teu sangue que foi derramado/ fez o povo se levantar!

O povo que antes dormia/ hoje vê um novo horizonte/
De um mundo novo que surge/Do qual Benezinho, és a ponte.

Benezinho teus filhos hoje vivem/ a falta daquele sorriso/
Que a todos davam com afeto/ Anunciando o paraíso/

Os amigos também não esquecem/Daquele teu jeito tranquilo/
Que fazia da luta um lazer/Firmeza era teu estilha.

3.1 – A MEMÓRIA DOS FAMILIARES DE BENEZINHO

A família de Benezinho mora em Tomé-Açú, a maioria na zona urbana. A esposa Maria de Fátima mora em uma casa onde também residem seus filhos Giovane e Maria Leidiane. Elizabeth, a mais velha, mora próximo também. Maria Benedita, a caçula mora com sua ‘mãe de criação’, sua avó materna e Maria José, a segunda mais velha mora na zona rural, em um sítio. Os irmãos de Benedito Alves Bandeira, João e Elvira moram na cidade também, todos próximos uns dos outros.

Quando Benedito Alves Bandeira foi morto em 1984 todos já residiam no espaço urbano. Haviam se mudado por conta das atividades sindicais e também pela necessidade dos estudos dos filhos. Assim, foram crescendo, constituindo famílias e cuidando de suas vidas. De origem humilde, quando estive na cidade fui muito bem recebido, apesar de certa desconfiança. Percebi que existe uma dificuldade muito grande nos familiares em ‘tocarem’ no assunto do pai.

Na família de Benezinho ficou um trauma significativo. O fato de terem perdido o pai tão jovem e tão cedo, fazendo com que a maioria dos filhos também não o tivessem o conhecido em vida é parte de uma dolorida memória. Embora ninguém tenha se ‘perdido nos caminhos tortuosos da vida’, nem um conseguiu ter um ensino superior, por exemplo, fato que não modifica o caráter e a personalidade desses. Todos que me falaram, responderam minhas perguntas muito respeitosamente, assim como as perguntas que fiz e alguns não quiseram responder, também respeitei.

Como a família morava no 21 quando chegaram em Tomé-Açú em meados dos anos de 1970, e apesar de estarem morando na cidade, quando Benezinho foi morto, seu corpo foi sepultado nessa localidade, até porque o líder sindical, antes tinha sido uma liderança comunitária, ajudou a construir a comunidade, a igreja, o campo de futebol e o cemitério, onde descansa seus restos mortais. Sua sepultura é uma das primeiras localizadas bem atrás da igreja. Lá nessa capelinha, ocorre no dia 04 de julho, dia da sua morte uma celebração em sua memória.

Assim, ao ouvir os depoimentos de cada um, cada uma, pude chegar à conclusão, que os familiares, filhos, esposa, irmãos, ainda hoje sentem uma dor muito grande pela saudade que nutrem de Benezinho. Todas as falas demonstraram o carinho e gratidão pela pessoa que foi, como certa revolta, mesmo sabendo que os pistoleiros que cometeram o crime foram ‘chacinados’, inclusive de forma brutal. Ainda assim, ainda persiste a revolta, a dor que não

passa, inclusive com a resistência de não participarem do momento da celebração na comunidade do 21.

No dia da entrevista com a maior parte dos familiares, mãe, três filhos e dois irmãos, à tarde antes de retornar para Belém, Elizabeth, a mais velha me levou pra conhecer alguns pontos da cidade como o local onde este foi morto com o tiro, a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais onde ele era o presidente na época, a delegacia de polícia, com uma nova construção, mas no mesmo lugar da antiga, a igreja Católica onde ele foi velado, com a sede da Cáritas que leva seu nome, a rua onde aconteceu o crime que também chama Benedito Alves Bandeira.

Nesse sentido, irei iniciar os relatos aqui apresentados falando sobre a memória destes, como Maria Benedita, a caçula, que quando seu pai foi morto era bebê, tinha aproximadamente três meses, como nos diz embaixo,

Eu nasci no dia 17 de abril de 1984. Eu sou a caçula, sou a mais nova, a bebê. Eu não tive o prazer de conhecer ele. Eu só sei o que as pessoas falam, só que eu não tive o prazer de conhecer ele não. Eu vi só umas vezes a foto dele, eu não sei como é a feição do rosto dele assim, só do meu outro pai que me criou. Eu ouvi que o meu pai era do sindicato, que ele ajudava as pessoas, que ele foi morto por ele ajudar muita gente, que ele era uma pessoa muito boa, falaram muita coisa dele (Maria Benedita, 2018).

As palavras iniciais de Maria Benedita refletem o sentimento de tristeza pelo fato de não ter convivido com o pai, não ter sequer conhecido sua ‘feição’ é um lamento que se complementa com a dor e raiva,

Eu ficava triste por não ter conhecido ele, como meus irmãos conheceram e falam dele. Eu sinto inveja um pouco. Eu sinto uma mágoa só da minha mãe verdadeira mesmo, porque eu penso assim, se ela criou os filhos dela assim, porque ela deu eu pra mamãe (avó). Mas eu entendo, porque eu tenho uma vida muito boa porque talvez se eu tivesse com ela, eu não estaria como eu estou hoje aqui, porque eu já passei por muitas dificuldades, graças a Deus, primeiramente a Deus, a minha mãe, essa que tá aí e meu pai que já faleceu (avô), mas só isso, fora isso, eu não tenho raiva não. (Maria Benedita, 2018).

Como podemos observar, a fala de Maria Benedita é de um sentimento de mágoas, ‘inveja’ dos irmãos que conheceram o pai, mas ao mesmo tempo reconhece que a vida que teve na sua criação com os avós foi ‘boa’, o que segundo ela, resume o motivo de não ter ‘raiva’. O irmão Giovane, também tem esse sentimento, como podemos observar nas suas poucas palavras,

Não. Eu só achei injusto né, que ninguém pode tirar a vida de ninguém, mas o cara que mandou tirar a vida já está morto também. Não posso fazer mais nada né? (Giovane, 2018).

Leidiane, que quando o pai foi morto tinha quatro anos de idade, nos mostra na fala triste a sensação de não ter tido a presença do pai. É uma fala de profundo lamento,

Isso, por que eu fiz dia 26 de junho quatro anos e ele foi morto no dia 04 de julho, eu tinha acabado de fazer quatro anos. E eu não lembro nada dele e fico triste assim que uma pessoa vem tirar a vida de outra pessoa, não pensa em nenhum momento, os filhos que tem e eu não posso dizer assim, o que significa um pai porque as vezes assim aparece alguém assim na vida da mãe que chama de pai, mas eu não, nunca apareceu. Assim, eu não sei dizer nada do meu pai. Eu só sei do meu pai as coisas que falam pra mim. Muitas coisas que falam assim sobre ele que ele era bom, que minha mãe fala que ele era um ótimo marido que ela nunca conseguiu outro igual ele e eu tenho orgulho dele ser meu pai, mas eu não lembro nadinha dele, coisa mais triste é eu não lembrar nada, nada, nada. E isso é muito triste, sabe, eu não lembrar nada do meu pai. Eu não consigo lembrar, eu tento mas não consigo. E eu fiquei muito curiosa assim, depois que eu completei assim...que eu fui entendendo o que era o pai o que era a mãe, porque eu morava com minha avó e com meu avô, eu perguntava muito, eu perguntei ai ele falou, a tua mãe não pode ficar contigo e agente morava no 23 e eu ia pra escola e tinha festa, precisava de pai e mãe não tava nenhum dos dois. Eu senti muito mesmo tanta a falta da minha mãe quanto do meu pai. Mas da minha mãe ela de vez em quando ia me ver e passear e eu dizia que não queria vir com ela e do meu pai não, eu sabia que nunca mais ia ver ele. Não ia ter a chance de tá chamando ele de pai, nadinha, nada, nada, nada...(Maria Leidiane, 2018).

Como podemos ver nas palavras de Maria Leidiane, órfã com seus irmãos de pai, o que restou senão a tristeza e ter que encarar a realidade em sua vida. Maria José, outra filha de Benezinho, em meio emoções fortes e até choro, rememora um pouco a história do pai, citando a raiva das pessoas que fizeram a ação contra ele,

Tenho, porque foi assim, tinha um, esse que foi amostrar o papai era muito amigo do papai, era muito amigo do papai, vizinho. Era uma coisa que a gente nunca esperava, era um homem que andava num fusquinha amarelo, e ele que foi mostrar meu pai pros pistoleiro, uma coisa doída, se fingia de amigo. Só que ele era assim, um tipo, ele mexia com negócio de madeira, ele era mais alto um pouquinho, mas se fingia de amigo do papai e quando foi nesse dia ele que foi mostrar os pistoleiro pro papai. Aí é uma coisa duída né, não era amigo... era do outro lado, se fingia que era amigo...(Maria José, 2018).

A lembrança de Maria José é a lembrança da saudade, onde ao se emocionar retoma o exemplo do pai, da coragem que este teve na luta junto ao seu povo. A história das disputas pela terra também fez parte da vida da filha, quando anos depois, quando ocupavam um lote de terras junto com outros colonos, foram despejados, mas Maria José, buscando a memória do pai, junto com o esposo e os demais lavradores conseguiram outra terra. Assim, pra ela, seu pai é sinônimo de um grande espelho.

A esposa de Benezinho Maria de Fátima, recorda as dificuldades que tiveram depois da morte do marido, como veremos a seguir,

Foi um pouco ruim, porque ele não deu emprego, o próprio irmão dele que ficou no sindicato no lugar dele, não deu emprego pra mais velha, que era pra ter dado emprego. Uma comunidade ainda ajudou com uma cesta básica um mês, eu acho que nem um mês que deu aí depois não deu mais nada que se viraram na pensão, que depois que veio a pensão eu melhorei que uma ficou com minha mãe que tá com trinta e três que ela vai fazer dia 17 de abril, que essa a mamãe criou que ela era doente que no outro dia que eu tava lá no desespero ela foi lá e disse, eu vou levar essa menina que eu vou cuidar dela e eu disse depois eu trago e ela já esta registrada,

porque quando nascia ele ia logo registrar. Aí até hoje ela não trouxe mais, ela que tá cuidando dela que a minha mãe tem oitenta e seis anos e ela que cuida dela, tá via, ela tá até meio adoentada. Aí foi isso, que o sindicato ajudou nesse ponto que me aposentou que eu fui até pra Curitiba dar uma entrevista, que logo que ele morreu os amigos dele lá dos sindicatos me levaram lá que eu acho. (Maria de Fátima, 2018).

Ainda sobre a situação difícil que viveu com os filhos, Maria de Fátima recorda,

Foi um pouco difícil sim, que eu tive que lutar com meus filhos, que eu fui caluniada, chamaram eu de tudo que é nome, que eu fui uma mulher nova e fiquei sem marido, mas não fui mulher de beber de tá em bagunça, em bar. Arrumei um marido, mas não deu certo, mas não que eu tivesse nas bagunças. Porque eu tava com seis meses com esse menino, eu arrumei um marido pra me ajudar aí passou uns anos comigo, ele que criou esse menino comigo, aí não deu certo porque ele bebia e queria me bater, me batia as vezes e não deu certo e nós separemos mas eu sofri um bocado. Ai eu fazia, botava a farinha de molho pra fazer a coxinha pra eles vender, o José e esse menino aqui, ele tinha preguiça de vender o chopp, não vendia, ai eu brigava com ele e depois que eu me aposentei da pensão aí tudo melhorou, aí eu não fiz mais isso, que não precisou até eles ficarem homem. Esse meu mais velho, começou a trabalhar com doze anos numa serraria, o mais velho, eu não era aposentada ainda. Aí depois uma serraria lá embaixo, que o nome dela era serraria Dutra, era posseiro e não pagaram direito ele e botei até na justiça aí depois pagaram. Aí depois que eu me aposentei da pensão até hoje ele trabalha em serraria era serrador e hoje é gerente numa serraria e té hoje ele tá pra lá (Maria de Fátima, 2018).

Sobre a situação difícil que ficaram e o filho pequeno tendo que vender as ‘coxinhas’ ou ‘unhas’, Giovane relembra esse momento,

Eu vendia coxinha pra ela, eu comia tudo, eu tinha vergonha de dizer. É aquelas unhas antigas que é feito de farinha. Enchia pra mim ir vender, mas quando chegava na esquina me escondia e olha, comia tudinho e voltava sem nenhum centavo, e apanhava de novo. Aí depois fui trabalhar na serraria, aí melhorou um bocado que naquele tempo pagava bem, porque hoje só dá pro do rango, porque pra outra coisa não dá não. (Giovane, 2018).

Maria Elvira, irmã de Benezinho recorda com muita tristeza a situação depois da morte do irmão,

Eu sei que foi triste a situação. Mas assim, eu não sei muita coisa assim que aconteceu pra anteceder a morte, que ele foi lá no sitio, que disse que ele ia morrer, matou um porco. Porque do porco é verdade, que foi na casa da minha irmã. Quando ele morreu, ainda tinha toicinho de porco pendurado lá na casa dele. Mas sabia que ele tava prometido pra morrer. Eu morava na serraria e tu sabe que na serraria conversa tudo. O dono da serraria me chamou e perguntou o que esse homem era pra mim, pra ter essa revolução, que disque ele era semi-analfabeto e era muito conhecido então pra fazerem isso por causa dele. Eu digo, era, ele era tudo isso. Na missa de sétimo dia, o Osvaldo Matos falou um depoimento que o finado Bené, que ele era mais da alta, ouvia falar desse Bené, que eu choro, que ele era do Iterpa, era de um negócio desse que mexe com terra. Ele falou que quando ele conheceu o finado Bené, ele pensou que fosse assim, uma pessoa que tivesse um estudo mais alto, um pouco mais de cultura que quando ele virou aquele homenzinho. Aí ele falou, mas esse que é o homem que falam tanto, Benezinho, que é líder dos trabalhadores, em todo lugar no Pará em todo canto, não é possível uma coisa dessa, porque ele disse que não sabia falar direito que ele falava errado, igual eu, que o padre fazia questão de escrever igualzinho, que tinha um jornalzinho que ele dizia, pode escrever ai, que o povo vai entender que foi muito sofrimento, mesmo, muito...(Maria Elvira...).

João Bandeira, outro irmão, que assumiu a luta de Benezinho também recorda com emoção a história vivida ali,

Era o que ele dizia uma coisa que a gente não ia perder, era o que a gente faz pros outros. Que aquilo que a gente faz pro irmão da gente, a gente nunca perdia. E eu creio nisso que é verdade porque o que a gente vai levar mesmo quando morrer é só o que a gente fez de bom para os outros. E eu agradeço muito o meu irmão, porque se não fosse ele, com certeza eu nunca tinha sido sindicalista e talvez não tivesse nem vivo porque a vida da gente é uma vida tortuosa. Depois que eu passei no movimento, entrei pra igreja, fui concertando a vida da gente e graças a Deus aprendi muitas coisas, vivenciei muitos problemas triste de ver trabalhador pegando porrada da polícia, levando tiro, sendo cortado quando nos ocupemos o banco da Amazônia naquele tempo quando a polícia atirava nos vidros e avoava nos trabalhador. Trabalhador levava spray de pimenta, sendo humilhado no meio da rua sendo espancado pela polícia. Então isso tudo marca a vida da gente(emoção) (João Bandeira, 2018).

Emoções mais diferentes possíveis foram às marcas doloridas em cada membro da família de Benedito Alves Bandeira. Mas também orgulho pela figura que foi, o marco que se tornou na história do município, como podemos ver na memória de Leidiane, por mais que não tenha conhecido seu pai, mas as histórias contadas, se encarregaram de sentir orgulho de ser filha de Benezinho, como veremos a seguir,

Com certeza, eu tenho muito orgulho disso dele, eu não tive o prazer, mas eu tenho muito orgulho dele. Todo mundo fala muito bem dele. Quando eu falo que sou filha dele, todo mundo elogia, olha, o seu pai foi uma pessoa muito boa, falam muita coisa boa dele pra mim. Eu fico muito feliz.(Maria Leidiane, 2018).

Giovane é outro que tem grande orgulho da história do pai, como é possível ver aqui,

Dimais, porque o que a minha mãe falou aí que ele mexia na terra dos outros, era aquela terra improdutiva, que não servia mais que ninguém fazia nada. Porque naquele tempo era nervoso, né? Não podia mexer no que é dos outros, alias até hoje, se o cara mexer no que é dos outros pode ter o mesmo fim que o meu pai teve. (Giovane, 2018).

Maria José, a segunda filha mais velha, nos conta o orgulho de ser filha de Benezinho,

Eu lembro um dia que ele chegou de congresso grande, ele chegou com uma sacolinha falando, olha, roubaram as minhas coisas, aí a vovó, uma velhinha , né, falou assim, olha meu genro você é procurado, tão querendo lhe matar. Não, eu não tenho medo. Falou assim, eu não tenho medo de deixar minhas filha, minha vida, eu não tenho medo de nada, isso aí foi um engano. A vovó falou assim, não, não foi não. Nesse dia roubaram até minha certidão que tava na pasta dele. Aí um dia ele falou assim. Me deu pra vovó né. Aí eu lembro disso que ele falou assim. Á dona Mocinha, eu falei pra senhora, não foi pra uma irmã né. Ele era prosista, tava dando pra ela cuidar de criança, dei ela pra cuidar da senhora. Aí ele falava, e mamãe discutia com ele. Meu velho vão te matar. E ele dizia, não, eu não tenho medo de nada. Eu quero fazer as coisas de Deus, se eu morrer tô dando meu sangue pra Deus. Aí a mamãe falava com ele, discutia. Porque ele queria deixar a roça por causa do sindicato, e até porque eu também, depois que casei nois entremo na terra, assim, foi luta, chegaram um dia pra despejar, eu com meus filhos só tava nois. Ainda queriam botar duas filha que eu tenho no carro pra ir atrás do chefe né. Eu falei, olha não tem chefe, só ta nois. Eu fui procurar onde tava meu esposo pra mim me livrar. Aí falei, olha meus filho aquele multidão de polícia. Aí eu lembrei daquilo que meu pai tinha deixado, porque foi uma coisa que ele deixou e não tinha medo, aí lembrei, poxa foi uma coisa que meu pai deixou então não vou ter medo. Aí venci, mas graças a Deus hoje em dia nois tamo porque entrou um homem e pegou aquela terra, mais

peguemo outra terra e tamo nela, e graças a Deus e eu digo, aquela terra ali é uma história pra mim né. Porque foi uma coisa que eu venci. Ai, eu não posso falar na frente que eu choro. Falam sobre a vida do meu..., mas eu não falo, a Bete fala, mas eu não falo. Eu tinha uns quatorze anos quando ele morreu... (Maria José, 2018).

Para João Bandeira, o irmão que continuou a luta de Benezinho, não foi só o orgulho que ficou, mas também o legado deixado, as conquistas. Para este, a luta valeu a pena, como descreve abaixo,

(...) Porque se não fosse ele, com certeza, Tomé-Açú...porque não foi só Tomé-Açú, foi o Virgílio lá no Moju, só naquela época, foi 45 dirigente foi tombado. Então o sangue deles fizeram brotar a grande luta (choro) a favor do povo, porque se não fosse eles, com certeza a história dos trabalhadores nunca a gente tinha chegado onde a gente chegou, que foram muita conquistas mesmo. Problema de assentamento que os trabalhadores não tinha, problema de energia que hoje tem nas comunidades. Projeto no banco, associação, compra de veículo, de trator pra fazer trabalho na agricultura. Hoje tudo que tem na agricultura familiar eu retribuo ao sangue derramado desses companheiros nosso que tombaram aí na luta. (João Bandeira, 2018).

Maria de Fátima, a esposa, recorda que Benezinho foi uma pessoa muito boa pra ela nos tempos em que viveram juntos e que por isso, não consegue participar das atividades que fazem em sua homenagem, pois as lembranças maltratam muito. Também sobre a escrita da história sobre sua memória, esta tem restrições, como podemos observar a seguir,

O pessoal veio aqui emprestar e levaram e nunca devolveram, tinha um jornal da morte dele, levaram tudo. Tenho a certidão de casamento, de óbito eu tenho tudo guardado. Até uma vez um menino veio pedir aqui, eu acho que pra fazer as coisas no nome dele e eu disse que quando viesse pedir agora eu não ia dar mais não porque eu fico revoltada assim, porque ficar sem meu marido, ficar nova e até eu digo as vezes, que eu não sei se é sorte ou é né, por que até hoje eu não tive um marido assim, eu arrumei já uns quebra galhos mas nunca foi como meu marido que me dava valor, me presava, meus filhos, me sustentava e assim não tem nenhum assim. As vezes eu fico só e eu digo, eu tenho vontade arrumar um marido, mas não é por outra coisa, é porque de noite eu fico só e sem um marido é ruim. É por isso que eu deixei de ir na igreja católica, que eles falam muito nele e aí eu me lembro de tudo, do começo ao fim que vai passar, e até de eu tá falando agora, eu sinto... (choro), por isso que eu não vou que o padre fala muito dentro da igreja da morte e eu nunca me esqueço, nunca. Foi dezessete anos de companheirismo, ele nunca brigava comigo, tratava bem meus filhos. Senti muito e sinto. Não tem outro homem pra substituir o lugar dele, de jeito nenhum. Eu lembro dele direto e por isso que eu não vou no sindicato nem na igreja católica que eu deixei por causa disso, eles falam muito nele, desde o começo e é meio ruim assim, eu me sinto mal e eu sou assim meio coisa, que eu não posso sentir que sobe minha pressão aí eu evito (Maria de Fátima, 2018).

As palavras de dona Maria de Fátima resumem bem o sentido da sua memória, da sua dor. A dor da perda não só do esposo, companheiro, pai dos filhos que tiveram, mas a dor que não passa mesmo com tempo passando, mais de trinta depois ainda se recorda dele com uma saudade grande. Mas também há essa memória de uma tristeza pela falta de zelo com o nome, da falta de cuidado com os documentos ou o pouco que sobrou de sua história, ficando evidente que as lembranças são as que jamais se apagarão, mesmo com tanto passando. A

seguir, memória de Benezinho em Tomé-Açu da família, dos movimentos sociais, da família e das autoridades.

Imagem 59 - Maria de Fátima – viúva



Fonte: Autor

Imagem 60 - Maria Leidiane - filha



Fonte: Autor

Imagem 61 - Giovani – filho



Fonte: Autor

Imagem 62 - Maria Elizabeth - filha



Fonte: Autor

Imagem 63 - Maria Benedita – filha



Fonte: Autor

Imagem 64 - Maria José - filha



Fonte: Autor

Imagem 65 - Maria Elvira – irmã



Fonte: Autor

Imagem 66 - João Bandndeira - irmão



Fonte: Autor

Imagem 67- Lugar onde Benezinho foi morto



Fonte: Autor

Imagem 68 - Placa com o nome de Benezinho



Fonte: Autor

Imagem 69 - Sede do STR de Tomé-Açú



Fonte: Autor

Imagem 70 – Sede da delegacia de polícia



Fonte: Autor

Imagem 71 - Caritas com o nome de Benezinho



Fonte: Autor

Imagem 72 - Pe. Zezinho em celebração em 2016



Fonte: Autor

Imagem 73: Comunidade na celebração em 2016



Fonte: Autor

Imagem 74 – Homenagem no cemitério



Fonte: Autor

Imagem 75 – Elizabeth próximo da sepultura do pai



Fonte: Autor

CAPITULO IV – PAULO CESAR DE LIMA FONTELLES - O ADVOGADO DO MATO

Luiz Maklouf Carvalho (1994)¹¹² no livro “Contido a bala: a vida e a morte de Paulo Fontelles, advogado de posseiros no Sul do Pará” publicou a biografia importante de Paulo Fontelles, mostrando seus relacionamentos, sua vida social e de certa forma um histórico do advogado-militante-ativista das causas sociais nos ajudando a vermos a trajetória desse homem. Segundo o autor, “Paulo Cesar Fontelles de Lima nasceu no dia 11 de fevereiro de 1949 por uma parteira em Belém. Era filho de Benedito Osvaldo de Lima Rodrigues de Lima, mais conhecido por Nito e Cordolina Fontelles de Lima. Paulo era o oitavo filho do casal, sendo o segundo tendo nascido em Belém, o restante havia nascido em Manaus.

Paulo César Fontelles de Lima se criou em Belém, foi uma criança como qualquer outra, seguiu os estudos na escola primária, era religioso, chegando a se tornar coroinha. Ao terminar o ‘Clássico’, quando estava apto para concorrer a uma vaga na universidade, foi fazer um cursinho do professor Luiz Euclides, onde conheceu Hecilda Veiga. No resultado do vestibular, este passou para o curso de Direito.

Nesse momento, Paulo César Fontelles de Lima já estava familiarizado com diversas leituras Marxistas-leninistas. Mas é na universidade que vai se aproximar das ideias dos grupos que estão discutindo a resistência ao golpe instalado no Brasil. A princípio ele seguirá na chamada Ação Popular. Aos poucos seu engajamento foi aumentando, foi participando de ocupações da faculdade, de pichações pela cidade, defendendo ideias marxistas, falando em público, foi participando de congressos clandestinos.

Paulo César Fontelles de Lima casou com Hecilda em 19 de junho de 1970. Já estavam, além da vida na militância juntos, também dividindo a vida de forma conjugal. Em 1971 o casal foi para Brasília em missão como militantes da Ação Popular no sentido de ajudarem na organização e de dar suporte para o movimento que seguia com dificuldades frente aos militares. Lá em Brasília, Hecilda ficou grávida do primeiro filho do casal, mas, em dezembro de 1970, depois de um tombo, ela perde o filho, Davi, que nascera vivo, mas não resistiu e faleceu.

A situação ficou muito difícil para o casal em 1971, mais precisamente no dia 06 de Outubro quando ambos foram presos, em horários diferentes e foram levados para o Pelotão de Investigações Criminais, PIC, lá, começou uma sessão de tortura que durou dias, semanas,

¹¹²CARVALHO, Luiz Maklouf. Contido a bala: a vida e a morte de Paulo Fonteles, advogado de posseiros no Sul do Pará”. Belém. – Editora Cejup, 1994.

apanhando e sendo torturado e acima de tudo sem saber de notícias de Hecilda, sendo que esta já estava grávida de alguns meses. De Brasília, o casal foi levado para o Rio de Janeiro, onde grávida Hecilda deu à luz ao seu filho que foi chamado de Paulo Cesar Fontelles de Lima Filho, o nascimento se deu no dia 20 de fevereiro de 1972. Ainda em junho desse ano, mais precisamente no dia 07 de junho, ambos foram considerados “desligados” da Universidade Nacional de Brasília. O documento, assinado pelo então Chefe de Assessoria para Assuntos Especiais, Joselito Eduardo Sampaio, destacava o seguinte,

Senhor Diretor, Comunico a Vossa Senhoria que o Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura, pelo Aviso nº 577, informa haver homologado decisão no Processo Sumário com base no Decreto-lei nº 477, de 26.02.69, desligando os seguintes alunos desta Universidade: 1. Hecilda Mary Veiga Fontelles de Lima - Mat. Nº 3317/70; 2. Paulo César Fontelles de Lima – Mat. Nº 2895/71. (Memorando AAE Nº 012/72)¹¹³.

Em depoimento a Edilza Fontes para o projeto “A UFPa e os anos de chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-4985)” Hecilda Mary Veiga, testemunha ocular dos acontecimentos mais difíceis que viveu junto com Paulo Fontelles em Brasília fala sobre as torturas físicas e psicológicas que sofreram tanto na capital brasileira quanto no Rio de Janeiro para onde foram levados posteriormente. Suas lembranças, além de comoventes, são uma lição de vida e de superação.

Em seu depoimento, serena, sua narrativa passou pela lembrança de infância, recordando dos pais que eram de origem nordestinos e que cedo vieram pra Belém e que aqui se casaram no dia 14 de fevereiro de 1942 e seu nascimento se deu no dia 11 de março de 1947. De família humilde cursou todo seu ensino primário e ginásio nas escolas públicas nos colégios Augusto Montenegro, Paes de Carvalho, finalizando no Magalhães Barata. Foi professora no projeto de alfabetização de adultos e em 1967 ao concluir o segundo grau foi cuidadora da Casa do Professor que ficava na avenida Almirante Barroso.

Ao som de “Pata-Pata” da cantora africana Mirian Makeba, comemorou o resultado de sua aprovação no curso de Ciências sociais na UFPa do ano de 1968. O ano de 1968, para Hecilda foi um ano muito intenso, foi o ano da morte do ativista pelos direitos dos negros nos Estados Unidos, Martin Luther King, a morte do estudante Edson Luiz no Rio de Janeiro e também o ano do famoso AI5 (ato institucional número 5). Nesse ano, já na universidade, conheceu outros colegas como Violeta Loureiro, Paulo Fontelles, Edna Castro. Mas o AI5 foi um divisor de águas, pois houve um silenciamento dos movimentos estudantis, uma vez que a repressão era muito forte. Tanto que no mês de outubro, o Congresso da UNE em Ibiúna foi

¹¹³ Relatório anual da UNB referente ao ano de 1971. Disponível em Arquivo Nacional. Acesso em em 20/05/2018.

fechado e havia dois estudantes da UFPa que tinham ido participar do evento, que eram Arnaldo Barreto do curso de Engenharia e Vanilson do curso de Direito. José Alberto Capiberibe também foi, mas não conseguiu chegar a tempo.

Hecilda lembra que ela e Paulo, além de Humberto Cunha foram recrutados pela AP e faziam reuniões na casa de Romero Ximenes, e que sua missão e de Paulo Fontelles, que já mantinham um relacionamento era de saírem de Belém e ajudarem na reorganização do movimento estudantil. Foram então destacados para Brasília em junho de 1970 com uma infraestrutura já montada, com vagas na UNB e alojamento para ficarem. Ali interagiram ao ponto que puxaram uma greve que fechou o restaurante universitário e aos poucos foram abrindo os centros acadêmicos que viviam fechados, foram se destacando.

A prisão que sofreram foi porque a polícia federal desconfiou destes e quando voltava da casa de um professor, foi surpreendida e levada pra sede da PF. Grávida de Paulinho. Sua lembrança é de que prisão tenha sido por volta das 17:00. Logo depois pegaram o Paulo Fontelles. Contaram a ele que ela estava no hospital, mas Paulo não acreditou. Hecilda tem na lembrança que ouvia muito a frase sobre a gravidez que, “filho dessa ração não devia nascer”, dita então pelo delegado Deusdeth, que era muito agressivo. Tanto Hecilda quanto Paulo sofreram muita violência física principalmente na Esplanada dos Ministérios pra onde foram levados e depois para o PIC do Rio de Janeiro. Lá mais violência, tendo uma numa seção dessas desmaiado.

Ainda no Pelotão de Investigações Criminais, o PIC, localizado na rua Barão de Mesquita foi que colocaram um macacão azul. Ali, a tortura mudou, ela foi pra ‘cadeira do dragão’ e Paulo ficou no ‘paraíso’ onde sofreu choques elétricos, pau de arara, todo tipo de agressões. Segundo Hecilda, a ‘cadeira do dragão’, a pessoa fica nu, amarrado, como se estivesse no púlpito, alguém entrava e acusava e não tinha como ver a pessoa, pois o acusado estava com os olhos vedados. Depois das sessões de tortura voltava pra cela. Lembra ainda que em um momento acordou e estava com cheiro de incêndio e era uma gritaria, pois um filho de um general havia tocado fogo. Nesse momento ela descobriu que estava próximo do natal e havia recebido a visita de Ronaldo Fontelles, seu cunhado.

Uma de suas lembranças mais doloridas foi do momento em que passou mal e a levaram pra uma cela onde a colocaram com muitas baratas de todo tamanho. Esse espaço já era em Brasília, onde já estavam de volta. Ela e Paulo. Tanto que conseguiu falar com o amado por um instante numa sala chamado parlatório e era bem próximo do natal. Novamente voltou para a cela onde estavam as baratas, como podemos ver no trecho a seguir,

Falei com o Paulo e depois voltei pra cela onde estavam as baratas e tirei o sutiã pra fechar a boca e os ouvidos pra barata não entrar, mas roeram, uma coisa horrível. O Paulo até hoje tem medo de barata, deve ser disso. (HECILDA VEIGA: In, FONTES, 2014).

Outro momento difícil foi quando entrou em trabalho de parto para o nascimento de Paulinho no dia 20 de fevereiro de 1972. Sem forças e com o peso muito baixo, o procedimento no hospital foi de uma cesariana sem anestesia, que ela lembra não ter dito um ‘ai’. Mas as 22 horas e cinquenta e cinco minutos de um domingo, nascia o primogênito. Ficou um mês no hospital por conta do bebê até que foi levada de volta para a cela e depois foram transferidos para Belém, onde quando chegaram ficaram provisoriamente presos no Batalhão de Guardas da PM na rua Gaspar Viana. Chegaram numa sexta à noite e ficaram mais ou menos uma semana até que foram levados para o Presídio São José. No pouco tempo que ficaram presos, Hecilda engravidou do segundo filho, no seu dizer, de que entrou grávida na prisão e saiu grávida também, chegando no ano seguinte o segundo filho, Ronaldo Fontelles.

Ainda sobre as lembranças dolorosas do fim da prisão em Brasília, viram quando chegaram os presos do Araguaia, entre eles, José Genoíno e lá ainda aprendeu algumas canções. Ouvia dos militares que diziam que iam bombardear Xambioá. Viu também gente de Trombas e Formoso que haviam iniciado um processo de Reforma Agrária, como Zé Porfírio e Geraldão. Em Belém, Hecilda cumpriu mais um ano de prisão e Paulo Fontelles um ano e oito meses. Ambos conseguiram retornar à universidade em 1976. Paulo voltou primeiro e Hecilda só terminou a faculdade já no ano de 1983. A volta da prisão e da experiência dos dias difíceis foi importante, uma vez que aqui puderam dar continuidade a luta pela reorganização da universidade e a criação de vários movimentos, entre eles a fundação da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos, do qual Paulo Fontelles foi o primeiro presidente. Em suas palavras, ‘toda a luta valeu a pena’.

Paulo César Fontelles de Lima Filho, o primeiro filho do casal, que nasceu nos porões da ditadura no Rio de Janeiro, me concedeu uma entrevista no início de 2017, alguns meses depois veio a falecer em Belém em outubro desse mesmo ano, me relatou um pouco a história de seus pais,

O meu pai é de uma família de classe média em Belém, vamos dizer assim, o meu avô era comandante da Marinha Mercante, foi um homem muito trabalhador e fez carreira a vida inteira na Marinha Mercante, começando inclusive como foguista e terminando inclusive como professor da Marinha Mercante, que hoje é o Ciaba, na época era Sinave... E morreu no início da década de 1980, era uma pessoa muito interessante. Minha avó era de uma família tradicional, era filha do coronel Miguel Fontelles, inclusive que combateu em Canudos, voltou da guerra de Canudos como Capitão, membro das tropas maiores do exército paraense e minha avó tem uma origem que não é uma origem modesta, ela é filha de um militar e meu pai é filho

dessa família, sempre viveram em Belém. Aliás meu pai...meu avô sofreu uma perseguição na década de 1930, meu avô era um cara assim que participava dos movimentos que sofreu uma perseguição que fez com que ele fosse morar em Manaus, meus avós moraram em Manaus durante muitos anos. Dos nove filhos que eles tiveram, só três nasceram em Belém que é Alaiza, a mais velha, o Paulo, o papai, e o Zé Fontelles. Que seis filhos nasceram em Manaus por conta dessas perseguições, ele morou mais de dez anos. Acho que passou quatorze anos morando em Manaus. Meu pai surgiu dessa formação. Meu avô era um cara muito austero, meus avós eram pessoas politizadas, ingressaram no partido Comunista na década de 1940 e meu pai surgiu desse processo todo, de uma família numerosa, com nove filhos e ele muito cedo despertou pra consciência da questão política, começou a participar da juventude católica e certamente ali que vai ter as primeiras noções das questões sociais. Era uma pessoa muito estudiosa, meu pai era um homem que lia muito, leu seguramente todos os clássicos da literatura até os dezesseis ou dezessete anos o que lhe conferiu um grande intelecto, gostava muito de ler, de estudar e provavelmente com sua presença em certa medida nas atividades da juventude católica como também a leitura lhe permitiram ver o mundo de forma diferente e ele vai ingressar nas lutas, ele vai fazer parte dessa geração de 68 de jovens brasileiros que se bateram contra a Ditadura, foram as ruas quando o estudante paraense Edson Luís foi morto no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro e participou disso tudo. Começou na Juventude Universitária Católica, mas logo os militantes da JUC entraram na Ação Popular que depois se chamou Ação Popular Leninista Marxista e na prisão vai conhecer o Partido Comunista do Brasil, ele preso em Brasília no PIC, ele vai ter o conhecimento da Guerrilha do Araguaia porque os primeiros camponeses presos foram mandados pra Brasília. Inclusive ele, durante muito tempo ficou na cela ao lado do José Genoíno e ficou muito feliz em saber que naquele momento havia uma guerrilha no Pará, que era pra enfrentar os militares. (Paulo Fontelles Filho, 2017)

A memória de Paulinho Fontelles, como foi chamado à vida toda, vai mais além dessa primeira parte, ele guardava toda a tensão que seus pais passaram, e obviamente este também passou, uma vez que no ventre de sua mãe, assim como ela, foi torturado, por isso, sua lembrança é também intensamente dolorida, como podemos ver mais uma vez,

O contexto do meu nascimento foi daqueles dias terríveis da repressão política no Brasil. Os meus pais, Paulo e Hecilda, eram alunos da Universidade de Brasília. Ele fazia Direito e ela Ciências Sociais e há seis de outubro de 1971 eles foram presos sob acusação de subversão, sob acusação de lutar contra o estado terrorista dos generais. E foram presos, barbaramente torturados. E enquadrados em vários artigos daquele processo da repressão política no Brasil e eu vou nascer exatamente nesse contexto, a minha mãe foi presa com cinco meses de gravidez e nasci naquele contexto todo, muita violência pra aquele processo todo. Meus pais foram presos no PIC do pelotão da polícia do exército, foram torturados no próprio Ministério do Exército, foram levados para Barão de Mesquita no Rio de Janeiro, que era o centro de tortura científica e terminaram a pena, ambos condenados aqui no presídio São José em Belém do Pará. Então, eu sou filho desse processo, da repressão. Os meus pais inclusive, geraram um outro filho nesse processo todo, mas aqui em Belém já no final da pena que ambos sofreram. Não foi apenas esse processo, que foi 477, eles foram enquadrados no instituto criado na época em que Jarbas Passarinho era ministro da educação que retiravam estudantes que haviam sido condenados à possibilidade de estudar por três anos. E a tortura que meus pais sofreram, todos nós, todos, porque a tortura que meus pais sofreram, é transgeracional. Eu senti isso, porque eu fui torturado no ventre da minha mãe e o meu irmão que nasceu na prisão, que nasceu na prisão não, que foi gerado na prisão, eu nasci e tive um irmão gerado na prisão. E foi nesse contexto que eu nasci. Pais militantes políticos, empenhados na luta contra a repressão política, presos e torturados como milhares de brasileiros. Infelizmente muitos deles não são capazes de relatar como seus direitos foram

violados, foram assassinados. Inclusive o Brasil hoje é um país que se debruça em cima da localização dos desaparecidos políticos. (Paulo Fontelles Filho, 2017)

Como mencionado, Paulinho carregou por toda sua vida as angústias do sofrimento que seus pais passaram. Essa lembrança sempre contada e documentada em vários meios impressos reforçaram durante muitos anos um sentimento de muita dor, dos pais, mas também dos filhos, principalmente dos dois mais velhos, uma vez que quando vieram terminar de cumprir a pena em Belém, em um momento de encontro em uma cela em que Paulo Cesar Fontelles de Lima e Hecilda Veiga ficaram a sós, dali veio nascer o segundo filho, então gerado na prisão, Ronaldo Fontelles. O próprio Ronaldo relembra inicialmente a situação da prisão dos pais em Brasília, quando já eram ligados a movimentos sociais, vejamos,

Sim, já eram ligados aos movimentos estudantis, no caso em Brasília e lá eles foram presos e torturados e quando do meu nascimento, meu pai ainda estava preso né, minha mãe já tinha cumprido a pena dela, todos os dois foram enquadrados na lei de segurança nacional. Meu pai ficou preso um ano e oito meses e minha mãe um ano e dois meses. Então quando eu nasci, meu pai ainda estava preso e ele só saiu da prisão quase três meses depois que eles foram presos em Brasília, salvo engano, no dia 09 de outubro de 1971 e foram encaminhados para o DOPS e depois foram torturados, enquadrados na lei de segurança nacional e depois tiveram uma passagem na famigerada Barão de Mesquita onde funcionava no Rio de Janeiro no DOI-COD. Só depois eles voltaram pra Belém, onde foram julgados pelo Superior Tribunal Militar, enquadrados na Lei de Segurança Nacional e eles tiveram essas penas e vieram cumprir essa pena aqui em Belém. E é até uma história interessante, que quando eles chegam em Belém, já um tempo sem se ver eles foram primeiros recolhidos ali naquela base da Gaspar Viana da Polícia Militar e lá nesse primeiro final de semana eles ficaram juntos na mesma cela e nesse momento a minha mãe engravidou, engravidou de mim. O Paulinho nasceu em Brasília, ele era o irmão mais velho. Quando ele nasceu, ele ficou 30 dias com a minha mãe e depois ele foi dado aos cuidados de meus tios e minha avó Cordolina que cuidou dele por um tempo. (Ronaldo Fontelles, 2018.)

Sobre a história de um casal ficar junto em uma cela, para o fato de Ronaldo Fontelles ter sido gerado nessas circunstâncias, o próprio comenta o seguinte,

Não podia, mas eles quando fizeram essa transferência tinham alguns amigos aqui que já estavam presos na época que já conheciam como é que funcionava lá o batalhão da Gaspar Viana e eles conseguiram ficar juntos nesse final de semana e depois eles foram cumprir o resto da pena lá no presídio São José. E cumpriram a pena toda. (Ronaldo Fontelles, 2018).

Na metade da década de 1970, mais precisamente em 1975, depois de terem superado em parte os problemas com os militares, já terem dois filhos, Paulo e Ronaldo, e passado uma temporada na ilha de Mosqueiro com os tios em um projeto de seringa, Paulo Cesar Fontelles de Lima e Hecilda Veiga retornaram pra Belém e tentaram retomar a vida, mas os problemas conjugais apareceram uma inevitável separação se iniciou.

Paulo então conheceu Sandra Zaire ainda em 1975, colega de Hecilda Veiga. Paulo e Sandra iniciaram um relacionamento que foi consumado por um casamento no dia 26 de julho

de 1976. Desse relacionamento nasceu Juliana Fontelles em 05 de agosto de 1978. Nesse momento, Paulo já formado em Direito já levava uma vida intensa em relação aos movimentos conturbados que se dava no campo agrário, sendo a Fazenda Capaz uma das que teve apoio de um grupo de pessoas dispostas a ajudar, entre eles Paulo Fontelles. Junto com outros ativistas, criaram a Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos, SPDDH e que foi fundada em 15 de agosto de 1976 tendo como presidente, Paulo Fontelles. Um dos frutos da SPDDH foi à criação do Jornal Resistência, um instrumento de denúncias das mazelas sociais do campo e da cidade.

Atuante como advogado, Paulo Cesar Fontelles de Lima Filho foi para Conceição do Araguaia em fins de 1978 a convite da Prelazia. Lá os conflitos se acentuavam e não havia um advogado que se interessava por atuar nessa região devido os embates ali existentes, sobre parte desse processo. Sobre a memória da transição dos pais e alguns dos acontecimentos que levaram o advogado a ir para o sul do Pará, Paulinho Fontelles então comenta,

Não exatamente porque ele vai ser enquadrado, as torturas foram muitas severas, os meus pais apanharam muito e quando estavam enquadrados pelo 477, foram morar em Mosqueiro. Minha família, naquela época tinha um projeto, tinha tios que tinham fazendas, projetos ligados a seringa, meus tios montaram um projeto no final da década de 70, houve um impulso e meu pai foi morar no Mosqueiro no sentido de se recuperar, não podia estudar e vai trabalhar nesses seringais da família. Mas a partir do momento que ele pode retornar a universidade, ele o faz. Como retoma a própria militância política através de um evento que foi muito importante na luta que foi a criação da Sociedade Paraense de defesa dos Direitos Humanos, SDDH e ele retoma a militância política e ele vai despertar pra essa questão dos camponeses que são duas coisas, o aspecto da Guerrilha do Araguaia e também a luta da fazenda Capaz. A fazenda Capaz era dirigida por um norte-americano, John Daves. Inclusive era um coronel reformado do exército dos Estados Unidos e que na primeira metade da década de 1970 promoveu muitas atrocidades contra os camponeses e em 76 os camponeses vão reagir à truculência desse americano ocupando terras na Amazônia contra essa entrada do capital internacional na Amazônia e os camponeses vão e matam o John Daves e seu filho. Isso gerou uma onda de repressão, mas gerou também uma onda de solidariedade a causa desses camponeses e liderados inclusive pela figura do Ruy Barata, Ruy Paranatinga Barata que era advogado dos camponeses. E ele, a partir do momento que vai tomando conhecimento desse campesinato na Amazônia ele também vai se interessando. Quando ele se forma, ele vai até a Comissão Pastoral da Terra pra defender os trabalhadores rurais dessa região do baixo Araguaia. Naquela época inclusive, Dom Ivo chegou a me dizer que a própria igreja católica fez um certame com muitos advogados país afora, e o único advogado que se propôs naquele momento a fazer a defesa desses posseiros foi meu pai, quando decidiu em 78 abandonar Belém e ir fazer a defesa dos trabalhadores rurais, daqueles que eram atingidos pelo poder econômico do latifúndio e gerou todo esse caos que nos temos hoje na Amazônia paraense. Então o meu pai, desde o primeiro momento se colocou a disposição e vai ser de fato...o primeiro caso que ele assume é o da guerra dos perdidos. A guerra dos Perdidos na memória dos camponeses é a segunda guerra, porque a primeira guerra foi a da guerrilha do Araguaia, então essa é a segunda na memória dos camponeses, mas houvera outras como a dos Cajueiros, da Tupã Ciretran, como a guerra do Pisiú, como da Gleba Cidapar. Em 1980 meu pai chegava a dizer na caravana dos desaparecidos do Araguaia, que mais de 250 mil hectares de terra haviam sido ocupados em 1979 por esse movimento social camponês. É claro que articulado com a Comissão Pastoral da Terra fazendo essa defesa como um todo. Não é à toa que essa sua militância era

também uma militância política, contra esse entreguismo que existia no Brasil, e ele fez isso em dez anos, porque ele termina o curso em 77 e depois em 87 ele vai ser assassinado. E isso envolve sua militância política, envolve essa militância dos direitos humanos, foi deputado que tinha um pé no plenário e outro nas lutas do povo. Foi um homem que apesar de ter sido morto muito jovem aos 38 anos, mas que produziu um legado, meu pai é um herói do povo brasileiro. E é uma das vítimas desse processo, desse latifúndio. Latifúndio nos remete a um país escravocrata, um país que a gente achava que tinha superado com a abolição da escravidão, mas, muito pelo contrário, as terras no Brasil, elas sofrem as influências das oligarquias, o golpe que a gente assiste é um pouco disso. (Paulo Fontelles Filho, 2017).

A memória do seu filho nos remete a todo um sentimento de afeição de seu pai a luta em defesa do povo, principalmente dos mais necessitados no campo e mais ainda os do sul e sudeste do Pará que nos finais da década de 1970 que já vivia uma situação de campo minado. É nesse bojo da saída da prisão e de um breve período em Mosqueiro que Paulo César Fontelles de Lima decide retomar seu projeto de ativista social, agora já mais preparado, mais qualificado, mais firme vai à busca daquilo que procurou fazer. Ainda sobre esse processo, Ronaldo Fontelles também comenta,

Eles voltam depois pra concluir o curso deles a partir de 76. Após a sua colação de grau em agosto de 77 ele recebe um convite da Comissão Pastoral da Terra da Prelazia de Rio Maria, do padre Ricardo Rezende e nesse sentido ele é contratado pela CPT e vai pro sul do Pará pra fazer essa atuação jurídica junto a Prelazia de Rio Maria e toda aquela região do Araguaia. Ele depois eles se divorciam e oi papai vi casar com a Sandra e nós vamos todos pra Conceição do Araguaia todos pequeninos. Eu, Paulinho, a Juliana e Sandra, o papai. Nós fomos morar em Conceição do Araguaia. E Conceição do Araguaia era uma terra que ainda estava sendo desbravada, mas eu tenho algumas e recordações de lá da casa que nós morávamos que era em frente ao rio Araguaia. E era uma casa sempre muito movimentada por causa sempre da presença dos camponeses, das lideranças sindicais da região. Então era uma casa assim, meio que respirava muita política e também um papel na história que era o papel pela redemocratização. (Ronaldo Fontelles, 2017).

Embora Ronaldo Fontelles se refira a Prelazia de Rio Maria, esta não existiu. Porém, as voltas com as defesas dos trabalhadores do sul e sudeste do Pará, principalmente da região do município de Conceição do Araguaia, Paulo Cesar de Lima Fontelles vai se transformando na grande referência no combate a luta contra a impunidade. Com isso se inicia um, outro processo em sua vida, o temor por sua segurança, mais também, cada vez mais a militância na vida política também o que aos poucos lhe credenciará a disputar um cargo no parlamento local.

Antes desse processo, porém, os embates vão se dando e Paulo César Fontelles de Lima segue na trincheira das lutas pela defesa dos despejados e daqueles que estavam a mercê de sofrer os ataques dos latifundiários no campo.

Em arquivo da Comissão Pastoral da Terra Norte II citado por Ronaldo Barata no livro *Inventário da Violência: crime e impunidade no campo paraense*, cita o autor com o título

“Grupo alemão inferniza a vida dos posseiros”, informando que na localidade ‘Fazenda Aldeia’ que ficava na estrada PA 150 entre Redenção e Barreira do Campo no município de Santana do Araguaia no sul do Pará houve um conflito por terra que tiveram vários personagens envolvidos sendo eles, Juracy Marques Tavares (juiz de Direito), Paulo Sérgio Frota (Juiz de Direito), Paulo Fontelles (advogado), Wagner Fabiano (posseiro), Helmut (gerente da fazenda), Ari dos Santos (posseiro), além das organizações mencionadas, sendo essas, Empresa Nixdorf, Comissão Pastoral da Terra, Justiça Estadual, e Polícia Militar do Estado. Vejamos o que diz o texto,

O município de Santana do Araguaia continua sendo palco de intermináveis conflitos de terra que fazem parte do cotidiano da região. Na estrada PA- 150, no trecho que liga Redenção à Barreira do Campo, a empresa alemã Nixdorf, proprietária da fazenda Aldeia, está em litígio com cerca de 150 posseiros. A multinacional já usou de todos os expedientes para expulsão dos posseiros. No ano passado, de posse de um mandado judicial deferido pelo juiz da comarca de Conceição do Araguaia, Juracy Marques Tavares, conseguiu paralisar todos os serviços que estavam sendo realizados na área. Logo após a substituição do juiz, o novo magistrado que assumiu a comarca, Paulo Sérgio Frota, revogou a liminar concedida, determinado, entretanto, que um contingente da Polícia Militar permanecesse na área para evitar violência de ambos os lados. Agora, segundo denúncias do advogado Paulo Fontelles e do posseiro Wagner Fabiano, que se encontra em Belém, os soldados da Polícia Militar colocaram-se a serviço da Nixdorf e, juntamente com o gerente da Fazenda Aldeia, um alemão de nome Helmut, vem infernizando a vida dos posseiros. No último dia 13 de janeiro, soldados da PM, sem nenhuma ordem judicial, fizeram a apreensão de 69 sacos de arroz do posseiro Ari dos Santos e os transportaram até a sede da fazenda Aldeia. No dia 14 do mesmo mês, funcionários alemães da fazenda estiveram no lote do sr. Wagner Fabiano, com o intuito de colher o arroz produzido na sua área. Advertidos de que a roça não pertencia à Nixdorf, os homens se retiraram. Entretanto, para surpresa de todos, retornaram no dia seguinte e fizeram a apreensão de todo o arroz já colhido. As denúncias formuladas ao destacamento da Pm em Conceição do Araguaia foram inúteis, pois a Polícia estava conivente com as ações praticadas pela Nixdorf na área. (BARATA, 1995, p. 18,19).

A situação dos conflitos pela terra era uma realidade no Pará. O caso narrado acima demonstra a força de ‘gringos’ com poder aquisitivo adquirindo terras dentro da lei e inúmeras vezes ‘fora da lei’. Expulsar trabalhadores rurais que ocupavam uma área com aval da justiça não era nenhum segredo. No caso acima, o então advogado da Comissão Pastoral da Terra, Paulo Fontelles estava engajado na causa da defesa, embora parecendo que lutava contra tudo e contra todos o Estado, na figura do judiciário, a Polícia Militar e a pistolagem do campo junto com os fazendeiros, sempre bem armados.

Entre os dias 01 de janeiro e 13 de junho de 1980, Ronaldo Barata mencionou 41 relatos de conflitos pela posse da terra no Pará. Ainda no dia 13 de junho desse ano, o autor trouxe mais uma matéria sobre a conturbada situação no campo onde Paulo Fontelles atuava como advogado. Intitulado “Violência a sete quilômetros dentro da mata”, traz a seguinte descrição: Episódio nº. 41.80, data 13/06/80. Fonte: Ofício da Contag ao presidente do Inkra.

Localidade: km 94 da PA-150, município de Jacundá. Pessoas citadas: Brasilino Rodrigues de Sousa (grileiro), Paulo Fontelles (advogado), juiz da comarca de São Miguel do Guamá. Organizações mencionadas: Polícia Militar do Estado, comarca de São Miguel do Guamá. Vejamos o relato,

Mais de cem famílias de posseiros foram ameaçadas pelo grileiro Brasilino Rodrigues de Sousa. O conflito começou em 1979, quando em março, daquele ano, Brasilino executou, sem ordem judicial, violento despejo de todos os posseiros da área, queimando suas casas e plantações. Acobertado pela Polícia Militar, prendeu alguns posseiros e, com a ajuda de três soldados, invadiu o colégio para prender o advogado da Comissão Pastoral da Terra, Paulo Fontelles. Apesar das ameaças, os posseiros retornaram aos seus lotes. Em junho de 1980, Brasilino, acobertado por uma liminar concedida pela juíza de São Miguel do Guamá, voltou a realizar novo despejo. (BARATA, 1995, p. 50).

Nessa atuação, Paulo Fontelles saiu da região do sul do Pará para resolver um caso na região nordeste paraense. O caso ali, mais uma vez envolvia um grileiro que a todo custo procuravam usar seu poder econômico para expulsar famílias que viviam nas áreas pretendidas por esse senhor. Mais uma vez o judiciário estava a serviço do grande empreendimento. Ainda era a metade da década de 1980 e o advogado Paulo Fontelles justificava sua atuação em defesa dos trabalhadores rurais, mesmo correndo o risco de ser preso, como mencionado por Barata.

Voltando as questões do sul do Pará, Paulo Fontelles se deparou com o todo poderoso Giovanni Queiroz. Político e pecuarista, tinha grande influência no estado todo, mas principalmente na sua região. Mais uma vez Ronaldo Barata descreve o imbróglio. Com o título “Prefeito responsabiliza advogados da CPT pela morte de camponês”. Episódio nº. 66.80. Fonte: Jornal “O Estado do Pará”. Localidade: Conceição do Araguaia. Pessoas citadas: Giovanni Queiroz (político), Paulo Fontelles (advogado). Organizações mencionadas: Comissão Pastoral da Terra, Getat. Vejamos o relato,

Em entrevista concedida à imprensa paraense, reunida no hotel Tarumã, em Conceição do Araguaia, por ocasião da assinatura de vários convênios com o governo do Estado, o prefeito municipal, Giovanni Queiroz, prestou contundente declaração contra a ação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e disse que o advogado Paulo Fontelles é o grande responsável pela morte de um “pobre camponês”, assassinado em abril deste ano, pelos posseiros incentivados pelo advogado da CPT a invadirem as terras “de meu irmão, no lote 41, em Itaipavas”. Para o prefeito, “a maneira de agir de alguns elementos da igreja tem sido intolerante. O que eles precisavam fazer era ajudar, mas, ao contrário, ficam incentivando os colonos ao tumulto. É isso o que a Pastoral da Terra vem fazendo atualmente, tentando desacreditar o Getat perante a opinião pública”. Citou o advogado Paulo Fontelles como uma das pessoas que incentivavam os colonos à rebeldia contra medidas da prefeitura que, numa tentativa de retirar os colonos que haviam se situado dentro das terras de seu irmão, indenizou nove deles e firmou acordo com outros 17, para que estes aceitassem se mudar para uma outra área, onde ganhariam lotes com titulação definitiva. Porém, a CPT, se antecipou à concretização dessa medida, incentivando os posseiros à luta pela fixação dentro das terras de seu irmão, causando a morte de um pobre colono que vivia lá. Giovanni fez

questão de esclarecer que os colonos retirados das terras de seu irmão o foram “sem espancamento”. (BARATA, 1995, p. 70).

Como apresentado no relato feito por Ronaldo Barata, Giovanni Queiroz, então prefeito de Conceição do Araguaia, ele mesmo era dono de propriedades de terra e se notabilizava um fazendeiro da região, melhor ainda, um pecuarista. Seu irmão também tinha posses de terras, como mencionado, essa ficava em Itaipavas, localidade onde morava Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, morto nesse mesmo ano, no mês de maio, acusado de incitar posseiros contra fazendeiros e por ser o candidato da oposição sindical nas eleições que ocorreria para o STR de Conceição do Araguaia, município governado por Queiroz.

A matéria acima, mais uma vez vinha mencionar a figura do advogado da CPT, Paulo Fontelles de ser o “agitador e incentivador” dos colonos de promoverem a desordem na região, invadindo terras, se apossando de forma ilegal de propriedades. Ora, Paulo Fontelles fazia aquilo que ele sabia fazer melhor, orientar os colonos a permanecerem nas terras e não serem expulsos, ou venderem por uma pequena quantia em valor. Os colonos em sua maior parte, não tinham a quem recorrer, não fosse a Comissão Pastoral da Terra que disponibilizava advogados para fazerem a defesa, fato contestado pela elite econômica e poderosa local.

Já em 1981, no mês de abril, o loteamento em Itaipavas, pertencente ao município de Conceição do Araguaia continuava em polvorosas, como mais uma vez nos traz Ronaldo Barata. São dois episódios narrados pelo autor. Vejamos o primeiro e logo em seguida o segundo. “Pistoleiro é morto no lote 7, em Itaipavas”. Episódio nº. 7.81. Data: 2.4.281. Fonte: Arquivo CPT – Regional Norte II. Localidade: Lote 7, município de Conceição do Araguaia. Pessoas citadas: Maria da Conceição Sales Solino (proprietária), Neif Murad (grileiro), posseiros não identificados, Mateus Neves da Silva (pistoleiros). Vamos ao relato,

A disputa pelo lote 7, localizado no loteamento Itaipavas, município de Conceição do Araguaia., estava acirrada. Legalmente pertencente à viúva Maria da Conceição Sales Solino e ocupado por dezenas de famílias de trabalhadores rurais, o lote foi grilado por Neif Murad que utilizando-se dos serviços de pistoleiros, tentava expulsar os posseiros. No último dia 2 de abril, nova investida foi realizada para expulsar os posseiros. Estes reagiram e na troca de tiros, o pistoleiro Mateus Neves da Silva, conhecido como “Baiano dos Cachorros”, foi morto. (BARATA, 1995, p. 91).

No segundo episódio, já no dia 08 de abril, Ronaldo Barata, dá prosseguimento no conflito do dia anterior, com uma ação violenta que culminou em prisões de colonos da área. Vamos aos fatos. “Posseiros do lote 7 são presos e sequestrados pela Polícia Federal”. Episódio nº. 8,81, Data: 3,4,81. Fonte: Nota Oficial da Diocese de Conceição do Araguaia, Arquivo CPT – Regional Norte II. Localidade: Povoado de Itaipavas, município de Conceição

do Araguaia. Pessoas citadas: Dom Patrick Hanrahan (bispo de Conceição do Araguaia), Raimundo Ferreira dos Santos, José Nilson do Amorim e Édson Romero da Silva (Posseiros), Neif Murad (grileiro), padre Aristide Camio, Paulo Fontelles (advogado), Oneide Costa Lima (agente pastoral), Ana Lúcia Rodrigues (posseira), Haroldo (peão), “Lázaro Veado” (posseiro), “Baiano dos Cachorros” (pistoleiro). Organizações mencionadas: Diocese de Conceição do Araguaia, Polícia Federal, Getat, Fazenda Novo Mundo. A seguir, o caso relatado,

Através de nota oficial, assinada por dom Patrick Joseph Hanrahan, a Diocese de Conceição do Araguaia denunciou que, no dia 3 de abril, na região do Baixo-Araguaia, nas proximidades do povoado de Itaipavas, foram sequestrados de dentro de um de seus lotes, por oito agentes da Polícia Federal, armados de metralhadora, fuzis e revólveres, três posseiros – Raimundo Ferreira dos Santos, José Nilson do Amorim e Édson Romero da Silva – acusados de terem tomado parte no conflito armado que saiu morto o pistoleiro “Baiano dos Cachorros”, que trabalhou para o grileiro Neif Murad. Segundo a nota oficial, “os três lavradores foram levados para a sede da fazenda Novo Mundo, onde foram espancados com socos, pontapés e golpes de caratê. Foram amarrados nus durante dois dias e um deles ficou suspenso num pau-de-arara com a cabeça sendo batida num tronco de árvore. Tudo isso para que se incriminassem da morte do pistoleiro e acusassem diretamente o vigário da paróquia padre Aristide Camio, o advogado Paulo Fontelles e a agente pastoral Oneide Costa Lima, de serem os mandantes de assassinatos e invasões de terras”. A nota continua esclarecendo que “depois de alquebrados pelas torturas sofridas, foram levados de avião para Marabá, onde ficaram ilegalmente presos e foram submetidos a exame de corpo de delito. Quando ficaram constatadas marcas e sequelas do espancamento sofrido”. A prisão de um dos posseiros (Raimundo Ferreira dos Santos), mais conhecido por “Raimundo Naúla”, foi narrada por sua mulher, Ana Lúcia Rodrigues, em depoimento prestado no dia 8 de abril perante a CPT do Araguaia-Tocantins. Assim foi a narrativa: “Na sexta-feira, dia 3 de abril de 1981, as 12 horas eu estava na casa ralando mandioca para fazer farinha. Aí chegaram uns 15 homens. Um baixo, grossão, vestidos todos de verde. Tinha uma calça *top*, camisa listrada, e outro vestido de calça *top*, e de camisa de manga comprida, e tinha um altão, vestido de calça verde e de camisa branca. Eles falaram comigo, mas a casa estava toda tomada por dentro e por fora, investigando as mulheres que estavam dentro da casa e mexendo nos bagulhos. O grossão, e bem uns quatro, tinham uma lourdinha. Os outros tinham revólveres e o outro grossão tinha uma espingarda grossa. O grossão disse que era federal e que não matava ninguém. Procuraram se tinha armas. Espatifaram a mala e não tinha armas. Eles perguntaram: “Onde está o seu marido? É mulher do ‘Raimundo Naúla não é?’ Respondi: ‘Sim senhor’. Falei que ele estava na roça, trabalhando e aí ele disse: ‘A senhora vai lá comigo’. Eu disse: ‘Eu vou’. Eu fui com eles. Eles enxergaram ele de longe e perguntaram: ‘Qual dos dois é seu marido?’ Respondi que era aquele baixinho moreno. Aí eles foram dar ordem de prisão para ele e amarraram ele e o Nilson, que trabalhava junto com meu marido. Entraram na casa do Nilson e mexeram em tudo. Deixaram a mala velha aberta e todos os papéis da comunidade lá no chão. O caçula e irmão do Haroldo, que trabalhava na fazenda e o “Lázaro Veado” disseram que estava na fazenda sábado...Não, foi domingo. E que não estavam sofrendo.” (BARATA, 1995, p. 91-92).

O conflito pela terra na região de Itaipavas, mais precisamente no lote 7 estava acirrado. No entanto, como podemos ver nos relatos acima descrito por Ronaldo Barata, a intenção da elite econômica e política junto com o aparato policial era incriminar as lideranças dos colonos, principalmente os ligados a igreja da região atacando seus membros

diretos como o padre Aristides Camio, Maria Oneide Costa Lima, viúva de Raimundo Ferreira Lima, o Gringo e o advogado Paulo Fontelles. Percebe-se que em nenhum momento é citado o nome de Maria da Conceição Sales Solino viúva do suposto dono da propriedade e muito menos o nome de Neif Murad, o grileiro que a todo custo estava interessado na referida terra, mesmo com a suposta dona, a viúva e os colonos, tendo o pistoleiro “Baiano dos Cachorros”, sido morto pelo confronto provocado pela ação de invasão na área, o que foram revidados pelos colonos, sem terem prova de quem seriam os autores.

No entanto, essa era a lógica do negócio no campo, ter acima de tudo as forças do aparato policial do estado a seu favor. Não era a toa que prisões de trabalhadores e suas lideranças ocorriam sem o menor pudor, quando não eram espancados, torturados por pistoleiros com a conivência da polícia e aos olhos de juízes. No caso mostrado, da violência em Itaipavas, Paulo Fontelles não escapou de ser preso e levado para a carceragem da Polícia Federal em Belém assim que voltou de Conceição do Araguaia.

Mais uma vez recorro a Ronaldo Barata. Vejamos o que ele nos fala: “Advogado de posseiro é preso em Belém”. Episódio nº. 10.81. Fonte “O Liberal”. Localidade: Município de Belém. Pessoas citadas: Paulo Fontelles (advogado), Orlando Arrifano (delegado de polícia), Aristides Camio (padre), Mateus Neves da Silva (Pistoleiro), Raimundo Ferreira dos Santos, José Nilson de Amorim, Edson Romão da Silva (posseiros), Desusdeth Brasil, Asdrúbal Bentes, Egydio Salles Filho e Carlos Sampaio (advogados). Organizações mencionadas: Dops, Fazenda Novo Mundo, OAB, CPT, e Polícia Federal.

Ronaldo Barata dava a informação que Agentes policiais do Dops haviam detido as 15h30, no aeroporto de Val-de-Cans, no momento em Paulo Fontelles descia do avião que em que este veio de Conceição do Araguaia e dali foi conduzido para o prédio Central de Polícia, para prestar depoimento ao delegado Orlando Arrifano. O início do depoimento deu-se às 16 horas, no exato momento em que Paulo Fontelles então tomou conhecimento de que havia sido detido, pois contra este existia a acusação de, juntamente com o padre Aristides Camio, agido como autor intelectual do assassinato de Mateus Neves da Silva, ocorrido no último dia 2 de abril, no lote 7, em Itaipavas. Orlando Arrifano historiou que Mateus tinha sido assassinado por posseiros no Lote 7, próximo à Fazenda Novo Mundo e que a Polícia local havia prendido os lavradores Raimundo Ferreira dos Santos, José Nilson do Amorim e Edson Romão da Silva, os quais, em depoimento, citaram Paulo Fontelles e o padre Aristide como autores intelectuais do crime, por terem recebido dos mesmos orientação no sentido de partirem para o confronto armado com os pistoleiros que trabalhavam para os fazendeiros da região.

Prossegue Barata, informando que tão logo se iniciou o depoimento, Paulo Fontelles já tinha a seu lado os advogados Deusdeth Brasil, Asdrúbal Bentes (representando a OAB), Egydio Salles Filho e Carlos Sampaio. Tranquilo, Paulo Fontelles disse que era o advogado da CPT e, nesta condição, reunia-se constantemente com milhares de posseiros no sul do Pará e que nessas reuniões tratava sempre da luta pela reforma agrária e procurava aconselhar os posseiros a permanecerem em suas posses, quando boas e legítimas, e que procurassem as autoridades competentes, sempre que ocorresse algum problema”. Quanto no conflito que redundou na morte de Mateus Neves esclareceu que aquele fato era de uma contingência quase normal das arbitrariedades cometidas pelos grileiros, às vezes em conluio com as autoridades policiais contra lavradores que ocupavam a terra já muito tempo.

Paulo esclareceu ainda que ‘só tomou conhecimento do conflito no dia 7’ e afirmou que os ‘depoimentos obtidos contra si e o padre Aristide foram extraídos sob as mais ignominiosas torturas e que, com o tempo, tudo seria esclarecido, o que, aliás, já está ficando provado. Perguntado se era verdade que ele e o padre Aristide haviam aconselhado os lavradores que estavam na área há mais de seis anos para não cederem diante de qualquer ordem estranha e que, se houvesse insistência, poderiam matar os intrusos, foi esclarecido por Paulo que nunca houve esse tipo de conselho, embora como advogado dos posseiros ele defendesse seus direitos com base no que rege a Constituição, inclusive o direito de autodefesa.

De acordo com Ronaldo Barato, Paulo afirmou: “não falamos de morte nas nossas reuniões, tratávamos sempre dos direitos dos lavradores”. Com essa resposta Paulo Fontelles encerrava o questionamento e afirmava que “acreditava ter seu nome envolvido porque era advogado de milhares de lavradores, talvez o único que realmente assumia a defesa dos posseiros”. O depoimento continuou debaixo de muita tensão chegando mesmo a revoltar o advogado Paulo Fontelles, que pediu para constar em sua declaração que “a prática de torturas em Conceição do Araguaia ‘revive o tempo de desgraças’ que acometeu este país nos últimos anos, como só o tempo de desgraça sabe ser. Que considerava o fato uma grande coação física e moral, constituindo-se numa tentativa de impedir sua atuação como advogado da Chapa 2 (da oposição) nas eleições do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia”. E finalizou Barata,

Depois de 5 horas de interrogatório, quando as testemunhas já assinavam as cópias do depoimento, o delegado Arrifano comunicou que Paulo Fontelles seria conduzido para a Polícia Federal, que queria ouvi-lo. Os advogados protestaram, o que, entretanto, foi inútil. Numa viagem da Polícia Civil, Paulo foi mandado para a Delegacia da Polícia Federal. Por volta das 23 horas foi liberado. O inquérito para apurar a morte de Mateus Neves foi remetido para Belém, Paulo foi notificado para

comparecer às 9 horas do dia 14, no Dops, para identificação criminal. (BARATA, 1995, p. 93-94)

Como é possível ver, os conflitos que resultaram na morte pistoleiro Mateus Neves da Silva, e que por conta disso os lavradores Raimundo Ferreira dos Santos, José Nilson do Amorim e Edson Romão da Silva foram presos e torturados, tendo possivelmente denunciado Paulo Fontelles e o padre Aristides Camio pela ‘incitação’ à permanência na área, foi o grande motivo para a detenção do advogado dos posseiros quando chegou a Belém. Como não houve um acompanhamento nos depoimentos dos presos acusados do homicídio, não se sabe o que de fato aconteceu no local para que esses pudessem ter ‘delatado’ as lideranças. O fato é que Paulo foi levado para a Delegacia de Polícia Civil para responder as acusações do delegado Orlando Arrifano e que na sequência encaminhou ainda para Delegacia de Polícia Federal.

Não por sorte, mas por direito, Paulo tinha a seu lado outros advogados, como os mostrados na matéria, Deusdeth Brasil, Asdrúbal Bentes, Carlos Sampaio e nada menos que o já renomado Egydio Salles, que juntos impediram qualquer violação maior que fosse feita contra a pessoa do então acusado. As práticas da incriminação de lideranças eram comuns, destoava dos fatos reais. Enquanto os latifundiários gozavam de prestígios, os defensores e lideranças de colonos eram procurados ser enquadrados nas leis de crime contra o patrimônio no campo.

O sul do Pará vivia ares tão quentes, principalmente a localidade de Itaipavas, que mais uma vez, nos mostra Ronaldo Barata um fato, desta vez, até curioso, pra vermos como a situação era inconstante, pra não dizer, alarmante. Vejamos esse fato, narrado pelo autor, que extraiu de um jornal de Belém. “Agentes da PF e funcionários do Getat sofrem emboscada”. Episódio nº. 22.81. Fonte: Jornal “O Liberal”. Localidade: Loteamento Itaipavas, município de Conceição do Araguaia. Pessoas citadas: Waldir Leite da Silva (superintendente da PF), José Almeida e Juraci Teixeira (Fazendeiros), Osias Mendonça, Lumar de Oliveira, Aquiles Pinto Filho (agentes da PF), Alan Kardec (delegado da PF), gerente da fazenda não identificado, Luiz Oliveira (delegado da PF), Benicio Duarte (funcionário do Getat). Organizações mencionadas: Polícia Federal, Getat. Vamos ver como foi esse imbróglio segundo Ronaldo Barata,

O superintendente regional da Polícia Federal em exercício Wandir Leite da Silva, em entrevista coletiva realizada na tarde de 14.8.81 esclareceu que a Polícia ainda não tinha qualquer pista sobre quem seriam os responsáveis pela emboscada sofrida por quatro agentes da Polícia Federal e funcionários do Getat, em São Geraldo do Araguaia. De acordo com as informações existentes até o presente momento, a

emboscada ocorreu entre as fazendas de propriedade de José Almeida e Juraci Teixeira. A presença dos agentes policiais no local foi justificada por solicitação feita pelo Getat, como de apoio aos técnicos do órgão nos trabalhos de demarcação de terras. No entender da Superintendência Regional, tal apoio era necessário, face aos constantes conflitos na área entre posseiros e fazendeiros. Relatou, ainda, que a emboscada ocorreu quando os agentes policiais tentavam retirar uma árvore atravessada no meio da estrada. Naquele momento foram atingidos por tiros disparados da mata, sem que pudessem sequer, ver os agressores. No tiroteio saíram feridos os agentes federais Osias Mendonça, Lumar de Oliveira, Aquiles Pinto Filho, o delegado Alan Kardec e o funcionário do Getat, Benício Duarte. O gerente da fazenda de propriedade de Juraci Teixeira, que acompanhava a equipe, também baleado, veio a morrer em consequência dos ferimentos. Duas equipes de agentes federais seguiram para área para proceder a investigação da emboscada, e foi aberto inquérito sob a presidência do delegado Luiz Oliveira. (BARATA, 1995, p. 107-108).

A disputa não era fácil, como se diz nas palavras do futebol, os colonos levavam de ‘goleada’, mas vire e mexe também marcavam um ‘golzinho’, como no episódio acima. Muitas vezes, a resistência armada era alternativa desses homens e mulheres, mesmo sabendo que as retaliações poderiam ser grandes e as consequências terríveis, não hesitavam, como fizeram com os agentes da polícia federal e membros do Getat, que no fundo serviam para apoiar os grandes proprietários da região.

Como já mencionei, a situação do Pará era crítica, de uma violência desmedida contra os colonos, trabalhadores rurais, enfim, contra os grupos considerados minoritários, podia-se chamar assim. De um lado, estavam fazendeiros, grileiros, latifundiários com seus capangas, pistoleiros, além de um aparato estatal, como governantes locais, judiciários e as polícias civil, militar e federal que lhes davam apoio e proteção. Do outro estavam os pobres dos colonos sobrevivendo contra tudo e contra todos, e mal tinham ajuda de um advogado, como no sul do Pará era o caso de Paulo Fontelles, além da igreja católica com alguns padres, freiras e bispos progressistas e alguns sindicatos tentando se fortalecer com a Chapa 2.

Em dois episódios narrados por Barata já em agosto de 1981, temos a dimensão da situação caótica na tensa região do sul do Pará, onde o bispo de Marabá conclama as autoridades para resolverem o problema e pararem de perseguir os colonos. O primeiro, “Polícia Federal persegue posseiros”. Episódio nº. 20.81. Data: 1.8.81. Fonte: Jornal “O Liberal”. Localidade: Povoado de Arraias, município de São Domingos de Capim. Pessoas citadas: Dom Alano Penna (bispo de Marabá), Carlos Galvão (pistoleiro), Zuíno (colono e animador de comunidade), Paulo (padre), Doroty (religiosa), agentes da Polícia Federal não identificados. Organização mencionada: Polícia Federal. Vejamos o que nos diz o texto,

O bispo de Marabá, dom Alano Penna, formulando denúncias sobre conflitos de terras na PA-150, indignado, narra que no dia 1º de agosto de 1981, agente da Polícia Federal, ocupando um veículo dirigido pelo pistoleiro Carlos Galvão, estiveram em uma comunidade e procuraram o animador conhecido por Zuíno. Como não o encontraram, disseram à esposa do lavrador que cera para ele parar

os trabalhos de organização da comunidade e que se houvesse insistência, outras medidas sérias, inclusive a prisão dos comunitários, do padre Paulo e irmã Doroty, seriam efetuadas. Para Dom Alano, essa atitude pode ser considerada “um desmando da Polícia Federal, que não tem autoridade para dizer se pode ou não ser formada uma comunidade”. (BARATA, 1995, p. 106)

O segundo episódio de denúncia mencionado, “Bispo de Marabá denuncia novos conflitos”. Episódio nº.21.81. Data: 12.8.81. Fonte: Jornal: “O Liberal”. Localidade: Povoado de Arraias, município de São Domingos do Capim. Pessoas citadas: Dom Alano Penna (bispo de Marabá, Ozanir (grileiro), Ilton Jansen de Souza (lavrador), Paulo (padre), Doroty (religiosa), Lourival, “Zé Piauí” (posseiros) e coronel Carneiro (policial militar). Organizações mencionadas: CPT, Getat.

Nesse documento, nos fala Ronaldo Barata que o então bispo Dom Alano Penna, havia convocado a imprensa para uma entrevista coletiva, na sede da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dizendo que este gostaria de denunciar o “terrorismo na PA-150”. Pois, naquela ocasião, o bispo disse que há algum tempo o conhecido grileiro Ozanir, responsável, comprovadamente, pela morte de dois posseiros (Lourival e “Zé Piauí”), havia sido baleado e, desde então, outros pistoleiros tinham iniciado um processo extremamente violento de repressão e intimidação contra os posseiros localizados entre os km 48 e 56 da PA-150. Informou ainda que no sábado anterior a 12 de agosto de 1981, o lavrador Ilton Jansen de Souza tinha sido preso pelo sargento da PM e delegado de Polícia do Arraias, por estar distribuindo o “Boletim da Diocese” e levado para Tucuruí e que Ozanir, por outro lado, tinha feito ameaças ao padre Paulo Joanil e à irmã Doroty Stang, chegando mesmo a responsabilizá-los pelo seu baleamento. De acordo com Barata,

para Dom Alano, a responsabilidade maior por esses problemas, cabe ao Getat, que “é muito mais um órgão de policiamento e repressão do que um órgão de política fundiária”. Apesar de reconhecer haver bons técnicos no órgão e alguns com boa vontade, e que poderiam ajudar a encontrar rápida solução para os conflitos de terra na região, “a atuação do Getat é muito limitada pela acentuada presença da Polícia Federal dentro do órgão, que força constantemente o equacionamento dos problemas sob a ótica da segurança nacional, da suspeita de subversão, fazendo alianças permanentes com grupos de fazendeiros mais ricos”. Com relação aos conflitos envolvendo o grileiro Ozanir, dom alano volta acusar inoperância do Getat e sua convivência com o grileiro. O coronel Carneiro, que esteve a serviço do GEtat, em Marabá, dizia aos lavradores do Arraias que aquelas terras não pertenciam ao grileiro e que o caso deveria ser revisto cuidadosamente. Estranha dom Alano que pouco tempo depois da afirmação do coronel Carneiro, ele foi transferido para a unidade do Getat em Imperatriz, no Maranhão. (BARATA, 1995, p. 106-107)

Como podemos observar nos dois textos mostrados acima, temos a indignação do bispo de Marabá dom Alano Pena com as atrocidades cometidas pelas autoridades na região. Tais atrocidades eram praticadas contra os ‘pequenos’, colonos, posseiros, lavradores,

trabalhadores rurais e procuravam no geral, além de reprimir essas pessoas, também procuravam incriminar os líderes religiosos, advogados. Como vimos acima na citação do padre Paulo Joanil, mais conhecido como padre Paulinho que teve uma grande atuação nessa região nos idos da década de 1980 e 1990 além da missionária norte americana Dorothy Stang, que dedicou sua vida em favor dos menos favorecidos durante décadas nessa região, até seu brutal assassinato no dia 12 de fevereiro de 2005.

Mas como mencionou o bispo, o Getat, ao invés de resolver o problema fundiário, demarcando as terras, entregando os documentos de posse para os colonos a fim de garantir a paz e a tranquilidade no campo, fazia o inverso, e com o apoio do aparato estatal, principalmente fazendo uso das forças policiais no intuito de expulsar as famílias, pois assim como na área de Itaipavas, que a situação estava insustentável, nesse exemplo aqui mostrado, da região de Arraias, localizado no município de Jacundá, a questão não era diferente, e para o bispo, a culpa dois incidentes tinha nome e autores, o Getat e a Polícia Federal.

Obviamente, que o ‘atentado’ contra os agentes da lei não ficaria por aquilo mesmo, não demoraria a vir à retaliação e mais uma vez a tensão na região só aumentaria, como de fato ocorreu, como podemos ver na manchete noticiada por Barata, “Posseiros são presos pela Polícia Federal”. Episódio: 23.81. Data:15.8.81. Fonte: Jornais A Província do Pará”, “O Liberal”, “O Movimento”. Localidade: município de Conceição do Araguaia. Pessoas citadas: Agentes da PF não identificados, João Martins, Alfredo Resplandes (posseiros). Organizações mencionadas: Polícia Federal, Getat. Vamos ao texto,

Logo após a emboscada realizada contra gentes da Polícia Federal e funcionários do Getat e da fazenda Cajueiro, policiais federais entraram na mata, na tentativa de alcançar os posseiros que teriam participado do atentado. De acordo com informações da área, os agentes federais prenderam cerca de doze posseiros, entre eles, João Matias e Alfredo Resplandes, este violentamente espancado com o objetivo de denunciar os nomes dos participantes na emboscada. (BARATA, 1995, p. 108).

As ações envolvendo os posseiros em conflitos no sul do Pará e que já estavam em um grau altíssimo da violência contra os trabalhadores principalmente, mas também contra a própria polícia, pistoleiros, fazendeiros, jagunços, religiosos, advogados era uma ‘bomba’ prestes a explodir a qualquer momento. É bem verdade que o alvo dos latifundiários grileiros sedentos por mais terras para seus ‘projetos’ eram os pobres colonos que teimavam em permanecer nas suas áreas uma vez que acreditavam serem os donos também. As artimanhas eram tantas. Espancar trabalhadores e tentar expulsá-los era algo comum.

Ações como a da Polícia Federal em revidar a ‘emboscada’ sofrida pelos agentes ocorria a luz do dia com se fosse algo mais natural do mundo. Mas, a situação era mais

complexa no sentido de desarticular os posseiros. A ideia mesmo era tirar suas lideranças da frente. Uma das tentativas foi ‘enquadrar’ o advogado Paulo Fontelles por sua atuação. Intimidar os colonos era a prática marcante dos grandes fazendeiros do sul do Pará.

Porém, a sede era maior. Havia é bem verdade intenção em tirar a grande defesa de um advogado como de Paulo Fontelles. Mas uma das maiores ambições era retirar de cena os religiosos que convivam mais de perto com os moradores das comunidades e localidades mais distantes das áreas urbanas. Ali, além de levarem a ‘palavra do evangelho’, os missionários ‘combativos’ levavam esperança e animação para esses lugares.

Por conta da atuação de dois padres franceses, Aristides Camio e François Goriou, a região do sul do Pará foi muito diferente. Os missionários trabalhavam a ‘Teologia da Libertação’, mesclando ensinamento cristão com a forma de lutar e resistir. “Jesus era um libertário”, não ‘morreu pelos pecados, mas sim pela libertação do seu povo sofrido’. A Teologia da Libertação, uma prática da Igreja Progressista foi uma maneira encontrada para ‘ensinar’ os pobres a lutarem por direitos e justiça. Havia nesse sentido, uma mística diferente da Teologia Tradicional, das celebrações das famosas ‘desobrigas’. O ‘rezar pelo rezar’. Dar o batizado quando do nascimento, a primeira eucaristia, o casamento, a extrema unção, etc..., isso fazia parte de uma igreja descompromissada com as questões sociais.

A prisão dos padres franceses, ou padres do Araguaia, como ficaram conhecidos, Aristides Camio e François Gouriou foi um grande ‘baque’ para o lado dos colonos quando foram detidos pela Polícia Federal como nos narra Ronaldo Barata. “Padres são presos em São Geraldo do Araguaia. Episódio nº 26.81. Data: 31.8.81. Fontes: Jornais “O Liberal”, “Movimento”, nº. 323 e “A Província do Pará”. Localidade: Distrito de São Geraldo do Araguaia, município de Conceição do Araguaia. Pessoas citadas: Aristide Camio e François Gouriou (padres), Oneide Costa Lima (agente pastoral), Ricardo Resende, Francisco Glory (padres), dom Celso Pereira (bispo de Porto Nacional), agentes da Polícia Federal e do SNI não identificados, João Matias e Alfredo Resplandes (posseiros). Organizações mencionadas: Polícia Federal, CNBB, CPT, Diocese de Conceição do Araguaia, Missão Estrangeira de Paris, SNI, GETAT.

Segundo Ronaldo Barata, os episódios que se desenvolveram na região de São Geraldo do Araguaia, logo após a emboscada sofrida por agentes da Polícia Federal, quando davam garantias para a demarcação da Fazenda Cajueiro por funcionários do Getat, culminaram, no dia 31 de agosto, com a prisão dos padres Aristide Camio e François Gouriou em regime de incomunicabilidade e a prisão domiciliar da agente pastoral, Oneide Costa Lima. As informações das prisões ocorridas em São Geraldo foram prestadas pelo núcleo da

CNBB – Regional Norte II, segundo notícias recebidas através do padre Ricardo Rezende, coordenador de Pastoral da diocese de Conceição do Araguaia e vice-secretário da CPT do Araguaia-Tocantins. De acordo com o padre Ricardo Rezende, os religiosos Aristide Camio e François Gouriou, pertencentes à Missão Estrangeira de Paris, são franceses, que chegaram ao Brasil em janeiro de 1978, fugidos do Laos, e tinham sido acusados por vários setores do governo como responsáveis pelo clima de tensão reinante no sul do Pará, inclusive acusados recentemente por castanheiros como responsáveis pela invasão de vários castanhais daquela área por posseiros.

As informações mais recentes prestadas pelo padre Francisco Glory, assessor do bispo de Porto Nacional, Dom Celso Pereira, que se deslocou até São Geraldo, indica que a situação na região é de extrema tensão, pois agentes do serviço Nacional de Informações (SNI), da Polícia Federal e da Polícia Militar estavam na área há vários dias e já efetuaram a prisão de 13 posseiros, entre eles, João Matias e Alfredo Resplandes. Segundo o padre Glory, dois aviões Búfalo, haviam sobrevoado durante horas Xambioá (GO) e São Geraldo (PA), jogando no rio Araguaia mais de 1.500 armas que foram apreendidas de posseiros na região. O padre Glory temia que os posseiros presos tivessem sofrido pressões, e até mesmo torturas, para acusarem os dois missionários de terem insuflado os posseiros a atacado os funcionários do Getat e agentes da Polícia Federal, que trabalhavam na demarcação da fazenda Cajueiro, onde vivem cerca de 90 famílias de posseiros. E conclui Barata informando que,

Tão logo a prisão dos padres foi confirmada, a Comissão Episcopal Norte II, da CNBB, divulgou nota em que se solidariza com as “Igrejas de Conceição do Araguaia e Marabá, nas pessoas de seus bispos e agentes pastorais, constantemente perseguidos por causa de seu trabalho junto ao povo pobre em defesa de seus interesses”. Denunciou as prisões e “a violência intimidatória contra a população de São Geraldo, particularmente contra a sra. Oneide Lima, exigindo amplo direito de defesa aos posseiros”. (BARATA, 1995,p. 109-110)

A prisão dos padres franceses foi o estopim para a situação que se encontrava o estado paraense, principalmente na região do sul do Pará, no município de Conceição do Araguaia e mais ainda na localidade de Itaipavas onde se encontrava as proximidades o tal lote 7, palco de uma área muito tensa. Os fatos que levaram aos conflitos armados e conseqüentemente as prisões dos 13 posseiros e dos dois padres foi só uma ‘desculpa’ para tirar de cena as supostas lideranças dos posseiros. Tais prisões iniciou uma epopeia que ganhou grande repercussão nacional e internacional, originando grupos de apoio aos encarcerados.

Um dos movimentos mais organizado foi o Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia (MPLA) que agregou outros segmentos da sociedade civil e religiosa, política, bem como de agremiações estudantis. Esses presos considerados ‘políticos’, uma vez que estavam

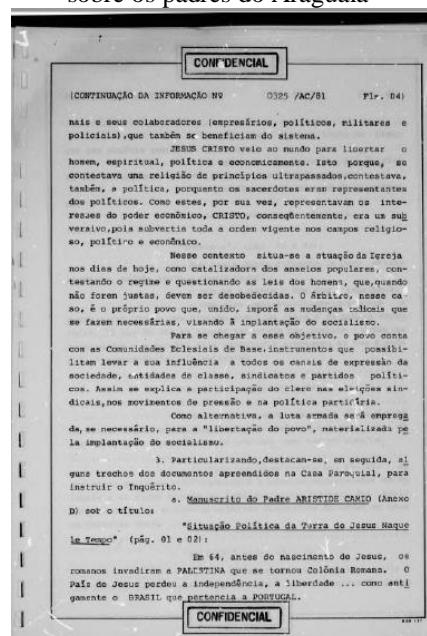
sob a tutela do Estado, por supostamente terem infringido a lei de Segurança Nacional contra o atentado dos agentes que cumpriam a missão de organizar as terras da região do Araguaia, tiveram muitas manifestações de solidariedade, como no dia do julgamento, em Luís Inácio Lula da Silva, veio a Belém para acompanhar o caso, como podemos ver na matéria abaixo,

Imagem 76 – Matéria do jornal O Liberal sobre o julgamento dos presos do Araguaia com Lula em Belém



Fonte: CPT – CNBB Norte 2

Imagem 77 – Informativo do SNI sobre os padres do Araguaia



Fonte: Arquivo Nacional – Acesso em 2018

Percebem-se nos documentos apresentados os argumentos utilizados para a incriminação dos dois sacerdotes que foram acusados de diversos crimes, mas principalmente de ‘insuflarem’ os colonos contra as autoridades. É interessante, quando da apropriação dos manuscritos apreendidos na casa desses, quando dito que foram de forma legal, quando testemunhas afirmaram que as casas foram invadidas por agentes da Polícia Federal, não só as casas dos colonos, dos religiosos, mas também dos leigos, como foi o caso de Maria Oneide Costa Lima, que era agente pastoral e tinha seu marido morto no final do mês de maio desse mesmo ano, e nem por isso foi poupada. Como mostra no testemunho a seguir,

Sim, os dois trabalharam aqui em São Geraldo e a briga do Cajueiro foi aqui também. Na briga do Cajueiro, eles, os padres sempre visitavam as comunidades e nesses dias eu nem fui com eles, eu fiquei aqui aí eles falou assim, nos vai e tu fica. O pessoal do Cajueiro mandou chamar eles. Eu ainda tinha a carta, só que eu entreguei pros autos do processo pra defesa do Aristides, dos padres, que eles tinham mandado a carta que eles já tinham marcado a missa pra lá. Aí mandaram uma carta, olha padre os pistoleiros tão querendo derrubar nossas casas e tocar fogo. Mas quem recebeu a carta foi eu, padre Aristides nem Chico viu essa carta, eles já tavam pra lá. A única coisa que ele falou na homilia dele foi assim, que a união é como o moribundo, quando mexe com um mexe com todos e pronto veio embora. Aí depois no outro dia foi o ‘pipoco’ de tiro pra lá que eles mataram na emboscada e eles dizendo que era um policial federal, e não era, era um pistoleiro. E quando eles

invadiram a casa paroquial pra prender os dois padres, eu tinha a carta e eu tinha um saco de feijão na dispensa que os lavradores traziam pra ajudar na construção da igreja aí e eu peguei a carta e enfiei dentro do saco de feijão ai depois a carta serviu pros autos lá pro processo de defesa do padre. E eles foram presos e eu fui presa também, mas eu fui presa em casa. Eles ficaram um tempo preso aí no Incra. E eu, eles me agrediram com palavras que eu era rapariga, que eu mais o Aristide tinha mandado matar o Gringo, que eu tinha mandado matar o Gringo pra viver com o padre. Aí a Nedyma chegou chorando aqui nas minhas pernas, e ele falou, olha minha filha, tua mãe mandou matar o teu pai pra viver mais o padre, aí me xingando de safada, sem vergonha, eles nunca me deram nenhum empurrão, só com palavras, a polícia federal, que se dizia. Ai teve um que disse que era o Mario, que ia pescar mais o Gringo, caçar. Ai ele olhou pra mim e disse, você não tá lembrando de mim? Eu disse eu não. Eu sou o Mario que almoçava lá com seu pai e ia caçar com o Gringo. Ele era policial federal e entrou pra prender o Aristide e o Chico e ele falava pra Nedyma, vem cá com o titio, e a Nedyma, você não e meu tio, e eu falava, cala a boca menina, e ela era desbocada (Maria Oneide, 2018).

Como é possível ver na fala de Maria Oneide, a situação era muito difícil nessa região. Agora os padres presos e ela própria sendo acusada de crimes sem ter cometido, principalmente daqueles que ofendiam sua honra, quando a atacavam dizendo que esta era responsável pela morte de Gringo, seu esposo. É verdade, que como agente pastoral, esta tinha um papel relevante na organização dos trabalhadores e colonos de modo geral, de estar presente, mesmo como leiga sendo uma representante da igreja. Por isso seu contato com as lideranças, por isso confiavam na sua pessoa, principalmente quando encaminharam a carta mostrando a preocupação com a desapropriação das casas que seria feito pelos agentes da polícia federal. Maria Oneide, era uma mulher sofredora, viúva, mas estava junto dos oprimidos ali e estava juntos dos missionários que tinham sua missão, de evangelizar como se pedia a teologia da libertação, não de incitação à guerra, mas de resistência, caso fosse necessário.

Dom Pedro Casaldáliga em uma entrevista para a revista Nossa História do ano de 2005 recordou que a Teologia da Libertação surgiu em 1968, e que o encontro da igreja Católica ocorrido em Medellin teve um grande significado, um marco. Para ele esse encontro foi muito importante, como podemos ver em sua fala,

Ele foi, de fato, a adaptação do Concílio Vaticano II à América Latina. A grande e famosa opção preferencial pelos pobres, a vinculação da fé com a vida. O objetivo era fazer da igreja um serviço de libertação, daí a Teologia da Libertação ter surgido naquela década. Na esteira dessa espiritualidade da libertação, surgiram às comunidades eclesiais de base (CEB), houve um envolvimento maior com os movimentos sociais e a repressão das ditaduras militares (CASALDÁLIGA, 2005, p. 51)¹¹⁴

¹¹⁴ CASALDÁLIGA, Dom Pedro. Entrevista "Precisamos de uma globalização". In: Revista Nossa História. Ano 2/ Nº 18. – Abril de 2005.

Uma das críticas que se fazia ao clero progressista e defensores da Teologia da Libertação era seus envolvimento com a parte política onde setores conservadores da sociedade não admitiam a participação de religiosos nesse campo. Assim, ainda o bispo de Mato Grosso,

A questão é que, em plena ditadura, a igreja ligada à Teologia da Libertação trabalhou muitas vezes conjuntamente com agnósticos, até com marxistas. Havia causas comuns, a injustiça social, a terra, as etnias, a causa indígena, os direitos humanos, a luta pela democracia. Muitos voluntários não eram movidos pela fé, mas por uma motivação humanista e libertadora. Só que houve uma involução pós-conciliar na igreja, com uma certa prevenção ao trabalho na periferia achava-se no Vaticano que estávamos fazendo o jogo do comunismo ateu, que ele se infiltrava na igreja da América latina. Existe uma certa explicação para isso pelo fato de o Papa João Paulo II ser polonês e ter vivido na sua pátria e no resto do mundo eslavo o choque da igreja com o governo comunista. Só que essa era uma outra realidade. Aqui se misturam cristãos explícitos com marxistas explícitos, por uma causa comum que é a humanidade. Nós cristãos, chamamos de Reino de Deus. Outros podem chamar de utopia libertária (Pedro Casaldáliga, 2005: p.53)¹¹⁵

Como podemos ver em suas palavras, Dom Pedro Casaldáliga, um dos maiores defensores da igreja progressista e que deveria a igreja estar a serviço dos pobres nos mostra exatamente o significado do trabalho com outros agentes políticos e militantes sociais, com bem mencionou, muitos deles as vezes se considerando ateus, como era o caso de militantes ligados ao Partido Comunista do Brasil, mas que tinha em comum o anseio pela justiça social para todos, principalmente para os mais necessitados.

Assim, para esses padres que utilizavam a metodologia da Teologia da Libertação nas suas pregações ou ensinamentos religiosos, não podia haver violência. Era claro sim, a comparação dos ensinamentos bíblicos remetendo aos tempos de ‘Jesus’ e aos dias daquele período, ou seja, Jesus viveu num tempo de perseguições e sofrimentos haja visto a exploração, principalmente do império romano contra os ‘humildes’ e nesses tempos, em fins da década de 1970 o povo sofria por toda uma América Latina, principalmente onde pareciam existir desigualdades gritantes e um modelo político de opressão. A perseguição aos padres e aos posseiros presos foi semelhante ao que pregavam sobre o flagelo daquele Jesus Cristo da teologia da libertação, tempos de sofrimento e de agonia, como podemos ver nos documentos que se seguiram sobre a preparação para o julgamento que estava sendo preparado para acontecer em Belém.

¹¹⁵ Idem.

Imagem 78 - Panfleto sobre o Movimento Pela Libertação dos Presos do Araguaia



Fonte: CPT – CNBB Norte 2

De fato, o julgamento ocorreu em Belém sob clima de forte tensão. O aparato militar foi montado nas ruas principais do fórum da cidade para que não houvesse movimentação as proximidades, muito menos manifestações ou protestos. No entanto, o que se viu foi bem diferente, como nos mostra o pesquisador Marcos Alexandre Araújo Ribeiro¹¹⁶, no artigo intitulado “Mobilização, mística e resistência pelos julgados do Araguaia”,

Em Belém, com milhares de homens fortemente armados e equipados, a estratégia da coordenação do MLPA foi a de fracionar a manifestação em vários espaços da cidade, geralmente em igrejas ou em suas proximidades. Houve confronto no entorno da igreja da Santíssima Trindade, fazendo com que os manifestantes se abrigassem em seu interior. Como reação, as forças militares empreenderam um grande cerco aos manifestantes, mantendo-os em cárcere privado, privando-os de qualquer tipo de comunicação, restando como uma das poucas alternativas aos manifestantes as torres da igreja, de onde eles se comunicavam com os demais companheiros de resistência, e ainda fora cortado o abastecimento de água e luz da igreja, e proibido até mesmo o acesso ao banheiro, localizado no salão paroquial ao lado. (RIBEIRO, 2018, p. 9-10).

Quem também nos traz a história sobre o desfecho do caso sobre a prisão dos padres do Araguaia juntos com os 12 colonos é Fábio Pessoa (2014)¹¹⁷, no artigo com o título “Bispo comunista, padres subversivos: cristianismo de libertação e a luta camponesa no sul do Pará durante o período militar” como veremos a seguir,

¹¹⁶ RIBEIRO, Marcos Alexandre Araújo. Mobilização, mística e resistência pelos julgados do Araguaia. XIV Encontro Nacional de História Oral: Testemunhar por imagens e o registro audiovisual. Unicamp/Campinas, 2 a 4 de maio de 2018. Disponível em <http://www.encontro2018.historiaoral.org.br>

¹¹⁷ PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo. Bispo comunista, padres subversivos: cristianismo de libertação e a luta camponesa no sul do Pará durante o período militar. Outros Tempos, vol. 11, n.18, 2014

O primeiro julgamento dos presos ocorreu em Belém na 8ª Circunscrição Militar, no dia 22 de junho de 1982. Um forte aparato de segurança foi montado. Em um julgamento que durou 21 horas, o Conselho de Sentença da Auditoria Militar, sediado em Belém, condena 12 camponeses a 8 anos de prisão, João Matias, identificado como líder, a 9 anos e os padres Francisco Goriou e Aristides Camio, respectivamente, a 10 e 15 anos de reclusão. Todos foram condenados com base na Lei de Segurança Nacional, com o agravante, no caso dos padres, de serem estrangeiros e que a natureza de suas atividades no país não seria de natureza religiosa, mas política. Os presos foram libertados no dia 17 de dezembro de 1983. Os padres, após libertados, acabaram saindo do país anos depois. (PESSÔA, 2014: p. 80).

Diríamos que esse foi um grande marco da história da luta pela terra na Amazônia, não só pelos componentes que se envolveram ou os atores que fizeram parte do processo. Claro que não foi uma ‘peça teatral’, se bem que poderia ter sido, como escritos fictícios, mas era real. De lados opostos estavam grupos antagônicos que há mais de uma década se degladiavam, principalmente no sul e sudeste do Pará. Ali os conflitos contemporâneos eram a prova real.

Verdade que no estado paraense toda a situação preocupava lideranças dos trabalhadores e seus agentes sociais. Porém, os registros diários sobre os casos polêmicos sobre a violência onde já tinha sido assassinado a liderança expressiva de Gringo era a preocupação, tanto que fez chegar nos conflitos seguintes que levaram a prisão dos religiosos bem como dos 12 colonos e conseqüentemente seus julgamentos. As condenações feitas pela justiça no ano de 1982 podem ter sido uma vitória pelos latifundiários de terra, mas não foram totalmente uma derrota para os colonos e os padres, ou para os presos do Araguaia. A libertação concedida no mesmo ano fez parte desse processo e muitas outras lutas vieram, muitas vitórias, muitas derrotas também.

Em 1982 Paulo Fontelles experimentou o sabor da política. Esse sabia que não bastava ser um advogado ou um defensor dos colonos se não houvesse representatividade nos parlamentos. Uma das características dos governos militares era exatamente o controle do poder e regiam sobre toda a população e nos tempos difíceis que se vivia o Brasil desde os anos de 1964.

Em artigo emblemático sobre a conjuntura política no Pará quando do golpe em 1964, Pere Petit (2014)¹¹⁸ no artigo “O golpe militar-civil e o partido dos militares no Pará” nos dá uma dimensão dos que foram os dias que antecederam o regime no Brasil e em Belém e também do que foi o período compreendido nesse mais de vinte anos de regime ditatorial. Petit chama atenção para o modo como golpe foi dado, citando os militares como os organizadores, mas tendo como coautores os civis.

¹¹⁸ PETIT, Peri. O Golpe Militar e o partido dos militares no Pará. In: *Historiae*, Rio Grande. 2014.

O autor destaca que o processo de redemocratização iniciou a partir das eleições de 1982, quando as forças comandadas por Jarbas Passarinho, então um dos intelectuais do golpe no estado do Pará e atuante em todo o período do regime, perderia a hegemonia para o grupo de Jader Barbalho, que se elegeria governador paraense contando com grande votação. É bem verdade que as duas forças que comandariam o Pará ainda teriam muito da ‘política velha’, pois as legendas que se seguiriam agregariam políticos das antigas ARENA, que se tornaria PDS, Partido da Democracia Social, embora já surgisse ali algumas outras siglas, a hegemonia ficou por conta dos dois maiores. Os partidos que tiveram um maior destaque foram Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido dos Trabalhadores (PT) não elegendo nenhum candidato nas esferas estadual e federal. Vejamos o que nos diz o autor,

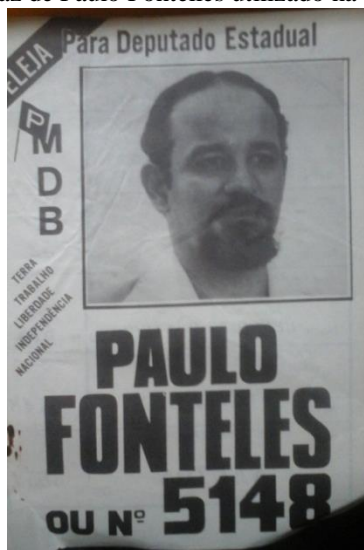
As eleições realizadas no dia 15 de novembro de 1982 tornaram-se o pleito eleitoral mais importante do período pós- 64. Os governadores voltavam a ser escolhidos por sufrágio direto e universal, renovava-se a Câmara Federal, as Assembleias Legislativas, um terço do Senado, as Câmaras Municipais e Prefeituras, com exceção das capitais e dos municípios declarados Áreas de Segurança Nacional⁴⁶. Com a manutenção da eleição indireta do presidente da República, os resultados eleitorais iriam definir, mais uma vez, a composição do Colégio Eleitoral que escolheria o sucessor do general Figueiredo. (PETIT, 2014: p. 217).

Diria que essas eleições de 1982 foram bem peculiares, pois nesse contexto Paulo Fontelles encarou o desafio de ir para a política partidária dentro do legislativo. Eleito o décimo deputado estadual mais votado pelo PMDB com 13,039 votos este comemorou a possibilidade de tornar-se o representante que a população esperava. Porém, Benedicto Monteiro, que havia sido cassado no início da intervenção militar em 1964 não se elegeu. Ficou atrás inclusive de políticos que tiveram grande participação na ditadura como Gerson Peres e o ascendente Sebastião Curió, major que havia assumido o comando no sul do Pará para pôr fim a guerrilha de Araguaia..

Também nas eleições de 1982 Ademir Galvão de Andrade foi eleito para deputado federal pelo PMDB com 39.311, sendo o sétimo mais votado dos oito que assumiram vaga em Brasília. Ademir já havia sido eleito deputado estadual pelo antigo MDB nas eleições de 1978, ali tendo ocupado a última cadeira do partido na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, quando teve 6,079 votos. Seria em 1986 então que Ademir Andrade e Paulo Fontelles viveriam um imbróglio na disputa da ‘cadeira a constituinte’, uma vez que Ademir queria a reeleição e Paulo Fontelles queria chegar a Brasília também. Não houve espaço de capitulação de votos para os dois e Paulo ficou sem o mandato. Mas isso é um caso a ser narrado mais a

frente. Na eleição de 1982, Paulo Fontelles foi eleito com o lema “Terra, trabalho, liberdade e independência nacional”, como podemos ver na imagem de seu cartaz abaixo,

Imagem 79 - Cartaz de Paulo Fontelles utilizado na campanha de 1982.



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

No dia 03 de maio de 1983 na 33ª Reunião Ordinária daquele pleito, ocorreu o pronunciamento do então deputado Paulo Fontelles respondendo a ‘críticas’ sofridas pelo então deputado Aziz Mutran que era do PDS. As alegações do político da oposição eram de que o ‘colega’ insuflava trabalhadores no sul do Pará a invadirem terras e promoverem desordem contra os fazendeiros da região e assim provocar discórdia.

Já na tribuna, Paulo afirmava que o deputado Aziz Mutran tinha feito a algumas semanas falar uma série de acusações contra sua pessoa e no momento que este falava o deputado não estava presente, mas fazia questão de falar ali para a bancada do PDS, para deixar claro que não tinha nada de pessoal contra nenhum parlamentar. Paulo afirmava ainda que seu objetivo como parlamentar era sempre buscar um tratamento respeitoso com todos os deputados. Mas o que este queria era responde a três acusações que haviam sido feitas contra ele.

Para Paulo Fontelles, a primeira acusação de Aziz Mutran era de levar para o governo federal as notícias que se sucediam no Pará, no qual Fontelles rebateu o colega chamando de ‘simples informante’. Em segundo lugar, Paulo disse na tribuna que o parlamentar o havia chamado de subversivo, e mostrava algumas condições do que era ser um subversivo, como haviam sido Catalina, os irmãos Graco, Robespierre, Jesus Cristo, Tiradentes, Andrada e Felipe Camarão. E continuava dizendo que esta é uma palavra que lhe ofendia.

E completava afirmando que para ele havia outro sentido da palavra subversivo, que era aquele da lei de Segurança Nacional, que dizia o seguinte, ‘atender contra a ordem pública, segundo as especificações da lei, significa cometer um crime público’. E dizia em bom tom para os que assistiam que essa imputação não lhe cabia e não podia aceitar da parte do Deputado Aziz Mutran. Pois da acusação que recebera de que era ele que mandava invadir de terras; e Paulo completava, que mandar invadir terras era um crime do Código Penal Brasileiro e o deputado do PMDB sabia muito bem disso. Se não me falha a memória, no artigo 61, parágrafo 2º, diz: “mandar invadir terras, dá detenção de 6 meses.

Paulo, sereno como era, mais duro em suas palavras, continuou em seu discurso direcionando ao então deputado Aziz Mutran, para que ele fosse até sua pessoa e provasse que alguma vez, em alguma condição, este havia mandado invadir alguma terra. Continuou com seus argumentos contrários a ofensa de ser um incitador de invasores, pronunciando que em toda sua vida de advogado, militante de posseiros, nunca havia mandado invadir uma terra afirmando que não era irresponsável e que jamais tinha por interesse algum, ganhar alguma terra em qualquer lugar que fosse. Paulo esclarecia isso, uma vez que compartilhou com os nobres pares sua situação que foi depois de sua prisão em 1972, quando junto com sua primeira esposa Hercilda Veiga foram presos e torturado em Brasília e após isso, sua vida ficou muito vigiada.

Para encerrar seu pronunciamento, Paulo Fontelles apresentou alguns dados do Incra atualizados naquele momento que diziam que no ano de 1978 três mil e setenta e uma propriedades possuíam setenta e um milhões de hectares de terras; cento e quarenta e uma propriedades neste Brasil, possuíam mais de trinta milhões de hectares de terras. Cento e quarenta e uma super-fazendas, tinham sete vezes mais terras que oitocentos e oitenta mil pequenas propriedades. E afirmava que este era o estado em que vivia o Brasil no tocante ao latifúndio. E prosseguia afirmando, que na Amazônia, em 1968, um antigo Deputado Federal pela Arena, o Brigadeiro Haroldo Veloso, esteve como relator de uma CPI de venda de terras a estrangeiros na Amazônia, levantou em 1968, quando não havia Jari, que mais de vinte milhões de hectares de terras haviam sido alienadas a estrangeiros na Amazônia. E mostrando aos colegas, grande parte da oposição, inclusive do partido do PDS, que em 1968, Haroldo Veloso, Brigadeiro, Deputado Federal pela Arena, denunciava que mais de vinte milhões de hectares de terras tinham sido vendidos a estrangeiros na Amazônia. Então não era ele que afirmava simplesmente que Amazônia vivia um problema de compra, venda e expropriação de terras, uma vez que um deputado ligado a ala militar já havia comprovado isso, inclusive

com uma CPI. E finalizou seu discurso deixando uma mensagem ao também representante do Palácio da Cabanagem, uma vez que seu tempo já tinha chegado ao fim,

Completarei meu pronunciamento em outra oportunidade, porque, sobretudo não queria de vir a esta Tribuna para responder ao Sr. Deputado Aziz Mutran, gostaria de fazer um relato da situação atual do sul do Pará. Estive durante quase dez dias na região e gostaria de denunciar a esta Casa e à opinião pública, o estado de maior gravidade no sul do Pará, provocado pelo GETAT. Trazia em alguns documentos para mostrar a esta casa, como o tempo não permitiu, votarei para continuar o meu pronunciamento e darei os apartes que nos solicitaram. O Sr. Ronaldo Passarinho – Lamento profundamente V. Exa. não ter me dado o aparte. Eu sempre dei aparte a V. Exa. O Sr. PAULO FONTELLES – Darei o aparte na próxima oportunidade.¹¹⁹

O discurso do então deputado Paulo Fontelles, foi extenso e talvez cansativo para seus pares, mas nos dá uma ideia do que uma casa parlamentar em um momento em que o Brasil ainda estava sob o domínio dos militares e grande parte dos parlamentares serem de origem da antiga ARENA, base de sustentação dos governantes militares. Aziz Mutran era um desses parlamentares que então era contrário as reformas de bases como a reforma agrária, defendida pelo representante do PC do B. Essa eleição de 1982 como já mencionei e o próprio Pere Petit, frisa em seu artigo, havia tornando-se uma disputa entre dois partidos, o da antiga ARENA, agora PDS, ou mais precisamente dos militares e do antigo MDB que nesse momento acrescentava uma letra na sigla e tornava-se PMDB.

Paulo Fontelles era um comunista declarado, mas especificamente ligado ao Partido Comunista do Brasil. Como este não havia sido ‘anistiado’, Paulo então filiou-se no PMDB, onde disputou as eleições e venceu. Mas sabia que a luta era difícil, mesmo no parlamento, mesmo sendo um grande orador, tendo um domínio profundo sobre as palavras, ainda assim, as acusações contra sua pessoa eram intensas.

Não é à toa que o documento apresentado mostra sua narrativa no sentido de se defender contra as acusações do então ‘par’, deputado Aziz Mutran contra as acusações de ser ‘subversivo e incentivador’ de invasão de terras na região do sul do Pará. Podemos perceber com toda clareza a capacidade do político comunista de se defender com argumentos e eloquência, usando termos e expressões que justificavam sua presença como parlamentar, mas sem deixar sua atividade como advogado de defesa dos posseiros. Paulo Fontelles, além de ser o grande orador também era um grande conhecedor das questões pontuais, principalmente da região que já conhecia tão bem.

¹¹⁹ Discurso de Paulo Fontelles na Alepa: Instituto Paulo Fontelles.

Imagem 80 - Trecho de pronunciamento de Paulo Fontelles na Alepa

O SR. PAULO FONTELES - Sr. Presidente, Srs. Deputados

Antes tarde do que nunca. Vou tentar concluir o meu primeiro pronunciamento no Grande expediente.

Em meu primeiro pronunciamento, dizia e afirmei, pretender defender as linhas mestras da minha ação parlamentar; infelizmente o tempo regimental impediu-me de concluir, o que tenho de fazer hoje por motivos imperiosos. (Lê):

Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Não é papel aqui demonstrar a trajetória política de Paulo Fontelles, mas queria chamar atenção para esse momento, que não é o único no período de seu mandato, mas para demonstrar sua preocupação ao que o levou a disputar um assento na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, pois como já mencionei, era preciso ter representantes nas casas parlamentares, fossem municipais, nas câmaras ou no legislativo estadual ou federal. Sobre a ‘elegância’ com as palavras que tinha o parlamentar, assim se reporta padre Ricardo Rezende,

O Paulo era um sedutor, um homem muito agradável, com uma retórica fantástica e escrevia muito bem, poeta e levamos o Paulo pra lá, e a perspectiva nossa da igreja e da Comissão Pastoral da Terra era que nós não podíamos substituir os trabalhadores eles eram o protagonista e nós apenas auxiliávamos e criávamos condições para que eles fossem os protagonistas das coisas. Só que o Paulo era muito organizado, ele era do PCdoB e ele era muito corajoso porque a guerrilha era do PCdoB, e tinha terminado em 74, e o Paulo vai pra lá. Eu não me lembro se no final de 77 ou 78, o Paulo ele chega organizado com uma experiência de organização e ele pega as lideranças nossas e puxa pro PCdoB, nós não sabiamos... (Ricardo Rezende Figueira, 2016)

Como podemos ver nesse trecho da entrevista do padre Ricardo Rezende, com quem Paulo Fontelles trabalhou nos finais dos anos de 1980, é a descrição feita pelo próprio Paulo nos registros Ata da Seção da Alepa quando confrontou o deputado do PDS Aziz Mutran sobre as ofensas que havia sofrido. Padre Ricardo é categórico em afirmar o poder das palavras que este tinha, não só como ‘homem das letras’ e da ‘pronúncia’, mas como sensível às causas, como poeta, além de ser ‘organizado’.

Mas como mencionei anteriormente, Paulo era um comunista convicto. Embora muito do que os religiosos da teologia da libertação pregassem sobre as formas de ‘rezar e lutar’ como cristãos, havia distinções nos projetos mais radicais dos partidos políticos. De acordo com o padre Ricardo Rezende, uma das preocupações dos religiosos era na ‘cooptação’ das lideranças leigas para dentro do partido, o que parecia não fazer parte do ‘contrato’ entre

igreja ou CPT e a assessoramento jurídico, que era pago. Sobre algumas ‘supostas’ divergências com Paulo e o PCdoB, ele narra o seguinte,

Divergência tinha, por exemplo eu falei com Paulo, primeiro eu perguntei algum dia pro Paulo se era do PCdoB, porque ele falava muito na Albânia, Albânia era o farol da humanidade e ele levou um jornal pra lá que era do PCdoB. Eu não sabia que era do PCdoB. Um dia eu perguntei ao Paulo, Paulo você é do PCdoB? Ele disse, não! Depois disse: se eu fosse, acha que eu diria? Aí eu entendi, ele é! Mas nunca foi dito isso naquele período da ditadura, agora eu não conseguia compreender como é que a Albânia podia ser farol da humanidade, eu não podia compreender como é que esse modelo era o melhor. Aí quando ele foi candidato a deputado, ele me comunicou que ia ser candidato e me perguntou você me apoia? Eu falei, não! Eu te apoio como amigo, mas não como candidato, porque o projeto político que você tem não é o projeto político que acho que é o melhor, não acho que a Albânia não é o modelo pro meu país, não é isso que eu quero, não é essa centralização político partidário, esse projeto não me atrai, falei pra ele. Isso gerou depois uma afirmação que eu acho indevida por alguém daqui do Pará de Belém, que indo do Sul do Pará, no início do governo do Jader Barbalho ele me responsabilizou pela morte do Paulo Fontelles, disse que se nós tivéssemos apoiados o Paulo Fontelles ele não teria sido morto. Eu não matei o Paulo Fontelles quem matou foi o latifúndio, agora eu não tinha a obrigação de fazer campanha, nunca briguei com Paulo, minha relação sempre foi muito afetuosa, quantas vezes eu cuidei dos filhos do Paulo, quando Paulo mudou pro Sul do Pará, Paulinho com o Ronaldo, a Juliana e ele tava casado com a segunda esposa, quantas vezes eu fui babá do filho do Paulo, e o Paulo recebia salário da gente, a Comissão Pastoral da Terra pagava ele, então não tivemos um problema dessa natureza. Tivemos problema de divergência política partidária....(Ricardo Rezende Figueira, 2016)

Como bem mencionou no trecho acima, nem tudo foram só ‘flores’ na relação social-político entre igreja e partido. Com o fim do bipartidarismo que havia dominado o regime militar de 1964 e iria até 1982, mas sem a liberação de alguns que haviam sido proibidos de serem usados como legendas partidárias até nessas eleições já no início da redemocratização, como o PCdoB de Paulo Fontelles, o PMDB também gerava desconfianças. Mas Paulo preferiu essa opção, tanto que elegeu e foi para a tribuna fazer o que havia prometido, deixando para trás os resquícios de sentimentos.

Nesse sentido, sua luta nos anos seguintes ao mandato foi árdua, pois além de exercer o papel de parlamentar, precisava atuar como advogado e acima de tudo receber os colonos que buscavam nele ajuda, fosse no gabinete da Assembleia Legislativa ou na própria casa, onde muitas vezes era transformada num espaço de ‘acolhimento’. Muitas vezes, seus próprios filhos, mesmo pequenos ajudavam nessa tarefa, bem como a esposa Raquel com quem estava casado no período do mandato. Como poderemos ver a seguir,

O Paulo sempre viveu uma vida simples, mesmo no mandato, o mandato era pra luta. Ele nunca viveu com o dinheiro de deputado, ele tirava um valor muito pequeno que dava pra gente viver. Eu também trabalhava e foi assim. Ele tinha os meninos dele, os quatro filhos dele que tinha que dar atenção. Então a gente vivia com pouco, a gente vivia bem. Eu no início viajei muito com ele, acompanhei ele em todas viagens possíveis pelo Sul do Pará, a gente viajava juntos. Depois eu fui trabalhar na Assembleia com ele porque ele tava com o mandato e tava muito bagunçado a agenda dele. Eu já tinha minha experiência de bancária, então eu fui

organizar o gabinete dele, coordenar e nós conseguimos organizar o gabinete dele e a gente passava o dia juntos por causa disso (Raquel Fontelles, 2018)

Vejamos a fala do segundo filho, Ronaldo Fontelles, fruto do relacionamento com Hercilda Veiga,

Depois ele casa com a Raquel, a gente começa, até por uma forma de nós ficarmos mais próximos, começamos a frequentar a Assembleia Legislativa e nós sempre estávamos lá e a partir de 84 nós passamos a ir pra Assembleia Legislativa toda tarde. Aí ele dava um salariozinho pra gente. A gente atendia o telefone, atendia as pessoas e era até uma forma da gente estar juntos né? E nesse momento, em 84, 85 a gente se depara com toda essa atividade política que ele tinha e das ameaças constantes que ele sofria né? Então a gente viu isso de perto, por que a gente participou desse momento, inclusive de momentos muito interessantes que eram os debates políticos com os deputados que eram os deputados do PDS. O papai na época era deputado do PMDB, visto que o PCdoB ainda estava na ilegalidade. Então a gente acompanhamos esses debates históricos, muito políticos, e a gente percebia o tamanho da liderança que ele era, porque nossa casa vivia cheia de muitos sindicalistas, muitos posseiros, muitos lavradores e a gente percebia essa atuação muito forte dele (Ronaldo Fontelles, 2018).

Podemos perceber que enquanto figura mais do que publica, Paulo levava uma vida exaustiva, porém incansável. Como se observa na fala de Raquel, a terceira companheira de Paulo, uma vez que já havia vivido duas experiências anteriores, a primeira com Hercilda Veiga, inclusive quando da prisão em Brasília e desse relacionamento vieram os dois filhos Paulo e Ronaldo e depois já em fins dos anos de 1970 teve um segundo relacionamento com Sandra Zaire, nascendo Juliana. Com o fim do relacionamento com Sandra Zaire que foi breve, Paulo teve um ‘retorno’ com Hercilda de onde mais uma vez, veio o quarto filho, João. Com Raquel, que se casou na primeira metade da década de 1980, veio então o quinto e último filho, Pedro.

Por isso a lembrança de Raquel em ajudar Paulo nas atribuições no Palácio da Cabanagem na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, uma vez que estavam recente no matrimônio e esta entendia que era obrigação e prazer ajudar o companheiro e esposo nas tarefas, mesmo ela sabendo dos perigos que eram as viagens a trabalho. Podemos perceber que não havia ‘ciúmes’ na relação por parte de ninguém.

A fala sobre a ‘intensidade’ de Paulo Fontelles é compartilhada por seu filho Ronaldo Fontelles, como vimos no trecho acima também. Embora ‘atarefado’, havia um jeitinho pra estar juntos dos filhos, ou os filhos estarem junto do pai, no caso, o gabinete foi uma alternativa para a aproximação nesse momento visto que todos os seus filhos eram muito pequenos ainda. Na lembrança de outro filho, o mais velho, Paulo Fontelles Filho, a ausência do pai era sentida, mas também era compreendida e acalorada quando dos reencontros, como veremos a seguir,

Meu pai, é assim, como posso te dizer...Meu pai era um homem muito intenso. Meu pai teve cinco filhos e nem todos... por exemplo, quando meu pai foi morto, eu tinha quinze anos de idade, o Ronaldo quatorze, a Juliana eu acho que nove ou oito, o Joãozinho tinha cinco e o Pedro era recém-nascido, tinha quatro meses quando o papai foi morto. O papai gostava muito dos filhos, era muito família, gostava dos pais, gostava dos irmãos, os irmãos tinham por ele um amor incrível, a própria mãe, a vovó Anita quando meu pai foi morto se tornou uma referência na luta pelos direitos humanos no Pará. Já são dezesseis anos que ela morreu, ela morreu em 2001. Então meu pai, por conta da condição da luta, das ameaças, nos tirou a condição de uma convivência maior. Quando meu pai chegava, a impressão era que tudo brilhava, meu pai era uma pessoa muito carinhosa, muito amorosa com os filhos, nunca nos bateu, nunca foi agressivo, muito pelo contrário, quando não gostava, olhava feio e a gente já sabia que não tava legal pra ele, mas o meu pai era muito amoroso (Paulo Fontelles Filho, 2017).

Podemos ver nas palavras de Paulinho, como era chamado o primogênito, a sua sensação em relação ao pai. A relação de amor e carinho que podia ser suprida em alguns poucos momentos quando estavam todos reunidos, apesar de todas as dificuldades por conta dos compromissos políticos e jurídicos de assessoramento com os colonos. O pouco tempo que tinham era aproveitado acalorado.

A vida de Paulo Fontelles continuou como parlamentar e advogado defendendo os colonos e enfrentando as questões que lhes eram impostas, como das questões do campo. A seguir, algumas cartas encaminhadas, por mulheres que lhe pediam ajuda no decorrer do mandato. Esta, a seguir é uma especial, vejamos,

Xinguara – 12/ Maio/ 84/. Saudade: Oi Deputado *coitem* (não entendi o significado). Escrevo com carinho esta cartinha. Espero ser atendida com carinho também. *Coitem* sou velinha sofredora, doente e preciso de você – não você mesmo, pessoalmente – de sua ajuda. PESSO MIM AJUDAR A FAZER MINHA CASA POIS VIVO NA CHUVA PORQUE NÃO TENHO CONDIÇÃO- PESSO MIM AJUDA. MIM APOSENTA PRECISO DO MEU APOSENTADO PELA MIM COMER CARNE PRA QUE VIVA MAIS UNS DIAS. FASA TUDO POR MIM QUE DEUS FAIS POR VOCÊ POIS ELE OLHA PRA QUEM AJUDA OS POBRESINHOS. A XINGUARA ESTA PRECISO DE MUITAS OUTRAS COISAS – QUE SÃO RUA LIMPA DEPOIS ILUMINADO DOUTOR NO HOSPITAL DO ESTADO E MUITAS OUTRAS COISA. AGORA FICO COM DEUS E VOCÊ TAMBÉM COM DEUS. Nada mais da velinha sofredora de Xinguara. Enedina P Pereira Freita. Rua Pontes Miranda – n – 264.

O que podemos ver nessa carta encaminhada em maio de 1984 pela ‘velhinha sofredora’ Enedina P. Pereira Freitas, se não um lamento da situação precária em que esta senhora vivia em Xinguara. Para esta, a solução seria a busca da ajuda ao deputado. De qualquer forma também se recorria ao modelo tradicional de se buscar ajuda com os políticos, o assistencialismo clássico. “ajuda para fazer casa, para aposentadoria” pra poder ‘comer carne e pra viver melhor’ eram alguns dos pedidos feitos pela ‘velhinha sofredora’. Mas também, havia certa consciência no sentido de pedir ao deputado melhores condições pra Xinguara “rua limpa, iluminada, doutor no hospital e muitas outras coisas...”. Além do sul do

Pará ser o retrato de uma violência ‘sem freio’, parecia também haver a falta de serviços básicos nas cidades localidades.

Imagem 81 - Carta de moradora de Xinguara

Xinguara - 2 Maio 74.

Saudade.

Vi Detuldo Coitun.
 Fizeram com carinho esta cartinha
 como se a Tereza com carinho

Tambem - Coitun seu valinho zezelada
 doente e Preciso de voce não voce mesmo
 Preciso de sua ajuda
 Preciso mesmo ajuda fazer minha casa
 por favor na chuva fôrça não tenho
 condição. Preciso mesmo ajuda
 do meu aluguento pelo omino pra mim
 comear a morar pra que viva mais
 uns dias. Tudo por mim que
 Deus faz por voce. Mas ele é
 pra quem ajuda os Portugueses

A Xinguara esta Ruim e eu estou com
 coisa que sou sua filha e já estou no
 hospital de estado muitas vezes
 com a filha fico com Deus e
 voce tambem com Deus.

Kada dia de zezelada zezelada
 de Xinguara.

Coitun e Preciso de
 sua ajuda. Amanda M. Silva.

Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Vejamos outra carta, agora encaminhada para além dos deputados Paulo Fontelles, estadual, Ademir Andrade, deputado federal e também aos Ministros da Justiça e do Meafre (*Não entendi*) em Brasília.

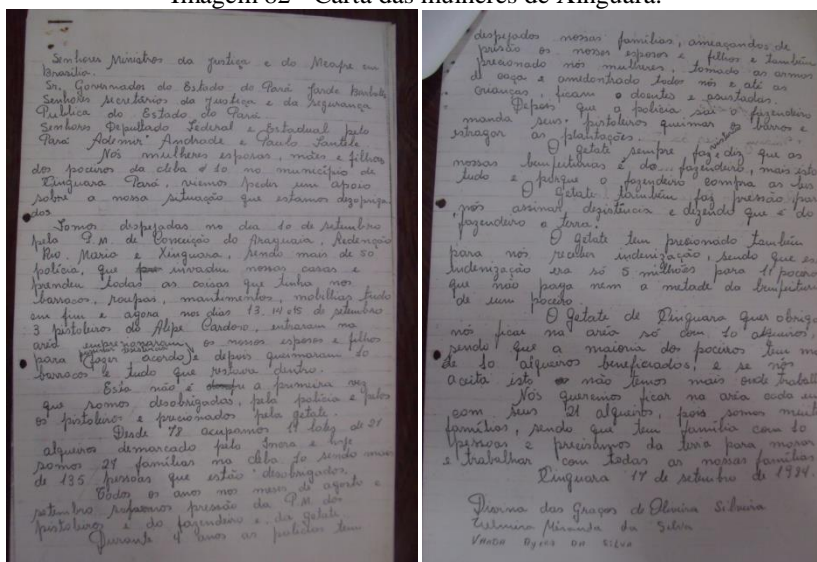
Sr. Governador do Estado do Pará Jarde Barbalho. Senhores secretários da Justiça e da Segurança Pública do Estado do Pará. Senhores Deputado Federal e Estadual pelo Pará Ademir Andrade e Paulo Fontele. Nós mulheres, mães e filhos dos poceiros da Gleba 10 no município de Xinguara Pará, viemos pedir um apoio sobre a nossa situação que estamos desapropriados. Fomos despejados no dia 10 de setembro pela P.M. de Conceição do Araguaia, Redenção, Rio Maria e Xinguara, sendo mais de 50 polícia, que invadiu nossas casas e prendeu todas as coisas que tinha nos barracos, roupas, mantimentos, mobílias tudo em fim e agora nos dias 13, 14 e 15 de setembro 3 pistoleiros do Alipe Cardoso, entraram na área, empresionaram os nossos esposos e filhos para assinar desistência (fazer acordo) e depois queimaram 10 barracos e tudo que restava dentro. Essa não é a primeira vez que somos desobrigadas, pela polícia e pelos os pistoleiros e pressionados pela getate. Desde 78 ocupamos 11 lotes de 21 alqueiros demarcado pelo Incri e hoje somos 27 famílias na Gleba 10 sendo mais de 135 pessoas que estão desabrigados. Todos os anos nos meses de agosto e setembro sofremos pressão da P.M dos pistoleiros e do fazendeiro e da getate. Durante 4 anos as polícias tem despejados nossas famílias, ameaçando de prisão os nossos esposos e filhos e também pressionado nós mulheres, tomando as armas de caça e amedrontado todos nós até as crianças, ficam doentes e assustadas. Depois que a polícia sai o fazendeiro manda seus pistoleiros queimar os barracos e estragar as plantações. O getate sempre faz visturia e diz que as nossas benfeitorias é do fazendeiro, mais isto tudo é porque o fazendeiro compra as leis. O getate também faz pressão para nós assinar desistência e dizendo que é do fazendeiro a terra. O getate tem pressionado também para nós receber indenização, sendo que esta indenização era só 5 milhões para 11 poceiros que não paga nem a metade da benfeitoria de um poceiro. O getate de Xinguara quer obrigar nós ficar na área só com 10 alqueiros, sendo que a maioria dos poceiros tem mais de 10 alqueiros beneficiados, e se nós aceita isto não temos mais onde

trabalhar. ós queremos ficar na área cada um com seus 21 alqueiros, pois somos muitas famílias, sendo que tem família com 10 pessoas e precisamos da terra para morar e trabalhar com todas nossas famílias. Xinguara 17 de setembro de 1984. Divina das Graças de Oliveira Silveira - Zulmira Miranda da Silva - Vanda Aires da Silva - Dulce Maria da Silva - Balbina Pereira de Miranda Joana Fonte - Valdeny Agnes da Silva - Izabel de Fátima Moreira - Rosalina Pereira do Lago.

Nesta carta podemos mais uma vez ver o pedido de ‘socorro’ de mulheres do sul do Pará. Aqui o pedido de ajuda era em relação aos mandos e desmandos dos policiais, pistoleiros e fazendeiro contra os trabalhadores da Gleba 10, onde se viam perseguidos por esses homens armados, fossem representantes do Estado, ou os ‘homens dos fazendeiros’. Na carta é possível a ‘dor e o lamento’ pelos ‘despejos’ ocasionados pela Polícia Militar de Conceição do Araguaia, Redenção, Rio Maria e Xinguara.

Na fala, é possível ver claramente a convivência do Getat, órgão que deveria fiscalizar e dar apoio aos colonos, mas fazia o contrário, como foi reportado pelas autoras, quando mencionou que os fazendeiros ‘compravam’ as leis. Com isso, obviamente que o Getat daria apoio aos donos do ‘poder’ da região, os latifundiários, ajudando a imperar a ‘lei do mais forte’.

Imagem 82 - Carta das mulheres de Xinguara.



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

O que acho muito interessante nessas duas cartas que destaquei, além de todos os fatos apresentados, sendo ou não pedidos de ‘socorros’ diferentes, uma vez que a primeira remetente mencionava a sua situação individual precária, sem ter ao menos onde ficar, sendo ‘molhada’ pela chuva, sem ter uma alimentação adequada, faltando-lhe ‘carne’ e clamando mais ainda por uma ‘aposentadoria’ pra ‘viver melhor’, a segunda trazia o ‘choro’ de um grupo de mulheres maior, implorando pela solução da terra na Gleba 10, onde um dos maiores interessados parecia ser o então fazendeiro chamado Alipio Cardoso que aparece na voz de

outra mulher no documentário ‘Terra e Liberdade’. A senhora que aparece ali, que é o I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Pará em 1984, faz pedido aos participantes e provavelmente as autoridades ali presentes, mas também um desabafo contra esse senhor, como veremos a seguir,

Prezados senhores, dos senhores autoridades, quero aprimeiramente uma prisão para o seu Alípio Cardoso. Toda culpa tem seu Alípio Cardoso que matou meu esposo, assassinou meu esposo, sem culpa nenhuma, trabalhando no serviço, tirando leite no curral pra dar a nossas crianças...e quero companheiros, quero que vocês me ajuda...preciso da nossa terra para trabalhar, para tratar de minhas crianças. Tenho certeza companheiro, que eu tendo a minha terra eu não vou passar fome com as minhas crianças...hoje eu estou passando necessidades com a minha criança. Quero prisão, para vocês prender também o Alípio Cardoso, o gerente dele, o outro...o outro genro dele. Só está preso só um dos criminosos que matou meu esposo... (viúva de trabalhador assassinado)¹²⁰.

Era triste, mas era a realidade o que se via no estado, principalmente no sul do Pará. O índice de assassinatos já era alto nos inícios da década de 1980. No entanto, o deputado Paulo Fontelles seguia cumprindo sua missão de denunciar os acontecimentos graves das violações no campo. As mulheres com suas cartas não eram as únicas a lhe ‘clamar’ apoio. Em três telegramas encaminhados ao governo do Estado do Pará, Jader Barbalho, Fontelles responde aos destinatários que lhe haviam cobrado providencias, como Comissão Pastoral da Terra do Araguaia Tocantins, Dom Tomas Balduino e Padre Ricardo Rezende, como descreverei a seguir,

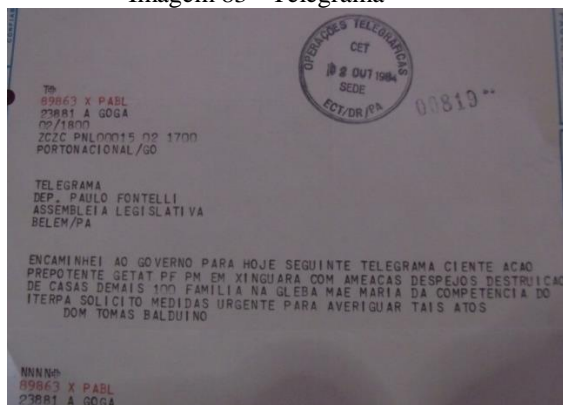
TELEGRAMA - DEP. PAULO FONTELLI - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - BELEM/PA - ENCAMINHAMOS HOJE SEGUINTE TELEGRAMAS AO GOVERNADOR PARA SABENDO AÇÃO PREPOTENTE GETAT PF E PM NA AREA MAE MARIA XINGUARA COMPETENCIA E TERPA PEDE SEJAM TOMADAS MEDIDAS ENERGIICAS PARA AVERIGUAR ATITUDES DE TAIS ORGAOS.- CPT ARAGUAIA TOCANTINS (Fonte: Insstituto Paulo Fontelles)

TELEGRAMA - DEP. PAULO FONTELLI - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - BELEM/PA - ENCAMINHEI AO GOVERNO PARA HOJE SEGUINTE TELEGRAMA CIENTE AÇAOPREPOTENTE GETAT PF PM EM XINGUARA COM AMEÇAS DESPEJOS DESTRUIÇÃO DE CASAS DEMAIS 100 FAMILIAS NA GLEBA MAE MARIA DA COMPETENCIA DO ITERPA SOLICITO MEDIDAS URGENTE PARA AVERIGURA TAIS ATOS - DOM TOMAS BALDUINO - (Fonte: Insstituto Paulo Fontelles).

TELEGRAMA - DEPUTADO PAULO FONTELLES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - BELEM/PA ENCAMINHEI HOJE AO GOVERNADOR SEGUINTE TELEGRAMA: XINGUARA VIVE MOMENTOS DE GRANDE INTRANQUILIDADE PELA AÇÃO PREPOTENTE DO GETAT E PF COM PARTICIPAÇÃO DA PM EM AREA DE JURISDIÇÃO DO ITERPA. HOVE AMEÇAS, DESPEJO VIOLENTO, DESTRUIÇÃO DE CASAS E BENFEITORIAS CONTRA MAIS DE 100 FAMILIAS NOS LOTES 115, 116, 117. 118, NA GLEBA RIO MARIA, SEM MANDADO JUDICIAL. SOLICITO MEDIDAS ENERGIICAS PARA APURAR RESPONSABILIDADES DA PM NO EPISODIO. PE. RICARDO (Fonte: Insstituto Paulo Fontelles).

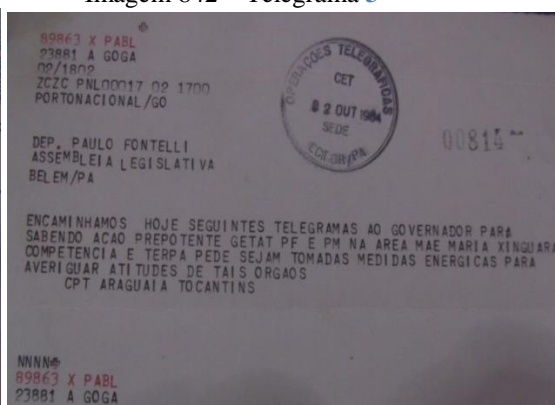
¹²⁰Documentário Terra e liberdade. Disponível em www.youtube.com.br

Imagem 83 - Telegrama



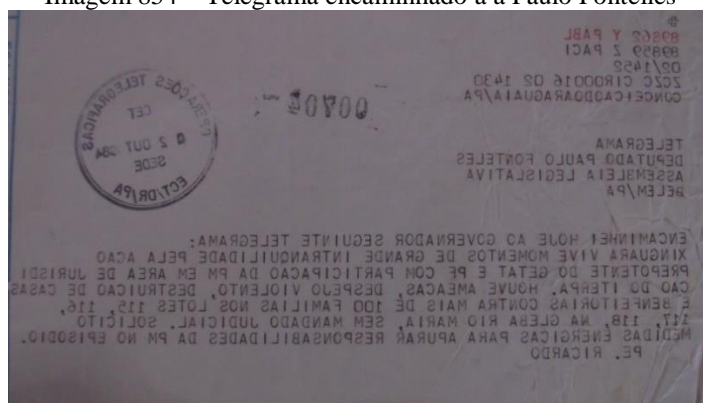
(Fonte: Instituto Paulo Fontelles)

Imagem 842 – Telegrama 3



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 854 – Telegrama encaminhado a a Paulo Fontelles



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Os três telegramas possuíam o mesmo teor descritivo- o problema da terra na região do sul do Pará, mais precisamente em Xinguara e que tinha contado com ações de despejos feitos pelas polícias federal e militar. Além das mulheres encaminhando as cartas, os dirigentes da igreja como o padre Ricardo Rezende e o bispo de Goiás Dom Tomas Balduino, onde se localizava a sede da Comissão Pastoral da Terra, cobravam providencias das autoridades maiores do Pará, principalmente do governador Jader Barbalho. Paulo Fontelles não se furtou a sua responsabilidade como defensor dos colonos e posseiros do Estado do Pará. Lutou como foi possível como ativista, advogado e parlamentar. Suas ações nos anos seguintes ainda em seu mandato foram intensas, como mencionarei alguns casos citado por Ronaldo Barata,

“Delegado de Polícia de Conceição do Araguaia persegue posseiros no lote 22”. Episódio nº. 12.83. Fonte: “Arquivo CPT – Regional Norte II”. Localidade: Lote 22, município de Conceição do Araguaia.. Pessoas citadas: Paulo Fontelles (advogado), posseiros não identificados, Altamiro (delegado de Polícia), policiais militares não identificados, Hugo (grileiro). Organizações mencionadas: PMDB, Getat, polícia Militar. Vejamos,

Em carta endereçada ao deputado Paulo Fontelles (PMDB), posseiros do lote 22, localizado no Tabocão, a 30 quilômetros de Conceição do Araguaia, depois de relatarem que estavam ocupando a área porque receberam informações do Getat de que a mesma não era titulada, denunciaram que desde o mês passado, estavam sendo perseguidos pelo então delegado de Polícia de Conceição do Araguaia, de nome Altamiro. Segundo os posseiros, já por duas vezes, o delegado acompanhado de policiais sem portar ordem judicial, esteve na área para obrigar os posseiros assinarem documentos de desistência de seus lotes. Relataram, ainda, que ele recebeu Cr\$ 300,00.00 do sr. Hugo, que estava pretendendo ficar com o lote 22, e, que diante das ameaças de espancamento e até de morte, três posseiros assinaram a desistência. Por fim, pediram ao deputado as providencias para que pudessem permanecer na terra. (Barata, 1995, p. 164).

A atuação de Paulo Fontelles continuou intensa, fosse na tribuna da Assembleia Legislativa do Estado do Pará ou nas localidades onde aconteciam os conflitos. Se sua vida já corria perigo, preocupação maior teve quando as ameaças passaram para sua família, como virou notícia, descrita a seguir por Barata. “Paulo Fontelles diz que sua família está ameaçada”. Episódio n.º 57.84. Data: 2.8.84. Fonte: Jornal “O liberal”. Localidade: Belém. Pessoas citadas: Paulo Fontelles (Deputado Estadual), Benedicto Monteiro (procurador geral do Estado), Benedito Bandeira (dirigente sindical), fazendeiros não identificados. Organizações mencionadas: PMDB, Assembleia Legislativa do Estado.

O deputado Paulo Fontelles, do PMDB, denunciou, da tribuna da Assembleia Legislativa do Estado, que não mais ele, mas vários membros de sua família estavam recebendo constantemente, ameaças de morte. Atribui tal fato, ao seu posicionamento, como deputado e advogado em defesa de posseiros e camponeses de várias regiões do Estado, ameaçados pelo latifúndio. Acusou ainda a Polícia Militar do Estado de ter parte das responsabilidades pela violência no campo paraense, face à omissão em investigar as denúncias, que Paulo Fontelles fez constantemente. Exemplificou que há cerca de 30 dias atrás denunciou que um grupo de fazendeiros, reunidos em Paragominas, arquitetaram a morte dele, Paulo, do procurador geral, Benedicto Monteiro, e de vários líderes sindicais, entre eles Benedito Bandeira. Anão-investigação já resultou no assassinato de Benedito Bandeira.

É importante lembrar o detalhe da notícia que o ano já é 1984 e o mês em que este faz essa denúncia é agosto, um mês depois do assassinato de Benedito Alves Bandeira que havia ocorrido em Tomé-Açú no dia 04 de julho. Como parlamentar, este temia por sua vida e pela de seus familiares, que como foi mostrado no trecho acima, ‘estavam recebendo constantemente ameaças de morte’. Paulo sabia que desde o momento em que havia se dedicado a fazer a defesa dos colonos e posseiros isso iria acontecer. As ameaças seriam inevitáveis. Havia sempre temor de que algo pudesse acontecer a qualquer momento, fosse na cidade ou no campo quando iam cumprir agendas com os colonos e posseiros, como veremos na fala a seguir de Raquel,

Na verdade, a gente ia de carro, de ônibus, de carro, na época a gente tinha uma Brasília velha que a gente ia pra lá pro sul do Pará. Aí era difícil, tinha muitas ameaças. Teve uma vez que a gente ia pra São Geraldo pra fundação de uma

Associação de professores. Nós chegamos em São Geraldo e sabíamos que já tinha a notícia da ‘quebra milho’ no lote 7. Foi quando eu conheci a expressão, ‘quebra milho’ é tiroteio. Aí os pistoleiros tinham invadido, tinham entrado no povoado lá no lote 7. Na época era uma das grande invasões que tinha que houve mais repercussão e eles queimaram as pessoas, queimaram as casas, deram o fim de muita gente. Foi uma atrocidade, e nós chegamos lá. E na verdade a gente tinha ido pra São Geraldo pra essa reunião da fundação da associação dos professores, mas acabou que fomos direto pro lote 7. No meio do caminho o carro atolou. E aí vinha eu, o Paulo o Bento...eram uns três vereadores de lá, eram dois vereadores, tinha o Bento, o Quito e o seu Amaro que tinha ido conosco. Aí eles desceram do carro pra empurrar e eu fiquei dentro na direção pra ver se saia do atoleiro. Quando eles estão envolvidos empurrando o carro e eu na direção, passam dois pistoleiros armados, aí o Paulo teve uma reação rápida e pegou eles e colocou eles dentro do carro e eu fiquei tomando conta deles com uma faquinha desse tamanho que eu levava pra cortar fruta. E eles foram empurrar e o Paulo conseguiu pegar esses dois pistoleiros, levamos pra dentro do carro que a gente estava e fomos lá pra sede e quando chegou lá no povoado lá dentro, no lote 7, estava destruído. E a gente passou por várias situações dessa, da gente ir pra outra viagem, a gente ia pra uma área de invasão, o Paulo fazer reunião e chegando lá, tínhamos que ir por outro caminho e chegando lá tínhamos que ir por outro caminho, não podíamos ir por aquele por questão de segurança porque os posseiros lá já diziam que já estava cheio de pistoleiro aguardando. Então cansamos de ter que ir pelo meio da mata e o companheiro de lá abrindo caminho pra que a gente pudesse chegar nos locais por um caminho novo. Foi uma época muito difícil nesse sentido. A minha relação com ele sempre foi muito tranquilo, ele vivia sendo ameaçado, ele vivia recebendo telefonemas de pessoas sem se identificar, ameaçando, era bilhete que a gente recebia em casa com ameaça, então era muito presente isso no dia a dia da gente essa possibilidade de matarem ele. (Raquel Fontelles, 2018).

O que podemos ver nessa fala acima, senão o perigo que corria Paulo Fontelles, fosse por sua atuação parlamentar, fosse por sua atuação como representante do povo no parlamento. Situações como essa narrada por sua esposa mostra, o que poderia ser uma simples cena inusitada, quando ‘pegaram os dois pistoleiros’, e que na verdade, poderia ser ali, naquele momento uma cena de uma tragédia, já anunciada, e que o palco todo do estado todo do Pará fazia parte desse ‘teatro dos horrores’. Cenas acontecendo nas mais diferentes regiões com ‘personagens macabros’. Cenas obviamente deprimentes, que marcavam o período e as páginas de da imprensa Brasil a fora.

Mais alguns dias se passaram do mês de agosto de 1984 e mais uma vez o deputado Paulo Fontelles apareceu para denunciar a extrema violência que havia ocorrido no sul do Pará, nesta vez no município de Xinguara. O clima estava tenso na região, com mortes para ‘todos os lados’. Fazendeiros e colonos haviam tido ‘baixa’. Vamos ver, mais uma vez com o relato de Barata, “Conflito e mortes em Xinguara”. Episódio n.º58.84. Data: 10,11 e 12.8.84.Fonte: Jornais “O Estado de S. Paulo”, “O Liberal” e a “Província do Pará”. Localidades: Gleba Marabá, município de Xinguara. Pessoas citadas: Nelson Zanella(fazendeiro), Adenir Zanella(filho de fazendeiro), Antônio Varelo, posseiros não identificados, Joaquim Cardoso Pereira (presidente do STR), Adelino(posseiro), Hélio

Olsen(fazendeiro), Paulo Fontelles(deputado estadual), Luiz Salgado Ribeiro(jornalista), Ricardo Rezende(padre), Adolfo Buhner(fazendeiro).Organizações mencionadas: Polícia Militar, STR de Xinguara, Getat, CPT, Governo do Estado, Justiça de Marabá, vejamos,

A Polícia investigou um conflito ocorrido no dia 3, em Xinguara, no sul do Pará, onde morreram o filho e um amigo do fazendeiro Nelson Zanella. Houve informação de que outras duas pessoas morreram, possivelmente posseiros. O fazendeiro desapareceu e apenas os corpos de seu filho e do amigo foram encontrados no carro onde viajavam. A emboscada pode ter sido realizada por pistoleiros. A Polícia ainda aguardou informações de um oficial enviado ao local. A área onde ocorreu o conflito fica dentro da Gleba Marabá, a cerca de 30 quilômetros de Xinguara. Segundo os colonos, o conflito que resultou na morte de Adenir Zanella e mais um amigo seu, Antônio Varelo, ocorreu no último dia 3, quando as vítimas e mais o fazendeiro Nelson Zanella tocaram fogo numa roça e mataram alguns animais pertencentes a um colono. Houve reação a cerca de 30 homens atiraram neles. Joaquim Cardoso Pereira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xinguara, disse que os posseiros da região não reconheceram os Zanella como fazendeiros e sim como pistoleiros a serviço de outros fazendeiros da região. Disse ainda que Nelson Zanella já esteve envolvido em outros conflitos, lembrando que em 1980 ele participou de um choque na área conhecida como Vitória da União, que resultou em quatro mortes. O conflito recente foi previsto. Joaquim Pereira conta que, uma semana antes, os colonos estavam sendo ameaçados por Zanella e que em virtude de tais ameaças, procuraram o Getat para pedir providências. Foi conhecido ainda, que um homem morador de outra gleba foi assassinado, Adelino era o seu nome. Tinha 58 anos e era conhecido como “Antônio Bigode”. Ele foi morto domingo último quando passava pelo local do conflito conduzindo uma carroça cheia de milho. Este colono, ocupante da área na Fazenda Jussara, já tinha sido perseguido pela Polícia em outubro do ano passado, quando houve uma emboscada na gleba onde estavam situadas Fazendas Musa, Jussara e Caiapó, de propriedade Hélio Olsen. A notícia da emboscada praticada contra os Zanella fez aumentar o clima de confronto entre fazendeiros e posseiros na região e a troca de acusações entre eles. O fazendeiro Hélio Olsen responsabilizou a Comissão Pastoral da Terra e, indiretamente, o deputado Paulo Fontelles pela emboscada praticada contra seu amigo Nelson Zanella, dizendo que a emboscada foi praticada “pela indústria da posse acobertada pela CPT, em apoio jurídico do deputado Paulo Fontelles, comunista de primeira linha”. (BARATA, 1995, p. 264-265).

Já mencionei anteriormente que a realidade do Pará, mais precisamente do sul do estado mais parecia um ‘palco de teatro’. Agora imaginemos o trecho acima como um quadro, pintado por um artista vendo essa realidade. Vermelho de sangue não faltaria com toda a certeza do mundo. Já foi mostrado também que os colonos levavam baixa, mas também sabiam se defender quando era necessário, ou principalmente nos casos mais extremos. Nesse trecho aí, vemos claramente a tentativa dos fazendeiros e grileiros em ‘responsabilizar’ a Comissão Pastoral da Terra e o próprio deputado Paulo Fontelles como os responsáveis pela situação caótica na região.

Em outra parte, ainda dessa matéria acima, descrita por Ronaldo Barata, vemos o que não seria uma simples previsão dos acontecimentos de que viriam pela frente, mas uma realidade que não se modificaria tão cedo, como continuaremos a ver a seguir,

Em matéria publicada no jornal “Folha de S. Paulo” de 12.8.84, o jornalista Luiz Salgado Ribeiro assim se reportou sobre os acontecimentos de Xinguara: “A

emboscada contra o fazendeiro Nelson Zanella, no município de Xinguara, poderá agravar violentamente a velha guerra entre posseiros e fazendeiros no sul do Pará. Esta trágica previsão parece ser o único ponto em comum nas opiniões de fazendeiros, policiais, padres e posseiros, envolvidos nesses conflitos pelo domínio das terras dessa região. “Nessa tocaia- ocorrida na tarde do último dia 3- morreram um filho e um empregado de Zanella. O fazendeiro sobreviveu milagrosamente. O massacre não foi o primeiro nem o mais grave que já aconteceu nos últimos anos em Xinguara. Mas pode ser o detonador de uma explosão em cadeia nas tensões que se acumulam por toda a região, cada vez mais valorizada pela instalação do Projeto Carajás. “Um policial de Marabá- experiente nas leis que regem a chamada conquista da Amazônia—aponta os motivos pelos quais acredita que ‘a história dessa emboscada não vai acabar no enterro das vítimas’: “Um pai jamais perdoa o assassinato de um filho, principalmente se esse pai reconheceu os matadores e tem dinheiro suficiente para promover a vingança.”

É obvio que as tensões iriam continuar a ocorrer nessa região, como mostrado pelo então jornalista Luiz Salgado Ribeiro, quando noticiou a questão no jornal de São Paulo, mas não seria simplesmente pela morte do filho do fazendeiro ou da tentativa da morte do próprio, muito menos pelas mortes dos colonos. Iria ocorrer porque esses fazendeiros e latifundiários a todo custo queriam as terras fosse dentro da lei ou fora dela. Muitos colonos perdiam pais, filhos e nem por isso, essas mortes eram causa de revanche ou vingança, mas a lei do mais forte procurava imperar. (Barata, 1995,264-265).

Não se furtando as suas obrigações nem com o perigo que este corria e nem seus familiares, Paulo Continuou usando a tribuna da Assembleia Legislativa do Pará para fazer as denúncias contra os desmandos no campo, como veremos mais um caso a seguir. “Fontelles acusa fazendeiro”. Episódio nº 95.84. Data: 19,10.84. Fonte: Jornal “O Liberal”. Localidade: Fazenda Flor da Mata, município de Xinguara. Pessoas citadas: Paulo Fontelles (Deputado estadual), José Ribeiro da Silva e João Holonka (posseiros), Arair Antônio Quintino (fazendeiro). Organizações mencionadas: Assembleia Legislativa, Getat. Vejamos o caso,

O deputado Paulo Fontelles, do PMDB, e dois lavradores do município de Xinguara, José Ribeiro da Silva e João Holonka, denunciaram no dia 18,10,84, na Assembleia Legislativa do Estado, que policiais militares estavam dando toda a cobertura necessária para que o fazendeiro Arair Antônio Quintino cometa truculências contra diversos proprietários de terras que estão incluídas nos limites da fazenda Flor da Mata. Indo a origem do conflito, o deputado Paulo Fontelles, no seu discurso esclareceu que Arair Antônio Quintino requereu a compra de um lote de terras de 600 alqueires, e “pretende com isso apropriar-se indevidamente dos lotes de números 115, 116, 117 e 118, na cabeceira do Rio Maria, pertencentes a colonos assentados pelo Getat que receberam seus títulos definitivos”. O parlamentar narrou, ainda, que na primeira semana daquele mês, “o senhor Araí Antônio, depois de inúmeras ameaças aos lavradores, mandou invadir com suas máquinas as referidas terras, destruindo na ocasião, os marcos instituídos pelo Getat. A destruição ode marcos é crime capitulado no código penal, logo, por lei, o destruidor deveria ser indiciado criminalmente, o que não ocorreu”. (BARATA, 1995, p. 301)

Mais uma vez temos a figura do fazendeiro tentando se apropriar das terras distribuídas pelo governo federal com o gerenciamento do Getat. Mais uma vez também se

percebe a presença da polícia militar dando o apoio para os grileiros, que a todo custo tentavam se apossar das áreas. Porém, a figura do deputado Paulo Fontelles, atuante, estava ali pra defender os posseiros, numa situação que só fazia com que cada vez mais ficasse exposto e visado por seu posicionamento.

O ano agora é 1985, e Paulo continua na ‘defesa’ dos colonos e posseiros e no ‘ataque’ contra os latifundiários. Sem recuar, como advogado e deputado vai firme no seu propósito. A seguir, destaco três momentos desse ano em que sua voz foi ecoada. Vejamos, “Posseiro temendo ser preso cometeu suicídio”. Episódio nº. 19.85. Data:79.4.85. Fonte: Jornal “O Liberal”, Arquivo CPT – Regional Norte II. Localidade: Fazenda Capetinga, município de Conceição do Araguaia. Pessoas citadas: Paulo Fontelles (deputado estadual), posseiros e policiais não identificados, Fernando Lyra (ministro) da justiça, Nelson Ribeiro (ministro para assuntos fundiários), Jader Barbalho (governador do Estado), Eronides Souza Primo, (juiz de Direito), João Capetinga (industrial e fazendeiro). Organizações mencionadas: PMDB, Comarca de Conceição do Araguaia, Sudam, Getat.

No dia 6.4.85, o deputado Paulo Fontelles (PMD) disse que era iminente um conflito armado entre posseiros e a polícia na localidade Ribeirão do Fogo, situada dentro da Fazenda Capetinga. O alerta do deputado estadual além de ter sido encaminhado ao ministro da Justiça, Fernando Lyra, e ao ministro de Assuntos Fundiários, Nelson Ribeiro, foi também dirigido ao governador Jader Barbalho com quem o deputado pretendia falar e dizer da disposição dos posseiros da área de enfrentarem a polícia caso o oficial de Justiça da comarca de Conceição do Araguaia tentasse fazer cumprir a ordem de despejo expedida pelo juiz Eronides Souza Primo. Em contato com a reportagem do jornal “O Liberal”, o deputado Paulo Fontelles historizou o que chamou de “gravíssimo conflito fundiário” que envolve, de um lado, a Fazenda Capetinga S/A, e de outro, cerca de 130 famílias de posseiros que habitavam a região há mais de cinco anos, localizados numa área de 1.800 alqueires (cerca de 9.000 hectares) e cobertas pelos títulos definitivos como sendo os lotes 63, TD nº. 17 e Lote 54, TD nº. 90, mas não sendo demarcada. Há alguns anos, segundo o deputado, a área foi adquirida pelo industrial João Capetinga para implantação de um projeto aprovado pela Sudam, mas nunca executado e, quando o sr. João Capetinga quis tomar posse da área a mesma estava ocupada por dezenas de famílias de lavradores. A partir daí, a história envolveu uma série de pressões contra os lavradores e diante da resistência encontrada, caracterizada pela formulação de queixas na Polícia e no Getat, no mês de março, a Fazenda Capetinga S/A ingressou com uma ação possessória contra os lavradores de Ribeirão do Fogo, tendo o juiz Eronides Souza Primo mandado citar posseiros. Disse o deputado que o oficial de Justiça fez apenas um simulacro de citação e, “sem ouvir os posseiros o juiz expediu, liminarmente, o mandado de expulsão, contra o qual, certos de estarem protegidos pela lei da Usucapião Especial, os lavradores resistiram”. (BARATA, 1995, p. 334-335).

Temos claramente nesse trecho o protagonismo de Paulo Fontelles enquanto defensor e denunciador das graves violações dos direitos dos trabalhadores no campo. Vemos também a presença sendo citada das autoridades públicas que deveriam fazer o papel do Estado, como os ministros da Justiça e Assuntos Fundiários, bem como da figura do governador paraense

Jader Barbalho. Mas, por outro lado, a presença do juiz local parecia favorecer os ‘homens do poder’ econômico da região.

No entanto, nem por isso, havia o esmorecimento dos colonos e posseiros, que sabedores dos seus ‘direitos’, como da Lei do Usucapião procurava se manter firmes no propósito de permanecerem nas terras, lutando como podiam, mesmo a que as vezes tivessem que enfrentar os pistoleiros, jagunços e até mesmo a polícia de modo que não fosse dentro da lei.

Vamos ao próximo caso de 1985, “Pistoleiros ameaçam posseiros em Parauapebas”. Episódio nº. 22.85. Data: 11.4.85. Fonte: Jornal “A Província do Pará”. Localidade: Gleba Três Braços, município de Marabá. Pessoas citadas: Romero Mariano de Almeida (fazendeiro), pistoleiros não identificados, Ilden Antônio Ferreira (posseiro), Ronaldo Giusti Abreu (advogado), Paulo Fontelles (deputado estadual), posseiros não identificados, Azial (pistoleiro). Organizações mencionadas: União Federal, PMDB. Seguimos para o relato,

Um clima de muita tensão rondou as terras da gleba Três Braços, na localidade Parauapebas, município de Marabá, onde os pistoleiros do fazendeiro Romero Mariano de Almeida, fortemente armados aprontaram-se para expulsar dali, mais de 300 famílias. Para fazer esta denúncia, esteve em Belém o lavrador Ilden Antônio Ferreira, que portava um documento elaborado pelo advogado Ronaldo Giusti Abreu, com o relato dos fatos. Uma cópia do documento já estava nas mãos do deputado Paulo Fontelles que o levaria ao governador do Estado. Nele foi citado que a área, objeto da questão, foi doada pela União, para o Estado do Pará, através da lei nº. 6.897/81, a fim de que o Estado transferisse a mesma para alguns fazendeiros entre eles Romero Mariano Almeida. A aludida transferência não pode ser feita, pois a região já estava ocupada, na época por mais de 200 famílias. Até janeiro deste ano o clima era de paz. Porém, a situação sofreu brusca mudança, dada a iniciativa de Romero em colocar homens armados com a missão de retirar os posseiros, estando essas tarefas sob o comando de um tal Azial. Isso ainda não havia acontecido, porém o clima era insustentável. Os homens armados e dispostos a obedecerem às ordens de Romero Mariano patrulhavam toda a área, o que poderia ocasionar em violento conflito. (BARATA, 1995, p. 339).

Mais uma vez Paulo entra em ações, desta vez acompanhado de outro advogado, Ronaldo Giusti Abreu, que trouxe as denúncias da situação calamitosa da então gleba Três Braços onde a todo custo o então fazendeiro buscava se apropriar da imensa área onde estavam mais de 300 famílias ocupando o espaço. Interessante ver na denúncia de Paulo, que a terra pertencente a União, havia sido doada ao Estado e este por lei deveria priorizar as famílias que ali já estavam ocupando os lotes. Só que por outro lado, o uso da força para retirar as famílias com a presença de homens armados deixava os moradores temerosos com o que podia acontecer.

E por último mais um caso sendo mostrado pelo parlamentar em 1985, temos uma situação emblemática ocorrida de novo na fazenda Capetinga. Vamos ver, “Posseiros

emboscaram PMs na fazenda Capetinga e mataram um”. Episódio nº. 67.85. Data: 5, 6, 7.9.85. Fonte: Jornais “O Liberal” e “A província do Pará”. Arquivo CPT-Regional Norte II. Localidade: Fazenda Capetinga, município de Redenção. Pessoas citadas: Correa, Ribamar e Euclides (soldados da PM), Luiz Carvalho (cabo da PM), Ricardo Rezende (padre), Arcelide Veronese (prefeito), Ademir andrade (deputado federal), Paulo Fontelles (deputado estadual), posseiros não identificados. Organizações mencionadas; polícia Militar, CPT do Araguaia-Tocantins. Vamos lá,

Quatro soldados da PM do Estado (um cabo e três soldados) sofreram uma emboscada na manhã do dia 4, quando se dirigiam para a fazenda Capetinga, com a missão de vistoriar a área e detectar a presença de posseiros. A Fazenda Capetinga, antiga Mundial, estava se tornando uma área de conflitos principalmente após o despejo de posseiros realizado no dia 29 de agosto de 1985, quando foram registrados atos de violência por parte dos soldados da Polícia Militar. Ontem, quando se deslocavam para a área, para apurar a denúncia do retorno dos posseiros despejados, o pequeno destacamento militar foi emboscado pelos posseiros. As primeiras notícias informavam que os quatro militares haviam sido mortos. Posteriormente, com o deslocamento de novo contingente para resgatar os corpos ficou atestado que somente o cabo Luiz Carvalho fora vitimado. Os soldados Correa, Ribamar e Euclides foram somente feridos e conseguiram fugir. O padre Ricardo Rezende, coordenador da CPT do Araguaia-Tocantins, descartou a possibilidade da emboscada ter sido realizada pelos posseiros até porque, além de estarem fora da área, face ao despejo do dia 29, naquela ocasião a Polícia apreendeu suas armas. Para o religioso, a emboscada deve ter sido realizada por pistoleiros a serviço da fazenda, interessado em tumultuar ainda mais a área, para justificar nova intervenção militar. Em sentido contrário, o prefeito de Redenção, Arcelide Veronese, declarou para a reportagem do Jornal “O liberal”, através de telefonema, influência da CPT e dos deputados Ademir Andrade (federal) e Paulo Fontelles (estadual) sobre os posseiros. “É preciso que a gente denuncie isto, para as coisas ficarem esclarecidas”, disse Veronese, acrescentando que a CPT e os deputados Paulo Fontelles e Ademir Andrade faziam pressão junto aos posseiros, forçando-os a irem para o campo ocupar terras (BARATA, 1995, p. 372).

Estávamos na metade da década de 1980, e como podemos mais uma vez no trecho acima, os conflitos em áreas que estavam em litígios voltavam a ocorrer. A fazenda Capetinga, já denunciada por Paulo no mês de abril desse ano voltava a ser palco das arbitrariedades, cenário de conflitos intensos que não conseguiam se resolver, mesmo porque a própria polícia que deveria zelar pela segurança de todos tinha um lado, o dos fazendeiros, e ao ‘tocar’ o terror contra os colonos havia os revides. Essa era a realidade com que o Pará não conseguia se desvincular da triste sina de viver nas páginas dos jornais mostrando os desmandos no campo.

Em 1986, último ano do mandato de Paulo Fontelles como deputado estadual, este não mediu esforços para continuar sua luta em defesa dos colonos. Sua atuação muito ligada ao sul do Pará, não deixou que ele atendesse outras regiões, como veremos a seguir. “Risco de confronto armado em Cachoeirinha”. Episódio nº. 6.86. Data: 16.1.86. Fonte: Jornal “O Liberal”. Localidade: Cachoeirinha, município de Bragança. Pessoas citadas: Paulo Fontelles

(deputado estadual), Amélia Cruz Grimes (grileira), pistoleiros e posseiros não identificados.

Organizações mencionadas: PMDB, comarca de Bragança. Vamos ver,

Era iminente um conflito armado na área conhecida como Cachoeirinha, município de Bragança, no km 9, da rodovia Dom Eliseu. Quem prestou tal informação foi o deputado estadual Paulo Fontelles (PMDB) que disse que o local foi ocupado há mais de dez anos por mais de vinte famílias de posseiros. Segundo o parlamentar, e, sem levar em conta a labuta na terra, foi que, agora, Amélia Cruz Grimes, mais conhecida como “Paquita”, ingressou na justiça com um pedido de interdito proibitório contra os posseiros. A juíza da comarca de Bragança concedeu a liminar, proibindo os posseiros de plantar e colher. A ação foi contestada e requerida à revogação da liminar. Entretanto, enquanto a decisão não saía, Amélia Grimes resolveu não esperar e contratou oito homens que, armados, tentaram expulsar os posseiros. Estes, porém, resolveram resistir (BARATA, 1995, p. 409).

A região nordeste paraense onde estava localizado o município de Bragança também vivia a história dos conflitos pela terra e mais uma vez, a denúncia foi feita por Paulo Fontelles enquanto deputado, mesmo em fim de mandato na Alepa. O caso, como observado acima envolvia uma fazendeira que a todo custo tentava expulsar as mais de vinte famílias ali residentes, como bem mostrado no enunciado, esta não passava de uma grileira de terras, que com ajuda de pistoleiros tentavam expulsar os colonos.

Com diversas mortes acontecendo no campo e o parlamentar e advogado Paulo Fontelles à frente, denunciando os desmandos e as atrocidades cometidas, mais uma vez o representante dos colonos temeu por sua vida e cobrou providências, como na matéria que tem como título, “Paulo Fontelles pediu proteção”. Episódio n.º7.86. Data: 16.1.86. Fonte: Jornal “O Liberal”. Localidade: Município de Belém. Pessoas citadas: Paulo Fontelles (deputado estadual), Jader Barbalho (governador do Estado), João Canuto (sindicalista). Organizações mencionadas: STR de Rio Maria.

O deputado estadual Paulo Fontelles de Lima manteve contato com o governador Jader Barbalho, para pedir segurança a fim de que pudesse se deslocar até o município de Rio Maria, onde participaria de uma manifestação pública de protesto contra o assassinato do presidente do STR, João Canuto, ocorrido em 18 de dezembro de 1985. O pedido de segurança foi feito em decorrência das ameaças que o deputado vinha recebendo de fazendeiros de Rio Maria, de que se ele chegasse ao município de lá não sairia vivo. Para Paulo Fontelles, ameaças semelhantes já havia se tornado rotina. Entretanto, desta vez requereu segurança face ao clima de tensão no sul do Pará e as ameaças terem sido insistentes (BARATA, 1995, p. 409-410)

Enquanto deputado, Paulo sabia das prerrogativas que tinha como parlamentar, mas nem isso o deixava tranquilo, como vemos acima do medo de que pudesse lhe acontecer alguma coisa quando da visita que pretendia fazer a Rio Maria, local onde havia sido morto o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais João Canuto e sua morte havia causado muita comoção, principalmente por este ser um ativo defensor dos posseiros e colonos da região, por onde Paulo tinha muito contato.

O ano de 1986 ‘correndo’ e os conflitos no campo no mesmo ritmo. ‘baixas’ em grande número para o lado dos colonos e posseiros. Mas também vira e mexe, o saldo negativo para os fazendeiros e grileiros também se concretizava. Esse fato, só tornava mais polvoroso o Estado. No mês de março desse ano, uma morte dessa natureza ‘sacudiu’ o sul do Pará, com se observa no título, “Fazendeiro morto em Xinguara”. Episódio n.º31.86. Data: 19.3.86. Fonte: Conflitos de Terra, v. 1 (Mirad), Arquivo CPT-Regional Norte II. Localidade: Município de Xinguara. Pessoas citadas: Edvaldo Ramos Carvalho(fazendeiro), Maria de Lourdes(doméstica), Paulo Fontelles (deputado estadual), Deusdete (pastor protestante). Vamos ao caso,

O fazendeiro Edvaldo Ramos Carvalho adquirira, havia pouco tempo, 101 hectares da Fazenda Estaol, área pretendida por posseiros e relacionada no Plano Regional de Reforma Agrária como conflitada. Vítima de uma emboscada, Edvaldo foi assassinado no 19 de março de 1986, quando se dirigia de Xinguara para a sede da fazenda. Assinada por “todos os que não se conformam com a estupidez da morte de um trabalhador”, uma nota mimeografada foi distribuída na cidade de Xinguara, com o seguinte teor: “A cidade de Xinguara vive mais uma experiência de morte encomendada. Desta vez o senhor Edvaldo Ramos de Carvalho a vítima de mais um bárbaro assassinato que deixou viúva a senhora Maria de Lourdes e quatro filhos menores. “A vítima foi tocada na saída de suas terras, onde trabalhava na sua lavoura, em busca de seu sustento e de sua família. Atingido por enorme carga de uma arma de fogo de grosso calibre, à queima-roupa, que além de triturar sua cabeça, ainda penetrou em seus braços e distribuiu-se pelo seu corpo já morto. “o tremendo crime fora encomendado por pessoas interessadas em perturbar a ordem e distribuir o terror em nosso município. Esse crime, além de matar a carreira de um trabalhador humilde, sério e cumpridor de seus deveres, enluta uma família que ficará em profundo desespero pela morte de seu chefe. Atinge também em cheio a honra de toda a população e a esperança em dias melhores. “Há de se perguntar: qual a garantia que o trabalhador possui por querer se manter direito? Quais são os responsáveis por essas mortes? A Polícia tem condições de apurar mais esse crime e, apurando, tem condições de punir os culpados? Existe alguma ligação ente esta morte e as reuniões havidas na semana passada, com a presença do deputado Paulo Fontelles, com os invasores das terras de nosso pastor Deusdete? Onde estão os que outrora clamavam por justiça, quando invasores de terras eram repelidos a bala na defesa de terras tituladas? Seria este assassinato encomendado pela CPM, Comissão Pastoral da Morte? São interrogações que se faz em toda nossa cidade e que merecem resposta. Chega de insegurança! É preciso punir os culpados e seus incentivadores. “Xinguara estará unida em torno desta necessidade; não aceitaremos meias palavras na justificativa de incompetência. Não aceitaremos meia justiça na reparação destes danos. Reclamamos por segurança de nossas vidas, de nossas famílias, pelos filhos menores de Edvaldo. “As encomendas de morte precisam ter fim, seja da parte de quem vier. Queremos ordem e progresso, e repudiamos os fabricantes de órfãos e viúvas que aqui vêm para fomentar a desordem e depois se escondem por imunidades parlamentares. A História se repete, até que um dia a casa caia”. (BARATA, 1995,p. 424-425).

A morte do fazendeiro Edvaldo Ramos Carvalho demonstrava bem a realidade ainda no começo de 1986. As falas procuravam mostrar onde estava a culpa dos acontecimentos, uma vez que ao ironizarem a Comissão Pastoral da Terra chamando-a ‘Comissão Pastoral da Morte’ dando nomes aos que ‘incitavam’ a violência na região. O discurso visível é o do ódio, sendo este carregado de ‘moralismo’, num espaço em que as atrocidades ‘corriam solto’.

Para finalizar a participação de Paulo Fontelles no legislativo em 1986, último ano do seu mandato à frente da ‘casa do povo’, destacarei dois episódios com data diferentes para termos a dimensão dos acontecimentos e de sua estada nesse espaço. “Defensor público foi ameaçado de morte”. Episódio nº. 86.86. Data: 27.6.86. Fonte: jornais “A Província do Pará” e “Diário do Pará”. Localidade: Município de Conceição do Araguaia. Pessoas citadas: José Roberto Martins (defensor público), Alfredo Alves da Costa (fazendeiro), Paulo Fontelles (deputado estadual). Organização mencionada: Assembleia legislativa do Estado do Pará.

Por defender na Justiça 18 posseiros que foram expulsos do Lote 17, do loteamento Pedreira, situado na localidade de Santa Cruz, município de Conceição do Araguaia, o defensor público José Roberto Martins foi ameaçado de morte pelo fazendeiro Alfredo Alves da Costa, que se diz proprietário do referido lote. O assunto foi comentado na sessão da Assembleia Legislativa do Estado pelo deputado Paulo Fontelles que pediu providências às autoridades policiais. O deputado comunicou, também, que expediu telex ao ministro da Justiça denunciando o ocorrido e solicitando providências nesse sentido de resguardo da vida do dr. José Roberto Martins. (BARATA, 1995, p. 456)

O último caso, “Posseiros invadiram castanhais”. Episódio nº. 171.86. Data: 23.12.86. Fonte: Jornal “A província do Pará”. Localidade: Castanhais Pau Preto, Santa Cruz da Tona e Limão, município de Xinguara. Pessoas citadas: Posseiros não identificados, Aziz Mutran (foreiro), peões e policiais militares não identificados, Paulo Fontelles (deputado estadual). Organizações mencionadas: polícia Militar do Estado, polícia Federal. Mais uma vez, vamos lá,

Mais de 40 homens invadiram o castanhal Pau Preto, de propriedade de Aziz Mutran, no último sábado dia 18. A situação na área era insustentável pois os invasores colocaram para fora todos os empregados do foreiro Mutran e ainda tocaram fogo no barracão onde estavam armazenados os mantimentos dos empregados. A polícia Militar foi acionada por Aziz Mutran. Dez soldados, sob o comando de um sargento, foram mandados para a área. Os invasores tocaram o contingente militar e avisaram que somente saíam da área por ordem do deputado Paulo Fontelles ou com a presença da Polícia Federal. Os soldados colocados para correr voltaram para marabá, onde relataram que vários outros castanhais como o Limão e o Santa Cruz da Tona também estavam ocupados por invasores. (BARATA, 1985, p. 517-518).

O que podemos ver nos trechos acima, senão um Paulo Fontelles presente no combate e defesa dos colonos, enfretando o que de pior tinha no estado do Pará e o que estava prestes acontecer.

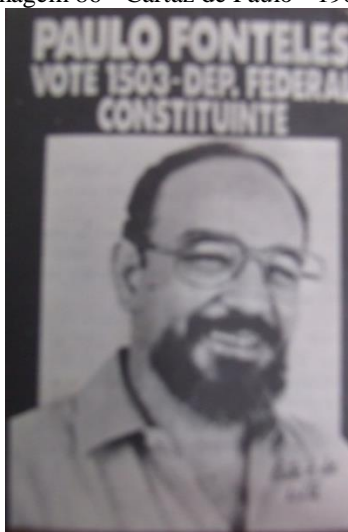
4.1 –A MORTE NA METRÓPOLE

As eleições de 1986 foram as mais disputadas no pós-ditadura. Realizadas em novembro desse ano, e com mais partidos procurando eleger seus candidatos a deputado federal ou estadual, Paulo Fontelles arriscou ir para a esfera superior. Estava com o sonho de ser um ‘deputado constituinte’. Achava que era tempo de ‘voos mais alto’, de Brasília ou da capital federal podia contribuir mais com as questões sociais do campo.

Ainda no PMDB, pois o PCdoB ainda não havia conseguido permissão para disputar as eleições, Paulo Fontelles viu na eleição do final de ano suas chances de conseguir uma vaga ir embora. Concorrente direto de Ademir Andrade, que buscava a reeleição a Câmara Federal, a derrota foi inevitável. Por conta disso houve rumores de que havia tido uma ‘conspiração’ feita pra que o aspirante ao congresso nacional não chegasse lá.

Paulo Fontelles obteve 10.627 votos enquanto Ademir Andrade foi reeleito com 53.396 sendo o mais votado do seu partido. Benedicto Monteiro foi o décimo segundo com 20.552 votos, fechando o ‘time’ do PMDB para ‘voarem’ para Brasília. Para a Assembleia Legislativa do Estado do Pará, o partido de Jader Barbalho elegeu 26 parlamentares. João Carlos Batista, tão ‘comunista’ quanto Paulo ficou com a última vaga com um total de 8.309 votos, menos que Paulo. O PDS amargou uma grande derrota, uma vez que o número de eleitos não passou de seis representantes.

Imagem 86 - Cartaz de Paulo- 1986



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 87 - Paulo Fontelles com Ulisses e Guimarães Jader Barbalho



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Algumas falas sobre o episódio podem ser observadas para a compreensão das ideias de Paulo em fazer com que este tivesse tomado essa decisão de ir para Brasília, na câmara

federal e não ficar em Belém, no Palácio da Cabanagem. Sua vida em Belém corria muito perigo sem o tal mandato, como veremos a seguir na fala de Lucio Flavio Pinto,

O Paulo entrou na carreira política pelo PMDB embora ele fosse do PCdoB e eles cometeu um erro grave que foi tentar ser deputado federal que tranquilamente ele se elegeria a deputado estadual, e a família Fontelles acusa o Ademir Andrade de ter sido o culpado, mas na verdade o Ademir entrou porque já havia um vazio e a CPT também não aceitou mais o Paulo ser o único defensor de posseiros porque ela sabia da ligação dele com o PCdoB então a CPT tirou a base de apoio do Paulo, e ele acho que não percebeu na época. Então quando o Paulo não se elegeu ele colocou a cabeça a mercê e exposta e foi cortada rapidamente, o fim do mandato dele e a morte foi um período de menos de cinco meses. (Lucio Flavio Pinto, 2016).

Como podemos ver na fala do jornalista e sociólogo Lucio Flavio Pinto, a estratégia pensada por Paulo Fontelles não foi bem calculada. Paulo acreditava que poderia se eleger deputado federal, mas o próprio Ademir Andrade já tinha uma base eleitoral, tanto é que foi o mais votado de sua legenda, o então PMDB. É verdade também que nesta altura do ‘campeonato’, a igreja católica, mesmo progressista, não concordava com as ideias do Partido Comunista do Brasil e ao cruzarem os braços, este perdeu parte do eleitorado nas regiões onde atuava, até porque outro partido apareceu com significativa expressão, o Partido dos Trabalhadores, que tinha a figura caricata de Luís Inácio Lula da Silva, que desde os fins de 1970 já começava empolgar as ‘classes’ dos trabalhadores do campo e da cidade.

Nessas eleições de 1986, em Belém, o então debutante partido dos trabalhadores, o PT, elegeu dois deputados estaduais, Valdir Ganzer com 9.643 votos e Edmilson Rodrigues com 5.937 votos, estrearam na Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Valdir Ganzer vinha da região da Transamazônica, era uma voz que dava esperança aos que vieram como imigrantes para ocupar a área inóspita desse lugar. Edmilson Rodrigues, por sua vez, era o representante da região metropolitana de Belém, principalmente dos movimentos sociais urbanos, com destaque para a educação.

Sobre esse fato, Pere Petit (1996)¹²¹ no livro “A esperança equilibrista: a trajetória do PT no Pará” nos fala sobre a chegada do Partido dos Trabalhadores no legislativo nessa eleição de 1986. Para ele, ele isso deveu ao fato dos irmãos ‘Ganzer’, Avelino e Valdir terem chegado com seus pais e outros familiares para a região da transamazônica no começo de 1970, mais precisamente em 1972 vindos com promessas de que receberiam um lote de terras com alguns benefícios e animais que lhes pudessem lhes dar apoio de início.

No entanto, com tantos outros que vieram para a imensa floresta, a promessa não foi cumprida. Assim, não desanimaram e foram ficando. Na sequência, como tinham alguma

¹²¹ PETIT, Pere. A esperança equilibrista: a trajetória do PT no Pará. Belém. – Editora Boitempo, 1996.

‘instrução’, se tornaram lideranças de comunidade, participando de movimentos que aos poucos foram indo em direção a conquista do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém e conseqüentemente já na década de 1980, ajudando na fundação do PT ali e se tornaram grandes referências ao lado de Geraldo Pastana, outro militante com trajetória nas bases das comunidades eclesiais de Base.

Assim, é que os Ganzer, Avelino e Valdir se tornaram protagonistas de sua região. Avelino se tornou o presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) entidade que foi criada no início dos anos de 1980 para ser representante dos sindicatos dos trabalhadores no campo e na cidade. Seu irmão, Valdir Ganzer, ascendeu então a vaga na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, com a vaga de deputado estadual.

Quem recorda também sobre a eleição desse ano é Ricardo Rezende Figueira, que na época era coordenador da CPT – Araguaia – Tocantins, onde Paulo atuava. Mas como já disse, as ideologias em algum momento convergiam e em outros momentos destoavam. Como do projeto político pensado pelo advogado.

O Paulo de repente ele cria no estado o PT, ele é o primeiro a criar o diretório do PT no Pará, ele vai em Conceição do Araguaia numa reunião de conjuntura ele faz uma palestra. Aí faltou pão e eu fui pegar, quando eu voltei toda a turma tinha entrado no PT. Aí briguei com ele, eu era o único que conhecia o Lula, já tive na casa do Lula, mas eu conhecia o Lula, tinha contato com o pessoal do PT e eu não era petista. Aí chego e todo mundo é petista, como assim? Dois meses depois o Paulo divulgou uma nota dizendo que saiu do PT porque o PT não era um partido revolucionário, a decisão certamente era da direção do PCdoB. Aí ele saiu e voltou pro PMDB e ele que tinha acusado o Jader e tinha acusado todo mundo, ele vai pra rua e enfrenta o movimento estudantil pra defesa do Jader Barbalho, DCE e a turma na rua, cercando o palácio do governo e quem tá na frente pra defender o Jader? Paulo Fontelles. E ele apoiou o Alacid, então eu acho que as vezes as loucuras de direções partidárias e obediência ao partido de pessoas podem provocar esse tipo de coisa, eu acho...(Ricardo Resende, 2017)

Como podemos ver nessa fala, as questões ideológicas da igreja católica, mesmo a com tendência progressista tinham suas ‘restrições’ com as ideias políticas de alguns partidos. Em relação a Paulo Fontelles que era declarado um ‘comunista’, suas ideias sobre a defesa dos colonos e posseiros eram muito pertinentes, mas no que dizia respeito aos pensamentos políticos partidários, aí havia o ‘preconceito’. Sobre as preocupações com a vida e a segurança depois das eleições de 1986, Raquel Fontelles assim descreve,

A gente quando casou fomos morar num prédio que tem na Ó de Almeida, quase de esquina com a Assis de Vasconcelos e depois fomos morar no Manoel Pinto e lá gente recebia ameaça de morte, era por telefone, era pela portaria, gente que chegava lá, e ameaçava. A noite, tocava o telefone a gente ia atender...então era muito presente isso nessa época. Então ele achava um desperdício dormir e então ele acordava três horas da manhã e dizia, bora minha filha, bora lá pro Ver o Peso. Aí nós íamos, eu vestia um moletom, porque eu morria de frio e íamos andando da Praça da República pro Ver o Peso, lá pra feira do Açai e lá agente tomava café, comia uma fruta, ficava conversando lá com os feirantes que estavam

desembarcando mercadoria e gente ficava lá até de manhã e aí era só o tempo de tomar um banho, me arrumar e correr pro banco porque a gente vivia muito intenso porque o risco era muito grande. O Paulo era muito intenso, muito intenso... eu era jovem, mas ele era muito mais ativo que eu. As vezes a gente tinha que viajar e minha mãe tinha uma outra chave e lá da estrada eu ligava, mãe vem em casa, desliga a geladeira, o gás, essas coisas porque todo tempo...cansei de viajar só com a roupa do corpo e chegar num lugar um companheiro emprestar uma blusa. A gente viveu muito, foi muito intenso nosso casamento. Ele dizia pra mim que medo ele tinha, mas ele tinha que reagir, se não ele ia viver embaixo da cama, então medo ele tinha, mas nunca deixou de fazer nada por conta do medo, nunca. (Raquel Fontelles, 2018).

Depois da derrota consumada e sem mandato, Paulo Fontelles voltou a exercer a função de advogado. Sem muitos recursos econômicos, saiu também do centro de Belém e foi morar no Benguí, bairro periférico da cidade das mangueiras e que nos anos de 1980 havia sido conquistado por família que não tinham onde morar e ocuparam várias áreas de terras. Paulo, um dos incentivadores dos familiares dos pobres terem um ‘chão’ pra morar, adquiriu um terreno e construiu uma grande casa e pra lá se mudou com Raquel. Vejamos sua fala sobre esse momento,

Interessante, o Paulo achava que era muito mais fácil matarem ele aqui na cidade. Inclusive, nós saímos do Manoel Pinto por isso. Nós conseguimos um financiamento do próprio Banpará que eu trabalhava, nós compramos um terreno e começamos a construir uma casa lá no Benguí. Porquê? O Benguí era a maior invasão da América Latina. Então o Paulo sempre dizia pra mim assim, ‘aqui é tão perto do banco... e eu vou lá pro Benguí’, a gente só tinha um fusca. Aí ele falava, minha filha, aqui o cara me mata e pega a avenida Nazaré e vai embora e ninguém pega, aí eu vou descendo do carro o cara me mata e ninguém pega, pronto. Lá no Benguí, eu estou no meio dos trabalhadores, eu estou no meio do povo e a minha proteção é essa, porque o Benguí era muito distante né, hoje o Benguí é no centro da cidade, mas naquela época não. Então ele se sentia protegido lá. Então ele tinha medo de morrer aqui no centro da cidade (Raquel Fontelles, 2018).

1986 havia ficado pra trás. A ‘ressaca’ da eleição também sendo superada. 1987 a todo ‘vapor’ caminhava e Paulo Fontelles buscava se recompor das disputas passadas. Infelizmente não ter conseguido a vaga de deputado constituinte era um desalento e uma preocupação grande. Mas a vida precisava continuar, e continuou. Já na morada nova, no Benguí, a continuidade do militante político e advogado prosseguia, mesmo com o temor que existia em relação a sua segurança.

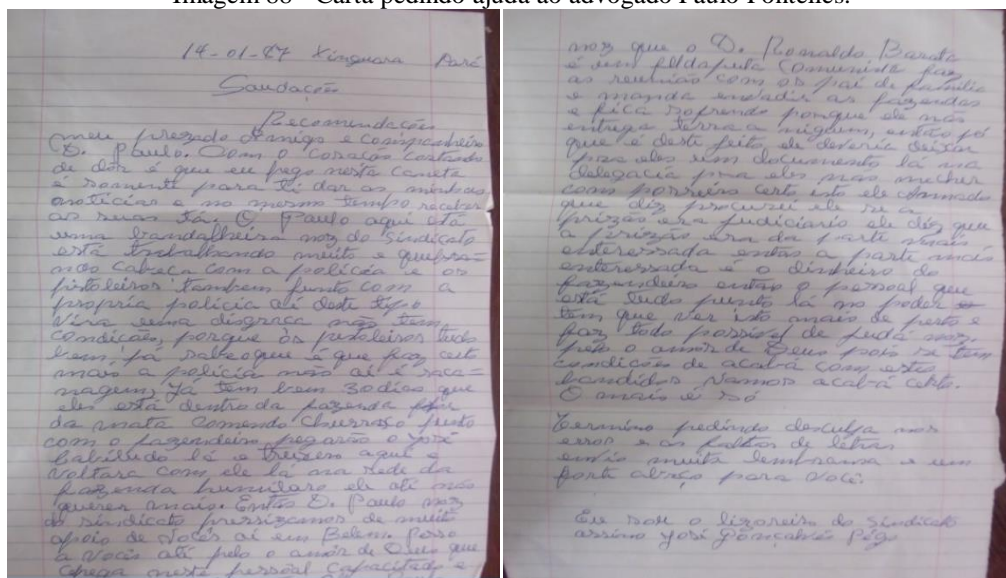
Mesmo sem o mandato, só mesmo como advogado, Paulo dava assistência e recebia as reclamações dos posseiros e colonos do sul do Pará. Procurava ver como estava a situação e as famílias lhe procuravam como sempre fizeram nos anos anteriores. Prova disso eram as cartas que continuava a chegar até ele, como nestas abaixo, que descreverei, onde o pedido de ajuda é para quem iria procurar encontrar uma solução, como sempre fazia como podemos ver,

14.01.87. Xinguara – Saudações – Recomendações – Meu prezado amigo e companheiro D. Paulo. Com o coração cortado de dôr é que eu pego nesta caneta é somente para ti dar as minhas notícias e no mesmo tempo receber as suas tá. Ó Paulo aqui está uma bandalheira noz do sindicato está trabalhando muito e quebramos cabeça com a polícia e os pistoleiros também junto com a própria polícia aí deste tipo vira uma desgraça não tem condições, porque os pistoleiros tudo bem, já sabe o que é que faz certo mais a polícia não aí é sacanagem, já tem bem 30 dias que eles está dentro da fazenda pelas mata comendo churrasco junto com o fazendeiro pegarão o José Cabiludo lá e truxero aqui e voltava ele lá na fazenda humilhar ele até não querer mais. Então D. Paulo noz do sindicato pressizamos de muito apoio de vocês aí em Belem. Pesso a vocês até pelo amor de Deus que chega neste pessoal capacitado e faz eles ver isto tá. Olha Paulo Armando é o escrivão da polícia ele teve coragem de dizer para noz que D. Ronaldo Barata é um fela da puta comunista faz as reunião com os pai de família e manda invadir as fazendas e fica sofrendo porque ele não entrega terra a ninguém, então só que é deste jeito deveria deixar pra eles um documento lá na delegacia para eles não mecher com posseiro certo, isto ele Armando que diz procurei ele se a prisão era judiciário ele diz que a prisão era da parte mais interessada então a parte mais interessada é o dinheiro do fazendeiro então o pessoal que está tudo junto lá no poder tem que ver isto mais de perto e faz todo possível de judá noz, pelo o amor de Deus pois se tem condições de acaba com estes bandidos vamos acabar certo. O mais é só. Termino pedindo desculpa nos erros e as faltas de letras envio muitas lembrança e um forte abraço para você. Eu sou o tizoreiro do sindicato – assino José Gonçalves Pêgo.

Vejamos a outra cartinha,

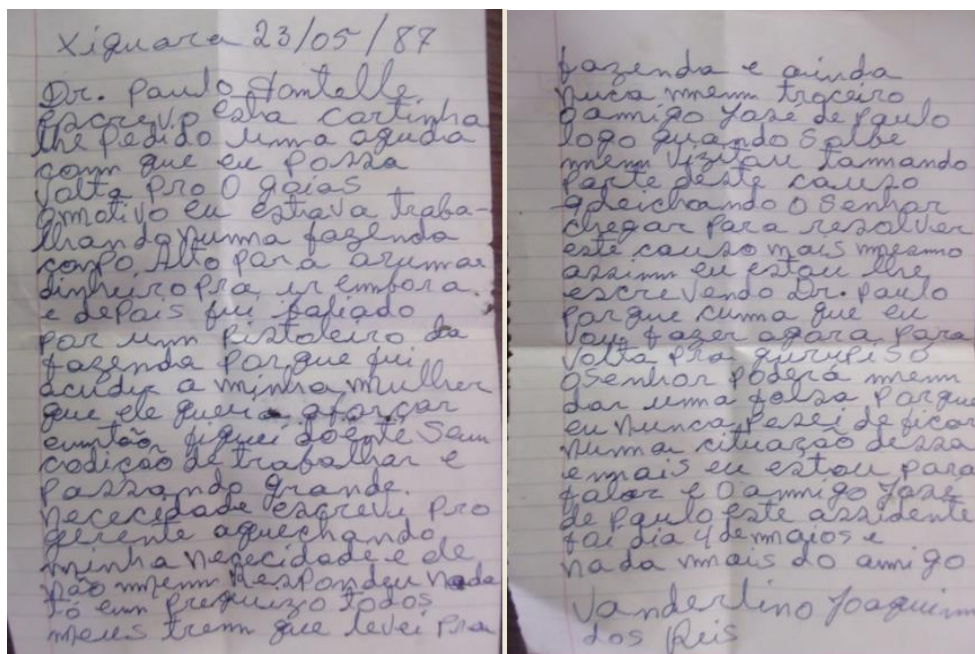
Xinguara 23/05/87. Dr. Paulo Fontelle, Escrevo esta cartinha lhe pedindo uma ajuda com que eu possa volta pro o goiás. O motivo eu estava trabalhando numa fazenda Campo Alto para arrumar dinheiro pra ir embora e depois fui baliado por um pistoleiro da fazenda porque fui acudir a minha mulher que ele queria aforçar então fiquei doente sem condição de trabalhar e passando grande necessidade escrevi pro gerente aquechando minha nececidade e ele nem mim respondeu tô em prejuízo todos os meus trem que levei pra fazenda e ainda nunca nem trouxeiro o amigo José de Paulo logo que solbe mim vizitou tomando parte deste causo adeichando o senhor chegar pra resolver este causo mas mesmo assim eu estou lhe escrevendo Dr. Paulo porque cuma que eu vou fazer agora para voltar para Gurupi só o senhor para me dar uma folsa porque eu nunca pecei de ficar numa cituação dessa e mais eu estou para falar e o amigo José de Paulo este acidente foi no dia 4 de maio e nada mais do amigo Vanderlino Joaquim dos Reis.

Imagem 88 - Carta pedindo ajuda ao advogado Paulo Fontelles.



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 89 - Carta pedindo ajuda ao advogado.



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Em junho desse ano, mais precisamente no dia 11, Paulo Fontelles tinha marcado de ir até o município de Capanema buscar um dinheiro de um trabalho que havia feito como advogado. Antes da viagem, na casa do 'bengola', como passou a ser chamado o bairro ocupado, Paulo teve uma noite regada a um clima de descontração com Raquel. Beberam vinho e trocaram muito carinho. Bem perto deles estava o filho caçula, Pedro Fontelles, que

na memória de Raquel, quando este ‘chorava’, Paulo fazia questão de ir acalentá-lo. E assim foi a noite toda até o dia raiar, como mais uma vez, esta nos reporta esse momento,

Não lembro qual era o dia da semana, eu lembro que era um dia de semana, porque eu ia pra trabalhar. Eu ia pro banco...na verdade, o motorista do irmão dele do Zé, que tava infiltrado há anos na família com esse objetivo, né, e a gente só foi saber depois, ele ficou de pegar o Paulo cinco horas da manhã que era pra ele pegar o Paulo e leva-lo pra Capanema. Ia e voltava. Por isso nós combinamos com Moacir Martins, na época presidente do sindicato da Construção Civil que morava no Benguí que era nosso vizinho. Ele pegou o Pedro César, ele pegou vinte pras cinco da manhã e trouxe pra casa da minha sogra, dona Anita, que morava ali na Gentil, porque eu ia com o Paulo, porque ele ia e voltava ainda em tempo que eu pegava no banco meio dia. Então dava tempo de nós irmos e voltarmos. Então eu ia. E por causa disso, nós passamos a madrugada inteira acordados, tomando vinho, ouvindo Nat King Cole, namoramos muito e ficamos esperando o tempo todo o Pedro chorar, a gente brigava pra ver quem pegava o Pedro primeiro quando ele chorava. Só que o Pedro dormiu a noite inteira e nós passamos a noite inteira acordados, conversando e o Paulo me dizendo tudo de como eu devia agir, como eu devia fazer o dia que matassem ele...O Paulo me disse como eu devia fazer com quem eu devia contar com quem eu não ia contar, como eu devia me portar hora antes da morte dele. Nós passamos a madrugada naquela ansiedade do Pedro acordar que ele tava só com quatro meses e ficamos na sala ouvindo Nat King Cole que ele amava tomando vinho e namorando, conversando e quando foi quatro horas da manhã, a gente foi se arrumar, tomar banho e quando foi vinte pras cinco o Moacir chegou, eu arrumei o Pedro e o Paulo entregou o Pedro pro Moacir trazer pra casa da dona Anita pra poder ir. Só que aí ficamos esperando o bandido do motorista e ele chegou sete horas da manhã e aí, ainda assim eu entrei no carro, eu ia...só eu quando chegou logo na saída do Benguí ele disse, minha filha, não vai dar tempo mais da gente ir e voltar a tempo de você ir pro banco. E ele ainda disse assim, a situação tá difícil e você não pode correr risco de perder o banco, então é melhor voltar. Nós voltamos, pegamos o fusca que nós íamos os três numa pampa do Zé e íamos nos três no carro e ele mandou o motorista voltar e eu fui em casa e eu peguei o carro que nós tínhamos o fusquinha e eu peguei o carro e eu sai e ele saiu logo atrás. Dobramos lá pra direita que ia dar quase lá na frente do Mangueirão aí eu vi ele buzinando aí como ele tinha usado o carro no dia anterior, eu pensei, o Paulo deve ter esquecido a agenda ou alguma coisa. Aí eu parei o carro, encostei o carro e ele encostou atrás, aí eu olhei pelo retrovisor eu vi ele descendo do carro e eu desci também e nós encontramos entre o espaço entre esses dois carros e me deu um abraço. Na verdade, ele se despediu de mim, que até hoje eu ainda sinto aquela mão dele pequenina, e ele grande e ele dava volta no meu cinto, os braços dele me abraçando, me abraçou e disse que me amava e eu brinquei, olhei e disse, i, essa é a crise dos quarenta que tá chegando? E ele me abraçou, me beijou, disse que me amava e confirmou nossa programação dele ir e voltar, receber o dinheiro e a noite a gente sair. Nós íamos sair pra comemorar meu aniversário que tinha sido três dias antes, no dia 08 de junho e por falta de condições financeiras, nós não tínhamos feito nada. Nós íamos sair à noite pra comemorar. Aí eu entrei no carro, ele entrou no carro e quando ele dobrou ali, na Transcoqueiro, ainda meteu a mão na buzina e colocou a mão pra fora me dando adeus. E é a última imagem que eu tenho dele (Raquel Fontelles, 2018).

Então, das despedidas ainda em trânsito de Paulo e Raquel, a esposa, foi pra casa da sogra e o marido foi em direção a BR 316 pra pegar o rumo de Capanema onde tinha como pretensão apenas ir receber o dinheiro e tão logo voltar, para a noite, ainda comemorar o aniversário da amada. Antes, porém, este foi na casa do companheiro Zé Moacir, que era o presidente da Construção Civil e que tinha cedido o motorista pra conduzir o ex-deputado. Na saída da região metropolitana de Belém, já em no município de Ananindeua, este deu uma

parada num posto de gasolina com a ‘desculpa’ de ver se o nível da água do motor estava tudo bem, como nos fala mais uma vez Raquel,

Ele parou no Zé, tomou café, acertou algumas coisas com o Zé, porque não era preciso parar no posto. O Zé tinha mandado o bandido do motorista que não se sabia ainda que era bandido, era um empregado, era inclusive um excelente empregado na época, entendeu? Ele se fazia competente e...ele mandou cuidar do carro, mandou olhar óleo, água...o Zé tinha mandado ele revisar o carro. Mas ele parou lá com a desculpa de por a gasolina e...depois ele levantou pra ir ver disque o nível da água pra completar o nível da água...na verdade pra dar tempo dos pistoleiros atirarem...(Raquel Fontelles, 2018).

Como mencionado por Raquel Fontelles, foi exatamente o que aconteceu. No dia 11 de junho de 1987este já estava na rodovia BR 316, quando o motorista resolveu parar no posto de nome Marechal, ainda em Ananindeua, quando o fato mais trágico aconteceu, o fim da vida de Paulo Fontelles chegava ao fim, como podemos ver na matéria do Jornal Diário do Pará,

10:40 hs. A perua Cheve – 500, placa BB – 7772, ocupada apenas pelo motorista e pelo ex-deputado Paulo Fontelles, estaciona no posto de gasolina Marechal 4, localizado no km 6 da rodovia BR – 316, próximo a estrada Pato Macho, em Ananindeua. Apenas o motorista desembarca. Pede para completar o tanque e afasta-se para apanhar água do carburador do carro. Nesse instante, um fusca cinza, ocupado por dois homens, estaciona ao lado do carro de Fontelles. Um deles salta de revolver em punho e dispara três tiros à queima roupa no ouvido direito do ex-deputado. Paulo Cezar Fontelles de Lima, 42 anos, estava morto. “As ameaças que sofrera enquanto parlamentar e advogado de sindicato de trabalhadores rurais no sul do Pará se concretizaram”, disseram depois companheiros de Fontelles, líder regional do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Com o estampido dos tiros, o motorista José Antônio e o bombeiro do posto, Jair Cerqueira, que abastecia o carro, correram para o local, mas não tiveram tempo de ver os assassinos. Um dos pistoleiros, ainda com arma na mão, teria ameaçado mata-los caso os “derrubassem”. José Antônio, motorista da família do ex-parlamentar, garantiu ter visto o fusca cinza já em movimento e não é capaz de identificar os criminosos. Segundo o bombeiro, que recebeu mais diretamente a ameaça, foi impossível ver os pistoleiros, uma vez que se escondeu atrás de uma bomba de gasolina depois dos disparos. No local, versões davam conta de que o assino é moreno, alto e usa barba. Os próprios pistoleiros, após a execução teriam arrancado as placas do fusca (já bastante usado) para evitar a identificação do veículo. Outra versão, porém, apresentada pelo dono da lanchonete do posto Waldir Melo, diz que os pistoleiros haviam parado um pouco antes do posto Marechal e retirado às placas. O outro homem que ocupava o fusca cinza ficou o tempo todo com o motor ligado e saiu em disparada logo após a execução, fugindo na direção de Benevides. No interior do Cheve, o corpo de Fontelles, com as pernas ainda cruzadas, jazia com três tiros no ouvido direito. Um pouco antes, Paulo Fontelles havia saído do motel Dommus, no Coqueiro, de propriedade de seu irmão, José Fontelles, dono do Cheve – 500que emprestara para a viagem até Capanema. No volante ia o motorista José Antônio, que já trabalhara para a família do advogado durante três anos e que fora recontratado apenas dois dias. O motorista é considerado insuspeito pela família do ex-deputado, que contesta os rumores de José Antônio tivesse qualquer ligação com os assassinos. Muito nervoso, o motorista, ainda no posto Marechal, disse que haviam saído do motel – onde Paulo parara para falar com o irmão – e se dirigiam para Capanema (o advogado retornaria ontem mesmo ou hoje dessa viagem, feita para tratar de um problema simples de terra, segundo Newton Miranda, presidente regional do PC do B, para quem o crime foi encomendado por fazendeiros no sul do Pará). No caminho, o motorista sugeriu a Fontelles que parassem para abastecer o

carro e colocar água no carburador, pois a viagem seria longa. O ex-deputado mandou, então, que parassem no primeiro posto. Segundo José Antônio, Fontelles não chegou a lhe dizer o que faria em Capanema. Disse que Paulo estava tranquilo e que cantarolava durante a viagem. Instantes após chegarem ao posto Marechal, o fusca cinza com os dois pistoleiros estacionaram ao lado do Cheve e o ex-deputado foi assassinado. Uma das balas atravessou a cabeça do advogado, estilhaçou o parabrisa e atingiu uma bomba do posto. Pouco depois do crime o posto Marechal foi tomado por uma multidão de curiosos. Em seguida chegaram ao local os delegados Clóvis Oliveira, de Ananindeua, Manuel Menezes, da Cidade Nova; e João Barros de Marituba, acompanhados de vários policiais. Os familiares de Fontelles também estiveram e seu irmão José, desesperado, abraçou-se ao corpo até a chegada da viatura do Instituto Médico Legal Renato Chaves (Raquel Fontelles, 2018).

A matéria do jornal Diário do Pará deu a notícia mais temida. A morte de Paulo Fontelles se concretizara. Depois de vários anos, principalmente, após sua decisão de ir –para o campo da advocacia fazer a defesa dos posseiros e colonos no sul do Pará. Este sabia que sua vida corria riscos, pois lidava em terrenos perigosos, combatia latifundiários, grileiros, fazendeiros, políticos com grande poder econômico e que possuíam influências em vários meios.

Mas mesmo assim este não arredava o pé da luta. Estava lá como o grande defensor daqueles que não podiam contar com mais ninguém, a não ser uma igreja católica progressistas ou um sindicato dos trabalhadores rurais, ou ainda, uma associação, mas sempre com dificuldades financeiras, esses grupos não davam conta de contratar um advogado que lhes defendesse as causas e viam em Fontelles essa esperança, que muitas vezes foi a voz destes ‘pobres homens’.

Pagar com a vida era um preço alto pra quem decidia fazer a defesa dos menos favorecidos, fosse no campo ou na cidade. Até esse momento da década de 1987, o histórico já era alvo de trabalhadores assassinados no campo, mas também das lideranças. Tanto homens quanto mulheres tinham vidas ceifadas pelo chamado latifúndio e pelas políticas implementadas pelos governantes que não visavam a integração do pequeno trabalhador.

A morte de Paulo foi também um sinal de ‘ousadia’ e um ‘recado’ para os ativistas que militavam nos movimentos sociais. Até então, as mortes dessas vítimas estavam ligadas ao campo, em lugares mais distantes onde pareciam que tinham a seu favor o fato de ‘matarem’ e ‘sumirem’. Assassinar um homem como Paulo Fontelles, ex-deputado, advogado e respeitado foi sem dúvida uma afronta, pois o cenário foi a região metropolitana de Belém, espaço de grande movimentação de pessoas e veículos com uma ‘polícia’ que estava sempre por perto.

Imagem 90 - Matéria do jornal Imagem Diário do Pará com a manchete da morte de Paulo



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

91 - Matéria do jornal Diário do Pará com a imagem de Paulo morto



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 92 - Matéria do jornal Diário do Pará Com imagens de Paulo morto no carro



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 93 - Matéria do jornal Diário do Pará com Paulo morto e Hélio Gueiros no velório



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

O dia 11 de junho de 1987 foi um dia trágico para os Fontelles, esposa, filhos, amigos. Os depoimentos a seguir retratam uma memória de profunda tristeza nesse momento. Como veremos a seguir começando por Raquel Fontelles, a esposa, que rememora o momento que soube da morte do esposo. Vejamos,

Olha, eu acho que foi entre 8 e 9 porque eu já estava na casa da dona Anita e de repente me deu uma cólica e eu entrei no banheiro e eu nem tinha terminado de fechar a porta eu ouvi o barulho do telefone tocando, o telefone da dona Anita tocar. Interessante que eu não tinha porque ficar com o sentido do telefone porque ninguém ia ligar pra mim ali, ninguém sabia que eu tava ali, ninguém sabia, eu não morava ali. Era comum que fosse pra dona Anita ou outra pessoa da casa, mas eu entrei e quando eu ouvi o barulho eu fiquei com o sentido, mas eu ouvi a moça que trabalhava com a dona Anita dizer, ela está, tá bom eu vou chamar. Eu fiquei com sentido, ela disse eu vou chamar. Eu não sei porque que eu achei que era eu, e fiquei em pé olhando e ela bateu na porta do banheiro e disse, dona Raquel, é telefone pra senhora. Aí eu fui atender, era minha concunhada na verdade, a esposa do irmão do Paulo e foi quando ela me disse, Raquel, a dona Anita tá do seu lado...eu disse, próximo. Eu estava num corredorzinho e dona Anita tava no quarto dela e o Pedro Cesar tava no meio da cama dela e ela estava toda envolta assim, brincando, feliz com o Pedro. Eu tinha saído pra ir ao banheiro e ela disse, então eu vou te falar um coisa, mas você...te acalma...te controla pra dona Anita não perceber ...mas...O

Paulo sofreu um acidente...aí eu disse, ele tá vivo? Aí ela disse...que eu entendi que podia ser de carro...aí ela disse, que não foi de carro, foi pistoleiro...aí falei...ele tá morto, que eu sabia que o pistoleiro não atira nas pernas, nos braços, pistoleiros só atira na cabeça. Aí ela disse, desce que eu tou passando pra te pegar, aí...eu não sei mais te dizer...eu não sei como eu descí, eu não sei que desculpa eu dei pra dona Anita, tinha o fusca, eu não sei como ficou esse fusca, porque ela não me ligou de...porque não tinha celular então ela me ligou de algum lugar fixo...Yolanda, o nome dessa concunhada. E aí eu não sei se ela demorou, se eu esperei muito lá embaixo, eu não sei. Aí tem um lapso de memória e eu já volto a me lembrar no hospital porque o Antônio, irmão do Paulo era um dos médicos do hospital São Marcos, que hoje é o hospital do coração e eles achavam que iam levar o Paulo pra lá e ela me levou pra lá. Quando eu cheguei lá, eu entrei aos berros gritando, tinha outras pessoas lá, porque pensaram que ia pra lá. Fiquei lá não sei e dizer não sei quanto tempo, não sei te dizer como eu sai de lá, quem me levou...de lá pro necrotério. De lá eu já fui pro necrotério. Do necrotério que eu já me lembro da fisionomia de algumas pessoas...mas eu me lembro que eu gritava...‘fala que é mentira, fala que é mentira, que não é verdade isso...’ eu me lembro da pessoa me olhando e não tinha podendo dizer que era verdade né, e também tinha outra concunhada que era médica, que era médica legista lá e eu tendo essas crises e eu me lembro dela ter mandado a mamãe me dar uma medicação e eu também não me lembro mais quanto tempo isso levou. Já me lembro eu dentro do necrotério, mas ele demorou muito a chegar o corpo dele. Aí colocaram naquela pedra horrorosa. Aí eu já me lembro eu lá do lado dele lá querendo vesti-lo...(emoção) (Raquel Fontelles, 2018).

A fala de Raquel descreve o momento da dor da perda de alguém que se sabia que isso podia acontecer a qualquer momento, mas que era muito importante pra ela, afinal de contas era o pai do seu pequeno filho, o caçula dos cinco filhos que tivera. Pedro, obviamente, era tão pequeno que não tinha nem uma lembrança do próprio pai em vida, mas os irmãos mais velhos tiveram essa oportunidade como Paulo Fontelles Filho, o mais velho, depois Ronaldo Fontelles e Juliana, que conseguiram guardar esse momento, apesar de muito dolorido, como veremos a seguir,

É uma memória muito difícil, porque não é fácil você está se arrumando pra ir pra aula e escutar na rádio que seu pai tinha sido baleado, né? Foi muito duro... A gente estudava à tarde no Núcleo de Educação da UFPA, minha mãe é professora da UFPA, então não é fácil. Mas é uma memória também que nos fortalece, porque é uma memória que ali eu tomei uma decisão de ser comunista. Meu pai ainda não tinha descido a terra quando eu decidi entrar no Partido Comunista do Brasil e foi o que me salvou a vida e a primeira lição que eu recebi nesse contexto, é, ‘vá pra sua escola mobilizar seus colegas’. Então naquele momento que eu fui pra escola já como militante do Partido Comunista, já com a cabeça de Comunista e recebi a solidariedade dos meus colegas, gente com a mesma idade que eu, 14, 15 e 16 anos de idade foi algo que me renovou muito, porque de fato, fui pra escola, meus colegas me acompanharam me seguiram, ao mesmo tempo tem a leveza e a suavidade da amizade. Então eu carregou muito isso comigo, a atitude de solidariedade dos meus colegas. Então em toda a violência a gente tem a solidariedade e isso forjou o meu caráter. Então a vida diante dos dissabores, das ameaças à gente tem que se reconstruir, a gente não pode ficar como um avestruz embaixo da terra, a gente tem que se colocar e os meus colegas me ensinaram que o melhor caminho é da solidariedade e uma solidariedade que eu tenho recebido ao longo da vida. Eu sou uma pessoa com toda essa marca, sou uma pessoa que vivo também esses valores, esses valores que tem como central, não o dinheiro, olhar as pessoas como pessoas e não as pessoas como objetos. A gente vive num país que, uma Vale do Rio Doce espancou, torturou trabalhadores rurais. Ontem minha esposa me falou que um segurança da Habibs deu um soco num menino de rua em São Paulo. E então é essa

opção de luta que a gente tem que fazer e é essa que eu fiz ao longo dos meus anos. (Paulo Fontelles, 2017).

A fala de Paulo Fontelles, o ‘Paulinho’, nos dá uma dimensão do que foi a notícia para o filho mais velho naquele dia triste. Receber a notícia pelo rádio e entender os fatos não seria fácil. Porém, como filho de um militante das causas, este soube fazer do momento de dor, um momento também de luta e transformar o assassinato num protesto buscando denunciar, trazendo para si grande responsabilidade em aglutinar colegas da escola onde estudava, no então Núcleo Pedagógico Integrado (NPI), escola que havia sido construída para os filhos de servidores da Universidade Federal do Pará. Hoje atualmente a escola se chama Escola de Aplicação e não é mais exclusiva para filhos de funcionários da Universidade. Neste espaço, onde Paulinho estudava, foi o seu espaço de apoio e solidariedade.

Quem também tem lembrança parecida com a de Paulinho é Ronaldo Fontelles, o segundo filho de Paulo Fontelles. Este tem recordações parecidas com a do irmão primogênito, das dores e das ações que buscaram fazer nesse dia, como veremos a seguir,

Foi um dia muito difícil. A gente tava se arrumando pra ir pro colégio, pra pegar a condução, era um colégio longe, o NPI, lá na Perimetral então a gente tinha que ir de ônibus e quando a gente tava se arrumando pra sair, nossa vizinha bate na porta, falando que nosso pai tinha sofrido um acidente de carro e ligamos o rádio e as pessoas ainda estavam comentando, não sabíamos o que tinha acontecido e eu desci pra dar um telefonema, nós não tínhamos telefone em casa e minha tria atende e pede pra gente aguardar e nesse momento eu senti que era uma coisa grave e ficamos então sabendo o que tinha acontecido naquele dia. E até interessante que dois dias antes, o papai foi assassinado, acho que era uma quinta-feira, dia 11 de junho e no final de semana anterior, o Paulinho tinha passado o final de semana com ele, tinha ficado até o final de semana na casa dele e nesse final de semana eu não fui pra casa dele. E pra nós foi um choque muito grande e a mamãe estava na universidade e a gente não conseguia falar com ela. E depois a gente foi no IML atrás do cemitério Santa Isabel, toda a família e tivemos a compreensão. O Paulinho tinha 15 anos e eu tinha 14 anos. E o desespero que a gente não imaginava que pudesse ter acontecido aquilo, foi muito desespero e depois saímos do IML e fomos pra casa da vovó Anita que morava ali na final da Gentil já com a José Bonifácio e lá que nós encontramos a mamãe e a mamãe já tinha se encaminhado pra lá e foi um desespero.(...) A morte do papai foi instantânea e quando nós chegamos lá com ele eu quis entrar na sala do necrotério mas fui contido por um primo que ele disse, não entra aí que as cenas são muito fortes, se lembre do seu pai como ele era e acabei não entrando. Eu não entrei e acho que o Paulinho não entrou. Foi uma comoção muito grande na família, na cidade. Porque o corpo foi à tarde pra assembleia Legislativa e nesse mesmo dia o Paulinho se filia ao PC do B e como tarefa foi mobilizar os colegas para o enterro e eu fui com o Paulinho lá pro NPI pra fazer o chamamento dos colegas dos professores para participarem daquele ato e lembro que nós ficamos nessa vigília a noite e pela manhã saiu o enterro da Assembleia Legislativa até o cemitério Santa Isabel e falam que tinha por volta de dez mil pessoas numa rua. Eu lembro muito da comoção das pessoas, da revolta né, entoando aquela música do Chico Buarque, Funeral do Lavrador.... (Ronaldo Fontelles, 2018).

Como bem mencionei anteriormente, Ronaldo se soma a Paulinho, que no meio da dor buscaram forças pra fazer do ‘luto a luta’, pois não é fácil a perda de uma pessoa tão jovem

como foi o caso do pai dos jovens. A morte tão prematura e ainda sob as circunstâncias que havia acontecido era realmente um ‘baque’ para todos da família e amigos do partido, dos trabalhadores, colonos, posseiros e aqueles com quem o ex-parlamentar havia convivido nos últimos anos.

Dos filhos que tiveram uma lembrança desse dia, os menores João e Pedro não conseguiram viver esse momento de tristeza. Juliana, a única filha mulher, também guardou alguns momentos desse dia, que foi um dia triste, mais também um dia de muitos protestos na cidade de Belém, principalmente na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, onde o corpo foi velado. Vejamos a fala de Juliana Fontelles,

Total, eu lembro de tudo. Eu acordei, não fui pra escola, pedi pra não ir pra escola e aí minha mãe quando voltou pra casa do trabalho, ela me deu a notícia. Foi um momento de muita dor, eu criança, sem muita consciência do que era a morte, mas foi um momento muito doloroso que eu lembro sim perfeitamente de tudo. E no dia, minha mãe, meus tios, meus primos todos ficaram muito próximo de mim. Eu não fui pro sepultamento dele que eu era muito criança, mas eu fui pro velório dele no hal da Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Eu lembro de uma multidão no velório, flashes, que eu era muito criança. (Juliana Fontelles, 2018).

Como podemos ver, a memória de Juliana é uma memória marcada por um momento difícil, trágico, de dor. Apesar de não ter as mesmas proporções dos irmãos mais velhos, Paulo e Ronaldo que tiveram uma atuação mais direta, na mobilização de colegas e professores para estarem presente no velório, Juliana se lembra do momento do velório no Hal do Palácio da Cabanagem, onde seu pai esteve desde a tarde do dia 11 até o dia 12 quando ocorreu o sepultamento. As imagens a seguir retratam o momento da despedida na ‘casa do povo’, onde esteve por quatro anos fazendo as denúncias contra os desmandos cometidos no campo paraense e onde muitas vezes fez discursos sobre os assassinatos de trabalhadores rurais e suas lideranças. Dessa vez, era ele quem estava lá, sendo velado, com gritos e palavras de ordens fazendo menções a sua história.

Das lembranças desse momento difícil, é Raquel Fontelles que nos fala mais um pouco ainda,

É, de lá fomos pro velório. Mas alguém me levou em casa, não me lembro quem me levou lá pra pegar roupa. Aí peguei um paletó que ele nunca tinha usado, pra mim isso foi muito doído pra mim. Nós tínhamos comprado esse paletó pra nos usarmos na Constituinte porque ele foi candidato a Constituinte e ele não elegeu e ele tinha comprado esse paletó achando que ele ia usar na posse dele na Constituinte e como não houve, então ficou lá sem ser usado. Eu peguei esse paletó dele pra vestir com essa roupa dele. Aí alguém me levou lá e eu peguei em casa e voltamos pra vestir...na verdade eu não dei conta de vestir ele, até porque tem que ter um técnica né, tem que rasgar a roupa, aí eu não tive condição, não consegui, eu queria fazer isso por ele, porque eu me ressentia de não ter tido tempo porque se ele tivesse ido pra pelo ao menos um hospital e ficado um tempo internado e ter passado noites com ele, ter administrado medicação, entendeu? Assim, alguma coisa...tu beijas a pessoa e horas depois a pessoa tá dura, fria, do teu lado. As pessoas ficavam

tentando me tirar, mas eu queria, eu insisti muito pra ficar lá, mas eu não dei conta de vestir...aí outras pessoas do IML que vestiram e eu fiquei lá perto olhando mas na verdade quem vestiu foram pessoas de lá. Ai depois eu fui pra Assembleia, me colocaram lá...na verdade eu não sei como estava minha cabeça, eu não lembro...eu só lembro que umas pessoas colocaram uma cadeira pra mim, colocaram bem o lado e eu fiquei lá e quando foi no meio da madrugada uma pessoa falou pra mamãe que eu tinha que tomar banho. Aí uma pessoa foi com a mamãe e me levou na casa dessa pessoa que era por ali numa rua por trás da Assembleia, uma ruazinha, tomei banho, vesti a mesma roupa e eu lembro que eu tomei um leite bem quente e voltei pra Assembleia... (Raquel Fontelles, 2018)

E continua,

Fui andando...tinha um mar de gente...e olha que quando nós passamos na esquina do Manoel Pinto, que nós moramos lá, ele jogaram papéis, pétalas de rosa, fizeram um bocado de coisa, que a gente morou lá né, e onde ele chegava ele era muito querido...porque pense numa pessoa do bem...porque era assim lutador, era advogado dos posseiros, tudo isso...mas eu não estou falando disso, eu estou falando do ser ...ele como pessoa, dia a dia, no trato ali, sem ser um deputado, sem ser um político, sem ser o advogado...o ser, ele era uma pessoa muito tranquila, uma pessoa muito fácil de lidar, uma pessoa que não te incomodava, sabe assim tu convivia com ele no dia a dia e ele na até incomodava. Olha, eu vou te falar uma coisa, tem uma coisa que quando a gente casou, ele me disse, olha minha filha, vou logo lhe dizer, eu tenho um vício horrível, eu não consigo estender a toalha depois que eu tomo banho, eu não consigo. Eu disse, ih, o que tu faz com a toalha? Aí ele disse, eu ponho em cima da a cama. Eu disse, ih Paulo Fontelles, é barra isso, porque fica todo molhado, porque ele era muito peludo. Eu imaginava, molha a toalha, encharca e vai ficar em cima da cama e vai ficar toda molhada. Ele disse pois é minha filha, eu tou logo lhe avisando isso pra gente não brigar. Ele disse, você promete que você não vai brigar comigo por causa disso, eu disse, olha Paulo, nem que eu quisesse por que tu já tá me dizendo antes, tá bom. Era a única coisa que realmente ele fazia. Mas mesmo assim eu não podia me aborrecer porque ele tinha dito antes, ele cantou a pedra. Tinha um pedaço de bife, se tu quisesse ele te dava o pedaço de bife. Se tivesse só um pedaço de pão e tu quisesse o pedaço de pão, ele te dava o pão, ele era muito especial (Raquel Fontelles, 2018).

Imagem 94 – Velório de Paulo Fontelles na Alepa



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 95 - Velório de Paulo Fontelles.



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 96 - Velório de Paulo Fontelles



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 97 - Velório de Paulo Fontelles.



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 98 – Velório de Paulo Fontelles



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 99 – Velório de Paulo Fontelles



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 100 - Velório de Paulo



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 101 - Velório do Paulo Fontelles



Fonte: Miguel Chicaoka

Imagem 102 - Velório do Paulo Fontelles



Fonte: Miguel Chicaoka

Imagem 103 - Velório do Paulo Fontelles.



Fonte: Miguel Chicaoka

Imagem 104 – velório de Paulo Fontelles



Fonte: Miguel Chicaoka
Imagem 106 - Manifestação no velório



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 1055 – Velório de Paulo Fontelles



Fonte: Instituto Paulo Fontelles
Imagem 107 - Jader Barbalho com dona Cordolina



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 108 - Governador Hélio Gueiros



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 1096 - Deputado Federal Ademir Andrade



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 1107 - Deputado estadual João Batista



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 111- Deputada Federal Jandira Feghali



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 112 - Cortejo fúnebre



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 113- Cortejo fúnebre



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 114 - Cortejo fúnebre



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 115 – Cortejo Fúnebre



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 816 – Cortejo Fúnebre de Paulo Fontelles



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 117 – Cortejo Fúnebre



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 118 – Cortejo Fúnebre



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 119 – Cortejo Fúnebre



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 120 – Cortejo Fúnebre



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 121 – Cortejo Fúnebre



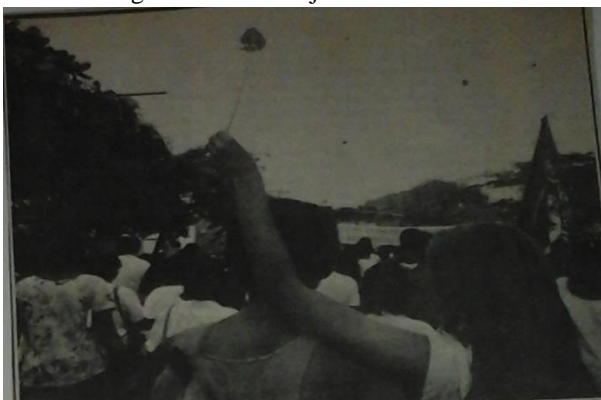
Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 122 – Cortejo Fúnebre



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 123 – Cortejo Fúnebre



Fonte: Instituto Paulo Fontelles
Imagem 125 - Sepultamento no cemitério



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 124 - Chegada no cemitério



Fonte: Instituto Paulo Fontelles
Imagem 126 - O sepultamento no cemitério .



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Imagem 127 - Sepultamento no cemitério



Fonte: Miguel chicao

Imagem 128 - Sepultamento no cemitério



Fonte: Miguel chicao

Imagem 129 - Sepultamento no cemitério



Fonte: Miguel chicao

Imagem 1309 - Dona Cordolina mãe de Paulo Fontelles



Fonte: Instituto Paulo Fontelles

Diversos jornais cobriram o velório e o sepultamento do ativista, advogado, ex-deputado Paulo Fontelles. Todos dando destaque a atuação e a luta que este teve durante a vida, dedicado aos colonos e posseiros do sul do Pará principalmente. A Folha de São Paulo, uma das que esteve presente na cobertura, assim destacou o momento vivido em Belém do Pará, como podemos ver a seguir,

“Paulo Fontelles é sepultado em Belém”. Do correspondente em Belém. O corpo de Paulo Fontelles, 38, ex-deputado estadual do PMDB e líder do Partido Comunista do Brasil, assassinado anteontem no município de Ananindeua (10 km a leste de Belém) com três tiros acima do ouvido direito, foi sepultado às 18h15 de ontem, no cemitério de Santa Isabel, no centro da cidade. O cortejo saiu da Assembleia Legislativa do Estado – onde o corpo esteve em vigília desde que foi liberado pelo Instituto Médico Legal – acompanhado por uma passeata com cerca de três mil famílias, amigos políticos, intelectuais, estudantes e trabalhadores rurais empunhavam faixas e cartazes acusando a União Democrática Ruralista (UDR) pelo crime. O presidente nacional da União Democrática Ruralista (UDR), médico Ronaldo Caiado, 36, afirmou ontem, em Brasília, que as acusações feitas à entidade responsabilizando-a pelo assassinato de Fontelles é “mais uma mentira contra nós e estamos desafiando qualquer um a apresentar provas”. Ele atribuiu as acusações a uma tática da esquerda, na véspera da votação do substitutivo do relator da Comissão da Ordem Econômica do Congresso Constituinte, Senador Severo Gomes, que trata da reforma agrária, “para denegrir a entidade”. O governador do Pará e o secretário de justiça, Itair Silva, compareceram ao velório de Paulo Fontelles, “um homem como Paulo, cheio de vida, acabar morto por pistoleiros, num crime encomendado. Ele sobreviveu a anos de tortura, dentro de uma ditadura, e veio morrer justamente na Nova República. O secretário anunciou a imprensa ao deixar o local, que o caso já foi transferido para a delegacia do crime contra a pessoa, sob a coordenação do delegado Otacílio Mota, e que o delegado já tem nomes de pistoleiros e possíveis mandantes do crime. “Não posso revelar, por enquanto, quem são, mas não temos dúvida que foram grandes latifundiários que mandaram matar o ex-deputado. E os pistoleiros não são de Belém, são do sul do Pará, que era área de atuação política de Paulo e onde concentraram seus inimigos”. O PC do B promoveu um ato público, iniciado às 10h, em frente à Assembleia. O ato contou com a presença de aproximadamente trezentas pessoas, debaixo de um forte sol. Estiveram presentes, o líder do PC do B no Congresso constituinte, Haroldo Lima, da Bahia, e presidente do Conselho Missionário Indígena (CIMI), d. Erwin Krautler, o vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, o deputado federal do PMDB, Ademir Andrade (o único da bancada do Pará a vir a Belém), o deputado João Batista (ameaçado também de morte). (Folha de São Paulo, 13/06/1987).

Como podemos ver na matéria acima, do jornal Folha de São Paulo, o clima em Belém era de grande tristeza, dor e revolta. Como mostrado, o velório se transformou em um ato de protesto contra o latifúndio e principalmente contra a União Democrática Ruralista que já estava instalada no Pará, principalmente no sul do estado. Sabia-se que os métodos dos membros da tal entidade eram os mais inescrupulosos no sentido de ‘tirar do caminho’ aqueles que eram ‘empecilhos’ aos seus projetos de avanço no campo. Sabia-se muito bem que os membros desta ‘organização’ eram os fazendeiros, latifundiários que possuíam grandes extensões de terra e sempre a todo custo tentavam se apossar de mais terras.

4.2 – A INVESTIGAÇÃO SOBRE A MORTE DE PAULO FONTELLES

Depois do velório e sepultamento de Paulo Fontelles, marcado por grande emoção e comoção social na cidade de Belém, era hora de dar prosseguimento às investigações para saber quem eram os assassinos e os mandantes do crime. Os jornais de Belém deram destaques a possíveis suspeitos do caso que levou a polícia a fazer o seu papel, ou quase, uma vez que elucidar esse crime não seria tarefa tão fácil, mas devido a cobrança da sociedade, não tinham alternativa.

No mesmo dia do velório do ex-deputado Paulo Fontelles o jornal O Liberal destacou o depoimento do motorista que dirigia o carro, sendo que este poderia ser uma testemunha ‘chave’ para a elucidação do caso. Com a seguinte matéria intitulada “Testemunhas contam como ocorreu o crime”, assim destacou o vespertino,

As declarações de três testemunhas do assassinato do ex-deputado Paulo Fontelles foram feitas na Delegacia de Polícia da Cidade Nova, como medida de segurança adotada pelo delegado, Clóvis Oliveira de Ananindeua, e aceitas por Otacílio Mota, diretor da Divisão de Crimes Contra a Pessoa e responsável pelas investigações. O primeiro a falar foi José Antônio Lima Souza, o motorista do Cheve – 500 pertencente ao empresário José Fontelles, irmão do de Paulo, que fora cedido ao ex-deputado para uma viagem à cidade de Capanema. Depois seguiram-se os depoimentos do bombeiro do posto Marechal, Jair Cerqueira Ferreira e do arrendatário da lanchonete do estabelecimento, Waldir Melo. José Antônio declarou que trabalhava para José Fontelles há dois dias e que por voltadas 8h30m de ontem fora mandado pelo patrão, que é proprietário do motel Dommus, buscar o ex-deputado em sua residência, no Benguí. Do Benguí ele retornou conduzindo Fontelles para o motel, onde permaneceu cerca de meia-hora, o tempo que o ex-deputado ficara conversando com o irmão. Na saída, Paulo Fontelles lhe disse que fariam uma viagem para Capanema. Então eles saíram no carro pela rodovia do Coqueiro, passaram pelo viaduto e tomaram o rumo da saída da BR-316, onde estacionaram no posto Marechal para completar o tanque do carro a álcool. José Antônio, segundo disse, na hora do crime, estava pegando água na torneira para colocar no carburador do carro e que por causa disso não teve oportunidade de fixar a fisionomia do autor da execução e do homem que ficara no fusca. O motorista ressaltou que, contudo, sabe mais ou menos as características dos dois homens, mas que estava difícil de descrevê-las, devido a grande tensão que lhe tomou. José Antônio disse por fim, que talvez faça o reconhecimento através de fotografias ou pessoalmente. (O Liberal, 12/06/1987).

Imagem 131 José Antonio: O motorista.



Fonte: O Liberal, 12/06/1987.

Como podemos ver na matéria acima, era obvio que as investigações deveriam começar pelas pessoas que presenciaram o crime, ou que estavam próximo da vítima no momento do ato. Assim, como mostrou o jornal O liberal em sua matéria, o motorista seria uma ‘peça’ fundamental pra dar esclarecimentos sobre o que teria ocorrido naquela manhã do dia 11 de junho. Mas, era apenas o começo das investigações, uma vez que o ex-deputado tinha muitas pessoas que não gostavam dele, por conta acima de tudo, de sua atuação política e como advogado dos colonos e posseiros.

Já no jornal A província do Pará, a matéria trazia a hipótese de um fusca encontrado em áreas próximas ter sido o que os matadores tinham usado. Intitulado “Fusca seria o do crime”, assim dava a informação,

O delegado Otacílio Santana Mota, diretor da Divisão de Crimes Contra a pessoa, responsável pelas investigações e desvendamento do assassinato do ex-deputado Paulo Fontelles de Lima, sumido desde quinta-feira da semana passada, retornou ontem a Belém, sem qualquer novidade em torno do caso. Ele negou que a notícia publicada em A província do Pará sobre a descoberta dos criminosos de que dois policiais de São Paulo seriam os autores do assassinato do ex-parlamentar paraense. Otacilio Mota, após manter demorado encontro com o secretário de Segurança Pública, Coronel Antônio Carlos Gomes, disse para reportagem que está confiante em seu trabalho de investigações, porém nada poderia revelar sobre o que está fazendo. Apesar dessa versão, consta que ele durante os dias passou desaparecido. Estava para São Paulo e Minas Gerais, em busca de indícios que pudessem chegar aos matadores de Paulo Fontelles. Ele disse que estava para a zona da estrada tentando alguma coisa em torno do caso em Bragança, Capanema e outros interiores. Pelas informações checadas à reportagem, Mota desembarcou à 01:00 hora de quarta-feira de vôo procedente de São Paulo e Minas Gerais. Enquanto isso, a reportagem descobriu que na última segunda-feira um Volkswagen sem placas, cor cinza, chassi 9BW222112 e EP032229, foi localizado todo queimado na vila Beruini, na Rodovia BR-316, um quilometro antes da barreira que está montada pelas polícias Rodoviárias, PM e Civil. Pelo que consta, esse veículo teria sido utilizado pelos matadores do ex-deputado Paulo Fontelles. O caso está sendo investigado pelo delegado Mota, que disse não descartar a hipótese de que o veículo tenha sido mesmo utilizado pelos matadores do Paulo Fontelles. Ele disse que já tomou conhecimento do fato, e inclusive já determinou que fosse feita perícia no

carro para saber quem é o proprietário e outros dados necessários para as investigações. (A província do Pará, ...)

Imagem 132 - Fusca encontrado queimado.



Fonte: A Província do Pará, 12/06/1987

A imprensa continuou dando as notícias. Já no dia 13 de junho, um dia após o sepultamento do ex-parlamentar outra matéria publicada no jornal O Liberal, trazia o seguinte destaque, “Polícia já dispõe de dez nomes: um seria o assassino”, vamos ver a íntegra da escrita,

A polícia já dispõe de uma relação de dez nomes de pistoleiros profissionais. Entre eles, é possível que esteja o autor do assassinato ao ex-deputado Paulo Fontelles, informou, ontem o delegado Otacilio Mota, da Divisão de Crimes contra a Pessoa, que chefiava as investigações sobre o caso. Segundo ele, a Polícia chegou à lista dos suspeitos por meio de investigações preliminares e depoimentos das principais testemunhas – o motorista José Antônio, o bombeiro do posto Jair Cerqueira e o dono da lanchonete do estabelecimento, Waldir Melo – além de familiares de Paulo Fontelles, Otacilio Mota garantiu que os dez pistoleiros – cujos nomes mantém em sigilo para não prejudicar as investigações – estão sendo observados pela polícia, que procura medir o possível envolvimento de cada um deles ao atentado contra o ex-parlamentar. Durante todo o dia de ontem, o delegado da Divisão de Crimes Contra a Pessoa, chefiando uma equipe de quinze homens, percorreu as áreas adjacentes ao local do atentado e manteve contatos com familiares e pessoas ligadas a Paulo Fontelles, na casa onde morava, no bairro do Benguí, e no motel Dommus, pertencente ao seu irmão José Fontelles. (O Liberal, 13/06/1987, CPT).

Passados quase um mês do assassinato e as investigações ocorrendo sob o comando do delegado de polícia Otacilio Mota, o jornal A Província do Pará destacava a notícia que os familiares e amigos esperavam, a identidade dos envolvidos e suas respectivas prisões. Com o título “Faltam só às prisões: pelo que informou ontem, no Palácio Lauro Sodré, o delegado Otacilio Mota já identificou matadores de Fontelles”. Vejamos a matéria,

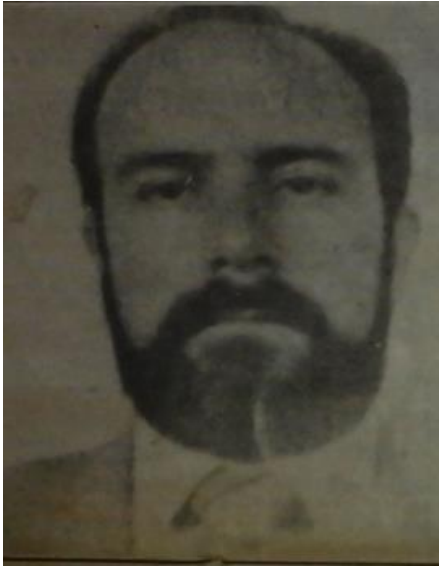
O delegado Otacilio Mota, responsável pelas investigações no assassinato do ex-deputado Paulo Fontelles, convoca a imprensa esta manhã, na Secretaria de Estado de Segurança Pública para – pela primeira vez, desde que ficou à frente do inquérito – revelar alguma notícia sobre o caso. Ontem pela manhã ele esteve no Palácio Lauro Sodré sendo recebido em audiência pelo governador Hélio Gueiros, juntamente com o secretário de Segurança, coronel Antônio Carlos Gomes. Dizendo apenas que estava no Palácio do Governo para uma audiência normal, tendo inclusive tratado com o governador da nomeação de novos delegados, o secretário não quis falar a respeito do crime que completa um mês na próxima sexta-feira. Entretanto, o delegado Otacilio Mota declarou ter boas notícias a revelar a Imprensa, mas não quis dar maiores detalhes. “Só amanhã (hoje) já terei um bom posicionamento a dar a

vocês”, disse ele aos repórteres. O delegado Otacilio Mota também garantiu que dentro de oito dias seu relatório estará concluído e que a prisão dos culpados será um outro processo, “talvez, mais difícil”. Porém, sem informar claramente, Otacilio Mota afirmou estar sendo providenciado um esquema de vigilância nos acessos de saída do Estado para evitar qualquer fuga. Nas investigações do crime estão trabalhando diretamente cinco pessoas e o delegado Otacilio Mota já viajou diversas vezes para o sul do Pará, outros Estados, e mais recentemente para o interior, de onde retornou sexta-feira. A irmã do ex-deputado, Oneide Fontelles, que também compareceu ao Palácio do Governo, vê nas notícias que dão conta do afastamento do delegado Otacilio Mota do inquérito como uma possível manobra de gente interessada em prejudicar o andamento das investigações. (A província do Pará, 07/07/1987 – CPT).

Passado mais de dois meses depois do crime, finalmente a polícia tinha alcançado êxito nas investigações e busca dos criminosos, assassinos e intermediário da morte de Paulo Fontelles, sendo a principal a prisão do James Sylvio Vita Lopes, mais conhecido como ‘Capitão James’. No jornal Diário do Pará, temos a seguinte matéria, “Delegado pede prisão dos três”, como está descrito abaixo,

O delegado Otacilio Santa Mota, diretor da Divisão de Crimes Contra a Pessoa, e que está presidindo o inquérito que apura o assassinato do ex-deputado Paulo Fontelles, entrega, pessoalmente, à Juíza da Comarca de Ananindeua, os pedidos de prisão preventiva contra Antônio Pereira Sobrinho, Osvaldo R. pereira e James Vita Lopes, que estão foragidos. Os dois primeiros executaram Paulo Fontelles e James Vita foi o organizador do crime. No momento da representação à Justiça, o delegado Otacilio Mota reconhece que o crime é de “inspiração política”, justificando que “Fontelles defendia os pobres espoliados” pelos soberanos do latifúndio e o fazia por puro idealismo”. Segundo o resultado das investigações, os pistoleiros foram contratados por James Vita Lopes, que montou uma empresa de segurança fantasma e prestava serviços para fazendeiros e empresas madeireiras no sul do País. Em seu pedido, o delegado Otacilio Mota não se refere a mandantes, alegando que “faltou provas”. A juíza, o delegado pedem a prisão preventiva, justificando que “a prisão dos três acusados é necessário, porque, quem praticou um assassinato por motivo torpe tornando impossível a defesa do ofendido, demonstrou o seu grau de periculosidade, tornando-se elemento nocivo para o convívio social”. (Jornal O Liberal, 18/08/1987).

Imagem 133 - James Vita Lopes



Fonte: O Liberal 13/06/1987

Imagem 134 - Os dois pistoleiros



Fonte: O Liberal 13/06/1987

4.3 – LÚCIO FLÁVIO PINTO E O JORNAL PESSOAL

Lúcio Flávio Pinto, em 1987, ocasião do assassinato de Paulo Fontelles, já era um jornalista renomado. Profundo conhecedor dos problemas da Amazônia naquela altura, tinha trânsito pelos jornais de São Paulo, como o próprio Estado de São Paulo, mais conhecido como ‘Estadão’, onde na década de 1970 já tinha feito matérias muito ‘ricas’ sobre a situação conflituosa que a região começava a vivenciar com mais intensidade.

Nesse ano de 1987, Lúcio Flávio trabalhava no jornal O Liberal, do já todo poderoso Romulo Maiorana que havia falecido em 1986, e que havia criado um grupo de comunicação muito bem estruturado no estado do Pará, tendo a TV Liberal, retransmissora dos programas da rede Globo de Comunicação e além da tv tinha também as rádios Liberal AM e Liberal FM, além do jornal impresso, O Liberal. Era nesse último que Lucio Flávio Pinto era funcionário. Lúcio Flávio Pinto gozava de grande prestígio junto ao dono do empresário quando este era vivo, e com sua morte ficaram como acionistas grupo a esposa Lucidéa Maiorana e os sete filhos, entre eles Romulo Maiorana, Ronaldo Maiorana.

Após a morte do ex-deputado Paulo Fontelles, Lúcio empenhou-se em uma investigação paralela a da polícia. Percebendo as dificuldades enfrentadas e os possíveis ‘vazamentos’ de informações, o jornalista ocupou-se em preparar seu próprio relatório e no momento certo apresentar a sociedade. Após três meses de investigação, conseguiu chegar à conclusão do crime.

Feliz por ter realizado a façanha de dar um resultado que considerava satisfatório sobre o crime, pois havia ‘elucidado’ o mistério, chegando aos fatos que considerava importantes, visto que os demais jornalistas publicavam apenas o que era noticiado pelos investigadores, seu ‘dossiê’ era de um trabalho investigativo paralelo e feito de forma incansável pelos bastidores.

Com o resultado pronto, Lúcio tinha a pretensão de dar um ‘furo de reportagem’. Pretendia divulgar a descoberta no Jornal que trabalhava, O Liberal. Rumou para a redação pra contar a novidade a ‘chefe’, Lucidéa Maiorana, que ouviu atenta os relatos de toda descoberta feita pelo ‘Sherlok Holmes’ da Amazônia. Depois de ter escutado toda a história, veio o banho de ‘água fria’. A matéria não poderia ser colocada no jornal impresso. O motivo, vários nomes de pessoas ‘suspeitas’ que constavam no farto material, eram patrocinadores da empresa. Foi uma tristeza para o jornalista. Sem apoio do jornal de grande circulação, este decidiu criar seu próprio jornal. Assim nasceu o Jornal Pessoal.

Na primeira quinzena de setembro de 1987, foi então para as bancas o nº1 do Jornal Pessoal. Com o título “Um crime bem planejado”, tinha como subtítulo ‘Um mundo pouco conhecido, com subterrâneos invisíveis e uma face externa às vezes ilustre, está por trás da morte do ex-deputado Paulo Fontelles. O Jornal Pessoal levou dois meses para levantar o tapete desse mistério’. Assim, o leitor paraense, teve uma visão de uma outra versão do que se noticiava sobre o assassinato do político Paulo Fontelles, diferente daquilo que se vinha noticiando na imprensa ‘tradicional’.

Imagem 135 - Capa do Jornal Pessoal nº 1 com a foto de Paulo Fontelles e o título do informativo com referencia a sua criação



Fonte: Lúcio Flávio Pinto

O Jornal Pessoal nº 1 trouxe oito páginas na sua primeira edição. Dessas, seis foram dedicadas a mostrar o resultado da pesquisa feita pelo jornalista. As duas últimas páginas trouxeram uma matéria sobre o desabamento de um prédio de doze andares que estava sendo construído na Doca de Souza Franco, um bairro já considerado ‘nobre de Belém e que deixou um rastro de quarenta e um mortos e dezenove feridos. O acidente havia ocorrido no dia 13 de agosto.

Mas, como mencionado, o nascimento do jornal se deu devido o grande interesse em ‘esclarecer’ o crime. Assim, nas seis primeiras páginas, Lúcio Flávio pinto procurou mostrar que o principal acusado, James Sylvio Vita Lopes, o intermediário do crime, carregava a

culpa pelo assassinato, e não como havia rumores de que o empresário de Capanema, Josiel Martins, grande proprietário de terras dessa região, fosse o mandante. Para Lúcio Flavio Pinto, o que existia era um consórcio que havia sido montado para dar ‘fim’ ao agora advogado, que provavelmente voltaria a atuar mais diretamente nas questões agrárias, defendendo os posseiros com mais dedicação.

Lúcio Flavio Pinto mostrou no seu Jornal Pessoal como se deu a morte, mostrando que esta poderia ter sido arquitetada ainda em 1986, o ano em que James Vita Lopes havia retornado a Belém depois de ter passado mais de um ano e meio pra São Paulo. O principal suspeito de ser o intermediário era natural do estado paulista e tinha vindo pra Belém por volta de 1981, trabalhar para o grupo Jonasa, a fim de resolver problemas de terras na região.

Chegando todo ‘paramentado’, parecendo ser um homem das forças armadas, por conta das suas vestimentas, roupas camufladas, ganhou o codinome de Capitão James, e segundo Lúcio, as vezes andava com mais de cinquenta homens que arregimentou pra trabalhar como ‘seguranças’ da área da chamada gleba Cidapar, onde desde a década de 1970 havia conflitos entre latifundiários e colonos e posseiros com um histórico de violência muito forte na metade da década de 1980.

Nessa região da gleba Cidapar, onde estava instalada a firma Propará, Agropastoril Grupiá, Comercial do Pará e Comepar, tinham ali um banco que investia na área chamado Denasa, do qual até o ex-presidente Juscelino Kubistchek havia sido sócio. Nessa região, também já havia surgido a figura do lendário Quintino, Armando Alves Lira, que foi morto pela polícia militar do Pará em 1985. Quintino, diziam os colonos da região, era bom, não era mau. Ele enfrentava os ricos e protegia os pobres. Havia informações de que um histórico de confrontos, inclusive armados, com cenas de ‘velho oeste’.

Quando James Vita Lopes retornou pra Belém, então já pra ver e administrar o caso. Este então teve contato com José Vasconcelos, “Betão” anos e Marcos Antônio Nogueira, conhecido por “Marquinho” que seriam os intermediadores. James Vita Lopes não quis o contato com os assassinos, deixou por conta dois intermediários. Estes contactado seriam o autor do disparo e o motorista. O matador Antônio Pereira Sobrinho que disparou três vezes e Osvaldo R. pereira, que ficou o tempo todo no volante, seriam os principais nomes a serem desvendados de início.

Antes da morte de Paulo Fontelles, James Vita Lopes, o Capitão James, transitava como sendo um homem das forças armadas e carregava consigo um arsenal que dava inveja. Antes inclusive do dia 11, dia fatídico, James havia informado à polícia que tinha sido

roubado armas que eram de uso exclusivo dos militares, vejamos num trecho do Jornal pessoal,

“Arsenal Misterioso” – O “informe” começa com a observação de que o declarante é “o famoso Capitão James”. Não se tratava, na verdade, de um capitão das Forças Armadas (ou pelo menos não do Exército), mas o próprio Vita Lopes não apenas parecia satisfeito com o tratamento, como o induzia. Agia de várias formas a parecer-se de fato a um oficial do Exército. O traquejo pode tê-lo estimulado a adotar uma iniciativa na qual um outro civil jamais pensaria: comunicar ao órgão de informações do Exército que lhe foram roubadas armas que ele simplesmente não poderia ter, por serem de uso privativo das Forças Armadas, ou exigirem para o porte, uma licença especial que ele não possuía. Para o “famoso Capitão James”, um ato desses, porém, não era mais inédito. Em novembro de 1983, quando chefiava a segurança das empresas da Gleba Cidapar, ele conseguiu que o DOPS instaurasse inquérito para apurar outro desfalque no seu bem sortido arsenal. Na época, haviam desaparecidos três rifles 38; duas cartucheiras cano duplo, calibre 12; uma pistola calibre 7.65; um rifle com mira telescópica, e 21 balas. (Jornal pessoal nº 01.).

As características do Capitão James, como nos mostra Lúcio Flávio Pinto acima nos dá uma dimensão do homem que saiu de São Paulo e se embrenhou nas matas do município de Viseu, onde estava a famosa gleba Cidapar. Ali, além do grande armamento bélico que este possuía, também tinha as vestimentas como camiseta, calça verde, boné e botas do exército, o que dava mais respaldo para ‘resolver’ os problemas a seu modo.

Já próximo de ser enviado um mandado de prisão contra ele, este enviou uma carta ao então jornalista João Malato, este procurou desmistificar a ideia de que realmente era um integrante das Forças Armadas, e que o material armistício que possuía, bem como as vestimentas tinham sido compradas nos Estados Unidos e nas lojas de caça e pesca. Era também uma pessoa que tinha conseguido escapar até então da polícia por ter fortes contatos nos meios policiais, que lhe passavam informações do andamento do processo. Entre um dos seus amigos, estava o diretor geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, que havia estado em Belém e almoçado com James Vita Lopes.

Por fim, a conclusão de Lúcio Flávio Pinto é de que a morte de Paulo Fontelles estava ligada ao ‘sindicato do crime’, onde policiais civis, militares até federais eram facilmente arregimentados para trabalharem para empresas, como a montada por James Vita Lopes, uma vez que os problemas relacionados a terra estava em alta, como nos mostra o jornalista na entrevista concedida a mim,

A execução do Paulo teve um elemento novo que é o sindicato do crime, a morte do Paulo não foi decidida por uma pessoa, foi decidida por um sorteio e aí começa essa organização que foi o seguinte, a essa reunião que foi o caso do Paulo grupo de 10, 12 fazendeiros em principalmente em Xinguara e há um sorteio e se isola os demais. É aquele que vai se expor, o caso do Paulo foi a primeira em que um consorcio foi feito pra matar uma pessoa. O momento do Paulo, por isso que criei o jornal pessoal por causa disso, foi uma inflexão de assassinatos políticos, que seria seguinte o assassinato do João Batista. Então é a reação dos fazendeiros com o crescimento da resistência dos posseiros com a expulsão então eliminaram os cabeças, vão

eliminando progressivamente, a lista dos marcados pra morrer. (Lúcio Flavio Pinto,....)

Para Lúcio Flavio Pinto, uma coisa era certo, Josiel Martins, poderia ter relações com outros crimes, inclusive como roubo de carros e até mortes no campo, mas não estava envolvido com o caso Paulo Fontelles. Não havia pistas que levassem a essa conclusão. Mas com James Vita Lopes, eram diferentes, todos os passos deixados por ele, desde a vinda para o Pará no início de 1980, não deixava dúvida do seu grande envolvimento. Por isso, o Jornal Pessoal foi importante para colaborar com as investigações e levar a prisão do principal acusado da morte de Paulo, mesmo que esta demorasse a ocorrer, vindo a concretizar apenas em 1992 em São Paulo. A seguir, um trecho da fala de Lúcio Flavio Pinto sobre o episódio,

(...) Eu desfiz duas tramas da polícia pra atribuir responsabilidades da morte do Paulo. Uma, o Josiel Martins que não foi o mandante e ficou provado, e a outra um grupo de bandidos que era Agenor e o Gaguinho que também não tiveram nada haver e acabaram sendo considerados como possíveis matadores do Paulo, o grande problema é que o aparato estatal é inconfiável. Então você não tem a certeza de que ele vai atuar tecnicamente e ele não vai atuar tecnicamente. As famílias elas se sentiram na maior parte dos casos não só abandonadas mas também como desanimaram de cobrar indenização, de fazer uma investigação paralela e mesmo quando por exemplo no caso, qual foi o fazendeiro que mandou matar o Paulo foi um lugar onde apareceu o nome, Fabio Vieira Lopez ninguém foi atrás, porque na época o que se perseguia era o Joaquim Fonseca da Jonasa, então a família Fontelles disse que foi Joaquim Fonseca que matou o Paulo. E Joaquim Fonseca não mandou matar, o Joaquim foi o cara que organizou o assassinato do Paulo e organizou outras expedições para o Joaquim, só que o Joaquim não sabia que o James Vita Lopez tava fazendo aquilo paralelamente e o James Vita Lopez utilizou isso, quando o carro era alugado da Belauto e pago pelo Joaquim Fonseca aí eles apareceram como suspeitos, mas essa suspeição não apareceu real, eles mentiram no depoimento eles poderiam ter dito a verdade e não disseram, mas não foram eles que mandaram matar, o que eles teriam ter cobrado era a infidelidade no depoimento eles mentiram no júízo sobre em julgamento então deveriam ser processado por isso, mas não como mandante que não foram então acabou desperdiçando uma pista, e o Fabio Vieira Lopez nunca foi encarado como o verdadeiro mandante do crime. (Lúcio Flavio Pinto, 2017).

Elucidado o crime, faltava o cumprimento do mandado de prisão e conseqüentemente, o julgamento dos acusados, tarefa que não seria fácil de acontecer, uma vez que localizar e prender estes demandaria mais esforços para a concretização do ato completo. Os meses e os anos foram se passando e finalmente em 1992, quase cinco anos depois do crime, o principal acusado, James Vita Lopes foi preso em São Paulo e conduzido até Belém, como podemos ver no trecho do jornal Diário do Pará, do dia 09 de julho de 1992. Vamos conferir,

“Caso Fontelles: Vita Lopes chega preso a Belém” –Procedente de São Paulo, chegou ontem à noite a Belém, no voo 266 da Varig, escoltado por agentes da Polícia Federal, o advogado James Vita Lopes, acusado de mandante da morte do ex-deputado e advogado Paulo Fontelles, crime perpetrado em 11 de junho de 1987 em Marituba. Vita Lopes foi entregue pela Polícia Federal aos delegados Rafael Bezerra Neto e Waldez Wanderley, coordenador da Polícia Civil e diretor da DVG, respectivamente, que os recolheram ao Pátio Central como preso comum de Justiça.

Hoje pela manhã, James Vita será apresentado à juíza Maria Palheta, de Ananindeua. (Diário do Pará, 04/04/1992 CPT - Leila).

Como podemos ver, depois de cinco anos do crime, o então acusado James Sylvio Vita Lopes era preso e retornava a Belém do Pará, dessa vez não por vontade própria, mas pela ordem da justiça. Não tinha mais o título de ‘Capitão James’, o todo poderoso que no início dos anos de 1980 quando se embrenhou nas matas da gleba Cidapar era temido e tinha as vezes cinquenta homens que o acompanhavam nos serviços de expulsão de colonos das áreas disputadas por fazendeiros, madeireiros, garimpeiros e os posseiros da área. Sua chegada em Belém, mostrava um homem com fisionomia de um ‘derrotado’, embora ainda fosse sentar nos bancos dos réus do tribunal paraense, as fotos mostradas, já demonstravam agora que este não tinha mais todo o poder de outros tempos.

Imagem 136 - James Vita Lopes sendo escoltado por dois Policiais Federais no aeroporto de Belém.



Fonte: CPT Norte 2

Imagem 137 - James Vita Lopes em três momentos – saindo do avião – escoltado por policiais e sozinho no saguão do aeroporto.



Fonte: CPT Norte 2

Em 1993, no mês de janeiro, mais de seis meses depois da prisão, James Vita Lopes sentou no banco dos réus do Fórum de Ananindeua. O julgamento durou mais de dois dias e sua condenação foi de vinte anos de prisão em regime fechado. Mas, um erro da magistrada que havia conduzido o caso, fez com que um novo julgamento fosse marcado, dessa vez para maio do mesmo ano, no mesmo fórum. A sentença anunciada foi de vinte e um anos de prisão fechada a ser cumprida no Pará, como nos mostra matéria do jornal Correio Brasiliense,

“Júri condena no PA advogado por morte de deputado” – O advogado Paulista, James Vita Lopes, de 45 anos, foi condenado ontem a 21 anos de prisão pela juíza Maria Soares Palheta, da Comarca de Ananindeua, a 25 km de Belém por ter intermediado o assassinato do advogado, ex-deputado estadual Paulo Fontelles de Lima, no dia 11 de junho de 1987. A sentença foi lida pela juíza às 8h40 de ontem, em clima de tensão. O Tribunal do Júri condenou Vita Lopes por seis a um. Foi o julgamento mais longo da história forense do Pará – começou às 10 h de sexta-feira. Quatrocentos homens da Polícia Militar acompanharam o julgamento. Os familiares e amigos de Paulo Fontelles comemoraram muito, entre choro, abraços e palavras de ordem como “a luta continua”. Fontelles era dirigente local do PC do B e advogado de posseiros no sul do Pará. Foi assassinado aos 38 anos, com três tiros na cabeça. Vita Lopes agenciava esquemas de segurança para grandes fazendeiros paraenses. Ele foi acusado pelo promotor Clodomir Araújo e pelos assistentes de acusação Egídio Sales Filho e Márcio Thomaz Bastos e Luiz Eduardo Greenhalg. A defesa de Vita Lopes esteve ao cargo do advogado paraense Osvaldo Serrão. Ele recorreu da sentença ao final do julgamento – e considerou o resultado “injusto e passional”. “Os autos não tem provas materiais contra meu cliente”, afirmou. “A condenação de Vita Lopes esclarece uma parte importante do crime político de maior impacto no Pará”, disse Márcio Thomaz Bastos. “Ela ajuda a acabar com a impunidade”. (Correio Brasiliense, 16/05/1993).

Como vimos acima, apenas uma pequena parte do crime estava apurada e concluída com uma pena de vinte e um anos apenas dado a condenação do acusado. Era motivo de

alegria pra família e amigos de Paulo Fontelles, apesar de um longo calvário pra se chegar até este resultado, mas sabia-se também que os pistoleiros, os que haviam disparado os tiros precisariam ter a mesma condenação, sem contar, os verdadeiros mandantes, que James Vita Lopes não ‘dedurou’. Manteve o silêncio, negando o próprio envolvimento. Mas com todas provas que levavam até ele como principal suspeito de envolvimento, não teve escapatória dos jurados, sendo condenado e mandado para a prisão, que só sairia nove anos depois.

Em 1993, depois do julgamento, James Vita Lopes deu uma entrevista de dentro do batalhão de polícia onde estava preso para o jornalista Mauro Bonna que tinha um programa chamado à época de ‘Contraponto’. Nessa entrevista, o apresentador fez uma série de perguntas que foram obviamente respondidas, onde James Vita Lopes deu sua versão dos fatos, que não mudariam sua penalidade em nada, a não ser pelo ‘bom comportamento’. Indagado por Bonna se este conhecia Paulo Fontelles, Vita Lopes responde que não conhecia, mas que tinha ouvido falar pelos jornais e que havia conhecido Ademir Andrade que já ido a gleba Cidapar e também havia conhecido a então deputada Maria do Socorro e que também não conseguia dizer quem eram os verdadeiros culpados ou mandantes do assassinato e manifestava sua inocência perante o apresentador e que tinha uma equipe que trabalhava com topografia fazendo demarcações de terras para pessoas interessadas e que havia feito um serviço para a empresa Companhia Real Agroindustrial de Moju.

Nesses serviços, prosseguiu Vita Lopes, que davam, além do ‘topógrafo’, seguranças para fazerem as demarcações das áreas. Explicou que tinha sim dois homens que já haviam inclusive trabalhado com este na Propará sendo que um era de São Paulo e o outro era Mato Grosso e que por isso ficavam no hotel Milano, o mesmo onde foram encontrados as pistas dos assassino do deputado Paulo Fontelles e que quando esteve em Belém em 1986 tinha sido para trabalhar na empresa Jonasa em Paragominas, por que segundo ele, nessa época, a madeira da área da empresa estava sendo levada por posseiros, sendo furtados, e ali sua missão era a de dar segurança. No final da entrevista, Vita faz alguns comentários sobre Paulo Fontelles, como podemos ver a seguir,

Esse caso, caso Paulo Fontelles já foi extremamente explorado pela imprensa jornais matérias de televisão e você sempre teve acesso a todo esse material quando você ler quando você assistir na TV ouvir rádio. Qual é o seu sentimento? O que é que você verifica da exploração da Imprensa em cima do caso, ela tem sido fiel? Não tem sido. Ela não se pega ao que contém os autos, falta absoluta de prova. Minha inocência está caracterizada plenamente nos autos. Eu lamento muito a morte do Fontelles. Eu vejo o desespero da família o mesmo que estou vendo na minha, apenas uma diferença que ele lamentavelmente foi morto e eu continuo vivo de uma forma bem grande, mas a família, eu tenho impressão que ela foi mal orientada. Na

busca da verdade gastaram muito dinheiro, mas foi mal orientada (James Vita Lopes, 1993)¹²²

James Vita Lopes cumpriu um terço da pena em regime fechado e após nove anos de reclusão, conseguiu o direito de cumprir o restante da penalidade em regime aberto, quando foi solto, retornando para São Paulo. A sensação da Família de Paulo Fontelles era mais uma vez de que a impunidade reinava no estado do Pará.

Imagem 108 - Mauro Bonna e Vita Lopez no programa Argumento



Fonte: www.youtube.com – Acesso em 20/03/2019

Imagem 139 - Vita Lopez retornando pra cela



Fonte: www.youtube.com – Acesso em 20/03/2019

Em 1986, um no antes de seu assassinato, quando se preparava para disputar a vaga de Deputado Constituinte para a Câmara Federal, Paulo foi entrevistado pela extinta TV Pará num vídeo de aproximadamente quatro minutos e meio. São as únicas imagens em vídeo que tivemos conhecimento sobre sua participação em um programa, mesmo que para finalidades de campanha política.

Iniciou a entrevista se apresentando, mencionando que era deputado estadual e que nesse momento era candidato a deputado federal constituinte e que ao ter sido preso em 1968, sua geração não se entregou e que ao sair dali teve mais disposição para lutar por democracia, por liberdades políticas e também pela independência nacional. Falou também sobre sua opção de ter tomado a decisão de ir trabalhar como advogados de trabalhadores e posseiros

¹²² LOPES, James Vita. In: BONNA, Mauro. Entrevista ao programa Argumento. RBA, 1993.

porque sabia muito bem as atrocidades que se cometiam contra estes. Por isso, que a decisão de sair de Belém já nos fins dos anos de 1970 e rumar para Xinguara, Rede não, Marabá tinha sido uma decisão consciente.

Questionado pelo entrevistador se este não temia a represália dos senhores de terra no sul do Pará, Paulo respondeu que não tinha medo, que par ele mais importante eram as pessoas humildes dessa região e que a luta era mais importante. Falou também sobre a acusação que sofreu junto com os padres Aristides e Goumiou tinha sido por conta das torturas que a polícia federal havia feito contra três trabalhadores rurais e que logo depois esse caso foi totalmente desfeito por não terem conseguido provar nada.

Sobre outro questionamento do entrevistador se este mandava invadir terras, num tom debochado, Paulo Fontelles, muito sereno afirmou que jamais mandava fazer isso, que se algum caso ocorria de invasão de propriedades elas eram decididas pelos posseiros e deu exemplos de grandes propriedades de terras com 200, 300, 400 mil hectares enquanto no mesmo espaço havia milhares de famílias sem nenhum pedaço de terra para trabalharem. E completou com um comentário sobre a questão da terra no Brasil, como veremos a seguir,

O Brasil sofre o monopólio da terra a terra está concentrada na mão de uma minoria de fazendeiro, de grandes fazendeiros. No Brasil, 347 fazenda juntas somadas, dão o tamanho da França e esses fazendeiros e eles latifundiário não permitem que os trabalhadores têm um palmo de chão para poder manter a sua própria sobrevivência pessoal...(Paulo Fonteles, 1986)¹²³.

E ao finalizar, aproveitou para deixar o recado sobre o que este pretendia caso chegasse a ser eleito deputado federal, como veremos a seguir,

Durante essa campanha nós pretendemos é demonstrar que somente a luta do povo a união de todo o povo brasileiro é que nos consiga libertar dessa situação que o nosso país vive hoje. Nós viemos aqui e em outras oportunidades para apresentar as nossas teses e as nossas propostas...(Paulo Fontelles, 1986)¹²⁴

¹²³ FONTELES, Paulo. Entrevista a TV Pará, 1986. Disponível em <https://www.youtube.com/Centro de Documentação e Memória Maurício Grabóis>.

¹²⁴ Idem.

Imagem 140 - Entrevista de Paulo Fontelles.



Fonte: www.youtube.com – Acesso em 25/03/2019

4.4 – A HISTÓRIA E A MEMÓRIA DOS FAMILIARES DE PAULO FONTELES

Os familiares de Paulo Fonteles moram todos na cidade de Belém. Paulo Fonteles Filho, o mais velho vivia com sua esposa e duas filhas no bairro da Cremação. Infelizmente no percurso desse trabalho Paulinho, como era conhecido, faleceu vítima de um infarto, aos 48 anos de idade, uma fatalidade para alguém tão novo. Além das duas filhas, Paulinho tinha mais dois filhos, frutos de um relacionamento anterior. No total foram quatro filhos deixados.

Além de Paulinho, Ronaldo e João Hass que eram filhos de Hercilda, Juliana era filha de Sandra Zaire e Pedro filho de Raquel. Todos moradores da capital paraense. Ronaldo se formou em Direito, bem como Juliana. Pedro se formou em História e João Hass virou o primeiro Mestre Cervejeiro do Pará. Tirando o especialista na cerveja, os demais irmãos se envolveram no ativismo, embora Paulinho fosse à linha de frente. Ronaldo e Juliana por contas da área dos estudos fizeram frente a movimentos de defesa dos direitos humanos e Pedro, como Paulinho enveredou pela política. O mais velho militou grande parte de sua vida no partido de seu pai, o PC do B enquanto Pedro militou no PSOL, ambos partidos do chamado campo progressista ou de esquerda.

As mães dos filhos de Paulo Fonteles, com quem este teve os relacionamentos, também moram em Belém. Raquel Fonteles, com quem Paulo era casado na época de sua morte mora próximo do bairro da Batista Campos em um prédio. Muito simpática, depois de muita conversa com seu filho, permitiu que eu a entrevistasse, o que aconteceu em uma tarde, em um momento de recordação da memória permeada de emoções.

Hercilda, que ainda trabalha como professora da Universidade Federal do Pará como professora e é a mãe de Paulinho, Ronaldo e João Hass, que não me concedeu entrevistas, mesmo tendo mantido contato com ela por dois momentos, ficou de agendar e não foi possível, mesmo tendo insistido, não consegui. A única coisa que fiz foi respeitar.

O mesmo aconteceu com Sandra Zaire, mãe de Juliana. Sandra é funcionária da Universidade Estadual do Pará, UEPa, atuando como docente. Também não consegui entrevistá-la. Fiz contato com ela em dois momentos, um presencial e outro por telefone e em ambos os momentos foi sugerido que em outro momento poderia ser possível. Infelizmente não logrei êxito.

Em todas as entrevistas, principalmente com os filhos, inclusive com Paulinho, todos demonstraram muito orgulho por terem sido filhos do ativista Paulo Fontelles Filho. Todos foram firmes em suas falas. Talvez pela militância que vivem como exemplo do pai,

demonstraram uma fortaleza. Todas as entrevistas foram no Instituto Paulo Fontelles, um instituto com o nome do pai. Ali o simbolismo é muito forte.

Durante o ano de 2017, Paulinho criou um projeto para fazer entrevistas com algumas personalidades. Principalmente com atuações no mundo do ativismo. Se chamou “Conversa Viva”, uma ‘sátira’ do “Roda Viva”, o programa em gravado na sede do Instituto Paulo Fonteles contava com transmissão ao vivo pela internet através da rede social ‘facebook’ e permitia aos participantes fazerem perguntas aos entrevistados. Tinha cartunista e tudo, era o Paulo Emanuel. Em uma dessas entrevistas, ele me convidou para fazer parte do ‘programa’. Os entrevistados eram dois cineastas, Felipe Milanez e Jorge Bodanzki. O segundo, diretor do filme ‘Iracema: uma transa amazônica’, produzido em 1974 em Belém e na região da Transamazônica. Foi muito interessante e fiz algumas perguntas, principalmente para o Jorge.

Todas as entrevistas para saber sobre a memória de Paulo Fontelles foram memoráveis. Conversar com os filhos e Raquel, a viúva me permitiu conhecer parte não só da história do grande comunista, mas entrar na sua intimidade, seja de marido ou de pai. Cada entrevista sempre tem suas particularidades e cada um tem uma ‘história’ pra contar. Mas Paulinho me fez um relato muito rico sobre o pai, cheio de detalhes. Não falo isso por ter morrido logo depois da entrevista, alguns meses que conversamos. Fizemos a entrevista em março e Paulinho faleceu em outubro de 2017.

Paulinho para mim foi mais que uma pessoa que passou informações sobre seu pai. Depois que o conheci, fazia questão que me convidar para estar junto de algumas atividades da Comissão Estadual da Verdade. Incluiu o nome do meu pai quando a Caravana da anistia esteve em Belém no fim de 2016 para que recebesse um certificado com pedido de reparação e desculpas pelos atos dos governos militares. Sempre que estava com ele em algum evento me apresentava como pesquisador e como filho de um militante vítima do latifúndio na Amazônia, tal como seu pai. Paulinho foi mais do que um amigo, foi um ‘irmão’.

Em 2017, quando se celebrou trinta anos da morte de meu pai em Moju, na sessão da câmara municipal de vereadores solicitada pelo vereador do PT Alexandre Menezes, Paulinho esteve presente junto com sua esposa Angelina Anjos junto a Comissão da Verdade do Pará para fazer uma oitiva, entrevistar familiares e amigos de Virgílio. Os filhos de Virgílio que estavam lá, a maioria deu um testemunho sobre o pai, bem como alguns de seus amigos de movimento que conviveram com o sindicalista. Entre os filhos, estava Virgílio Diniz Sacramento Júnior, o Virgilinho, que falou sobre a experiência de não ter conhecido o pai quando da sua morte em abril de 1987. Dois meses depois, Virgilinho foi morto de forma banal em Macapá, quando foi pedir para o assassino não brigar com outro homem, este lhe

desferiu uma facada. Virgilinho foi levado para o hospital, passou por uma cirurgia, mas no dia seguinte faleceu. Perdi um irmão de sangue e um irmão de luta no mesmo ano. Foram perdas irreparáveis e muitas doloridas.

Mas os depoimentos obtidos pelos familiares de Paulo Fontelles, incluindo o de Paulinho, são muito importantes porque retratam os momentos das conversas que tivemos ao longo desses últimos dois anos principalmente, de 2017 a 2018.

Para Juliana Fonteles, a única filha mulher e está no segundo mandato da OAB-Pará como membro da Comissão dos Direitos Humanos, diz que sua inspiração para esse campo veio como exemplo do seu pai, como podemos ver a seguir,

É assim, na escola eu já sentia a presença dele, principalmente quando eu me envolvia no movimento estudantil, na luta dele, como ele foi morto. Isso influenciou. E já no colégio eu tive vontade de participar de movimento, de participar da vida política da escola de ter participado do grêmio estudantil a nível nacional e o Direito veio a partir do momento que eu vivi no processo do tribunal do júri e eu lembro que eu tinha quinze anos e foi o primeiro caso de grande repercussão de mortes no estado e esse júri ele durou três dias e foi três horas da manhã quando começou acusação do doutor Claudomir Araújo que foi o promotor do caso. Aquilo foi muito forte pra mim, acusação de um promotor de justiça com o coautor do assassinato do meu pai, o homem que tinha tramado, tinha organizado o crime e naquele momento, naquele júri eu decidi que eu queria fazer direito como uma forma de lutar pela justiça, não como uma forma de ganhar dinheiro, mas como uma forma de contribuir pra um mundo mais justo. (Juliana Fonteles, 2018)

Podemos nessa fala ver o orgulho da filha, que apesar de não ter conhecido o pai procura fazer dele um exemplo pra sua vida, pois desde os tempos de estudos no ensino básico já se envolvia nos movimentos estudantis como o próprio Grêmio, além de ter ingressado no curso de Direito do qual seu pai também exerceu a função de um grande advogado.

Para Pedro Fonteles seu pai foi um marco na história da luta, um ‘herói’ do povo, aquele que pelos cristãos é chamado de Mártir, porque ‘doa’ a vida, como está expresso em suas palavras abaixo,

Ah sim, o Paulo eu acho que foi um mártir, um expoente da luta contra um sistema. E repressor, assassino, do latifúndio. E eu sou daqueles, a favor de que a terra é daqueles que nela trabalham, de quem produz e que o povo tem direito a ter a sua terra, produzir e etc. o Paulo foi um, daqueles que se entregou de corpo e alma e pagou com a vida e está no patamar dos grandes lutadores que o nosso povo já forjou. (Pedro Fonteles, 2018)

Mas também não esconde seu sentimento de mágoa pelos que fizeram com seu pai, lhe tirando a vida, como veremos a seguir,

Eu tive muito rancor na minha infância e acho que tive até a minha adolescência, tinha esses sentimentos conflitantes. E até minha adolescência enxergava isso da política ser responsável pela falta de convivência, mas depois esse sentimento mudou. Depois eu fui amadurecendo e meio que canalizei esse sentimento pra me

dedicar a não seguir os passos do Paulo porque os tempos históricos são outros, as ferramentas de luta mudam, mas eu canalizei esse sentimento pra minha luta, pra militância, a luta do povo, a luta pela libertação dos setores oprimidos. Me tornei como ele também um marxista, quer dizer, alguém que dedica parte de sua vida pela mudança das relações sociais. Então eu consegui canalizar esse sentimento meio que pra isso né, pra que não só a morte dele não seja em vão, a morte de todos aqueles que tomaram nessa luta política não seja em vão. (Pedro Fontelles, 2018)

Como podemos ver na fala de Pedro, que também seguiu os caminhos do pai e decidiu militar na vida política, teve no pai o exemplo pra se ‘revoltar’ contra um sistema que muito viola os direitos dos seres humanos, principalmente os mais necessitados.

Para Ronaldo Fonteles, a morte do pai foi sentida causando problemas dos mais diversos. Este recorda que fizeram tratamento para cuidar do lado psicológico, principalmente o irmão caçula dos filhos de Paulo e Hercilda, como veremos logo abaixo,

Sim, sim, acho que todos tivemos que fazer terapia pra poder entender esse momento. O João chegou a fazer um tratamento no Kadecismo, porque o João chegou a falar algumas coisas antes do assassinato e a professora se impressionou muito porque uns dias antes ele fez um desenho, um trabalho de massa lá na pré-escola, eu acho que era o Jardim II. O João em 87 tinha cinco anos e ele fez um boneco com cabeça espetada e a professora foi perguntar o que era isso, e ele disse que era o pai dele que tinha sido morto numa explosão num posto de gasolina e depois teve muito problema de sono e era uma criança que tinha medo e depois foi fazer tratamento no Centro Espirita Yvon Costa ali na Castelo. (...) Ficamos muito revoltados e muito chocados. O Paulinho inicia sua militância política logo e eu só um pouco mais depois né, porque eu gostava de bola, eu jogava futebol. Jogava no Paysandu futebol de salão, fui atleta, disputei campeonatos, JEPS pelo meu colégio, campeonato paraense e foi até uma forma de eu reagir. Mas assim, nós tivemos muito apoio de muitas pessoas. Mas a gente com certeza que teríamos outra vida se o papai tivesse sobrevivido (Ronaldo Fonteles, 2018).

Podemos ver nesta fala o quanto uma morte prematura causa de dor nos familiares, principalmente nos filhos, como no caso citado, como do seu irmão João Hass. João inclusive foi o único que não optou enveredar pelo caminho da militância social e política como o pai e os demais irmãos. O próprio Ronaldo Fontelles ao ir para o lado da advocacia, não deixou de ser uma opção pensada como modelo do pai, como está abaixo,

Eu sou do Direito, formação jurídico, por que eu sempre achei que eu poderia fazer algum tipo de justiça. Escolhi essa área porque me impressionou a doutrina jurídica, um pouco incentivado pela história do meu pai de ter sido um advogado que tenha atuado de forma tão exemplar e tão destemido e tão valoroso pra sociedade. Isso também me inspirou (Ronaldo Fontelles, 2018).

Como já mencionado, Ronaldo Fontelles, assim como sua irmã Juliana Fontelles caminharam para o campo do Direito. Não atuam como advogados de posseiros, mas procuram se ‘espelhar’ no pai pra exercerem suas funções. Ambos sempre estão presentes nos momentos de atos pró-democracia ou que relembrem os crimes no campo, ditadura militar entre outros.

Paulo Fontelles, o irmão mais velho de todos, e que partiu tão jovem quanto o pai, tinha uma memória fascinante sobre o pai, para ele, os irmãos tiveram uma ‘revolta’ do que tinha acontecido com o pai, mas era compreensível, como veremos a seguir,

Não, não existe isso. Entre meus irmãos nunca existiu isso, esse negócio de ressentimento pela morte do papai, muito pelo contrário, nós sempre sabemos que o seu desaparecimento é fruto de uma luta que é nobre e que ele mesmo nos ensinava que o mais importante é a luta do povo, ‘tiram minha vida, não minhas ideias’ que é mais importante, isso ele nos deixou como legado. Claro que ele nos deixou uma revolta, ele foi assassinado. Há uma impunidade, isso até nos fecharmos os olhos, mas não como uma revolta contra a iniciativa dele, contra a decisão que ele tomou na vida, tanto pai e mãe e meus irmãos entendem perfeitamente, e todos nós entendemos perfeitamente isso, entendemos a causa de sua vida, de seu martírio sempre ligado às causas nobres, causas civilizatórias e fazemos disso uma trincheira, um legado. Nem todos meus irmãos são militantes, mas são pessoas avançadas, são pessoas progressistas, são pessoas que no seu cotidiano buscam exercer um pouco dessas lições que nosso pai nos ensinou fundamentalmente...(Paulo Fontelles, 2017).

Paulo Fontelles Filho mostra no depoimento acima aquilo que os irmãos comentaram com suas memórias também, a dor, a revolta, o ressentimento, que embora não fique tão nítido, cada um possui. O próprio Paulinho que fez da sua vida uma ‘trincheira’ da luta pela igualdade social e acima de tudo pela reparação dos acometidos, sobretudo pela guerrilha do Araguaia era um dos filhos mais inconformados com a estrutura social do país, da Amazônia e do Pará, tanto que decidiu se filiar no PC do B no dia morte do seu pai, sendo eleito vereador de Belém por dois mandatos procurando sempre estar junto aos movimentos sociais atuais. Tanto que quando do seu falecimento, estava à frente da Comissão da Verdade do Estado do Pará.

Raquel Fontelles, que era casada na época com Paulo Fontelles, também relembra o momento de dificuldades que enfrentou com o filho Pedro. As necessidades apareceram, mas a ajuda dos familiares sanou em parte os problemas, mas sua memória é também a memória desse momento, como está abaixo em sua fala,

Muitas dificuldades. Dificuldades em todas as ordens, eu perdi o pai, o marido, o amante, o companheiro, o líder. O Paulo foi tudo isso na minha vida, eu fui uma menina carente e o Paulo preencheu todos esses papéis. Então de repente eu fiquei sem ele com um filho de quatro meses. Na verdade, quando engravidei, eu já me apoiei nele, porque ele já tinha a experiência de ter filhos...eu nunca tive a experiência de ter filhos, de chegado assim com criança pequena, eu não tinha experiência assim com criança pequena e eu tava me apoiando muito nele e foi muito difícil, tendo que trabalhar, eu tinha a militância na época. O PC do B engatou uma campanha de filiação e essa condição de campanha foi toda em cima da viúva do deputado assassinado pelo latifúndio, eu viajei o estado todo. Eu tinha a minha dor eu tive uma fraqueza no corpo e na alma. E eu tive que passar dificuldade, porque eu já conhecia essa dificuldade na minha infância. Então eu tive essa necessidade mesmo e eu tinha medo que meu filho passasse também né? E eu tinha falta da companhia, do homem, eu sentia a falta Raquel Fonteles, 2019).

Como podemos ver na sua fala, a viúva de Paulo Fontelles, Raquel Fontelles recorda esses momentos pós-morte do marido. Como era esposa de uma grande liderança também vieram às cobranças para seguir o legado. Além de conviver com todos os problemas resultados da ausência do companheiro, ainda tinha que lidar com as questões internas dos grupos do qual faziam parte, como nos mostra ainda abaixo,

Então foi muito difícil eu conviver com todas essas faltas, todas essas necessidades e mais tendo que superar. Eu tinha que falar em público. Uma coisa que eu sempre falei assim, que as pessoas me cobravam em público, meus amigos, porque eu não fui candidata em 1988. Eu guardei por muitos anos um recorte de jornal que eu ia mostrar pro Pedro, sabe? Só que como eu acabei perdendo a casa do Benguí eu fiquei morando de aluguel. Então como esse negócio de mudança, eu nunca tive dinheiro pra fazer minha mudança, sempre era de forma bem formiguinha, então nessas horas a gente perde muita coisa. Não era embalagem, então eu perdi muita coisa. Mas eu guardei por muitos anos muitos recortes de jornal que falava nessa minha situação. Eu tinha um recorte de jornal que saiu no Repórter 70 eu dizia assim, a viúva do deputado Paulo Fontelles, senhora Raquel Fontelles, bancaria do Banpará, está sendo cotada pra ser candidata à vereadora. Pesquisas indicam, que se candidata, será uma das mais votadas. Meus amigos que eram amigos do Paulo Também que foram no meu casamento há 35 anos atrás me cobravam muito isso pra ser candidata, mas eu nunca quis, sempre tive certeza que não era meu caminho, porque eu dizia assim, eu, tá, eu tenho uma militância no movimento sindical e eu sempre soube que bancário não elege, só a categoria não ia eleger. A Ana Julia se elegeu, teve voto dos bancários, mas teve muito voto de fora. Ninguém se elege só com voto de bancário, entendeu? Então, eu sempre soube disso. E eu nunca tive outro trabalho meu fora o movimento sindical. Aí o que acontece, eu era muito conhecida na época por conta da invasão dos bairros na época, mas esse trabalho não era meu esse trabalho era do Paulo. Eu falava assim para os meus amigos e para minha família, eu não vou me eleger em cima da minha desgraça. Eu não vou ficar rendendo, uma coisa que me machuca, dizer que eu sou viúva do Paulo que foi assassinado pela bala do latifúndio...eu não quero isso pra mim, mas eu fiz campanha, me engajei muito, estive a frente. (Raquel Fontelles, 2019).

As lembranças de Raquel refletem a responsabilidade de ter que assumir o espaço deixado pelo companheiro. Embora soubesse que não seria fácil, uma vez que ninguém consegue ser o outro, substituir alguém é uma responsabilidade de tamanho sem igual. Assim, por mais que se exija, se cobre é impossível querer viver uma vida assim, principalmente se esse outro não está mais presente. Assim, Raquel não caminhou para o lado da política partidária, mesmo sendo filiada ao Partido Comunista do Brasil, aquilo que os seus companheiros queriam fazer, não foi possível.

Mas além de todos esses sentimentos expressados, de dor, ressentimento, tristeza, há também o orgulho de ser filho ou filha de Paulo Fontelles, como podemos ver na fala de Juliana,

Só acrescentar assim, que nós filhos de pessoas assassinadas a luta é uma forma de resistir à dor e o que fica pra gente é o exemplo também dessas pessoas. Foi preciso ter sua vida ceifada, se não seria muito pior. Eu sempre digo que meu pai foi um defensor da reforma agrária que ele foi um precursor da reforma agrária e isso é um orgulho muito grande. É algo tão grande que às vezes nem a gente mensura isso. Eu advogo e às vezes eu estou em algum município do estado do Pará e vira e mexe

vem alguém e, ah, o que você era pro Paulo...e eu digo ainda é muito forte, mesmo trinta anos depois que ele foi assassinado, mas a imagem dele a história dele é tão bonita marcou as pessoas e isso de uma certa forma, esse orgulho ele dá uma certa coragem pra gente continuar lutando, militando por uma sociedade mais justa. (Juliana Fontelles, 2017).

Essa memória de sua filha, como bem mencionado, depois de mais de trinta anos é muito forte ainda. Nos trinta anos de sua morte, a assembleia Legislativa do Pará lhe rendeu uma homenagem em uma sessão pública. Estavam ali todos os filhos que orgulhosamente expressavam esse sentimento do pai, o sentimento da alegria por este ter um reconhecimento como esse.

Já para Pedro Fontelles, além da alegria de ser filho de Paulo, também ficou uma memória de um saudosismo, pelo fato de não terem conhecido o pai, mas relembra também que como eram filhos de mãe diferentes sempre procuraram se encontrar, dentro das medidas possíveis, como veremos abaixo,

Na minha infância foi pouca, eu tive mais contato com o Paulinho. E depois na adolescência a gente se via mais em festas de aniversário. Depois na fase adulta a gente passou a se ver mais, a criar uma outra relação mais estabelecida. E assim, quando criança eu visitava muito a Juliana que é filha da Sandra Zaire e gosto muito dela e admiro muito a história da Hercilda que foi a primeira companheira do papai que viveu uma parte grande com a Hercilda e tem uma história muito bonita, de luta e é uma resistente, uma sobrevivente daquele processo político. Então a gente sempre teve um laço daquilo que nos unia que era o papai e era a falta dele porque cada um de nós acho que tem uma dor, uma dor muito grande, uma dor muito peculiar. Um tinha uma dor gigante porque era o mais velho e já entendia todo processo em tudo o que se passou e os outros a dor da saudade e se eu pudesse escolher, eu escolheria ter sido o mais velho, pra ter conhecido mais um pouco ele. (Pedro Fontelles....)

Pensando semelhante é do irmão Ronaldo Fontelles sobre a união dos irmãos, ou como ficaram depois da morte. Vejamos o que este diz,

Uma coisa que ele sempre ressaltou foi que a gente tivesse unido, o papai, o pouco tempo que ele tinha livre ele gostava de passar com os filhos dele. Ele vinha nos apanhar, gostava muito da Curuzu, levava a gente pra Curuzu, gostava de praça, de campo, mas ele sempre incentivou essa união dos irmãos. Ele sempre nos aproximou, principalmente eu o Paulinho e a Juliana. E às vezes o mesmo irmão do mesmo pai e da mesma mãe brigam né, imagina de diferentes, mas as vezes uma briga aqui outra ali. (Ronaldo Fontelles, 2018).

Já para Paulo Fontelles Filho, quando de sua entrevista, sua memória, fascinante relembrou que muito poderia ter tido uma outra vida, caso o pai não tivesse sofrido o que sofreu, mas segundo o próprio, a vida tem dessas coisas, vejamos,

Olha, se meu pai fosse vivo, eu teria feito outras coisas seguramente na vida, poderia ter feito outras coisa. Mas eu não sei, a morte do meu pai mudou radicalmente aquilo que eu iria fazer, por que ali a decisão foi baseada naquela injustiça. Quando eu entrei no Partido Comunista, eu entrei pra entender essa injustiça e pra me

revoltar contra ela e pra mim lutar contra esse tipo de prática. Mas a vida faz essas coisas com a gente, que exige também o enfrentamento e eu não tenho nenhum dissabor por conta disso, mas acho que eu continuaria sendo um comunista, mas é assim mesmo, talvez eu tivesse aproveitado mais a parte da juventude, mas é isso, sigamos. (Paulo Fontelles, 2017).

Paulo Fontelles Filho, o primogênito, não há dúvidas, foi um dos que mais se rebelou contra a morte do pai, ele que quando sua mãe estava grávida, ouviu de um militar a frase que carregou em toda sua vida, fazendo dela um instrumento de luta e resistência. Mas não há dúvida de que tudo isso lhe causou grande sofrimento em vida. Sobre isso, ele assim nos descreveu,

Bem, primeiro que quem falou isso, destilou esse ódio todo, foi um delegado da Polícia Federal chamado Deusdeth. Sim, que minha mãe foi presa, ele percebeu que tava com cinco meses de gravidez...e ela estava grávida e ele soltou essa perola, 'filho dessa raça não deve nascer'. Eu tenho uma relação com essa frase muito forte porque é uma relação de nascimento. Primeiro que eu só nasci pelo destemor da minha mãe. O que permitiu que eu nascesse foi à capacidade da minha mãe de enfrentar a ditadura e me parece que ela botou na cabeça naqueles dias terríveis que a única forma que ela poderia enfrentar a ditadura era segurar o meu nascimento e assim ela o fez. Isso me confere muito orgulho, eu sou filho de um ventre que luta porque muitas mulheres foram presas grávidas no Brasil e poucos nasceram, se eu não me engano, uns três ou quatro. Dezenas de aborto foram realizados nos cubículos da tortura no Brasil. ademais a violência sexual contra as mulheres. A misoginia foi uma das características da repressão política. Então eu tenho orgulho de ser um filho dessa raça que nasceu e nasceu pela temperança da minha mãe de sua capacidade de reagir. Quando eu nasci, ela tinha trinta e sete quilos. Ela foi cortada de uma ponta a outra sem anestesia e costurada sem anestesia e não disse um 'ai'. Quer dizer, que tipo de mãe eu tenho? Uma mãe que tem essa característica, essa capacidade, esse enfrentamento. E eu tenho muito orgulho de ser filho de quem eu sou, de mãe e de pai, e é uma frase que marca muito a nossa vida, uma coisa que a gente não escolheu, mas que foi assim. Você tem que saber defender essa raça e eu busco, quando eu acordo e quando eu durmo até nos sonhos em defender isso com galhardia, com inteligência. A gente tem que ter convicção, ter muita convicção pra enfrentar isso, inclusive a convicção de não se permitir a sucumbir diante dos impactos psicológicos disso, porque você nasceu numa prisão sob tortura, os pais fatalmente torturados e depois o pai assassinado, você tem que ter muita...eu aprendi isso na luta e das pessoas que me acompanham e a família sem dúvida nenhuma, a militância comunista e um aspecto disso, porque os comunistas formam uma boa família como dizia Pablo Neruda, tem a pele curtida e o coração temperado, mas é isso camarada (Paulo Fontelles Filho, 2017).

A lembrança que Paulinho tinha era de que sua mãe tal como seu pai foi uma heroína, primeiro por ter lhe concebido a vida nas condições que este foi gerado, com sua presa pelos militares, sem os cuidados necessários para o acompanhamento de uma gravidez, fato que a fez perder muitos quilos e sem as condições necessárias, foi feito a cesárea. Mas o que sempre lhe indignou e tomo como marco foi a tal frase, 'filho dessa raça não deve nascer'. Sempre que falava com Paulinho e ele mencionava essa fala, era com um ressentimento muito grande. Mas também era uma pessoa muito emocionado, como me relatou na sua entrevista, como veremos a seguir,

Rapaz, eu vivo emocionado, eu sou um cabra emocionado. A gente se emociona todo tempo, não tem como não se emocionar. Então isso faz parte da vida, escrever, se emocionar. São coisas que fazem parte desse grande itinerário, que é a vida humana. Então, tranquilo, eu sou uma pessoa que me emociono muito, eu me emociono até com novela (risos). (Paulo Fontelles Filho, 2017).

Para Paulinho, que fez de sua vida uma história de vida e luta, seguindo o exemplo do seu pai, não restava dúvida de que era uma pessoa em constante ‘emoção’, por tudo o que viveu e sofreu, desde o ventre de sua mãe até seus últimos dias como, estando sempre incansável na frente de batalha.

Já para Raquel Fontelles, o sentimento de revolta também lhe marcou muito depois da morte do seu amado, mas como os próprios filhos, também procurou encontrar alternativas para superar a dor da perda, embora saiba, que ela apenas diminui, nunca acaba, mas é possível encontrar formas para ir buscando tratamento para esse tipo de situação. Vejamos sua fala abaixo,

Fiquei, fiquei...fiquei com muita revolta no início. A minha mãe é espírita e eu fui crido num lar espírita e ela tem toda uma explicação pela ótica espírita do que aconteceu com o Paulo, mas eu nunca aceitei, me revolttei muito, porque eu achava que tinha tanto bandido no meio da rua pra morrer e tinha que morrer justamente o Paulo. Era uma pessoa boa, só fazia o bem pra todo mundo e eu fiquei muito revoltada no início, muito mesmo...passava muita coisa na minha cabeça...queria matar, queria ir me embora, queria sumir...muita coisa ruim passou na minha cabeça na época. Mas eu tinha o Pedro e o Pedro era o Paulo...e também eu não podia...o Paulo disse pra mim uma vez, que eu não era qualquer pessoa, eu era uma jurunense, filha da dona Francisca que desmaiou várias vezes de fome que quando ele se apaixonou por mim, não foi por acaso, que eu não era mole e que eu era uma mulher do povo. E essas coisas sempre latejou muito na minha cabeça e eu não podia ser fraca, eu tinha que ser forte...e eu acho que eu sou forte porque viver sem ele foi muito difícil, muito difícil mesmo. Vai fazer trinta e um anos e eu lembro do Paulo sempre que chega no final da noite aí acontece algo e eu digo, tá vendo, hoje ia ser um dia que eu não ia lembrar...alguma coisa me lembra. Agora, a vida ela vai...a idade, ela vai transformando as coisas né? O amor é o mesmo. Eu departementizei a coisa, ninguém ocupou o lugar dele, é ali, mas eu... hoje em dia eu tenho um companheiro que é uma pessoa boa, uma pessoa simples, uma pessoa que me ama, me ajuda no meu dia a dia, nas minhas tristezas, me compreende minhas tristezas, frustrações e eu vivo bem tranquila...tem que viver (emoção) (Raquel Fontelles, 2019).

Como observamos na fala de Raquel todas as dores precisaram ser superadas pra dar continuidade a vida. E nada mais importante que o legado de Paulo Fontelles para esa continuidade, esse fortalecimento na vida da esposa e mãe do filho Pedro, mas também na vida das ex-companheiras, para que pudessem conduzir os filhos da melhor forma possível, como ocorreu, com todas as sequelas deixadas. A vida precisava ser seguida, mesmo com tantos percalços, mesmo como ocorreu com Paulinho, que até onde pode, fez da história de seu pai a história de luta pra si também. Todos procuraram fazer da belíssima história do advogado e ex-deputado Paulo Fontelles um grande exemplo, mas Paulinho honrou até o

momento de sua morte também, ficando pai e filho agora eternizados na memória dos panteões da história amazonida.

Abaixo, as palavras de Raquel Fontelles no final da entrevista, que resumem a busca pela história das famílias para ver como estavam depois da morte desses homens que marcaram uma época,

Bom, eu acho... eu quero te agradecer por você tá fazendo esse trabalho, tá resgatando esse lado da vida do Paulo que as pessoas nunca deram importância que antes dele ser um político que ele foi, o deputado que ele foi, o advogado que ele foi, ele foi um ser humano, ele era o marido, o pai, o filho e as pessoas nunca perguntaram, não quiseram saber muito disso do dia adia dele como pessoa. E tem geração depois que não sabe mais quem é...eu trabalho com muitos jovens e as vezes...um dia um estagiário lá do banco disse pra mim, dona Raquel, me disseram que a senhora é viúva de um deputado, aí eu achei graça e disse, é meu marido foi deputado, ele não era, ele foi, ele estava, aí ele, dona Raquel, mas a senhora...aí ele, eu falei pro meu pai e ele disse que sabe...quer dizer...ouviu falar, não sabe mais, tem vinte e poucos anos e não sabe quem é. Aí isso é triste. Tu sabe que vê...então é através de vocês, da história, dos historiadores, da história que a gente não vai deixar morrer, não vai deixar ser esquecido...então isso, eu fiquei feliz, fiquei muito feliz e quero te agradecer porque foi muito bacana. Muita gente já não sabe mais quem é o Paulo, quais os sacrifícios que ele fez a luta que ele fez que ele travou. Isso dói isso dói tu ver os esquecimentos, porque, sabe, eu não vou esquecer nunca. Mas, os filhos também não, a família, mais pessoas... Mas ele era mas do mundo do que da família. Ele não morreu porque ele era meu marido, ele morreu porque ele era pai dos meninos, filho da dona Anita... ele morreu porque ele era um político, o advogado que ele era, a liderança que ele era, por isso que ele morreu...eu acho que a sociedade deve um pouco isso, tragédia, né? Então foi um preço muito alto, muito... (emoção) (Raquel Fontelles, 2019).

E pra finalizar, a fala final que Paulinho deixou quando da entrevista gravada no Instituto Paulo Fontelles para esse trabalho, quando perguntado se queria deixar alguma mensagem, vejamos o que ele nos disse,

Eu digo que é importante o trabalho que tu fazes, acho que recuperar essa memória é importante, é uma coisa que é preciso, que as universidades façam mais isso, que tenham mais teses de mestrado, de doutorado, que possam jogar luz sobre esse processo todo e até porque a universidade é a melhor dimensão da sociedade brasileira. Então eu desejo, que tu tenha muito sucesso nesse trabalho, pode sempre contar conosco, com nossa amizade, com nosso apoio, o que tu precisares companheiro, estamos juntos. (Paulo Fontelles, 2017)

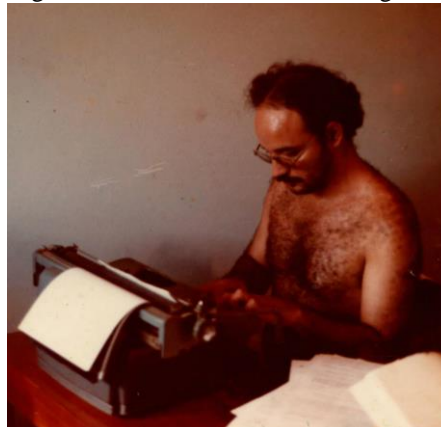
4.5 – IMAGENS DE PAULO FONTELLES E SEUS FAMILIARES E AMIGOS

Imagem 141- Paulo andando de cavalo em Mosqueiro



Fonte: Instituto Paulo Fontelles – Acesso em 10/06/2019

Imagem 142 - Paulo Fontelles datilografando



Fonte: Instituto Paulo Fontelles – Acesso em 10/06/2019

Imagem 143 - Paulo em momento de descontração



Fonte: Instituto Paulo Fontelles – Acesso em 10/06/2019

Imagem 144 - Paulo Fontelles em atividade



Fonte: Instituto Paulo Fontelles – Acesso em 10/06/2019

Imagem 145 - Paulo com João Amazonas



Fonte: Instituto Paulo Fontelles – Acesso em 10/06/2019

Imagem 146 - Paulo no Araguaia



Fonte: Instituto Paulo Fontelles – Acesso em 10/06/2019

Imagem 147 - Paulo no funeral de João Canuto em Rio Maria



Fonte: Instituto Paulo Fontelles – Acesso em 10/06/2019

Imagem 148 - Juliana Fontelles sendo entrevistada



Fonte: Autor – 20/04/2017

Imagem 149 - Ronaldo Fontelles sendo entrevistado



Fonte: Autor – 10/11/2017

Imagem 150 - Pedro Fontelles



Fonte: Autor – 20/11/2017

Imagem 15111 - Paulinho Fontelles



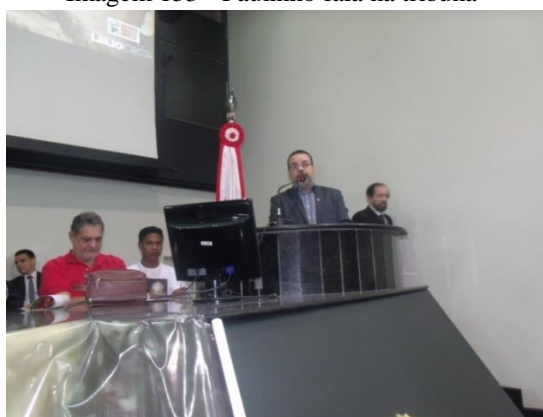
Fonte: Autor – 03/03/2017

Imagem 152 - Homenagem na Alepa em 2016



Fonte: Autor – 11/06/2017

Imagem 153 - Paulinho fala na tribuna



Fonte: Autor – 11/06/2017

Imagem 154 - Deputado Bordalo.



Fonte: Autor – 11/06/2017

Imagem 155 - Marcelo Celic do Armazém da Verdade



Fonte: Autor – 11/06/2017

Imagem 156 - Hecilda Veiga com filhos



Fonte: Autor - 11/06/2017

Imagem 127 - Familiares de Paulo Fontelles



Fonte: Autor - 11/06/2017

Imagem 158 - Deputado Federal Edmilson Rodrigues (PSOL), Paulinho Fontelles, Marcelo Celic com a camisa em homenagem a Paulo Fontelles.



Fonte: Autor – 11/06/2017

5 - DITADURAS, COMISSÕES DA VERDADE E REPARAÇÕES: UMA ABORDAGEM

No livro “Violação dos direitos humanos na Amazônia”, Sérgio Sauer (2005)¹²⁵ nos mostra a situação do estado do Pará em que se verifica a questão da terra e seus conflitos pela posse. Neste livro, a pauta é, sobretudo dos grandes problemas causados pela entrada do capital e de uma falta de política dos governantes para que se diminuísse a violação, acima de tudo contra os trabalhadores rurais. Sua abordagem mostra diversas regiões onde os problemas sempre foram maiores. Dentre essas áreas, duas chamam atenção, onde duas lideranças sindicais foram assassinadas. O município de Rondon do Pará e o distrito de Castelo dos Sonhos.

Em Rondon do Pará, foi assassinado José Duarte da Costa em 2000, mais conhecido como ‘Dezinho’, líder dos trabalhadores, havia sido duas vezes presidente do Sindicato dos Trabalhadores rurais desse município, e havia recebido proteção do Estado de policiais para fazerem sua segurança, uma vez que as ameaças sofridas eram constantes. Mas, três meses aproximadamente antes de sua morte, essa proteção havia sido retirada, o que facilitou seu assassinato. Sua morte foi resultado de sua atuação na luta contra fazendeiros da região que a todo custo queriam se apropriar das terras.

Já em Castelo dos Sonhos, distrito localizado a mais mil quilômetros de distância de Altamira, ainda pertencente a esse município, teve no ano de 2002 a morte do líder sindical e dirigente do Partido dos Trabalhadores (PT), Bartolomeu Moraes da Silva, mais conhecido como ‘Brasília’. Sua morte estava associada a um espaço de disputas em que o Estado não conseguia se aproximar para resolver de forma legal e líderes como ele tomavam a frente para resolver o problema.

Outro livro mostrando a situação de lideranças assassinadas no campo é de Natalia Viana¹²⁶, “Plantados no chão”, com um título peculiar, a obra faz uma referência principal a morte do líder indígena xukuru de ororubá, Francisco de Assis Araújo, mais conhecido como Chicão que foi morto em maio de 1998 na cidade de Pesqueira no estado de Pernambuco. Chicão era líder de sua tribo e lutava pela demarcação das terras pertencentes a esse grupo indígena. De acordo com a autora, sua esposa, Zenilda Maria Araújo, na hora do seu sepultamento proferiu a seguinte frase, “Recebe teu filho, minha Mãe Natureza, ele não vai

¹²⁵ SAUER, Sérgio. Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense. 1. ed. Goiânia; Rio Janeiro; Curitiba: CPT; Justiça Global; Terra de Direitos, 2005.

¹²⁶ VIANA. Natália. Plantados no chão. – São Paulo: Conrad, Editora do Brasil, 2007.

ser sepultado, vai ser plantado na tua sombra, como ele queria. Para que dele nasçam outros guerreiros” (VIANA, 2007, p.15).

De certa forma, a vida e a morte de líderes como Chicão se confundem o tempo todo. Assim como Dezinho, Brasília, Chico Mendes, Gringo, Benezinho, Paulo Fonteles e tantas outras lideranças assassinadas, a vida e a morte sempre andaram juntas. Morrer pareceu nunca perder de vista a essência principal, a luta pela igualdade, pela justiça, pela partilha dos bens, principalmente a terra.

Os casos mostrados acima, extraídos estas publicações resultados de pesquisas, são apenas dois exemplos dos mais diversos que existem pelo país afora. “Plantado no chão” ou a “violação dos direitos humanos” no Brasil tornou-se uma realidade. Quantos líderes foram assassinados, tornando-se essa uma das maiores violações contra um ser humano? Em todos os casos, não foram enterrados, sepultados, foram plantados. O plantar é a mística presente na vida dessas pessoas. Ao serem plantados, a ideia dos seus pares, é de que dali renasçam outros como eles, mais Chicão, Demas, Brasília, Benezinhos, Gringos. A morte não é o fim para essas pessoas, elas sabem que não morrem, por isso não tem medo, não recuam, mesmo sabendo das ameaças.

No filme/documentário “Descalço sobre a terra vermelha” (2014) que procurou retratar a vida do bispo Pedro Casaldáliga, um catalão que chegou em 1968 em São Félix do Araguaia no Estado do Mato Grosso, além de retratar ainda a violência causada pelos conflitos de terra na região num momento em que os governos militares tornavam as leis mais severas no Brasil, principalmente com a edição do Ato Institucional número 5 (AI 5). No início, do filme, uma cena curiosa, uma vez que a história é baseada no encontro que Pedro Casaldáliga teve com o então prefeito da Cúria de Roma, o então cardeal Joseph Ratzinger, e que mais tarde viria a se tornar o Papa Bento XVI.

Na conversa, que tiveram Pedro Casaldáliga, deveria se apresentar com os trajes formais, fazendo parte deste, um sapato social. No entanto, preferiu ir para audiência usando uma botina doada pelo então presidente de Cuba Fidel Castro. Mas, o que gostaria de acrescentar aqui, não é essa curiosidade, mas sim o fato narrado no filme, da violência que desencadeava nas dezenas de mortes praticadas já por pistoleiros e com o amparo e conivência das ‘autoridades’ locais.

Em uma cena ainda na primeira parte da película, é mostrado o enterro de um homem que é morto por denunciar a exploração dos trabalhadores em uma fazenda da região, o então padre Casaldáliga pergunta ao ajudante porque ele está dobrando a cabeça do morto em direção rio e eis que a resposta é a seguinte, “O costume aqui é que o posseiro descance

olhando para o rio...”. O rio em questão retratado no filme, e parte da vida real era o rio Araguaia, para o povo da região, um santuário.

Então morrer e ser enterrado com a cabeça virada para o rio, também fazia parte da mística da relação do ‘posseiro’ com a natureza, no caso mais específico, com o rio, o rio que alimenta, que leva e traz. A mística faz parte dessas pessoas, não precisa ser ‘cristão’, mas compreender o significado da partilha, de um amor que deve ser vivido na essência coletiva, como foi o caso de Gringo, Benezinho e Paulo Fonteles.

Quando Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, foi assassinado em Araguaína no estado do Goiás no dia 29 de maio de 1980, sua morada era próxima do rio Araguaia, tanto que sua cidade adotada era Conceição do Araguaia, município banhado pelo rio do mesmo nome. Sua morte, já anunciada, não lhe intimidou, pelo contrário, fez com que se mantivesse firme e forte na luta pelos ideais que tinha em relação a defesa dos trabalhadores rurais de sua região, principalmente na luta pela conquista do sindicato dos trabalhadores rurais.

Assim como Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, Benedito Alves Bandeira, o Benezinho também carregava a mística de ser um lutador incansável em defesa dos direitos dos lavradores de Tomé-Açu. Benezinho e Gringo conviviam com religiosos dos finais dos anos de 1970 que pregavam a teologia da libertação, numa metodologia diferente de falar de um Jesus Cristo do meio povo, que vivia no meio dos sofridos, dos marginalizados, dos abandonados. Essa teologia contribuiu para que a mística vivida por eles desse sobrevida e não desistissem das lutas difíceis que travaram.

Mesmo Paulo Fonteles, que se considerava um comunista, era militante ativo do PCdoB, não deixou de viver a experiência cristã, principalmente quando esteve na região do sul do Pará depois de 1979 quando foi atuar como advogados dos posseiros dessa região. Só o fato de ter se mudado para uma área que vivia uma ebulição nos processos de conflitos pela terra, fez dele um ser humano preocupado com aqueles a quem não tinham muito a quem recorrer.

Raimundo Ferreira Lima, Benedito Alves Bandeira então foram vítimas da violação dos direitos humanos na Amazônia e no Brasil. Assim como o líder indígena Chicão, não foram enterrados, mas plantados no chão. Foram plantados no chão assim como Adelaide Molinari, Margarida Alves e Dorothy Stang, além de muitas outras mulheres e homens que foram mortos pelo mesmo motivo a defesa dos trabalhadores que resolveram fazer. Isso incomodou e incomoda latifundiários, grileiros de terras, os chamados ‘poderosos’ que a todo custo tentam concentrar a propriedade rural.

Porém, nesses casos é real a omissão do estado. Primeiro pela ausência na condição de ordenar a questão com mediações dos conflitos e principalmente com a regularização fundiária necessária a garantir as terras aos trabalhadores rurais, mas o que se tem visto é o contrário, um favorecimento ao capital especulativo, aos banqueiros, aos grandes proprietários que conseguem deixar imobilizado o aparato estatal na figura de órgãos que deveria cuidar da situação.

A segunda questão diz respeito ao processo de justiça em que o estado brasileiro não consegue cumprir. No caso aqui, de Raimundo Ferreira Lima, Benedito Alves Bandeira e Paulo Fonteles foram assassinados a mando de pessoas interessadas em suas mortes, o cumprimento de ordem judicial praticamente não existiu. Apesar de se ter informações dos mandantes e assassinos, o único caso que se conseguiu alguma apuração mais completa foi do ex-deputado, quando foi preso, julgado e condenado o principal acusado, James Vita Lopes. E apesar de ter ficado nove anos preso, depois desse período foi posto em liberdade e foi embora pra São Paulo e nunca mais voltou ao Pará. Os demais acusados ficaram impunes.

Na tese de doutorado “A violência desnuda: justiça penal e pistolagem no Pará”, Ed Carlos de Sousa Guimarães (2010)¹²⁷ nos mostra em seu trabalho como a morosidade judiciária é responsável pelos diversos crimes cometidos por pistoleiros a mando de fazendeiros, sabedores de que praticamente nada sofrem de punições por seus modos de operação para eliminação daqueles que se tornam ‘empecilhos’ aos seus projetos ambiciosos.

O autor destaca que os principais agentes do estado que deveriam zelar pela agilidade de processos penais dos casos de crimes cometidos contra trabalhadores, lideranças ou até mesmo nas diversas chacinas ocorridas no estado paraense, a Polícia Civil, o Ministério Público e o Poder Judiciário, levam décadas para finalizar algum caso, quando isso acontece. Na sua tese, o autor destaca três casos que estudou para exemplificar essa realidade. João Canuto, que foi morto no dia 12 de dezembro de 1985 em Rio Maria, Expedito Ribeiro de Souza, morto no dia 02 de fevereiro de 1990 e Bartolomeu Moraes da Silva, morto em 21 de julho de 2002. O autor também procurou destacar os casos de algumas chacinas, como da fazenda Ubá, fazenda Princesa e da fazenda Pastorisa, que levaram anos com seus processos transcorrendo nas varas da justiça.

Destaco aqui, o caso apresentado por Ed Carlos no que diz respeito ao assassinato do sindicalista João Canuto, para termos uma ideia da falta de vontade do judiciário por elucidar

¹²⁷ GUIMARÃES, Ed Carlos de Sousa A violência desnuda: justiça penal e pistolagem no Pará. - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2010.

o caso e dar uma resposta ao crime. Nos diz o autor, da morte em 1985 do líder sindical, os autos só foram finalizados na primeira parte em 1995, dez anos depois de idas e vindas no sistema judiciário. No momento em que se encerrou esse ciclo, cinco pessoas foram denunciadas pela agência ministerial, como nos mostra o autor da tese,

Adilson Laranjeira, Vantuir Gonçalves de Paula, Ovídio Gomes de Oliveira, Jurandir ou (Jandir) Pereira da Silva e Gaspar Roberto Fernandes. Os três primeiros, fazendeiros da região – foram autores intelectuais do crime e os dois últimos, os “os corretores da morte”, que contrataram os dois pistoleiros que mataram o sindicalista (SOUSA, 2010, 176)

Como no período da morte de Canuto, Adilson era o então prefeito de Rio Maria e Vantuir Gonçalves de Paula um fazendeiro, conseguiram ir se beneficiando da legislação e permaneciam em liberdade. No ano de 2003, os dois então sentaram no banco dos réus e foram condenados por um júri em Belém do Pará. A condenação foi de 19 anos e dez meses de reclusão e deveriam cumprir a pena em regime fechado. Mas estes recorreram da decisão e foram postos em liberdade para que aguardassem a decisão da apelação. Um terceiro homem que também seria considerado mandante, Ovídio Gomes de Oliveira, foi considerado foragido e não teve participação no julgamento. Jurandir ou Jandir, considerado intermediário, ficou um período preso, mas devido ao adoecimento, foi posto em liberdade. Depois fugiu e nunca mais foi incomodado. Gaspar Fernandes, considerado intermediário, fugiu também e depois for morto em outro Estado. Os considerados assassinos nunca foram investigados, muito menos processados. Já os principais mandantes,

Em março de 2007, Adilson Laranjeira morreu de causa natural. Em 29 de outubro de 2008, a justiça paraense, considerando o trânsito em julgado em relação ao condenado-foragido Vantuir Gonçalves, expedia o mandado de prisão contra ele. Vinte e três anos depois do assassinato por encomenda de Canuto, o sistema de justiça criminal ainda tentava fazer valer suas próprias decisões. A incapacidade resolutória e preventiva do sistema penal para lidar com a prática dos assassinatos por encomenda no Pará é explícita nesse caso e em outros. Pela demora na prestação jurisdicional e pelo fato de não garantir o direito a vida ao sindicalista, a Comissão Interamericana de Direitos humanos da OEA condenou o Estado brasileiro em 1998. (SOUSA, 2010, 189).

Como podemos ver no caso acima, a morosidade da justiça é praticamente um prêmio para que o crime no campo possa parecer compensador. Mandantes, intermediários e pistoleiros tem no estado uma cumplicidade para que seus crimes fiquem impunes. Na maior parte dos casos das vítimas, as famílias não têm condições de pagar advogados, ficando submetidos a entidades que possuem alguma assessoria jurídica para vários casos. A situação é realmente caótica. Vejamos por exemplo, o caso de Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, descrito no Relatório da Comissão Camponesa da Verdade,

Indícios apontavam como autor do assassinato de Raimundo um homem chamado José Antônio. Hospedado em hotel de Araguaína próximo do local onde “Gringo” estava, José Antônio, após a morte do sindicalista, deixou apressadamente o hotel e a cidade. José Antônio era capataz da fazenda Vale Formoso do grileiro Geraldo Debs e filho adotivo de Fernando Leitão Diniz, um fazendeiro morto em conflito com posseiros no município de Xinguara. E embora “Gringo” estivesse em São Paulo quando Fernando morreu, José Antônio prometeu vingar a morte de seu pai adotivo, sendo este juramento ouvido por trabalhadores de Itaipavas (COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE, 2014, p.185)

Já no Relatório da Comissão Nacional da Verdade, a descrição é mais é mais breve em relação ao descrito acima, basicamente complementa com um parágrafo o que foi dito na Comissão Camponesa da Verdade, mais que é importante para a análise aqui, “O crime cometido contra Raimundo Ferreira Lima permanece impune e sem julgamento, assim como tantos outros cometidos nesse período na região” (CNV: Volume II – Textos temáticos. Texto 3: violação dos direitos humanos dos camponeses).

Caso semelhante aqui analisado, o de Benedito Alves Bandeira, o Benezinho, seguiu o caminho da impunidade de tantos outros, inclusive como o citado acima, de Raimundo Ferreira Lima, o Gringo. No mesmo Relatório da Comissão da Verdade Camponesa, também há uma referência em relação ao caso, como podemos ver a seguir,

O Estado de forma geral se mostra omissos quanto as violações de direitos humanos ocorridas no campo. Neste caso, em especial, os executores chegaram a ser apreendidos pela Polícia Civil, mas foram mortos pela população que se mostrou descrente na possibilidade de punir os responsáveis pelo assassinato. Os mandantes não chegaram a ser presos. (COMISSÃO DA VERDADE CAMPONESA, 2014, p. 233).

Mais uma vez o papel do Estado em fazer valer o papel que lhe cabia como responsável por punir os transgressores da lei não foi usado. A justiça foi feita apenas pelas mãos dos populares que descrente com o judiciário, resolveram praticar outro ato de violência, que culminou com a morte dos acusados de serem os assassinos. No entanto, o principal mandante, Acrino Breda, natural do município de Colatina no Espírito Santo, nunca foi importunado e jamais sentou nos bancos dos réus, nem sequer foi intimado a depor em uma delegacia para prestar esclarecimentos sobre as acusações que lhe foram imputadas pelos detidos no dia do crime no município tomesuense.

O único caso dos três analisados aqui em que a justiça cumpriu uma parte de sua competência na punição, foi do ex-deputado Paulo Fonteles, quando depois de idas e vindas, chegou-se a conclusão que o principal acusado pela sua morte, tinha sido o ex-campeão do Exército, James Vita Lopes, que desde o início dos anos de 1980 vivia na região da gleba Cidapar, na região nordeste do Pará, onde ocorreu a morte de Armando Alves Lira, mais conhecido por Quintino, considerado um gatilheiro, defensor dos colonos dessa região. O

caso de Paulo Fonteles, com a prisão, julgamento e condenação do principal acusado, James Vita Lopes, não foi suficiente para que o crime ficasse totalmente esclarecido. Até porque o acusado sempre negou envolvimento na morte do líder comunista. No Relatório da Comissão Nacional da Verdade, há uma significativa descrição sobre o caso de Paulo Fonteles, como podemos ver a seguir,

Em virtude da crueldade com que ocorrera o crime e a incapacidade do Estado em punir os agentes criminosos, este sempre fora lembrado pela imprensa, a exemplo de publicações como do jornal “O Liberal”, em 07 de março de 2005, intitulada “Em 30 anos mais de 700 assassinatos – De todos os crimes o número de processos tramitando na justiça é ínfimo”, destacando que “os casos de assassinatos de trabalhadores anônimos ficam por isso mesmo, e mesmo no caso de pessoas mais conhecidas, não se fez justiça porque há processos que estão tramitando há dez, 15, 20 ou até vinte e cinco anos” destacando que o Pará era o naquela época o estado com maior número de mortes por conflitos fundiários. James Vita Lopes integrou a Operação Bandeirantes de São Paulo e o Serviço Nacional de Informações (SNI) e tinha sido chefe de segurança da empresa CIDAPAR. foi julgado e condenado como intermediário da ação que vitimou Paulo Fonteles. O outro denunciado, Osvaldo Rocha Pereira, executor do crime, foi condenado em 26/08/1996 (19 anos), porém os mandantes do crime nunca foram julgados, sendo, portanto, este mais um crime impune. (COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE, 2014, p. 210-211).

E assim, de forma clara, como termina a citação, a inercia do Estado é, como já frisei, prêmio para os fazendeiros, latifundiários, pistoleiros no que se refere aos crimes cometidos contra os trabalhadores e suas lideranças. Como descrito acima, se no caso de grande repercussão que foi o de Paulo Fonteles, morto a luz do dia em plena região metropolitana de Belém, onde os assassinos não se intimidaram, imaginemos os casos que ocorreram no interior da Amazônia, onde como mostrou a matéria do jornal, por serem grande parte anônimos, aí é eu os crimes ficam na impunidade.

O que posso simplesmente afirmar, que a cumplicidade do Estado transforma os três casos que analiso em descaso por completo. Esse Estado que deveria cuidar, primeiro organizando, ordenando e mediando as questões relacionadas aos conflitos pela terra, não o fez e não faz. Segundo que deveria dar proteção aos lutadores e defensores dos trabalhadores que fizeram frente a essa epopeia amazônica e mais uma vez não conseguiu fazer. Por terceiro, quando deveria cumprir com sua obrigação em dar uma agilidade nos casos das mortes com uma justiça que deveria ser imparcial, mas nunca foi isso que se viu, tendo esta ficando sempre do lado dos grandes proprietários de terras, políticos, fazendeiros e outros mercadores de terra.

“Tempo presente e usos do passado”, artigo de Temístocles Cezar (2012)¹²⁸ analisa o quanto tem sido caro esse debate na academia. Apresenta por exemplo, o caso dos franceses e alemães, o segundo por ter vivido a experiência do nazismo e dali ter resultado na morte de milhares de judeus que posterior a isso ficou uma memória ‘traumatizada’. A questão posta por Temístocles abrange um problema sério no contemporâneo, a memória e o esquecimento, ou os traumas de um passado como diz o próprio autor, muitas vezes não passam. No fim de seu artigo, este nos mostra o enredo de uma peça teatral intitulado “A morte e a donzela”, do diretor Ariel Dorfman, um exilado do Chile que havia saído no período do então presidente Pinochet. A peça baseada no poema de Mathias Claudius e que foi composta em 1824, na nova adaptação procurou retratar a história de três personagens, Paulina Salas, ex-militante de esquerda que tinha sido presa e torturada há mais de quinze anos atrás, Geraldo Escobar, então seu marido, advogado e militante de direitos humanos e o médico Roberto Miranda.

Temístocles Cezar nos mostra através dessa passagem sobre a peça, as dificuldades do esquecimento por alguém que sofreu a tortura. Embora o enredo seja ficção, Paulina Sales, ao se deparar com o marido e o médico que juntos chegam em sua casa, pois o marido explica que teve problemas com seu carro e foi ajudado então pelo médico, a esposa aos poucos vai lembrando que este foi um dos torturadores que cometeu diversas violências no período da ditadura. Esta então arquiteta um plano de vingança contra seu antigo agressor.

Em síntese, Paulina quer que o médico confesse, e para tanto o ameaça de morte. Geraldo contra-argumenta, que isso não é fazer justiça. Entre os três trava-se uma intensa e dramática conversação marcada por acusações e defesas. Paulina quer falar, já que está viva e que a comissão apurará apenas os casos dos mortos e desaparecidos; como Levi, ela quer testemunhar. Ela quer algo mais que a Anistia, esse esquecimento institucional que visa calar o não esquecimento da memória. (CEZAR, 2012, 45).

Essa parte da cena é onde o carrasco já está aprisionado por quem na trama foi sua vítima um dia. O passado para a personagem tão cruel, não passa. Como ainda diz seu marido na peça, sugerido, que dessa forma iriam morrer de passado, no que retruca a esposa, como mostra ainda o autor,

No entanto, Paulina não pode nem perdoar nem esquecer, nem a tortura, mas o que parece pior, uma morte por dentro da sobrevivente, que a torna incapaz de “descrever o que significa essa música maravilhosa no escuro, sem comer há três dias, quando seu corpo está caindo aos pedaços”. Nesse momento, Roberto confessa. Mas, como vários nazistas entrevistados por Claude Lanzman em seu documentário, ele não se arrepende (CEZAR, 2012, 46).

¹²⁸ CEZAR, Temístocles. Tempo presente e usos do passado. In: VARELLA, Flávia Florentino. Tempo presente e usos do passado. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

Temos, portanto, na peça teatral, que posteriormente virou produção cinematográfica com o mesmo título, produzido por Roman Polanski em 1994, a personagem não conseguindo se libertar do seu passado. Um passado doloroso, traumático que a deixou com sequelas emocionais capazes de buscar a justiça da mesma forma que seus algozes praticaram a violência contra ela.

Quando fui ao encontro dos meus entrevistados para conversar com eles sobre suas histórias de vida depois da morte dos pais/esposos, Raimundo Ferreira Lima, Gringo, Benedito Alves Bandeira, Benezinho e Paulo Cesar Fonteles de Lima, não tinha ideia exata do que se lembravam ou recordavam. Imaginava que as lembranças não deveriam ser das melhores. Mas a sensação de que iria só saber depois da coleta dos depoimentos. Em todos os casos, praticamente observei esse ‘passado que não passa’. Em todas falas, a lembrança constante do personagem principal, aquele que desapareceu fisicamente estava na ‘ponta da língua’ de cada um, cada uma.

Por exemplo, na família de Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, a lembrança de um homem que foi exemplo de vida, que ao ‘doar’ a vida pelos seus companheiros, não levou em consideração, a prioridade que deveria ser dada a esposa e aos filhos. Na fala do filho mais velho, o ingresso na carreira da polícia militar, tinha como foco inicial, fazer justiça com as próprias mãos. Nesse sentido, foi possível perceber o sentimento de dor profundo que não conseguiu separar do lado emocional.

Da mesma, forma, a viúva, Maria Oneide, que ao adquirir um ‘revólver’ e andar com ele por um longo período tinha como grande meta, matar o assassino do seu marido. Dali também o filho Helder, na adolescência e juventude, carregou a revolta por um longo período da mocidade, quando queria ‘brigar’ com aqueles que acreditava ter alguma coisa a ver com a morte de seu pai. Os filhos menores, Alex e Nedyma também viveram e vivem a memória do pai, sem, no entanto, demonstrarem profundos sentimentos de revoltas.

As falas dos familiares de Paulo César Fonteles de Lima tiveram a tônica de expressar o orgulho da figura paterna, do ‘herói’ que este foi. Embora tenha sido perceptível o trauma pela ausência, pela falta de convivência, por um ‘abraço’ no dia dos pais, o que vi mesmo foi uma mágoa muito grande contra o Estado, por suas políticas ainda persistirem nas agressões contra os trabalhadores, principalmente os lavradores. Paulo Fonteles Filho, que ao conceder a entrevista para este trabalho, antes de sua morte, era um dos mais revoltados nesse sentido.

Com a lembrança dolorida, principalmente pela frase dita no momento de sua gestação, em que um militar teria proferido que, “filho dessa raça não deveria nascer” para sua mãe que estava no cárcere, nunca demonstrou rancor em querer fazer justiça com as

próprias mãos. Carregou com ele até o momento de sua morte no fim de 2017, a vontade de buscar elucidar crimes de responsabilidade dos militares, principalmente os relacionados a guerrilha do Araguaia.

Já seus irmãos Ronaldo, Juliana e Pedro, buscaram a militância para acompanhar o irmão mais velho na luta por algo que sempre lembrava o pai. A militância política de Pedro em um partido de esquerda, o PSOL, do campo progressista do qual Paulo Fonteles pai e Paulo Fonteles filho, o PCdoB também militaram, fez com que um dos filhos caçula se mantivesse ligado a memória daquele tido como seu maior exemplo pela luta por direitos iguais.

Da mesma forma Juliana, ao ir para o campo da área jurídica, encabeçando movimentos de defesa dos direitos humanos na Ordem dos Advogados da Seção Pará, a colocou na linha de frente contra ações praticadas há muito tempo por um sistema judiciário falido, que não consegue dar condição de ressocialização daqueles que precisam cumprir suas penas com o mínimo de respeito. Nesse cenário, Juliana, não deixou de querer vivenciar a experiência e a luta de seu pai, considerado o ‘advogado do mato.

Podemos ver, portanto, a tentativa da resistência do passado que não passa, quando cada um desses filhos de Paulo Fonteles, cada um ao seu modo, procurou buscar no pai a memória de alguma forma de lutar. Não se percebeu em nenhum momento a vontade de querer se fazer justiça com as próprias mãos. Mas ao buscarem de alguma forma, viverem como o pai, o passado continuou e continua presente na vida destes.

Porém, o caso mais emblemático observado nas entrevistas dos familiares de Benedito Alves Bandeira, o Benezinho, foi de que o passado é bem presente nas vidas destes. Ao conversar com sua esposa e viúva, Maria de Fátima, por exemplo, pude constatar, que mesmo o tempo com mais de 35 anos de morte, a lembrança da morte ainda estava muito presente. Maria de Fátima, ao relatar suas experiências de vida junto ao marido, lembrou que sempre pedia a ele que abandonasse a luta junto aos movimentos sociais, o que ele dizia que não podia fazer isso. Dor e revolta foram às marcas de sua conversa comigo. Em diversos momentos, suas lembranças se transformaram em lágrimas, um choro de uma tristeza que parece que nunca vai passar.

Da mesma forma, foram as entrevistas com os demais filhos, principalmente as filhas Leidiane, que ao transmitir seu sentimento de dor maior, foram por não ter conhecido o pai, nunca ter lhe chamado de ‘pai’, daí sua tristeza misturada com a revolta. Maria José, Giovane Maria Benedita, outros filhos, não esconderam a tristeza ao falar do pai. Todos carregados de uma tristeza pela perda da figura paterna que não conheceram.

Maria Elizabeth, a mais velha quando da morte do pai em 1984, quando tinha 12 anos, conseguiu ser a mais serena na entrevista. Como o pai, Beth, como é chamada procurou se engajar em alguns movimentos de Tomé-Açu. Quando da conversa com ela em 2016, estava no movimento pela melhoria da saúde no seu município, uma vez que era funcionária pública desse órgão.

Uma das poucas a participar do dia de memória feito para seu pai na localidade onde este viveu e foi enterrado, ou mais precisamente ‘plantado’. Nesse dia ocorre uma celebração eucarística, uma missa presidida Comissão Pastoral da Terra da região Guajarina onde a equipe é responsável pelo apoio a comunidades pertencentes aos municípios de Acará, Moju, Abaetetuba, Tailândia, Concórdia do Pará, Barcarena e Tomé-Açu. Beth, sempre marca presença no dia da celebração.

Os demais familiares não fazem questão de estar lá. Quando perguntei a e viúva de Benezinho, ela respondeu que estando lá, sua memória volta tudo para o tempo em que viviam juntos e que por isso, há um sofrimento muito grande. Resposta também dada pelos demais filhos que não fazem questão de estar lá. Ou seja, não é o fato de não prestigiarem a celebração feito em memória do pai que os faz esquecer deles, mas o fato de não quererem sentir mais dor do que já sentem.

Nesse sentido, temos então uma violência que se segue na vida dos familiares. Não bastou a violência da perda física, do desaparecimento da pessoa, do sofrimento dos anos iniciais a perda, mas a violência psicológica permanente na vida de cada um, cada uma que ficou. Para podemos ver a ausência das políticas públicas do Estado para com os familiares dos mortos pela defesa dos direitos dos trabalhadores.

Essa poderia ser uma política de apoio e reparação pelos crimes praticados pelo latifúndio, mas como mencionado aqui, com a conivência do aparato estatal. Nos parágrafos acima é possível ver a dor causada pelas mortes dos três personagens, que deixaram as sequelas profundas nos familiares. Como foi a dor da personagem da peça teatral. Provavelmente, o autor da peça procurou colocar ali algo real. Porém, mas real que os casos ocorridos na Amazônia desde o golpe militar, não poderia deixar outras marcas, que não a dor de um passado que não passa.

“A luta continua, a luta continua, a luta continua... contra o quê? Contra tribalismo...a luta continua, contra a ignorância, contra o analfabetismo, contra a exploração do homem pelo homem, contra a superstição, contra a miséria, contra a fome, contra o pé descalço, a luta continua pra que sejamos todos homens iguais que consegue ser orgulhosos, porque foram colonizados pelos ingleses, os ingleses, os ingleses são

civilizados, se constituem um grande império...e outros porque foram colonizados pelos franceses e pensam que intelectualmente são mais desenvolvidos, mais civilizados, porque foram colonizados pelos franceses...eu...fui colonizado pelos portugueses, país mais subdesenvolvido da Europa...colonialismo é um crime contra a humanidade. Não há colonialismo humano. Não há colonialismo democrático. Não há colonialismo não explorador...(Samora Machel)¹²⁹

“Meu povo, meu povo, abre seus olhos e atender a chamada do tambor. Frelimo, Frelimo, Samora Machel, Samora Machel, chegou/ Maputo, casa dos corajosos. Nossa nação em breve será como uma Frelimo, Frelimo, Samora Machel, Samora Machel, Samora Machel, ganhou/ Moçambique a luta continua, a luta continua, continua/ E para aqueles que deram suas vidas, Louvores a ti. Marido e esposas, todos os teus filhos, colherá o que plantar, este continente é o lar/ Meus irmãos e irmãs, se levantam e cantam, Eduardo Mondlane, não se foi. Frelimo, Frelimo, sua luz eterna nos mostrou a luz do amanhecer/ Moçambique a luta continua, a luta continua, continua/ No Zimbábue a luta continua, a luta continua, continua/ No Botsuana, a luta continua a luta continua, continua. Na Zâmbia, a luta continua, a luta continua, continua. Em Angola, a luta continua, a luta continua, continua/ Na Namíbia, a luta continua, a luta continua, continua. Na África do Sul, a luta continua, a luta continua, continua...”
(Miriam Makeba, Moçambique a luta continua)¹³⁰

A letra da canção acima, da cantora Miriam Makeba, retrata a luta de libertação do povo moçambicano contra o domínio dos portugueses, que durante muitos anos se fizeram presente nessas terras. Os versos da cantora de “Pata, Pata”, letra que embalou uma geração nas décadas de 1960 e 1970, traduz os desafios dos povos do continente africano que há séculos vivem sob o domínio dos povos europeus. Como podemos ver, alguns países são mencionados em sua voz, como o próprio Moçambique, Zimbábue, Botsuana, Zâmbia, Angola, Namíbia e África do Sul, que travaram uma grande batalha nos meados do século XX num processo de lutas pelas emancipações e descolonizações.

A violência provocada pelas nações europeias dominantes nos países do continente africano nos chamados anos do *Apartheid* foi sem dúvida uma das mais traumáticas. O processo de redemocratização de vários países desse continente a partir de 1960 procurou dar através de uma política de reparação outro rumo para a história até então vivida pelos que sofreram todo tipo de perseguição e dor durante o longo período de dominação dos europeus.

O século XX como um todo, foi passível de graves violações dos direitos humanos em vários países de diversos continentes, principalmente da África, Europa e América Latina, onde estados nacionais experimentaram modelos políticos que levaram em consideração um sistema de dominação de determinado grupo e impuseram severas regras para os ‘governados’. No caso dos africanos, a superioridade europeia no território tomado por estes

¹²⁹ Discurso de Samora Moisés Machel – A luta continua. In: www.youtube.com.br

¹³⁰ MAKEBA, Miriam. Moçambique a luta continua. Disponível em: www.youtube.com.br.

desde o início da colonização fez com que as violações chegassem a níveis extremos no último século.

No caso europeu, ditaduras e, sobretudo o holocausto causado em decorrência da segunda guerra mundial, perpetrado pelas políticas do pensamento da superioridade da raça ariana, tendo no líder alemão, Hitler, seu principal precursor, deixaram traumas e sequelas no continente todo, mas principalmente nos que mais sofreram os judeus. Na América, com o advento das ditaduras militares que se alastraram por toda a segunda metade do século XX causaram grandes ‘feridas’, que mesmo com o fim destas no limiar do século XXI, são difíceis de cicatrizar.

Muitos casos de violência nos dias atuais ainda possuem resquícios dos modelos que ocorreram nesses períodos. Muitas vezes quando a polícia abusa de seu poder de autoridade, contra vítimas que não demonstram resistência, ou contra atos de manifestações que extrapolam o uso da força, são ações que muitas vezes relembram os atos de um passado não tão distante. Quando em ocasiões em que são modificados a cena de crimes cometidos por autoridades policiais, mais uma vez demonstram o arbítrio das forças representativas do Estado. Casos em que são negados os direitos a defesa, mesmo que sejam aparentemente ‘simples’ as acusações, são desrespeitos aos direitos humanos e se repostam a tempos sombrios como os demonstrados sobre os acontecimentos nos continentes mencionados.

Nesse sentido, com mudanças nos cenários políticos de vários países já no final do século XX, e com uma sociedade em grande medida sofrendo traumas e dores difíceis de serem esquecidos é que se iniciou a discussão pela necessidade de criação de uma política de reparação para aqueles que mais sofreram algum tipo de violência nesses países onde as violações foram mais constantes. Desse modo, foram então criadas as Comissões de Verdades.

De acordo com o Relatório da Comissão da Verdade Anísio Teixeira (2015), a primeira Comissão da Verdade foi criada em Uganda no governo de Idi Amin no ano de 1974. Na América Latina, dos dezenove países que passaram por regimes militares, dezesseis optaram por leis de anistia geral. Essas comissões criadas nos países onde ocorreram algum tipo de violação contra os direitos humanos, não tinham como objetivo punir, mas acima de tudo esclarecer os fatos ocorridos nos períodos desses casos, como podemos ver abaixo,

Cabe salientar que uma comissão da verdade não tem caráter persecutório e jurisdicional, ou seja, não tem o poder de condenar quem quer que seja ou de estabelecer punições, mas de investigar os fatos relacionados ao seu mandato. As comissões da verdade vêm se transformando ao longo dos anos. Muitas delas se restringem à investigação da verdade de forma mais sigilosa e não oferecem a oportunidade para audiências públicas de testemunhas, vítimas e acusados. Somente a

partir da experiência da África do Sul em 1995 é que as comissões surgem como um instrumento poderoso de expurgo social por meio dos relatos públicos dos envolvidos. Na África do Sul, a transmissão diária pela mídia era acompanhada por todo o país e tornou-se um instrumento significativo de reflexão, de transparência e de consolidação do processo de reconciliação social. (COMISSÃO DA VERDADE ANÍSIO TEIXEIRA, 2015, p. 21).

Como podemos ver, as Comissões da Verdade que foram criadas em vários países, tiveram muito em comum, com a necessidade de dar uma resposta a um passado carregado de violência. Mas como diz o texto, metodologias diferenciadas foram pensadas para que se pudesse chegar a resultados menos traumáticos para as futuras democracias. No caso de alguns países, como o próprio Brasil, foi pensado, quando da criação da Comissão da Verdade Nacional em 2012, o que deveria ser repensado sobre a anistia geral que tinha sido atribuído a todos os envolvidos no período da ditadura militar no Brasil, ou seja, torturados e torturadores deveria se manter em igualdade. Para Edson Teles (2010),

As democracias nascidas nas últimas décadas surgem como herdeiras de regimes autoritários ou totalitários. Assim foi no Leste europeu após a queda dos governos pós-soviéticos, e igualmente com as poucas democracias substitutas do colonialismo tardio na Ásia e na África. Na América Latina, ocorreu algo semelhante: o fim das ditaduras militares foi o momento originário da política democrática. A marca do novo regime político é a promessa de desfazer a injustiça do passado. Tanto o Brasil, após a ditadura, quanto África do Sul, em seguida ao *Apartheid*, são países que buscam construir a democracia dos direitos humanos (TELES, 2010, p. 299).

Como podemos ver no texto do autor Edson Teles, nos dois casos citados, do Brasil e da África do Sul, a tentativa no final do século XX com as Comissões da Verdade tiveram mais o sentido de buscar um novo caminho para suas democracias do que para dar punição aos responsáveis de desmandos nas últimas décadas de repressão em séries. O caso da África do Sul, segundo Edson Teles, tem seu início num processo de segregação no começo da colonização e ao longo dos anos se configura como uma das piores experiências da humanidade. Mas é a partir do ano de 1948, que o *Apartheid* ganha ares de separação total culminado nos anos de 1960 com territórios divididos entre brancos e negros.

Erica Oliveira e Erinaldo do Carmo, nos mostram que a situação da África em relação a segregação racial se tornou mais exposta ao mundo quando no dia 21 de março de 1960, ocorreu o massacre de Sharpeville, onde 69 pessoas, incluindo mulheres e crianças foram mortos pela polícia que atirou contra cerca de mais de cinco mil manifestantes que estavam desarmados e ali protestavam contra o *Apartheid*. Prosseguem os autores,

Muitas das vítimas foram baleadas nas costas quando tentavam fugir do local. Eles estavam protestando especificamente contra a lei que determinava que todos os negros levassem consigo uma espécie de passaporte, uma caderneta onde estava escrito onde eles podiam ir. O massacre ocorreu na cidade de Sharpeville, 50 km ao sul de Johannesburgo. Nenhum policial foi condenado pelos crimes. Enquanto a comunidade global tomava conhecimento e condenava o massacre, internamente as leis ficaram ainda mais duras e restritivas à população negra. Por se tratar de um período em que o

conflito entre regimes capitalista e comunista exprimia ao mundo uma preocupação mais emergencial, a luta contra o apartheid não se tornou uma prioridade para a comunidade internacional. A Guerra Fria, ao contrário, serviu de instrumento motivador da manutenção desse regime de segregação. Erica e Erinaldo, 2020, p. 1)

Em artigo intitulado “Entre a raça, Economia e Política: O *Apartheid* nas páginas da Revista *Veja* (1969-1975)”, Ana Júlia Pacheco (2019)¹³¹ nos mostra através do periódico como este tema foi retratado na revista. Foram doze matérias veiculadas então no período de seis anos aproximadamente. Como podemos perceber, o período, é também dos governos militares no Brasil, ou seja, enquanto na África do Sul havia um regime de segregação racial, aqui havia um regime militar governando de acordo com seus interesses e também classificando a sociedade de acordo com suas conveniências.

Para a autora do artigo, na análise feita, a preocupação da revista *Veja*, ao trazer a tona o tema abordado sobre o país africano, não era pela questão do preconceito racial contra os não brancos, mas sim pela questão comercial, que naquele momento as duas nações tinham acordos comerciais que possibilitava tirar-se bons proveitos dos acordos feitos por estes países, como podemos ver abaixo,

Ao analisarmos os matérias sobre a África do Sul no periódico, entre as edições que circularam entre os anos de 1969 a 1975, constatamos que o conjunto de debates acerca das novas articulações comerciais e diplomáticas com América Latina, Oriente Médio e Ásia e principalmente os países do continente africano, estavam presentes nas pautas noticiadas nas páginas da *Veja*, vistas como proveitosas possibilidades para a desenvoltura das relações e política externa brasileira. Ótica esta, similar, ao dos governos militares. Entretanto, alguns países sob contexto de luta anticolonial, como Angola e Moçambique, são pautados como obstáculos pelos periódicos, cujas narrativas orientavam para que o Brasil evitasse misturar os interesses relacionados ao aumento de mercados comerciais na África, com interesses nas lutas anticoloniais que estavam se desenvolvendo por todo o continente (PACHECO, 2019, p. 23-24).

Como observado no artigo de Ana Júlia Pacheco, temos então uma revista que procurou tratar de um país levando em consideração um problema grave que se arrastava por décadas, o *Apartheid*, mas a preocupação maior do periódico não estava ali, mas sim em mostrar a questão comercial com o Brasil, que como já mencionei, era governado por um regime autoritário nesse momento. Se na África existia o problema da segregação racial, no Brasil existia o problema da dominação dos militares sobre os contrários ao regime, ou considerados, comunistas e subversivos.

¹³¹ PACHECO, Ana Júlia. Entre a raça, Economia e Política: O *Apartheid* nas páginas da Revista *Veja* (1969-1975)”. *Temporalidades Revista de História*, Edição 2, v. 1, n. 2, 2011.

Outro artigo intitulado “O *Apartheid* na política internacional entre 1948 e 1994”, os autores Tamires Lacerda, Rita Carvalho e Rodrigo Teixeira¹³² mostra como o olhar internacional pela reprovação do regime, principalmente no pós-guerra fria, fez com que aos poucos esse sistema fosse perdendo forças. Destacam os autores que já na década de 1980, diversos movimentos contrários ao *Apartheid*, se multiplicaram. Prédios do governo, linhas ferroviárias, prédios industriais foram alguns dos alvos dos ataques. Outro fato que ajuda a marcar esse momento é a morte do líder da consciência negra Steve Biko em 1977 e as repressões violenta por parte do governo a tais movimentos tiveram repercussões mundiais e incentivaram ainda mais o estabelecimento de sanções à África do Sul, como as proibições de vendas de armas. Para os autores, fatores internos e externos, levaram ao fim do *Apartheid*, como veremos a seguir,

Nesse caso, vários fatores internos e externos acumularam-se e culminaram no fim do *Apartheid*. Em especial aos fatores externos - como as sanções econômicas, os embargos de armamentos, os direitos humanos -, catalisaram o abrandamento das leis segregacionistas. Esses efeitos intra e extra podem ser medidos em termos de sensibilidade e vulnerabilidade (LACERDA; CARVALHO E TEIXEIRA, 2015, p. 183).

Nesse sentido, como visto acima, o fim do *Apartheid* significou um grande avanço no processo de reconstrução da África do Sul, mas com o sentimento de dor e grandes revoltas por parte dos que sofreram durante décadas perseguições, foi criada na década de 1990 a Comissão da Verdade e Reconciliação. Um dos objetivos da Comissão seria fazer com que se objetivasse a convivência pacífica entre negros e brancos. Mais do que punir os responsáveis por vários tipos de violência, o projeto tinha como meta dar um clima da pacificação ao país. Podemos observar no texto abaixo do autor Edson Teles, sua análise sobre a questão,

Em 1994, após mais de quarenta anos de imposição violenta do regime de segregação racial, é eleito presidente o líder opositor Nelson Mandela, que havia permanecido preso entre os anos de 1962 e 1990. Visando ultrapassar a violência política e a opressão, em busca de um processo de reconciliação, foi proposta a criação de uma organização autônoma do Estado, com apoio das instituições políticas e dos tribunais de justiça, e que tomasse frente do processo de reconciliação. Assim, foi criada em 1995, começando a operar em 1996, a Comissão de Reconciliação e Verdade. Com a apuração das violações aos direitos humanos por meio da narrativa das vítimas e, também, via confissão dos responsáveis pelos crimes, a punição seria trocada pela anistia diante das confissões dos crimes (Edson Teles, 2010, p. 310).

Como podemos ver o processo de violação dos direitos humanos que ocorreram na África do Sul desde a chegada dos colonizadores, mas se acentuaram bruscamente a partir do fim da década de 1940, tiveram um longo período de perseguição aos negros, donos legítimo

¹³² LACERDA, Tamires; CARVALHO, Rita e TEIXEIRA, Rodrigo. O *Apartheid* na política internacional entre 1948 e 1994. Conjuntura Internacional. Belo Horizonte v. 12, n. 3, 2015

das terras do continente. Até a década de 1990, quando então houve de fato uma tentativa de romper a separação, muita dor foi sentida pela população negra. A Comissão da Verdade e Reconciliação foi uma necessidade e possibilidade para buscar muito mais uma superação em relação aos que cometeram os crimes do que dar punição a esses.

Sob a tutela do então recém-liberto Nelson Mandela, que havia sido preso desde 1969 e só foi libertado em 1994, a África passou então por um processo de reorganização e tentativa de viver uma democracia tendo uma sociedade agora que passaria a conviver com brancos e negros tentando superar um passado traumático com muitas sequelas, mas que seria um grande exercício de força e vontade para todos, principalmente para os que mais sofreram as perseguições.

O livro a “Era dos Extremos”, de Eric Hobsbawm (1995)¹³³ nos mostra como o século XX foi de grandes mudanças e transformações num período que este chamou de ‘breve’. Nos apresenta o autor o quanto essas mudanças foram marcantes nesse século, sobretudo na Europa, chamada de ‘velho mundo’. Ali, a primeira guerra mundial (1914-1918) e a segunda guerra (1939-1945) ditaram bruscamente o cenário desse continente, sem contar a revolução

Bolchevique ocorrida na Rússia em 1917, onde esses saíram de uma guerra para entrar em outra, interna.

O que se viu na Europa durante o século XX foi um grande período de tensões em que nações se viram as frentes com situações inusitadas aos extremos. Houve um clima de conflitos motivados por questões econômicas que convergiu para ideais políticas que flertaram com ideais que acabaram levando para regimes totalitários e que avançaram para o pior de todos os regimes, o nazismo. Nessa Europa do século XX, Estados como a Rússia, que em 1917 deu lugar a União Soviética, experimentou o socialismo, que de um projeto voltado para o comunismo desencadeou para uma ditadura. Portugal, Espanha, Grécia foram outras nações que também vivenciaram as ditaduras nesses países. Na Itália, o fascismo foi o regime que se originou e na Alemanha, depois da segunda guerra mundial, o nazismo foi o regime mais duro que se apresentou e traumas e sofrimentos causou, principalmente aos milhares de judeus mortos nos campos de concentração.

Tendo esses regimes chegados ao fim na segunda metade do século XX, houve um problema no processo de transição naquilo que o historiador e estudioso português Antônio Costa Pinto definiu como “justiça transicional”, onde no artigo intitulado “Transições democráticas e justiça de transição na Europa do Sul. Perspectivas comparadas” procurou

¹³³ HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

mostrar quatro casos relacionados ao tema. Para ele, o conceito de justiça transicional estava ligado ao modelo de como alguns Estados europeus fizeram essa passagem, de regimes totalitários, ou ditaduras para o regime democrático. Assim nos diz ele,

As democracias da Europa do Sul enfrentaram o legado das ditaduras de direita que tinham sido influenciadas pelo fascismo e pelas suas instituições. Independentemente das suas diferenças, Itália (1922-43), Portugal (1933-74) e Espanha (1939-75) conheceram ditaduras duradouras, com lideranças personalizadas e um elevado grau de inovação institucional. Tal não foi o caso da Grécia, onde a ditadura militar que foi implantada em 1967 estava mais próxima de um típico “regime de exceção”. Além disso, a ditadura espanhola era também o legado de uma guerra civil (PINTO, 2012, p.65).

Como podemos ver, o autor nos apresenta aqui quatro casos de estados europeus que viverem algum tipo de regimes ditatoriais e procura mostrar como chegaram ao fim, iniciando um processo de transição para a democracia. Como ocorreu esses processos em cada uma dessas nações e como as sociedades procuraram rever os casos do passado em que diversos atos de criminalização haviam ocorrido.

Na Itália, por exemplo, a transição ocorreu no momento da destituição de Mussolini e sua prisão em 1943 iniciando com a destituição de instituições fascistas. Partidos antifascistas tiveram o poder de demitir centenas de funcionários públicos acusados de terem grandes vantagens no governo anterior. Penas de mortes foram utilizadas contra os participantes do regime anterior dada por tribunais chamados ‘especiais’. O caso da Itália, como analisado para o autor, mostra que houve grande desentendimento para que ocorresse uma superação dos problemas do passado.

No caso de Portugal, com a queda de sua ditadura em 1974, Antônio Costa Pinto nos diz que o processo de democratização portuguesa se caracterizou por uma forte quebra com o passado, que foi facilitada pela crise de Estado e pela radicalização política, enquanto a nova elite política e a a sociedade civil pressionavam para responsabilizar e punir os responsáveis pelos atos criminosos do passado. No entanto, nos diz que, com a retirada dos do poder de soldados simpatizantes do Partido Comunista e com a derrota da esquerda radical em 25 de novembro de 1975, os saneamentos pararam quase imediatamente. Saneamentos era uma punição aos envolvidos em crimes ou ações do passado da ditadura, como veremos a seguir,

Em poucos meses, os partidos moderados tinham total controle da institucionalização da democracia. Com a vitória do Partido Socialista nas eleições legislativas de 1976, o discurso oficial dos primeiros governos constitucionais, liderados por Mário Soares, e do primeiro presidente eleito democraticamente, Ramalho Eanes, favoreceu a “reconciliação” e a “pacificação”, moldando a forma como o governo lidou com o legado da ditadura. (PINTO, 2012, p.70).

Podemos perceber, que mesmo com uma tentativa de fazer alguns tipos de reparações a atos praticados pelos que participaram da ditadura portuguesa nas décadas anteriores, a justiça de transição levou em consideração uma transição moderada, sem conseguir impor grandes sanções aos envolvidos no regime anterior.

O caso da Espanha foi o mais emblemático, segundo ainda o estudioso português. A Lei da Anistia criada em 1977 e que foi aprovada por um parlamento que tinha sido eleito democraticamente e contou com a participação pelos maiores partidos políticos, garantiu de algum modo que aqueles que haviam participado da ditadura ficassem ‘impunes’ e protegidos de serem processados judicialmente. Tal situação nesses estados europeus só foi revisto em 2004, quando alguns partidos de esquerda ajudaram a retomar a discussão, fazendo com que em 2007, fosse promulgada com o nome de “Lei sobre a memória histórica” (Pinto, 2012, 73).

Situação semelhante em relação a justiça de transição também viveu a América Latina depois dos golpes militares que se deram depois de 1960, e que iniciaram suas reaberturas a democracia depois da década de 1970. A maioria optou pela ‘justiça transicional’, em sua maioria concedendo anistia aos envolvidos nos governos ditatoriais, como foi o caso do Brasil por exemplo. Aqui, a lei promulgada em 1979, teve por finalidade fazer dar a reabertura pela democracia.

Num artigo intitulado “O preço de uma reconciliação extorquida”, Jeanne Marie Gagnebin (2010)¹³⁴ procura nos mostrar de certa forma comparativa os resultados que sucederam da “Comissão da Verdade e Reconciliação” da África do Sul, onde diz ela, os trabalhos pela verdade levaram em consideração ouvir os que sofreram algum tipo de violência durante o *Apartheid*, e os agressores, os acusados, para só depois, se ter uma conclusão sobre o caso, punido ou concedendo anistia. Que no caso do Brasil, continua a autora mostrando o contrário, como veremos a seguir,

(...) Nesse contexto, aliás, podemos nos perguntar sobre o alcance da Lei de Anistia no Brasil: visava ela realmente apaziguar a memória de duas partes importantes do povo brasileiro no seu conjunto ou se tratava, como tantas vezes no Brasil, de um arranjo (precário) entre duas frações opostas da chamada “elite”? De qualquer maneira, a anistia configura sempre uma política de *sobrevivência imediata*, às vezes realmente necessária, mas não pode pretender ser uma política definitiva de regulamento da memória histórica (GAGNEBIN, 2010, p.180).

Vimos aí que o grande objetivo da lei de anistia do Brasil, teve como finalidade dar o perdão aos envolvidos nos mais de vinte anos de ditadura que se instalara, principalmente

¹³⁴ GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: teles, Edson e SAFATLE, Vladimir. O que resta da ditadura. – São Paulo: Boitempo, 2010.

para os envolvidos diretamente nas práticas de tortura, mortes e demais violações que se sucederam nesse período. A anistia procurou dar um ‘esquecimento’ para um período marcado por dor e traumas. Os envolvidos diretamente nem sequer foram ouvidos para responder sobre seus crimes praticados e acobertados pelas leis que lhes deram amparo no período em que governaram o Brasil.

Para Janaína Teles (2009)¹³⁵, no artigo intitulado “Entre luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos desaparecidos políticos no Brasil” nos apresenta ainda o resultado da Lei de Anistia no Brasil, criado em 1979, que segundo ela, procurou beneficiar os torturadores e aqueles que cometeram outros tipos de crimes, mas não abrangeu os militantes de esquerda, ou considerados ‘terroristas’. Ao tratar desse tema, Janaína Teles procura abordar a questão da ‘melancolia’, do ‘trauma’ e do ‘recalque’ como conceitos contrários a um luto, que é vivido, mas depois passa. Já esses outros componentes fazem parte da vida cotidiana dos que sofreram algum tipo de sofrimento no período da ditadura no Brasil, principalmente os familiares de desaparecidos. Falando sobre entrevistados que tiveram alguma perda familiar, ela nos diz o seguinte,

(...) os depoimentos apenas constatam que, passados tantos anos, os torturadores não foram sequer indiciados judicialmente e que o fim da ditadura não mudou essa realidade. Um tom melancólico percorre as falas do que identificam a impunidade como a marca da redemocratização no Brasil. Eliminou-se a possibilidade de anistia para os que cometeram os chamados “crimes de sangue”, de fato, os dissidentes políticos presos caracterizados como “terroristas” não foram anistiados (TELES, 2009, p. 163).

Como podemos ver mais uma vez a justiça de transição no Brasil, não foi feita para punir os violadores dos direitos humanos, pelo contrário, foi feita para lhes beneficiar, passando de um período ao outro sem serem importunados, como muitos depois do regime militar continuaram suas vidas na carreira política já no período da democracia.

Já para os familiares de mortos e desaparecidos restou a convivência com a dor do trauma, da melancolia, como cita autora, a tristeza pelas perdas de seus entes queridos e muito deles sem sequer serem encontrados, sem saber dos paradeiros, transformando o luto num luto eterno em que muitas famílias resolveram transformar em luta, buscando formas para punir alguns responsáveis, ou pelo ao menos responderem pelos atos praticados por estes.

Um dos grandes problemas ainda hoje enfrentado por familiares e vítimas dos militares em toda a América Latina são os arquivos, onde encontram dificuldades para localizar alguma informação. Tal situação é ainda vivida por muitos pesquisadores. Samantha

¹³⁵ TELES, Janaína. Entre luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos desaparecidos políticos no Brasil. In: Santos, Cecília MacDowell; Teles, Edson; Teles, Janaina de A. (Org.). Desarquivando a Ditadura. Memória e Justiça no Brasil. 1ed.São Paulo: Hucitec, 2009.

Viz Quadrat (2012)¹³⁶ no artigo intitulado “Em busca dos arquivos das ditaduras do Cone Sul: desafios e perspectivas”, mostra exatamente o quanto desafiador tem sido a luta para que esses arquivos possam ser colocados à disposição para a consulta pública.

A autora nos mostra que no Brasil, em 2012, no Chile em 2009 e no Uruguai em 2008, foram criadas leis que regulamentaram uma maior transparência para o acesso a tais informações. No caso da Argentina, houve uma lei criada em 2006, que garantiria que todos os acervos da ditadura seriam abertos. No entanto, quatro depois, a então presidente Cristina Kirchner, sancionou uma nova lei que excluía a documentação sobre a guerra das Malvinas.

O caso do Paraguai, onde se instalou a ditadura mais duradoura do século XX, quando se iniciou em no quatro de maio de 1954 com o então general Alfredo Stroessner, que na ocasião tinha 41 anos e só chegou ao fim no dia três de fevereiro de 1989, quando inclusive veio o ditador se refugiar no Brasil. No percurso seguinte ao fim do golpe, deu-se início a procura por uma série de documentos. Em 22 de dezembro de 1992 foi encontrado um grande arquivo de documentos.

Segundo a autora Samantha Aviz Quadrat, essa documentação mobilizou políticos que haviam sido atingidos direta e indiretamente, além de pesquisadores e jornalistas. Havia todo tipo de documentação como cédulas de identidades, passaportes. Fotografias, gravações de reuniões, informações sobre partidos políticos. Um problema ali ocorreu, aponta a pesquisadora, muitos desses documentos foram levados, pois acreditavam se tratar de documentos pessoais, quando na verdade deveriam ser tratados como documentos históricos. No entanto, a legislação paraguaia não é rígida naquilo que foi salvo e faz parte hoje do acervo da documentação da memória da história desses país no tempo em que viveu sob esse regime, sendo possível o acesso a qualquer um, como nos mostra a seguir,

A consulta ao arquivo pode ser feita na sede do arquivo localizada no Palácio da Justiça, na região central de Assunção. O Paraguai não possui uma lei de acesso que imponha algum tipo de restrição à consulta do acervo. A consulta é livre e a cópia da documentação também é permitida (QUADRAT, 2012, p.210).

Nesse sentido, podemos ver como a autora nos apresenta um quadro da situação de alguns países da América do Sul relacionado a divulgação dos arquivos documentais que ficaram para se ter um entendimento melhor do que foram afinal de contas esses anos turbulentos nesses espaços. Do contrário, como diz a autora no final do seu artigo, que construção da verdade, justiça e memória será capaz de ser produzida por uma geração?

¹³⁶ QUADRAT, Samantha Viz. Em busca dos arquivos das ditaduras do Cone Sul: desafios e perspectivas. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula e GRIN, Mônica. Violência na história: memória, trauma e reparação. – Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

Embora já se tenha avançado muito nesse contexto, ainda falta muito, principalmente em países como o próprio Brasil.

Recordo aqui o caso mencionado por dona Maria Oneide, viúva de Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, quando me disse na sua entrevista que logo depois da morte de seu marido, e pelo fato desta continuar os trabalhos desenvolvidos por ele como abentye da comissão pastoral da terra em Conceição do Araguaia, teve sua casa invadida por agentes da polícia federal, que naquela ocasião levaram diversos documentos pessoais, incluindo algumas fotos que tinham e faziam parte do acervo familiar. Tudo o que foi levado, nunca foi devolvido, uma parte da história foi perdida.

A justiça de transição no campo é inclusive um tema ainda que precisa ser debatido com mais propriedade. Infelizmente, as Comissões de Verdades criadas ao longo dos últimos anos não têm conseguido dar conta desse problema. A própria Comissão Nacional da Verdade não incluiu a maioria dos casos de violações contra trabalhadores rurais ou mesmo indígenas nas análises que fizeram.

A Comissão Camponesa da Verdade, ligada aos movimentos sociais também deixou de fora outros grandes quantitativos de lideranças e trabalhadores que foram vítimas dos governos militares, ou do período que se seguiu, inclusive denominado pela Comissão Nacional da Verdade, que seria o ano de 1988.

No artigo “Debates e direitos humanos no meio agrário brasileiro: justiça de transição no campo: inconclusa e falaciosa, a busca da verdade real”, Elisabete Maniglia (2015)¹³⁷ chama atenção para essa questão, que também é a que nos propusemos tratar nessa tese, o fato de que ainda há muito que se ‘debruçar’ sobre o tema. Nesse artigo, a autora apresenta um balanço do que foi a vida do homem do campo em vários momentos da história do Brasil, sempre marcada pela falta de amparo, mostrando por exemplo, o caso do governo de Getúlio Vargas, que segundo ela, não deixou de ser uma ditadura, mas como sua figura foi construída, pelas leis trabalhistas que criou, fechando por exemplo, os sindicatos.

Outra questão importante que esta autora nos traz, é o fato de que com toda uma situação desfavorável, os homens do campo sempre criaram formas de lutas e resistências, como no caso das ligas camponesas que se deram na metade do século XX no Brasil e que trouxeram o debate da reforma agrária que segundo nos diz, poderia ter sido implementada

¹³⁷ MANIGLIA, Elisabete. Debates e direitos humanos no meio agrário brasileiro: justiça de transição no campo: inconclusa e falaciosa, a busca da verdade real. In: Martín Almada; Antônio Moreira Maués. (Org.). Verdade, justiça e reparação na América Latina. 1ed. Rio de Janeiro-RJ: Lumen Juris, 2015.

pelo presidente João Goulart, caso o golpe dos militares não se desse em 1964. Assim, a autora afirma que esta transição está inconclusa, como veremos a seguir,

A ditadura ainda está em nossa sociedade. A violência no campo perdurou mesmo após a constituição de 88. Aliás, esta constituição foi um retrocesso para o meio rural, a criação da propriedade produtiva impediu o desenrolar da reforma agrária gerando inúmeros conflitos. A ausência de providências, por parte do Estado, na ocupação das terras devolutas continuou semeando mortes no Pontal do Paranapanema, e os conflitos no Pará e Minas Gerais. O trabalho escravo perdura nas fazendas, o trabalho infantil, a morte pela luta de direitos está presente. Os episódios da morte de Chico Mendes, de Eldorado dos Carajás, com 19 mortes de Sem Terra, Corumbiara com oito mortos, o assassinato de Dorothy Stang, tiveram repercussão internacional, onde as razões foram atribuídas pela disputa de terra e da defesa ambiental. E, mais triste, tudo sem ainda punição o que revela que apesar dos poderes atribuídos ao Ministério Público e ao crescimento do Judiciário, apenas parte da população tem acesso a justiça. (MANIGLIA, 2015, p. 103)

É claro que os tempos são outros, principalmente pós-ditadura, mas é claro e visível que muito do que se viveu nos tempos do regime militar brasileiro ainda precisa ser esclarecido, muito precisa ser reparado, muita luz precisa ser jogada a tona para que muitas famílias tenham uma resposta do que realmente o ocorreu nesse período. Por outro lado, também a autora não deixa de ter razão quando nos mostra que muito do que acontece ainda nos tempos atuais se assemelham aos ditames militares, quantos crimes, assassinatos, torturas, chacinas ocorrem a luz de um novo tempo, dentro da democracia, e a impunidade toma conta.

Eu diria, por exemplo, do estudo que desenvolvo neste trabalho, quando verifico que os três casos, não deram resultados de punição aos seus assassinos e mandantes, apenas Paulo Fonteles, que teve o principal acusado condenado a nove anos de reclusão, os demais, não tiveram seus mandantes sentados no banco dos réus.

Nesse sentido, é óbvio que os familiares então se vêm num mundo onde acreditam que a impunidade faz parte da sociedade brasileira. Que os crimes cometidos no campo, tem a conivência do Estado, que para essas famílias fica a sensação da dor, da perda, do trauma e as vezes de uma melancolia, como nos diz Janaína Teles, uma sensação de que a morte mata duas vezes, pela forma como foram mortos, as vítimas e a segunda pela forma como as pessoas vivas ficam, com a sensação de que a vida não tem sentido, de parecem também estarem mortas.

A questão sobre a história do tempo presente tem suscitados diversos debates sobre o tema. O historiador Carlos Fico (2016)¹³⁸ afirma que esse é um fato que desde o século XIX, os historiadores têm tido muitas reservas quanto ao tema, pois segundo ele, como seria

¹³⁸ FICO, Carlos. História do Brasil contemporâneo. 1. Ed. – São Paulo: Contexto, 2016.

possível manter algum grau de objetividade a fatos que estamos vivenciando, em relação aos quais estados todos comprometidos? (Fico, 2015,p. 137).

Essa tese faz parte dessa discussão, faz parte do tempo presente, inclusive de meu tempo de vida. Tenho uma boa memória da década de 1980. Tenho lembranças do caso da morte de Benedito Alves Bandeira, o Benezinho. Recordo da participação de meu pai nos movimentos sociais dessa década e minha lembro bem do dia da morte do líder sindical de Tomé-Açú, quando meu pai foi para esse município, na ocasião da morte de Benezinho, os dois eram presidentes dos seus respectivos sindicatos.

A história do tempo presente é importante por nos permitir estudarmos fatos como esses, importantes nos marcos na história. Quando assisti ao filme “Cabra marcado para morrer” de Eduardo Coutinho, sabia que era uma produção do tempo presente, apesar de eu não ter nascido ainda nesse período, só viria chegar nesse mundo uma década depois. Mas o filme, do ano de 1964, procurou retratar a situação do que havia ocorrido com a história de João Pedro, quando foi morto pela polícia em Sapé e depois como ficou sua família, esposa e seus filhos.

O enredo do documentário só vai mudar por conta do golpe militar em 1964 e os rumos que tomaram a viúva e os filhos do líder dos camponeses morto. A maioria havia sumido. Eduardo Coutinho então resolve procurar encontrar os familiares para saber o que aconteceu com estes, depois de quase vinte anos. A perseguição dos militares desencadeou a fuga destes, principalmente de Elizabeth Teixeira, a viúva. Nessa história e nesse enredo, todo real, o autor deixou claro, que era questão de honra mostrar uma situação que havia iniciado nos anos de 1960 e na década de 1980, a família de Elizabeth, mesmo ‘esfacelada’, em grande maioria havia sobrevivido.

A história de Benezinho, por exemplo, que teve o documentário intitulado “Quem matou Benezinho”, no ato das filmagens procurou mostrar alguns rostos que pertenciam aos familiares, como a filha mais velha, Elizabeth, então com 12 anos de idade, parecia carregar uma grande responsabilidade dali pra frente. É verdade, que a morte de João Pedro Teixeira ocorreu praticamente no início do regime militar, e o assassinato de Benezinho, ocorre quando o regime estava chegando ao fim.

Para mim, o documentário de Eduardo Coutinho foi importante pela grande inspiração que passou, pelo fato, de que para saber a situação dos familiares da liderança das ligas camponesas, este teve que ir atrás, numa odisseia, que ultrapassou diversas fronteiras, chegando inclusive a ir até Cuba entrevistar um dos filhos que nos anos de 1980 cursava medicina.

Ir até os familiares de cada um dos três líderes assassinados seria seguir os passos de Eduardo Coutinho. Não era missão fazer um documentário, mas produzir esse trabalho, essa tese. E encontrar cada membro da família teve um pouco da experiência do cineasta falecido em 2014, um achado, de certa forma, algo deslumbrante, ficar frente a frente com os filhos das pessoas que foram assassinadas e que tiveram repercussões significativas e poder ouvi-las foi maravilhoso.

Eu diria que os dois filmes, “Cabra marcado para morrer” e “Quem matou Benezinho” tem suas especificidades, ambos fazem parte da história do tempo presente, cada um possui uma metodologia de denúncia de situações inusitadas, conflituosas, com sintomas de dor, mas também, deixam um legado de aprendizado sobre algum momento da história que aconteceram em algum lugar e que deve servir para pensar não só os estudos das ciências humanas, mas para repensar e muito os atos praticados pelo Estado brasileiro, principalmente na segunda parte do Brasil. João Pedro foi morto em 1964, Benedito Alves Bandeira foi morto em 1984, e meu pai que foi para o funeral de Benezinho, foi morto em 1987, e o que é mais triste, como líder sindical, seu nome nem consta na lista da Comissão nacional da Verdade, nem da Comissão Camponesa da Verdade. Vai parecer na Comissão da Verdade da Central Única dos Trabalhadores.

CONCLUINDO.....

Em 2015 quando iniciei o curso de doutorado no Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará, uma das primeiras pessoas que me aproximei foi de Paulo Fonteles, o Paulinho. Filho de um dos meus sujeitos de pesquisa, seu pai Paulo Fonteles de Lima, tinha sido assassinado em 1987. Nesse momento do contato, Paulinho estava assumindo a coordenação da Comissão da Verdade do estado do Pará, que junto com outros membros precisaram fazer uma série de levantamentos para responderem quantas pessoas aproximadamente haviam sofrido algum tipo crime ou violações no estado paraense.

Do contato com Paulinho, criamos uma amizade. Este ficou muito interessado em me ajudar na construção do meu trabalho. Onde havia alguma atividade da Comissão da Verdade do Pará, este me avisava, e lá estava eu. Paulinho sempre fazia questão de me apresentar como pesquisador do tema e não deixava passar em branco minha história, sempre mencionava que eu era filho de um líder sindical também assassinado no ano de 1987.

No final de 2015, a Caravana da Anistia esteve em Belém do Pará para uma série atividades, entre elas a de fazer análises de mais de 120 processos de casos de pessoas que tiveram seus direitos violados durante o período do regime militar. Esse julgamento ocorreu no dia 10, na escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará. Já no dia 11, foram entregues certificados com pedido de desculpas pelo estado brasileiro aos familiares de homens e mulheres que foram mortos ou torturados. Entre eles, Paulo Cezar Fontelles de Lima e Raimundo Ferreira Lima, dois sujeitos de minha pesquisa. Benedito Alves Bandeira não apareceu na lista.

A Comissão da Verdade do Pará, com Paulo Fonteles Filho a frente continuou seus trabalhos nos anos seguintes, e eu acompanhando as atividades. No entanto, a morte prematura de Paulinho em outubro de 2017 interrompeu os trabalhos e uma lacuna tomou conta do espaço. Havia um prazo para ser entregue um relatório final, e infelizmente, sem alguém para tomar frente, a comissão estagnou, retornando um novo projeto para finalização no início de 2018, sem, no entanto, ainda estar finalizado.

Esta tese precisava muito dos resultados da Comissão da Verdade do Pará, principalmente para ver como ficariam os casos aqui estudados, de Raimundo Ferreira Lima, o 'Gringo', Benedito Alves Bandeira, o 'Benezinho' e Paulo César de Lima Fonteles. Como seria descrito cada um. No entanto, por enquanto, isso é impossível.

Porém, Paulo César Fonteles de Lima junto com Raimundo Ferreira de Lima, o ‘Gringo’ aparecem no relatório da comissão Nacional da Verdade apresentado no final do ano de 2014. Estão no Volume II, na parte que trata da violação dos direitos humanos dos camponeses. Benedito Alves Bandeira, o ‘Benezinho’ não parece ali.

Benedito Alves Bandeira já vai aparecer no relatório da Comissão da Verdade Camponesa. Ali também aparecem Paulo Fonteles e Raimundo Ferreira Lima. Embora seja um relatório diferenciado do ponto de vista jurídico, no sentido de mostrar as vítimas de violência contra a pessoa praticada pelos militares ou com conivência do estado no período que foi de 1964 a 1988, esse relatório procurou apenas mencionar quais as vítimas nesse caso.

Benedito Alves Bandeira e Raimundo Ferreira Lima, aparecem no relatório da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT apresentado em fins de 2015. Benedito Alves Bandeira inclusive aparece como um caso de trabalhador morto no campo que não foi apurado pela Comissão Nacional da Verdade, ficando os familiares sem a possibilidade de uma reparação financeira. Dos três casos analisados para essa tese, esse foi o único que não teve ação indenizatória do estado, os outros dois casos, os familiares receberam pensões pelas mortes ocorridas.

Embora a dor da perda tenha o mesmo significado para os familiares de Gringo, Benezinho e Paulo Fonteles, é muito provável que além desse fato, a família do líder de Tomé-Açú, tenha tido mais dificuldade em sobreviver. Isso ficou visível nos depoimentos dos filhos e da esposa. A falta de um apoio material no decorrer dos anos seguintes causou uma dor maior ainda.

James Louis Cavallaro em artigo intitulado “Mortos e desaparecidos políticos: reparação necessária”¹³⁹, traz um debate acerca do modelo de reparação que se configurou no Brasil, tendo o estado criado seus ‘critérios’ para o pagamento de ações indenizatórias para famílias das vítimas de ações causadas pelos militares ou seus agentes.

No caso do Brasil, muitas famílias que tiveram um ente desaparecido, torturado ou assassinado no período do regime militar não receberam qualquer tipo de compensação. Foi o caso da família de Benedito Alves Bandeira, o Benezinho, que após sua morte, a família ficou numa situação muito difícil, tendo inclusive o filho pequeno, se tornado um vendedor de ‘coxinhas ou unhas’. A revolta dos familiares muitas vezes não foi só por conta da morte do pai, mas também pela falta de apoio em não receberem algum tipo de indenização.

¹³⁹ CAVALLARO, James Louis. Mortos e desaparecidos políticos: reparação necessária. In: TELLES, Janaína. Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade? – 2. ed. -- São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2001.

Além dessas revoltas, pela falta de uma reparação financeira, como mostrado no parágrafo anterior, outra dor vigente em praticamente todos os familiares, principalmente dos três casos, foi a falta da justiça para com os assassinos e mandantes dos crimes. A impunidade no campo faz parte da realidade e nos casos pesquisados não foi diferente. Não houve ação penal que condenasse os mandantes da morte de Raimundo Ferreira Lima. Tão pouco houve ação judicial que incomodasse o latifundiário Acrino Breda e um possível intermediário na morte de Benedito Alves Bandeira.

Caso semelhante foi o que ocorreu com o caso de Paulo Fonteles de Lima, quando apenas James Vita Lopes foi preso, julgado e condenado há nove anos de prisão, tendo cumprido sua pena, foi libertado e foi embora para São Paulo. Para a família de Paulo Fonteles, James Vita Lopes não era o único interessado na morte do ex-deputado, havia, o que se chamava naquela época um ‘consórcio’ formado para pôr fim a vida de Paulo Fontes, mas investigações não avançaram e tudo ficou sem uma conclusão exata da morte.

É verdade que muita dor ficou e permanece, como observado nas entrevistas que fiz com os familiares. Ver em suas fisionomias a tristeza pela perda do pai há mais de trinta anos, muitas vezes também mexeu comigo, com meus sentimentos e de meus irmãos pela ausência da figura paterna. Mas, precisei sempre passar uma segurança, de que o trabalho é importante para jogarmos luz à tona do que muito já ficou no silêncio. Então como pesquisador, precisei e preciso me abster do lado emocional.

Por isso, também digo que não foi fácil o percurso para chegar até aqui. Diversas dificuldades foram enfrentadas ao longo desse caminho. Mesmo estando liberado do trabalho para ter uma maior dedicação, existiram os percalços para o desenvolvimento da pesquisa, fontes que foram encontradas, contratemos na hora das entrevistas. Perda na família de dois irmãos e também de Paulo Fonteles Filho não deixou de causar um abalo emocional.

Mas, como pesquisador, é preciso manter o equilíbrio, a serenidade, a compreensão de que estudar a morte dos outros, o sentimento das famílias que ficaram sem alguém que tanto amavam não deixa de ser um grande exercício para entender que esses momentos são processos naturais, que como diz o ditado, ‘para morrer, basta estar vivo’. É claro que ninguém espera as mortes de forma prematuras, como ocorreu no meu caso, quando perdi minha irmã mais velha em 2016 com 46 anos e meu irmão caçula dos homens em 2017 com 33 anos e ainda em 2017, Paulinho Fonteles, grande apoiador deste trabalho com 47 anos.

Claro que essas perdas são completamente diferentes das mortes dos meus casos estudados, não foram em consequência das lutas dos defensores dos trabalhadores rurais, mas assim como essas mortes dos anos de 1980 causaram e causam sofrimento até hoje, posso

dizer que as mortes das três pessoas no percurso dessa tese, me impactaram, mas consegui em certa medida contornar a situação. Na vida acadêmica, aprendi que não há tempo para lamentações, é preciso erguer a cabeça e continuar as ‘batalhas’, elas não param.

A tese, para mim, não deixou de ser uma batalha, que precisava ser vencida, uma vez que passei por uma série de etapas, desde o processo de seleção, depois o curso das disciplinas, a busca de documentos, a ida ao encontro dos familiares me concedendo entrevistas e por último escrevendo o texto. Então não poderia pensar em desistir, desanimar por conta desses percalços. E hoje, finalizamos, com abalos emocionais, mais, diria, inteiro, de pé.

Mas posso dizer também, que a cada documento encontrado, cada fonte localizada foi motivo de alegria. Ver diversos documentos, entre eles, as cartas enviadas a Paulo Fonteles, por pessoas do sul do Pará, em especial a da ‘Velhinha sofredora’ de Xinguara foi de uma emoção. Documentos como esses, de pessoas pedindo ajuda naquele momento, nos permitiu uma reflexão sobre o drama por qual passavam muitas pessoas que vieram para o Pará com o sonho de conquistar um pedaço de terra e ter uma vida melhor.

As entrevistas nos diversos locais, por exemplo, foi outro momento de renovação do espírito para não desistir do trabalho, saber que era necessário apresentar essas falas na tese, mostrar que ao ficarem sem os maridos, sem os pais, a vida não parou, pelo contrário, continuou. Mesmo percebendo as dores, os sofrimentos, a maioria dos entrevistados fez da morte desses homens um instrumento para seguirem em frente, na luta nos movimentos sociais, nas igrejas, nas suas comunidades, nas famílias.

Mas é inevitável não afirmar que em pleno século XXI a herança deixada pelos militares no modelo de desenvolvimento da Amazônia continue se repetindo com outros personagens. Nas últimas décadas do século XX, se noticiava a morte de lideranças sindicais, políticos, advogados, religiosos e hoje se notícia, além destes, os chamados ‘ambientalistas’, como foi o caso do casal José Claudio e Maria do Espirito Santo, mortos em Ipixuna do Pará em maio de 2011 e em março de 2019, foi a vez da líder do assentamento Dilma Ferreira Silva, junto com seu marido, além de mais um trabalhador rural serem mortos em um assentamento em Tucuruí

Métodos utilizados nas décadas de 1970, 1980, 1990 para eliminar gente contrária ao modelo de desenvolvimento econômico das elites, ainda estão a todo vapor nos dias atuais, prova disso foi o assassinato recente do sindicalista Carlos Cabral Pereira, morto em Rio Maria no início de junho de 2019, por conflitos de terra no município com um histórico de muitas mortes, entre elas, dos também sindicalistas João Canuto e Expedito Ribeiro.

Por outro lado, as autoridades governamentais não conseguem resolver os problemas das disputas pela posse da terra. Em outras palavras, a morosidade da justiça continua, e nesse sentido, outras famílias continuam a perder entes queridos, mulheres ficam viúvas, filhos ficam sem os pais, e a impunidade toma conta do cenário.

Por isso, vejo o quanto ainda é necessário que se faça uma política que privilegie a tentativa de se encontrar uma solução para os problemas relacionados ao campo, principalmente que possa envolver os que estão no cerne dos problemas. É preciso que se vá até onde estão famílias correndo o risco de serem despejados de suas terras e não ter para onde irem.

É preciso também que se olhe para as famílias daqueles que perderam alguém que morreu lutando pelos direitos dos trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos. Existe uma distância muito grande entre o estado e essas famílias, principalmente se formos ver os processos de reparação. Dos três casos que estudei, por exemplo, ficou claro que a família de Benedito Alves Bandeira não teve essa reparação, não receberam indenizações, apenas uma pensão foi concedida a viúva, Maria de Fátima.

Não à toa, pude perceber uma revolta maior nos familiares de Benedito Alves Bandeira, o Benezinho, uma vez que a esposa ficou sem o marido jovem e os filhos todos menores, a mais velha Elizabeth, então tinha seus quatorze anos de idade e sem apoio e as devidas reparações, passaram por momentos difíceis até conseguirem, ao longo dos anos irem se firmando com os trabalhos que foram desenvolvendo em Tomé-Açú.

Mas ao final deste trabalho, posso dizer que mais do que meu esforço em trazer para a academia esse tema, da memória e do trauma dessas famílias, e que sei o quanto tem importância para novas discussões sobre a questão dos conflitos pela posse da terra na Amazônia e mais especificamente no Pará, abrindo leques para que outros estudos possam dar continuidade sobre o que falo aqui, dos problemas atuais sobre o tema, é saber que a luta desses homens que perderam suas vidas na década de 1980 deixou também uma marca histórica, não só de forma negativa, mas também positiva.

Digo isso por que pude perceber nas famílias que entrevistei o quanto ficou deles a memória positiva, o orgulho de saber que o esposo, pai, além de ser lembrado como a figura de mártir da terra, aquele que prefere morrer, perder sua vida em uma causa, a causa do outro, do que sair dela, ficou a memória que possui a lembrança do homem de coragem e que por conta disso as homenagens passaram a fazer parte também, como o nome sendo colocado em logradouros públicos, nome, de ruas, de escolas, como Escola Raimundo Ferreira Lima em São Geraldo, Rua Benedito Alves Bandeira, Rodovia PA – 150 Paulo Fonteles, entre outros.

Assim, fica além da saudade, da dor, essa lembrança, da importância que tiveram esses homens para a história do Brasil, da Amazônia e do estado do Pará, de que essas figuras foram importantes porque marcaram uma época. Claro, muitos outros também morreram por esse mesmo motivo, e grande parte possuem memória com homenagens também, como é o caso de Virgílio Serrão Sacramento, assassinado em Moju e que no dia de sua morte se faz uma celebração com uma missa, iniciando com uma caminhada no lugar de sua morte e percorrendo aproximadamente um quilometro e meio até chegar na casa onde morava e ali se dá a continuação com uma missa celebrada e depois continua com falas críticas de lideranças de movimentos.

Por isso, finalizo afirmando, que este trabalho tem sua importância, não por achar que a morte dessas pessoas valeu a pena, nenhuma morte da forma como aconteceram vale a pena. Mas não tem como não ver do ponto de vista história que elas foram também uma forma de resistir a força do capital, do grande negócio. Não ‘arredar o pé’ daquilo que tomaram como partido, como algo que deveriam se manter firmes, nem que para isso tivessem que pagar um preço alto.

Todos os três casos estudados, Gringo, Benezinho e Paulo Fonteles, sofriam ameaças, sabiam que suas lutas eram muito perigosas, mas nem por isso se afastaram. Sabiam que poderiam ser mortos, mas preferiram permanecer. Para mim, isso deixa uma honra muito grande e como tive o privilégio de visitar as famílias, pude perceber o quanto há um orgulho por saberem que o pai, esposo foi essa pessoa importante. E eu posso dizer que há razão para isso, porque no fundo são os heróis do povo, heróis que não são forjados, que mesmo às vezes parecendo estarem no anonimato, não estão, porque são lembrados por aqueles que foram também defendidos por eles.

FONTES

Entrevistas

Maria Oneide Costa Lima

Raimundo Costa Lima Júnior

Sílvio Costa Lima

Helder Costa Lima

Alex Costa Lima

Nedyma Costa lima

Maria de Fátima Bandeira

Elizabeth Bandeira

Maria José Bandeira

Leidiane Bandeira

João Bandeira

Maria Elvira Bandeira

Hercilda Veiga

Raquel Fontelles

Paulo Fontelles Filho

Ronaldo Fontelles

Pedro Fontelles

Juliana Fontelles

Eliana Pereira

Ricardo Rezende Figueira

Filmes

Cabra marcado para morrer

Quem matou Benezinho?

Terra e liberdade

Iracema: uma transa amazônica

Bye bye Brasil

Documentos

www.CPDOC/FGV.br/produção/dossiê - acessado em 12/11/2019.

CPT NACIONAL, VOLUME 54, 1976

Dossiê – Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)/ Comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos – IEVE – Instituto de Estudos sobre Violência do Estado. – São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

VERDADE, Comissão Camponesa da. Relatório Final: Violações de Direitos No Campo 1946 a 1988 Brasília, dezembro de 2014. Brasília, dezembro de 2014.

Cartas a Paulo Fontelles

Jornal O Liberal

Jornal A Província do Pará

Ata da Alepa

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO, R.; CASTRO, E. Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios. 2ª ed. (revista e ampliada). Belém: Cejup, 1999.

AFONSO, José Batista Gonçalves. O massacre de Eldorado dos Carajás e a luta do movimento camponês pela terra no sul e sudeste do Pará. Marabá. – PPGDTSA-UNIFESSPA, 2016

ALVES, Luana Nunes Bandeira. Conflitos no campo e violações de direitos humanos: uma análise de líderes camponeses em razão da questão fundiária no estado do Pará no período de 1964 a 1988. Belém. – Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará, 2014.

ALVES, Luana Nunes Bandeira & TRECCANI, Girolamo Domenico. Assassinato de Benedito Alves Bandeira. In: VERDADE, Comissão da Verdade Camponesa. Relatório Final: Violações de Direitos no Campo: 1946 a 1988. Brasília, dezembro de 2014.

ALMEIDA, Kézia Sueli Ferreira de; CHAGAS, Lindalva Soares das ; CORDEIRO, Roni Macedo; SILVA, Hiléia Lúcia Gama da & RODRIGUES, João Rosemildo S. da. Memória de Ofício: O Batalho em Abaetetuba. In: Margens/Revista Interdisciplinar do Núcleo de Pesquisa – CUBT – UFPA. V. 1, (jan. 2004) – Abaetetuba, PA: CUBT/UFPA, 2004.

ASSIS, William Santos de. A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense. 1. ed. Curitiba: CRV, 2015.

AZEVEDO, Marylia Lima Nina de. Discursos acerca da guerrilha do Araguaia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal do Pará: Belém, 2003.

BARATA, Ronaldo. Inventário da violência: crime e impunidade no campo paraense: Belém: Editora Cejup, 1995.

BATISTA, Pedro César. João Batista: mártir da luta pela reforma agrária, violência e impunidade no Pará. Belém. 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BRAGA, Laércio & FONTELLAS, Pedro. Guerrilha do Araguaia: luta e apropriação da massa campesina (1972-1975). Belém, Cromos: 2011.

BRAVO, Ernesto. O documentário como testemunha/ o documentarista observador e o documentário ativista em um mundo em transformação/ a quem serve o documentário? A sociedade? Ao público? In: PONJUÁN, Maykel & MÚLLER, Marcelo. Organizadores. Documentário: o cinema como testemunha. Registro do I encontro de Documentaristas EICTV-2009. – São Paulo: Irtermeios: Santo Antonio de Los Baños: EICTV, 2012.

SILVA, Bruno de Souza. Viveres de maranhense no Pará: migração. Terra, trabalho e conflito no vale do Acará (décadas de 1960-1990). Dissertação (Mestrado de Pós-graduação em História (PPGH), Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Federal do Pará, Belém. – 2018.

CARTAXO, Carlos. A família Canuto e a luta camponesa na Amazônia. – Belém, PA: EDUFPA/ Livroarte, 1999.

CAVALLARO, James Louis. Mortos e desaparecidos políticos: reparação necessária. In: TELLES, Janaína. Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade? – 2. ed. -- São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2001.

CARVALHO, Luiz Maklouf. Contido a bala: a vida e a morte de Paulo Fontelles, advogado de posseiros no Sul do Pará”. Belém. – Editora Cejup, 1994.

FICO, Carlos. História do Brasil contemporâneo. 1. Ed. – São Paulo: Contexto, 2016.

CASALDÁLIGA, Dom Pedro. Entrevista “Precisamos de uma globalização”. In: Revista Nossa História. Ano 2/ Nº 18. – Abril de 2005.

COIMBRA, Osvaldo. Dom Alberto Ramos mandou prender seus padres: a denúncia de Frei Betto contra o arcebispo do Pará, em 1964.- Belém: Paka-Tatu, 2003.

CEZAR, Temistocles. Tempo presente e usos do passado. In: VARELLA, Flávia Florentino. Tempo presente e usos do passado. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

DIAS JÚNIOR, José do Espírito Santo. Iracema uma Transamazônica: o filme como História. In: XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social, 2013. Natal / RN. Anais. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal / RN: ANPUH, 2013.

ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. Estado e Agricultura em Goiás: Escritórios privados de consultoria e políticas públicas no Governo Mauro Borges (1961-1964). Tese de Doutorado. – Universidade Federal Fluminense, 2011.

FERREIRA, Paulo Roberto. Encurralados na ponte: o massacre dos garimpeiros de Serra Pelada. – 1. ed. – Belém: Paka-Tatu, 2019.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. A justiça do lobo. Petrópolis. – Petrópolis: Vozes, 1986.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Rio Maria: Canto da terra. 1ª Edição. – Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

FONTES, Edilza. A reforma agrária em projeto: o uso do espaço legal para garantir o acesso a terra (1960 - 1962). Antíteses (Londrina), v. 8, 2015.

FONTES, Edilza Joana Oliveira; ALVES, Davison Rocha. A UFPA e os anos de chumbo: A administração do reitor Silveira Neto em tempo de ditadura (1960-1969). Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n. 10, jul./dez. 2013.

FILHO, Paulo Fontelles. Araguaianas: as histórias que não podem ser esquecidas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2013.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: teles, Edson e

SAFATLE, Vladimir. O que resta da ditadura. – São Paulo: Boitempo, 2010.

GUIMARÃES, Ed Carlos de Sousa A violência desnuda: justiça penal e pistolagem no Pará. - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2010.

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

LACERDA, Tamires; CARVALHO, Rita e TEIXEIRA, Rodrigo. O *Apartheid* na política internacional entre 1948 e 1994. *Conjuntura Internacional*. Belo Horizonte v. 12, n. 3, 2015

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Organizações rurais e camponesas no estado do Pará. In: FERNANDES, Bernardo Maçano; MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de & PAULILO, Maria Ignez Silveira (orgs). *Lutas camponesas contemporâneas: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEWGOY, Bernardo. Holocausto, trauma e memória. *Revista do instituto cultural judaico*.v.2 n.1 (jan-jun) 2010.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia.. – 2. Ed. – Belém; Cejup, 2001.

PACHECO, Ana Júlia. Entre a raça, Economia e Política: O *Apartheid* nas páginas da Revista *Veja* (1969-1975)”. *Temporalidades Revista de História*, Edição 2, v. 1, n. 2, 2011.

MANIGLIA, Elisabete. Debates e direitos humanos no meio agrário brasileiro: justiça de transição no campo: inconclusa e falaciosa, a busca da verdade real. In: Martín Almada; Antônio Moreira Maués. (Org.). *Verdade, justiça e reparação na América Latina*. 1ed. Rio de Janeiro-RJ: Lumen Juris, 2015.

MATOS, Carlos Alberto. Jorge Bodanzky. O homem com a câmera na mão. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2006.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Conflitos fundiários e violência no campo. In: BRASIL 2014, *Conflitos no Campo*. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2014.

MELO, Acácio Tarciso Moreira de. Ação coletiva entre assentados da reforma agrária: o grupo de mutirão no Assentamento Benedito Alves Bandeira, município de Acará/Pará. Dissertação (Mestrado). – Universidade Federal do Pará/ Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazonicas. Belém, 2010.

MESQUITA, Thiago Broni de. Uma estrada revela o mundo: o SNI e os conflitos pela posse da terra no Pará. Tese de Doutorado . – PPHS-UFF: Rio de Janeiro, 2018.

MOTTA, Márcia. Dicionário da terra. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOURA, Edila A. Ferreira; MAIA, Maria Lúcia Sá. Da farinha ao alumínio: os caminhos da modernização na Amazônia. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila A. F.; MAIA, Maria Lúcia Sá (orgs.). Industrialização e Grandes Projetos: desorganização e reorganização do espaço. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995.

NEVES, Lucilina de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. In: HISTÓRIA ORAL: Revista da Associação Brasileira de História Oral, n.3, jun. – São Paulo, 2000.

PERE, Petit. Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PERE, Petit. Esperança equilibrista: a trajetória do PT no Pará. São Paulo: Boitempo/UFPA, 1996.

PETIT, Per. O Golpe Militar e o partido dos militares no Pará. In: *Historiae*, Rio Grande. 2014.

PETIT, Pere. O golpe civil-militar, a ditadura e as disputas políticas no estado do Pará: 1964-1985. *Revista de Estudios Brasileños*, I Primer Semestre 2016.

PEREIRA, Airton dos Reis. Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará. 1. Ed. Recife (PE): Editora UFPE, 2015.

PEREIRA, Luzia Canuto de Oliveira. Terra e natureza: assentamentos rurais de Rio Maria (1974-2004). Belém. – PPHIST-UFPA, 2006.

PESSOA, Fábio. O pensamento radical no movimento camponês: história e memória da luta camponesa em Conceição do Araguaia (1975-1985). Belém. – PPHIST-UFPA, 2016.

PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo. Bispo comunista, padres subversivos: cristianismo de libertação e a luta camponesa no sul do Pará durante o período militar. Outros Tempos, vol. 11, n.18, 2014

PRAZERES, Adriane dos. O vale do Tocantins e a Lei Anilzinho: a lei dos posseiros (1961-1981). Belém. – PPHIST-UFPA, 2016.

QUADRAT, Samantha Viz. Em busca dos arquivos das ditaduras do Cone Sul: desafios e perspectivas. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula e GRIN, Mônica. Violência na história: memória, trauma e reparação. – Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

RIBEIRO, Marcos Alexandre Araújo. Mobilização, mística e resistência pelos julgados do Araguaia. XIV Encontro Nacional de História Oral: Testemunhar por imagens e o registro audiovisual. Unicamp/Campinas, 2 a 4 de maio de 2018.

RICCEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007

RICCI, Magda. Um morto, muitos mortos: a imolação de Lobo de Souza e as narrativas da eclosão cabana. In: Face da História da Amazônia. Org. NEVES, Fernando Arthur de & LIMA, Maria Roseane Pinto. Face da História da Amazônia. Belém – Paka-Tatu, 2006.

ROSA, João Guimaraes. Sagarama. Rio de Janeiro: Olympio, 1976.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SACRAMENTO, Elias Diniz. As almas da terra: a violência no campo mojuense (1980). Belém. – PPHIST-UFPA, 2007

SACRAMENTO, Elias Diniz. A história e memória de um sindicalista na Amazônia: Virgílio Serrão Sacramento. In: PEEREIRA, Airton dos Reis. Culturas e dinâmicas sociais na Amazonia Oriental Brasileira. 1 ed. – Belém, Paka-Tatu, 2017.

SACRAMENTO, Elias Diniz. A luta pela terra numa parte da Amazonia: o trágico 07 de setembro de 1984 em Moju e seus desdobramentos. Belém. - editora Açai, 2009.

SACRAMENTO, Elias Diniz. A história e memória de um sindicalista na Amazônia: Virgílio Serrão Sacramento. In: PEREIRA, Airton dos Reis...[et.al]. – 1. ed. – Belém, PA: Paka-Tatu, 2017.

SANTOS, Edileusa dos. Vila Arraias: espaço de sobrevivência, morte e núcleo de colonização na luta pela terra, PA-150 (1970-1980). Dissertação de mestrado. Belém. – PPHIST-UFPA, 2007.

SAUER, Sérgio. Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense. 1. ed. Goiânia; Rio Janeiro; Curitiba: CPT; Justiça Global; Terra de Direitos, 2005.

SELLIGMAN-SILVA, Márcio. Direito pós-faustico: por um novo tribunal como espaço de rememoração e elaboração dos traumas sociais. In: ARAUJO, Maria Paula; FICO, Carlos & GRIN, Monica. Violência na história: Memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

SCHMINK, Marianne & WOOD, Charles. Conflitos sociais e a formação da Amazônia; [Tradução de Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura] Belém: ed. Ufpa, 2012.

SILVA, Bruno de Souza. Viveres de maranhense no Pará: migração. Terra, trabalho e conflito no vale do Acará (décadas de 1960-1990). Dissertação (Mestrado de Pós-graduação em História (PPGH), Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Federal do Pará, Belém. – 2018.

SOUSA, Deusa Maria de. Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia. Tese de Doutorado. Florianópolis, SC, 2011.

TEMPORALIDADES, Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG V. 5, n. 3 (set./dez. 2013) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2013.

TELES, Janaína. Entre luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos desaparecidos políticos no Brasil. In: Santos, Cecília MacDowell; Teles, Edson; Teles, Janaina de A. (Org.). Desarquivando a Ditadura. Memória e Justiça no Brasil. 1ed.São Paulo: Hucitec, 2009.

THOMPSON ,Edward Paul. Senhores e caçadores. Rio de Janeiro. – Paz e Terra, 2008.

VELHO, Otávio Guilherme. Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

VIANA. Natália. Plantados no chão. – São Paulo: Conrad, Editora do Brasil, 2007.